MARIA MANUEL BRANCO CALVET DE MAGALHÃES GOMES RICARDO

OS GRUPOS DE ESTUDO DO PESSOAL DOCENTE DO ENSINO SECUNDÁRIO, 1969-1974

AS RAÍZES DO SINDICALISMO DOCENTE

Tese apresentada para a obtenção do grau de Doutor em Educação,
conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Despacho Reitoral n.º 380/2015, de 3 de novembro
Júri:
Presidente: Prof.ª Doutora Rosa Serradas Duarte – ULHT
Arguentes: Prof.ª Doutora Margarida Felgueiras – Universidade do Porto
Prof. Doutor Fernando Cabral Pinto – Instituto Piaget, Vila Nova de Gaia
Vogais: Prof. Doutor Joaquim Pintassilgo – Universidade de Lisboa
Prof.ª Doutora Ana Benavente – ULHT
Prof. Doutor José Viegas Brás - ULHT
Orientador: Prof. Doutor António Teodoro - ULHT

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Instituto de Educação

Lisboa

2015

A memória afinal é a sensação do passado…. e toda a sensação é uma ilusão.

Bernardo Soares [Fernando Pessoa] (1914)

Dedicatória

Ao Daniel.

Ao meu pai.

Aos filhos, Ana Luísa, Inês, Catarina e Rui Filipe.

Aos netos, Tomás, Diogo, José Maria e Maria Manuel.

A todos os companheiros de jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradecer àqueles que contribuíram de maneira relevante para a elaboração deste trabalho não é apenas uma obrigação, mas também um prazer.

Assim, começo por agradecer ao Professor Doutor António Teodoro, pela amizade e companheirismo ao longo de muitos anos e pelo espírito crítico com que leu e corrigiu este trabalho.

À Professora Doutora Maria Neves Gonçalves, que num dia frio, em janeiro de 2014, me incentivou a apresentar esta tese, a qual estava na altura preparada para ser um livro de memórias baseado num espólio, e, igualmente, ao Professor Doutor José Brás pelo espírito crítico com que ambos acompanharam este trabalho.

Ao António Costa Carvalho, amigo já falecido, a quem devo parte do espólio apresentado e gentilmente cedido por sua filha.

Aos contributos de Elsa Oliveira, Helena Pato, Laurinda Bom, Maria Arminda Bragança, que contribuíram com os seus testemunhos para o resultado deste trabalho.

Aos colegas e amigos que de imediato me deram alento, mesmo quando "os ventos contrários" batiam mais fortes.

Ao Cristóvão Santos, Mariza Miguel e Ricardo Caetano amigos e ex-alunos pela sua dedicação e apoio técnico.

Finalmente, à minha família e, em particular ao Daniel, companheiro de uma vida, que manteve sempre a certeza de que eu seria capaz de chegar ao fim.

A todos, muito obrigada!

RESUMO

A investigação que levou à realização desta tese de doutoramento foi desenvolvida no quadro dos projetos de investigação desenvolvidos entre 2001 e 2013 no âmbito do OPECE/CeiEF/ CeiED, e centrou-se na recolha e análise do espólio dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário.

Procurámos conhecer o percurso dos **Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, de 1969 a 1974,** nas suas várias dimensões: modelo organizativo, intervenção pedagógica, laboral, associativa e política, bem como, a "escola de sindicalistas" que foi, antes de 25 de Abril de 1974.

Nesta investigação assumimos três questões de partida: (1) que reivindicações de natureza laboral, social e política, estiveram na origem da criação, desenvolvimento e afirmação dos Grupos de Estudo, (2) como se estruturaram os Grupos de Estudos, no quadro da sua transformação num movimento associativo de natureza para-sindical e (3) que relação existiu entre este movimento profissional e as forças políticas, (a)legais e/ou clandestinas, existentes no período em análise?

Na primeira parte traçamos o quadro sociopolítico em que se iniciou e desenvolveu todo o trabalho dos Grupos de Estudo, com especial incidência na política educativa do Estado Novo na sua última fase. Em 1968, Marcello Caetano criou expectativas de mudança, quer na área política quer na económica, social e educativa. Este período conhecido por "Primavera Marcelista" coincidiu, no ensino, com o aumento da escolaridade obrigatória, conduzindo à necessidade de uma reforma estrutural do sistema educativo. Veiga Simão, nomeado ministro da Educação, em 1970, apresenta um projeto de reforma que coloca à discussão pública - o Projeto do Sistema Escolar e as Linhas Gerais de Reforma do Ensino Superior. Aprovada em 1973, a Reforma Veiga Simão visava o alargamento da escolaridade obrigatória e gratuita de seis para oito anos, dividida em dois ciclos (primário e preparatório); o reforço da rede de jardins-de-infância; a aposta na educação de adultos com baixas qualificações; a equiparação do ensino técnico ao ensino liceal, garantindo a possibilidade de acesso ao ensino superior; e o reforço da ação social para alunos carenciados.

Na segunda parte fizemos um estudo crítico dos documentos constantes do espólio bem como a análise das entrevistas. Num quadro de marcada expansão escolar, verificou-se a entrada no ensino de uma vaga de professores provisórios e eventuais que, na universidade, tinham vivido as greves de 1962, 1965 e 1969. Sem garantia de trabalho e sem vencimento nas férias iniciaram, em 1969/70, uma luta por um estatuto profissional, pedagógico e cívico digno e criaram os Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios (GEPEeP), depois, Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES), e, mais tarde, Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório (GEPDESeP). Assumiram a luta pela dignificação da classe e pela liberdade de associação enfrentando, as denúncias, as perseguições, as ameaças de prisão e a perda de direitos com o objetivo da obtenção das reivindicações, sejam as imediatas e laborais sejam as políticas. Multiplicaram comunicados e circulares, difundiram abaixo-assinados, promoveram colóquios, publicaram uma revista, editaram livros e anunciaram as suas iniciativas na imprensa nacional e local, num regime de censura. Os GEPDES foram uma organização nacional, estruturada em delegações regionais e com representantes em todas as escolas, que levou o Governo a classificá-la, em fevereiro de 1974, como "uma organização secreta" punível pela lei. A sua

influência entre os professores permite a criação de sindicatos democráticos logo após o 25 de Abril de 1974.

Na terceira parte, analisámos toda a dinâmica e movimentações decorrentes do processo de reestruturação da política nacional e, que levaram à constituição do novo mapa sindical, em 1977.

Assumindo o percurso dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, de 1969 a 1974, é permitido concluir que na sua natureza para-sindical existiu uma relação entre este movimento profissional e as forças políticas, (a)legais e/ou clandestinas, existentes no período. Nesta perspetiva, sublinha-se, a terminar, o importante papel que os Grupos de Estudo deram para a criação dos sindicatos dos professores na sequência do 25 de Abril de 1974.

Palavras-chave: Professores, política educativa, associativismo docente, estatuto profissional, sindicalismo docente.

ABSTRACT

The investigation that led to this PhD thesis has been developed as part of the research projects developed between 2001 and 2013 within OPECE / CeiEF / CeiED*, and focused on the compilation and the analysis of the documents of* Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário.

We sought to know the pathways of the **Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, 1969-1974,** *in its various dimensions: organizational model, educational, labour, associative and political intervention, as well as the "school of unionists" that it was before of April 25, 1974.*

In this investigation we assumed three starting issues: (1) which labour, social and political claims led to the creation, development and affirmation of the Grupos de Estudo*, (2) how* Grupos de Estudo *were structured as part of its transformation in an associative movement similar to a union and (3) what relationship existed between this professional movement and the political forces, (a)legal and/or illegal, existing in the period?*

In the first part we draw the socio-political context in which all the work of the Grupos de Estudo *started and developed, with particular emphasis on the educational policy of the Estado Novo in its last phase. In 1968, Marcello Caetano created expectations of change, either in the political or in economic, social and educational areas. This period known as "*Primavera Marcelista*" coincided, in education, with the increasing of compulsory education leading to the need for a structural reform of the educational system. Veiga Simão, appointed Minister of Education in 1970, presents a reform bill that was put to the public discussion - the Project of School System and the Reform of Higher Education. Approved in 1973, the Veiga Simão Reform was aimed at the extension of free and compulsory education from six to eight years, divided into two cycles (primary and preparatory); the strengthening of the network of kindergartens; the focus on adult education with low qualifications; the equivalence of technical education to secondary education, ensuring the possibility of access to higher education; and the strengthening of social action to needy students.*

In the second part we made a critical study of the documents and the analysis of the interviews. In a framework of school expansion, there was a wave of temporary teachers entering the system who at the university had lived the strikes of 1962, 1965 and 1969. With no labour guarantees and unpaid holidays they started, in 1969/70, a fight for a dignified professional, educational and civic statute and created the Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios (GEPEeP)*, then* Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES)*, and later* Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório (GEPDESeP). *They assumed the fight for the dignity of the class and the freedom of association facing accusations, persecutions, threats of arrest and loss of rights with the purpose of obtaining their immediate, labour or political claims. They multiplied announcements and circulars, broadcast petitions, promoted conferences, published a magazine, edited books and announced their initiatives at national and local press, during a censorship regime. The* GEPDES *were a national organization, structured in regional delegations and with representatives in all schools, which led the government to classify it in February 1974 as a "secret organization" punishable by law. Its influence among teachers allowed the creation of democratic unions shortly after the April 25, 1974.*

In the third part, we looked at all the dynamics and movements arising from the national political restructuring process, and that led to the constitution of the new union map in 1977.

Assuming the pathways of Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES), *1969-1974, we conclude that in the union nature of the movement existed a relationship between this professional movement and the political forces, (a)legal and/or illegal, in the period. In this perspective, it is stressed to finish, the important role that the* Grupos de Estudo *had in the creation of the teacher unions following April 25, 1974.*

Keywords*: Teachers, educational policy, educational associations, professional statute, teacher unionism.*

ABREVIATURAS E SIGLAS

AN – Assembleia Nacional

ASP – Ação Socialista Portuguesa

AOC – Aliança Operário-Camponesa

CIP – Comissão Instaladora Provisória

CDP – Comissão Directiva Provisória

CIP – Confederação da Indústria Portuguesa

CPES – Ciclo Preparatório do Ensino Secundário

DGEB – Direção Geral do Ensino Básico

DGS – Direção Geral de Segurança

DGI – Direção Geral da Informação

EIC – Escola Industrial e Comercial

EL – Ensino Liceal

EP – Escola Preparatória

EPFA – Escola Preparatória Francisco de Arruda

ES – Ensino Secundário

ETP – Ensino Técnico Profissional

FISE – Fédération Internationale Syndicale de L'Enseignement

FEN – Fédération de l'éducation nationale

GEC – Grupo de Estudo do Centro

GEL – Grupo de Estudo de Lisboa

GEN – Grupo de Estudo do Norte

GEPAE – Gabinete de Estudos e Planeamento da Ação Educativa

JUC – Juventude Universitária Católica

IASE – Instituto de Ação Social Escolar

MEN – Ministério da Educação Nacional

MEN – Ministro da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

SEIC – Secretaria de Estado da Instrução e Cultura

SEIT – Secretaria de Estado da Informação e Turismo Portugal

SNI – Syndicat national des instituteurs

SNES – Syndicat national des enseignements de second degree

s/d – sem data

s/h – sem hora

s/l – sem local

s/p – sem página

TM – Trabalhos Manuais

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 15

PARTE I 28

CAPÍTULO I - O CONTEXTO SOCIOPOLITICO E EDUCATIVO EM PORTUGAL, 1968-1974 . 29

1.1. A "Primavera Marcelista" 30

1.2. A Reforma Veiga Simão 56

CAPÍTULO II - OS GRUPOS DE ESTUDO DO PESSOAL DOCENTE DO ENSINO SECUNDÁRIO – perspetivas e pluralidades 81

CAPÍTULO III - A PESQUISA E AS OPÇÕES METODOLÓGICAS 103

3.1. As questões de partida e a hipótese 104

3.2. Os objetivos 104

3.3. As opções metodológicas 105

PARTE II 113

CAPÍTULO IV - OS GRUPOS DE ESTUDO DO PESSOAL DOCENTE DO ENSINO SECUNDÁRIO, 1969-1974: das reivindicações dos professores provisórios à construção de uma consciência associativa 114

4.1. Análise documental do espólio 115

4.1.1. As origens e primeiras iniciativas 117

4.1.2. Afirmação e repressão 145

4.1.3. Reivindicações e problemáticas 170

4.1.4. As formas de organização 189

4.2. Análise das entrevistas 199

PARTE III 213

CAPÍTULO V - A CONSTITUIÇÃO DOS SINDICATOS DOS PROFESSORES: estruturas organizativas e reivindicações, 1974-1977 214

CONCLUSÃO 248

BIBLIOGRAFIA 258

APÊNDICES I

Apêndice I III

Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, 1969-1974. Quadros síntese do espólio III

Apêndice II CXXI

Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, 1969-1974. Entrevistas ... CXXI

Apêndice III CLXVIII

Breves notas biográficas de professores colaboradores dos GEPDES CLXVIII

Apêndice IV CLXXIII

Breves notas biográficas de jornalistas CLXXIII

Apêndice V CLXXIV

Membros do Governo, de 1968 a 1974, referenciados neste estudo CLXXIV

Apêndice VI CLXXV

Perguntas colocadas aos entrevistados membros dos GEPDES CLXXV

ANEXO CLXXVIII

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - História contada pelos próprios 124
Quadro 2 - Professores do ensino técnico 128
Quadro 3 - *O professor* 135
Quadro 4 - As reivindicações dos professores na imprensa, de 1970 a 1971 143
Quadro 5 - Notícias do Diário de Lisboa 178
Quadro 6 - Proposta de reajustamento de Letra do Sindicato dos Professores 242

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Logotipo dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário 116
Figura 2 - Anúncios em jornais 131
Figura 3 - Cartaz do Colóquios na EP Francisco de Arruda 147
Figura 4 - Ficha técnica do primeiro número de O professor 152
Figura 5 - Ofício da DSG de Évora 165
Figura 6 - Despacho n.º 9/74 166
Figura 7 - Índice da revista O professor, nº 1, outubro de 1973 175
Figura 8 - Índice da revista O professor, nº 2, dezembro de 1973 180
Figura 9 - Página de O professor nº 2, de dezembro de 1973 185
Figura 10 - Índice de O professor nº 3 186
Figura 11 - Organigrama dos GEPDES – 1 192
Figura 12 - Organigrama dos GEPDES – 2 193
Figura 13 - Organigrama dos GEPDES – 3 195
Figura 14 - Comunicado ao País e ao MFA 218

INTRODUÇÃO

"A vida sem a reflexão não vale a pena ser vivida"

Sócrates (Militão, 2006, s/p)

Foram a educação familiar, a atividade desenvolvida no movimento associativo estudantil, nos anos 1960, e a formação profissional que, ao longo da vida, nos ensinaram a importância da defesa dos direitos humanos e dos direitos dos trabalhadores, plasmados na Declaração dos Direitos do Homem[1], aprovada pela Organização das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, mas tão esquecida, em tantas regiões do mundo, nos dias que correm.

Radicam naquele nosso percurso o interesse que sempre manifestámos pelo sindicalismo livre, seu desenvolvimento, organização e lutas, designadamente através do estudo e elaboração de trabalhos sobre o associativismo docente em Portugal, bem como a nossa participação nos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (1969-1974), de que fomos uma das fundadoras e constitui o objeto desta tese. Os Grupos de Estudo, designação que escondia, conforme na época se impunha, os seus objetivos reivindicativos de natureza laboral, foram numa primeira fase, a contestação à política de ensino do Estado Novo. Hoje fazem parte da história do sindicalismo português.

O movimento sindical surge como resposta às alterações verificadas nas relações entre trabalhadores e empregadores, no período designado da Revolução Industrial, que ocorre em meados do século XIX, no Reino Unido, dando início ao capitalismo e à industrialização da produção.

[1] Do texto da Declaração Universal dos Direitos do Homem:
Artigo 19.º
Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.
Artigo 20.º
1.Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.
2.Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.
Artigo 23.º
1.Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2.Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.
3.Quem trabalha, tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social.
4.Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para a defesa dos seus interesses."

No entanto, as contestações de cariz laboral remontam à Idade Média. Centros da era pré-industrial, como a cidade de Florença, as regiões de Paris, da Flandres e da Boémia, além da Inglaterra, sofrem os efeitos das greves quer dos trabalhadores dos têxteis[2] quer dos trabalhadores do campo[3].

A Revolução Industrial permitiu a mudança nas relações laborais e sociais e a transição para novos processos de produção, no período entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, sobretudo por via da aplicação às manufaturas das inovações tecnológicas.

O Reino Unido foi pioneiro no processo da Revolução Industrial. Na altura, verificou-se a conjugação de diversos fatores: a adoção de uma política económica liberal, os acordos comerciais vantajosos com outros países, as grandes reservas de ferro e de carvão mineral existentes no seu subsolo, principais matérias-primas utilizadas neste período, o vasto império que detinha, a estabilidade política, com destaque para o regime parlamentar vigente desde o século XIII[4] e o sistema bancário introduzido no século XVII[5].

O principal impacto social da Revolução Industrial foi o êxodo rural, o crescimento urbano e a formação da classe operária. É precisamente em busca de melhores condições de vida que se regista, inicialmente, uma intensa deslocação de trabalhadores rurais para as cidades, criando enormes concentrações urbanas, sem nenhumas condições de salubridade. Famílias inteiras

[2] Em 1297, uma revolta dos trabalhadores do setor têxtil contra os donos das indústrias, ocorre na Flandres devido à fome gerada pela falta de lã. Milhares de trabalhadores em busca de alimentos invadem e saqueiam os campos. Na cidade de Douai verifica-se uma primeira greve, em 1245. Em 1274, os tecelões abandonam a cidade de Gand, e mudam-se para uma cidade vizinha, em sinal de protesto. Os trabalhadores têxteis pegam, então, em armas, em Ypres e em Bruges. Em 1271, Henrique III, rei de França, decreta que todos os trabalhadores têxteis podem voltar para as suas terras, em segurança, com o objetivo de fabricarem pano, ficando isentos, durante cinco anos, do pagamneto de impostos. (Maurois, 1976)

[3] A Revolta dos Camponeses, de 1381, foi um dos principais eventos da História de Inglaterra. Marca o começo da luta por reformas e pelos direitos dos servos. Os seus principais líderes foram John Ball, Wat Tyler e Jack Straw. A revolta foi desencadeada, em parte, devido à introdução de um imposto de um xelim, a pagar por cabeça (*poll tax*) e por adulto, introduzido em 1377 como forma de financiar as campanhas militares no continente. A maioria dos líderes do movimento foi perseguida, capturada e executada. No seguimento do colapso da revolta, as concessões do rei foram rapidamente revogadas e o imposto foi novamente introduzido. A revolta não se restringiu aos servos ou mesmo às classes baixas e embora os eventos mais significativos tenham acontecido na capital, houve recontros violentos em todo o Leste de Inglaterra. Ainda que o movimento, em geral, seja considerado um fracasso, teve êxito, por mostrar aos camponeses que tinham valor e poder. (Maurois, 1976)

[4] Em 1066, Guilherme I de Inglaterra criou um Conselho para avaliar as leis que seriam instituídas. Em 1215, o Conselho mostrou o seu poder, obrigando o Rei João a assinar a *Magna Carta*, que limitava o poder dos monarcas. Eduardo I (1239 – 1307) estabelece o Parlamento como uma instituição permanente.

[5] O primeiro banco central de que se tem notícia, é o Banco de Inglaterra. Surgiu, em 1694, como uma sociedade anónima privada. Como contrapartida de empréstimos para financiar a guerra contra a França, o rei William de Orange, concedeu ao banco, o monopólio de emissão de moeda na região de Londres, dando-lhe, assim, duas das funções clássicas de um banco central: era banqueiro do Governo e também detinha o monopólio da emissão de moeda. (Maurois, 1976)

estão sujeitas a longas jornadas de trabalho, os salários não dão para a sua subsistência, mulheres e crianças recebem menos que os homens. E os operários[6] passam a pressionar os patrões, reivindicando melhores condições de trabalho, salários mais elevados e sucesivas reduções da duração da jornada de trabalho.

> Por movimento operário entende-se todo o conjunto de ações que os trabalhadores manuais assalariados, a partir da industrialização, entre finais do século XVIII e o início do século XIX, têm levado a cabo para a obtenção de melhorias das condições de vida, especialmente no que se refere ao salário, às condições de trabalho, à segurança no emprego, à participação na gestão económica e à intervenção política. (Marques, 2007, p. 299)

Para combater a exploração a que se encontrava submetida, a classe operária forma associações e sindicatos, a princípio proibidos e duramente reprimidos. Em 1864, é criada, em Londres, a Associação Internacional de Trabalhadores, a Internacional[7], primeira central sindical mundial da classe trabalhadora. E, no mesmo ano, em França, é reconhecido o direito à greve. Em 1871, na sequência da ação que ficou conhecida como Comuna de Paris, os sindicatos são legalizados, a jornada de trabalho reduzida para oito horas e o trabalho noturno e os cortes nos salários abolidos.

Em 1919, surge a Organização Internacional do Trabalho (OIT)[8], um dos mais antigos organismos internacionais do setor, composto por representantes de governos, de trabalhadores e de empregadores. A ideia de uma legislação trabalhista internacional tomou forma como resultado das reflexões éticas e económicas sobre o custo humano da revolução industrial.

Simultaneamente, os sindicatos vão-se afirmando na luta pela liberdade e pelos direitos dos trabalhadores. Em Portugal, o movimento operário surge logo após a revolução liberal de 1820, com as primeiras associações operárias de socorro mútuo, mas é com a criação do Centro Promotor do Melhoramento da Classe Laboriosa, em Lisboa, em 1853, que se dá início ao movimento sindical.

[6] Movimento operário é um termo que se refere à organização coletiva de trabalhadores para a defesa dos seus próprios interesses, particularmente através da implementação de leis específicas para reger as suas relações de trabalho. Surgiu como uma reação às consequências da Revolução Industrial. (Engels, 2008)

[7] O primeiro congresso efetuou-se em 1866, em Genebra.

[8] A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é uma agência multilateral da Organização das Nações Unidas, especializada nas questões do trabalho, especialmente nas normas internacionais do trabalho (convenções e recomendações). É composta por 185 Estados-membros, em representação tripartida de governos, organizações de empregadores e organizações de trabalhadores. Tem sede em Genebra, Suíça. (Rodrigues, 2013)

No entanto, tal como na Europa, ocorrem contestações laborais, em Portugal, antes do século XIX. Segundo Tengarrinha,

> O primeiro conflito laboral que conhecemos acompanhado de abandono de trabalho e com considerável envergadura, no nosso país, é o das fiandeiras do Porto, em 1628, que assume aspetos de grave amotinação. Em 1668, sabemos ter havido uma pequena greve de operários têxteis da Covilhã. Chega-nos depois o conhecimento de uma paralisação dos operários que trabalhavam nas obras de construção do palácio de Mafra, em 1732, reivindicando o pagamento dos salários em atraso. (Tengarrinha, 1981, p. 582)

Durante o século XVIII, os surtos grevistas situam-se nas seguintes áreas: "obreiros do ofício de alfaiate", jornaleiros e pescadores (Tengarrinha, 1981). Mas a primeira greve com alguma dimensão ocorre em Lisboa, em 1829: os operários do Arsenal suspendem o trabalho em protesto contra o atraso no pagamento dos salários (Tengarrinha, 1981). Muito maior é, todavia, a greve verificada em setembro de 1849, também em Lisboa, envolvendo quatro fábricas de fundição e serralharia industrial situadas nas imediações da Rua da Boavista e do Largo do Conde Barão[9].

Para Tengarrinha o primeiro surto grevista dá-se em 1871[10]. Impõe-se, contudo, considerar o enquadramento destes movimentos na organização sindical.

> Só com as organizações de âmbito nacional (as chamadas federações locais, que envolviam representantes de diversos ramos de atividade e tinham já algum peso em centros de maior concentração industrial no último decénio do século XIX), com as tentativas de coordenação nacional de certos ramos de atividade (como exemplos mais expressivos, os tabaqueiros de Lisboa e do Porto, os corticeiros do distrito de Setúbal e do Algarve e os têxteis de vários pontos do País) e, depois, com os esforços para a formação de uma central operária nacional (de que a UON, em 1914[11], é a primeira grande tentativa) é possível começar a estabelecer objetivos comuns nas negociações com os patrões que são esboços incipientes de contratações coletivas de trabalho para os trabalhadores de um mesmo ramo. (Tengarrinha, 1981, p. 585)

[9] José Barreto conta que, "na tarde do dia 10 de setembro, uma segunda-feira, várias dezenas de ferreiros, serralheiros e torneiros da fábrica Vulcano abandonaram o trabalho à hora do começo do serão, recusando-se a trabalhar até às 8 da noite. Foram para a rua e percorreram o caminho até à fábrica Phenix, gritando que não faziam serão e chamando os seus colegas que ainda se encontravam a trabalhar". (Barreto, 1981, p. 484)

[10] É em 1871 que se assinala o primeiro surto importante do movimento grevista no nosso país. Nesse ano, assinalamos 13 greves: tabaqueiros, 5; alfaiates, 1; chapeleiros, 1; carniceiros, 1; tintureiros, 1; marceneiros, 1; costureiras, 1; tecelões, 2. Destas, 6 são no distrito de Lisboa e 7 no do Porto. (Tengarrinha, 1981, p. 585)

[11] De 15 a 17 de março de 1914, realiza-se, em Tomar, o I Congresso Nacional Operário, que decide criar a União Operária Nacional (UON), a primeira central sindical portuguesa. A criação da UON coincidiu com a rutura entre o Governo republicano, recentemente constituído, e o movimento sindical, no seguimento da dura repressão que se abateu sobre a agitação social e da recusa do executivo de discutir as reivindicações operárias. www.searanova.publ.pt.

Durante a Primeira República, o movimento sindical vive momentos agitados. O novo regime exerce grande influência sobre a classe operária e cria grandes esperanças de melhoria das condições de vida entre os trabalhadores portugueses. O movimento sindical é orientado, durante um largo período, pela tendência reformista, ligada ao Partido Socialista Português, fundado em 1875[12]. No Congresso Sindical e Cooperativo, iniciado em 1909 e continuado em 1911, dá-se, porém, uma cisão entre socialistas e anarquistas; os partidários do sindicalismo revolucionário assumem a direção do movimento sindical português. A vitória do sindicalismo revolucionário constitui uma rutura do modelo sindical até então predominante em Portugal (Alves, 2010).

No que respeita às relações com os sindicatos e com os trabalhadores em geral, as primeiras decisões do Governo Provisório, presidido por Teófilo Braga, não agradam. É o caso da lei da greve e do *lock-out*. Não surpreende, assim, que as lutas por melhores condições de vida e de trabalho tenham prosseguido nos mais diversos setores de atividade.

> Um apanhado muito sucinto dá-nos conta das greves travadas entre 1910 e 1926. Contabilizamos um total de 518 greves, sendo que 217 foram por melhores salários, 84 pela redução da jornada de trabalho, 97 de solidariedade para com outros trabalhadores em luta e 129 por outros motivos. Quanto aos resultados, em 182 lutas os trabalhadores obtiveram a satisfação total das suas reivindicações; 196 terminaram por um acordo e 63 foram consideradas derrotas ou foram suspensas, sem que se tivesse obtido resultado algum. (Alves, 2010, s/p)

Com a Constituição de 1933, são criados os sindicatos corporativos que seriam sempre organismos subalternizados e fortemente controlados pelo poder político e integrados na ordem corporativa.

As leis sobre associações profissionais de 9 de maio de 1891 e de 27 de dezembro de 1924, conferindo esta última às federações e associações de classe capacidade de firmar acordos e contratos coletivos de trabalho, são substituídas, a 23 de setembro de 1933, pelo Estatuto do

[12] O Partido Socialista Português (1875-1933) foi fundado em 10 de janeiro de 1875, na sequência da decisão do Congresso de Haia da Associação Internacional dos Trabalhadores, no sentido de de constituírem partidos socialistas nacionais. Da sua primeira comissão diretiva fizeram parte José Fontana, Azedo Gneco, José Correia Nobre França e José Tedeschi. Também em linha com o Congresso de Haia, o Partido assumia-se como marxista (depois federalista e proudhoniana), rejeitando as propostas de pendor anarquista da fação do movimento operário inspirada nas teses de Mikhail Bakunin. Teve como órgãos de imprensa os periódicos *O Protesto*, em Lisboa, e o *Operário*, no Porto, os quais se fundiram para dar origem a *O Protesto Operário*. O primeiro programa partidário foi aprovado em 1895. Com um percurso político complexo, o Partido Socialista Português sobreviveu até à efetiva supressão da ação dos partidos políticos, operada pelo Governo da Ditadura Nacional, em 1927. Em 1933, ainda realizou uma Conferência Nacional, em Coimbra, nas vésperas da entrada em vigor da Constituição Portuguesa de 1933, a qual ilegalizou *de jure*, os partidos políticos. Alguns dos seus membros mais destacados foram cofundadores, com personalidades provenientes de outros partidos democráticos, da Aliança Republicana Socialista. pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Socialista_Português, acedido em 1 de agosto de 2014.

Trabalho Nacional[13] (ETN), e por três decretos-leis destinados à sua regulamentação: o Decreto-Lei n.° 23 049, regula a atividade dos patrões do comércio, da indústria e da agricultura; o Decreto-Lei n.° 23 050, as organizações dos empregados, operários e profissões liberais; e o Decreto-Lei n.° 23 051, o mundo rural.

> Por outro lado, na sua ação sindical, os sindicatos nacionais deveriam obedecer a três princípios. Primeiro, o princípio hierárquico, de acordo com o qual todo sindicato nacional deveria subordinar os seus interesses particulares aos superiores interesses da economia nacional. Segundo, o princípio do nacionalismo corporativo, segundo o qual o âmbito de ação da atividade dos sindicatos nacionais seria, antes de mais, a Nação. Derivava deste princípio que qualquer filiação ou participação em organismos internacionais estava impedida sem a prévia autorização do Governo. A desobediência a este princípio seria sancionada com a imediata dissolução do sindicato e a suspensão dos direitos políticos dos seus dirigentes pelo período de dois anos. Em terceiro lugar, o dever da colaboração de classes, que atrás vimos ser um princípio central do ETN, obrigava o sindicato a declarar estatutariamente o seu reconhecimento enquanto colaborador ativo com todos os outros atores da economia nacional (que incluíam o Estado e o patronato). Deveriam, por isso, recusar a luta de classes. (Marques, 2007, p. 301)

Trinta e seis anos mais tarde, o Governo de Marcello Caetano reforma a legislação sobre as organizações sindicais nacionais, através do Decreto-Lei n.º 49 058, de 14 de junho de 1969, o qual introduz mudanças na definição, estrutura e dimensão dos sindicatos. O Governo interfere na vida dos sindicatos como se comprova com a nomeação dos representantes de organismos sindicais à 56.ª Conferência da OIT (Marques, 2007).

Como resultado daquelas medidas, que são de natureza liberalizante, verifica-se a apresentação de listas com trabalhadores não identificados com o regime, que são eleitos para as direções sindicais, coincidindo com "o início das Reuniões Intersindicais, embrião da Intersindical[14], que teve origem no convite dirigido por quatro sindicatos de Lisboa

[13] O Estatuto do Trabalho Nacional foi promulgado pelo Decreto-Lei n.º 23 048, de 23 de setembro de 1933, diploma que lança as bases da doutrina corporativa portuguesa.

[14] A Intersindical Nacional é uma confederação sindical fundada, a 1 de outubro de 1970, em Lisboa. As direções do Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Lisboa, do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria dos Lanifícios do Distrito de Lisboa, do Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários Metalúrgicos do Distrito de Lisboa e do Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa, convidaram, em 29 de Setembro, de 1970 outras direções sindicais para "comparecerem numa sessão de trabalho para estudo de alguns aspetos da vida sindical cuja discussão lhes parece da maior oportunidade". A ordem de trabalhos proposta para a primeira reunião intersindical reflete, desde logo, uma conceção de sindicalismo que não separa a resolução dos problemas dos trabalhadores da luta pelos direitos e liberdades democráticas fundamentais. Entre as questões "da maior oportunidade" que foram propostas para estudo, constaram, o Decreto-Lei n.º 49 212, de 28 de agosto de 1969, sobre o regime jurídico das relações coletivas de trabalho, o horário de trabalho, a censura e a liberdade de reunião. No dia 11 do mesmo mês, realizou-se em Lisboa a primeira Reunião Intersindical, com a presença de 13 direções sindicais. A 21 de março de 1971, é provado o Programa Básico da Intersindical, documento em que se reivindica a liberdade sindical, o direito de livre negociação e o direito à greve. O 1.º Congresso da Intersindical realiza-se, de 25 a 27 de julho, de 1975, com a participação de 159 sindicatos, institui a Intersindical por vontade expressa dos trabalhadores, aprova os seus primeiros estatutos e programa de ação. O 2º Congresso foi o grande

(Bancários, Pessoal dos Lanifícios, Caixeiros, Metalúrgicos) a 19 outras organizações sindicais para um encontro de trabalho que viria a ter lugar a 11 de outubro de 1970". Mas "logo em julho de 1971, [o Governo] proíbe a realização das Reuniões Intersindicais, relegando a sua atividade para uma "quase semiclandestinidade", que vai durar até ao fim do regime, em Abril de 1974" (Marques, 2007, p. 312).

O sindicalismo docente surge, pela primeira vez, como organização, em Filadélfia, EUA, em 1857. *The National Education Association, (NEA)*[15] foi fundada por 43 professores, que reivindicavam o aumento de salários, a criação de leis para a regulação do trabalho infantil, a educação dos ex-escravos e uma forma de integrar no sistema educativo os Nativo-Americanos, recentemente forçados a uma rápida inclusão na sociedade dos EUA. No Reino Unido, a primeira associação sindical, *The National Union of Elementary Teachers (NUET),* surge, em 1870, e representa os docentes da Inglaterra e País de Gales. Em 1905, é criada, em França, a *Fédération Nationale des Syndicats d'Instituteurs.*

Em Portugal, a origem do sindicalismo docente[16], segundo Bento (1978), data de 1911, quando, no Porto, é fundado o Sindicato dos Professores Primários de Portugal, extinto em 1933. A partir da publicação do Decreto n.º 23 048, de 23 de setembro, de 1933, "Os professores, o ensino e a educação faziam a sua entrada numa longa e densa noite" (Bento, 1978, p. 145).

Com a I República, em 1910, inicia-se, no entanto, uma fase de intensa atividade e de afirmação do movimento associativo. Os republicanos desempenharam um papel fundamental na constituição do movimento associativo. Como afirma Àurea Adão,

> […] são republicanos os professores que mais se empenham na organização associativa do professorado primário. São republicanos os pedagogos que participam ativamente nos congressos pedagógicos. São, ainda, republicanos os ocentes que fundam revistas pedagógicas ou nelas colaboram. (Adão, 1984, p. 42)

congresso da unidade o qual consolidou a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, CGTP-IN. No Congresso de todos os sindicatos, de 27 a 30 de janeiro de 1977, em Lisboa, estiveram presentes 1147 delegados, em representação de 272 sindicatos, 13 federações e 17 uniões. www.cgtp.pt

[15] Fonte: www.nea.org.

[16] Rogério Fernandes considera a constituição do Monte Pio Literário, em 1813, a primeira associação docente em Portugal. Esta primeira organização de professores "foi o primeiro momento alto da afirmação da classe dos professores". (Fernandes, 2010, p. 61)

Anos difíceis esperavam a classe docente, a qual, somente em 25 de Abril de 1974, volta a conseguir criar um sindicalismo livre e democrático.

Foi, pois, o interesse por esta temática que justificou o desenvolvimento do meu percurso académico e profissional em torno do associativismo e sindicalismo docentes.

Objeto de estudo

A importância dos Grupos de Estudos do Pessoal Docente do Ensino Secundário, aqui denominados, simplesmente, Grupos de Estudo, uma das designações pelas quais se tornaram conhecidos, antes do 25 de Abril de 1974, radica, fundamentalmente, em dois fatores. Em primeiro lugar, na forma como, em muito pouco tempo, após a sua criação, em 1969/1970, na Escola Preparatória Francisco de Arruda, por um reduzido primeiro núcleo de professores provisórios decididos a lutar para receberem os seus ordenados nas férias, se expandiu, mobilizando milhares de colegas, em todo o País, nas circunstâncias difíceis em que se vivia no Estado Novo, sem liberdade de associação nem de informação e sob a constante ameaça de perseguição política. E, em segundo lugar, na circunstância de estarem na origem, após a Revolução, do nascimento dos sindicatos de professores.

Sobre os Grupos de Estudos a cuja fundação se encontra ligada a autora deste trabalho, a que demos o título, **Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, 1969-1974. As raízes do sindicalismo docente**, não existiam senão materiais dispersos e superficialmente analisados. Em 2001 iniciámos a investigação no âmbito do Projeto Sapiens, da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e do então Observatório de Políticas de Educação e de Contextos Educativos (OPECE), da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), cujo relatório final seguidamente cito[17].

> Ainda no campo associativo, o projeto permitiu continuar e aprofundar os trabalhos de Rui Grácio (1982) e Agostinho dos Reis Monteiro (1975, 1976) sobre os Grupos de Estudo do Pessoal Docente dos Ensinos Preparatório e Secundário (GEPDES), matriz fundadora do sindicalismo docente livre pós-25 de Abril. Foi realizado um exaustivo levantamento documental, tendo sido feito um apelo público aos seus mais ativos integrantes para disponibilizarem os seus arquivos pessoais. Foi igualmente feito um levantamento das referências ao GEPDES e à situação profissional dos professores na imprensa da época. (Teodoro, 2005, p. 217)

[17] Relatório Final do Projeto no POCTI/CED/ 32564/2000 - Construção da profissão docente no Ensino Secundário (1947-1974). Formação, Percursos, Identidades. *Revista Lusófona de Educação,* 2005, v. 5, n. 5, pp. 216-219.

Na sequência deste trabalho, o estudo e recolha de documentos prosseguiu, integrados no Projeto Percursos do associativismo e do sindicalismo docentes em Portugal, 1890-1990[18], de 2008 a 2013, tendo originado a publicação de artigos (Tavares, 2004, 2012, 2014, Ricardo, 2004), comunicações em congressos (Tavares, 2010, 2011, Ricardo, 2011) e um capítulo do livro final deste projeto (Ricardo, 2014).

Foi uma longa caminhada que conduziu a uma exaustiva compilação de documentos, que foram digitalizados para preservação futura, possibilitando, agora, um estudo mais profundo do movimento que permitiu a construção de sindicatos livres de professores, logo após 25 de Abril de 1974.

Neste trabalho, pretendemos apresentar o percurso dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário[19], de 1969 a 1974, nas suas várias dimensões: modelo organizativo, intervenção pedagógica, laboral, associativa e política, bem como, a "escola de sindicalistas" que foi, antes de 25 de Abril de 1974.

Quisemos, além disso, descobrir como os Grupos de Estudo foram formados e por quem, assim como o papel que desempenharam na construção da profissionalidade docente, não obstante a repressão e a falta de liberdade de expressão e de reunião, que marcaram a vida política durante o Estado Novo. Pensamos que este estudo poderá contribuir, para que os jovens docentes dos nossos dias compreendam o trabalho sindical e o valorizem, pois,

> Da massa crítica dos docentes, da sua capacidade para gerirem, colaborativamente, uma indispensável diferenciação de práticas, do aprofundamento e troca dos seus saberes e da qualidade e reforço da identidade e da cultura profissional, em todas as dimensões que a definem, dependerá o futuro da profissão. (Roldão, 1998, p.87)

Um futuro de qualidade para a profissão era o que milhares de professores, de todos os graus de ensino, procuravam assegurar na construção da sua profissionalidade, no início dos anos setenta do século XX.

As questões que hoje se colocam e às quais este trabalho deseja dar resposta, são complexas. Embora se parta do espólio documental, que vem parte[20] em anexo a esta tese, os textos que o

[18] Referência: PTDC/CPE-PEC/103101/2008.

[19] Primeiramente, Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios (GEPEeP), depois Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES), e, em 1974, Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório (GEPDESeP).

[20] O espólio agora apresentado pode ser, mais tarde, completado com outros documentos que venham a ser disponibilizados.

integram são suscetíveis de diferentes interpretações e o registo de entrevistas a destacados membros dos Grupos de Estudo, recolhidas dezenas de anos após os acontecimentos, recorrendo à sua memória, pode, de algum modo, ser insuficiente para a concretização do nosso objetivo. As questões de fundo são de natureza política e profissional. Impõe-se, por um lado, compreender como jovens professores, na sua grande maioria sem profissionalização, conseguiram unir docentes de Norte a Sul do País, em torno de reivindicações não só laborais, mas também pedagógicas e políticas. Interessa, por outro lado, desvendar se houve ou não interferência direta de alguma força partidária, particularmente do Partido Comunista Português, na génese dos Grupos de Estudo Pessoal Docente do Ensino Secundário e em todo o movimento que acabou por conduzir à criação dos sindicatos dos professores.

> Dirigentes e ativistas dos GE, na fase declinante do caetanismo, situam-se sem exceção nas fileiras da oposição política ao Regime; alguns estão mesmo ideologicamente próximos ou até vinculados (ou virão a vincular-se após o 25 de Abril) a organizações ou simples correntes políticas de vária inspiração: liberal, socialista, comunista, trotzquista, maoista, etc. Sendo o PCP a organização política de mais importante e estruturada inserção no mundo do trabalho, antes e logo após o golpe militar, não surpreende, verificar que as estruturas sindicais provisórias dos professores apareçam, de maneira geral e num primeiro tempo, hegemonizadas por elemento daquele Partido, ou sob a sua influência. (Grácio, 1983, p. 789)

Para o estudo do movimento associativo docente de 1969 a 25 de Abril de 1974, analisaremos as entrevistas efetuadas, na sua maioria em 2003, a alguns dos professores do núcleo originário dos Grupos de Estudo, designadamente a Elsa Oliveira, Martinho Madaleno, António Teodoro[21], António Costa Carvalho e Agostinho Lopes[22].

A entrevista a João Manuel da Costa Feijão, do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português (PCP), teve em vista esclarecer a ação do PCP, no campo do associativismo docente, durante o período considerado.

A escolha deste tema e desta vertente de estudo justifica-se a vários níveis.

Fui cofundadora do então denominado Grupo de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios (GEPEeP), em 1969, e preservar a memória dos Grupos de Estudo, bem como

[21] Entrevista realizada em 2014, por Manuel Tavares com suporte empírico ao artigo, Contribuições para a História do sindicalismo docente, em Portugal: dos Grupos de Estudo, à afirmação e crise do movimento sindical docente. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 22 (34). *Arizona State University*, Volume n. 22, Número 37, 26 de maio, ISSN 1068-2341.
http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n37.2014.

[22] A ordem das entrevistas obedece às datas de entrada dos entrevistados nos GEPDES.

analisar o trabalho produzido por todos quantos participaram no movimento docente e, durante o Estado Novo, arriscaram a sua vida pessoal e profissional na defesa de um direito – o direito a uma associação profissional que defendesse os seus interesses, designadamente o de receberem o seu salário nas férias - é um objetivo pessoal.

Outros trabalhos abordaram já esta problemática. Alguns apresentam lacunas ou imprecisões, mas o espólio em suporte papel e digital, por mim coligido e interpretado contribuirá para o esclarecimento desta problemática.

O testemunho desta luta, de 1969 a 1974, é, assim, devolvido aos professores, num trabalho efetuado ao longo de mais de uma dezena de anos, e que poderá constituir um contributo para a (re)descoberta de identidade(s) docente(s).

Pretendemos compreender o papel dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário na consciencialização da classe docente da importância de uma associação de professores para defesa dos seus interesses profissionais e laborais e, igualmente, caracterizar, em termos gerais, o período político em que se desenvolveu a atividade dos professores fundadores dos Grupos de Estudo, de 1969 a 1974, para uma melhor compreensão do que foi a sua luta.

Organização e estrutura

Esta tese é composta por um volume com um total de cinco capítulos, organizados em três partes, cuja leitura permite ficar a conhecer o caminho percorrido pelos professores desde que fundaram o Grupo de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios (GEPEeP), no final da década de 60 do século passado, até aos dias que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, em que criaram, a partir daquele movimento docente, os sindicatos democráticos.

A Parte I integra três capítulos. No capítulo I, sob o título "O contexto sociopolítico e educativo em Portugal, 1968 -1974", traçamos o quadro sociopolítico em que se iniciou e desenvolveu todo o trabalho dos Grupos de Estudo, com especial incidência na política educativa do Estado Novo. Divide-se em 1. 1. A "Primavera Marcelista" e 1. 2. A Reforma Veiga Simão.

No capítulo II, "Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário – perspetivas e pluralidades", apresentamos, em síntese, as principais teses defendidas nos trabalhos publicadas pelos autores de referência.

E, no capítulo III, sob o título "A pesquisa e as opções metodológicas", justificamos o posicionamento epistemológico desta investigação. Com base nos textos referidos no Capítulo II foram elaboradas as perguntas de partida que possibilitaram a construção de uma hipótese. De acordo com a perspetiva central deste trabalho, foram definidos os objetivos. As opções metodológicas foram então definidas. Sendo um trabalho na área da história social, numa perspetiva de análise sociopolítica, foi imperioso estudar a problemática da memória e da subjetividade no contexto da análise das entrevistas.

Quanto à Parte II, na qual procedemos à análise do trabalho empírico, inclui, no capítulo IV, em "Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, 1969-1974: das reivindicações dos professores provisórios à construção de uma consciência associativa" o estudo crítico dos documentos constantes do espólio (Anexo).

Deste capítulo IV, consta o ponto 4. 1., Análise documental do espólio, que, por sua vez, se subdivide em 4. 2. 1., As origens e primeiras iniciativas; 4. 2. 2., A afirmação e repressão; 4. 2. 3., As reivindicações e problemáticas; e 4. 2. 4., As formas de organização, em que se interpretam as mensagens veiculadas pelos documentos produzidos pelos Grupos de Estudo. É precisamente no ponto 4. 1., que se encontram as respostas às duas primeiras perguntas de partida desta tese – que questões, de natureza laboral, social e política, estiveram na origem da criação, desenvolvimento e afirmação dos Grupos de Estudo, e como se estruturaram os Grupos de Estudos, no quadro da sua transformação num movimento associativo de natureza para-sindical.

No ponto 4. 2., apresentamos a análise das entrevistas a antigos membros deste movimento docente, a quem colocámos, entre outras, a terceira pergunta de partida: que relação existiu entre esse movimento profissional e as forças políticas, (a)legais e clandestinas, existentes no período em análise. Neste ponto analisamos, igualmente, a entrevista a um responsável do PCP.

Já na Parte III, a contribuição dos Grupos de Estudo para a criação, na sequência do 25 de Abril, dos sindicatos dos professores, abordamos, no seu capítulo V - a que demos o título "A constituição dos sindicatos dos professores: estruturas organizativas e reivindicações, 1974-

1977" - toda a dinâmica e movimentações decorrentes do processo de reestruturação da política nacional e, que levaram à constituição do novo mapa sindical, em 1977.

Na conclusão, faz-se uma síntese dos resultados da pesquisa e expõem-se as ilações alcançadas por meio da investigação.

O Apêndice I contém os quadros-síntese do espólio. No Apêndice II, transcrevem-se as entrevistas. Os Apêndices III, IV, e V integram os quadros sobre os professores colaboradores dos GEPDES, jornalistas e membros do Governo que, de uma forma ou de outra, intervieram no processo em estudo. O Apêndice VI regista as perguntas colocadas aos entrevistados, membros dos GEPDES.

Em Anexo, apresenta-se o CD-ROM com o espólio totalmente digitalizado, segundo a ordem referida no Apêndice I.

PARTE I

CAPÍTULO I

O CONTEXTO SOCIOPOLITICO E EDUCATIVO EM PORTUGAL, 1968-1974

"Pior do que viver uma ilusão, é não fazer nada para sair dela"

(Costa, 1999, s/p)

1.1. A "Primavera Marcelista"

A "Primavera Marcelista" decorreu entre 1968 e 1974 e foi durante este período que nasceram os Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios, GEPEeP. Aquela nova fase da vida política portuguesa iniciou-se logo após a exoneração de António de Oliveira Salazar, a 27 de setembro de 1968[23], pelo Presidente da República, Américo Thomaz, que nomeou para o cargo de presidente do Conselho de Ministros, Marcello Caetano. A 27 de novembro, discursando na Assembleia Nacional, Marcello Caetano, apresenta o seu programa de Governo, intitulado "Pela reta intenção de bem servir o povo português".

António de Oliveira Salazar deixara Portugal numa grave situação, em que se acumulavam problemas insanáveis para o regime. O atraso do País nos campos económico e social, as consequências das guerras coloniais, a amplitude do descontentamento e das lutas populares contra o Governo em várias frentes, a redução da base de apoio do regime, tanto no plano nacional como no internacional, provocaram divisões, conflitos, deserções e confrontos no próprio campo social, político, institucional e militar da ditadura.

No interior do regime, desenhavam-se duas tendências que, convergindo nos objetivos, divergiam nos meios: a que privilegiava o endurecimento do caráter repressivo da governação, para consolidação das suas posições, e o reforço da intransigência nos campos da defesa da "ordem" interna e da continuação da guerra colonial; e a que favorecia a necessidade de o regime emitir alguns sinais de mudança, para salvar o essencial da sua política, através de medidas de natureza reformista, liberal e europeístas.

O Governo de Marcello Caetano foi um compromisso entre ambas as partes: "O País habituou-se, durante largo período, a ser conduzido por um homem de génio: de hoje para diante tem de adaptar-se ao Governo de homens como os outros" (Caetano, 1969, pp. 19-20).

[23] O 11.º Governo da Ditadura Portuguesa e 3.º Governo do Estado Novo, nomeado a 27 de setembro de 1968, pelo Decreto n.º 48597, DG 229/68 SÉRIE I, e exonerado a 25 de abril de 1974, pela Lei n.º1 de 25 de abril de 1974, DG 97/74 - Série I - 1º Suplemento.

A chamada liberalização marcelista, na maior parte dos casos, não foi além de uma simples mudança terminológica: o "Estado Corporativo" torna-se "Estado Social" e a "União Nacional" "Ação Nacional Popular", em 1970; os órgãos do regime *A Voz* e *Diário da Manhã,* dão origem a *A Época*; o "império colonial" passou a ser designado por "Portugal pluricontinental" ou "pátria plurirracial"; a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), muda o nome para Direção Geral de Segurança (DGS)[24], e, como se verá, a Censura para Exame Prévio, entre outras alterações da nomenclatura vigente. Anunciou-se, além disso, "tolerância de ideias", "tolerância", todavia, limitada a quem estivesse disposto a "colaborar com o Governo". Anunciou-se, também, a "liberalização" da vida sindical mas foram aprovados decretos e regulamentos que dificultaram ainda mais a ação dos trabalhadores nos "sindicatos nacionais". E concedeu-se "autonomia administrativa" às colónias que, mais tarde, receberam o nome de "províncias ultramarinas" e, depois de "Estados Ultramarinos".

Estas medidas obtiveram, inicialmente, acolhimento em certos setores da oposição, como a Ação Socialista Portuguesa (ASP)[25] que, no *Portugal Socialista* de outubro de 1968, considera o novo Governo "um raio de esperança para o nosso povo".

Num "Manifesto à Nação", debatido e aprovado numa reunião de simpatizantes da ASP, efetuada em dezembro de 1968, e que viria a ser subscrito por cerca de quatrocentos democratas de todo o País, assinala-se a implementação de um "clima novo, de renovação e de esperança", "que só mereceu aplausos", e considera-se a política de Marcello Caetano como "a única possível", "uma saída pacífica", "uma transição inteligente e gradual". Este documento, integralmente proibido pela Censura, é criticado por outros agrupamentos políticos que acusam os socialistas de estarem a negociar com o Governo um reconhecimento preferencial. É o caso da Rádio Portugal Livre, em cuja emissão de fevereiro de 1969, se acusa a ASP de "colaboracionismo com a ditadura" (Pimentel, 2014, p. 504).

Fernando Abranches Ferrão, um dos socialistas subscritor do documento, porventura convencido da emergência de uma mudança política, terá escrito uma carta a Mário Soares, que se encontrava ainda no exílio em São Tomé e Príncipe, a aconselhá-lo a deixar "de lutar pelo máximo absoluto para lutar pelo máximo possível" (Rosas, 2004, p.37). Contudo, o

[24] A PIDE/DGS dispunha, à data, de 3204 funcionários, 1187 na "metrópole" e outros tantos nas diversas províncias ultramarinas.

[25] A Ação Socialista Portuguesa (ASP), 1964 - 1973, foi uma organização política fundada em Genebra por Mário Soares, Manuel Tito de Morais e Francisco Ramos da Costa, em novembro de 1964.

próprio Mário Soares (2008) haveria de afirmar que nunca acreditou na "Primavera Marcelista", até porque conhecia Marcello Caetano pessoalmente e considerava-o demasiadamente conservador. O certo é que foi graças a Marcello Caetano que Mário Soares pôde regressar, em outubro de 1968, do exílio em África.

Enraizara-se, pois, em alguns setores da sociedade, a ideia de que Marcello Caetano não teria estado sempre ao lado de Salazar e que havia de fazer a diferença. Era, assim, evidente a existência de duas correntes de opinião.

Muitos dos que se situavam mais à direita valorizavam o facto de, em 1926, o novo presidente do Conselho de Ministros, ter sido o redator da revista de direita *Ordem Nova*, que se assumia, na capa, como "antimoderna, antiliberal, antidemocrática, antiburguesa, antibolchevista, contra-revolucionária, reacionária, católica, apostólica e romana, monárquica, intolerante e intransigente, insolidária com escritores, jornalistas e quaisquer profissionais das letras, das artes e da imprensa". E chamavam a atenção para outros momentos da vida política de Marcello Caetano, a saber: em 1929, colaborara com Oliveira Salazar, como auditor jurídico do Ministério das Finanças, e, em 1931, integrara a primeira Comissão Executiva da União Nacional; no ano seguinte, desempenhara um papel de relevo na redação do projeto da Constituição de 1933; em 1940, fora nomeado comissário Nacional da Mocidade Portuguesa e, em novembro de 1944, titular do Ministério das Colónias; em novembro de 1949, assumira as funções de presidente da Câmara Corporativa e, em 1955, Salazar designara-o ministro da Presidência.

Para outros, os que queriam acreditar na mudança de regime, Marcello Caetano fora aquele que reagira à invasão policial da Faculdade de Medicina de Lisboa, na sequência de greves e protestos contra o regime efetuados por estudantes[26], e à demissão compulsiva de alguns professores universitários, em maio de 1947[27], e que seria afastado da vida política por

[26] Neste acontecimento é presa a Comissão Académica de Lisboa, de que faziam parte, entre outros, Mário Ruivo, Castro Rodrigues e Fernando Pulido Valente. É presa, igualmente, a Comissão Central do MUD [Movimento de Unidade Democrática] Juvenil (Mário Soares, Salgado Zenha, Rui Grácio, Júlio Pomar, entre outros). A Faculdade de Medicina é invadida, em maio, pelas forças policiais. O diretor da Faculdade, António Flores, apresenta a demissão ao ministro da Educação Nacional, Fernando Andrade Pires de Lima. www.fmsoares.pt.

[27] Por decisão do Conselho de Ministros de 14 de junho de 1947, foram expulsos do ensino 21 professores universitários: Mário Silva, Celestino da Costa, João Cândido da Silva Oliveira, Pulido Valente, Fernando da Fonseca, Adelino José da Costa, Cascão de Anciães, Torre de Assunção, Flávio Resende, Ferreira de Macedo, Peres de Carvalho, Zaluar Nunes, Remy Freire, Crabée Rocha, Dias Amado, Manuel Valadares, Marques da Silva, Armando Gibert, Lopes Raimundo, José Morgado e Morbey Rodrigues. O Governo deliberou que 13 professores (os primeiros da lista) estavam "abrangidos no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 25317". Consultando o

Salazar, após as eleições de 1958, devido à sua anterior aproximação ao general Craveiro Lopes[28]. Fora, igualmente, aquele, sublinhavam, que o general Botelho Moniz tinha procurado associar ao seu frustrado golpe de Estado, em 1961, como o possível chefe do Governo a indigitar pelos conspiradores, e, ainda, o professor universitário de Direito Administrativo e o reitor da Universidade de Lisboa, que se demitira, alegadamente, como forma de protesto contra a repressão policial violenta que se abateu sobre os estudantes universitários, em 1962. Sobre a questão colonial, Marcello Caetano defendia uma política de "progressivo desenvolvimento e a crescente autonomia das províncias ultramarinas" (*in* Batista, p. 215), tese a que Salazar se opusera totalmente.

Com estas duas versões do percurso político de Marcello Caetano em confronto, funcionando como pano de fundo, tinha-se, portanto, imposto, mesmo entre as elites sociais, a ideia de que se estava perante uma possível situação de mudança.

Em 22 de setembro de 1968, o Partido Comunista Português transmitiu, pela Rádio Portugal Livre, uma proclamação em que afirmava: "Só o povo português, só as massas populares, só a ação unida e organizada dos democratas portugueses, só o desencadeamento de um grande e poderoso movimento nacional pela liberdade, poderá desalojar os fascistas do governo e instaurar em Portugal um regime democrático" (Documentos do Comité Central, 1965/1974, Edições *Avante*!).

Internacionalmente, Marcello Caetano era visto como sendo politicamente mais aberto do que Salazar. *The Times*, na edição de 27 de setembro de 1968, após afirmar que "a nomeação do professor Caetano foi, de uma maneira geral, bem aceite (…)" descreve assim o novo presidente do Conselho de Ministros português: "É um ilustre académico com respeito pelo intelecto, uma certa arrogância e uma veia autoritária, mas difere do seu antecessor porque não tem o seu puritanismo inflexível e é mais aberto às ideias dos outros (…)". E no *Paris-Match,* de 5 de outubro do mesmo ano, lê-se: "Reconhece-se-lhe uma notável inteligência, um

jornal *República*, percebe-se que, provavelmente, todos os professores expulsos tinham ligações ao MUD. (Jorge Rezende, 2014)

[28] Presidente da República de 21 de julho de 1951 a julho de 1958. Entre Craveiro Lopes e o presidente do Conselho, Oliveira Salazar, as relações foram sempre frias e formais, com os textos dos discursos do PR modificados, os projetos recusados ou protelados, as convocações da Presidência ao Governo ignoradas. Era uma personalidade que não estava habituada a desempenhar um papel passivo. Marcello Caetano na sua obra *Minhas Memórias de Salazar* ao analisar a personalidade do Presidente refere que este não tinha sido talhado para aquele tipo de funções. Um mero símbolo da unidade nacional e de guardião das instituições. A oposição, por seu lado, foi-se acercando do Presidente e com Craveiro Lopes foi nascendo a esperança de mudança. O seu envolvimento na tentativa de golpe militar de 13 de abril de 1961 é a manifestação concreta do seu inconformismo. www.presidencia.pt.

grande liberalismo e, sobretudo, um gosto pelo diálogo que Salazar não tinha (…) Teve a capacidade ou a sabedoria de se desviar da política há dez anos (…) É modesto, na tradição do seu antecessor".

Em 1973, numa longa entrevista a António Alçada Baptista, sobre a sociedade portuguesa, Marcello Caetano define, a filosofia que presidia à sua ação governativa de "renovação na continuidade":

> […] um governante não chega ao poder para lhe ser entregue uma folha de papel branco onde escreva o que quiser. Não: recebe uma determinada estrutura histórica, política, social, um conjunto de hábitos, de costumes, de maneiras de viver e é a partir daí que ele tem de governar e é a partir daí que a sua ação se torna complexa. (*in* Baptista, 1973, p. 40)

E, mais adiante,

> O problema que hoje se põe à sociedade portuguesa é este exatamente: as suas constantes estruturais não encontram equilíbrio nas instituições chamadas democráticas e não é vergonha nenhuma reconhecê-lo: o processo do seu desenvolvimento, as heranças culturais e sociais, os problemas que neste momento lhe são postos por terceiros, onde tomam particular importância o problema do Ultramar e a situação da juventude, fazem com que surjam na sociedade portuguesa situações que particularmente a afetam e a perturbam. Quais as opções a tomar? Uma seria o restabelecimento das liberdades ditas democráticas em toda a sua pujança: a imprensa não sujeita a exame prévio, livre formação de partidos políticos, o direito de reunião e associação fora dos condicionalismos que lhe são impostos, e assim, quais as consequências imediatas que daí adviriam? Não tenho dúvida que uma onda de desordem, subversão e anarquia […]. (*in* Baptista, 1973, pp. 66-67)

Quanto às colónias, Marcello Caetano abandona a posição federalista em 1970, perante comissões distritais da ANP, justificando-se com a necessidade de defender os portugueses que ali trabalhavam e investiam, não os abandonando à sua sorte, num processo de descolonização. Em 1969, faz uma viagem por Angola, Moçambique e Guiné e regressou "convencido de que seria uma traição ignóbil à gente de lá e à obra lá erguida patuar com os grupúsculos que, por mero aventureirismo, só mantido graças a apoios internacionais, perturbavam num ou noutro ponto restrito dos imensos territórios de Angola e de Moçambique a paz geral, contrariando a vontade da maioria" (Caetano, 1974, p. 32). Marcello Caetano afirmaria: "Em 1962, eu pensava que valia a pena pôr de pé a construção federal […] Hoje, sei que não é assim" (Caetano, 1974, p. 219).

E, no entanto, além de consumir mais de 30% ao ano do Orçamento do Estado em 1962 (cerca de 45% em 1968) a guerra Colonial tinha, entretanto, deixado fortes marcas na sociedade portuguesa. Em 24 de setembro de 1973, ano da declaração unilateral da independência da Guiné- Bissau[29], ainda se acreditava que Portugal podia vencer a guerra que prosseguia, cada vez mais violenta, também em Angola e Moçambique. Ainda assim, o regime teimava em manter a todo do custo a pátria "pluricontinental e plurirracial". No texto "Linhas políticas da CDE de Lisboa na Campanha de 1973" lê-se: "até fins do ano passado e segundo números oficiais, terão morrido em combate 5 235 militares, 10 180 morreram em acidentes ou não sobreviveram a ferimentos recebidos em combate, cerca de 30 000 feridos e doentes irrecuperáveis e mais de 20 000 mutilados, além dos muitos milhares atingidos com perturbações mentais".

Em 1968, Portugal confrontava-se com numerosos problemas, nos planos nacional e internacional: o isolamento político em relação ao exterior, a agudização da questão colonial, os grandes interesses e grupos monopolistas, o crescimento industrial puxado pelo exterior, a estagnação da produção agrícola, o descrédito dos Planos de Fomento, um aparelho de Estado corrupto, a aceleração da corrente migratória europeia, nova fase de luta reivindicativa, o mito do equilíbrio orçamental e a debilidade da estrutura produtiva.

Américo Ramos dos Santos afirma:

> Por outras palavras, qual é o pano de fundo nos domínios económico e financeiro quando se põe o problema da substituição de Salazar? a) Isolamento político em relação ao exterior, nomeadamente no quadro europeu, em claro antagonismo com uma necessidade crescente de abertura da nossa economia; b) A agudização da questão colonial tornava mais visível a contradição da integração do então chamado espaço económico nacional e o processo de integração e reorganização da economia nacional decorrente da adesão à *EFTA*; c) Em consequência, os grandes interesses e grupos monopolistas não conseguem articular o novo modelo de industrialização que lhes é exigido do exterior e a necessidade de uma progressiva implantação económica nas colónias; d) O crescimento industrial puxado pelo exterior repercutiu-se principalmente numa maior intensificação da capacidade instalada, sendo reduzida a inovação tecnológica numa pulverizada e obsoleta estrutura industrial; e) A produção agrícola permanecia estagnada, reflectindo uma estrutura agrária atrasada, de investimento reduzido e assente numa tradicional política de subsídios; f) A tentativa de racionalizar uma política económica contraditória através do recurso à elaboração de planos indicativos (Planos de Fomento) encontrava-se frustrada e desacreditada. A execução financeira e material dos programas de investimento ficava sistematicamente aquém do programado. Os objetivos jamais eram atingidos; g) Um aparelho de Estado

[29] Reconhecida internacionalmente nesta data, Portugal só veio a reconhecer a independência desta antiga colónia, em 10 de setembro de 1974.

> corrupto, incapaz de introduzir elementos de dinamização económica; h) Aceleração da corrente migratória europeia para níveis sem precedentes, colocando limites a um tipo de industrialização que se baseava numa mão-de-obra abundante, não qualificada e de baixos salários; i) Tendência para uma deterioração das bases que haviam possibilitado um longo período de estabilização dos preços, criando as condições que permitiriam o desencadear de nova fase de luta reivindicativa, agravando de igual modo as condições de vida de largos estratos da pequena burguesia; j) O mito do equilíbrio orçamental encontrava-se definitivamente em perigo em consequência do esforço de guerra colonial e as condições de estabilidade monetária começavam a alterar-se rapidamente; l) A debilidade da estrutura produtiva exprimia-se por uma tendência visível de agravamento do défice comercial, em consequência de uma acrescida pressão da procura interna a que a produção não respondia. Só as relações favoráveis com as colónias e o saldo de invisíveis correntes permitiam obter saldos positivos na balança de pagamentos da zona do escudo. (Santos, 1977, pp. 70-71)

Seja como for, a década de 1960, tinha representado, no campo económico, um período de grandes alterações: Portugal adere à *European Free Trade Association (EFTA)*, e passa a fazer parte do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do *General Agreement on Tariffs and Trade* (*GATT)*, percursor da atual Organização Mundial de Comércio. A adesão de Portugal a estas instituições significara uma maior integração nacional nas economias europeias e mundial e uma maior interiorização do sistema capitalista no País.

Em 1968, inicia-se o último dos Planos de Fomento, o III Plano de Fomento (1967-1973), expressão do aumento da agressividade capitalista na derradeira fase do Estado Novo, através da captação de capitais estrangeiros, da liberalização da concorrência e do mercado, da convergência empresarial e da contínua política de exportações vinda do Plano Intercalar de Fomento (1965-1966). Trata-se de um Plano que manifesta a existência de uma preocupação com o planeamento regional e com uma distribuição mais equitativa da riqueza, numa altura em que começa a despertar a consciência da necessidade de liberalização do comércio externo e de as empresas enfrentarem a concorrência do exterior, na esteira dos dois planos quinquenais anteriores, de 1953-1958 e 1959-1964, que, todavia, se tinham revelado incapazes de nos aproximar das médias europeias - o setor primário (agricultura, pecuária, silvicultura e pescas) continuava a ocupar uma grande parte da população ativa (32,3% contra 0,5%, nos EUA; 3,1%, no Reino Unido; 15,8%, em França; 22,5%, em Itália; 29,4%, em Espanha e, 50,1%, na Grécia), apesar da emigração (trabalhavam, então, no estrangeiro um milhão e quatrocentos mil portugueses) e do êxodo dos trabalhadores rurais para as cidades, em busca de melhores condições de vida (Caeiro, 2005).

César de Oliveira, no livro *Salazar e o seu Tempo*, relata o seguinte episódio:

> "Numa das últimas entrevistas que concedeu, a um jornalista argentino, em dezembro de 1967, que lhe fez notar o facto de que camponeses levando pela mão uma cabra e carregando à cabeça molhos de lenha pesadíssimos, poderia ser sinal de subdesenvolvimento", o ditador "respondeu que o sul-americano estava enganado, pois esse é o ideal de vida de muitos portugueses que assim vivem felizes". (Oliveira, 1991, p. 80)

Portugal era, de facto, um país subdesenvolvido, embora a propaganda oficial o caracterizasse como um "país em vias de desenvolvimento". Conforme escreveu Adérito Sedas Nunes,

> "Entre 16 países da Europa, somos os penúltimos, na capitação do consumo da energia: depois de nós, só a Turquia. Somos o antepenúltimo, na capitação de aço; depois de nós, só a Grécia e a Turquia. Somos o penúltimo, nas taxas de escolarização; depois de nós, só a Turquia. Somos o último, na proporção do número de alunos do ensino superior para o conjunto da população; depois de nós, ninguém. Somos o penúltimo, na capitação do consumo de carne; depois de nós, só a Turquia. Somos o último na capitação do consumo de leite, o último na capitação diária de proteínas, o penúltimo na capitação diária de gorduras; depois de nós, só a Turquia". (Nunes, 1968, p. 8)

Em 1968, o salário rural médio dos homens (as mulheres recebiam menos) andava pelos 16.200$00 por ano; na indústria transformadora, a remuneração anual média não ultrapassava os 20.000$00. E, embora a tendência fosse, neste campo, no sentido da subida, no entanto, o aumento da inflação (6,1%) e dos impostos acabava por absorver os ganhos salariais dos trabalhadores mais pobres, a quem o dinheiro não chegava para satisfazerem as necessidades essenciais da família. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), do Rendimento Nacional cabia aos trabalhadores menos de 46% e para cima de 55% ao capital. O trabalho infantil, nas fábricas e nos campos, era encarado sem escândalo.

Entretanto, a Lei do Condicionamento Industrial, Lei n.° 2052, de 11 de março de 1952, e o Ato Colonial[30], subordinado ao princípio da integração económica entre a "Metrópole" e o "Ultramar", tinham feito acelerar o processo de concentração de empresas, numa economia já dominada pelos grupos CUF, Espírito Santo, Champalimaud, Português do Atlântico, Borges e Irmão, BNU e Fonsecas e Burnay. E mais tarde, graças a um anexo ao tratado de adesão à *EFTA*, Portugal conseguiu uma prorrogação do prazo de desmantelamento das barreiras aduaneiras, o que protegeu a indústria nacional e favoreceu as exportações.

Por outro lado, o preço elevado que o País pagava pela guerra colonial em três frentes, e que, em 1973, correspondiam a mais de 40% das despesas do Estado, explica o défice orçamental de 5,5 milhões de contos e impedia a realização de investimentos em áreas estratégicas tão

[30] Este Ato definiu durante muito tempo o conceito ultramarino português, tendo sido alterado na revisão da Constituição de 1933, feita em 1951, e integrado no texto da Constituição.

importantes para o desenvolvimento do País, como a educação e a investigação científica (Ramos, 2012).

No que respeita à educação, que, em 1968, teve direito a somente 11% das despesas públicas, impõe-se dizer, também, que, a nível geral do Continente, apenas 45% da população com idades entre 5 e 19 anos se encontrava escolarizada. Simultaneamente, o défice das contas do Estado situava-se em 9,6 por cento (Fernandes, 1970).

De acordo com uma publicação do Instituto Nacional de Estatística, intitulada *Condições de Habitação dos Agregados Domésticos,* em 1964 (e, nos quatro anos seguintes, a situação pouco se terá alterado): 58% dos alojamentos em prédio não dispunham de eletricidade e aproximadamente 80% das casas não tinham casa de banho; das habitações das zonas rurais não havia mais do que 14% com água e 24% com esgotos. Segundo dados de 1974[31], a situação era a seguinte: alojamentos com água canalizada, 47%; alojamentos com esgotos, 60%; alojamentos com instalações sanitárias, 58 por cento.

Num país onde o analfabetismo, na população com mais de nove anos, ainda afetava cerca de 26% da população, em 1970[32], vendiam-se, apenas 71 exemplares de jornais diários por mil habitantes e cada português ia ao cinema três vezes por ano. Igualmente por mil habitantes havia, no País, 65 telefones e 29 televisores. Segundo a mesma fonte, em 1970, a taxa de pré-escolarização era de 8%; a de escolarização no 1º ciclo de 85%; no ensino secundário, de 5% e no ensino superior de 0,9 por cento.

> "O analfabetismo, mormente entre as populações rurais, é devido a circunstâncias de diversa natureza, mas a sua mais funda razão de ser reside no facto de o nosso povo, pela sua riqueza intuitiva, pelas condições da sua existência e da sua atividade, não sentir a necessidade de saber ler. […] os factos vêm evidenciando que o povo não sente necessidade de aprender". (Plano de Educação Popular)[33]

Apesar de tudo, Marcello Caetano adota uma política económica que determina o crescimento do PIB, em 1970, de 9, 08%; em 1971, de 7,08%; em 1972, de 7,8 por cento. E em 1973 o PIB aumenta 11,29% (Teodoro, 2001, p. 249), acompanhado de projetos de desenvolvimento como o porto de Sines e a barragem do Alqueva.

Na linha do lema com o qual assumiu o poder, "renovação na continuidade", o sucessor de Salazar passou a utilizar o conceito de Estado Social para caracterizar o Estado Corporativo,

[31] Fonte: Pordata e *Visão*, 17 de abril de 2014, p. 37.
[32] Fonte: Pordata e *Visão*, 17 de abril de 2014, p. 38.
[33] Decreto-Lei n.º 38 968, de 27 de outubro de 1952.

cuja denominação também manteve, considerando que deveria ser aperfeiçoado, sendo que "Estado Social não significava, de maneira alguma, uma tentativa de implantar o socialismo, mas sim trabalhar no sentido de uma melhor distribuição de riquezas produzidas pelos portugueses" (Caetano, 1974, p. 127).

Assim, no outono de 1968, Marcello Caetano faz aprovar uma proposta de lei sobre a concessão do abono de família, na qual se estabelece o regime especial de abono de família para os trabalhadores agrícolas (Decreto n.º 49 216, de 30 agosto de 1969). E outras leis entram em vigor, concedendo aos cidadãos mais regalias sociais, nomeadamente a assistência na doença, bem como subsídios de casamento, de nascimento de filhos e de aleitamento durante os primeiros oito meses de vida. Mais: foi atribuído um subsídio aos idosos, sem que estes tenham alguma vez, na sua vida ativa, feito descontos para a Segurança Social. E tornaram-se obrigatórios a integração das empregadas domésticas no sistema da Segurança Social e o pagamento do 13º mês[34] a todos os trabalhadores. Houve, neste período, um desenvolvimento do estabelecimento do Estado Providência, cujas bases tinham sido lançadas com a aprovação da Constituição de 1933, o Estatuto do Trabalho Nacional (Decreto-Lei n.º 23048 de 23 de setembro de 1933) e a Lei n.º 1884 de 16 de março de 1935, a qual constitui a Lei de Bases de Organização da Previdência do Estado Novo.

Marcello Caetano considerava que "Os governos têm de resolver as exigências legítimas que as populações lhes fazem […] Será lícito em termos de justiça imediata, impedir as pessoas que pelo seu mérito e pelo seu trabalho aspiram às formas de bem-estar?" (*in* Baptista, 1973, p. 64).

Porventura em busca de legitimidade formal, o Governo aposta forte nas eleições legislativas de 26 outubro 1969. E, nesse sentido, alarga o sufrágio a todas as mulheres escolarizadas, permite maior liberdade de campanha à oposição, bem como a consulta dos cadernos eleitorais e a fiscalização das mesas de voto. Esta abertura não dissimula, porém, o que Marcello Caetano pensa da democracia:

> Mas o processo da liberdade é muito complexo e feliz estaria eu se a liberdade fosse uma coisa que os governantes pudessem oferecer. Costuma-se dizer que a liberdade não se recebe, conquista-se. Só que não é pelo verbalismo irresponsável nem pelo anarquismo revolucionário que os povos podem conquistar as liberdades de que precisam. Eu entendo que os cidadãos só conquistam a liberdade à maneira que vão assumindo responsabilidades. […] Não é difícil fazer uma adesão teórica

[34] Em Portugal, o subsídio de Natal, ou 13º mês, foi instituído durante o Estado Novo, pelo governo de Marcello Caetano, através do Decreto-Lei n.º 457/72, de 15 de novembro.

> às democracias, mas veja o que elas deram nomeadamente no caso português: lutas sociais, injustiças económicas, lutas partidárias que provocaram muito mais esterilidade que criação, os velhos quadros partidários nos comandos e uma permanente dificuldade de renovação, a imprensa chamada "livre" à ordem dos grandes interesses, a anarquia no ensino, uma sociedade hesitante perante uma dúzia de propostas contraditórias em que ninguém sabe mas não ousa confessar para onde conduz os seus adeptos. (*in* Baptista, 1973, p. 61-62)

A oposição aproveita a abertura anunciada e o II Congresso Republicano de Aveiro[35], realizado em maio de 1969, no Teatro Aveirense, foi, além do mais, uma ação de preparação para as eleições de 26 de outubro do mesmo ano.

No *Avante*!, de junho de 1969, lia-se: "Trabalhemos unidos pois só unidos conseguiremos os nossos objetivos". E mais adiante:

> "O II Congresso Republicano foi uma clamorosa afirmação de força e vitalidade dos ideais democráticos. Como foi assinalado no almoço de encerramento, o Congresso não resultou de qualquer dádiva liberalizante do fascismo, o Congresso foi o fruto, dizemos nós, da amplitude crescente do movimento democrático, para que têm contribuído decisivamente as grandes lutas reivindicativas das massas trabalhadoras e a intensificação da ação democrática em geral, tornando-se possível pelo espírito unitário, dinamismo e poder de iniciativa dos democratas de Aveiro, de que Mário Sacramento[36], recentemente falecido e sob a égide do qual decorreu, é bem o símbolo".

A oposição efetuara, entretanto, uma tentativa de criar uma frente única. Em 13 de abril de 1969, tinha-se realizado, em Alcobaça, um encontro de oposicionistas favoráveis à participação na luta eleitoral. Este grupo voltaria a reunir-se em S. Pedro de Moel, a 15 de junho, no encontro de que saiu a Plataforma de Ação Comum do Movimento Democrático Eleitoral, que ficaria conhecida como Plataforma de S. Pedro de Moel. Aí se definia o que se pretendia que fosse o programa comum da "Oposição Democrática". Representantes dos vários distritos do Continente e das Ilhas formularam os princípios e as reivindicações essenciais da oposição, nos vários planos da atividade política, social e cultural. A oposição decide participar no próximo ato eleitoral, apresentando candidaturas em todos os círculos, sendo para tal constituída uma Comissão Coordenadora das Atividades Eleitorais.

Tengarrinha dá uma entrevista à revista *Seara Nova*, onde esclarece:

[35] Os Congressos Republicanos de Aveiro ou Congressos da Oposição Democrática realizaram-se sempre no quadro da preparação das ações e iniciativas da oposição ao regime, no âmbito da realização de eleições para a Assembleia Nacional. Por tradição, e sobretudo pela ação e prestígio de Mário Sacramento, todos os três congressos se efetuaram em Aveiro. O I Congresso teve lugar a 6 de outubro de 1957, preparatório das eleições presidenciais, que decorreram em 1958. maismemoria.org.

[36] Foi médico, escritor neorrealista, ensaísta e político que se destacou como uma importante figura do movimento de oposição democrática ao regime do Estado Novo.

> Daí a necessidade de compreender as características que a CDE tem em 1969. É evidente que é fortemente marcada pela queda política de Salazar e pela pretensa esperança na abertura do regime. Todos nós fomos embalados nessa esperança, embora uns mais que outros. Na nossa área, a esperança era limitada, mas a área socialista estava eufórica. Mário Soares, que tinha estado no exílio em São Tomé, foi amnistiado por Marcello Caetano e regressou. Este facto é importante para se perceber o contexto em que nasce a CDE. Mário Soares pretende apresentar-se como o dirigente máximo da oposição e como o interlocutor legítimo para Marcello Caetano dialogar com a oposição. Nesse sentido, elabora um documento que é tornado público e enviado para Marcello Caetano, em que diz que é preciso encontrar forças políticas capazes de ter visibilidade, e dando como completamente excluída a hipótese de o PCP desempenhar qualquer ação relevante no panorama da oposição portuguesa por se encontrar praticamente extinto. Ou seja, apresenta-se como o único capaz de ser a face da oposição democrática. (*in* Pato, 2009f, p.1)

O rompimento da bem frágil unidade oposicionista verificar-se-ia, assim, pouco mais de um mês depois da reunião de S. Pedro de Moel, devido a alegadas divergências em redor dos seguintes pontos: a questão da guerra colonial, designadamente o reconhecimento do direito das colónias à independência, a transição do regime pela via democrática e a política sobre os monopólios, os latifúndios e o capital financeiro.

No início de setembro, a situação está definida. São vários os movimentos de oposição que disputam as eleições: a Comissão Democrática Eleitoral (CDE), agregando os católicos progressistas, socialistas independentes e comunistas; a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), predominantemente socialista, que concorreu apenas em Lisboa, Porto e Braga; a Comissão Eleitoral Monárquica (CEM) e, ainda, a Comissão Eleitoral Nacionalista Independente (CENI), que surge em Braga na sequência de conflitos locais, mas que cedo entrega os votos à União Nacional (UN).

É nestas eleições legislativas de 1969 que aparece integrado nas listas da União Nacional um grupo de jovens deputados liberais denominados pela comunicação social de Ala Liberal, e entre os quais sobressaíam Sá Carneiro, Pinto Balsemão, Miller Guerra, Magalhães Mota, Pinto Machado e Mota Amaral. Estes deputados divulgaram vários projetos para acelerar a renovação do regime, mas o primeiro indicador dos seus propósitos foi a subscrição do Projeto-Lei de revisão constitucional n.º 6/X, apresentado em 16 de dezembro de 1970. Tinham o desejo de ver instaurado "um regime político de liberdade", em que fosse possível "discutir, controlar os atos do Governo e escolher os representantes da Nação", conforme síntese de Miller Guerra. A opção europeia (Pinto Leite e Magalhães Mota), a liberdade de imprensa (Sá Carneiro e Pinto Balsemão), a reforma das universidades (Miller Guerra), são alguns dos grandes temas levados a debate na Assembleia Nacional pela Ala Liberal. Após

sucessivas desilusões e na impossibilidade de exercer livremente os seus direitos, o grupo havia de abandonar a Assembleia Nacional a 1 de julho d 1971 em protesto contra a obstrução da maioria, que impediu que fosse discutido na especialidade um projeto de lei de imprensa apresentado por Sá Carneiro e Pinto Balsemão. Segundo o relatório da DGS[37], Sá Carneiro terá dito que,

> "com a morte de Salazar houve na verdade uma esperança, eu fui um dos ingénuos que acreditei nessa mudança, razão porque aceitei a candidatura a deputado à Assembleia Nacional, pois se não tivesse tido essa esperança nunca a teria aceitado. Passado pouco tempo, isto em 1970, verificou-se que nada mudaria e, pelo contrário, algumas medidas foram ainda reforçadas". (Araújo, 2007, p. 351)

Tal como já acontecera nas eleições efetuadas no tempo de Salazar, em 1969, a União Nacional elegeu a totalidade dos 130 deputados, obtendo 981 263 votos. A Comissão Democrática Eleitoral alcançou 114 745 votos (10,29%), a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática, 16 863 votos (1,51%), e a Comissão Eleitoral Monárquica, 1 324 votos (0,12 %)[38]. A oposição havia de considerar fraudulentas as eleições de 1969, "um simulacro de eleições" como as classificou.

Em 28 de outubro de 1973, realiza-se novo sufrágio, sendo os 150 deputados da Assembleia Nacional eleitos, todos pertencentes à Ação Nacional Popular. O Movimento Democrático, resultado da convergência entre socialistas, comunistas, católicos progressistas e outros democratas sem filiação, desistira por considerar que não existiam condições para a realização de eleições livres. Os trabalhos parlamentares iniciam-se em 15 de novembro de 1973 e terminam com a dissolução da Assembleia Nacional, em 26 de abril de 1974.

Entretanto, em abril de 1973, o III Congresso da Oposição Democrática, igualmente, efetuado em Aveiro, deixara de se qualificar como congresso republicano para se assumir como Congresso da Oposição Democrática, a fim de permitir a participação de monárquicos independentes[39].

[37] Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, arquivo da PIDE/DGS — serviços centrais, processo CI (1) 1327, NT 1218.

[38] *Inter-Parliamentary Union*, pp.101-103. http://www.ipu.org/parline-e/reports/arc/PORTUGAL_1969_E.PDF.

[39] Estiveram presentes os monárquicos democratas, entre eles, Henrique Barrilaro Ruas que proferiu o discurso "O problema do Regime" e que, mais tarde, estaria na fundação do Partido Popular Monárquico (PPM), a 23 de maio de 1974, por iniciativa da Convergência Monárquica. A Convergência Monárquica foi um movimento de monárquicos oposicionistas ao Estado Novo, formado em 30 de abril de 1970, reunindo o Movimento Popular Monárquico, de Gonçalo Ribeiro Teles, constituido em 1957, a Renovação Portuguesa, de Henrique Barrilaro

Tengarrinha retoma, a propósito deste congresso, o tema das eleições, referindo-se, agora, às de 1973:

> Em 1973, as condições alteraram-se. Os dirigentes socialistas que estavam em Portugal viviam muito intensamente a situação do País. Para estes era claro que as propostas que a CDE tinha feito em 1969 se mantinham perfeitamente válidas. Todos reconheciam – aliás, isto está documentado nas teses do Congresso da Oposição Democrática de 1973 – que, ao contrário do que a CEUD dizia em 1969, e de acordo com o que dizia a CDE, Marcello Caetano não significava uma alternativa democrática para o País. Não havia qualquer esperança de que, através do regime marcelista, Portugal pudesse atingir a democracia. Segundo aspeto em que agora todos estavam de acordo era o de que a guerra colonial já tinha atingido tais proporções que era impossível, por via militar, resolver o problema. Por outro lado, homens como Salgado Zenha já tinham percebido que nunca Marcello Caetano permitiria que fossem alternativa dentro do regime. Portanto o entendimento [entre socialistas e comunistas] estava facilitado. (*in* Pato, 2009f, p.1)

Apesar da mencionada abertura, era abissal a diferença no acesso aos órgãos de informação entre a ANP e a oposição, durante as campanhas eleitorais. O tema da comunicação no período marcelista tem, aliás, de ser analisado em dois vetores: primeiro, o uso dos meios de comunicação pelo próprio Marcello Caetano; segundo, a forma como a política governamental tratou a informação e os órgãos de comunicação social.

No que respeita ao primeiro vetor, impõe-se constatar que Salazar poucas vezes recorreu à imprensa, à rádio e à televisão para se dirigir, diretamente, ao País. Marcello Caetano, pelo contrário, soube aproveitar todos os benefícios do novo meio de comunicação, cuja introdução em Portugal, no final da década de 1950, incentivara com entusiasmo. E não descurou a importância do contacto com os jornalistas,

> As conferências de imprensa, são meios de informação de excecional amplitude; além da exposição das ideias ministeriais, permitem o esclarecimento de dúvidas através da resposta a perguntas formuladas pelos assistentes, escolhidos para traduzir as preocupações da opinião pública (...) Os ministérios ou serviços de informação destinam-se a pôr à disposição do público os factos da vida do Estado e a manter os contactos permanentes entre os governantes e os órgãos noticiosos (...) Só há vantagem no aproveitamento pelos homens de Estado dos meios de difusão postos pela técnica ao serviço de todos para procurarem obter uma união mais íntima de governantes e governados através da exposição dos problemas, da explicação das decisões e do comentário dos resultados. (Caetano, 1965, p. 55)

Há que considerar que em 1970, segundo o INE, 25,7% do povo português era analfabeto. A imprensa escrita não chegava à maioria dos portugueses. Com o aparecimento da televisão,

Ruas, fundada em maio de 1962, e uma fação da Liga Popular Monárquica, de João Vaz de Serra e Moura, nascida em 1964. (Henriques, 2006, s/p)

muitos, mesmo sem disporem de meios para adquirir um aparelho, podiam reunir-se nos cafés ou nas associações culturais da sua região, para verem as notícias. O presidente do Conselho passava a estar "à mesa" dos portugueses, falando para todos, sobre os assuntos que preocupavam o Governo, o qual, outrora distante, queria agora partilhá-los com o País, num ambiente de intimidade.

> […] fui o primeiro membro do Governo a utilizar a TV para expor ao País, em junho de 1957, problemas de interesse geral. Não oculto que segui os primeiros passos da Radiotelevisão portuguesa com profundo interesse e entusiasmo até. Não imaginava que, anos depois, como Chefe de Governo, ela me seria de tanta utilidade para o estabelecimento de uma corrente de comunicação entre mim e o povo português. Mas sabia, desde o início, que era o instrumento ideal para um Governo se tornar popular... se o merecesse. (Caetano, 1977, p. 472)

Ramiro Valadão, então presidente da Rádio Televisão Portuguesa (RTP), numa reunião do Conselho de Programas, em 1971, afirmou: "... o Telejornal pode contribuir, dada a sua excecional difusão, para que sejam atingidos os objetivos do Governo da Nação"[40].

Marcello Caetano era a imagem do regime e, como tal, cabia-lhe a ele estabelecer a comunicação direta com os portugueses através de um formato televisivo da autoria de Ramiro Valadão, denominado "Conversas em Família", igualmente, difundido pela rádio. Numa carta ao presidente da RTP, de 28 de dezembro de 1970, o chefe do Governo adverte[41]:

> "Conto com o apoio fiel, dedicado e inteligente dos amigos, sobretudo daqueles a quem estão confiadas posições-chave, como sucede consigo. A televisão é, nos tempos correntes, um instrumento essencial da ação política e nós não podemos hesitar na sua utilização – nem em vedar aos adversários da ordem social essa arma de propaganda".

Também Moreira Baptista, na altura subsecretário de Estado da Presidência do Conselho e, mais tarde, a 7 de novembro de 1973, nomeado ministro do Interior, assumiria as funções de comentador, nas aberturas do Telejornal, com uma periodicidade ora quinzenal ora mensal. No seu primeiro comentário, em 25 de janeiro de 1973, ano de eleições, afirmou o que convinha que fosse dito para execução da sua política:

> "Creio que em nenhuma outra época os governantes portugueses tiveram tanto a preocupação de informar, justificar, fornecer dados e razões que permitam um exato juízo dos fundamentos das orientações seguidas e das decisões tomadas. E ninguém melhor e com mais autoridade e esclarecido

[40] "Projeto de Ata da 45.ª Reunião do Conselho de Programas da RTP", de 7 de janeiro de 1971. Comissão do Livro Negro. Lisboa, 1980, pp. 240-242.
[41] "Projeto de Ata da 45.ª Reunião do Conselho de Programas da RTP", de 7 de janeiro de 1971. Comissão do Livro Negro. Lisboa, 1980, p. 263.

> juízo o tem feito que o próprio Presidente Marcello Caetano que tantas vezes aqui vem para conversar com o povo […]"[42].

A primeira emissão das "Conversas em Família" de Marcello Caetano foi para o ar, em 8 de janeiro de 1969. Seguiram-se mais quinze, a última das quais, em 28 de março de 1974, foi proferida num tom amargo, eventualmente, por causa da recente sublevação militar das Caldas da Rainha, a 16 de março.

Na primeira, transmitida pela Rádio Televisão Portuguesa, Emissora Nacional, Rádio Club Português e Rádio Renascença, e escutada por 3 milhões de pessoas[43], abordou os temas do orçamento, do fomento do desenvolvimento económico, do aproveitamento do programa de execução do III Plano de Fomento e da inflação.

Já na última das "Conversas em Família" comentou:

> "A vida em sociedade implica uma atitude de solidariedade e de colaboração que exige dádiva de si próprio, sacrifício de interesses, espírito de serviço, integração em planos coletivos. Mas o egoísmo materialista desfaz tudo isso. Nega-se ao sacrifício, escusa-se a servir o próximo, aborrece a obediência às leis e a quem as executa, instaura a indisciplina em todos os sectores, recusando-se a aceitar outra norma que não seja as das conveniências pessoais de cada um". (Caetano, 1974)

No que concerne ao segundo vetor, veja-se como Marcello Caetano explicou porque mantinha a censura, numa entrevista ao jornalista João Coito, do *Diário de Notícias*, em vésperas das eleições de 1969:

> "Primeiro, porque, a braços com uma guerra subversiva, em que a retaguarda desempenha papel essencial e a *rama* psicológica é das mais importantes, seria neste momento imprudente abandonar uma defesa que os Estados adotam em períodos e situações semelhantes. Segundo, porque sempre pensei que, depois de quarenta anos de regime de censura, se impõe um período de transição, em que, por meio de habituação progressiva do meio e da responsabilidade crescente, se vão preparando as pessoas para a liberdade de imprensa".

E em *Depoimento*, livro que escreveu em 1974, no Rio de Janeiro, onde, após o 25 de Abril, se exilou, além de se referir à necessidade de defender o regime do Partido Comunista Português e dos "terroristas", insiste:

> "Quase meio século de censura desabituara os jornalistas do sentimento das responsabilidades, a começar pelos diretores dos jornais que comodamente descarregavam sobre os censores o encargo de dizerem se um texto devia ou podia ser publicado. Desabituara também a Administração Pública das críticas e do esclarecimento oportuno da opinião. Os próprios leitores haviam perdido o critério

[42] Projeto de Ata da 45.ª Reunião do Conselho de Programas da RTP, de 7 de janeiro de 1971. Comissão do Livro Negro. Lisboa, 1980, p. 263.
[43] *A Capital*, 9 de janeiro de 1969, p. 1.

> para apreciar os jornais e a matéria neles inserida. Era preciso fazer a reeducação progressiva de todos estes elementos". (Ricardo, 2009, s/p)

Ainda assim, a fim de criar a ilusão de que alguma coisa estava a mudar em relação à política salazarista, Marcello Caetano rebatizou uma série de organismos e procedimentos e anunciou a elaboração de uma nova Lei de Imprensa. Nesse sentido, pelo Decreto-Lei n.º 48 686, de 15 de novembro de 1968, o chefe do Governo deixou de superintender os serviços de censura, função que passou para a Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT), fundada para substituir o Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI)[44], extinto em 1 de janeiro de 1969. O novo órgão, dirigido por Moreira Baptista[45], incluía a direção dos Serviços de Censura, ou melhor, de Exame Prévio, como agora se designavam. Já o Conselho Nacional de Informação, criado pelo mesmo normativo, tinha, segundo o art.º 9.º, as seguintes funções: "Ao Conselho Nacional da Informação cabe pronunciar-se sobre as questões de interesse para a informação pública, emitindo pareceres sobre os assuntos que lhe sejam submetidos e formulando sugestões para o aperfeiçoamento do exercício das atividades respetivas e do funcionamento dos serviços que nelas superintendem, e, bem assim, coordenar a ação dos diversos departamentos oficiais em matéria de informação".

Posteriormente, Marcello Caetano nomeou um novo diretor de censura, o coronel Armando Páscoa, que fora colaborador de vários jornais, e mandou alterar os carimbos usados pelos censores - de "visado" para "visto", de "cortado" para "proibido", de "autorizado com cortes" para "autorizado parcialmente" e de "suspenso" e "retido" para "demorado", - e nos documentos oficiais, os censores passaram a ser tratados por "leitores" (Ricardo, 2009).

Sobre a imprensa, Marcello Caetano tinha a seguinte opinião:

> Apesar da difícil situação causada pela guerra no Ultramar e pelo crescente atrevimento da subversão interna na metrópole, a imprensa portuguesa, em Abril de 1974, estava longe de ser monótona, mera reprodução de um pensamento oficial, sem liberdade de diferenciação ideológica. Para só falar da imprensa diária de Lisboa, publicavam-se de manhã um jornal católico – *Novidades* – um jornal governamental – *Época* [resultante da junção de *A Voz* com o *Diário da Manhã*] – um jornal de centro-esquerda – *O Século* – um jornal informativo conservador – *Diário de Notícias* – sem falar no *Jornal do Comércio.* À tarde, o público tinha à sua disposição um jornal socialista – *República* – outro de tendência maoísta – *Diário de Lisboa* – e dois vespertinos informativos – *Diário Popular* e *A Capital*,

[44] O organismo foi criado em 26 de outubro de 1933, com a denominação de Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), adotando a designação Secretariado Nacional de Informação (SNI) em 1945. De 1968 a 1974, passou a Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT).

[45] Secretário Nacional de Informação – SNI, secretário de Estado da Informação e Turismo - SEIT (1968-1973) e ministro do Interior (1973-1974).

> em cujas redações, especialmente no último, preponderavam elementos comunistas ou simpatizantes. (Caetano, 1974, p. 73)

Em outubro de 1968, Moreira Baptista, então ainda subsecretário de Estado da Presidência do Conselho, fixa por despacho, novas Normas a Observar pelos Serviços de Censura (DSC). Segundo essas normas, não seria permitida "a divulgação de notícias, artigos, crónicas ou comentários ou de quaisquer outros textos" que pudessem "atingir os princípios que informam a ordem jurídica constitucionalmente estabelecida", ou fossem "ofensivos dos órgãos de soberania nacional". Passaria a ser totalmente censurado "tudo, o que ofendesse a moral cristã tradicional do país e a política adotada quanto ao Ultramar português". A quem acreditara na "Primavera Marcelista" estas normas terão causado o primeiro desencanto.

Mas haveria outros. Por exemplo, a rejeição pela Assembleia Nacional do projeto de Lei de Imprensa apresentado pelos deputados da chamada Ala Liberal, Francisco Sá Carneiro e Francisco Pinto Balsemão, em 22 de abril de 1970. Neste diploma, consagrava-se a liberdade de expressão do pensamento e de fundação de empresas jornalísticas, sem necessidade de autorização, de caução e de habilitação, limitava-se o exame prévio aos temas militares, encarregando-se da tarefa uma comissão que funcionaria no Ministério da Defesa, enquanto durasse a guerra colonial, atribuía-se aos jornalistas os direitos de acesso às fontes de informação e ao sigilo profissional e previa-se a criação de conselhos de redação, além de se entregar aos tribunais comuns o julgamento, com base nas leis gerais, dos crimes cometidos através da imprensa. Na mesma altura, seria pura e simplesmente ignorado pela Assembleia Nacional o projeto do Sindicato Nacional dos Jornalistas, da autoria de José Carlos de Vasconcelos e João Arnaldo Maia, e que fora aprovado pela classe, em 3 de fevereiro de 1970.

Mas o que aniquilou, definitivamente, as ilusões de quem ainda julgava possível a liberalização do regime, foi o teor da nova Lei de Imprensa - Lei de Bases da Imprensa, n.º 5/71, de 5 de novembro, e o Estatuto da Imprensa, n.º 150/72, de 5 de maio -, que não só mantinha a censura prévia administrativa, à qual o Decreto n.º 22 469, de 11 de abril de 1933, dera força de lei, como sujeitava a julgamento nos tribunais plenários de Lisboa e Porto, os crimes de imprensa considerados políticos, e estabelecia, para as outras infrações, que tipificava, pesadas penas, incluindo elevadas multas, prisão até dois anos, suspensão e mesmo encerramento das publicações e interdição do exercício da profissão. Nas *Instruções sobre o Exame Prévio*, documento enviado aos órgãos de informação em 1 de junho de 1972,

concretizava-se, em 17 alíneas, o estatuído na Lei n.º 5/71, sobre os crimes de imprensa, na linha das normas, anteriormente, elaboradas por Moreira Baptista.

Não surpreende, pois, que, segundo conta José Pedro Castanheira (2009), tenham sido totalmente cortados logo no primeiro número do semanário *Expresso*, fundado por Pinto Balsemão, em 6 de janeiro de 1973, cerca de trinta artigos.

Entretanto, a luta clandestina contra a ditadura conhecera diversos desenvolvimentos. A oposição ao regime era liderada pelo Partido Comunista Português, o qual, em 1964, cria uma organização autónoma para a realização de ações armadas, sob a direção de Rogério de Carvalho – a Ação Revolucionária Armada (ARA).

A ARA, ativa entre 1970 e 1973, realizou várias operações com grande impacto político, como a sabotagem do navio *Cunene*, que garantia o abastecimento das tropas coloniais, as ações contra a Escola Técnica da PIDE, o Centro Cultural dos EUA e o cais da Fundição, em 1970, a sabotagem da Base Aérea n.º 3, em Tancos, de que resultara a destruição de 16 helicópteros e 11 aviões, e da Central de Telecomunicações, o assalto ao Paiol, na serra de S. Mamede, e ao *Comiberlant*[46], em 1971, e o corte da rede elétrica no Porto, Lisboa, Alhandra e Beja, em 1972. A partir de maio de1973, já com a ARA praticamente desmantelada pela polícia política, devido à prisão de sete operacionais em fevereiro e março, o PCP emite um comunicado em que anuncia a suspensão das ações armadas.

Um outro grupo, a Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR), um movimento político liderado por Palma Inácio, efetua vários assaltos a bancos com o objetivo de usar as verbas roubadas em operações da oposição ao regime. Entre estas operações, destacam-se os assaltos ao Banco de Portugal, na Figueira da Foz, em 17 de maio de 1967, e a uma carrinha do Banco da Agricultura, em 9 de abril de 1972, em Paris, tendo a LUAR arrecadado aqui 628 mil francos.

Durante a década de 1970, emergem, também, vários movimentos maoístas, trotskistas e socialistas radicais dos quais sobressaem as Brigadas Revolucionárias (BR), que optam por uma forma de resistência baseada em ações armadas não terroristas, principalmente contra a logística da guerra colonial. As Brigadas Revolucionárias, criadas no início dos anos 1970 por dissidentes do PCP, sob a liderança de Carlos Antunes e Isabel do Carmo, atuavam em conexão com setores "católicos progressistas". No início dos anos 1970, executam um

[46] Comando da *NATO* da Área Ibero-Atlântica.

conjunto de operações, tais como os ataques aos edifícios da *NATO*[47], na Fonte da Telha, em 7 de novembro de 1971, e ao abastecimento elétrico de alta tensão a Lisboa; atentados contra instalações militares, o Ministério das Corporações e a sede do Movimento Nacional Feminino; assalto aos Serviços Cartográficos do Exército e apoio à vigília anticolonial realizada por católicos na Capela do Rato, em Lisboa. Após a primeira ação, as BR divulgam, em dezembro de 1971, o documento "Contribuição para um movimento revolucionário organizado dos trabalhadores portugueses", no qual definem o seu posicionamento político. Este conjunto de ações clandestinas viria a dar origem ao nascimento do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP-BR), em 1973[48].

Marcello Caetano tem, por esta altura, alguns gestos de boa vontade face à Igreja Católica: aprova, na sequência de diligências da Ala Liberal, o fim do exílio do bispo do Porto[49], D. António Ferreira Gomes, que regressa a Portugal, em 19 de junho de 1969; inclui o nome de Deus na revisão da Constituição de 1971; oficializa as primeiras faculdades da Universidade Católica; e aceita, pela primeira vez, a nomeação de um bispo negro angolano, D. André Muaca, mas resiste às exigências, não só de católicos contestatários, mas também da própria Ala Liberal, de alterar a cláusula da Concordata[50] que impedia a dissolução do casamento canónico. Não obstante as tentativas de aproximação de Caetano aos católicos, verificam-se alguns momentos de tensão entre o Governo e a Igreja. O primeiro acontece em 1 de julho de 1970, quando Paulo VI recebe três líderes de movimentos de libertação[51] que operavam nos

[47] *North Atlantic Treaty Organization.*

[48] Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado Brigadas Revolucionárias, Edições Revolução, Lisboa, 1974.

[49] A 13 de julho de 1952, é nomeado bispo do Porto. De 1952 a 1958, notabilizou-se pela atenção à miséria social em que vivia o povo português, pela crítica ao corporativismo do Estado e pela exigência de liberdade de expressão do pensamento. A seguir à campanha do general Humberto Delgado para a Presidência da República, tornou-se conhecido o pró-memória, que enviou a Oliveira Salazar, a 13 de julho de 1958 e que terminava com quatro perguntas relativas às possíveis objeções que o Estado teria em relação à ação da Igreja e dos católicos. Escreve: "Antes, pelo contrário, penso que se não forem capazes de aguentar o desfavor e a animosidade do Poder, pouco podem merecer o respeito e a liberdade. Apenas sugiro e peço, mas isso com toda a nitidez e firmeza, o respeito, a liberdade e a não-discriminação devidos ao cidadão honesto em qualquer sociedade civil." (D. António Gomes, p. 139). Este texto teve grande divulgação nos jornais. A 24 de julho de 1959, o bispo do Porto foi aconselhado a retirar-se uns tempos, de férias, e depois Salazar proíbe-o de entrar em Portugal. Vê-se forçado a um exílio de dez anos e, países como a Espanha, França e Itália, entre outros.
www.fspes.pt/biografia.html

[50] A Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, foi assinada no dia 7 de maio de 1940, durante o papado de Pio XII e o Governo de Oliveira Salazar. Foi, posteriormente, substituída, em 2004.

[51] Em 5 de julho de 1969, a Frelimo (Urias Simango), o MPLA (Agostinho Neto) e o PAIGC (Amílcar Cabral) tinham dirigido uma carta aberta ao simpósio dos bispos africanos onde acusavam a Igreja Católica de "apoiar explicitamente" a guerra feita por Portugal e condicionar a "atitude futura" dos seus povos face à Igreja, de acordo com a "posição que a Igreja hoje tomar". Em 1 de julho de 1970, Paulo VI recebeu os dirigentes daqueles movimentos nacionalistas, Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos. Em www.guerracolonial.org pode-se obter uma detalhada informação sobre esta audiência do Papa Paulo VI.

territórios africanos sob a soberania portuguesa. Além disso, a escolha pelo Vaticano de D. António Ribeiro, para suceder ao cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira, concretizada pela nomeação em 10 de maio de 1971, surpreendeu – negativamente – o poder político. Durante os anos finais do marcelismo, o cardeal patriarca de Lisboa, demarca-se do regime.

O momento de tensão com maiores repercussões é, todavia, o da invasão da Capela do Rato. No dia 30 de dezembro de 1972, na missa da tarde, o padre João Seabra Dinis é interrompido por um grupo de católicos, que anuncia a intenção de realizar ali uma jornada de 48 horas, com "greve da fome", de protesto contra a guerra colonial, a qual seria tema para a reflexão durante esses dois dias. Em apoio desta ação, as Brigadas Revolucionárias, espalham por diversos pontos da capital e arredores, panfletos apelando à solidariedade com os grevistas da fome da Capela do Rato, cujos objetivos consistiam em "1. Romper o silêncio acerca do problema da guerra em Angola, Moçambique e Guiné. Procurar a paz. 2. Declarar solidariedade com as vítimas da guerra".

No dia 31, cerca de 300 pessoas aprovam uma moção em que se afirma que a guerra colonial contra os povos, angolano, moçambicano e guineense também vitimiza o povo português. O local é então cercado pela polícia de choque, comandada pelo capitão Maltês Soares, e cerca de sessenta pessoas são levadas para a esquadra da PSP do Largo do Rato. Depois, os suspeitos de liderarem a ação são conduzidos para o Governo Civil e, mais tarde, para o forte de Caxias, onde ficam incomunicáveis. Deste grupo fazem parte, entre outros, Nuno Teotónio Pereira, José Luís Galamba de Oliveira, Maria Benedita Galamba de Oliveira, Francisco Pereira de Moura, Homero Cardoso, Luís Moita e Francisco Louçã. Solidários com os detidos, cidadãos e sindicatos enviam exposições de protesto ao Presidente do Conselho e ao Patriarca de Lisboa. Doze funcionários públicos, entre os quais Francisco Pereira de Moura, professor do Instituto Superior de Economia, são demitidos de funções. E aumenta a indignação, nomeadamente, nos meios académicos. As repercussões da vigília na Capela do Rato obrigam Marcello Caetano a justificar publicamente a intervenção da polícia, num discurso de mais de meia hora, transmitido pela rádio e pela televisão.

Figura incontornável da oposição dos católicos à ditadura foi o padre Felicidade Alves, Pároco de Santa Maria de Belém, desde 1956. As suas intervenções, sobretudo a partir de 1967, causam incómodo tanto ao poder político como ao eclesiástico quando, nas homilias, critica a política colonial do Governo e a ausência de liberdade e direitos fundamentais dos cidadãos. Colocado duas vezes em Paris pelo cardeal Cerejeira para o afastar da sua paróquia,

é no regresso do segundo desses "exílios" que, em abril de 1967, apresenta ao Conselho Episcopal uma comunicação, que havia de determinar, no final de um longo processo, a sua excomunhão. Intitulava-se, *Perspetivas de transformação nas estruturas da Igreja e Sentido da responsabilidade pessoal na vida pública do meu país*. Uma das principais iniciativas do padre Felicidade Alves depois do seu afastamento da paróquia de Belém, em novembro de 1968, é a publicação de onze números dos Cadernos GEDOC[52], em 1969 e 1970, dos quais foi o grande impulsionador, juntamente com Nuno Teotónio Pereira e Abílio Tavares Cardoso. Esta publicação, que começou por ser legal, passou à clandestinidade quando os seus principais responsáveis, incluindo o padre Felicidade Alves, foram presos pela PIDE.

Crescia, entretanto, o descontentamento nas Forças Armadas, especialmente a partir de década de 1970, primeiro devido à dificuldade de progressão na carreira após antigos milicianos terem ocupado muitas das vagas existentes e, mais tarde, por motivos de natureza política. Com efeito, a recusa do Governo de aceitar uma solução negociada para a guerra colonial levou a que os militares percebessem que o fim do conflito passava pelo derrube da ditadura. Os oficiais intermédios do exército, principalmente os capitães, sabendo que tinham o apoio de muitos dos seus superiores hierárquicos, organizaram-se num movimento clandestino, o "Movimento dos Capitães". A 21 de agosto de 1973, realiza-se em Bissau, a primeira reunião clandestina de 51 oficiais das Forças Armadas portuguesas descontentes, quer ainda com a situação de âmbito profissional, em particular a questão das promoções, quer com a forma como o regime insistia em perpetuar o "problema ultramarino". Em outubro, o "Movimento dos Capitães" consolida ligações, solidariedades e canais de informação dentro dos quartéis, e elege uma Comissão Coordenadora. Seguem-se as reuniões de 24 de novembro, em S. Pedro do Estoril, e de 8 dezembro, na Costa da Caparica, na qual é eleito um secretariado executivo (Vasco Lourenço, Otelo Saraiva de Carvalho e Vítor Alves) dando-se, assim, início ao processo de preparação de um golpe militar. O Movimento das Forças Armadas (MFA) aprova as linhas gerais do seu programa "O Movimento, as Forças Armadas e a Nação", em 5 de março de 1974, que havia de resumir-se em três palavras-lema: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. A 16 de março, fracassa um golpe militar tentado por oficiais das Caldas da Rainha, por falta de apoios e coordenação, mas a 24 de março, na última reunião clandestina da Comissão Coordenadora do MFA, decide-se precipitar o derrube do regime ditatorial. O golpe é marcado para a semana de 20 a 27 de abril. A 23 de

[52] GEDOC – Grupos de Estudos – Intercâmbios de Documentos.

abril, o major Otelo Saraiva de Carvalho, distribui as instruções relativas às ações a desencadear na noite de 24 para 25 de abril.

O descontentamento face ao regime tinha-se, igualmente, instalado entre estudantes e professores. As lutas estudantis que, em 1958, tinham tido como alvo o Decreto- Lei n.º 40 900, de 12 de dezembro de 1956, publicado no *Diário do Governo* n.º 269, I série, que regulamentava, de forma autoritária, a vida interna das associações, reduzia a esfera de ação de cada uma à própria faculdade e submetia-as a um controlo rígido por parte do Estado e das autoridades académicas, prosseguiram nos anos seguintes e culminaram, em março de 1962, com a revolta provocada pela proibição do Dia do Estudante, em Lisboa, a qual determinou uma greve às aulas até ao fim do ano letivo, com forte repressão (prisões e expulsões) sobre os estudantes. O ano de 1965 ficou também marcado, igualmente em Lisboa, por grande agitação estudantil, depois de cerca de 50 estudantes terem sido detidos pela PIDE por, alegadamente, pertencerem ao PCP. O resultado de meses de protestos foi a exclusão de 53 estudantes de todas as universidades do País e a suspensão de mais de 100 da frequência de diversos estabelecimentos de ensino superior.

Seguiu-se a crise de 1969, com o "epicentro" em Coimbra, que conduziu à demissão do ministro da Educação, José Hermano Saraiva, em janeiro de 1970, à mudança de reitor da Academia coimbrã e ao envio dos líderes académicos para o serviço militar obrigatório. Na cerimónia de inauguração do Edifício da Matemática, Alberto Martins, presidente da Associação Académica de Coimbra, dirigira-se ao Presidente da República, Américo Thomaz, pedindo a palavra em nome dos estudantes. O pedido foi recusado, a cerimónia terminou de forma abrupta. Alberto Martins foi detido nessa noite, e os estudantes saíram à rua tendo aprovado a entrada em luto académico, no que foram acompanhados pelos seus colegas de Lisboa.

Mas a repressão sobre os estudantes não terminou. Em 12 de outubro de 1972, José Ribeiro Santos, dirigente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa (AAFDL), e militante do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), foi mortalmente baleado por um agente da PIDE/DGS, quando participava numa reunião de estudantes. Na ocasião, também ficou ferido José Lamego, igualmente aluno da Faculdade de Direito de Lisboa (FDL). A 14 de maio de 1973, a polícia de choque, comandada pelo capitão Maltês

Soares, reprime uma concentração de estudantes contra a presença de "gorilas"[53] na Universidade e a Faculdade de Letras de Lisboa é encerrada por tempo indeterminado.

Por seu turno, os professores, muitos oriundos das lutas académicas de 1962, 1965 e 1969 (alguns ainda alunos universitários), iniciam, em 1969/1970, um movimento reivindicativo, sob o nome de Grupo de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios (GEPEeP), tendo em vista o pagamento nas férias aos docentes eventuais e provisórios e o direito de associação. A repressão também se abate sobre eles, pois são impedidos de se reunir, são perseguidos pela polícia política e veem os seus postos de trabalho ameaçados. Deste movimento de cariz sindical mas eufemisticamente chamado Grupos de Estudo (Grácio, 1989a), emerge, após o 25 de Abril de 1974, o sindicalismo livre dos professores.

A grande maioria das lutas laborais era, por esta altura, liderada, na clandestinidade, pelo PCP. As greves de 1969[54] deram, segundo o PCP, uma primeira grande resposta de massas à perspetiva "liberalizante" de Marcello Caetano. Ao mesmo tempo, acentuou-se a influência recíproca do movimento operário e do movimento democrático que recebeu, em 1969, um impulso dado diretamente pelos trabalhadores, através dos "grupos socioprofissionais" da CDE.

Uma contribuição decisiva para o desenvolvimento da intervenção dos trabalhadores e para o reforço do seu papel no quadro do movimento antifascista foi a luta que se desenvolveu nos sindicatos e que conduziu, em setembro de 1970, à criação da Intersindical. Entre as reformas assumiu especial importância a revisão da legislação relativa aos sindicatos e do regime

[53] Vigilantes, que os estudantes alcunhavam de "gorilas". Segundo o *Jornal de Notícias*, de 1 de julho de 2006, "À distância, Veiga Simão, justifica-se, lembrando os apelos de docentes para que a segurança fosse garantida e nota que o grupo de militares colocado nas escolas foi escolhido por Costa Gomes, um dos generais do 25 de Abril. 'Nenhum pertencia à PIDE', assegura". http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=558100. Teodoro (2001, pp. 292-293) confirma que o ministro Veiga Simão admitiu que se estudasse a constituição de um corpo de vigilantes após os acontecimentos na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o que se veio a verificar com a aprovação do Decreto-Lei n.º 18/73 de 17 de janeiro. O recrutamento foi feito através de anúncios nos jornais nas edições de 2 e 3 de janeiro de 1971, pedindo ex-militares, com mais de um metro e oitenta e com preferência para aqueles que tivessem prestado serviço nas forças especiais.

[54] Algumas das principais lutas em 1969:
Greves dos trabalhadores têxteis, em Santo Tirso, Fábrica do Cobre, Fundição do Bom Sucesso, Fábrica têxtil da Areosa e EFACEC. Os trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Gás, e Eletricidade, dos Serviços de Águas e Saneamento do Porto e dos Serviços Municipalizados de Vila Nova de Gaia, reclamam aumento de salário. Trabalhadores da Empresa Sonafi, em São Mamede Infesta, reivindicam a melhoria das condições de trabalho, através de uma exposição com 420 assinaturas. Verificam-se, além disso, manifestações operárias na Fábrica de Fiação e Tecelagem Rio Vizela, concelho de Santo Tirso, greves e ocupações de locais de trabalho nas fábricas de montagem da General Motors, Ford, LISNAVE, JEFFA, em Alhos Vedros e da Tapoban, em Amarante, paralisação da fábrica de Cabos Ávila. Ferroviários subscrevem um abaixo-assinado, entregue no Ministério das Corporações, em que formulam 33 reivindicações. E os pescadores de bacalhau recusam-se a partir para a Terra Nova, protestando contra o aumento da matrícula. www.fmsoares.pt.

jurídico das relações coletivas de trabalho, respetivamente pelo Decreto- Lei n.° 49 058, de 14 de Junho de 1969, e pelo Decreto-Lei n.° 49 212, de 28 de Agosto de 1969.

Apesar destas medidas repressivas, algumas vieram criar espaços de intervenção dos sindicatos corporativos:

> […] os sindicatos deixavam de ter que se organizar obrigatoriamente por distritos; as direções sindicais deixavam de ter que ser homologadas pelo Ministro das Corporações; passava a ser da competência dos tribunais de trabalho a resolução de diferendos que envolvessem a suspensão de dirigentes sindicais ou a invalidação de eleições; as comissões administrativas nomeadas pelo Ministro das Corporações deveriam realizar eleições sindicais no prazo máximo de 6 meses, e não indefinidamente como até então; o direito de dissolução dos sindicatos deixava de caber ao Ministro das Corporações e passava a competir ao Conselho Corporativo; a autorização para a filiação em organismos internacionais passava a depender no INTP[55] e não do Governo; e os sindicatos passam a poder nomear delegados sindicais para as empresas, sempre que o julgassem necessário. (Marques, 2007, p. 310)

As reformas viriam a ter, no entanto, importantes consequências, não previstas nem desejadas pelo legislador. A nível social, provocaram um enorme surto de greves com a participação de setores das classes médias, como os médicos, bancários, profissionais dos seguros e empregados administrativos. De outubro de 1973 até ao 25 de Abril, além de muitas centenas de breves lutas nas empresas, mais de 100.000 trabalhadores dos centros industriais e milhares de trabalhadores agrícolas do Alentejo e do Ribatejo participaram numa vaga de greves[56].

O "consulado" marcelista entra em declínio a partir do momento em que as várias frentes de luta se vão alargando, a economia apresenta sinais de subida da inflação, não conseguindo criar o espaço português assente na exploração dos recursos e dos mercados coloniais.

> No plano económico, apesar das elevadas taxas de crescimento do produto interno, o modelo de crescimento adotado, assente numa base tradicional e de débil produtividade, apresentava sinais que pronunciavam o seu esgotamento: a rápida subida da inflação, em resultado da deterioração da situação monetário-financeira, o desvio do investimento produtivo para aplicações improdutivase expeculativas, o elevado nível de despesas públicas não reprodutivas, em resultado das crescentes despesas militares com a guerra em África. (Teodoro, 2001, p. 254)

As medidas políticas tomadas a partir da revisão da Constituição, Lei n.º 3, de 16 agosto de 1971, e a reconfirmação de Américo Thomaz como candidato às eleições presidenciais de 1972, vão contribuir para a inviabilidade deste modelo governativo.

[55] Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP): instituto público existente entre 1933 e 1974, que tinha como missão assegurar a execução das leis de proteção do trabalho e das demais leis de caráter social. O INTP foi criado através do Decreto n.º 23 053, de 23 de setembro de 1933. dre.pt.
[56] Fonte: www.fmsoares.pt.

Ninguém melhor do que o próprio Marcello Caetano para traçar o quadro do fim do regime. Veríssimo Serrão reproduz desta forma o que ele terá afirmado em 17 de abril de 1974:

> Reina em todas as classes a demissão, a fraqueza, o aviltamento. Os militares, que juraram defender a pátria, andam em reuniões de fim mercenário apenas para chamar a si a entrega das províncias ultramarinas. A Igreja, que tinha a obrigação de esclarecer os espíritos, deixou-se apossar de um progressismo militante que vai ao ponto de identificar Cristo e Marx. Os universitários, a quem e cabe formar homens de amanhã, preferem incitar os alunos à contestação permanente. Os novos burgueses, que estão saturados de bem-estar, apostam na mudança política para se manterem na crista da onda. Resta o povo anónimo, que é bom e fiel, mas se deixa manobrar pelos palradores de ocasião que lhes dizem que nós somos os tiranos e eles os libertadores. Que podemos fazer para evitar a desgraça? Estamos atentos e havemos de lutar, mas precisamos acima de tudo que Deus nos valha. (Serrão, 1985, p. 71)

A primavera que, com Marcello Caetano, não foi senão um rigoroso inverno (Amaral, 1995), de miséria e repressão dos direitos e liberdades, veio, sim, com a instauração da democracia, em 25 de Abril de 1974, para a qual contrbuiram, também, os professores, designadamente através dos Grupos de Estudo, o objeto de estudo deste trabalho.

1.2. A Reforma Veiga Simão

Anos passados sobre a data em que foi chamado por Marcello Caetano para substituir, na pasta da Educação, José Hermano Saraiva, em 15 de janeiro de 1970, Veiga Simão descreveu assim o que pensava do processo de Reforma do Sistema Educativo da sua autoria[57], e do seu trabalho no Ministério da Educação Nacional (MEN):

> "Desenvolver uma reforma educativa não era tarefa fácil, já que o poder político tinha no seu seio forças contrárias muito poderosas, e eu tinha que conquistar professores e a confiança do País. Não partia de qualquer base legislativa a minha reforma. A Constituição de 1933 falava vagamente na educação e instrução obrigatórias como pertencentes à família e a instituições sociais e particulares. Apenas o ensino primário elementar era obrigatório. Como Ministro não tinha força política para promover alterações constitucionais. Na revisão de 1971, o máximo possível foi o de explicitar que o Estado procurará assegurar a todos os cidadãos acesso aos bens de educação e cultura, introduzindo pela 1ª vez o conceito do ensino básico ser o ensino obrigatório. Sem bases constitucionais para desenvolver a reforma, como fazer? A reforma não podia obedecer só a tentativas de lutar por uma lei que depois de aprovada fosse posta em vigor. A estratégia foi completamente diferente. Em 1970, desencadeei uma série de acções no quadro do que devia ser a reforma educativa baseando-me num decreto-lei relacionado com experiência pedagógica. A lei desenvolvia o ensino desde o Pré-Escolar até ao ensino superior. A Lei de Bases do Sistema Educativo foi uma forma de compensar a Constituição política, a forma de sustentar a reforma, no futuro, de a consolidar, de defender a existência de uma lei do sistema educativo para dinamizar o processo de expansão e diversificação. Foram elaborados dois documentos base e foram colocados à discussão em todo o país. Embora as condições do país fossem, por imposição, pouco sensíveis à crítica e à discussão, houve grande adesão aos debates."

Para compreendermos este processo de reforma do sistema educativo, teremos de fazer uma breve retrospetiva histórica, recuando até às chamadas Leis de Bases da Educação.

Assim, em 1923, foi publicada a proposta de lei sobre a reorganização da educação nacional[58], da autoria do então ministro da Instrução Pública, João Camoesas, apresentada à Câmara dos Deputados e cuja orientação tinha por base as ideias de Faria de Vasconcelos, companheiro do ministro no grupo da *Seara Nova* e na Universidade Popular Portuguesa. A proposta não chegou, porém, a ser aprovada, devido à queda do Governo, de António Maria da Silva, em 15 novembro do mesmo ano. Este texto, conhecido por Estatuto da Educação Pública, foi o

[57] Testemunho de Veiga Simão por ocasião das Comemorações do 25º aniversário da Restauração do Ensino Universitário em Évora, integrado no Ciclo de Encontros que decorreu no anfiteatro do Edifício do Colégio do Espírito Santo da Universidade de Évora, com o título: A Restauração do Ensino Universitário em Évora. A história contada pelos protagonistas, em 27 de maio de 1999.
[58] *Diário do Governo* n.º 151, de 2 de julho de 1923, II série.

primeiro diploma legislativo a ser elaborado por um Governo com vista a ordenar, de uma forma organizada global, o sistema educativo. No preâmbulo lê-se: "A guerra determinou em toda a parte a imperiosa necessidade de uma definição das exigências da vida, de um novo ajustamento dos organismos sociais. Daí resultou que a maioria das nações se viu obrigada a transformar o seu sistema de instrução pública. Portugal não pode, não deve querer fugir às exigências da situação."

Esta proposta de lei é composta por 24 bases, nas quais são tratadas diversas questões ligadas à estrutura e organização do sistema de ensino, tais como: graus da educação; obrigatoriedade da educação; gratuitidade da educação; duração dos cursos; educação infantil; educação primária; educação de anormais; educação secundária; educação elementar técnica; cursos das escolas elementares técnicas; educação técnica complementar; educação profissional; internatos; educação universitária e superior; Faculdade de Ciências da Educação; Inspeção Médico-Escolar; Inspeção Técnica de Ensino; Universidades Populares; Junta Nacional de Fomento das Atividades Sociais e Investigação Cientifica; divisão educativa do País; categorias de professores; construções escolares; Fundo da Educação Nacional; Reorganização do Ministério da Instrução Pública, Ministério da Educação Nacional; execução da reforma.

Só mais tarde, em 1936, num contexto político totalmente diferente, se volta a pensar na reestruturação do sistema educativo. É então publicada a Lei n.º 1 941, de 11 de abril[59], a qual estabelece as bases de organização do Ministério da Instrução Pública e altera a sua denominação para Ministério da Educação Nacional, nome curiosamente já sugerido na Lei de Camoesas, institui a Junta Nacional da Educação e extingue o Conselho Superior de Instrução Pública, o Conselho Superior de Belas Artes, a Junta Nacional de Escavações e Antiguidades, a Comissão do Cinema Educativo e a Junta de Educação Nacional.

Este diploma, que estruturou a política educativa, cultural e de investigação científica do regime do Estado Novo foi da responsabilidade de Carneiro Pacheco, nomeado ministro da Instrução Pública, por Salazar, em 18 de janeiro do mesmo ano (Carvalho, 2001). Organizado em XIV Bases, fixa as seguintes disposições: atribui ao pessoal docente a obrigação, além de se preparar cientificamente, de cooperar na função educativa e na formação do espírito nacional; previne a superlotação dos liceus e universidades; prevê a revisão do quadro das

[59] Lei n.º 1 941, de 11 de abril de 1936. Estabelece as bases da organização deste Ministério, que passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional. *Diário do Governo*, I-Série, n.º 84, de 11 de abril de 1936.

disciplinas e respetivos programas; cria o livro único; considera a Mocidade Portuguesa uma organização nacional e pré-militar; torna a disciplina de Canto Coral obrigatória; e impõe a presença do crucifixo, na sala de aula, por detrás da cadeira do professor.

Em 1963, Galvão Telles, então ministro da Educação Nacional, elabora um Projeto de Estatuto da Educação Nacional (EEN), que, apresentado em dezembro de 1966, foi publicado em 1969, já depois da exoneração[60] daquele governante.

Segundo a versão divulgada pelo próprio MEN, em maio-junho de 1969, o EEN "corresponde a uma conceção que supomos original e que julgamos representar fecunda via, importante instrumento ao serviço do progresso da educação" (Telles, 1969, p.12). O EEN era a,

> "carta magna do ensino, lei básica onde se contenham os grandes princípios orientadores, as ideais-força, onde se dê forma e expressão a um sistema renovado de acção educativa, fiel às grandes constantes do Cristianismo e da Lusitanidade, mas modernizado em função das exigências do presente e das tendências do porvir". (Telles, 1966, p. 145)

O EEN está organizado em onze títulos, cobrindo áreas tais como princípios fundamentais; disposições comuns ao ensino; formas de ensino; graus e ramos de ensino; pessoal docente; ação social escolar; atividades circum-escolares; educação pré-escolar; educação extraescolar; educação religiosa, moral, cívica, artística e física; e, por último, investigação científica. Este texto resultou de vários relatórios pedidos a especialistas na área da educação.

Em 17 de janeiro de 1970, Marcello Caetano, na sua Conversa em Família, afirma: "Refiro-me, por fim, a um ponto que todos sabem estar na primeira linha das minhas preocupações: a educação. […] Tem sido feito um esforço muito grande em todos os graus de ensino, esforço que importa desenvolver ainda mais". Enumerando várias frentes de combate, assume que uma delas é a "urgente e decisiva batalha da educação" (Leite, 1973, p. IX e X).

Estava aberto o caminho para Veiga Simão, nomeado ministro a 15 de janeiro de 1970, encetar todo o processo da reforma do sistema educativo. É neste contexto politico-educativo que o Grupo de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios (GEPEeP), e, mais tarde, designados Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, no sentido de corresponder ao objetivo de alargamento a todos os professores deste setor, criados em 1969/1970, vão encontrar o espaço para expor as suas reivindicações e ações de luta pela

[60] O Projeto do Estatuto de Educação Nacional foi abandonado por José Hermano Saraiva, logo após a sua tomada de posse como ministro da Educação Nacional, em 19 de agosto de1968.

dignificação da classe docente e pelo seu direito de associação, conforme se desenvolve no Capítulo IV.

A 6 de janeiro de 1971, Veiga Simão anuncia ao País que um Projeto de Sistema Educativo e as Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior serão apresentados para "ampla discussão pública". Foram distribuídos 50.000 exemplares do texto integral, que a imprensa divulgou largamente. Em janeiro de 1973, o Governo envia à Assembleia Nacional, a Proposta de Lei n.º 25/X. Em 25 de julho, é aprovada a Lei n.º 5/73, que viria a ficar conhecida como Reforma Veiga Simão. Segundo Rui Grácio,

> "A Reforma Veiga Simão com boas razões, até a da comodidade de cristalizar em um nome a trama complexíssima de iniciativas, estudos, ações e vicissitudes de um processo que mobiliza tantas e diversificadas pessoas e instituições", e mais adiante, numa perspetiva crítica, "[…] uma espécie de grande carpintaria, acabada e inteiriça, e destinada a durar, cerrada sobre si, imota e inalterada". (Grácio, 1973, pp. 20-21)

Veiga Simão via nestas propostas a sua missão histórica. Afirmou: "Educar todos os portugueses, onde quer que se encontrem, na aldeia escondida ou na cidade industrializada, na savana seca e ignota ou na lezíria verdejante, é princípio sagrado de valor absoluto e de transcendente importância à escala nacional" (Simão, 1970, pp. 8-9).

Além, desta Lei de Bases, que se pretendia estruturante e global, outras medidas foram tomadas, que, embora parcelares, também alteraram, profundamente, o sistema educativo português, durante o Estado Novo, antes de 1973. Podemos citar, no Ministério de Carneiro Pacheco, as reformas do ensino liceal[61] e do ensino primário[62], de 1936 e de 1938, e a promulgação da Lei n.º 1 969, de 20 de maio[63]. De acordo com as novas bases da reforma do ensino primário, este passou a compreender dois graus: o ensino elementar, com três classes, obrigatório para todos os portugueses "física e mentalmente sãos", com idades compreendidas entre os 7 e os 12 anos, e o ensino complementar, que, composto por duas classes, se destinava aos jovens com idades dos 10 aos 16 anos que pretendessem prosseguir os estudos.

[61] Decreto-Lei n.º 27 084, de 14 de outubro de 1936. Promulga a reforma do ensino liceal. *Diário do Governo*, I-Série, n.º 241, de 14 de outubro de 1936.
[62] Decreto-Lei n.º 27 279, de 24 de novembro de 1936. Estabelece as bases em que deve assentar o ensino primário. *Diário do Governo*, I-Série, n.º 276, de 24 de novembro de 1936.
[63] Lei n.º 1 969, de 20 de maio de 1938. Promulga as bases da reforma do ensino primário. *Diário do Governo*, I-Série, n.º 115, de 20 de maio de 1938.

Em 1947, sendo ministro da Educação Nacional Pires de Lima, são aprovados dois normativos importantes, as reformas do ensino técnico, a 19 de junho[64], e do ensino liceal, a 17 de setembro[65].

Em 1952, o Plano de Educação Popular, criado pelo Decreto-Lei n.º 38 968, de 27 de outubro, também durante o Ministério de Pires de Lima, legisla a obrigatoriedade do ensino primário, o recenseamento escolar, a assistência escolar, as providências destinadas a reforçar a obrigatoriedade de frequência escolar, os cursos de educação de adultos, a Campanha Nacional de Educação de Adultos, a organização dos serviços da Direção-Geral do Ensino Primário e o alargamento dos quadros do pessoal das direções dos distritos escolares. Estas decisões "estão na base de uma renovação da situação escolar portuguesa e que serviram de ponto de partida para a transformação que iria processar-se nos anos próximos". (Carvalho, 1986, p. 791)

Depois nos anos 1950, Leite Pinto, ainda como ministro da Educação Nacional, havia de encetar medidas que conduziriam a uma reforma parcial do ensino, com a criação do que viria a ser o Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (CPES), e que, segundo Calvet de Magalhães (1971), estava relacionada com os seguintes relatórios: "Análise Quantitativa da Estrutura Escolar Portuguesa (1950-1959)"[66], "Evolução da Estrutura Escolar Portuguesa (Metrópole). Previsão para 1975"[67], pois defendia, neste artigo, que "Toda a gente sabe e parece que anda esquecida de que estamos a colher alguns frutos da decisão do eng.º Leite Pinto […]."

Estes documentos alcançaram os seus objetivos, pois

> "têm constituído fonte de divulgação de numerosos órgãos da imprensa e passaram a servir de documento de informação e referência para discussões e críticas sobre o sistema educacional português, considerado quanto à sua estrutura, à sua evolução ou às correspondentes perspetivas, limitadas ou não a um ou outro ramo de ensino". (Martins, 1967, p. 56)

Leite Pinto tinha definido educar da seguinte forma: "civilizar um homem é aumentar a sua reduzida educação, civilizar uma sociedade é afinal civilizar muitos homens. Processo de sua

[64] Lei nº 2 025, de 19 de junho de 1947. Promulga a reforma do ensino técnico profissional. *Diário do Governo*, I-Série, n.º 139, de 19 de junho de 1947.
[65] Decreto-Lei n.º 36 507, de 17 de setembro de 1947. Promulga a reforma do ensino liceal. *Diário do Governo*, I-Série, n.º 216, de 17 de setembro de 1947.
[66] *Análise quantitativa da estrutura escolar portuguesa (1950-1959)*, 1963, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Grupo de Trabalho Português do Projeto Regional do Mediterrâneo, Centro de Estudos de Estatística Económica (C.E.E.E).
[67] *Evolução da estrutura escolar portuguesa (Metrópole). Previsão para 1975*, 1964, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Grupo de Trabalho Português do Projeto Regional do Mediterrâneo, Centro de Estudos de Estatística Económica (C.E.E.E).

natureza deveras moroso, porque obriga à eliminação de sucessivos níveis inferiores de cultura" (Pinto, 1963, p. 88).

Em 1956, o Decreto-Lei n.º 40 964, de 31 de dezembro, amplia e reforça o regime da obrigatoriedade do ensino primário elementar, estabelecendo que a escolaridade obrigatória seria de quatro classes para os menores do sexo masculino. Só em 1960, através do Decreto-Lei n.º 42 994, de 28 de maio, a obrigatoriedade da frequência do ensino primário elementar foi alargada ao sexo feminino.

Assim, quando o Decreto-Lei n.º 45 810, de 9 de julho de 1964, do Ministério de Galvão Telles, ampliou a escolaridade obrigatória para seis anos, o ensino primário obrigatório já era legalmente de quatro anos para ambos os sexos. Também a designação de ensino primário é substituída, pela primeira vez, pela de ensino básico, então entendido como compreendendo um ciclo elementar de quatro anos e outro complementar de dois anos. Três anos mais tarde, a obrigatoriedade da frequência deste ciclo complementar, tornar-se-ia suscetível de ser cumprida, em alternativa, através da frequência de um ciclo preparatório, o CPES[68], comum aos dois ramos de ensino secundário existentes na altura, o liceal e o técnico, visto que fora decretada a unificação do 1º ciclo dos liceus com o ciclo preparatório, no prosseguimento do trabalho encetado pelo ministro Leite Pinto. No ponto 2 do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 45 810, presta-se justa homenagem a quem fora o seu principal impulsionador: "A justificação da presente reforma (resultado de cuidadosos estudos feitos na continuação de outros realizados no tempo do Ministro Leite Pinto) contém-se na crítica a que está merecidamente sujeito o sistema que entre nós vinha vigorando."

Em 1964, foi criado outro caminho para o cumprimento da escolaridade obrigatória, a Telescola. Neste tipo de ensino, a aquisição e conhecimentos pelos alunos e o seu acompanhamento era garantido nos postos de receção, por professores/monitores. O Ciclo Preparatório TV apresentou-se como uma via de ensino exclusivamente dirigida às populações não urbanas. Em 2002, Galvão Telles, respondendo a António Teodoro, sobre a importância da Telescola e dos apoios nacionais e internacionais e acerca de quem partira a ideia, afirma: "A Telescola foi, realmente, um dos principais objectivos desenvolvidos durante o meu Ministério. Cedo se radicou no meu espírito a convicção, que já possuía, do

[68] Decreto-Lei n.º 47 480, de 2 de janeiro de 1967. Institui o Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, que substitui tanto o 1º ciclo do ensino liceal como o ciclo preparatório do ensino técnico profissional – Cria, no Ministério, a Direção de Serviços do Ciclo Preparatório. *Diário do Governo*, I-Série, n.º 1 de 2 de janeiro de 1967.

altíssimo papel que aos meios audiovisuais cabia no fomento do ensino e da cultura" (*in* Teodoro, 2002, p. 60).

Para se compreender melhor o quadro político em que todos estes textos relativos à reforma do sistema educativo foram produzidos, temos de regressar ao final da Segunda Grande Guerra, quando Salazar é obrigado a compreender que o País não pode manter-se mais tempo isolado do resto do mundo. A partir de todas as movimentações a nível europeu e mundial, no sentido da criação de organismos que, num esforço conjunto, pudessem impedir um novo conflito à escala mundial, Portugal vê-se na obrigação de aderir à ONU[69] e às suas organizações como a *UNESCO*[70], *UNICEF*[71] e *FAO*[72], à CECA[73], mais tarde à Comissão Económica Europeia[74] (CEE) e União Europeia[75] (UE), à *NATO*[76], ao Banco Mundial[77], ao FMI[78], e à OECE[79], dando esta origem à OCDE[80].

Em 1958/1959, a OECE, inicia exames regulares aos países membros, com o objetivo de avaliar os sistemas educativos, no sentido de propor medidas de reorganização. Em 1959/1960, os examinadores da OECE deslocam-se a Portugal (Lemos, 2014) e o então ministro da Educação, Leite Pinto, aproveita para, através deles, pedir ajuda técnica e económica a fim de poder satisfazer os objetivos da educação, isto é, de responder às necessidades de mão-de-obra qualificada, bem como de fazer face à situação de atraso educativo do País e de realizar o Plano de Fomento Cultural que projetara, em 1959, o qual implicava um ambicioso investimento na educação. Deste contexto resulta a criação do Projeto Regional do Mediterrâneo (PRM), que além de Portugal, passa a incluir a Espanha, Itália, Grécia, Turquia e Jugoslávia (Teodoro, 2000). No que respeita à educação, é a OCDE, que, desde a sua fundação em 1961, passa, com base em pressupostos económicos, a preocupar-se, com a exequibilidade dos sistemas educativos dos países membros.

[69] Organização das Nações Unidas foi fundada em 24 de outubro de 1945.
[70] *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* foi fundada em 16 de novembro de 1945.
[71] *United Nations International Children's Emergency Fund* foi fundada em 11 de dezembro de 1946.
[72] *Food and Agriculture Organization* foi fundada em16 de outubro de 1945.
[73] Comunidade Europeia do Carvão e do Aço foi fundada em 19 de abril de 1951.
[74] Foi fundada em 1 de julho de 1967.
[75] Foi fundada em 1 de novembro de 1993.
[76] Ver Nota de Rodapé 46. Foi fundada em 4 de abril de 1949.
[77] Foi fundado em 27 de dezembro de 1944.
[78] Fundo Monetário Internacional foi fundado em 22 de junho de 1944
[79] Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) foi fundada em 16 de abril de 1948.
[80] Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) foi fundada em 30 de setembro de 1961.

No relatório final do PRM, que só veio a ser apresentado publicamente a 2 de abril de 1964, já com Galvão Telles em exercício no Ministério da Educação, regista-se:

> a) A existência de cerca de 20% de analfabetos;
>
> b) Mais de dois terços da população ativa possuíam o ensino primário ou menos (67,2% não tinham concluído o ensino primário, tendo abandonado a escola antes de obter o certificado);
>
> c) Os analfabetos e os que não possuíam o ensino primário constituíam, em 1960, quase 9/10 da população ativa;
>
> d) Só 0,4% da população ativa possuía o ensino médio (Institutos industriais e comerciais e escolas de regentes agrícolas) sendo a relação entre técnicos superiores e técnicos intermédios de 1,5 para 1, quando, nos países industrializados, era de 1 para 3 a 1 para 6. (Lemos, 2014, p. 14)

Tais dados indiciavam uma baixíssima produtividade, devido ao modelo de sistema escolar em vigor, levando os autores do relatório a concluir: i) Limite exageradamente baixo da escolaridade obrigatória; ii) Queda das taxas de escolarização para além deste limite; iii) Taxas de aproveitamento demasiado fracas (Lemos, 2014, p. 15).

O peso das análises do PRM sobre as políticas educativas dos anos 1960 e 1970, foi significativo,

> […] o Projeto Regional do Mediterrâneo deu, todavia, um contributo decisivo para a consolidação da *viragem* na política educativa portuguesa dos anos sessenta e setenta, permitindo a participação regular de um vasto conjunto de técnicos e quadros político-administrativos nacionais nas atividades da OCDE e recebendo a consultadoria técnica de peritos internacionais na generalidade dos novos projetos lançados, precisamente nesse período da *idade de ouro* do crescimento do ensino, impulsionado por um crença, quase sem limites, no valor económico da educação, primeiro da educação técnica e do ensino científico, depois também da educação de base e geral." (Teodoro, 2001, p. 226)

A influência do PRM e da OCDE nas políticas públicas de educação encontra-se já bem expressa no Plano Intercalar de Fomento para 1965-1966, o que não se verificara no I Plano de Fomento (1953-1958), virado para um conjunto de investimentos orientados para a construção de infraestruturas, nem no II Plano de Fomento (1959-1964), que há-de atribuir prioridade à estratégia de investimento, mas com base na iniciativa privada. O Plano Intercalar inclui, com efeito, um capítulo dedicado ao ensino e à investigação, no qual está claramente expressa a necessidade de um sistemático planeamento educativo, visando quer o crescimento da frequência escolar, quer a melhoria da produtividade do sistema escolar.

A criação do Gabinete de Estudos e Planeamento da Ação Educativa (GEPAE), pelo Decreto-Lei n.º 46 156, de 16 de janeiro de 1965, não pode deixar de ser inserida na dinâmica proposta pelo PRM, em cujo art.º 1.º, se lê:

> O Ministério da Educação Nacional tem absoluta necessidade de um órgão que possa consagrar-se ao estudo permanente, sistemático, dos problemas de natureza educacional, em ordem a facilitar as decisões de fundo que o Ministro haja de tomar sobre a matéria. É preciso montar uma máquina que tenha condições para funcionar continuamente, que recolha todos os dados, elementos e informações pertinentes, e os elabore, faça sobre eles estudos esclarecedores, sempre dentro de uma ideia de conjunto, de visão orgânica, de relacionação de problemas e soluções, e bem assim em obediência a uma preocupação de previsão do futuro, de atualização constante segundo os progressos da pedagogia e a evolução das realidades económicas e sociais. Numa palavra, é preciso criar um instrumento institucionalizado de planeamento da ação educativa, que funcione como útil auxiliar do Ministro no delineamento geral dessa ação.

Parece, pois, encerrar-se aqui o primeiro momento de impacto do PRM nas políticas públicas de educação em Portugal. O segundo momento de impacto será o processo de construção da reforma de Veiga Simão.

Veiga Simão, no discurso de tomada de posse, como ministro da Educação Nacional, em 15 de janeiro de 1970, afirmara:

> "A educação é o problema cimeiro, a alma motora, o meio conscencializante, por excelência, desse espírito revolucionário. Na verdade, ele procura, na sua plena democratização, uma estrutura criadora, em que se apoie uma sociedade mais justa e mais perfeita. A educação é o veículo poderoso e essencial que torna possível à vida humana ser digna de ser vivida, facilitando todo um processo de justiça social, inerente a qualquer fórmula de melhoria da condição do homem". (Simão, 1970, p. 10)

Pela primeira vez durante o Estado Novo se assumia política e publicamente que uma reforma do sistema educativo visava a democratização do ensino. Veiga Simão declarara: "Acredito na democratização do ensino como uma igualdade de oportunidades do pobre e do rico" (Teodoro, 2000, p. 265).

Em 1972, Edgar Faure[81] interroga-se: "Como imaginar que uma sociedade tecida de privilégios e de descriminações engendre um sistema democrático de ensino?" (1972, p. 69). A esta pergunta Rogério Fernandes, citando aquele autor, responde:

> "A estrutura da sociedade portuguesa não parece propícia a uma completa democratização da escola, tomando a palavra no duplo significado que se lhe

[81] Edgar Faure elabora em 1972 por encomenda da *UNESCO*, o Relatório *Learning to be: the world of education today and tomorrow*.

> atribui. O atual ministro da educação entende, porém, e tem-no declarado por mais de uma vez, que a expansão do ensino contribuirá para a liberalização crescente da nossa vida coletiva, resumindo a sua tese na fórmula de que o povo mais culto é um povo mais livre." (Fernandes, 1973, p. 27)

Também Salvado Sampaio, na *Seara Nova*, num artigo intitulado, "Notas críticas sobre o Projeto do Sistema Educativo", responde a uma questão por ele formulada de forma semelhante à de Edgar Faure: "A democratização do ensino resulta mais duma estrutura social equitativa do que quaisquer outras medidas" (Sampaio, 1971, p. 11).

O parecer da Câmara Corporativa[82] sobre a Proposta de Lei n.º 25/X, de 1971, Projeto da Reforma do Sistema Educativo, refere expressamente:

> "A Reforma começou logo após a tomada de posse do ministro. A compreensão e a valorização da proposta de lei beneficiaram muitíssimo dos resultados da experiência, pois boa parte da matéria, agora condensada nas suas bases tem vindo a ser executada a título experimental – e isto em todos os graus de ensino – quer em consequência de despachos governamentais, quer, sobretudo, através de diplomas legais e regulamentares". (Parecer n.º 50/X, 1973[83])

Esta questão é subscrita pelo próprio Veiga Simão ao afirmar:

> A estratégia da reforma foi pensada da seguinte maneira: trabalhar arduamente na elaboração de documentos fundamentais para discussão, mas entender que nunca se podia esperar pela aprovação da Lei de Bases, para iniciar a reforma. A reforma começa em 1970 e o Ministro utiliza todos os instrumentos legais de que dispunha, no sentido de promover mudanças, de tal forma que a lei viesse a coroar medidas e se aperfeiçoasse através de debates que fossem organizados. (*in* Teodoro, 2002, p. 90)

Definida a estratégia governamental, aberto o período de discussão pública e sendo impossível retroceder, Veiga Simão, recorre ao Decreto-Lei n.º 47 587, de 10 de março de 1967, que permite ao "Ministro da Educação Nacional determinar ou autorizar a realização de experiências pedagógicas em estabelecimentos de ensino público dependentes do respetivo Ministério para além dos casos e limites em que essa realização já é possível segundo a legislação vigente," devido ao facto de esta legislação "não regular as experiências pedagógicas em termos suficientemente adequados." Aquele normativo, conhecido como o decreto das experiências pedagógicas, considerava

[82] Faziam parte, como procuradores agregados, da Câmara Corporativa, seção Interesses de Ordem Cultural, subsecção de Ensino os seguintes elementos: A. Sedas Nunes, A. Rodrigues Queiró, A. Gonçalves Pereira, A. Chaves de Carvalho, A. Pinto Barbosa, A. Marques Guedes, Diogo Freitas do Amaral, E. Castro Caldas, F. Leite Pinto, H. Martins de Carvalho, J. Antunes Varela, J. Mendeiros, J. Mendes de Almeida, M. Jacinto Nunes.
[83] Câmara Corporativa, Parecer n.º 50/X, Diário das Sessões, n.º 238, 2.º suplemento, 17 março de 1973.

> "a necessidade de promover a gradual adaptação dos planos de estudo, programas, textos, métodos e condições de ensino aos progressos verificados nos diversos domínios do conhecimento humano e às conquistas alcançadas no campo da pedagogia; de aconselhar a realização de experiências pedagógicas, quando as circunstâncias as possibilitem, como maneira segura de aferir o mérito das inovações projetadas, antes de as pôr em vigor, e como forma também de as tornar conhecidas e lhes proporcionar maiores condições de êxito." (Decreto-Lei n.º 47 587, de 10 de março de 1967)

Neste âmbito, seguem-se medidas parcelares, tais como a criação do 3º e 4º anos do Ciclo Preparatório. O próprio Veiga Simão reconhece o uso sistemático desse recurso:

> […] abusando do decreto-lei das experiências pedagógicas, consegui fazer um conjunto imenso de transformações, todas no sentido da reforma de que dou exemplo o *status* social do ensino técnico, os problemas relacionados com a diversificação do ensino superior e a criação de cursos de habilitação complementar, iniciativas que diziam respeito à educação pré-escolar, dinamização da experiência do 7º e 8º anos da escolaridade obrigatória. (*in* Teodoro, 2002, p. 91)

A estas medidas, impõe-se acrescentar o recurso ao Decreto-Lei n.º 513/73, de 10 de outubro, sobre a administração dos estabelecimentos de ensino: "De há muito que se faz sentir a necessidade de rever as estruturas administrativas dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, bem como das escolas do magistério primário, assumindo particular relevo os aspetos da gestão financeira e das atribuições dos respetivos conselhos administrativos." No art.º 1.º, lê-se: "Os estabelecimentos de ensino médio, secundário e preparatório e as escolas do magistério primário gozam de autonomia administrativa, sem prejuízo das disposições gerais sobre contabilidade pública e da superintendência a exercer pela Direção-Geral da Administração Escolar."

São estas disposições que justificam poder falar-se da Reforma de Veiga Simão, quando o próprio afirma: "Portanto, a lei não é ante reforma, já consagra a reforma. Aliás não teria sentido que ainda hoje se pudesse falar numa reforma se ela só tivesse vigorado alguns meses, porque Abril de1974 não está muito longe da promulgação da lei" (*in* Teodoro, 2002, p. 91). Veiga Simão, em 2002, considerava " […] essa lei [a Lei de Bases], naturalmente, utópica, mas todas as leis têm de ter utopia, ou seja, se não tiverem sonho e não tiverem alma, não são leis, são regulamentos" (*in* Teodoro, 2002, p. 89).

As principais linhas da Reforma Veiga Simão pretendiam ter um caráter global: a institucionalização da educação pré-escolar; o alargamento da escolaridade básica obrigatória de 6 para 8 anos (com alteração da idade de ingresso de 7 para 6 anos); a duração do ensino secundário complementar (que passaria a ter mais um ano) e a sua polivalência bem como o

enquadramento da preparação profissional. A nível de estruturas e serviços do Ministério, em especial da Administração Central, era reestruturada a Junta Nacional de Educação e criava-se o Gabinete de Estudos e Planeamento. Foram ainda instituídos um Conselho de Diretores-Gerais e as Direções-Gerais dos Assuntos Culturais, da Administração Escolar e da Educação Permanente, ficando concentradas em três grandes Direções-Gerais - Ensino Básico, Secundário e Superior - as funções pedagógicas e disciplinares.

A relevância desta reforma vem na sequência de todas as anteriores, aprovadas desde 1923, mas os anos 1970 exigem medidas diferentes e urgentes, pois os sistemas educativos têm de passar a responder às exigências, não apenas nacionais, mas cada vez também mais europeias e mundiais. É neste sentido, que Stoer defende que:

> A Reforma Veiga Simão teve uma importância especial no início dos anos setenta devido: 1) ao papel central desempenhado pela educação para o Estado português; 2) ao facto de a Reforma ter agido como um eixo de debates do desenvolvimento/modernização do País; 3) ao impacto da Reforma numa conjuntura política específica (uma conjuntura de crise) que lhe restituiu uma importância e uma autonomia que a educação geralmente não possuía […]. (Stoer, 1986, pp. 79-80)

A aprovação da Lei n.º 5, de 25 de julho de 1973, Lei de Bases do Sistema Educativo, na AN, não foi pacífica. O tema era debatido dentro e fora do Governo. Para Veiga Simão,

> Foi polémico em temos de conceitos. Algumas pessoas entendiam que o Estado não tinha obrigação de proporcionar uma escolaridade tão longa. […] Uma outra questão, também, foi a introdução da educação pré-escolar no sistema educativo. […] a educação especial que passa pela inserção na organização da lei orgânica dentro do Ministério. […] A diversificação do ensino superior e a articulação do sistema educativo como sistema formativo […] Um professor que está no sistema tem direito a aperfeiçoar os seus conhecimentos, frequentando tudo aquilo que se lhe possa oferecer, de uma forma gratuita. (*in* Teodoro, 2002, pp. 88-89)

A partir de janeiro de 1971, e respondendo ao desafio do ministro da Educação Nacional, para a discussão pública do Projeto do Sistema Educativo (até 30 de abril) e das Linhas Grais da Reforma do Ensino Superior (até 15 de junho), o Secretariado da Reforma Educativa[84] tomou em consideração os documentos recebidos até 31 de agosto e os artigos publicados na

[84] O Secretariado da Reforma Educativa incluía várias comissões e grupos de trabalho: comissão da reforma do conservatório nacional, comissão da reforma dos programas de ensino secundário, grupo de trabalho para a formação do pessoal docente do ensino primário, grupo de trabalho para a formação do pessoal docente do ensino secundário, grupo de trabalho para a integração dos estabelecimentos do ensino particular no cumprimento da escolaridade obrigatória, grupo de trabalho para o fomento da educação pré-primária, comissão para o estudo da educação e sexualidade, grupo de trabalho para o estudo da educação física no ensino primário, comissão destinada ao estudo da criação de um Museu Nacional da Ciência e da Técnica. (Leite, 1973)

imprensa até 31 de julho do mesmo ano. Os comentários aos textos programáticos foram 1719, dos quais 877 relatórios, 276 cartas e 566 artigos na imprensa (Leite, 1973, p. 21).

A imprensa portuguesa deu grande relevo à discussão da proposta de lei da Reforma do Sistema Educativo e, nas suas páginas, multiplicaram-se as opiniões a favor e contra. Os 566 artigos já referidos distribuíram-se por 44 jornais diários de Lisboa, Porto e imprensa regional (Leite, 1973, p. 23).

Na época, a secção de educação do vespertino *A Capital*, coordenado por Calvet de Magalhães (Apêndice III), imprimiu uma dinâmica muito abrangente à discussão sobre proposta de Lei. Assim, sob o título geral "A reforma do ensino em debate", o jornal recolheu vários depoimentos de personalidades de diferentes áreas, cujas respostas divulgou entre janeiro e maio de 1971. Lê-se na edição de 19 de janeiro, página 5, em jeito de editoral:

> "Correspondendo ao apelo do ministro da Educação Nacional, no sentido de se discutirem publicamente as linhas programáticas da reforma geral do ensino, começamos hoje a publicar respostas ao inquérito que iniciámos ainda antes de terem sido divulgados os textos justificativos das disposições propostas. Um debate sobre um problema desta magnitude e importância justifica-se amplamente, até porque a análise das questões de educação é, de certo modo, um serviço público. Eis o que principiamos a fazer hoje, certos de que cumprimos a nossa missão."

Os depoimentos têm a originalidade de abrangerem uma enorme variedade de personalidades com formações muito diferentes, professores, alunos, artistas, médicos, investigadores, economistas. A partir deles, ficamos a conhecer as preocupações de muitos portugueses, fora do quadro institucional, enriquecidas pelo comentário, em caixa, da responsabilidade do coordenador da secção.

Betâmio de Almeida, professor do ensino secundário, o primeiro depoente, interroga-se sobre a via profissional e o modo de conciliar os três tipos de liceu: clássico, técnico e artístico. Segue-se-lhe, Carlos Elias da Costa, médico, que centra a sua atenção na incoerência existente na sequência das disciplinas, matérias e técnicas pedagógicas. Acrescenta que o prestígio profissional dos professores não resulta do elevado número de reprovações e critica o caráter vitalício da cátedra universitária. Diz, no entanto, dar o benefício da dúvida à reforma de Veiga Simão.

No dia 20 de janeiro, Joel Serrão, professor do ensino secundário, põe a tónica na falta de professores, na sua reduzida qualidade profissional, e indica como proceder para "aumentar o

número de agentes de ensino em todos os graus - do infantil ao primário - melhorando a sua preparação científica, pedagógica-didática e moral". Jacinto do Prado Coelho, professor do ensino superior, congratula-se com o espírito da reforma, no caso do ensino superior, mas interroga-se sobre os cursos de atualização e a falta de professores competentes para os cursos superiores de Pedagogia.

A 22 de janeiro, é a vez de Salvado Sampaio, professor do ensino técnico, e de Vítor Silva Frias, finalista de direito, responderem ao inquérito do jornal *A Capital.* O primeiro aplaude as "medidas inovadoras – ensino infantil, extensão da escolaridade obrigatória, prolongamento do ciclo preparatório, a designação dos liceus em clássicos, técnicos e artísticos – considerando que o projeto constitui um desafio, cuja execução conduz o ensino à posição prioritária a que tem direito". O segundo lembra que serão precisos vinte anos para que o ciclo desta reforma se complete e foca a sua atenção no ensino superior – especialização, distinção entre carreira docente e de investigação, criação de novas universidades, remodelação dos serviços do MEN e ensino das ciências humanas.

Cristovam Santos, professor do ensino técnico, e José Manuel Amado, aluno do 7º ano do ensino liceal, respondem ao inquérito a 25 de janeiro. O primeiro questiona o conceito de igualdade de oportunidades, o princípio humanista e a vocação comunitária do Estado Social e o que se entende por "ações e medidas sectoriais interligadas por um pensamento único e coerente", não compreendendo o que se pretende com "uma escola sempre nova e eminentemente portuguesa". Termina, manifestando preocupação com três aspetos que considera relevantes: formação de professores e alargamento dos quadros; remodelação das estruturas administrativas dos estabelecimentos de ensino; reforma do Ministério da Educação Nacional. O aluno, finalista do ensino liceal pergunta-se de que modo a teoria se vai pôr em prática e chama a atenção para o perigo de "fabricar" professores, para que possam ser profissionais de ensino e não se limitem a "dar aulas".

Rejeitando a imitação de modelos estrangeiros, Raimundo Serrão, aposta na transformação dos programas de ensino. Na mesma data, a 27 de janeiro, Matilde Rosa Araújo, professora do ensino técnico e escritora, foca o seu comentário no ensino infantil e no alargamento da escolaridade obrigatória.

A 29 do mesmo mês, cabe a Alice Gomes, professora do ensino primário e a Jofre do Amaral Nogueira, professor do ensino técnico, darem o seu contributo. Alice Gomes receia que o

alargamento para oito anos da escolaridade não chegue às aldeias, onde os atuais 5º e 6º ano "não estão ainda generalizados em todo o canto português". Confiante na reforma, manifesta, no entanto, uma certa ansiedade quanto à sua execução. Mas não deixa de congratular-se com a abolição do exame de aptidão e a abertura da "universidade aos homens cultos que 'não fizeram o liceu' (porque é de 'maturidade' intelectual que se trata, certamente) ". Termina o seu depoimento com um reparo à preparação de professores e educadores de infância. Jofre do Amaral Nogueira, colaborador do Grupo de Estudo do Norte, aplaude a criação do ensino pré-escolar oficial e a extensão da escolaridade obrigatória, merecendo, igualmente, o seu interesse a concessão polivalente do ensino secundário e a ligação na universidade entre as tarefas de ensino e as da investigação. Conhecendo bem os defeitos do atual sistema, e reformas anteriores, afirma que este projeto "não contém ainda nada que nos assegure melhores dias". O sucesso ou fracasso dependerá do modo como for feito "o recrutamento de quadros", pois, até agora, os "estágios profissionais mostraram ser uma triste comédia", bem como a preparação pedagógica a nível universitário. Um ponto muito importante deste depoimento reside no facto de Jofre do Amaral Nogueira considerar a dignificação da profissão docente "um fator decisivo da melhoria do nosso sistema escolar", através da competência legal dos conselhos escolares, advogando que "os professores sejam chamados a assumir maiores responsabilidades". Termina afirmando que, no texto em discussão, não se definem os exatos conteúdos dos conceitos democratização de ensino e igualdades de oportunidades.

A 1 de fevereiro, Maria Emília Coutinho Dinis, professora do ensino liceal, surpreende-se com o propósito do projeto de "promover uma efetiva democratização do ensino". Em seguida e referindo-se à intenção de se estabelecer um período de observação psicopedagógica no primeiro ciclo, pergunta porque não se considera a introdução, no ensino superior, de uma licenciatura em Psicologia. A sua preocupação centra-se na preparação dos professores dos ensinos infantil e primário, na necessidade de "uma periódica reatualização de conhecimentos", na criação de condições de trabalho de grupo entre os docentes, na alteração do horário escolar em que os alunos frequentam a escola em turnos de manhã e de tarde, impedidos de "prosseguirem trabalhos complementares ou contactos livres". O alargamento dos quadros e a renovação dos programas são as suas propostas finais. Horácio Menano, do Centro de Biologia da Fundação Calouste Gulbenkian, depõe, no mesmo dia. Considera que o alargamento do limite da escolaridade obrigatória deveria ter sido para os 18 anos e não apenas para os 14 anos. De seguida, aplaude a reinstitucionalização do ensino pré-primário, a

restauração das Escolas Normais Superiores, o acesso à Universidade daqueles que não puderam frequentar o ensino secundário, considerando esta medida uma forma de "democratização" do ensino universitário, até então tradicionalmente "aristocratizante".

José Sasportes, crítico de arte, começa o seu depoimento, publicado a 3 de fevereiro, com uma citação de John Dewey, extraída da obra, *Experience and Education*, de 1938.

> A escola tradicional podia subsistir sem uma filosofia educacional coerentemente elaborada. Bastava-lhe apenas alinhar um conjunto de palavras abstratas, como cultura, disciplina, a nossa herança cultural, etc., pois a forma como agia não era, na verdade, derivada destes conceitos, mas de normas ditadas pela tradição e pela rotina. (…) A revota contra o tipo de organização próprio da escola tradicional constitui, em si mesma, a exigência de um programa ideologicamente estruturado.

Centra a sua atenção no ensino artístico, dividindo o depoimento em três partes: O fim do divórcio, Diálogo indispensável e Projeto vertical. Para se "integrar no plano do ensino esta nova consciência do fenómeno artístico é necessário transformar todo o sistema que se habituara a desprezá-lo, pior, a receá-lo". Defende que a educação artística tem de "atravessar, verticalmente, toda a pirâmide, do ensino elementar ao superior, adaptando-se às necessidades e exigências das diferentes idades" para poder "expandir as suas possibilidades de expressão e tomar contacto com os domínios sensoriais e intelectuais que definem o campo das diferentes artes: perceção visual, auditiva, cinética e dramática". Entende que, nas classes elementares, devem atuar dois docentes, "um para as matérias correntes e outro para as artísticas, ambos com exercício diário". Quanto ao secundário, defende a introdução de uma disciplina curricular de "integração cultural e formação artística". A colaboração dos próprios artistas deveria estar, igualmente, prevista em todos os graus, afirma.

Albano Pereira, diretor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, depõe, em 5 de fevereiro, apresentando uma breve história da relação da indústria com a educação e das reformas desde 1828 à atual [1973], mas declina falar sobre o projeto de Veiga Simão por não ter qualificação suficiente para tal. O mesmo acontece com Fernando Pinto Loureiro, economista, que, em 8 de fevereiro, remete o seu comentário para a necessária reforma profunda das bibliotecas e para o indispensável envolvimento na iniciativa dos ministérios do Interior e das Finanças.

Camilo Fins do Lago, professor do ensino secundário, salienta, por seu turno, as alterações propostas, mas chama a atenção para "o difícil problema da necessária correspondência entre os dois sistemas interdependentes: o das estruturas sociais e o da orgânica pedagógica".

Em 17 de fevereiro, Luís de Melo Bandeira, escultor, saúda a proposta de criação de Institutos Superiores Artísticos e defende que os professores atuais são credores de uma reintegração justa – caso dos licenciados e não licenciados – e que o docente deve ter um lugar privilegiado no mundo moderno, com "garantia de condições materiais e morais que o prestigiem perante a sociedade".

Santos Simões, professor do ensino secundário, realça o papel das universidades, em 26 de fevereiro, e António M. Batista, professor do ensino superior, propõe a criação de uma Universidade Livre, nos moldes da *Open University* do Reino Unido, a 1 de março, e aponta para o que considera uma das maiores falhas do plano anunciado: a divisão entre liceu clássico e liceu técnico. Para este docente, este novo modelo "tende a perpetuar, ainda que de forma atenuada, uma situação de desigualdade fictícia entre o cérebro que comanda a mão e o cérebro que estabelece as ligações lógicas entre as suas operações".

Em 10 de março, Cristovam Santos, professor do ensino secundário, volta a depor e apresenta um depoimento muito curioso. Sumaria todos os males do ensino, de um modo bastante detalhado, acabando por dizer que se tudo o que enunciou não se voltar a fazer, "então, sim, ter-se-á dado com a reforma um passo em frente".

Cabe, depois, a vez ao ensino particular, com o depoimento de Maria Isabel Araújo de Oliveira, professora do ensino secundário, publicado em 15 de março. Defende a possibilidade de transferência dos alunos do ensino particular para o oficial, no decorrer do ano letivo.

A 13 de abril, Torre de Assunção, professor do ensino superior, depois de uma breve história dos decretos-lei desde 1970, sobre o ensino superior, defende a autonomia universitária mas com uma estrutura renovada para poder aprovar os novos normativos.

Rui Batista, diplomado pelo Instituto Nacional de Educação Física (INEF), defende, na edição de 19 de abril, a integração universitária do INEF, no momento em que se pretende reformar o sistema de ensino.

Luís de Oliveira Ramos, professor do ensino superior, em 24 de abril, e Túlio Lopes Tomás, professor do ensino secundário e Josué da Silva, escritor, em 26 do mesmo mês, afirmam esperar que a reforma se concretize, sendo que este último acrescenta a sugestão da legalização do ensino por correspondência e da validade dos seus diplomas.

Luísa Dacosta, professora do ensino secundário, e Francisco Mendes, professor do ensino superior, depõem em 28 de abril. A primeira discorre sobre a necessidade da reforma do ensino em geral e, em particular, acerca dos condicionalismos socioeconómicos do País, enquanto o segundo, considera que "a linguagem que o ministro adota não é usual entre nós". Tem a coragem de pedir a colaboração de todos, garantindo, desde início, a "crítica livre".

Este inquérito do vespertino *A Capital* termina em 3 de maio, com os depoimentos de Filipe da Paiva Brandão, professor da Faculdade de Engenharia do Porto, e Ludovina Maria Velez, professora do ensino primário. O primeiro trata a questão do aproveitamento dos alunos do ensino superior, em regime semestral, o conceito de permanência dos docentes nas escolas e o incentivo à investigação. E Ludovina Maria Velez aborda o ensino pré-escolar, o fator socioeconómico, a situação do magistério e a preparação dos professores. Advoga o estabelecimento de condições económicas adequadas para os professores e de apoio através de cursos de aperfeiçoamento de limitada duração. Recusa, no entanto, a entrada no ensino pré-primário e primário de professores de educação musical e física "alheios à escola", bem como o uso da televisão como meio de ensino.

A maior parte dos depoimentos eram acompanhadas por um comentário em caixa, não assinado, o que pode ser interpretado como uma forma de veicular a opinião do próprio Calvet de Magalhães, já que, apesar de ser uma individualidade do campo da educação, como coordenador da secção do jornal que abriu o debate, não lhe ficaria bem escolher-se a si próprio como depoente.

A Proposta de Lei n.° 25/X, de 1971, já referida, mantinha, no seu capítulo I, como princípios orientadores da ação educativa:

> a) Garantir a formação integral dos Portugueses através do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais e do desenvolvimento físico, visando a formação do caráter, do valor profissional e de todas as virtudes morais e cívicas orientadas pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais do País;
>
> b) Preparar todos os cidadãos para tomarem parte ativa na vida social como membros da família e das demais sociedades primárias e como elementos participantes do progresso do País;
>
> c) Estimular o amor pela Pátria e por todos os seus valores, bem como pelos interesses superiores da comunidade lusíada, dentro de um espírito de compreensão e respeito pelos outros povos e no âmbito de uma ativa participação na comunidade internacional;
>
> d) Favorecer a liberdade de ensino;

> e) Assegurar a rodos os cidadãos o acesso a vários graus de ensino e aos bens de cultura, sem outra distinção que não seja a resultante da capacidade e dos méritos, para que o Estado deverá organizar e manter as convenientes instituições oficiais de ensino, de investigação e de cultura e apoiar instituições particulares com a mesma finalidade:
>
> f) Proporcionar uma educação básica a todos os portugueses;
>
> g) Facultar aos pais a possibilidade do cumprimento do dever de educar os filhos, cooperando o Estado com as famílias nesse sentido.

Um artigo anónimo publicado em *O Tempo e o Modo*, em 1973 (Stoer, 1983), defendia a ideia de que a Reforma Veiga Simão tem duas fases distintas. A primeira dando "resposta às necessidades de todo o género de capitais, através da preparação de técnicos competentes" e uma outra quando se introduzem "mecanismos de seleção", como o *numerus clausus* e a consequente subordinação ao poder económico. Razão pela qual, posteriormente, Reis designou a Reforma Veiga Simão como sendo "a economização da ideologia nacionalista do Estado Novo" e "uma cautelosa adaptação da máquina política à satisfação das necessidades do desenvolvimento do modo de produção capitalista no nosso país, de acordo com os interesses dos grupos industriais tecnologicamente mais evoluídos e mais aptos a enfrentar a concorrência europeia" (Reis, 1971, p. 6).

As principais alterações do texto inicial, propostas durante a discussão na Assembleia Nacional, nos primeiros quatro meses de 1973, foram as seguintes:

> a) Criação do ensino básico, englobando os anteriores ensinos primário e do 1º ciclo do ensino secundário, dividido em dois ciclos, devendo assumir especial relevância no segundo a observação e a orientação educacional especial;
> b) Unificação do ensino secundário, que passará a ser ministrado em escolas polivalentes, e introdução de um regime mais flexível e inter-relacionado com disciplinas optativas, predominantemente no curso complementar;
> c) Modificação do sistema proposto para a formação de educadores e docentes, nomeadamente no que respeita ao magistério infantil e magistério do primeiro ciclo do ensino básico;
> d) Separação da formação profissional propriamente dita do sistema escolar, sem prejuízo da frequência obrigatória e generalizada de, pelo menos, uma disciplina de índole técnica ou pré-profissional desde o segundo ciclo do ensino básico. (Leite, 1973, p. 25).

Outras sugestões e críticas apresentadas a propósito da Reforma de Veiga Simão giraram à volta da necessidade de criação da educação pré-escolar oficial, cuja falta era considerada uma das maiores lacunas do sistema educativo português, embora, na nova redação da proposta de lei, ficasse "em regime facultativo" e "competindo ao Estado tomar medidas necessárias para promover a sua progressiva generalização".

Muito forte foi a reação de alguns à omissão, naquela proposta, do ensino especial, reação da qual resultou a sua integração no texto final.

No caso do ensino superior, as questões colocadas centraram-se na relação entre institutos politécnicos e universidades; no grau de bacharel e acesso dos bacharéis dos institutos politécnicos às universidades; nos títulos profissionais; no acesso de maiores de 25 anos ao ensino superior.

A formação do pessoal docente foi das áreas mais debatidas e polémicas. Apelando a exemplos europeus, muitos defendiam a formação de nível superior para todos os professores, mesmo para os educadores de infância e os docentes do ensino primário. No entanto, esta medida não foi aprovada pela Assembleia Nacional.

Por outro lado, o ensino particular não era referido na proposta pelo que um grande número de críticas se referiu a uma tentativa de "monopólio estatal no domínio da educação" (Leite, 1973, p. 59).

> Educação que cabe em primeiro lugar à família, coadjuvada pelos educadores que desejar; ao Estado, como representante da sociedade civil [...] numa reforma do sistema educativo, que entre os pontos-chave em que assenta está o de assegurar a igualdade de oportunidades para todos, só poderá ser garantida a observância deste princípio fundamental desde que aceite o pluralismo escolar. A verdadeira democratização do ensino deverá permitir às famílias a possibilidade de escolha da frequência da escola, qualquer que seja a sua situação económica ou ideológica. (Maria Raquel Ribeiro, *Diário das Sessões*, 1973, p. 5109)

Daí resultou que, no texto final, ficasse: "A estrutura do sistema escolar definida nos números anteriores é aplicável ao ensino particular em tudo o que não estiver disposto em especial na lei ou no respetivo estatuto".

No que concerne ao ensino profissional, a OCDE reagiu assim:

> The classical high-school will permit 'immediate entry to given professional activities, should the pupil give up his schooling at this stage'. Such a 'tour de force' has not yet been realized in any country. It would be already an admirable performance if the technical schools at this level would meet this double function of preparing both for post-secondary education and for direct professions. Nevertheless, the intention is excellent and should be supported. But as to the means to realize it, a system of complementary out-of-school professional training courses seems to provide a better solution. This would imply that the pupils would indeed all receive basic scientific and technical education which would allow them, should they want to leave school at this stage, to acquire in a very short time (3-6

> months) a professional qualification in courses provided by industry Chambers of Commerce, etc."[85] (Leite, 1973, p. 62)

Na Assembleia Nacional, na 4.ª Sessão Legislativa (1972-1973), o debate inicia-se a 6 de abril com o depoimento de Aguiar e Silva, que analisa a reforma da Universidade e os problemas do ensino em geral, apresenta o relatório da Comissão de Educação Nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais sobre a proposta de lei de reforma do ensino, que aprova na generalidade, e subscreve, com outros deputados, várias sugestões de alterações, aditamentos e substituições a introduzir na proposta de lei de revisão do sistema educativo.

E a 24 do mesmo mês, volta a intervir no plenário, salientando-se o facto de achar que o diploma em debate "não suscitará […] fundas divergências nem debates acalorados." Mas critica " […] alguns setores da nossa Imprensa no sentido de acusarem perante a opinião pública aqueles que se sabia - ou suspeitava – discordarem, mais ou menos extensamente, de algumas disposições contidas no diploma em causa. Curiosamente, têm convergido nesta imprensa 'seareiros', ou 'ex-seareiros', 'liberais', 'progressistas' de variado matiz, 'tecnocratas' ou 'pseudotecnocratas' – em geral, personalidades que, em relação ao regime político vigente, ou são adversários notórios, ou dissidentes declarados …" (Leite, 1973, pp. 374-375).

Aguiar e Silva interpela, depois, o deputado Magalhães Mota, da Ala Liberal, discordando da afirmação deste, de que "Um país mais culto e mais bem informado correspondem a uma mudança radical do sistema de Poder" (*Diário das Sessões*, 1973, n.º 218, p. 4464). No que é corroborado pelo deputado Moura Ramos o qual considera que "democratizar o ensino é o mesmo que dar a qualquer cidadão o direito de ser doutor, mais não é do que entender que qualquer burro tem o direito de ser cavalo" (*Diário das Sessões*, 1973, p. 5051).

Seguem-se as intervenções de deputados defensores incondicionais do texto da proposta de reforma do ensino, tais como Roboredo e Silva, Duarte do Amaral, Custódia Lopes, Alberto Alarcão, Maria Raquel Ribeiro, Carvalho Conceição, Veiga de Macedo, na qualidade de

[85] A escola secundária clássica permitirá "entrada imediata em determinadas atividades profissionais, se o aluno desistir da sua escolaridade nesta fase". Tal *tour de force* ainda não foi realizado em qualquer país. Já seria admirável, se as escolas técnicas, a este nível, reunissem esta dupla função de preparar tanto para o ensino pós-secundário como para a entrada direta na profissão.
No entanto, a intenção é excelente e deve ser apoiada. Mas, quanto aos meios para a realizar, a melhor solução parece ser um sistema de cursos de formação profissional complementares fora da escola. Isso implicaria que os alunos recebessem educação científica e técnica básica que lhes permitiria, se quiserem sair da escola, nesta fase, adquirir num tempo muito curto (3-6 meses) uma qualificação profissional em cursos oferecidos pelas Câmaras de Comércio, etc. Tradução livre.

presidente da Comissão de Educação Nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais, Nunes de Oliveira, Eleutério de Aguiar, entre muitos outros, e Moura Ramos que citando a *UNESCO* e a reforma do ensino[86], afirma:

> "As únicas liberdades que restarão aos cidadãos após a famosa democratização do ensino serão a participação [na gestão] ou autogestão dos estabelecimentos, o que é traduzido em França pela intenção de organizações revolucionárias, juridicamente sob a cobertura do Estado, nas universidades e liceus e, por mimetismo, até em certos colégios privados".

Curioso é verificar que, apesar de apresentarem críticas ao texto em discussão, estes deputados acabam todos aprovando a proposta na generalidade, numa atitude de submissão ao poder estatal.

Outros deputados aprovaram-na na generalidade mas questionaram pontos relevantes. Foram eles, designadamente: Almeida Garrett que não separa a proposta da realidade do País, defendendo "duas metas fundamentais de atuação política: melhoria generalizada das condições de vida e das estruturas de formação individual, de modo a poderem os portugueses ser mais conscientes e participantes nas responsabilidades nacionais; esforço para uma justa igualização das oportunidades oferecidas a todos os portugueses" (Leite, 1973, p. 214); Prabacor Rau, que também problematiza a "igualdade de acesso aos vários graus de ensino por todos os cidadãos," dizendo tratar-se de " pura retórica e demagogia fácil"; José da Silva, que questiona a liberdade de ensino; Peres Claro, que retoma a questão da igualdade de oportunidades de acesso a um ensino obrigatório de oito anos coberto pelo Estado em toda a área metropolitana; Amílcar Mesquita, que defende não dever "o acesso aos vários graus de ensino e aos bens da cultura fazer-se sem outra distinção que não seja a resultante da capacidade intelectual e dos méritos de trabalho de cada um" (Leite, 1973, p. 340); Luzia Beija, que propõe a inclusão formal da formação familiar e ciências domésticas no programa da reforma do ensino; Mota Amaral, da Ala Liberal, que se questiona: "Estaremos então a caminho de um processo de igualitarização? A minha resposta é negativa." E prossegue: "A igualdade de oportunidades, a democratização do ensino, diz respeito às relações entre educação e origem social dos alunos" (Leite, 1973, p. 409).

Os professores, não deixaram de debater a Reforma Veiga Simão através dos GEPDES. No entanto, enfrentaram dois tipos de problemas:

[86] *Resistência* n.º 57, de fevereiro de 1973, p.37.

Primeiro, a organização dos Grupos de Estudo não podia ser oficialmente reconhecida, devido ao facto de, segundo o art.º 39.º, do Decreto-Lei n.º 23 048, de 23 de setembro de 1933, I série n.º 217, o qual promulga o Estatuto de Trabalho Nacional, os docentes, como funcionários públicos, não terem direito a associar-se: "Aos funcionários do Estado, dos corpos e corporações administrativas, bem como aos operários dos respetivos quadros permanentes, é vedado constituírem-se em sindicatos privativos ou fazer parte de quaisquer organismos corporativos." É também interessante analisar o teor do art.º 35.º do mesmo normativo, que estabelece: "Os funcionários públicos estão ao serviço da coletividade e não de qualquer partido ou organização de interesses particulares, incumbindo-lhes acatar e fazer respeitar a autoridade do Estado."

No entanto, Marcello Caetano ousa afirmar, em 1973, em entrevista a António Alçada Batista:

> O Governo procura fomentar e encorajar as associações e as formas de cooperação que tenham em vista projetos concretos e tarefas que interessem à coletividade. […] Dentro dos meios de que dispomos não me pesa a consciência de ter alguma vez deixado de ajudar a atividade desses grupos ou por qualquer forma o ter impedido. […] Eu não tenho prazer nenhum em usar autoridade, mas não posso abdicar dela sempre que a normalização da vida coletiva o impõe." (*in* Batista, 1973, pp. 82-83)

Segundo, a participação dos docentes nos Grupos de Estudo poderia implicar a sua não contratação no ano seguinte ou mesmo a denúncia por parte dos diretores e reitores de pertencerem a este movimento, na sequência do ofício circular n.º 181/74, de 12 de fevereiro 1974, enviado aos diretores e reitores, sob confidencialidade, assinado pelo Diretor Geral do Ensino Básico, Teixeira de Matos, mas tendo na origem o despacho do Despacho n.º 9/74, do Secretário de Estado da Instrução e Cultura, Augusto Athayde.

Todavia, segundo Agostinho Lopes, em entrevista dada em 2003 (Apêndice 2.1.e), "*toda a questão da reforma do ensino esteve, permanentemente, de uma forma geral, em cima da mesa e colocada com toda a naturalidade pelo conjunto dos Grupos de Estudo*".

Estávamos perante uma hipocrisia mal disfarçada mas que resultava de todo um ambiente de pseudoliberdade e de o regime querer fazer passar para o exterior uma imagem de abertura que em nada correspondia à verdade[87].

[87] Segundo António Teodoro, José Salvado Sampaio tentou criar no final da II Guerra Mundial uma associação de licenciados para a qual não teve autorização. Essa associação nunca foi referida em qualquer história ou trabalho, embora tenha sido sugerido que o original dos estatutos devia ficar no arquivo da FENPROF.

Stoer, porém, observa: "A reforma Veiga Simão foi única, como ponto focal, para a preparação da constituição de uma nova organização política e económica das forças sociais. Organização que, embora temporariamente ameaçada, acabou por ser fortalecida pela revolução de Abril de 1974" (Stoer, 1983, p. 818).

Também, Teodoro na sua análise da reforma, apesar de apresentar uma visão muito crítica da mesma, observa:

> "A *reforma* Veiga Simão, inquestionavelmente, representou um período de mobilização de vontades e predisposições que colocou a educação no centro dos debates sobre o desenvolvimento e a modernização do país. Mas significou, também, até pelos seus limites e contradições, o tornar bem visível para a sociedade portuguesa o completo esgotamento da forma política organizativa do Estado Novo". (Teodoro, 2001, p. 278)

Marcello Caetano estava descontente com o curso do processo da Reforma e com o próprio Veiga Simão, estando a preparar a sua demissão para finais de abril de 1974 (Teodoro, 2001). Marcello Caetano, já no exílio, não terá estranhado as declarações de Veiga Simão ao *Expresso*, em 11 de maio de 1974, nas quais, sob a manchete "Sinto-me à vontade para colaborar", o jornalista pergunta:

> Há dois meses atrás, nos tempos que se seguiram à publicação de *Portugal e o Futuro* era António de Spínola quem subia quase quotidianamente as escadas do MEN, no Campo de Santana. Agora, é a vez de Veiga Simão aparecer – com frequência "suspeita" - na Cova da Moura, primeiro, e no palácio de Belém, nos últimos dias. Será que – não obstante a forte resistência oposta pela Universidade -, o mais notoriamente ministro "reformista" que se manteve ao longo de todo o consulado de Marcello Caetano virá a figurar no próximo Governo provisório?

Veiga Simão responde deste modo: "Sinto-me tanto mais à vontade para colaborar intensamente nestes momentos de reconstrução nacional quanto é certo que não pertencerei ao Governo Provisório[88]". Estas afirmações dariam razão ao propósito de Marcello Caetano de demitir o ministro da Educação Nacional.

A implementação da Lei n.º 5/73, de 25 de julho, estava numa fase embrionária de desenvolvimento quando se deu o 25 de Abril. Por isso, apesar de alguns dos pontos do modelo que consagrava (o qual não foi avaliado nem sequer testado) terem servido de base a

[88] Voltou ao exercício de funções políticas na III República Portuguesa, ao ser eleito deputado à Assembleia da República, pelo Partido Socialista, em 1983. Depois, assumiu o cargo de ministro da Indústria e Energia do Bloco Central, até 1985; em novembro de 1997, António Guterres nomeou-o ministro da Defesa do XIII Governo Constitucional.

estudos posteriores, nunca poderá saber-se a que poderia conduzir, dada a sua inconformidade com o sistema político-social nascido do 25 de Abril de 1974.

Para Stoer a questão estava em saber se a Reforma Veiga Simão fora um projeto de progresso social ou um "disfarce humanista",

> Depois de tudo o que aqui dissemos, talvez seja possível resumir agora os argumentos a duas posições básicas:
>
> 1) para uns, a Reforma Veiga Simão desempenhou, em primeiro lugar, um papel de controlo com o objetivo de neutralizar e/ou quebrar a unidade de oposição ou, ainda de legitimar ou fornecer um fluxo contínuo para o Estado social;
>
> 2) para outros, a Reforma Veiga Simão atuou, em primeiro lugar, como agente de democratização da sociedade portuguesa, ou seja, cumpriu, antes de mais, uma função de melhoramento social. (Stoer, 1983, p. 818)

As medidas tomadas pelos sucessivos governos após o 25 de Abril, no campo da educação, retomaram algumas das propostas do projeto de Reforma de Veiga Simão.

CAPÍTULO II

OS GRUPOS DE ESTUDO DO PESSOAL DOCENTE DO ENSINO SECUNDÁRIO – perspetivas e pluralidades

"Em caso de dúvida, digam a verdade"

Mark Twain (1923)

Visando compilar as pesquisas mais representativas da investigação neste campo de estudo, apresentamos, neste capítulo, Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário - perspetivas e pluralidades, a revisão de literatura relativa a trabalhos efetuados nesta área. Incluímos aqui, também, referências a textos científicos publicados em revistas nacionais e estrangeiras. Para isso, procedemos a um levantamento bibliográfico, o qual nos permitiu identificar e consultar livros, artigos de revistas e de jornais, e blogues em que se aborda o tema em estudo, apresentados em Anexo. A revisão da literatura é indispensável não somente para definir bem a matéria que decidimos tratar, mas também para obter uma ideia precisa acerca do estado da arte do conhecimento sobre essa matéria, as suas lacunas, as suas incorreções e a sua contribuição para a investigação. Quivy e Campenhoudt (2005, p. 50) afirmam: "tem-se frequentemente a impressão de que não há nada sobre o assunto, mas esta opinião resulta, em regra, de uma má informação".

O termo estado da arte, ou revisão de literatura, resulta de uma tradução literal do inglês, e, tem como objetivo realizar levantamentos do que se conhece sobre um determinado assunto a partir de pesquisas realizadas numa determinada área. O estado da arte significa uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procura identificar as contribuições significativas, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas e reconhecer as contribuições da pesquisa na área focalizada.

Não é vasta a literatura acerca dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário. Os primeiros a registar as atividades dos GEPDES, entre 1969 e 1974 foram os seus próprios membros (Apêndice 1.1. e Anexo), durante a fase de formação e desenvolvimento do movimento, o que não deixa de ser curioso, pois, a última coisa que se espera de um grupo associativo, em construção, fortemente envolvido em reivindicações de classe, num período adverso, é que se preocupe com a preservação da sua memória. Os trabalhos sobre os GEPDES, realizados por professores, sociólogos, historiadores ou investigadores, só aparecem depois do 25 de Abril de 1974 e serão estes os analisados neste capítulo.

Procederemos à análise dos textos por ordem cronológica, do mais antigo para o mais recente, a fim de que se fique com uma perspetiva da construção do saber sobre os GEPDES, e uma noção de como evoluiu a forma de cada autor examinar esta temática. A análise está estruturada em duas categorias: Dos atores e Dos investigadores.

Dos atores

Calvet de Magalhães foi o primeiro, após 25 de Abril, a publicar, no *Diário de Lisboa,* a 5 maio, um artigo intitulado "Grupos de Estudo do Pessoal Docente". Neste texto, recorda o percurso histórico dos Grupos de Estudo, pretendendo, no momento de afirmação do sindicalismo docente livre e democrático, lembrar o papel que os professores membros deste movimento tiveram na luta pelo direito de associação e por uma carreira profissional digna.

O primeiro registo da intervenção de Agostinho dos Reis Monteiro como membro do Grupo de Estudo do Norte data de junho de 1972 (Apêndice 1.3.). Em 1975, publicou *Educação, ato político,* em edição de *O professor*, obra reeditada, em 1977, pela editora Livros Horizonte, em cujo capítulo IV, História dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório, descreve pormenorizadamente e por anos, as principais reivindicações, publicações e atividades dos Grupos de Estudo, transcrevendo documentos e textos que, em alguns casos, não constam do espólio em Anexo e contribuem para se conhecer melhor aquele movimento, embora Monteiro reconheça que,

> "nem tudo ficou dito do que foi, no concreto, o trabalho dos Grupos de Estudo. O que foi realizado por cada um dos Grupos espalhados pelo País, ao longo das semanas, dos períodos, dos anos letivos, em reuniões frequentes, em esforços muitos deles incompreendidos pelos próprios que deles beneficiaram, isso encontra-se disperso por elevado número de documentos". (Monteiro, 1977, pp. 229-230)

O contributo de Monteiro para o estudo deste movimento é muito importante, pois, além de transcrever documentos essenciais para a elaboração da história dos GEPDES, alguns deles fac-similados, demonstra que consultou as fontes.

Na Introdução, Monteiro define os GEPDESeP como "o único movimento pró-associativo organizado e progressista dos professores portugueses, em defesa dos seus interesses e direitos, profissionais e cívicos, e de uma real democratização do ensino e da educação em Portugal" (1977, p. 162). Na parte intitulada "Origens", situa o início do movimento no ano letivo de 1969/70, refere a reunião na Escola Preparatória Francisco de Arruda, em maio de

1970[89], na qual se procedeu à eleição da comissão promotora dos abaixo-assinados a entregar ao ministro da Educação Nacional[90], mas afirma que o primeiro grupo de estudo nasce em novembro desse ano, o que, de modo incoerente, contraria o que anteriormente dissera. Eventualmente, nesta segunda data refere-se à criação do Grupo de Estudo do Norte. Retrata, depois, detalhadamente, as atividades desenvolvidas pelos Grupos de Estudo, nesse ano de 1970/71, contando que as notícias sobre o movimento saídas na imprensa, bem como a mesa redonda publicada pelo *Diário de Lisboa* de 24 de janeiro de 1971[91], que suscitaram intervenções de deputados na Assembleia Nacional.

A Reforma do Sistema Educativo de Veiga Simão, que Monteiro considera ser "uma evidente contradição de uma democratização do ensino no interior de uma ditadura política" torna-se objeto de discussão nas escolas, aliás, "permitida pelo ministro" (1977, p. 171). Escreve o autor que considera muito importante o primeiro encontro dos GEPEeP, em Coimbra, a 6 de março de 1971, pelas decisões tomadas: participação no VI Congresso do Ensino Liceal, em Aveiro, de 14 a 17 de abril, a propósito do qual relata, mais adiante, os contactos dos Grupos de Estudo com os respetivos organizadores e a distribuição de um abaixo-assinado cujo texto transcreve[92]. Além disso, sublinha a necessidade de uma associação de professores. Monteiro prossegue, prestando informações sobre as atividades do movimento no Norte: balanço da situação geral do ensino, modelo organizativo dos Grupos de Estudo e a aprovação da proposta endereçada ao ministro sobre nomeações, contratos de provimento, participação nas estruturas que decidem a vida escolar e medidas de caráter urgente, bem como a carta dos Grupos de Estudo enviada ao MEN.

Monteiro transcreve, seguidamente, a Proposta para a Reforma do Estatuto do Pessoal Docente Eventual e Provisório aprovada em 25 de abril de 1971, em Tomar, considerando relevantes os contributos dados pelos Grupos de Estudo do Norte e de Lisboa para a redação do texto final.

[89] A criação dos Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios, GEPEeP, ocorreu em Lisboa, em 27 de maio de 1970, numa reunião na Escola Preparatória Francisco de Arruda (Apêndice I).
[90] Monteiro (1977, pp. 177-179). A exposição foi entregue ao MEN, no dia no dia 2 de junho de 1970 e não a 5 de dezembro como refere Monteiro (Apêndice I).
[91] A mesa redonda foi publicada no *Diário de Lisboa*, em 29 de janeiro de 1971, e não na data referida por Monteiro (Apêndice I).
[92] No Apêndice 1.11., o abaixo-assinado tem a data de 14 de abril de 1971.

Em maio de 1971, abate-se a repressão sobre os Grupos de Estudo, com a proibição de reuniões no Norte, o que deu origem a exposições, ao texto Pontos prioritários e urgentes[93] e a pedidos de audiência ao ministro, a qual teve lugar a 25 de junho e a uma carta à Assembleia Nacional sobre a situação.

Alguma especulação nos jornais sobre o pagamento nas férias aos professores provisórios levou, por outro lado, a um esclarecimento dos Grupos de Estudo, que Monteiro, igualmente, transcreve. Após a análise das origens do movimento inicia o autor o estudo da sua atividade, dividido pelos vários anos letivos abordados 1971/72, 1972/73 e 1973/74. E termina com o exame da revista *O professor*.

Continua, entretanto, conforme conta, a luta dos Grupos de Estudo pela liberdade de reunião, fim da descriminação entre homens e mulheres, nos concursos para colocação e estágios, pagamento das férias, direito de associação, abolição do Exame de Estado[94]. Monteiro transcreve a notícia do jornal *República*, de 25 de fevereiro de 1972, dando conta da intervenção de um deputado, na Assembleia Nacional, sobre as medidas urgentes a tomar, no campo do ensino.

Em 1972, o movimento passa a designar-se Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, GEPDES, recebe o apoio internacional da *Fédération Internationale Syndicale de L'Enseignement* (*FISE)* e estuda o seu alargamento aos professores do ensino primário. E, em 1974, muda outra vez de nome, agora para Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório. Monteiro transcreve, também, o Despacho n.º 9/74, que levaria os Grupos de Estudo a desencadear uma luta contra as medidas repressivas aí preconizadas, a qual contou com o apoio de 1517 docentes, que subscreveram uma exposição entregue ao ministro em 17 de fevereiro.

A homenagem a Óscar Lopes, a 21 de abril, considerada pelo autor "a última intervenção pública deste movimento de professores em tempos de fascismo", foi relatada, acrescenta Monteiro (1977, pp. 216-218), pelo semanário *Opinião*. O último comunicado dirigido ao

[93] No Caderno n.º 1, de *O professor*, transcreve-se este texto. Monteiro (1977, pp. 183-184) transcreve-o, omitindo o último ponto em que se dá conta dos obstáculos à atividade dos GEPDES, especificamente no Liceu Nacional de Setúbal, EP de Setúbal, EP D. António da Costa, EP de Olhão e EP Pero Vaz de Caminha. Refere, unicamente, a solidariedade dos Grupos de Estudo com a Escola Praparatória Pêro Vaz de Caminha, nos assuntos prioritários que enuncia.

[94] Exame realizado no final do período de estágio durante o Estado Novo.

País e aos professores, a 28 de abril de 1974, pelos Grupos de Estudo enquanto GEPDESeP, é transcrito na íntegra.

Seguidamente, o autor analisa a revista *O professor,* começando pela transcrição e *fac-simile* do editorial do Caderno n.º 1. Refere a passagem dos cadernos a revista, devido à Lei da Imprensa e todo o processo de legalização, largamente noticiado nos comunicados dos Grupos de Estudo. O primeiro número legal da revista *O professor* posto à venda em outubro de 1973, era dedicado ao Estatuto do Professor. A repressão - escreve Monteiro - também se fez sentir sobre os docentes com funções de direção na revista e, é quando se preparava a saída do número quatro que "soou o fim da ditadura do Estado Novo" (1977, p. 227). Em conclusão, Monteiro afirma: "Os professores dos GEPDESP continuarão, nos estabelecimentos escolares, no Sindicato, em todos os níveis da vida do País – como profissionais e cidadãos – a lutar coerentemente pela defesa dos princípios que, em tempos difíceis, os unira e fundaram" (1977, p. 230).

Alda Varela foi membro dos GEPDES a partir de 1970/1971, sendo que o seu nome aparece pela primeira vez, num comunicado nacional, em abril de 1971 (Apêndice 1.3.). Mais tarde, publica um artigo, "Dos GEPDES ao Sindicato dos professores", na revista *O professor* n.º 11/12, de fevereiro de 1976, no qual descreve o programa cultural e educativo do Estado Novo, considerando que, no campo da educação, "a situação era ainda mais dramática, dada a sua quase total dependência dos poderes oficiais", em todos os graus de ensino, superior, secundário e primário e mesmo no ensino particular. Depois, expõe os valores a preservar pelos professores na sua "missão sagrada", critica as normas a cumprir nas reuniões de conselho [escolar], alerta para a "baixíssima rentabilidade escolar" e para a repercussão no mundo do trabalho do modelo de ensino, "livresco, repetitivo", e chama a atenção para a "falta de profissionalização". Não poupa críticas a Veiga Simão a quem chama "paladino da tecnocracia" e "paladino da renovação". E, continuando a referir-se ao ministro da Educação, diz não passar de demagogia querer fazer acreditar que, num Estado antidemocrático, se pode democratizar o ensino. É, afirma Varela, neste contexto que surgiram, em 1970, os GEPDES: "Ao constituírem-se, não delinearam um plano de ação concreto, nem definiram o âmbito da sua atuação e isto porque o seu objetivo era intervir quando e como as circunstâncias o permitissem, no sentido do despertar de uma consciência coletiva nos professores, de pugnar pelo exercício dos seus direitos de reunião e de associação". Os documentos constantes do espólio em Anexo contradizem, em parte, esta afirmação.

Sugere Varela que os GEPDES sejam designados por "grupo de intervenção", fundamentalmente pelo impacto da revista *O professor* e pelos livros publicados, alguns deles apreendidos pela PIDE. E o artigo termina expondo o papel desempenhado pelos GEPDES na formação dos sindicatos dos professores, após o 25 de Abril, e a ação reivindicativa desenvolvida pelo movimento sindical depois da Revolução.

Por seu turno, António Teodoro, destacado membro dos GEPDES desde o início, escreveu, nas páginas de *O professor*[95], por ocasião do aniversário da revista, o artigo intitulado, "7º aniversário de *O professor*, nas suas páginas as lutas dos professores: julho 1971 - julho 1978". Neste artigo, começa por fazer o enquadramento histórico do tema, a partir do afastamento de Salazar da vida política, em 1968, com realce para o papel do movimento democrático e sindical face à "grande manobra demagógica da 'liberalização' do regime" ensaiado por Marcello Caetano (1978, p. 7). Recorda a política de desvalorização da função docente que levou, em 1970, professores eventuais e provisórios a reivindicar o pagamento nas férias, através de abaixo-assinados e em reuniões na Escola Preparatória Francisco de Arruda. Com a intenção clara de elaborar uma breve história dos GEPDES, parte da criação para o alargamento do movimento e para o papel do documento Proposta para a Reforma do Estatuto do Pessoal Docente Eventual e Provisório, de 1971, data em que se inicia a publicação do Caderno n.º 1 – *O professor*. Sobre esta publicação refere-se ao editorial, à tiragem e à periodicidade. As dificuldades para os Grupos de Estudo aumentam em 1972, com a proibição de reuniões nas escolas, mas as iniciativas continuam com mais abaixo-assinados, colóquios e publicação de livros. Os Cadernos *O professor*, passam a revista, por força da nova Lei da Imprensa, em 1973. Os Grupos de Estudo intensificam, então, o seu trabalho na perspetiva da criação de uma associação de professores. Este artigo de António Teodoro ganha uma grande importância histórica, ao reproduzir o ofício do inspetor-adjunto da DGS, Armindo Ferreira da Silva, de 14 de fevereiro de 1974, enviado ao diretor-geral de Segurança, com a fotocópia do n.º 3, de *O professor*, a qual chegara à delegação da DGS "por estar a ser difundida por via postal" (1978, p. 13), e a carta enviada por Luís Manuel Freitas da Silva Marques, diretor da Escola Preparatória Pedro de Santarém, em Lisboa, ao diretor-geral de Segurança, em 14 de março de 1973. Nesta carta, Silva Marques denuncia os professores que subscreveram um abaixo-assinado que "vai contra tudo o que está determinado superiormente, […] sem meu prévio consentimento, […] atentório da legislação vigente, […] o pasquim é vexatório para o Governo e MEN, e também para mim, na medida em que, nesta

[95] *O professor*, n.º 10, pp. 7-15, de julho de 1978.

casa, represento o Estado e me identifico com a sua linha e ação". E prossegue, afirmando que "este papel é uma bomba de plástico" e que "a juventude não pode estar entregue a docentes com uma formação contestável, mal-educada e atentória da lei que os rege" (1978, p. 12). E as ameaças prosseguem com o pedido da Direção-Geral aos diretores e reitores no sentido de lhe enviarem os nomes dos professores que pertencem aos Grupos de Estudo - António Teodoro transcreve o Despacho n.º 9/74, do Secretário de Estado da Instrução e Cultura, Augusto Athayde, no qual os GE são "equiparados a associações secretas", bem como a reação imediata dos professores.

Mais tarde António Teodoro volta a integrar o papel dos GEPDES no quadro da resistência ao regime (Teodoro, 2001). E, no depoimento dado à CGTP, a 6 de maio de 2010, no âmbito do projeto *Testemunhos orais – das origens da Intersindical ao Congresso de todos os Sindicatos*, António Teodoro aborda a origem dos Grupos de Estudo, as suas reivindicações, o seu modo de organização, a forma como mobilizava os professores, através de reuniões nas escolas, de encontros nacionais e da revista *O professor*, tendo como pano político de fundo a chamada "primavera marcelista". Além disso, António Teodoro refere-se à passagem dos Grupos de Estudo a sindicatos, depois de 25 de Abril, bem como a toda a dinâmica político-partidária posterior e sua influência no movimento sindical.

É no Comunicado n.º 2, de março de 1971 (Apêndice 1.5.), que surge a primeira referência a António Costa Carvalho[96] que foi membro fundador do Grupo de Estudo do Norte. Numa secção da revista *O professor*, de 1981, onde transcreve testemunhos pessoais da luta dos professores entre 1969 e 1974, Carvalho (1981a, p. 42) reproduz um comunicado, de junho de 1972, no qual se dá conta dos colóquios pedagógicos realizados e proibidos, das notícias sobre o movimento saídas na imprensa, da interrupção dos Cadernos *O professor* por força da nova Lei da Imprensa e do abaixo-assinado dirigido ao ministro da Educação. Curiosa é a nota em que o autor se refere às reuniões do Grupo de Estudo do Norte, na Cooperativa Ludus. É que em nenhum documento do espólio (Anexo) há referência a reuniões nesta cooperativa.

Carvalho (1981b) recorda a publicação do primeiro número dos Cadernos, impresso na Escola Preparatória Francisco de Arruda, "sede dos GEPDES em Lisboa e uma das raras escolas, cujos diretores, neste caso o falecido prof. Calvet de Magalhães apoiavam os GEPDES e

[96] António Costa Carvalho deixou uma obra inacabada a que deu o título, Os 'Grupos de Estudo' - GEPDES, 1970-1974, na resistência dos professores ao fascismo, Porto, dezembro de 1999 (Anexo).

concediam facilidades à sua ação". Aquele número, em que se relatava a audiência concedida aos Grupos de Estudo pelo ministro da Educação foi proibido. A Lei da Imprensa de Marcello Caetano, de 1972, obrigava à abertura de um processo de legalização que demorava cerca de um ano, e que, portanto, só em 1973 ficaria concluído. E, depois de escolhida a direção, com sede no Porto, ainda se tornou necessário descobrir uma tipografia que oferecesse confiança, pois a PIDE era uma ameaça permanente. Foi encontrada uma, em Cucujães. Classificado *O professor* como publicação não especializada, o seu primeiro número não passou pela censura, mas pouco tempo durou esta situação, pois, posteriormente, a revista teve de se submeter às decisões dos censores/leitores que apunham, em todas as cópias a publicar, um carimbo - "autorizado (total ou parcialmente), demorado, ou proibido". Tal como o Caderno n.º 1, o número um da revista também se esgotou.

Recorda o autor que, após a publicação do Caderno n.º 2,

> "os diretores de escolas e os reitores de liceus receberam ofícios confidenciais das respetivas direções-gerais solicitando os nomes dos ativistas dos GEPDES a lecionar nos seus estabelecimentos de ensino e que exerciam funções na direção ou como correspondentes e colaboradores da revista *O professor*". (Carvalho, 1981b, p. 44)

Em 1974, "a atividade dos GEPDES é considerada inconstitucional e ilegal". A reação de repúdio dos docentes foi imediata.

Carvalho escreve sobre as novas condições criadas, após 25 de Abril de 1974, com a passagem, em 1977, da direção do Porto para Lisboa. O papel da revista *O professor* mudou, mas "deverá ser o ponto de encontro e de reflexão de todos os que, tendo escolhido esta profissão não aceitam limitar-se a meros transmissores do saber compendiado oficialmente ou não e não baixam os braços na luta por uma sociedade mais justa" (Carvalho, 1981b, p. 45).

Em 1990, Carvalho lembra as reuniões na cooperativa Árvore, onde se encontravam, aos domingos, Óscar Lopes, Jofre Amaral Nogueira, Raúl Gomes, Fins do Lago, Artur Proença, Pires Martins, Ruivo Mousinho, Ilídio Sardoeira e Manuel Sousa Pereira e os espaços de cultura, no Porto, como o Cine Club, a Unicepe, o Teatro Experimental do Porto e os Fenianos. Eram os locais onde muitos professores se encontravam e dos quais sairia mais tarde, o Grupo de Estudo do Norte. O autor presta homenagem ao papel de "ponte entre gerações" de Jofre Amaral Nogueira, primeiro, e, de Óscar Lopes, depois (Cravalho, 1990, p. 78).

Na revista *Página da Educação*, Carvalho (1999a, 1999b, 1999c, 1999d) invoca a criação do movimento dos professores. No primeiro artigo, quando Veiga Simão quis travar a luta dos professores, sublinha a contradição entre o discurso do ministro e a prática repressiva adotada pelo seu secretário de Estado, Augusto Athayde. No artigo seguinte (Cravalho, 1999b, p. 25), "A repressão endurece…", transcreve partes do Despacho n.º 9/74, assinado pelo mesmo secretário de Estado, afirmando que "o ministério de Veiga Simão se expôs ao ridículo e se viu obrigado a mostrar a outra (a verdadeira?) face da proclamada liberalização", relata a reação enérgica dos GEPDES, e termina com uma breve mas mordaz biografia de Veiga Simão.

Importante neste texto é a revelação feita, em maio de 1974, um mês após o 25 de Abril, por Teixeira de Matos, ex-diretor-geral do Ensino Básico, que, desculpabilizando-se, "esclarece que quando esses ofícios-circulares [a solicitar os nomes dos responsáveis e colaboradores dos Grupos de Estudo] chegaram aos dois diretores-gerais para o envio para as escolas, os mesmos consideraram que se tratava de documentos inoportunos e que iriam ser mal recebidos pelos professores. Por isso os terão 'metido na gaveta', mas as pressões do ministro através dos secretários de Estado obrigaram-nos a proceder ao seu envio".

No artigo intitulado, "Da repressão à libertação", Carvalho (1999c), recorda os últimos dias da ditadura, com ameaças de prisão, detenções de intelectuais, assalto à tipografia do *Notícias da Amadora* e movimentações de militares. A 29 de abril de 1974, os GEPDESeP reuniram-se pela última vez, na Figueira ad Foz, quando "muitos aspetos da profundidade do curso revolucionário estavam ainda mal esclarecidos, o que aconselhava a certa moderação e expectativa". Mas o Grupo de Estudo do Norte avança com uma convocatória, difundida pelas rádios e televisão para 30 de abril[97], à qual responderam 400 professores que decidem fundar o primeiro sindicato docente em liberdade.

Esta série de artigos termina com o texto "O renascer do movimento sindical docente", onde Carvalho reconhece o papel dos GEPDES na criação, logo após o 25 de Abril de 1974, dos sindicatos dos professores e a forma como se "ajustou e reestruturou o mapa sindical" (Carvalho, 1999d).

Carvalho (2008) transcreve textos já publicados por Monteiro, em 1977: um manuscrito encontrado nos arquivos da PIDE/DGS, após a Revolução, sobre a reação de um diretor ao

[97] A reunião iniciou-se a 29 mas só terminou a 30 de abril de 1974 (Apêndice I).

pedido de denúncia dos membros dos GEPDES, outro acerca da criação de uma associação de professores e um último sobre o despacho de Veiga Simão em que este considera os GEPDES uma associação ilegal. O autor compara esta situação com os acontecimentos verificados em 2008, quando a PSP "visitou as escolas" para recolher informação sobre os professores que tinham expressado vontade de ir à manifestação nacional de 8 de março[98].

No editorial do blogue, *Caminhos da Memória*[99],do movimento cívico *Não apaguem a Memória* (NAM), afirma-se que se "pretende dar voz a formas de lembrar, de evocar e de interpretar o passado, recorrendo a leituras contemporâneas da história e da memória". Helena Pato (2009a), que foi membro dos GEPDES desde o início[100], recorda o movimento dos Grupos de Estudo em três textos publicados naquele blogue.

No primeiro texto, descreve a situação política no País, no final da década de 60 e princípios dos anos 70 do século XX, realçando, particularmente, as lutas académicas e laborais, o II Congresso Republicano, de Aveiro, o combate do PCP, na clandestinidade, contra a ditadura, a preparação para as eleições legislativas de 1969, a criação das Comissões Democráticas Eleitorais (CDE) e do Movimento Democrático das Mulheres (MDM). No final e em jeito de introdução ao texto seguinte, escreve: "Já então, em algumas salas de professores, das escolas preparatórias, técnicas e de liceus, se falava à boca fechada de reuniões noturnas na Escola Francisco de Arruda".

Em 14 de dezembro, Pato (2009b) retrata o quadro político e educativo em que se formaram os GEPDES, e regista os nomes de alguns dos seus membros, não deixando de prestar homenagem aos "diretores e subdiretores que então tiveram a coragem de se solidarizarem com os professores e de autorizarem que se reunissem no espaço dos estabelecimentos de ensino que dirigiam", referindo que "reitores, nem um". Relevante é o facto de, na parte a que deu o título, "O PCP e os Grupos de Estudo", a autora revelar o seguinte:

> "Durante o ano letivo de 70/71, o PCP agrega, num organismo clandestino, em Lisboa, alguns dos elementos da Comissão Coordenadora dos Grupos de Estudo, essencialmente com o objetivo de articular a luta dos professores com as demais

[98] A Federação Nacional dos Professores (FENPROF) agendou para 8 de março de 2008, em Lisboa, uma manifestação nacional contra a política educativa do Governo e os "reiterados ataques à escola pública e aos docentes". O secretário-geral da FENPROF, Mário Nogueira, anunciou que a "Marcha da Indignação" arrancaria do Marquês de Pombal seguindo depois para a Assembleia da República, local onde se realizaria um plenário de professores. www.publico.pt

[99] Blogue ativo entre 2008 e 16 de maio de 2010. O blogue manter-se-á em linha, intacto, como se de um livro se tratasse, podendo continuar a ser consultado e/ou citado.

[100] Na altura da criação dos GEPDES, Helena Pato militava, clandestinamente, no PCP.

> lutas nacionais. Apesar de integrar um reduzido número de militantes, esse organismo iria ter, inegavelmente, uma influência determinante na estratégia da luta docente". (Pato, 2009d)

Em defesa da unidade do movimento, a autora acrescenta, todavia, que "entrava-se numa reunião com a posição do partido e saía-se sem reservas, com a posição do Grupo de Estudo". Atribui a António Teodoro a proposta do modelo organizativo dos GEPDES – reuniões amplas com caráter deliberativo, grupos de trabalho, delegados eleitos, grupo de coordenação. E destaca o contributo dos Grupos de Estudo a nível nacional para a elaboração da "Proposta para a Reforma do Estatuto do Pessoal Docente Eventual e Provisório". Seguem-se referências a vários abaixo-assinados, campanhas nos jornais, preparação da participação no III Congresso da Oposição Democrática, em 1973, pedidos de audiência ao ministro e a realização de colóquios.

Depois, a autora analisa a revista *O professor*, ignorando o valor e impacto dos Cadernos *O professor*, publicados em julho, setembro e outubro de 1971. Pato considera ser "a associação de professores a palavra central desta revista", com correspondentes e assinantes e vendida nas salas de professores, embora tivesse de enfrentar a resistência de alguns diretores. A partir de 1972/1973, o movimento centra-se na discussão e elaboração de pareceres sobre o Estatuto do Pessoal Docente, a pedido do ministro Veiga Simão. E, em 1973/1974, produz o documento "Algumas considerações acerca do serviço eventual", que, diz a autora, havia de tornar-se "uma carta reivindicativa para os sindicatos nascidos em Abril de 74". Depois, critica o Despacho n.º 9, de 1974, que "pretende liquidar os GEPDES" e descreve a reação maciça dos docentes, traduzida em abaixo-assinados, colóquios, mesas redondas e pedidos de audiência ao ministro. O texto seguinte dá conta da emoção causada pela primeira reunião sindical em Lisboa, na sede do Sindicato Nacional de Professores, a 28 de abril[101] e pela preparação do comunicado à imprensa (Pato, 2009c).

Em 2010, Pato reúne os textos publicados nos *Caminhos da memória* e a comunicação apresentada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), numa publicação da FENPROF, acrescentando informação sobre os contactos de uma delegação de professores com a Junta de Salvação Nacional, para a cedência de um espaço destinado à sede do sindicato[102], e acerca dos primeiros trabalhos na preparação das primeiras eleições

[101] No espólio há referência a uma reunião na Figueira da Foz, a 28 de abril de 1974, para redação da saudação ao MFA. (Apêndice 1.7.)

[102] Foi cedido um espaço na Rua das Gaivotas, 6, Lisboa, antiga sede da "Liga 28 de Maio". A Liga Nacional 28 de Maio foi criada em finais de 1927 por militares e elementos civis que participaram, combateram ou

sindicais em liberdade. A consulta destes textos foi importante para a pesquisa que efetuámos, especialmente, pelo seu contributo para esclarecer a questão do eventual envolvimento do PCP na organização e ação dos GEPDES.

Manuela Silva, membro do Grupo de Estudo do Norte, subscreveu comunicados do movimento a partir de 1971 (Apêndice 1.5.). Questionada na entrevista, publicada na *Página da Educação*, n.º 192, série II, na primavera de 2011, com o título, "A história dos sindicatos e do sindicalismo encerra uma grande capacidade de inovação", sobre o contexto em que surgiram os GEPDES, afirma que a criação do primeiro Grupo de Estudo ocorreu em Lisboa, em 1969/1970, "e a partir daí foram-se formando outros pelo país".

Silva reconhece o fator impulsionador que foi "a abertura do debate público em torno dessa reforma [Reforma do Sistema Educativo de Veiga Simão], mas considera, erradamente, que "[os GEPDES] foram criados precisamente sob o pretexto de a discutir"[103]. O facto é que os GEPDES fundados, em 1969/1970, tinham, à data, como principal objetivo reivindicar o pagamento nas férias aos professores provisórios (Apêndice 1.1.). Mais adiante, respondendo à questão de saber qual o papel da revista *O professor* no que respeita às lutas do pessoal docente, Silva diz que se tratava de uma "publicação dinamizada por grupos de professores que começaram a juntar-se, primeiro em Lisboa, depois em Coimbra e mais tarde no Porto". A intervenção dos GEPDES na elaboração do que "foi o rascunho de um futuro estatuto da carreira docente" é referida como tendo acontecido numa reunião efetuada no Liceu Garcia de Orta, no Porto, em março de 1971. No entanto, os documentos constantes do espólio (Apêndice 1.5.) provam ter essa intervenção tido lugar "na reunião na Escola Industrial e

colaboraram no movimento revolucionário. Segundo o artº. 3 dos estatutos a Associação "Liga Nacional 28 de Maio tem por fim "1) Apoiar a situação criada pelo movimento Nacional de 28 de maio de 1926, 2) integrar no espirito e finalidade da ditadura as classes trabalhadoras, 3) Agir energicamente nos meios académicos, para fazer n'eles ressurgir o mesmo entusiasmo ardoroso pela obra da Ditadura que se manifesta no início da Revolução Nacional, 4) Avivar permanentemente o sentimento da Nacionalidade, 5) Fomentar, ao lado dos sentimentos e aspirações Nacionalistas, um espírito Social forte e moderno". A Liga 28 de Maio era uma associação de propaganda Nacionalista "Patriota" e "defensora da Pátria" que "manterá, intransigentemente, um carater absolutamente Nacional, de respeito pelo regime republicano, acima de todos os partidarismos, e unida em volta do Chefe de Estado, como supremo representante da Nação" (art. 4º). Segundo o art. 5º, os fins da Liga postulam meios como "organizar palestras, distribuir folhetos patrióticos", promover, "de acordo com as autoridades, várias celebrações, comemorações históricas, cortejos e manifestações nacionais". Eram "admitidos como sócios da Liga 28 de Maio todos os portugueses, no pleno uso dos seus direitos, maiores de 21 anos ou legalmente equiparados, que à data da inscrição, não estejam filiados em qualquer associação secreta e cujo passado moral ou político não possa ser prejudicial aos interesses e fins da Liga". Após o 25 de Abril de 1974, de acordo com o nº. 2 do artº. 16 do Decreto-Lei nº. 123/75, de 11 de março, a documentação da Liga 28 de Maio foi entregue aos Serviços de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e LP, após a extinção destes serviços toda a documentação foi integrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. digitarq.arquivos.pt

[103] Veiga Simão é nomeado ministro da Educação Nacional a 15 de janeiro de 1970 e a 6 de janeiro de 1971, anuncia ao País um Projeto do Sistema Educativo e as Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior.

Comercial de Tomar, de delegados de todos os Grupos de Estudo do País, a 25 de abril, onde foi apresentado o Projeto de Reforma do Estatuto dos Professores Eventuais e Provisórios".

Silva refere, ainda, a publicação do livro de Agostinho Lopes, *A política de mão-de-obra barata do Ministério da Educação Nacional,* e a sua atualidade nos dias de hoje [2011], o papel dos trabalhos dos GEPDES no III Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, em 1973, e a formação, nas escolas, de grupos de trabalho que "procuravam envolver os professores" e que os incentivavam a "eleger uma espécie de delegado sindical, que seria o elo de ligação com o grupo" regional do Norte, Centro ou Lisboa. A memória social e profissional dos professores é considerada relevante pela autora que, porém, diz ser reduzido o património documental existente. Reconhece, todavia, a importância da recolha do espólio e da sua publicação.

O SPZN (2004) celebrou trinta anos de sindicalismo com uma publicação especial. No capítulo SPZN, o primeiro sindicato livre de professores, declara-se que, "no seio dos grupos de estudo do Pessoal Docente, há muito germinava a ideia de constituição de um organismo que, conglobando-os, os representasse autêntica e vigorosamente, de acordo com o preâmbulo do Boletim Sindical n.º 1". É, assim, reconhecido o papel dos GEPDES na construção do sindicalismo livre e democrático.

Na entrevista concedida ao jornal *Página da educação,* Macedo[104] (2009), questionado sobre o que entende por "memória social e profissional dos professores", recorda a história dos primeiros movimentos associativos, no final do século XIX e início do século XX, e reconhece o valor da criação "no final da década de 1960", dos GEPDES que sofreram "ameaças de ilegalização das suas estruturas e de prisão dos seus principais dirigentes".

Dos investigadores[105]

Rui Grácio, a partir de 1981, refere-se ao papel dos Grupos de Estudo, em vários textos, relacionando o trabalho deste movimento, com as propostas alternativas à reforma de Veiga

[104] Abel Macedo, atualmente membro da direção do SPN, não foi membro de nenhum órgão coordenador dos GEPDES.

[105] No Anexo a esta tese apresentamos, digitalizado, todo o espólio relativo ao movimento dos Grupos de Estudo, bem como os textos publicados. Poder-se-á, assim, confrontar os textos e as opiniões dos seus autores. Se dúvida houver, elas podem ser aí esclarecidas.

Simão e as concernentes ao estatuto do professor (Grácio, 1983, 1989ª, 1995ª, 1995b, 1995c, 1995d).

Num artigo publicado na revista *Análise Social*, em 1983, com o título "O Congresso do Ensino Liceal e os grupos de estudo do pessoal docente do ensino secundário: uma alternativa sob o caetanismo", Rui Grácio grafa a designação dos GEPDES em caixa baixa. Após uma introdução sobre o período marcelista, aquele investigador expõe, no texto "Um 'congresso' do professorado em 1971", na parte III, sob o título Os "Grupos de Estudo" dos professores do ensino secundário, de 1970 a 1974, a sua interpretação do movimento. Afirma o autor, em nota de rodapé 20, na página 775, que dispôs da informação recolhida no livro de Agostinho dos Reis Monteiro e que as fontes primárias foram "documentação profusa e heterogénea […] graças à generosidade de F. Cabral Pinto". Descreve o processo da fundação e os primeiros passos dos Grupos de Estudo e as diretrizes e outros aspetos da sua ação, na perspetiva de uma estrutura "representativa" e de uma progressiva diversificação de objetivos e meios. Apesar de fazer referência ao elevado número de assinaturas de professores em exposições e petições endereçadas ao ME, não deixa de concluir, manifestando, assim, a sua opinião pessoal sobre o movimento:

> "De qualquer maneira, o número de professores ativamente empenhados nos GE, ou sob a sua maior ou menor influência, constituía uma fração minoritária do professorado do preparatório e secundário. Não podemos, por isso, subscrever o texto assaz hiperbólico da *FISE* (Federação Internacional Sindical do Ensino) que, numa 'Declaração em favor da luta dos educadores de Portugal' (Praga, junho 1973), afirma - como é frequente na retórica do género – que os GE 'beneficiam do grande apoio de massas populares'" (Grácio, 1983, p. 780).

E Rui Grácio prossegue, fazendo a análise das ambiguidades e contradições do poder, até ao início do processo de passagem para a democracia, em que reconhece: "Em poucas semanas, estruturas sindicais 'provisórias' de professores vão emergir na continuidade dos GE" (Grácio,1983, p. 786).

É, no entanto, nesta obra que Rui Grácio questiona a intervenção do PCP nos GE:

> Sendo o PCP a organização política de mais importante e estruturada inserção no mundo do trabalho, antes e logo após o golpe militar, não surpreende verificar que as estruturas sindicais provisórias dos professores apareçam, de maneira geral e num primeiro tempo, hegemonizadas por elemento daquele Partido, ou sob a sua influência. (Grácio, 1983, p. 789)

Questão a que não dá resposta, mas que esteve na origem do processo de investigação subjacente a esta tese.

Stephen R. Stoer tem o propósito de fazer

> "uma breve menção ao aparecimento da organização dos professores no início do século XX, uma breve caracterização do ensino sob o regime autoritário salazarista [refletir sobre] o reaparecimento da organização de professores, primeiro como resistência ao regime salazarista e depois como atividade sindical reconhecida, e de facto enaltecida, depois da Revolução de Abril de 1974." (Stoer, 1985, p. 61)

Mas Stoer interpreta erradamente Agostinho dos Reis Monteiro, quanto às razões de criação dos GEPDES, que se constituíram, diz, em oposição à Reforma de Veiga Simão e cuja principal reivindicação era - na sua opinião - "que os professores tivessem o direito de promover reuniões nos estabelecimentos de ensino" (1985, p. 65). Posteriormente e para caracterizar a situação dos docentes durante o regime de Salazar, indica o sistema de contratos provisórios ou a sua ausência e a forma de pagamento durante apenas dez meses por ano, sem conotar tal situação com o motivo primeiro da criação do movimento docente dos Grupos de Estudo. Prossegue com a referência à luta dos Grupos de Estudo pela democratização da educação e com a transcrição de parte do Despacho n.º 9/74 (1985, p. 66), que retira do livro de Agostinho dos Reis Monteiro.

Mais tarde Stoer retoma parte do texto atrás referido (1986, pp. 124-125) para concluir que "os Grupos de Estudo foram os percursores da movimentação dos professores e estudantes que ocorreria após a Revolução" (1986, p. 126). Tendo Rui Grácio como fonte afirma: "já em 1971 defendiam [os GE] que a democratização incluía a participação nas estruturas decisórias da vida das escolas" (1986, p. 126) e cita a propósito um excerto de um texto dos GE do Norte, retirado da obra de Agostinho dos Reis Monteiro.

Rogério Fernandes considera o trabalho de Gomes Bento para os GEPDES, *História do movimento associativo dos professores do ensino secundário – 1891 a 1932*[106], "o primeiro ensaio de reconstituição historiográfica da atividade organizada pelos profissionais de ensino em defesa dos seus direitos de classe" (Fernandes, 2010). Gomes Bento[107], na introdução a *O movimento sindical dos professores - Finais da Monarquia e I República*, em edição de

[106] *História do movimento associativo dos professores do ensino secundário — 1891 a 1932*. (1972). Porto: Edição do Autor.
[107] Gomes Bento publicou, em 1973, na revita *O professor*, o texto Breve história do movimento associativo dos professores na Primeira República, pp. 21-23.

Cadernos *O professor*, de 1978, afirma que o movimento docente dos Grupos de Estudo era "a forma que tinha tomado a resistência ao fascismo no setor da educação" (2010, p. 9).

Na comunicação apresentada no seminário "A profissão docente. A deontologia dos professores", realizado em Lisboa, a 19 e 20 de janeiro de 1995, e publicada nos *Cadernos da FENPROF*, com o título, "Contributo para a história da profissão docente em Portugal", Rogério Fernandes [108] considera "o aparecimento dos GEPDES um estádio decisivo, no plano de recuperação do sindicalismo livre. O processo da sua génese é significativo, se pretendermos compreender o processo dialético do associativismo profissional" (p. 12). Ao contrário de outros académicos, Rogério Fernandes reconhece que "a determinação fundamental da formação dos Grupos de Estudo foi a política educativa do regime, assente na exploração dos professores" (p. 13).

Resende (2003, pp. 915-965) no capítulo 5, "A mobilização do professorado através do movimento cívico os 'grupos de estudo': a revolta dos docentes eventuais em plena 'batalha' pela promoção e generalização da educação no final do Estado Novo", analisa em 5.1., "A situação profissional e a experiência da regressão das condições de trabalho entre os professores do Ensino Secundário público"; em 5.2., "Da vivência de uma experiência de "privação relativa" ao desenvolvimento de um projeto de contestação profissional e político: os lugares de socialização política – da Universidade à escola do Ensino Secundário"; e em 5.3., "Conferir visibilidade pública ao movimento dos professores de serviço eventual e provisório: o lugar do movimento no espaço social e escolar".

Em 5.1., Resende afirma que a "situação dos professores provisórios e dos professores de serviço eventual não era semelhante à situação dos outros docentes integrados noutras categorias profissionais", explicando que "a necessidade de mais docentes levou o Estado a fazer ingressar nas escolas um número significativo de professores com menor habilitação académica e sem estágio completo concluído" (2003, p. 916). Em 5.2., dá conta das alterações no mundo laboral e na estrutura social ocorridas nos anos 1960 e 1970, devido ao elevado número de trabalhadores assalariados, muitos dos quais "encontram na escola um lugar privilegiado para a sua visibilidade" (2003, p. 918). E em 5.3., afirma "haver substância para a luta política e profissional" pelo que o movimento dos GEPDES "sai da escuridão" (2003, p. 919). Esta visibilidade vai realizar-se, segundo o autor, através dos *media* e outras

[108] Rogério Fernandes, *Cadernos da FENPROF*, 1995, n.º 30, pp. 20-28.

publicações, situando-se a origem imediata do movimento no facto de o contrato de trabalho ter uma duração de dez meses.

A criação dos GEPDES diz Resende, acontece no final dos anos 1970[109], levando à circulação de abaixo-assinados a reivindicar "a resolução do problema das férias não remuneradas dos professores provisórios e de serviço eventual" (2003, p. 920), após reuniões na Escola Preparatória Francisco de Arruda, de onde emerge o modelo organizativo do movimento que deve ser "uma organização funcional e descentralizada" (2003, p. 921).

Identifica o autor o Partido Comunista Português, as Associações Académicas universitárias e o MRPP como as forças políticas que,

> "proporcionaram a muitos destes docentes ativistas a aprendizagem indispensável, quer para a constituição da referida organização, quer para a definição dos objetivos e das estratégias de luta com vista a mobilizar o maior número de professores para um movimento de contestação que podia prolongar-se no tempo." (Resende, 2003, p. 922)

Esta afirmação, sem referências, foi uma das questões colocadas aos entrevistados neste estudo (Apêndice 2.1. e 6.), à qual todos responderam (Capítulo IV, 4.2.). Resende prossegue, descrevendo a aprendizagem do combate político no âmbito das organizações clandestinas e das associações de classe, nas quais aos docentes, afirma, se ensinava a conduzir reuniões, incluindo o modo de apresentar um requerimento à mesa e moções, a trabalhar em grupo, a preparar diferentes suportes escritos, dependendo do tipo de reivindicação, a utilizar os abaixo-assinado, a preparar entrevistas e mesas redondas. Esta escola de militantes políticos, sugere o autor, "permitia aos professores ativistas o desenvolvimento de dois tipos de ação complementares", a luta contra o Estado e a mobilização dos colegas (2003, p. 924). Não há nestas afirmações referência a fontes e, consequentemente, não têm fundamento. Alás no espólio, agora analisado, nada indica que tenha sido como o autor refere (Anexo).

Em seguida, Resende questiona: "Porque não foram as ações iniciais desenvolvidas pelos militantes reunidos à volta da causa dos grupos de estudo?" E responde, atribuindo esse facto "ao conjunto de expectativas positivas relativas ao plano de reformas de natureza política" de Marcello Caetano e "à representação socialmente construída sobre o ministro Veiga Simão" (p. 925), tendo como base teórica a sociologia weberiana (2003, p. 916).

[109] Ver Nota de Rodapé 89.

Traça, depois, o retrato singular do que foi Veiga Simão para retomar, em 5.3.6., a análise da história dos "grupos de estudo". Regista a criação do movimento, em Lisboa, no início do ano letivo de 1970/71, embora antes tenha escrito, ter sido em finais dos anos 1970, como GEPEeP, na Escola Preparatória Francisco de Arruda, com o apoio logístico do diretor da escola. Refere-se, depois, ao pedido de audiência ao ministro [Veiga Simão], um mês após a saída do Projeto da Reforma, em 1971, reuniões na qual este governante afirma que os professores podem continuar a reunir-se e a debater os problemas do ensino, à fundação do Grupo de Estudo do Norte, à realização, em [6] março, em Coimbra, do "Primeiro Encontro Nacional dos Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios", aos colóquios na Escola Preparatória Francisco de Arruda e aos livros publicados por *O professor.*

O VI Congresso do Ensino Liceal, em Aveiro, foi tratado na reunião de Coimbra onde se tomaram medidas de alargamento do movimento o que teve com resultado a passagem para GEPDES e, mais tarde para GEPDESeP, tendo este facto a ver, segundo Resende, com o processo de "identificação" e de "identização" (2003, p. 932) estudados por Pinto[110].

Os GEPDES são, depois, analisados por Resende, de acordo com a dinâmica dos trabalhos produzidos pelos diferentes grupos criados para estudar as nomeações, reconduções, classificações, os contratos de provimento, estágios e efetivação, bem como a participação na vida escolar. O boletim *O professor*, assim denominado pelo autor, surge em 1970/1971, diz Resende que observa terem as lutas dos docentes, recrudescido nos anos letivos seguintes, até 1974, quando é entregue ao ministro uma exposição subscrita por 8000 professores[111], reclamando melhoria da condição económica da classe. Em resposta, os "grupos são equiparados [pelo MEN] a associações secretas" (2003, p. 935). Resende realça a publicação, no ano letivo de 1973/1974, do documento "Para uma associação de professores", ao qual atribui a repressão sofrida pelos docentes e o pedido feito pelo MEN aos diretores e reitores, para denunciarem todos quantos trabalhassem para os Grupos de Estudo e para a revista *O professor.*

Resende dá conta do grau de adesão aos GEPDES, referindo Rui Grácio como fonte, e argumenta a favor da "necessidade de alargar a luta [dos professores] para terrenos políticos a fim de terem o apoio das massas revolucionárias" (2003, p. 939) como as intervenções de

[110] Madureira Pinto. (1991). Considerações sobre a produção social de identidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, pp. 217-231.
[111] Em 27 de fevereiro de 1974, foi entregue no MEN, com pedido de audiência, em reação ao Despacho n.º 9/74 do secretário de Estado da Instrução e Cultura, um abaixo-assinado com 1517 assinaturas. (Apêndice 1.11.).

alguns membros dos Grupos de Estudo, no III Congresso da Oposição Democrática, em abril de 1973, em Aveiro, deixaram bem claro, colocando-se nas "fileiras dos opositores ao regime". Citando António Teodoro, Resende destaca o impacto nacional – capacidade de mobilização da revista *O professor*, com "a publicação de artigos pressionando o Governo no sentido de avançar para a discussão sobre o estatuto profissional" (2003, p. 961), e o seu esforço informativo - e internacional do movimento. De seguida, examina a realidade portuguesa à luz da ideologia marxista, concluindo que, "no caso do movimento dos "grupos de estudo", os seus dirigentes tentaram fomentar aquela fusão [das reivindicações de natureza laboral com o combate político], no sentido de se fundar um projeto de luta económica, ideológica e política" (2003, p. 946).

O papel dos *media* e, em espacial das duas mesas redondas publicadas pelo *Diário de Lisboa*, em 1971 e 1973, merece de Resende um estudo pormenorizado - agenda das denúncias, tipo de fotos, vestuário etc. E o capítulo termina com a abordagem da questão da renovação pedagógica, tema central dos colóquios efetuados na Escola Preparatória Francisco de Arruda, com eco na revista *Seara Nova* e nos trabalhos de Raúl Gomes.

Desde que integrou o projeto da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) e da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), "A Construção da Profissão Docente no Ensino Secundário (1947-1974), Formação, Percursos, Identidades", em 2001, Manuel Tavares (2004, 2010, 2011, 2012, 2014) tem escrito, em várias revistas sobre os GEPDES. No texto de 2004, procura compreender e analisar o movimento dos GEPDES, espelhado, segundo crê, no que foi publicado, unicamente, nos cadernos e na revista *O professor*. O movimento dos GEPDES exige, como este trabalho que agora apresentamos analisa, um estudo muito para além do que foi publicado no seu boletim. Em 2010, Manuel Tavares refere o papel dos GEPDES na formação dos sindicatos, depois de 25 de Abril de 1974, reflete sobre o neoliberalismo e a crise do sindicalismo docente, considerando que o "nosso atraso histórico causou uma crise de identidade sindical" (2010, p. 11), para terminar com o que considera serem as especificidades portuguesas na crise do movimento sindical e as perspetivas do movimento sindical docente. No Rio de Janeiro, em 2011, apresenta uma comunicação em que se debruça, fundamentalmente, sobre o sindicalismo docente depois da Revolução, salientando o papel do SPGL e da FENPROF na discussão da proposta da Lei de Bases do Sistema Educativo, nos anos 1980, e nos trabalhos de preparação do Estatuto da Carreira Docente, na década de noventa, do século XX. Em 2012, analisa a passagem do

associativismo ao sindicalismo docente, recuando até 1813, e, na secção a que deu o título "Dos GEPDES à afirmação dos sindicatos de professores", recorre a três das entrevistas[112] realizadas no âmbito do projeto atrás referido, para concluir sobre o papel daquele movimento durante o Estado Novo. Retoma, depois, os temas já abordados em 2010, do neoliberalismo e da crise do sindicalismo docente, das especificidades portuguesas no que respeita à crise do movimento sindical e das perspetivas do movimento sindical docente. No artigo para a revista *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, de 2014, Manuel Tavares, regressa à questão do associativismo ao sindicalismo docente, desde o início do século XIX, para, em seguida, analisar aquilo a que chamou "O primeiro momento de resistência pré-sindical – os GEPDES". Recorre, então, novamente, às três entrevistas já anteriormente mencionadas em 2012 e a uma outra a António Teodoro, realizada para este fim, em 2014. Introduz uma secção a que deu o título, "O campo empírico: o discurso dos entrevistados", que dividiu em categorias que constituem as suas unidades de análise: os objetivos que presidiram à criação dos Grupos de Estudo, a consciência política dos membros dos Grupos de Estudo, as dificuldades enfrentadas pelos Grupos de Estudo, o envolvimento do Partido Comunista Português (PCP) na formação dos Grupos de Estudo e a influência dos Grupos de Estudo na emergência do sindicalismo docente. O seu propósito é efetuar uma análise de conteúdo, segundo o modelo de Bardin. No final, volta à temática do neoliberalismo e à crise do sindicalismo docente, bem como às especificidades portuguesas no que se refere à crise do movimento sindical, questões já anteriormente abordadas em outras publicações.

Por seu turno, Lélis e Xavier (2010) examinam "as perceções partilhadas pelos professores que exercem liderança sindical nas duas maiores associações docentes do Rio de Janeiro". Após a introdução, no texto a que se refere o subtítulo "A profissão e o associativismo docente no Brasil e em Portugal: notas preliminares", mencionam a criação, em 1939, do Sindicato Nacional de Professores do Ensino Particular[113], a mobilização dos docentes do ensino liceal[114] nos GEPDES, movimento que conduziu "à organização de vários sindicatos de professores no país", na sequência, segundo as autoras, da promulgação da Constituição de 1976. Em nota de fim de texto (2) referem a criação dos GEPDES, em 1970/71 e os respetivos objetivos. Há, neste texto, como se vê incongruências. Resultam do recurso a fontes

[112] Estas entrevistas não tinham sido divulgadas à data da publicação deste artigo. As entrevistas são agora transcritas, pela primeira vez, neste trabalho (Apêndice 2.1.).
[113] Sindicato Nacional de Professores (SNP). Todos os professores do ensino particular eram obrigados a filiar-se para poderem lecionar. Aos professores do ensino oficial estava vedado o direito de associação.
[114] O movimento dos GE envolvia professores eventuais e provisórios do ensino liceal e técnico profissional.

secundárias e do desconhecimento da evolução do sistema educativo e da política educativa em Portugal.

Xavier (2013) especifica os objetivos do seu trabalho, que consistiam em analisar o que era ser professor no Estado Novo, a gestão democrática e o movimento de reconstrução sindical depois da Revolução, no capítulo 6 sobre "A ação docente em Portugal pós 25 abril". E em 6.2., aborda "A emergência dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário". Inicia o texto transcrevendo o item 8[115] do Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de maio, do Primeiro Governo Provisório e ligando, no parágrafo seguinte, o que considera ter sido o "desenvolvimento da reforma educativa, conduzida pelo ministro Veiga Simão", com incidentes reportados por Rui Grácio, ocorridos em julho de 1970, no Liceu Nacional de Aveiro[116].

Xavier usa como fontes de informação acerca dos GEPDES, os textos de Rui Grácio e de José Manuel Resende, o que a conduz a incorrer em erro, quando alude à data de criação do movimento, bem como a outros factos. O desconhecimento da evolução do sistema educativo português e a ausência de consulta das fontes adequadas, leva a autora a identificar os GEPDES com a "mobilização dos docentes do ensino liceal". Pouco mais adianta acerca do movimento que se propunha tratar, passando, de seguida, para a análise dos trabalhos de João Barroso sobre "o ciclo de evolução do sistema de ensino português que se inicia no 25 de Abril de 1974", e de António Teodoro sobre "o processo de redemocratização da sociedade portuguesa". Em conclusão, lendo o trabalho dessa investigadora, ficamos com uma parca e errada ideia do que foi o movimento dos professores do ensino secundário, durante o Estado Novo, na luta por condições laborais e pelo direito de associação.

A partir desta revisão de literatura de textos publicados sobre os GEPDES podemos delinear o quadro da pesquisa, os objetivos e a metodologia adequados.

[115] Os Decretos-Lei não têm itens, mas sim artigos.
[116] O VI Congresso do Ensino Liceal teve lugar no Liceu Nacional de Aveiro, em abril de 1971.

CAPÍTULO III

A PESQUISA E AS OPÇÕES METODOLÓGICAS

3.1. As questões de partida e a hipótese

Todo o projeto de investigação procura enunciar na forma de perguntas de partida, o que se pretende saber, elucidar e compreender melhor.

Assim, com base nos textos referidos no Capítulo II – Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário – perspetivas e pluralidades, foram elaboradas as seguintes **perguntas de partida**: (1) que questões, de natureza laboral, social e política, estiveram na origem da criação, desenvolvimento e afirmação dos Grupos de Estudo, (2) como se estruturaram os Grupos de Estudos, no quadro da sua transformação num movimento associativo de natureza para-sindical e (3) que relação existiu entre este movimento profissional e as forças políticas, (a)legais e/ou clandestinas, existentes no período em análise.

Estas perguntas de partida possibilitaram a construção de uma **hipótese** baseada na ideia de que houve um movimento docente, com dinâmica e características próprias, motivadas pelas condições laborais, profissionais e políticas do início dos anos setenta do século XX, em cuja formação e desenvolvimento, forças políticas, (a)legais e/ou clandestinas, existentes no período em análise, tiveram influência.

A organização da investigação em torno desta hipótese constitui a forma de a conduzir com ordem e rigor. A hipótese aponta o caminho da procura, fornece o fio condutor da investigação e o critério para a recolha de dados que a confrontarão com a realidade. Sendo uma proposição provisória, a hipótese carrega uma pressuposição que deve ser verificada.

3.2. Os objetivos

De acordo com a perspetiva central deste trabalho, foram definidos os seus **objetivos**:

(1) Construir e analisar o espólio dos Grupos de Estudo;

(2) Compreender a génese, os modos de organização e as reivindicações e a relação com o contexto político, bem como, através dos dados obtidos, o papel dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário na consciencialização da classe docente da importância de uma associação de professores para defesa dos seus interesses profissionais e laborais.

(3) Entender o contributo dos Grupos de Estudo Pessoal Docente do Ensino Secundário para a constituição dos sindicatos, logo após a Revolução de 1974.

(4) Comprender qual a ligação entre este movimento profissional e as forças políticas, (a)legais e/ou clandestinas, existentes no período em análise.

3.3. As opções metodológicas

Non numerantur, sed ponderantur[117]

(Vaganay & Amphoux, 1991)

Este estudo insere-se na área da história social, numa perspetiva de análise sociopolítica. Pretende-se, a partir de um exame empírico das fontes enunciadas - documentos produzidos pelos Grupos de Estudo Pessoal Docente do Ensino Secundário entre 1969 e 1974: entrevistas; artigos e textos escritos sobre os GEPDES - conhecer o percurso deste movimento, nas dimensões social e política.

Antoine Prost defende que,

> "A história social voltou-se, portanto, para níveis de análise menos ampla, em que a liberdade dos atores reencontra seu lugar; verificou-se uma mudança de escala. Este é o momento da *micro-storia* que, ao proceder ao cruzamento de uma pluralidade de fontes, em um quadro bastante limitado para poder ser perscrutado de forma mais subtil, analisa as práticas sociais, as identidades e as relações, além das trajetórias individuais ou familiares, com tudo o que elas incorporam de representações e de valores." (Prost, 2008, p. 204)

E o autor prossegue:

> Atualmente, é impossível fazer história social sem levar em consideração o universo das práticas sociais concretas e o das representações, criações simbólicas, rituais, costumes e atitudes diante da vida e do mundo, em suma, o universo do que se designou, durante algum tempo, como "mentalidades", o das culturas e práticas culturais. Certamente, trata-se de realidades coletivas que poderiam ser construídas à maneira de um facto social, desde que tal iniciativa levasse a confrontá-las com outros conjuntos, em vista de uma construção mais ambiciosa. Esses universos perderiam aí seu sabor, sua cor, seu calor humano […]. (Prost, 2008, p. 205)

[117] NT. Os testemunhos pesam-se, não se contam.

De acordo com esta perspetiva central, foram definidos os objetivos já anteriormente apresentados. Para atingir os objetivos, utilizaram-se dois meios centrais de recolha de dados: a construção e análise do espólio dos documentos dos Grupos de Estudo e a realização de entrevistas.

As fontes usadas, e que constam do CD-ROM, em anexo, são os documentos produzidos pelos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e os artigos e textos escritos sobre este movimento.

No que se refere à construção do espólio documental, há a realçar dois aspetos do trabalho realizado. Primeiro, que a maior parte destes documentos pertenciam a António Costa Carvalho e a Maria Manuel Calvet Ricardo. A tarefa foi complexa e difícil, pois, muitos, dos outros membros dos Grupos de Estudo já se tinham desfeito dos documentos ou de parte deles, o que determinou a necessidade de alargar o âmbito da investigação. No entanto, o resultado foi positivo - o espólio recolhido é de grande valor documental. Segundo, que a fase seguinte consistiu em proceder à sua digitalização para preservação futura (Anexo).

A análise dos documentos foi realizada nas seguintes dimensões, (i) as origens e primeiras iniciativas; (ii) afirmação e repressão; (iii) as reivindicações e problemáticas; (iv) as formas de organização.

Para facilitar o estudo e o acesso às fontes, organizámos os documentos em quadros, que constam do Apêndice I, nos quais se resumem os textos e se indicam as datas, os tipos de documentos e a quem pertencem os nomes referidos. Cada quadro está organizado segundo o tipo de documento tratado.

A outra vertente qualitativa do estudo foi materializada em cinco entrevistas semiestruturadas, realizadas a informantes-chave com ligações ao nascimento dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário[118] e, uma outra ao responsável pelo Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português, João Manuel da Costa Feijão.

[118] As entrevistas a Elsa Oliveira e a João Manuel da Costa Feijão foram efetuadas por Manuel Tavares, no âmbito do projeto da FCT – ULHT, Construção da Profissão Docente no Ensino Secundário (1947-1974). Formação, Percursos, Identidades, e transcritas por Maria Manuel Calvet Ricardo.
A entrevista a António Teodoro foi feita e transcrita por Manuel Tavares, no âmbito do trabalho empírico para o artigo publicado em 2014, Contribuições para a História do sindicalismo docente, em Portugal: dos Grupos de Estudo à afirmação e crise do movimento sindical docente. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 22 (34). Arizona State University, Volume n. 22, Número 37, 26 de maio, ISSN 1068-2341 http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n37.2014.

Em primeiro lugar, utilizámos como procedimento o contacto individual com cada um dos informantes-chave solicitando a realização das entrevistas bem como a sua gravação áudio. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Consideramos que a transcrição de entrevistas constitui um processo de reescrita, no qual, por vezes, é necessário reelaborar alguns registos orais. Contudo, protegemos sempre o respetivo conteúdo, respeitando o que foi expresso oralmente, a fim de que a leitura posterior permitisse apreender todos os significados presentes. Este procedimento obrigou à revisão das transcrições, com audições repetidas. As entrevistas foram posteriormente lidas pelos informantes-chave que as aprovaram, com exceção de dois que, à data, já tinham falecido, António Costa Carvalho e João Manuel da Costa Feijão. No entanto, a entrevista a João Manuel da Costa Feijão foi lida por dirigentes do PCP, que nada objetaram.

O objetivo principal da realização das seis entrevistas semiestruturadas consistiu na recolha de depoimentos sobre se terá havido, de facto, intervenção direta de alguma força partidária, particularmente do Partido Comunista Português, na génese dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e em todo o movimento que acabou por conduzir à criação dos sindicatos dos professores, após 25 de Abril de 1974.

Estas entrevistas não foram efetuadas para serem usadas como material empírico desta tese. Foram feitas como suporte da produção de artigos e comunicações destinados a publicações científicas e a intervenções em congressos, associados aos dois projetos do OPECE/CeiED, com financiamento da FCT, em que participaram os dois investigadores responsáveis pela respetiva recolha[119].

A entrevista como fonte de informação tem em vista, entre outras finalidades, entender o modo como os indivíduos viveram o seu quotidiano e, em particular, determinados acontecimentos ou mudanças, durante, por exemplo, a sua vida profissional e porque os viveram assim. Trata-se de olhar para um conjunto de momentos vividos pelo entrevistado e de os situar num contexto, considerando, como Ortega e Gasset na obra *Meditaciones del*

As restantes entrevistas foram realizadas e transcritas por Maria Manuel Calvet Ricardo, no âmbito do projeto da FCT – ULHT, Construção da Profissão Docente no Ensino Secundário (1947-1974). Formação, Percursos, Identidades.

[119] Manuel Tavares e Maria Manuel Calvet Ricardo, ambos investigadores dos projetos Construção da profissão docente no Ensino Secundário, 1947-1974 (POCTI/CED/32564/2000) e Percursos do associativismo e do sindicalismo docentes em Portugal, 1890-1990 (PTDC/CPE-PEC/103101/2008).

Quijote[120], que "*El hombre rinde el máximum de su capacidad cuando adquiere la plena conciencia de sus circunstâncias. Por ellas comunica con el universo*" (1914, p. 319).

Tais momentos correspondem a situações em que a história individual atinge uma dimensão de contexto social e de representações em que o indivíduo em causa se insere.

> [...] a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos. (Alberti, 1989, p. 4)

Uma entrevista é sempre uma versão de uma história. Por um lado, quando alguém "se conta", conta-se a alguém em concreto e numa determinada circunstância (Le Grand, 1988, p. 4). Estamos perante uma construção seletiva, baseada na memória e nas representações. Por outro lado, a entrevista é conduzida de acordo com os objetivos definidos pela própria investigação. Trata-se de ouvir um relato sobre a realidade, segundo um guião proposto ao entrevistado e com o qual este se identifica ou não. Cabe ao investigador descodificar o sentido, interpretar.

> [...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisas em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos factos coletivos. (Thompson, 1992, p. 17)

Há alguns aspetos problemáticos na utilização da fonte oral. O recurso a entrevistas suscita, com efeito, críticas quanto à confiabilidade da fonte, pois os depoimentos orais são subjetivos, emergentes da memória individual, às vezes falível ou fantasiosa. Thompson vai mais longe, argumentando que nenhuma fonte, seja escrita, seja oral ou visual, está livre da subjetividade. Todas podem ser insuficientes, ambíguas ou até mesmo passíveis de manipulação. Mas apesar da subjetividade que a fonte oral carrega, Thompson defende o uso da metodologia da história oral, ao afirmar que "a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história [...] transformando os 'objetos' de estudo em 'sujeitos'" (Thompson, 1992, p. 137).

[120] *Las Meditaciones del Quijote*, de José Ortega y Gasset, foi publicado em 1914 e editado em Obras Completas, *Revista de Occidente*, primeira edição, Madrid, 1946.

Neste contexto, a subjetividade desempenha um papel preponderante. Há uma forte aproximação entre o investigador e o objeto da investigação. Consultem-se os trabalhos de Rey sobre a subjetividade em metodologia qualitativa. O conceito de subjetividade é por ele definido deste modo:

> A subjetividade representa um macroconceito orientado à compreensão da psique como sistema complexo, que de forma simultânea se apresenta como processo e como organização. O macroconceito representa realidades que aparecem de múltiplas formas, que em suas próprias dinâmicas modificam sua auto-organização, o que conduz de forma permanente a uma tensão entre os processos gerados pelo sistema e suas formas de auto-organização, as quais estão comprometidas de forma permanente com todos os processos do sistema. A subjetividade coloca a definição da psique num nível histórico-cultural, no qual as funções psíquicas são entendidas como processos permanentes de significação e sentidos. O tema da subjetividade nos conduz a colocar o indivíduo e a sociedade numa relação indivisível, em que ambos aparecem como momentos da subjetividade social e da subjetividade individual. (Rey, 2001, p. 1)

E quanto ao papel do investigador, Rey afirma que "O pesquisador tem que participar, provocar, conversar, a fim de se manter ativo num diálogo que de forma permanente introduz novos aspetos nos problemas objeto da pesquisa" (2001, pp. 5-6). A postura do investigador, durante o processo de pesquisa, é de importância fundamental. Deve ultrapassar o papel de coletor de dados e refletir um caráter ativo e de responsabilidade intelectual pela construção da teoria que resultará da pesquisa (Rey, 2005).

Ao desenvolver um estudo qualitativo, cabe ao investigador a grande responsabilidade de estar atento à própria criatividade, à flexibilidade e à capacidade de se perceber como sujeito da investigação, uma vez que representa um núcleo gerador de pensamento que o torna inseparável da própria pesquisa. O investigador faz parte da pesquisa, no papel de facilitador da dinâmica que favorece o diálogo no processo de descoberta dos factos de maior ou menor relevância para o estudo em causa, sendo, assim, as suas decisões de grande responsabilidade no que ao resultado do trabalho se refere. Tal responsabilidade está, pois, ligada ao conhecimento produzido, uma vez que ele é autor e sujeito da produção do conhecimento (Rey, 2005).

No caso específico deste trabalho, "os estudos realizados com grupos grandes mantêm-se fiéis aos mesmos princípios epistemológicos que guiam os estudos de caso e os estudos de pequenos grupos" (Rey, 2005, p. 111). Em tais situações, não se exclui o trabalho com sujeitos individuais, uma vez que estes representam informantes-chave, por serem capazes de

prestar informações de grande relevância sobre o problema em estudo e quanto aos objetivos propostos da pesquisa.

Uma autora incontornável no contexto da análise de conteúdo é Bardin (1979), mas tal como a própria afirma, não há um modelo único de abordagem e o investigador pode "reinventar " o método que achar mais adequado. Assim, optámos por uma análise de conteúdo das entrevistas, com comentários no decorrer do texto para, partindo das partes, compreender a intenção no seu todo.

No âmbito deste trabalho, foi imperioso estudar a problemática da memória. A memória como realidade complexa que é, não constitui um arquivo de experiências individuais, mas, antes, uma reconstrução que ocorre sempre que o passado é evocado. Ela é seletiva e está sujeita a distorções. É uma elaboração feita no momento presente, a partir de recordações de acontecimentos ocorridos num passado próximo ou distante. A origem da palavra memória reflete esta realidade - reside no termo Mnemosyne, nome da deusa da memória e da mãe de todas as musas, que podia ligar o que os indivíduos foram com o que são e com o que serão, segundo a mitologia grega.

> Não é somente o caráter penoso do esforço de memória que dá à relação sua coloração inquieta, mas o temor de ter esquecido, de esquecer de novo, de esquecer amanhã de cumprir esta ou aquela tarefa; porque amanhã será preciso não esquecer... de se lembrar. Aquilo a que [...] chamaremos de dever de memória consiste essencialmente no dever de não esquecer. (Ricoeur, 2007, p. 48)

Marca, também, o debate sobre a memória coletiva a distinção feita por Nora entre história e memória (Nora, 1984). De acordo com Nora, memória e história, longe de serem sinónimos, opõem-se. A memória é a vida, ao passo que a história é a construção sempre problemática e incompleta do que não existe mais.

E mais adiante, o mesmo autor defende que "Tudo o que chamamos de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história" (Nora, 1993, p. 15).

Ao contrário da história, as memórias coletivas estariam ligadas a movimentos contínuos de lembranças transmitidas entre gerações. Não obstante, elas também têm limites no que respeita à compreensão do passado, pois o indivíduo não tem consciência de que transforma o passado segundo a sua própria perceção de um momento distante. A memória, individual ou coletiva, é vulnerável a usos e manipulações (Nora, 1984). Assim, tanto a história como a

memória revelam insuficiências no acesso ao passado. Na distinção que fez entre memória e história, Nora contextualizou as diferentes formas de "regresso" ao passado. Mostrou que, na atualidade, as perceções de tempo e as narrativas históricas seguem os processos de aceleração do tempo.

> A memória é um fenómeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discursos críticos. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica [...]. (Nora, 1993, p. 9)

Ricoeur corrobora, afirmando que "A escrita da história partilha dessa forma das aventuras da composição em imagens da lembrança sob a égide da função ostensiva da imaginação" (2007, p. 70).

Imprescindível é, no entanto, para o que procuramos demonstrar, consultar igualmente a obra de Mattoso *A escrita da história – teoria e métodos*, na qual o autor refere três momentos da elaboração do discurso histórico: exame do passado, a partir das suas marcas, representação mental que desse exame resulta e produção de um texto escrito ou oral que permite comunicar com outrem (Mattoso, 1997). Antigamente, "factos históricos" eram apenas os atos dos chefes políticos, dos génios ou dos heróis. Agora, com o alargamento da história da humanidade, tudo se apresenta como tendo dimensão histórica. Depois de delimitada uma área no campo de estudo, esta deve ser examinada em todas as suas dimensões. Em relação à observação do passado, só devemos ser atraídos por aquilo que nos permite compreender e viver o presente.

> Para mim, portanto, a História não é a comemoração do passado, mas uma forma de interpretar o presente. Ao descobrir a relação entre o ontem e o hoje, creio poder decifrar a ordem possível do mundo, imaginária, porventura, mas indispensável à minha própria sobrevivência, para não me diluir a mim mesmo no caos de um mundo fenomenal, sem referências nem sentido. (Mattoso, 1997, p. 22)

Mattoso subscreve, ainda, a ideia de que a escrita em história é um discurso pessoal, resultante da interpretação de quem escreve.

Assim, na abordagem plurimetodológica que escolhemos, tratámos, primeiramente, a memória e a escrita da história. Em segundo lugar, procedemos à análise documental. É consensual a afirmação da importância de uma abordagem plurimetodológica como estratégia eficaz para a "clarificação" dos fenómenos, seja em termos da sua extensão, seja no que

concerne ao seu significado. Essa pluriabordagem corresponde, em termos metodológicos, à própria integração científica das diferentes ciências sociais.

A análise documental identifica informações factuais nos documentos, a partir de questões ou hipóteses de interesse. Como exemplos gerais de documentos, podem citar-se: as leis, regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, atas, circulares, etc. O recurso a esta técnica apresenta vantagens e desvantagens, mas recomenda-se o seu uso quando o pesquisador se coloca em face de três situações básicas: o acesso aos dados é problemático; pretende-se ratificar e validar informações obtidas através de outras técnicas de recolha; o interesse do pesquisador é estudar o problema a partir da própria expressão dos indivíduos. As interpretações dos documentos podem ser diversas: políticas, filosóficas, psicológicas e literárias.

O desenvolvimento deste trabalho, no âmbito das áreas metodológicas expostas, possibilita a consecução dos objetivos propostos e a descoberta das respostas às perguntas que à partida enunciámos.

PARTE II

CAPÍTULO IV

OS GRUPOS DE ESTUDO DO PESSOAL DOCENTE DO ENSINO SECUNDÁRIO, 1969-1974: das reivindicações dos professores provisórios à construção de uma consciência associativa

4.1. Análise documental do espólio

> "Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob as circunstâncias da sua escolha, mas sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado."
>
> Karl Marx (1871, s/p)

Na transição do final dos anos 1950 para os anos 1960 verifica-se um aumento da procura da educação, que coloca a descoberto a inadequação das estruturas educativas com forte realce para a falta de professores. Faltava mão-de-obra qualificada facto já identificado nas recomendações da OECE/OCDE (Teodoro, 2001) e na Recomendação Relativa ao Estatuto do Pessoal Docente[121], adotada em 5 de outubro de 1966, na conferência especial intergovernamental convocada pela *UNESCO*, em Paris, em articulação com a OIT (Teodoro, 1973).

A falta de planeamento da educação em Portugal foi uma constante da política do Estado Novo, mesmo nas condições político-económicas do pós guerra. Só em 1965, na sequência do Projeto Regional do Mediterrâneo, se procedeu à criação do Gabinete de Estudos e Planeamento da Ação Educativa (GEPAE). Na recomendação do Plano Intercalar de Fomento para 1965-67, lê-se:

> Compreende-se que a estrutura do Ministério só com grande sacrifício tenha podido acompanhar o ritmo da evolução das necessidades: a população escolar aumenta vertiginosamente, cresce o número de professores, abrem-se novos estabelecimentos de ensino, surgem novas modalidades ou técnicas pedagógicas. (*in* Lemos, 2014, p. 110)

No entanto, ao crescimento do número de professores corresponde uma política intencional de desvalorização da função docente com o ensino entregue a pessoal docente não qualificado profissionalmente e sujeitos a baixo nível de vencimento e a precárias situações de trabalho: contrato de trabalho limitado a dez meses; privação da assistência médica em agosto e setembro; exoneração ao fim de 30 ou 60 dias por doença; rescisão do contrato sem aviso

[121] Nos 146 parágrafos, divididos em 13 seções, esta Recomendação estabelece padrões internacionais para um leque vasto de questões, que se relacionam com as mais importantes preocupações dos professores, a nível profissional, social, ético e material. Estas questões são: formação inicial e contínua; recrutamento; promoções e subida na carreira; segurança laboral; procedimentos disciplinares; serviço a tempo parcial; liberdade profissional; supervisão e avaliação; responsabilidades e direitos; participação nas tomadas de decisão educativa; negociação; condições para um ensino-aprendizagem efetivo; segurança social.

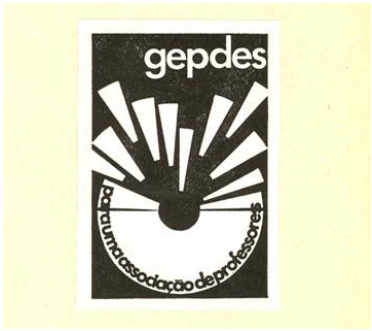
prévio e sem direito a indemnização (Teodoro, 1973). Estas medidas afetam a qualidade do ensino pois os professores têm de recorrer a acumulação de funções tanto no ensino como em outros setores. Esta é a realidade para cerca de 81,1% dos professores sem habilitação profissional completa em 1966/67 (Teodoro, 1972). Esta situação agravou-se com a entrada do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, CPES, em 1968, sendo que "em 1969/70, 17% dos professores do ensino liceal, 21% do ensino técnico e 31% do ciclo preparatório, não possuíam as habilitações académicas mínimas necessárias à lecionação – a chamada habilitação própria" (Teodoro, 1972, p. 2).

Perante esta situação Salvado Sampaio defendia:

> "Na situação de emergência em que nos encontramos, e perante a impossibilidade de resolver em curto prazo as carências de pessoal habilitado, as escolas devem tornar-se centros de formação e de debate pedagógico. Os professores devem aferir experiências, transmitir inovações, refletir em comum sobre a sua atividade". (Sampaio,1972, p. 4)

Conscientes destes problemas, foram os professores provisórios, "destinados ao exercício temporário do magistério", Decreto-Lei n.º 27 085, de 1936, e tal como todos os professores do ensino público, impedidos de criarem uma associação profissional que os representasse, que estiveram na origem da criação dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário em 1969/70.

Figura 1 - Logotipo dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário[122]



O espólio dos documentos dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, após a recolha e digitalização, foi sujeito a uma análise (Apêndice I e Anexo) em quatro fases: as origens e primeiras iniciativas, circunscritas ao período de 1969 a 1971, a afirmação e

[122] O símbolo dos GEPDES é da autoria de Álvaro Miguel Duarte de Almeida (1909-1972). Foi aluno do curso de Pintura da Escola de Belas-Artes de Lisboa, professor de Desenho e colaborou em várias revistas como ilustrador. Foi membro do GEPDES.

repressão, abrangendo o período de 1972 a 1974, as reivindicações e problemáticas e as formas de organização que abrangem todo o período, de 1969 a 1974.

4.1.1. As origens e primeiras iniciativas

A origem dos Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios (GEPEeP)[123] pode ser atribuída à reunião convocada por quatro professores da Escola Comercial Ferreira Borges[124], em Lisboa, que decidiram, com a ajuda do diretor da Escola Preparatória Francisco de Arruda, Calvet de Magalhães, enviar cartas para todas as escolas do País, a convidar os respetivos docentes para uma reunião, no início de 1970, na qual seria discutida a reivindicação salarial de pagamento do vencimento durante doze meses por ano aos professores provisórios, os quais não recebiam nas férias.

Formalmente, porém, a criação dos Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios, verifica-se em Lisboa[125], em 27 de maio de 1970, numa reunião na Escola Preparatória Francisco de Arruda, divulgada pelo vespertino *A Capital*[126] (Apêndice 1. 1. e 1.17.), e em que compareceram representantes dos liceus D. João de Castro, secção de Almada, Rainha D. Amélia e Passos Manuel e as escolas preparatórias de Pedro Santarém, Manuel da Maia, Marquesa de Alorna, Eugénio dos Santos, Paula Vicente, Francisco de Arruda e secções (Apêndice 1.11.).

O que eram, então os Grupos de Estudo? Elsa Oliveira na entrevista dada afirma,

> *Os GE foram criados com o objetivo de resolver os problemas dos professores provisórios do ensino preparatório e do ensino secundário (técnico e liceal). Cerca de 80% dos professores eram provisórios, o que implicava, nomeadamente, não ganharem nas férias. Estes docentes eram colocados em outubro ou novembro, quando calhava, e terminavam o seu ano letivo, no máximo, a 8 de agosto. Muita gente era despedida em julho e, portanto, ficava sem ganhar desde o fim deste mês até ao início de outubro ou novembro, conforme a altura em que tornasse a ser colocada.* (Apêndice 2. 1. a.)

[123] A 24 de novembro de 1971 passou a denominar-se Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES), e, em 1974, Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório (GEPDESeP).

[124] A. Ferreira Alves, Ana Maria Malheiro do Vale, Maria Elsa Oliveira e Maria Manuel Calvet Ricardo.

[125] Nesta parte, seguimos, de muito perto, um trabalho nosso anterior, "*O professor* como construção de uma identidade associativa dos professores no período do Estado Novo, 1971-1974", *in* Duarte, Rosa Serradas, Ricardo, Maria Manuel Calvet, Silva, Maria de Lurdes, (2013). *Percursos do Associativismo e do Sindicalismo Docente em Portugal 1890-1990*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

[126] Calvet de Magalhães, diretor da Escola Preparatória Francisco de Arruda, era, à data, colaborador de *A Capital*, para a área da educação.

Mas o texto publicado no Caderno n.º 1, *O professor*, em julho de 1971, com o título "O que é um Grupo de Estudo[127]?" definiu este movimento como sendo "núcleos de professores de todas as categorias docentes" que têm como objetivo "a realização de trabalhos e respetiva publicação", prevendo-se que "trabalhos mais profundos" necessitem da "formação de pequenas equipas de professores para o estudo mais cuidado de cada assunto". Cada Grupo de Estudo terá, em cada escola, delegados eleitos, anuncia-se no Caderno n.º 1, acrescentando-se que o contributo de todos já permitiu a elaboração do "Projeto de Estatuto do Pessoal Docente" e que [os Cadernos *O professor*] pretendem "ser um meio importante de colaborar para a melhoria do ensino em Portugal, e consequentemente para uma melhoria das condições de vida do povo português". Estes objetivos e a inofensiva designação adotada, enquadravam-se no âmbito de um quadro de cuidados a ter na época, pois todo o trabalho subsequente pouco tem a ver com um "grupo de estudo".

Na reunião de 27 de maio de 1970, "foi nomeada uma comissão executiva, que terá, como missão imediata, entregar os abaixo-assinados em mão ao Senhor Ministro" (Comunicado de 2 de Junho, GE de Lisboa). A Escola Preparatória Francisco de Arruda e o Liceu Rainha D. Amélia são os locais de receção e os contactos dos delegados das escolas eram feitos e dirigidos a Maria Irene Veloso e Berta Maria Marinho. Os delegados dos Grupos de Estudo, eleitos nas escolas, deverão comparecer com o abaixo-assinado intitulado, "Grupo de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios de Lisboa", na Escola Preparatória Francisco de Arruda. Recolhidas 480 assinaturas o texto foi entregue ao Chefe de Gabinete do ministro da Educação, mas foi o 1º secretário do MEN, que, na reunião de 10 de dezembro, se mostrou recetivo, informando que "S. Exª [ministro da Educação] estava interessado em resolver aquele problema dos vencimentos, mas que, conforme havia expresso num discurso em Aveiro, seria certamente impossível resolvê-lo naquele ano letivo, uma vez que tal despesa portentosa não estava prevista no Orçamento Geral do Estado" (Comunicado n.º 4, GE de Lisboa).

Segue-se uma reunião do Grupo de Estudo de Lisboa, a 23 de novembro de 1970, em que se decide elaborar uma outra exposição a dirigir ao ministro da Educação e promover a realização de uma mesa redonda no *Diário de Lisboa*, que seria publicada em 29 de janeiro de 1971[128] (Apêndice 1. 17.), antes da audiência com aquele membro do Governo, a qual

[127] No índice aparece Grupo de Estudos o que é, decerto, uma gralha.
[128] Monteiro (1977, p. 170) afirma, erradamente, que a mesa redonda foi publicada no *Diário de Lisboa* em 24 de janeiro de 1971.

provocou, de imediato, uma intervenção do deputado Agostinho Cardoso[129], na Assembleia Nacional, durante a 2.ª sessão da X Legislatura, sobre "a situação de desigualdade dos professores eventuais de nível secundário". Com cerca de 140 professores presentes decide-se o modelo organizativo a adotar, baseado em "comissões provinciais – Comissão do Distrito de Lisboa e arredores, Comissão Sul do Tejo, Comissão do Centro e do Norte", cabendo à Comissão regional de Lisboa "fazer todos os esforços por promover a sua criação [comissões regionais ou provinciais] nos respetivos centros geográficos" (Comunicado n.º 4, GE de Lisboa).

O Grupo de Estudo de Lisboa refere, em comunicado, a forma como o movimento se alargou:

> "No passado ano letivo de 1969-70, correram pelas escolas do país dois abaixo-assinados de professores eventuais e provisórios[130], solicitando ao ministério da Educação Nacional que tomasse providências no sentido de serem remuneradas as férias, como era justo e já se praticava no setor privado e até no ensino primário e técnico profissional oficial." (Comunicado n.º 4, GE de Lisboa)

A 4 de fevereiro de 1971, "cinco comissionados" dos Grupos de Estudo são recebidos pelo ministro da Educação. Desta reunião salientamos o seguinte relato:

> Ministro da Educação (ME) – É por causa dos vencimentos nas férias, não é?
>
> - Sim, mas não só. […] V. Exª deve ter lido a nossa exposição, na qual tratamos alguns problemas e preconizamos algumas soluções. Queremos saber qual a viabilidade que o Ministério lhes reconhece. […]
>
> ME – Estas questões são importantes mas agora é altura de nos ocuparmos sobretudo com a reforma geral do ensino. Temos que resolve primeiro as grandes questões; traçar as linhas gerais. Não podemos perder-nos em aspectos parcelares, como tem sido feito até aqui. É certo que os problemas que os senhores apresentam são importantes. Mas são relativos. Até se tem feito propaganda, talvez em demasia. […]
>
> - Mas que pensa V. Exº do problema das nomeações e vencimentos nas férias?
>
> ME – Eu estou vivamente empenhado em que se resolva, já neste ano letivo, o problema dos vencimentos em agosto e setembro. De qualquer maneira só seriam beneficiados os professores que possuam habilitação própria, isto é, os bacharéis, licenciandos e licenciados. (Comunicado n.º 4, GE de Lisboa)

[129] Agostinho Cardoso, médico no Funchal, que presidiu à Comissão Distrital da União Nacional, foi depois deputado pela Ação Nacional Popular e diretor da *Voz da Madeira*. Em 1965, na Assembleia Nacional, na sessão de 23 de abril, solicitara ao ministro da Educação a criação de Estudos Universitários na Madeira, alegando, entre outros fatores, a existência de 4603 estudantes matriculados em estabelecimentos secundários e técnicos, oficiais e particulares. app.parlamento.pt

[130] A exposição foi entregue ao MEN, no dia 17 de dezembro de 1969 (Apêndice 1.11.). Monteiro (1977, p. 170) afirma ter sido a 5 de dezembro a entrega do texto ao chefe de Gabinete do ministro.

Quanto à reforma do ensino abordada na mesma reunião e ao debate público e questionado sobre a viabilidade da participação dos professores provisórios e eventuais, "como categoria, integrados nas estruturas oficiais criadas para estudar questões, elaborar propostas e dar conselho sobre assuntos ligados ao ensino e ao pessoal docente do ensino secundário", o ministro da Educação respondeu:

> ME – Se os senhores se referem à participação no debate geral sobre a reforma do ensino, pois é de todo aconselhável que participem e enviem críticas e sugestões ao Gabinete Técnico encarregado de as recolher. Se se referem à participação nos órgãos e estruturas que decidem da vida escolar quotidiana, nesse caso têm os conselhos escolares do respetivo estabelecimento de ensino…
>
> - Mas nós não fazemos parte dos conselhos escolares!!!
>
> ME – Ah! Não fazem!? É mais uma deficiência que urge emendar…
>
> - V. Exª considera que podemos continuar a reunirmo-nos e a discutir estas questões, em ordem á apresentação de propostas mais amplas e fundamentadas?
>
> ME – Podem e devem. O ensino e a educação nacional só terão a beneficiar com isso. (Comunicado n.º 4, GE de Lisboa)

O ministro Veiga Simão, publica, em resposta, um despacho a 26 de julho de 1971, onde:

> Lamento não poder dar a minha concordância ao relato da audiência concedida a um grupo de senhores professores eventuais. Neste relato há omissões de assuntos que reputo de maior importância e são introduzidos comentários que não foram produzidos na minha presença. Produzem-se também interpretações que, a serem feitas na audiência, teriam sido devidamente esclarecidas por não corresponderem ao meu pensamento. De acordo com o compromisso por mim assumido, não deve pois, ser distribuído este relato.

O relato a que o MEN se refere só poderá ser o que consta do texto, "História recente do Movimento dos professores Eventuais e Provisórios[131]" (Comunicação n.º 4, GE de Lisboa). Este texto, assinado por Maria Irene Ferreira dos Santos e Martinho Guerra Madaleno, reproduz, em discurso direto, a audiência com o MEN, realizada no dia 4 de fevereiro. Sabendo os riscos que corriam, ao divulgar uma conversa com um ministro, num texto de distribuição nacional, que não fosse uma transcrição exata e literal, os membros dos Grupos de Estudo estariam a comprometer totalmente a reputação do movimento perante a opinião pública, o que não será de todo plausível. Um dos sobrescritores era aluno de direito (Martinho Guerra Madaleno) e decerto conhecia os procedimentos legais em situações do género. A resposta através do mencionado despacho oficial surge muito tardiamente, quando já muitas iniciativas tinham sido tomadas pelos Grupos de Estudo e o reconhecimento, pelas escolas e pelos *media*,

[131] Segundo António Teodoro foi Mário Casais Ribeiro, quem, cuidadosamente, apontou toda a entrevista, para poder ser reproduzida.

que este haviam conquistado, era muito amplo (Quadro 4 e Capítulo IV, 4. 1. 2.), além de não referir quais os pontos em concreto que não correspondem "à verdade". O que desagradou no relato da reunião foi a atribuiçãoo a Veiga Simão da frase de podem e devem reunir-se nas escolas, o que legitimava as reuniões efetuadas e ia contra as limitações à liberdade de reunião impostas pelo Ministério do Interior (GE do Norte, Comunicado n.º 5 e GE de Lisboa, Comunicado n.º 11).

Dando corpo à recomendação ministerial efetua-se na Escola Preparatória Francisco de Arruda, a 5 de fevereiro de 1971, uma reunião com a presença do respetivo diretor, Calvet de Magalhães, e com a participação de 90 professores, de Torres Vedras, Vila Franca de Xira, Évora e Estremoz, na qual se reafirma a determinação de construir uma organização nacional, criando-se "comissões de ação (comissão coordenadora, de arquivo, imprensa, e livro negro)" e "grupos de trabalho (de legislação, nomeações e reconduções, contratos de provimento, de vencimentos, das classificações, estágios e efetivação, participação escolar, e assistência ao pessoal docente)" (Comunicado n.º 4, GE de Lisboa). Ali se decide, também, o modelo organizativo a adotar, com reuniões quinzenais, sempre no mesmo dia da semana, no mesmo local e à mesma hora. Estava em curso o que viria a ser, mais tarde, a Carta do Professor e o Estatuto do Professor (Capítulo IV, 4. 1. 3.).

A 15 de fevereiro de 1971, igualmente na Escola Preparatória Francisco de Arruda e novamente com a presença do diretor da escola, dividem-se as tarefas, e estabelecem-se os métodos de estudo e a orientação geral do movimento. O plano dos respetivos estudos deveria enquadrar-se nos seguintes temas: análise da situação; inconvenientes desta situação, comparação com outros ministérios e setor privado; apresentação de propostas.

A primeira reunião nacional realiza-se,

> "em Coimbra a 6 de março de 1971, estando presentes os delegado de todos os grupos já então constituídos e o professor Calvet de Magalhães, e sendo a ordem de trabalhos preenchida com a redacção de um abaixo-assinado a enviar ao Congresso do Ensino Liceal para que este se debruçasse sobre os problemas da classe docente eventual […] aproveitando aa oportunidade para sujeitar à apreciação do mesmo Congresso os estudos propostas já então elaboradas." (Comunicado dos GE e E.P.F.A., 30 de abril de 1971)

Neste Primeiro Encontro Nacional dos Grupos de Estudo dos Professores Eventuais reúnem-se representantes de vários Grupos de Estudo, com o objetivo de prepararem a sua participação no VI Congresso do Ensino Liceal, em Aveiro, a realizar de 14 a 17 de abril. Solicitavam, ainda, o pedido de apoio à inscrição dos professores provisórios no congresso e o

pedido para que fossem examinadas as suas propostas sobre estágios e nomeações-reconduções, a criação de incentivos à formação de novos Grupos de Estudo, a elaboração de um inquérito aos professores provisórios sobre as suas aspirações profissionais e a urgência de se iniciarem as diligências para a constituição de uma associação de professores (Comunicado nacional, n.º 1).

O Grupo de Estudo do Norte (Apêndice 1.5.) já tinha iniciado a sua atividade em novembro de 1970, com reuniões regulares a partir de janeiro de 1971, sendo que a primeira reunião geral se efetua a 29 de março, com cerca de 300 professores presentes. Nesta reunião foi preparado um abaixo-assinado a enviar ao Ministro da Educação defendendo a criação de uma Associação dos Professores do Norte de Portugal (Monteiro, 1977). Em maio de 1971 o Grupo de Estudo do Centro[132] publica o seu primeiro comunicado.

Num período de cerca de um ano, grupos de professores não profissionalizados, de norte a sul, vivendo num regime de repressão, sem fundos e sem meios de comunicação, enviam cartas para todas as escolas do País, promovem reuniões de âmbito nacional, recolhem milhares de assinaturas, apresentam propostas - designadamente, o Projeto de Reforma do Estatuto do Pessoal Docente - que entregam no MEN, disseminam informação, conseguem apoio da imprensa, reúnem com o ministro da tutela e fundam uma organização nacional.

A "Proposta de Lisboa", aprovada no Encontro de professores provisórios e eventuais, aberto a todas as categorias de pessoal docente, a 2 de abril na Escola Preparatória Francisco de Arruda, não diferia da primeira exposição apresentada ao ministro da Educação e foi emendada, alterada e reeditada sempre que surgiram novas contribuições. O texto final foi aprovado, em Tomar, no dia 25 de abril, e enviado a todos os liceus, escolas comerciais e industriais e escolas do CPES.

Numa reunião efetuada a 30 de abril de 1971, na Escola Preparatória Francisco de Arruda, os GEPEeP contam com a participação de professores do ensino preparatório, liceal e técnico, e de várias regiões do país. E essa poderá ter sido uma das razões para que, o movimento tenha passado a denominar-se Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, GEPDES (Comunicado nacional n.º 13). Destaca-se pela sua importância, o acordo sobre a elaboração de uma

[132] O Grupo de Estudo do Centro aparece nos documentos com a designação de Grupo de Estudo de Leiria ou Grupo de Estudo de Coimbra.

> "exposição única, síntese de todas as propostas entretanto apresentadas e aprovadas. Verificando-se, no entanto, existirem, nesta proposta, pontos concretos de extrema relevância mas comuns a todas as categorias do pessoal docente secundário, decidiu-se que o documento único englobaria, além de propostas relativas à reforma do estatuto do pessoal docente eventual e provisório, outras atinentes também a todas aquelas categorias de professores, acrescentando-se, por fim, medidas de caráter urgente e inadiável." (Comunicado nacional n.º 13)

A Proposta para a Reforma do Estatuto do Pessoal Docente Eventual e Provisório reunia, assim, os pareceres recebidos dos Grupos de Estudo do Norte e de Lisboa e aguardava até 6 de maio pelo contributo das escolas.

Este comunicado acrescenta, ainda, as normas que, nas reuniões dos Grupos de Estudo devem enformar o método de leitura da exposição: aprovação em bloco/na generalidade ou rejeição em bloco, após pedido de propostas diferentes sobre pontos concretos constantes da exposição ou que dela não constem, seguindo-se a votação. Mas tais propostas só "serão inseridas na exposição única se a maioria das escolas se pronunciar no mesmo sentido" (Comunicado nacional n.º 13). Os delegados das escolas serão os responsáveis por todo este processo.

Estava feita a passagem dos GEPEeP para os GEPDES, onde vão convergir as reivindicações de todos os professores de todos os ramos de ensino, com exceção do superior e do primário[133].

As primeiras iniciativas dos Grupos de Estudo, que limitaremos ao período entre 1969 e 1971, ano da última publicação dos Cadernos *O professor*, tornaram-se conhecidas através de abaixo-assinados comunicados e atas de reuniões. Os abaixo-assinados foram o primeiro meio usado pelos fundadores dos Grupos de Estudo para mobilizar simpatizantes para aquelas iniciativas. Esta estratégia é especificamente referida por Agostinho Lopes do seguinte modo:

> *Além disso, houve um fator unificador fundamental, que foi o abaixo-assinado. A força do movimento unitário determinou uma expansão e uma cobertura muito rápida de todo o País, para lá dos grandes polos de Lisboa, Porto e Coimbra. O abaixo-assinado levou a luta ao País todo e permitiu ao próprio movimento criar, podemos dizer, uma rede nacional que, certamente, foi aquilo que mais preocupou o Governo a partir de certa altura. […] o abaixo-assinado acabou por funcionar como o estabelecimento dessa rede. Uma rede que ia de Bragança ao Algarve.* (Apêndice 2.1. e.)

Os abaixo-assinados foram, pois, uma primeira forma de chamar os professores à sua realidade socioprofissional, agregando-os num movimento emergente. Entre os textos

[133] A integração destes graus de ensino só ocorre depois de 25 Abril de 1974 (Capítulo V). No encontro nacional, a 15 de julho de 1973, na Figueira da Foz, já se analisara, no entanto, a possibilidade de alargamento dos Grupos de Estudo aos professores do ensino primário e superior.

constantes do Apêndice I, predomina, também, o comunicado como documento tipo. São, normalmente, documentos breves, impressos em *stencil*[134], de uma forma artesanal, que indicavam no que respeita às reuniões dos Grupos de Estudo, o local, a ordem de trabalhos, as decisões tomadas, as tarefas a realizar e a marcação do próximo encontro. A partir de 1972, os comunicados nacionais, passam a ser impressos em tipografias. Por norma, como medida de segurança, estes documentos de divulgação e propaganda, especialmente a partir de 1972, não eram assinados pelos mesmos docentes, segundo afirma Elsa Oliveira, e só raramente o eram por membros da comissão coordenadora.

> […] *as reuniões nacionais, as quais eram sempre subscritas por um grande número de docentes, também este variável. Se as autoridades apostassem na repressão, tinham centenas de pessoas para reprimir - a nossa estratégia dificultou-lhes imenso a vida, em termos de identificar responsáveis*. (Apêndice 2. 1. a)

Na análise dos documentos constantes do espólio, as origens do movimento vêm referidas com o título: "História contada pelos próprios". O facto é que se trata de documentos de grande valor histórico, pois, além de reporem a verdade sobre a data de origem dos Grupos de Estudo, mal referenciada por alguns investigadores (Capítulo II), mostram a dinâmica do movimento e dão a conhecer os seus objetivos para memória futura.

Quadro 1 - História contada pelos próprios [135]

Assunto	Local	Tipo de documento	Data
História recente do movimento dos professores eventuais e provisórios.	Lisboa	Comunicação n.º 4	25 de fevereiro de 1971
Breve história do movimento dos professores provisórios e eventuais com vista ao pagamento das férias grandes. Continuação do trabalho dos GE. Distribuição do n.º 1 do caderno *O professor.*	GE do Norte	Comunicado n.º 7	16 de julho de 1971
Breve história do movimento dos professores eventuais e provisórios com vista ao pagamento nas férias grandes. Extraído do Comunicado	Lisboa e Barreiro	Comunicação n.º 12	21 de julho de 1971

[134] Técnica usada para duplicar um texto ou desenho, através da perfuração em papel próprio. Consistia em bater os textos na máquina de escrever, em folhas duplas, que depois de perfuradas eram colocadas numa policopiadora e reproduzidas em grande número. Método usado pelas associações de estudantes durante as lutas estudantis e pelos movimentos políticos na clandestinidade.
[135] Apêndice 1. 1.

n.º 7 do GE do Norte.			
Balanço das atividades dos Grupos de Estudo, no ano letivo 1970-1971.	Lisboa	Comunicação n.º 13	24 de novembro de 1971
Breve história dos GE. Convocatória para reuniões no Porto a 26 e 31 de dezembro.			7 de dezembro de 1971
História dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário.	s/l	----	novembro de 1972
Breve história dos GE, de 1969/70 a julho de 1972. Balanço de atividades e iniciativas dos GEPDES. Formas de alargamento e de reorganização do GE de Lisboa.	Lisboa	Ver em anexo a ata de reunião do GE de Lisboa, de 15 fevereiro de 1973	15 de fevereiro de 1973
Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário.	Algarve	Comunicado	abril de 1973
Grupo de Estudo do Pessoal Docente.	*Diário de Lisboa*	----	5 de maio de 1974
Breve história dos GEPESP.		Manuscrito	1974

Elaboração própria

Paralelamente, existia a contestação do Decreto-Lei n.º 49 410, de 24 de novembro de 1969. Num documento enviado ao MEN e ao Presidente do Conselho, os professores do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (CPES) reclamam contra a situação criada pelo normativo de "baixamento de letra" e da criação "a longo prazo de um clima de insegurança de acordo com o qual todos estarão sujeitos a descriminações semelhantes dentro da mesma categoria de ensino" (Apêndice 1.11.)

Rogério Fernandes, no artigo "Movimentações da classe docente em Portugal (finais da década de 60)"[136] analisa este conflito que, nos finais da década de 1960, opôs os docentes do CPES[137] às autoridades educacionais, devido à despromoção profissional de que aqueles foram vítimas relativamente aos demais setores do professorado do Ensino Secundário.

> Estas disposições do Ministério da Educação Nacional desencadearam protestos dos docentes e das escolas. Na Imprensa, designadamente no *Diário de Lisboa*, houve repercussões da situação criada pelo Ministério da Educação Nacional, de

[136] *Revista Lusófona de Educação*, 2010, n.º 15, pp. 15-38.

[137] Rogério Fernandes cita neste artigo o Decreto-Lei n.º 49 120, de 14 de Julho de 1969, regulamentação dos concursos para professores eventuais do ensino secundário, mas o refeido decreto aparece no texto como sendo de 1968, o que deve ser uma gralha.

> cuja pasta era portador o advogado, professor de liceu e deputado José Hermano Saraiva. Na Assembleia Nacional foram proferidos discursos de apoio às reclamações dos professores do Ciclo Preparatório, facto bastante surpreendente, já que se enquadrava num novo ambiente político. O primeiro desses discursos a chamar as atenções políticas para o problema foi proferido a 12 de Dezembro de 1969, sendo seu autor o deputado Dr. Pinto Leite. Tratava-se de um dos elementos do pequeno grupo de deputados católicos progressistas que não se integravam politicamente nas listas da ANP, embora tivessem feito parte delas, e se demarcavam em relação ao bloco maioritário dos deputados da extrema-direita. (Fernandes, 2010, p. 18)

O facto é que, segundo o mesmo autor,

> Os ensinantes dos Ensinos Liceal e Técnico haviam passado a usufruir de vencimentos correspondentes a uma letra superior à aplicada ao Ensino Preparatório no quadro da função pública. Tal diferença visava compensar as gratificações atribuídas aos docentes do Preparatório devido às reuniões de trabalho a que eram obrigados na organização dos processos individuais dos alunos em ordem às tarefas de orientação escolar, além daquelas a que se chamava "reuniões de coordenação" dos centros de interesse. Não sendo possível, alegava o Ministro, atribuir as mesmas retribuições a outros ramos de ensino, criava-se um desnível que tornaria mais atrativo o Ensino Preparatório ou o Estágio aos candidatos a professores, em prejuízo dos ensinos liceal e técnico. A nota incluía um quadro comparativo dos vencimentos dos três ramos de ensino e concluía com a seguinte declaração: "Mantiveram-se todas as gratificações estabelecidas pelo citado diploma, de tal modo que o conjunto das remunerações recebidas pelos professores do Ensino Preparatório é sensivelmente idêntico ao dos professores dos Ensinos Liceal e Técnico Profissional." (Fernandes, 2010, p. 20)

São duas situações paralelas, coincidentes no tempo. As reivindicações dos professores do CPES (Apêndice 1.11.) associam-se ao conjunto de reivindicações dos professores do ensino secundário.

A 4 de maio de 1971, um abaixo-assinado dirigido ao Ministério da Educação é subscrito por membros dos Grupos de Estudo de Almada, Barreiro, Coimbra, Évora, Lisboa, Porto, Setúbal, Silves, Tomar e Vila Viçosa, devidamente identificados, os quais pretendem, segundo declaram, ser, novamente, recebidos pelo ministro, para lhe apresentarem "uma proposta sobre alguns aspetos da situação do pessoal docente eventual e provisório".

Em 27 de maio, o Grupo de Estudo de Lisboa nomeia a comissão executiva e estabelece as iniciativas em curso, as quais passam pela eleição de delegados nas escolas e entrega dos abaixo-assinados ao MEN (Comunicado de 2 de junho de 1970).

E, em dezembro de 1971, é entregue no MEN uma exposição com 450 assinaturas de professores de todas as categorias e de várias localidades, sobre o impedimento de se reunirem nas escolas, e a proibição de um colóquio marcado para a Figueira da Foz, a 28 de

novembro, solicitando autorização para a realização desse mesmo colóquio, de 15 a 17 de janeiro de 1972 (Capítulo IV, 4. 1. 2.).

No estudo das primeiras iniciativas, há a realçar as conclusões dos Grupos de Trabalho do Grupo de Estudo de Lisboa: 1, "Nomeações, Reconduções e Classificações"; 2, "Contrato de Provimento"; 3, "Vencimentos", cujos autores estão todos devidamente identificados (Comunicações n.º 8, 9 e 10)[138] e do Grupo de Estudo do Norte: nomeações; contratos de provimento, participação nas estruturas que decidem a vida escolar; medidas de caráter urgente (Comunicado n.º 3).

Pela qualidade e relevância destes textos, no sentido de melhor se compreender o trabalho dos membros dos Grupos de Estudo e a situação real dos professores provisórios durante o Estado Novo, resumiremos o seu conteúdo e referir-nos-emos às conclusões a que cada grupo chegou.

Grupo de Trabalho 1 - "Nomeações, Reconduções e Classificações" (Comunicação n.º 10, GE de Lisboa), de Ana Maria Malheiro Fontes de Melo e Maria Elsa Carvalho de Oliveira.

Remetem as autoras para os Estatutos do Ciclo Preparatório, do Ensino Técnico Profissional e do Ensino Liceal, bem como para um estudo da OCDE, publicado em 1969[139], sobre os professores provisórios ou de serviço eventual, "categoria que se destinava a fazer face à ausência ou insuficiência de professores do quadro". A título de exemplo, referem os números relativos ao ensino técnico:

[138] Não constam do espólio, neste período de 1969 a 1971, as conclusões dos Grupos de Trabalho: legislação, estágios e efetivação, participação escolar, e assistência ao pessoal docente. O comunicado n.º 14, de 14 de março de 1972 (Apêndice 1.4.), no ponto 3, informa que será o Grupo de Estudo do Norte a estudar o problema dos estágios, e indica oito pontos para cujo tratamento pede apoio. E anuncia a criação de um novo Grupo de Trabalho, "O ensino em questão", para o qual os Grupos de Estudo solicitam, igualmente, colaboração. Agostinho dos Reis Monteiro (1977, pp. 174-178) transcreve a proposta do Grupo de Estudo do Norte, bem como o texto final (1977, pp. 180-186). No capítulo IV, 4. 1. 3., analisaremos o texto final, Proposta para a Reforma do Estatuto do Pessoal Docente Eventual e Provisório.

[139] A data referida no documento – 1969 – poderá ser uma gralha. Em todos os textos que analisámos a data referida a um documento da OCDE, sobre este assunto, é 1966. A OCDE publicou, em 1965, *Le Projet Régional Méditerranéen: Six pays en quête d'un plan. Récit d'une expérience*, e, em 1966, *Le Projet Régional Méditerranéen – Portugal.*

Quadro 2 - Professores do ensino técnico[140]

Professores	1960/61	1963/64	1964/65
Professores admitidos a título permanente	22,0%	20,6%	18,8%
Professores admitidos a título provisório	78,0%	79,4%	81,2%

(Comunicado n.º 8, GE de Lisboa)

Identificam, depois, sete causas da situação, a saber: o caráter restritivo das vagas no quadro de professores efetivos, desfasadas da realidade do País; a exigência de estágio e Exame de Estado para aceder ao quadro, como professor efetivo; o reduzido número de vagas nos estágios; a atração pelos centros urbanos de que resulta a preferência por um lugar de provisório aqui a um de efetivo no interior do País; a abertura de mais vagas masculinas do que femininas; a saída de pessoal do quadro para outros serviços do Estado; a desproporção entre o número de alunos e o número de professores com formação profissional. E centram o problema das nomeações, reconduções e classificações na incongruência entre a percentagem de provisórios, 81%, e a sua designação.

Outro aspeto abordado pelas autoras tem a ver com a legislação, que é distinta para os três casos em estudo, sendo o tratamento também desigual quando se trata da classificação dos professores provisórios. No CPES, Ensino Técnico Profissional e Ensino Liceal esta é feita pelos Conselhos Escolares, que diferem na sua composição.

No final, questionam o modo de afastamento, por dois anos, dos professores com classificação de "deficiente", e deixam os problemas levantados em aberto para recolha de mais contributos.

O Grupo de Estudo do Norte centra a sua atenção nas condições suficientes de nomeação: licenciatura ou bacharelato; propõem a abolição da tese nas Faculdades de Letras e a contratação temporária de indivíduos com habilitações inferiores às já referidas, bem como a forma de admissão nos três ramos de ensino dos formados pelos cursos de Pintura e Escultura da Escola Superior de Belas Artes e o ingresso na profissão com equiparação à licenciatura dos diplomados pelo Curso Superior de Composição dos conservatórios (Comunicado n.º 3).

[140] Apêndice 1.4.

Grupo de Trabalho 2 - "Contrato de Provimento" (Comunicação n.º 8, GE de Lisboa), de M. Eugénia Malheiros; M. Rosário Rodrigues; M. Amália Fialho; Martinho Guerra Madaleno; M. Armanda Carrilho; M. Emília Pedroso; M. Helena Morgado e Albino R. Cardoso.

Iniciam o trabalho com a análise da situação dos professores provisórios nos estatutos dos três ramos de ensino. No ponto 1, reportam a nomeação destes docentes por tempo limitado, a um máximo de dez meses, entendido como "ano escolar", o qual se inicia a 1 de outubro e termina a 10 de agosto. No ponto 2, referem que a nomeação resulta da insuficiência de efetivos. Segue-se, no ponto 3, a explicação da nomeação a título precário, a qual pode ocorrer por exoneração do professor pelo ministro ou por doença daquele por período superior a sessenta dias. No ponto 4, abordam a privação de direitos, da licença graciosa[141], a redução de tempo de serviço, as diuturnidades[142], o pagamento pelo número de horas atribuídas, a contagem de tempo de serviço sujeita a restrições nos meses de julho, agosto, setembro e outubro, a forma como são contadas as faltas não justificadas ou justificadas quando excedem trinta dias e a falta de apoio da ADSE[143], quando se está desligado do serviço. A arbitrariedade das exonerações e classificações sem garantia de defesa ocupa o ponto 5, fundamentalmente nos casos de classificação de "deficiente" e dos que não se apresentem na escola onde foram colocados, não tenham aceitado o horário ou abandonem o serviço antes de concluídos os exames. A arbitrariedade, reconhece o Grupo de Trabalho, reside no facto de a resolução de conflitos ser muito demorada. O último ponto aborda o horário de trabalho. Dá a conhecer o facto de o pessoal docente efetivo, auxiliar e provisório trabalhar 22 horas semanais e os mestres do Ensino Técnico e professores de Trabalhos Manuais do CPES, 32 horas semanais. Analisa, em seguida, a redução de serviço para 20 e 18 horas, ao fim de 10 e 20 anos de serviço para os professores efetivos, de 3 a 6 horas após a 1.ª e 2.ª diuturnidades, para os mestres do Ensino Técnico, de 4 e 8 horas, em condições idênticas, para os professores de Trabalhos Manuais do CPES e a possibilidade de aos professores de Educação Física poderem ser concedidas 8 horas extraordinárias para as atividades circum-escolares. No final, as autoras pedem sugestões, a enviar para a Escola Preparatória Francisco de Arruda.

[141] Licença atribuída aos funcionários públicos em serviço no ultramar para se deslocarem à metrópole por um período de 120 dias, com remuneração de acordo com a tabela da metróplole.
[142] Prestação de natureza retributiva a que o trabalhador tem direito com fundamento na antiguidade.
[143] A Assistência na Doença aos Servidores Estado (ADSE), dependente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas, é um Serviço Integrado do Ministério das Finanças e da Administração Pública, dotado de autonomia administrativa que tem a responsabilidade de gerir o sistema de proteção social aos trabalhadores do setor público administrativo. Foi criada pelo Decreto-Lei n.º 45002/63, D.G. n.º 100, Iª Série, de 27 de abril.

E, a seguir, este trabalho termina com as seguintes propostas:

> 1. Contrato de provimento por três anos, com vencimento correspondente à Letra I;
> 2. Despedimento sem justa causa, dando direito a indemnização ou novo contrato noutro estabelecimento de ensino (referem o *Manual de Direito Administrativo* de Marcello Caetano, página 731, 8ª edição, de 1969);
> 3. Rescisão unilateral imposta pela Administração, dando direito a novo contrato noutro estabelecimento de ensino;
> 4. Rescisão convencional do contrato sem direito a indemnização;
> 5. Passagem à efetividade, com classificação de bom, no fim do período do contrato;
> 6. Direito a licença graciosa;
> 7. Contagem do tempo de serviço como eventual para obtenção de redução de serviço e das diuturnidades;
> 8. Totalidade de vencimento, qualquer que seja o horário atribuído;
> 9. Contagem de serviço dia a dia;
> 10. Igual regime de faltas e licenças [aos dos professores efetivos];
> 11. Assistência médica e medicamentosa durante 36 meses e extensiva aos descendentes até à maioridade;
> 12. Criação de uma Ordem[144] ou Associação de Professores;
> 13. Horário de trabalho, considerando as Recomendações da *UNESCO*, pelo que deve ter em conta o número de alunos de que o professor se ocupa por dia e por semana, o tempo de preparação das aulas, os diferentes cursos a dar por dia, o tempo para investigação, tempo para estarem com os pais e sobre o estudo dos alunos;
> 14. Pagamento de horas suplementares, segundo uma tabela superior (OCDE).

Nesta área, o Grupo de Estudo do Norte, defende um contrato por um período de 3 anos (36 meses) igualando as condições contratuais do professor efetivo e a contagem de serviço ser igual à dos professores do ensino primário, do ensino superior e aos das províncias ultramarinas. O despedimento sem justa causa deveria corresponder a um novo contrato de igual prazo noutro estabelecimento de ensino ou ao direito a indemnização (Comunicado n.º 3).

O Grupo de Trabalho 3 - "Vencimentos" (Comunicação n.º 9, GE de Lisboa), de Ferreira Alves Pacheco.

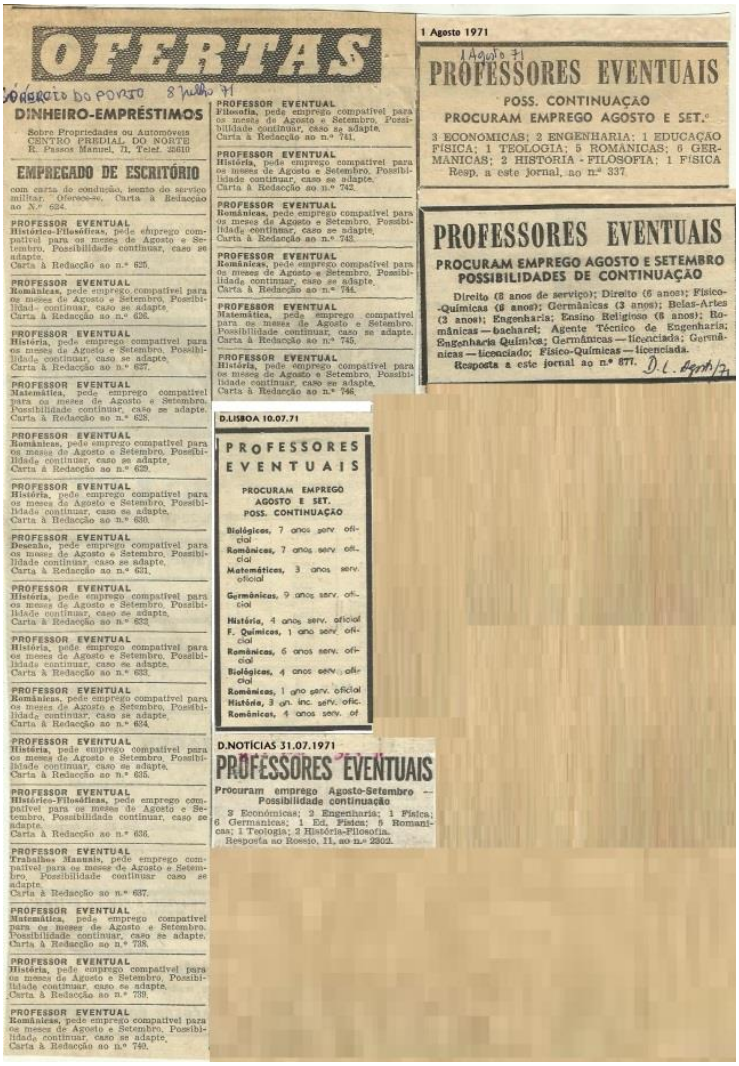
Neste estudo, apresenta-se uma tabela comparativa entre os vencimentos no MEN, em outros ministérios e no setor privado, concluindo-se que os professores do MEN "auferem vencimento mensal inferior a qualquer outro funcionário de outro ministério com igual habilitação, tornando-se ainda bastante mais saliente a disparidade com o setor privado". E, no final, propõe-se que os professores provisórios tenham equiparação de vencimento aos docentes dos

[144] Ordem é uma associação pública profissional, cujos membros têm de ser licenciados. Trata-se de uma instituição corporativa, constituída, por profissionais auto-organizados, em que o Estado delega competências que, tradicionalmente lhe são atribuídas sobre o exercício da profissão.

três ramos de ensino e aos funcionários dos outros ministérios e aproximação ao setor privado. Tal como os outros grupos de trabalho, o autor solicita sugestões, a remeter para a Escola Preparatória Francisco de Arruda.

É neste quadro que, de julho a agosto de 1971, os jornais nacionais são "inundados" de anúncios de pedido de emprego para os meses de agosto e Setembro, com "possibilidade de continuação". Esta iniciativa surgiu na sequência dos chamados "Pontos prioritários", entregues ao ministro da Educação e do qual não obtiveram resposta (Comunicado nacional n.º 13).

Figura 2 - Anúncios em jornais



(Apêndice 1. 17.)

Segundo a mesma fonte, a 13 de julho, o *Diário de Notícias* publica uma notícia com o título "Os professores eventuais recebem vencimentos nas férias" e o *Diário de Lisboa*,

"Professores eventuais passam a ter férias pagas". Os Grupos de Estudo protestaram junto das respetivas direções dos jornais, num comunicado conjunto, o qual só foi publicado na íntegra pelo *Notícias da Amadora*, a 31 de julho (Comunicado nacional n.º 13). Estabelecem-se contactos com os deputados Sá Carneiro e Pinto Balsemão e é enviada uma carta à Assembleia Nacional, em 19 de julho, sobre a real situação dos professores, o não pagamento nas férias, a atividade dos Grupos de Estudo e a denúncia do sensacionalismo da imprensa (Monteiro, 1977). As notícias antecipavam o texto do Decreto-Lei n.º 331/71, de 4 de agosto, em cujo art.º 8.º, se lia:

> Os professores, os regentes e os mestres dos estabelecimentos de ensino médio, técnico agrícola, industrial e comercial, com provimento provisório, que possuírem as habilitações académicas exigidas para ingresso nos quadros e houverem prestado dois anos de serviço com classificação não inferior a Bom têm direito aos vencimentos da sua categoria durante os doze meses do ano, desde que entrem em exercício até 15 de outubro e desempenhem até ao termo das atividades escolares, incluindo os exames, o serviço que lhes houver sido distribuído. (Ata da reunião nacional de 3 de outubro)

O certo é que só um reduzido número de professores foi abrangido pela nova legislação, a qual contrariava a legislação internacional e a nacional, no caso específico do ensino particular, onde independentemente da habilitação, o Estado obrigava as entidades patronais a pagar as férias aos professores (Comunicado nacional n.º 13).

Mas as primeiras iniciativas do movimento que abarcam o período de 1969 a 1971, estendem-se a outras áreas consideradas, igualmente prioritárias, e que são transversais aos três grandes Grupos de Estudo – Lisboa, Norte e Centro. São criados novos Grupos de Trabalho no Norte: gestão escolar, a cargo de Gomes Bento; classificação de serviço, coordenado por Alda Varela; preparação pedagógica, dirigido por Valdemar Cardoso e Congresso de Aveiro, orientado por Joaquim Martins (Comunicado n.º 4).

A organização de colóquios será um ponto importante das primeiras iniciativas. Prepara-se um encontro na Escola Preparatória João de Barros, na Figueira da Foz, em 28 de novembro, sobre o agente de ensino na atual estrutura educativa nacional: estatuto profissional, estatuto pedagógico e estatuto cívico; e, igualmente, formação do pessoal docente: cursos de atualização e de aperfeiçoamento (Comunicado n.º 8, GE do Norte).

Este comunicado do Grupo de Estudo do Norte assume uma particular relevância, pois vem colmatar a falha de outros comunicados, quer nacionais quer dos Grupos de Estudo de Lisboa

e do Centro, bem como das atas de reuniões nacionais[145], ao informar sobre uma reunião na Escola Industrial e Comercial de Tomar, de delegados de todos os Grupos de Estudo do País, a 25 de abril, onde seria aprovado o Projeto de Reforma do Estatuto dos Professores Eventuais e Provisórios, o qual, foi entregue, no MEN, a 14 de maio (Comunicado n.º 6). Estiveram presentes delegados de Lisboa, Porto, Coimbra, Tomar, Setúbal, Barreiro, Estremoz, Évora, Silves, Vila Viçosa, num total de 44 participantes. Entretanto, um abaixo-assinado, com 676 assinaturas de professores do Grupo de Estudo do Norte, foi entregue ao MEN, a 3 de junho, rejeitando a proibição de reuniões na Escola Preparatória Pêro Vaz de Caminha (Comunicado n.º 5).

As atas são outro tipo de documentação que nos propomos estudar, porque, além de completarem a informação dos comunicados/comunicações/circulares, registam os assuntos tratados e as decisões tomadas nas reuniões. A ata é um documentos histórico pois mostra de maneira direta o vínculo com a realidade. É, pois, um registro histórico fidedigno do modo como decorre uma reunião, permitindo tirar dúvidas sobre procedimentos e processos aí adotados. A sua importância reside na preservação da narração dos acontecimentos, mantendo vivo o passado de uma instituição.

Do espólio constam as atas das reuniões de nível nacional, dos Grupos de Estudo de Lisboa, do Norte e do Centro, tendo o calendário e sumários das atas nacionais (Apêndice 1.7.), sido, cuidadosamente, registadas por Joaquim de Sousa, do Grupo de Estudo da Figueira da Foz (Anexo).

A realização do colóquio na Figueira da Foz, a 28 de novembro, será o tema central da reunião nacional de 24 de outubro. No entanto, aquele colóquio foi proibido por despacho (Capítulo IV, 4.1.2.) e dá conta das razões de desmobilização de alguns professores, devido a: impossibilidade de reunião; afastamento devido a estágio; satisfação de apenas algumas das reivindicações; falta de informação regular; e a não autorização do colóquio (Ata de 14 de novembro). De imediato, são propostas novas iniciativas: focar nos Cadernos *O professor* problemas mais concretos; prestar mais informações sobre a situação dos professores; efetuar mais reuniões nas escolas.

[145] Segundo o mapa do espólio de Joaquim Sousa (Anexo).

O professor Calvet de Magalhães disponibiliza a Escola Preparatória Francisco de Arruda, para a realização do colóquio, em janeiro de 1972[146], cabendo ao Grupo de Estudo de Lisboa preparar um texto sobre o Estatuto do Professor, a Viseu apresentar um trabalho dedicado à segregação socioeconómica nas turmas do CPES e à Figueira da Foz efetuar um trabalho de estatística acerca do pessoal docente. Os Cadernos *O professor* continuam a fazer parte da agenda (Ata reunião nacional de 28 de novembro).

O novo ano letivo inicia-se e as questões colocadas pelo Grupo de Estudo do Norte, continuam sem resposta:

> - Qual a proporção entre a campanha publicitária na imprensa e as realidades efetivamente surgidas?
>
> - O pagamento nas férias não teria apenas abrangido um reduzido número de professores?
>
> - Até onde vai a desorganização e atropelos na atribuição da categoria de professores extraordinários? Qual o valor desta categoria na pirâmide profissional?
>
> - Qual a validez de critério na abertura e preparação dos estágios?
>
> - Foram cumpridas as promessas e as disposições legais quanto a prazos para nomeações?
>
> - Quantos professores entraram ao serviço depois de 15 de outubro?
>
> Como se irá elaborar o Estatuto Profissional e Pedagógico do Professor? (Comunicado n.º 8)

E é neste contexto que se propõem "procurar elementos, analisar a legislação, investigar as realidades, traçar os limites entre o que devia e podia ter sido e o real e congregar para esta iniciativa todos aqueles que a sintam como necessária" (Comunicado n.º 8).

Os três Cadernos *O professor*[147] e as três revistas *O professor*, uns e outros publicados entre 1971 e 1974 (Quadro 3), merecem um estudo aprofundado para que melhor se compreenda o papel desempenhado pelos Grupos de Estudo dos Professores Provisórios e Eventuais, que, de certa forma, e dando resposta às questões acima enunciadas, abalaram o regime, nos seus últimos anos e pelo menos no campo da educação permitiram o nascimento de um movimento sindical forte e organizado, a nível nacional, logo após o 25 de Abril de 1974.

[146] O colóquio vai ter lugar a 14, 21 e 28 de outubro e a 4 de novembro, de 1972, na Escola Preparatória Francisco de Arruda.

[147] Ao longo deste texto, a grafia de *O professor* vai aparecer com diferentes formas. Tal deve-se ao facto de se ter optado por respeitar as grafias originais.

Em trabalho anterior (Duarte, 2013), já referido, analisámos esta vertente, tendo reproduzido e apresentado o quadro que se segue.

Quadro 3 - *O professor*

Data	Número		Assunto
julho de 1971	Nº 1	Caderno *o professor*	
setembro de 1971	Nº 2	Caderno *O PROFESSOR*	
setembro de 1971	Nº 2	Separata	Legislação relativa a reconduções, estágios, bolsas de estudo e alargamento da categoria de professores extraordinários ao ensino liceal e ao ciclo preparatório
dezembro de 1971	Nº 3	Caderno *O PROFESSOR* Número especial	
outobro de 1973	Nº 1	*o professor*	O Estatuto do Professor
dezembro de 1973	Nº 2	*o professor*	A Associação de Professores
fevereiro de 1974	Nº 3	*o professor*	Formação de professores. Estágios

Elaboração própria

De 1969 a 1971, existe pouca documentação no espólio sobre os Cadernos *O professor*. Registamos um projeto de Regulamento, não datado, intitulado "Cadernos do Professor - projeto de regulamento", o qual, dado o seu conteúdo e a referência manuscrita "Até ao fim do mês de junho ter-se-á de escolher o diretor e os proprietários para enviar o processo para o SNI", há-de ser posterior à saída da Lei n.º 5/71, de 5 de novembro, Lei da Imprensa, que obrigou à interrupção da publicação dos Cadernos *O professor* e à abertura, em julho de 1972, do processo de legalização (Capítulo IV, 4. 1. 2.) da revista com o mesmo nome (Apêndice 1. 20. g.).

Um outro documento, de 21 de dezembro de 1971, sobre "O PROFESSOR" – Caderno n.º 4, dirigido aos "colegas", refere a reunião nacional de 12 de dezembro, em que foi aprovado o sumário daquele número, que nunca seria publicado. Este documento é de extrema relevância porque confirma a interrupção da publicação dos Cadernos, verificada, entre dezembro de 1971 e outubro de 1973 (Quadro 3). Nele se solicitam "sugestões e críticas [ao plano], até ao próximo dia 5 de janeiro". Assinado por António Teodoro, da Escola Preparatória Francisco de Arruda, além do sumário desenvolvido, contém o editorial e o tema da Separata, "A Lei orgânica do Ministério da Educação Nacional".

> Quando já se encontrava na tipografia o CADERNO n.º 4, foi publicada a Lei de Imprensa que veio trazer um outro condicionalismo legal à saída de "*O Professor*", cortando, por isso, a possibilidade de o tornar público imediatamente. As exigências do novo estatuto da imprensa são tão diversas e o seu cumprimento de processo de tal modo complicado que os Grupos de Estudo estão a prestar toda a atenção ao assunto, apreciando-o em todas as implicações. (Apêndice 1.3.)

O editorial aborda a criação e os objetivos dos Grupos de Estudo, consistindo o principal na "modificação decisiva do quadro dos professores eventuais ou provisórios (na altura representando mais de 81% de todo o pessoal docente) " e, o pagamento dos respetivos salários nas férias. Considera, igualmente, "a necessidade da existência de um elo de ligação imediato entre toda a classe docente" e prossegue: "esse elo foi materializado no final do ano letivo passado, mais propriamente em julho, com o aparecimento de uns cadernos denominados '*O professor'* ".

Do sumário, salientamos as homenagens a Delfim Santos e a Bento de Jesus Caraça, reflexões sobre dinâmica de grupo, extraídas da edição da revista *L'École et la Nation*[148], o inquérito sobre o ensino, a cargo de José Esteves e "provavelmente Ilídio Sardoeira, Fins do Lago e Sampaio e Castro", uma análise crítica sobre o Decreto-Lei n.º 331/71, o balanço das atividades desenvolvidas entre 1970 e 1971 e a rúbrica "Factos, números e palavras" que informava os professores sobre as notícias acerca do universo escolar saídas nos jornais diários de expansão nacional e regionais.

Os estágios continuavam a ser uma preocupação dos Grupos de Estudo que preparavam para sair após março de 1972, um número dos Cadernos *O professor* sobre esta matéria. Num outro documento (Apêndice 1. 20. e.) desenvolve-se o tema e o que se pretende publicar com a ajuda de "todos os estagiários (antigos e atuais), professores metodólogos e assistentes pedagógicos": finalidade do estágio; legislação; classificações; condições de trabalho; organização do estágio, como trabalho semanal, trabalho de grupo, planos de aulas, aulas para alunos ou para metodólogos, fiscalização ou orientação, assistência forçada ou a pedido do estagiário, dissertação; definição das condições de acompanhante da dissertação no CPES; definição das funções de assistente pedagógico e de metodólogo; Exame de Estado (Capítulo IV, 4. 1. 3.). Em fevereiro de 1974 a revista *O professor* publicará um número dedicado a este tema.

Os Cadernos *O professor* vão desempenhar um papel agregador no início do movimento.

> A história de *O professor* confunde-se com a história da luta dos professores pelos seus direitos sociais e profissionais, pela melhoria das condições de trabalho nas escolas, pelo exercício do direito de associação e de livre expressão, por uma escola nova num Portugal livre e democrático. (Teodoro, 1978, p. 7)

[148] *L'École et la Nation,* n.º 201, de setembro de 1971.

Assumindo-se como órgão oficial dos Grupos de Estudo, o Caderno *O professor*, insere, no seu n.º 1, um editorial em que se afirma:

> O nível de consciência de grupo socioprofissional que atingiram os docentes do ensino secundário, reunidos em "Grupos de Estudo", por força da sua atividade e expansão por todo o país, dá-lhes direito a exigir desde já uma "tribuna livre" para a manifestação das suas legítimas aspirações e divulgação dos seus contributos para a renovação profunda da atividade docente em Portugal.
>
> Cadernos "*o professor*" não são mais que uma tímida tentativa de preencher esta lacuna de há muito sentida e que se poderia assim formular: como e onde pôr em confronto os diversos pontos de vista quanto às questões profissionais, pedagógicas e culturais que se põem ao professor do ensino secundário?
>
> Eis porque, além das diversas comunicações, onde é apenas possível dar conta do andamento dos trabalhos, estudos e diligências feitas por cada grupo de estudo, surgem estes "Cadernos" que, sendo imperfeitos na forma e no conteúdo, poderão vir a ser a expressão autêntica do dinamismo e capacidade criadora da classe docente, sem a colaboração da qual é inútil programar qualquer reforma válida no sector do ensino. Para tanto basta e é suficiente que a todos os docentes não adormecidos, seja dada a contribuição correspondente ao seu real interesse pela "tarefa educativa".

Os Cadernos *O professor* definem-se como publicação não periódica e são impressos no Núcleo Gráfico do C.A.C.E (Centro de Atividades Circum-Escolares), da Escola Preparatória Francisco de Arruda.

O n.º 1 é de natureza particularmente reivindicativa, em especial no que respeita ao pagamento nas férias aos professores provisórios e eventuais. No texto de abertura, define claramente o que é um Grupo de Estudo e transcreve a lista de "Pontos prioritários e urgentes" entregue ao MEN, em 14 de maio de1971[149].

Além de inserir uma extensa notícia sobre a audiência concedida aos Grupos de Estudo pelo ministro da Educação e das considerações acerca dessa reunião, cita várias afirmações do próprio governante quer no discurso de tomada de posse, a 15 de janeiro de 1970, quer no texto do Projeto do Sistema Escolar de 1971, Proposta de Lei n.°25/X, quer, ainda, no discurso de encerramento do VI Congresso do Ensino Liceal, realizado em Aveiro, de 14 a 17 de abril de 1971, em que Veiga Simão[150] afirma, por exemplo:

[149] Monteiro (1977, pp. 183-184) reproduz o texto, omitindo o último ponto em que se dá conta dos obstáculos à atividade dos GEPDES, especificamente, no Liceu Nacional de Setúbal, EP de Setúbal, EP D. António da Costa, EP de Olhão e EP Pero Vaz de Caminha. Refere, unicamente, a solidariedade dos Grupos de Estudo com a EP Pero Vaz de Caminha, incluída nos assuntos prioritários enunciados.

[150] A notícia foi publicada e transcrita em parte na imprensa, a 18 de abril.

> Uma Nação que não dá a justa paga aos seus educadores caminha para a ruína. […] Terei de admitir que um professor eventual não pode ganhar as férias; mas terei que dizer que os professores eventuais com boa classificação de serviço e habilitações suficientes para o ingresso no estágio não são professores eventuais. Isso significa que estes professores têm o direito a ganhar as férias. [...] E tenho a satisfação de vos informar que, neste momento, o Ministério da Educação dispõe de meios financeiros para a solução deste candente problema e dentro de breves semanas o assunto será resolvido".

Integra, também, aquele Caderno um texto de referência, "Preâmbulos sociológicos à pedagogia", assinado por M.[*Monsieur*][151] Pierre Bourdieu. Termina com as rubricas Noticiário e Factos, Números e Palavras.

O Caderno *O professor*, n.º 2, é de igual teor reivindicativo, continuando a exigir o reconhecimento do direito dos professores eventuais e provisórios ao pagamento do salário nas férias: "Direito a férias: um direito de todo do trabalhador". Veja-se a notícia transmitida pelo Rádio Clube Português, no noticiário das 20 horas do dia 24 de setembro e transcrita na última página, a qual refere a "Nota do dia". Neste texto fala-se da abertura de novas escolas, do aumento da população escolar, da nomeação tardia dos professores, do não pagamento aos professores provisórios colocados depois de 15 de outubro, terminando com um apelo a "que os professores usufruam das mais elementares regalias, em que o Estatuto do Trabalho Nacional[152] até é bem explícito".

O Caderno inclui, igualmente, contributos para o Projeto de Estatuto do Pessoal Docente, decorrentes do compromisso assumido com o ministro da Educação e na sequência de ciclos de conferências realizados em Leiria, onde se abordaram temas relativos a contratos e efetivação, definição de letras, reconduções e estágios. Neste número, dá-se, também, conta da recomendação acerca da situação dos professores aprovada pela conferência intergovernamental especial sobre a matéria, promovida pela *UNESCO*, efetuada em Paris, a 5 de outubro de 1966.

Gomes Bento, "Ação Pedagógica", Alda Nogueira e M. Manuela Moura, "Algumas reflexões acerca da orientação escolar", escrevem sobre assuntos de natureza profissional e pedagógica como contributos para a temática central deste número – o Projeto de Estatuto do Pessoal Docente.

[151] Cremos ser a abreviatura de *Monsieur*, pois o nome completo é Pierre Félix Bourdieu.
[152] Ver Nota de Rodapé 13.

Pode ler-se, também, no Caderno n.º 2 um "Breve apontamento sobre a história do Grupo de Estudo da Zona Norte" e reações na imprensa ao Decreto-Lei n.º 331/71 de 4 de agosto (que cria a categoria de professor extraordinário, que passa a ser comum aos ensinos liceal, técnico profissional e do ciclo preparatório). Em Factos, Números e Palavras, transcrevem-se, além de recortes de jornais, parte do texto do III Plano de Fomento para 1968/1973, um excerto de um discurso de Marcello Caetano, de 15 de fevereiro e 1971, sobre as "preocupações do Governo [relativamente] ao acesso de quantos o mereçam aos mais altos graus da cultura e do saber", o resultado de um inquérito da JUC[153] acerca da população universitária, publicado num artigo de Helena Neves, "A educação e a mulher – alguns aspetos", em *Cadernos PEEP*[154].

A Separata ao Caderno n.º 2, "Legislação relativa a reconduções, estágios, bolsas de estudo e alargamento da categoria de professor extraordinário ao ensino liceal e ao ciclo preparatório", inclui o texto integral da Circular n.º 2 519, de 17 de julho de 1971, da Direção-Geral do Ensino Liceal, sobre reconduções, a Circular n.º 2 523, de 12 julho de 1971, acerca do novo regime dos estágios pedagógicos, o Despacho sobre a habilitação própria, de 21 de julho de 1971, e o Decreto-Lei n.º 331/71 de 4 de agosto.

O Caderno *O professo*, n.º 3 é, por sua vez, um número especial totalmente dedicado ao Estatuto do Pessoal Docente, no qual se pretende "anunciar e preparar a realização de um colóquio entre os professores do ensino secundário que terá lugar na Figueira da Foz, em 16 de janeiro de 1972". Depois de justificar as razões da iniciativa, que fora aprazada para 28 de novembro de 1971, mas impedida de se efetuar devido à proibição da cedência de instalações, inclui os seguintes depoimentos:

Carlos [Carrasco] Canals[155], em "O que é um Estatuto do Pessoal Docente?" (p. 4), define estatuto como "o conjunto de direitos e obrigações que o professor tem" e remete para a Conferência Intergovernamental, promovida pela *UNESCO*, em Paris, de 21 de setembro a 5 de outubro de 1966, cuja Recomendação sobre a condição do pessoal docente[156], foi aprovada por 75 países. Enumera, seguidamente, os problemas principais que deverão ser abrangidos

[153] Juventude Universitária Católica, criada em 1933.
[154] *Cadernos PEEP - Política Económica, Economia Política*, n.º 4, de julho de 1970.
[155] Professor de Direito Adminstrativo e autor, entre várias obras de *Problematica de la ensenãnza de grado medio. Aspectos cuantitativos, cualitativos y de organizacion.* (1970). Urroz-Villa: Libros com historia, e de *La relación jurídico-docente en España*. (1967). Madrid: Librería Miguel Miranda, AILA ILAB.
[156] Segundo Rui Grácio (1983, p. 780), a versão portuguesa foi publicada, na *Gaseta da Matemática*, ano XXXII, n.º 121-124, de janeiro-dezembro, de 1971, pp. 51-67, e na *Média-Pedagogia Moderna*, ano II, n.º 11-12, de março-abril, de 1973, pp. 28-40, ambas com pequenas omissões, e, mais tarde, em anexo ao seu livro *Os professores e a Reforma do Ensino*, publicado pelos Livros Horizonte, em novembro de 1973, pp. 85-124.

pelo Estatuto do Pessoal Docente e afirma: "O estatuto do pessoal docente não é mais do que a consequência de uma consideração parcial do ensino, como serviço público duma situação atual no nosso tempo e momento de uma aspiração geral de segurança e futuro, de uma ponderação equilibrada de tendências, tensões e problemáticas que dinamizam a questão (a separação entre função docente e a administração de tal atividade) e de uma visão estática e estatizada que descreve uma necessidade imperiosa: a docência" (p. 6).

"O Estatuto Pedagógico do Professor", "O Estatuto Profissional do Professor", "O Estatuto Cívico do Professor" e "Formação pós-universitária" são as quatro contribuições de Rui Grácio para este caderno. No primeiro texto, questiona-se sobre como é que "rapazes e raparigas desejam vir a abraçar uma carreira de que contemplam, dia a dia, as servidões e de que suportam, dia a dia, as pequenas tiranias" (p. 7). Defende, depois, que "a necessidade de valorização da função docente no plano social, obriga a remodelar o estatuto pedagógico do professor" (p. 8). E termina desejando a aprovação de "um estatuto pedagógico que revalorize a imagem do professor aos seus próprios olhos e aos olhos das novas gerações, no momento das suas opções profissionais" (p. 9).

No segundo texto, baseado nas Recomendações da reunião da *UNESCO*, já referida, afirma: "A valorização social da carreira docente não depende apenas da melhoria da condição material e jurídica do professorado, depende também da sua formação e aperfeiçoamento profissional" (p. 13). Depois de analisar a realidade portuguesa quanto ao número de professores por grau de ensino e qualificação profissional, defende a revisão da situação material dos docentes, incluindo estágios pagos. Inovadora será a sua defesa de uma progressão na carreira pelo currículo profissional e não numa "plácida ascensão burocrática" (p. 15).

A Caixa de Previdência do Ministério da Educação Nacional[157] é a corporação mais importante pelo número de associados, refere Rui Grácio, no texto seguinte. Esta "instituição tem fins de previdência social, não visando representar os interesses gerais de uma classe profissional" (p. 18). O Sindicato Nacional de Professores é a única associação de classe, mas, unicamente, para os docentes do ensino particular. Para terminar, afirma: "Ignoramos se a polarização cívica do magistério em prol da educação escolar do País se tem de garantir por

[157] Criação da Caixa de Previdência dos Funcionários dos Serviços do Ministério da Instrução Pública, aprovada pelo Decreto n.º 11 220, de 6 de novembro de 1925 denominada mais tarde, Caixa de Previdência do Ministério da Educação.

uma participação voluntária e ativa em um órgão, ou numa pluralidade de órgãos, que interpretem, representem e promovam os seus interesses e aspirações" (p. 19).

No seu quarto texto, Rui Grácio, preocupa-se com a "impreparação dos professores […] visto que não existe um movimento consistente de investigação e de reflexão pedagógica, sociopedagógica, psicopedagógica". Depois afirma: "não existe convívio profissional organizado […] padecendo [o ensino] de vícios de abstração e de individualismo" (p. 21). E conclui defendendo que "a formação pedagógica (como literária, científica e técnica) do professor prossegue, ou deveria prosseguir, além da graduação universitária […] na forma de contactos mantidos com a mesma universidade" (p. 22). Outros meios de aperfeiçoamento serão os congressos para uma formação permanente do pessoal docente, livre e facultativa, igualmente defendida na Recomendação sobre a condição do pessoal docente, da *UNESCO*.

"Formação de Professores", de Delfim Santos, é outro assunto abordado neste número. Partindo do princípio de "que será inútil, ter bons professores para um ensino planeado, sem finalidade clara e precisa, sem articulação com as reais possibilidades de aprendizagem dos escolares e sem visão clara da função social para que estamos preparando os nossos alunos" (p. 9), o professor universitário advoga a preparação psicopedagógica do professor, concluindo, criticamente, que "o plano de estudos não é pedagógico; os métodos de ensino não correspondem, didaticamente, às possibilidades de aprendizagem; os programas são empíricos e desconformes; os resultados dos exames nada indicam acerca do real aproveitamento dos escolares […] não temos um centro de investigação pedagógica e didática, não temos um centro de documentação bibliográfica, nem arquivo de legislação comparada" (p. 12).

Em "Condições Sociais e Económicas do Pessoal Docente", Carmen Losada, baseando-se, igualmente, no texto da Recomendação sobre a condição do pessoal docente, da *UNESCO*, aborda as questões do horário de trabalho, da remuneração, das horas extraordinárias, das organizações sociais e da segurança social.

Segue-se Manuel da Conceição Pires[158] que, no artigo, "Por uma melhoria da situação do professorado", apresenta uma breve história da remuneração dos professores desde a República e defende que a presente crise seria ultrapassada com "a melhoria económica do

[158] Professor e autor do manual escolar, *Botânica elementar*, para o 2º ano liceal, publica, na revista *Labor*, n.º 147, pp. 440-465, em março de 1955, o artigo: "A atualização dos quadros docentes do ensino liceal", e no n.º 230, pp. 594-653, em maio de 1964, "Por uma melhoria da situação do professorado".

professorado e do estagiário". E termina com um quadro comparativo dos vencimentos no exército, na magistratura e no magistério liceal (p. 26).

Inclui, ainda, este Caderno n.º 3 um texto não assinado sobre "Professorado – uma profissão liberal?", e a reprodução parcial da alínea relativa a "Professores", do Parecer da Câmara Corporativa sobre problemas de ensino no âmbito do III Plano de Fomento.

Destas primeiras iniciativas consideramos relevantes a participação dos GEPDES no VI Congresso do Ensino Liceal, em Aveiro, de 14 a 17 de abril de 1971, e o Projeto de Reforma do Estatuto do Pessoal Docente. A participação dos Grupos de Estudo naquele Congresso não foi fácil. Membros dos Grupos de Estudo deslocam-se a Aveiro, no dia 11 de março, na sequência de uma deliberação de uma reunião efetuada em Coimbra, em 6 do mesmo mês para junto do presidente da Comissão Executiva do Congresso "solicitarem a inscrição dos professores provisórios" no encontro. Acontece que, num ofício de 20 de março, aquela comissão informava que, "em face da grande perturbação que agora causaria aos trabalhos já realizados e compromissos assumidos um número de inscrições como o agora proposto, não era possível dar uma resposta inteiramente satisfatória à solicitação" (Comunicado n.º 3, GE do Norte).

E prossegue:

> […] dado o grande desejo que esta Comissão tem de vos ser agradável, mostra-se a mesma na disposição de aceitar as inscrições de V. Exªs. e restantes interessados como "Congressistas não participantes" com direito a receberem oportunamente as publicações a fazer pelo Congresso. (Comunicado n.º 3, GE do Norte)

A resposta não se fez esperar. Os Grupos de Estudo puseram a correr um abaixo-assinado (Apêndice 1.11.) que ultrapassava, à data da emissão do Comunicado n.º 3, 2.000 assinaturas, sobre "os mais prementes problemas dos professores eventuais". Os Grupos de Estudo de Lisboa e Norte prepararam, ainda assim, contribuições para os trabalhos do Congresso. Mas dava-se conta de que elementos destes grupos se tinham dirigido a Aveiro, para, no primeiro dia do Congresso, entregarem em mão os documentos atrás referidos. Tiveram, todavia, de aguardar até ao último dia do encontro para que os documentos fossem aceites.

> […] depois de algumas colegas terem distribuído pela sala do Congresso a nossa última comunicação e enviado um protesto à Mesa da sessão, um elemento da Comissão Executiva veio dar a explicação: que aquele Congresso não tinha nada de tomar conhecimento de moções votadas em outros "congressos", que a Comissão Executiva não tinha nada a ver que os professores eventuais se tivessem reunido

> discutido e votado e agora quisessem ir ali com as suas propostas. (Comunicação n.º 4, GE do Norte)

A posição dos Grupos de Estudo relativamente a esta situação foi de repúdio. E envolveu a decisão de se constituir um Grupo de Trabalho que, na posse da documentação do Congresso, realizasse um estudo aprofundado "não só das implicações teóricas, mas também do próprio processo como decorrerem as sessões."

No entanto, Monteiro refere o seguinte:

> Apesar de tudo, nas conclusões do Congresso ficou escrito:
>
> 6.2.2. – Que aos professores eventuais com boa classificação de serviço, habilitações suficientes para o ingresso no estágio, seja assegurado o vencimento durante as férias grandes.
>
> 6.6.1 – Que seja publicada legislação permissiva da reorganização da vida associativa dos professores. (Monteiro, 1977, p.179)

Durante este período há a realçar o papel da imprensa que se manteve sempre atenta aos problemas da classe docente. O quadro 4 sumaria o conjunto de artigos publicados na imprensa generalista sobre as reivindicações dos professores, entre 1970 e 1971.

Quadro 4 - As reivindicações dos professores na imprensa, de 1970 a 1971

Os professores provisórios e as férias	*A Capital*	28 de julho de 1970
Os professores provisórios e as férias	*Flama*	11 de dezembro de 1970
Situação atual dos professores eventuais: degradação progressiva da docência, condições desiguais de recrutamento, condições precárias de trabalho, férias: "despedimento provisório"… acesso aos conselhos escolares, urgência de um órgão de classe	*Diário de Lisboa*	29 de janeiro de 1971
Professores eventuais: não basta pagar	-----	5 de fevereiro de 1971
Importa dar significado à posição social do professor	*Notícias da Covilhã*	6 de fevereiro de 1971
Professores eventuais e provisórios (81% do corpo docente do ensino secundário) procuram organizar-se a nível nacional	*Diário de Lisboa*	10 de fevereiro de 1971
Os professores eventuais e provisórios do ensino secundário passam a ter vencimentos nas "férias grandes" - informou o ME.	*Comércio do Porto*	11de fevereiro de 1971
A situação dos professores eventuais. Exonerado por doença, aos 68 anos um professor tem de ser socorrido	*Diário de Lisboa*	16 de fevereiro de 1971

pelos antigos colegas e alunos		
A situação dos professores eventuais e provisórios	*Crónica Feminina*	4 de março de 1971
A reforma e o professorado	*Comércio do Porto*	6 de março de 1971
A situação difícil dos professores eventuais do ensino secundário	*Diário de Lisboa*	7 de março de 1971
Professores eventuais e provisórios do ensino secundário	*Comércio do Porto*	13 de março de 1971
Formação de uma Associação de Professores sugerida pelos Grupos de Estudo de docentes eventuais e provisórios. Constituição de novos GE	*Diário Popular*	16 de março de 1971
Professores eventuais analisam os seus problemas	*Diário de Lisboa*	19 de março de 1971
Reunião de professores eventuais para estudo dos seus problemas	*Jornal de Notícias*	25 de março de 1971
Alguns dos problemas dos professores abordados numa importante reunião efetuada no Liceu Garcia de Orta. Pedido de criação de uma Associação de Professores	*Comércio do Porto*	29 de março de 1971
Encontro de professores eventuais e provisórios	*Diário de Lisboa*	29 de março de 1971
Efetua-se amanhã um encontro de professores eventuais e provisórios	*A Capital* *Diário de Lisboa*	1 de abril de 1971
Há somente 26,4 % de professores efetivos nos estabelecimentos de ensino – conclui-se do debate efetuado na escola Francisco de Arruda	*A Capital*	3 de abril de 1971
Professores provisórios: responsabilidades e sacrifícios	*Século Ilustrado* – suplemento noticioso	10 de abril de1971
Professores provisórios	*Gazeta de Coimbra*	8 de maio de 1971
Associação de Professores	*Voz Portucalense*	22 de maio de 1971
Professores "eventuais": outra vez "desempregados" no próximo ano? Abaixo-assinado ao Congresso do Ensino Liceal, em Aveiro	*Século Ilustrado*	5 de junho de 1971
Condições da abolição da categoria de professor extraordinário e pagamento das férias a mestres e auxiliares de ensino médio e técnico	*Diário de Lisboa*	28 de junho de 1971
A pedagogia do silêncio	*Diário de Lisboa*	28 de junho de 1971
600 professores de Setúbal entregaram uma exposição ao ministro da Educação Nacional	*Diário de Lisboa*	28 de junho de 1971

O Governo recua ante milhares de professores em luta	*Avante.* Ano 41 – série VI – nº 430	Junho de 1971
Condições de atribuição da categoria de professor extraordinário e de pagamento das férias aos professores, mestres e auxiliares do ensino médio e técnico	*Diário de Lisboa*	28 de junho de 1971
Vencimento de férias a professores	*Notícias da Amadora*	31 de julho de 1971
Ações massivas de professores	*Avante!* Ano 41 – serie VI – nº 431	Julho de 1971
Docentes do ensino secundário dirigem-se à Assembleia Nacional. Como se formaram os Grupos de Estudo?	*Diário de Lisboa*	13 de agosto de 1971
Licenciados não reconhecidos no ciclo preparatório	*Diário de Lisboa*	20 de agosto de 1971
Os professores de religião e moral não recebem nas férias?	*Diário de Lisboa*	30 de agosto de 1971
A situação dos professores provisórios e eventuais do ensino secundário	*Diário de Lisboa*	30 de agosto de 1971
A situação dos professores provisórios e eventuais do ensino secundário	*Diário de Lisboa*	4 de setembro de 1971
A colocação de professores do serviço eventual	*Diário de Coimbra*	16 de outubro de 1971
Dizem os leitores… A situação dos professores do ensino secundário em serviço de exames	*Diário de Lisboa*	28 de setembro de 1971

Elaboração própria

O percurso seguinte dos Grupos de Estudo até à Revolução de Abril vai ser formatado pela luta de um estatuto profissional, pedagógico e cívico, elaborado e posto à consideração da classe docente.

4.1.2. Afirmação e repressão[159]

Aproveitando o período de discussão pública aberto, após a publicação da Proposta de Lei n.º 25/X, Projeto de Sistema Educativo e as Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior,

[159] Este subcapítulo abrange o período de 1972 a 1974. Serão objeto de estudo, como forma de afirmação do movimento aqui em estudo: os colóquios, o processo de legalização da revista *O professor* (Apêndice 1. 20. a.), os livros publicados por membros dos GEPDES, bem como as atas das reuniões e os comunicados nacionais (Apêndices 1. 3. e 1. 7.). A repressão que atingiu os Grupos de Estudo será analisada com base na documentação do espólio (Apêndice 1. 15) e no recurso às entrevistas (Apêndice 2.1.).

promovidos pelo ministro da Educação Nacional, Veiga Simão, em 1971 (Capítulo I, 1. 2.), os professores, membros dos Grupos de Estudo do Pessaol Docente do Ensino Secundário (GEPDES), integram as reivindicações iniciadas em 1969/70 no quadro da discussão sobre a reforma – Estatuto do Professor, direito de associação, estágios e formação do pessoal docente.

A organização de colóquios será um ponto importante e uma forma de dar credibilidade ao movimento dos Grupos de Estudo. Assim, prepara-se um colóquio a realizar na Escola Preparatória João de Barros, na Figueira da Foz, em 28 de novembro, sobre o agente de ensino na atual estrutura educativa nacional: estatuto profissional, estatuto pedagógico e estatuto cívico; bem como formação do pessoal docente: cursos de atualização e de aperfeiçoamento (Comunicado n.º 8, GE do Norte). Em outubro, aquele colóquio foi proibido por despacho emanado pela Direção de Serviços do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, dirigido ao diretor da Escola Preparatória Dr. João de Barros:

> Em referência ao ofício n.º 1120 de 7 do corrente mês, informo V.Exª que por despacho ministerial de 15 do corrente, não foi autorizada petição apresentada por Joaquim Manuel Barros de Sousa, por se desconhecer a existência legal de Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário. (Apêndice 1.15.)

Em dezembro de 1971, é entregue no Ministério da Educação Nacional (MEN), uma exposição com 450 assinaturas de professores de todas as categorias e de várias localidades, sobre, entre outros assuntos, a proibição do colóquio marcado para a Figueira da Foz, a 28 de novembro, e na qual solicitam autorização para a sua realização, de 15 a 17 de janeiro de 1972. A notícia foi divulgada, no *Diário Popular*, a 11 de janeiro de 1972, com o título "450 professores do ensino secundário requerem autorização para realizar um colóquio na Figueira da Foz". O Ciclo de colóquios vai finalmente efetuar-se a 14, 21 e 28 de outubro e a 4 de novembro, de 1972, na Escola Preparatória Francisco de Arruda.

> *A dada altura, faz-se, na Escola Francisco de Arruda, uma série de colóquios sobre estas questões, os quais vão ter um peso muito significativo. A par dos problemas sindicais, mais de âmbito profissional, toda a problemática pedagógicas e toda a questão da reforma do ensino estiveram, permanentemente, de uma forma geral, em cima da mesa, foram discutidos e com toda a naturalidade, pelos GE.* (Agostinho Lopes, Apêndice 2.1.e.)

Os temas abordados foram:

- A relação professor-aluno. O que é a escola ativa? Existe uma pedagogia ativa no ensino secundário?

- Formação e aperfeiçoamento de professores. Estágios pedagógicos. Cursos de atualização e reciclagem.
- Perspetivas do ensino em Portugal. Introdução histórica. A "reforma do ensino".
- O Estatuto do Professor. Os seus aspetos, profissional, pedagógico e cultural.

Figura 3 - Cartaz do Colóquios na EP Francisco de Arruda

Transparecia claramente a dicotomia entre os problemas pedagógicos – escola ativa[160] – e os problemas profissionais – o Estatuto Profissional. Destacamos as palavras de Aldónio Gomes publicadas no relatório dos GEPDES sobre este ciclo de colóquios,

> O aluno tem de fazer uma aprendizagem que lhe permita intervir na sociedade que o espera (…); essa aprendizagem tem de ser facilitada pelo professor que não pode ficar na posição cómoda de mediador, em que ao aluno cabe um papel mais ou menos passivo; em razão dessas exigências a função do professor evolui para a de

[160] A Escola Ativa/Escola Nova está ligada a Adolphe Ferrière (1879-1960). Em 1899, Ferrière cria o *Bureau International des Écoles Nouvelles* juntamente com Pierre Bovet e Edouard Claparède. No livro *Une École Nouvelle en Belgique*, de 1915, de Faria Vasconcelos, Ferrière define no prefácio os 30 pontos que passaram a caracterizar as "escolas novas". Colaborou na preparação, em 1921, do *I Congrès Internacional de l'Éducation Nouvelle*, em Calais, França, onde foi formalmente fundada a *Ligue Internacional pour l'Éducation Nouvelle.* Foi diretor e colaborador da revista, *Pour l'ere nouvelle* e trabalhou no *Bureau Internacional d'Éducation*, criado em 1925. (Nóvoa, 1995)
Sobre a Escola Nova afirmou: "mas a Verdade que ela [Escola Nova] contém em si, à sua conformidade com as grandes leis da vida e do espírito, que o Homem, na sua marcha vacilante para a luz, arranca dia após dia ao Desconhecido (Ferrière,1965, p. 33); o "novo" professor deveria, entre outras coisas, ter autonomia pedagógica, dominar a ciência da infância, ser um observador tenaz, ser um provocador e condutor da espontaneidade das crianças, descobrir e despertar o interesse infantil, "ser contido" e não se antecipar às necessidades e interesses das crianças (Ferrière, 1965, p. 24); "a criança, muitas vezes se tem dito, não é um adulto incompleto: é, em cada idade, um ser '*sui generis'* (...). Sob vários aspectos, é um primitivo, um involuído, um equivalente do selvagem, possuindo, a mais, todo um mundo de virtualidades ainda ocultas nas profundezas do seu organismo físico e psíquico, e que na altura própria surgirão à superfície. (Ferrière, 1965, p. 24); "a escola tradicional já deu o que tinha que dar, já viveu o que tinha que viver. (Ferrière *apud* Nóvoa, 1995, p. 25)

> observador e animador da classe, em termos de dinâmica grupal, isto é, apercebendo-se das tensões e interações do grupo. (Apêndice 1. 16.)

Conclui que não existem nem podem ser concretizados estes princípios da escola ativa pelo facto de a sociedade estar organizada em termos de imobilismo e individualismo, os programas serem extensos, as instalações deficientes, não haver material didático, as turmas terem trinta e cinco e mais alunos, a inexistência do direito de associação, a não participação na gestão escolar e a falta de preparação pedagógica da maioria dos docentes.

No segundo dia, a propósito da formação de professores, Calvet de Magalhães afirmou:

> Sem um plano de estudos pedagógicos; sem métodos que correspondam didaticamente às possibilidades de aprendizagem dos alunos; sem programas organizados, não empíricos e desconformes, continuando a considerar o exame como expressão real do aproveitamento escolar; sem se libertarem da mecânica do ensino que absorve e deturpa a orgânica da aprendizagem; sem centro de investigação pedagógico-didático ao seu alcance; sem um arquivo de legislação; sem poderem libertarem-se de uma empiria prolongada; sem associação de classe, os professores não poderão realizar a sua função docente. (Apêndice 1. 16.)

Germano Neves distribuíu um questionário de 20 perguntas a todos os presentes, cerca de trezentos, e de uma amostra com 100 respostas, 98% dos professores dizem achar a educação e a educação permanente uma exigência da sociedade, 100% afirmam estar dispostos a tomar parte num curso de aperfeiçoamento, reciclagem ou atualização, 75% consideram que a participação nos cursos devia ser voluntária, 84% acham que cabe aos professores participarem nos programas e 60% optariam pela participação em cursos desde que lhes fosse facultado o vencimento acrescido de bolsa.

No colóquio sobre a reforma do ensino realçou-se à luz da própria história do regime, que desde maio de 1926, o Estado Novo, extinguiu o ensino infantil oficial, reduziu a escolaridade obrigatória para três anos, encerrou as Escolas do Magistério Primário e renuncia ao alargamento da rede de escolas primárias em benefício de postos escolares.

No final destes colóquios, Raúl Gomes dissertou sobre os aspetos sociológicos do *statu* do professor, Salvado Sampaio afirmou ser necessário distinguir o estatuto pedagógico do professorado do socioeconómico e cívico, tecendo considerações sobre a história recente da situação docente. Lembrou também o Relatório da Conta Geral do Estado de 1971 sobre as despesas do MEN[161].

[161] Em termos da relação Receita Pública/Despesa Pública, Portugal vive dois grandes períodos no Estado Novo: o primeiro de 1933 a 1959, abrangendo os anos antes da II Guerra e o Pós Guerra, e o segundo, de 1960 a 1974,

Costa Carvalho falou em nome dos GEPDES, chamando a atenção para o documento distribuído na sessão, "Subsídio para um estudo comparativo de alguns aspetos da situação do professor do ensino secundário oficial em Portugal com outras profissões" (Apêndice 1. 16.).

No último dia do colóquio, foi aprovada uma moção pelos professores presentes, dirigida ao MEN, sobre participação na elaboração do Estatuto do Professor, autorização para reunir e a necessidade de uma Associação de Professores. Durante o período em que decorreram os trabalhos funcionou uma exposição de livros relacionados com a educação e ensino.

Estes colóquios foram largamente divulgados na imprensa em finais de 1972:

- A 16 de outubro, no *Diário de Lisboa*: Encontro de professores do ensino secundário. Escola ativa precisa-se*;* em *A Capital*: Professores reconhecem: Escola ativa é um sonho em Portugal.
- A 27 de outubro, no *Diário de Lisboa*: 300 professores debatem "Escola ativa". Para que a educação não seja o ópio do povo.
- A 29 de outubro, em *A Capital:* Joel Serrão na Escola Francisco Arruda: "Reforma quer integrar-se nas coisas".
- A 3 de novembro, no *Diário de Lisboa:* Professores debatem escola ativa. Ensino responsável.

englobando a Guerra Colonial, a Emigração e o Turismo. No primeiro período a evolução da Receita e da Despesa é harmónica, isto é, as curvas são ascendentes mas suaves e pouco irregulares embora a sua relação seja quase sempre negativa. Estas duas variáveis, no período da II Guerra registam uma estagnação, por uma clara incapacidade de uma economia fragilizada. No Pós Guerra, a Receita e a Despesa crescem de forma mais acentuada, em relação ao período da guerra. No segundo período a Despesa Pública sobe quase em flecha de 1960 a 1974, devido decerto à eclosão da Guerra Colonial. A Receita também cresce – recorde-se que o Imposto de Transações foi introduzido em 1966 -, sem no entanto conseguir acompanhar a Despesa, não obstante o crescimento do PIB poder indiciar um grande crescimento do consumo. Assim, a taxa de cobertura da Receita Pública pela Despesa Pública, é a mais baixa, de todos os períodos observados, embora não muito relevantemente. Os recursos financeiros absorvidos pela guerra são, tudo o indica, crescentemente financiados pela Dívida, por intermédio da Emigração e do Turismo. Emigração, Turismo e Guerra, que deverão ser também, suportes do crescimento do PIB e do consumo. No que se refere à relação entre a Receita e a Despesa temos a assinalar o seguinte: Quando se considera a Despesa Pública total – incluindo encargos com a Dívida (Juros e Amortizações) verifica-se que de 1933 a 1974 há 38 anos com défices – mais de 46 milhões de contos - e apenas 4 anos com superavits - 277 mil contos. O saldo negativo é cerca de 46 milhões de contos. Mesmo considerando a Dívida Pública Efetiva – sem amortizações da Dívida nem juros -, no mesmo período, ainda há 31 anos com défices – mais de 32 milhões de contos e 11 anos com *superavits*, normalmente na parte mais recuada do período – perto de 1 milhão e 200 mil contos. O saldo negativo ultrapassa os 31 milhões de contos. *In* Manuel Benavente Rodrigues, Estado Novo (1933-1974) – Receita Pública, Despesa Pública, Dívida Púbica. Comunicação apresentada na Associação Nacional de Farmácias na IV Jornada de História da Contabilidade da APOTEC, em 24 de Novembro de 2007.

- A 10 novembro, no *Diário de Lisboa:* Colóquios na EPFA, Lisboa, Em demanda de um estatuto profissional; Discriminações; Associações?*;* O flagelo dos programas*;* Diuturnidades.
- Em dezembro, na *Seara Nova*, N.º 1526: Professores debatem a profissão.

Entretanto prosseguia o processo de legalização da revista *O professor*. Tratou-se, em nosso entender, de um dos momentos mais importantes para a afirmação dos GEPDES e que foi liderado por António Costa Carvalho e António Teodoro, como comprova a troca de correspondência entre ambos (Apêndice 1. 20. g.). Colocados perante as novas regras ditadas pela Lei n.º 5, de 5 de novembro, de 1971, Lei da Imprensa, os Cadernos *O professor* passam a revista, obrigando à interrupção da saída desta publicação e à abertura, em julho de 1972, do processo de legalização da revista com o mesmo nome (Apêndice 1. 20. g.).

> Com a saída da Lei de Imprensa marcelista, os CEPDES decidem transformar *O professor* numa vista periódica. […] No entanto, o processo burocrático viria a arrastar-se por mais de um ano e só após as férias grandes de 1973 foi possível lançar a revista. Escolhida a direcção de entre os proprietários representativos dos GEPDES de todo o País, importava encontrar uma tipografia segura onde a revista pudesse ser impressa, o que não era tarefa fácil. A PIDE farejava as tipografias […]. A solução foi encontrada com uma tipografia situada em Cucujães. (Carvalho, 1981b, p. 44)

A correspondência entre os membros dos Grupos de Estudo esclarece bem sobre a dificuldade que, os atrasos de despacho da Direção-Geral da Informação (DGI)[162], causavam à publicação do número um da revista (Apêndice 1. 20. g.). A 11 janeiro 1972, António Teodoro escreve uma carta a António Costa Carvalho sobre a reunião que tivera na DGI, em Lisboa, e informa sobre as dificuldades do registo da revista devido a problemas jurídicos relativos aos proprietários. Acrescenta que a autorização final depende de despacho de Moreira Batista e que os aconselharam a constituir uma sociedade por quotas. Considera, contudo, que estão a dificultar a aprovação da revista com base em aspetos omissos da lei e aconselha o recurso a um advogado. Recomenda que o n.º 1 da revista *O professor*, sobre a situação dos professores, saia como caderno não periódico.

[162] O exercício da censura estava a cargo das Comissões de Censura, de nomeação governamental, subordinadas ao Gabinete do Ministro do Interior, por intermédio da Comissão de Censura de Lisboa. Esta Comissão teve como sucessoras, ainda em 1933, a Direção-Geral dos Serviços de Censura e, em 1935, a Direção dos Serviços de Censura. A Direção dos Serviços de Censura foi mantida sob a tutela do Ministério do Interior até 1944, data a partir da qual o Secretariado Nacional de Informação passou a concentrar não só as funções do órgão que exercia a censura, mas também todas as competências do Secretariado de Propaganda Nacional e dos serviços de turismo. Em 1972, a Direção dos Serviços de Censura foi transformada numa Direção-Geral da Informação e a "censura" recebeu a designação de "exame prévio".

A 5 de setembro de 1972, foram enviados à DGI os requerimentos e documentos exigidos. A 9 de dezembro, António Costa Carvalho chama a atenção do diretor-geral da Informação, Geraldes Cardoso[163], para,

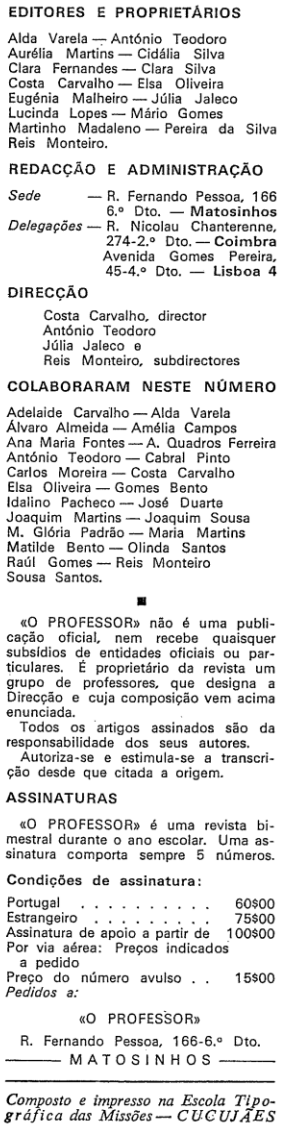
> Não obstante os requerimentos terem a seu favor a presunção do deferimento do seu pedido pelo decurso de 60 dias previsto no art.º 89º, 4, do Decreto-Lei n.º 150/72 de 5 de maio, têm aguardado que essa autorização tácita seja expressamente confirmada por V.Exª, o que não sucedeu até à data. (Apêndice 1. 20. a.)

Em 18 de janeiro de 1973, o diretor-geral da Informação, responde sugerindo uma sociedade comercial ou o regime de coproprietários, dando 30 dias para a tomada de decisão (Apêndice 1. 20. a.). Em 11 de março 1973, é decidido, na Figueira ad Foz, em reunião nacional, a constituição de uma sociedade comercial. A revista estava inscrita nos Serviços de Registo de Imprensa da Direção-Geral da Informação sob o n.º 42/105, e o primeiro número sairia em outubro, "fazendo-se assim reviver o anterior caderno não periódico, que por razões alheias à nossa vontade e relacionadas com a saída em maio de 1972 de um novo Estatuto da Imprensa[164], impossibilitaram a continuação da publicação" (Circular n.º 01/73 e Apêndice 1. 20. g.).

[163] Geraldes Cardoso transitou da Polícia Judiciária para a DGI. Pires, J. C. (1999), Técnica do Golpe de Censura. *In E agora, José?*, 2ª edição, Lisboa: Publicações Dom Quixote, p. 180.

[164] Decreto-Lei n.º 150/72, de 5 de maio, *Diário do Governo* - 1.ª Série, n.º 106-SUPL, pág. 570, que regulamenta a Lei de Imprensa e insere as normas previstas na mesma lei relativamente ao direito à constituição de empresas, às garantias da liberdade de imprensa e aos seus limites.

Figura 4 - Ficha técnica do primeiro número de *O professor*



EDITORES E PROPRIETÁRIOS

Alda Varela — António Teodoro
Aurélia Martins — Cidália Silva
Clara Fernandes — Clara Silva
Costa Carvalho — Elsa Oliveira
Eugénia Malheiro — Júlia Jaleco
Lucinda Lopes — Mário Gomes
Martinho Madaleno — Pereira da Silva
Reis Monteiro.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Sede — R. Fernando Pessoa, 166 6.º Dto. — **Matosinhos**
Delegações — R. Nicolau Chanterenne, 274-2.º Dto. — **Coimbra**
Avenida Gomes Pereira, 45-4.º Dto. — **Lisboa 4**

DIRECÇÃO

Costa Carvalho, director
António Teodoro
Júlia Jaleco e
Reis Monteiro, subdirectores

COLABORARAM NESTE NÚMERO

Adelaide Carvalho — Alda Varela
Álvaro Almeida — Amélia Campos
Ana Maria Fontes — A. Quadros Ferreira
António Teodoro — Cabral Pinto
Carlos Moreira — Costa Carvalho
Elsa Oliveira — Gomes Bento
Idalino Pacheco — José Duarte
Joaquim Martins — Joaquim Sousa
M. Glória Padrão — Maria Martins
Matilde Bento — Olinda Santos
Raúl Gomes — Reis Monteiro
Sousa Santos.

■

«O PROFESSOR» não é uma publicação oficial, nem recebe quaisquer subsídios de entidades oficiais ou particulares. É proprietário da revista um grupo de professores, que designa a Direcção e cuja composição vem acima enunciada.

Todos os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores.

Autoriza-se e estimula-se a transcrição desde que citada a origem.

ASSINATURAS

«O PROFESSOR» é uma revista bimestral durante o ano escolar. Uma assinatura comporta sempre 5 números.

Condições de assinatura:

Portugal . . . . . 60$00
Estrangeiro . . . . . 75$00
Assinatura de apoio a partir de 100$00
Por via aérea: Preços indicados a pedido
Preço do número avulso . . 15$00
Pedidos a:

«O PROFESSOR»
R. Fernando Pessoa, 166-6.º Dto.
——— MATOSINHOS ———

Composto e impresso na Escola Tipográfica das Missões — CUCUJÃES

Em 1974, a revista tem novo registo, o n.º 41/136, da DGI, como periódico bimestral de caráter jornalístico, sujeito a Exame Prévio, segundo a Circular n.º 01/74 de 22 de fevereiro. Os professores eram, assim, informados de que "a entidade proprietária era constituída em regime de copropriedade por 15 professores do ensino preparatório, técnico e liceal" e de que o n.º 1 fora dispensado de Exame Prévio por a revista ter sido classificada como publicação especializada, situação que se alterou a partir do n.º 2, passando a estar sujeita à censura (Apêndice 1. 20. g.).

Os livros publicados por membros dos GEPDES demonstram, por outro lado, um alto grau de maturidade, pois a sua elaboração foi desenvolvida durante um período extremamente exigente para os seus autores, não só pelo trabalho de responsabilidade que desempenhavam

nos Grupos de Estudo, mas também pelos riscos que corriam devido ao apertar do cerco pelas forças policiais, sobretudo a PIDE.

Em dezembro de 1971, Agostinho Lopes, escreve *A política de mão-de-obra barata do Ministério da Educação Nacional – reflexões críticas sobre o Decreto 331/74*[165], para os GEPDES, n.º 1 da coleção Ensino e Pedagogia. O índice, para além do prefácio, enuncia: 1. Os professores do serviço eventual, as horas extraordinárias e o pessoal não habilitado; 2. A contenção de vencimentos; 3. O ano letivo 1970/71; 4. O decreto 331/74; 5. Conclusão e Apêndice.

Sendo a primeira obra publicada no âmbito dos GEPDES, por um destacado membro do Grupo de Estudo do Barreiro (Apêndice 1. e 2. 1.), não surpreende que se debruce sobre a primeira reivindicação dos professores fundadores dos Grupos de Estudo – os vencimentos (4. 1. 1. e 4. 1. 3.).

A epígrafe escolhida pelo autor para a abertura da obra, é de Veiga Simão, e foi pronunciada no VI Congresso do Ensino Liceal segundo citação da Comissão Executiva deste evento: "Uma Nação que não dá a justa paga aos seus educadores caminha para a ruína".

Quanto às fontes usadas como referência são: o III Plano de Fomento de 1968, sobre educação e investigação, a Recomendação aprovada pela Conferência Intergovernamental Especial sobre a situação dos professores, organizada pela *UNESCO*, a 5 de outubro de 1966, em Paris, a Recomendação n.º 1 da OCDE, incluída nas propostas do GEPAE para o III Plano de Fomento, e, finalmente, a Conferência Internacional do Trabalho[166], realizada em 1970, em Genebra.

No prefácio assume-se como um "instrumento crítico" (p. 8), que pretende "repensar todos os problemas, reformulá-los em esquemas precisos e mobilizadores, manter a sintonia com toda a classe" (p. 8) no prosseguimento do trabalho iniciado em 1970/71 pelos Grupos de Estudo. Há neste trabalho a procura de resposta a duas perguntas: como somos pagos? e continuam ou não os professores a ser uma mão de obra barata?

[165] Agostinho Lopes (1971). *A política de mão-de-obra barata do Ministério da Educação Nacional – reflexões críticas sobre o Decreto 331/74*. Edição do autor. Impresso na Grafisa, Vila Nova de Famalicão, em fevereiro de 1972.

[166] A Convenção n.º 132 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre Férias Anuais Remuneradas, foi aprovada na 54.ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, concluída, em Genebra, em 24 de junho de 1970.

No capítulo, "Os professores do serviço eventual, as horas extraordinárias e o pessoal não habilitado", analisa o autor, detalhadamente, a situação anómala dos professores eventuais e provisórios, remetendo para o Decreto-Lei n.º 49 120, de 14 de julho, de 1969[167], que uniformiza o critério de recrutamento dos professores eventuais do ensino secundário e para a publicação do MEN, "Instruções – concurso de professores eventuais ou provisórios". A chave da questão é, segundo Agostinho Lopes, a seguinte: "o ensino custa dinheiro e as verbas destinadas ao mesmo pelas Finanças Públicas são estabelecidas na ótica de *fazer o possível gastando o menos possível*, e o professor eventual e provisório fica mais barato que o efetivo" (p. 18). E mais adiante: "O Ministério da Educação Nacional economiza por cada eventual em lugar de um efectivo de 2 a 3 meses de vencimento por ano" (p. 19).

O horário normal do docente, de 22 horas semanais, "não foi pelos lindos olhos dos professores que foi estabelecido" (p. 21), em comparação com o de outros trabalhadores, que era de 40 a 48 horas semanais. Há a considerar que cada hora corresponde a 50 minutos de trabalho ativo, "sem tempos mortos ou de menos intensidade de trabalho, e exigem um trabalho preparatório, mais tempo para execução e correção dos pontos escritos"[168] (p. 21). E este capítulo conclui afirmando que, em 1969/70, o MEN economizou 200 000 contos.

Em "A contenção de vencimentos", título do capítulo 2, Agostinho Lopes aborda "a situação de salários incompatíveis quer com o nível de vida quer com as habilitações académicas exigidas para o serviço docente" (p. 27), o que determina "fuga de todos aqueles que têm oportunidade de escolher outra profissão e (ou) melhor ordenado" (p. 27). Usa como referência o trabalho de F. Pinho de Almeida, publicado na Separata da revista *Labor*[169], e um trabalho dos GE de Lisboa (Capítulo IV, 4. 1. 1. e Apêndice I). Termina dizendo que o "MEN tem sido sempre o patrão e nunca o defensor dos interesses dos professores" (p. 33).

O ano letivo de 1970/71, tema do capítulo 3, é uma breve história dos momentos marcantes da reivindicação dos Grupos de Estudo, em defesa dos interesses dos professores eventuais e

[167] Decreto-Lei n.º 49 120, de 14 de julho, de 1969, *Diário do Governo*, I série, n.º 163.

[168] O autor cita dois artigos de Calvet de Magalhães. O primeiro diz ter sido publicado em 5 de março de 1971, na *Vida Mundial*, "Horas decentes e horas docentes", e o segundo, em 13 de novembro, de 1971, no *Diário de Lisboa*, em cuja página 4, Calvet de Magalhães afirma: "O professor é o único funcionário público cujo serviço é verificado de 50 em 50 minutos". Consultado o espólio de Calvet de Magalhães verifica-se que o artigo, "Horas decentes e horas docentes" foi publicado em 13 de novembro, de 1971, no *Diário de Lisboa*. Na *Vida Mundial*, Calvet de Magalhães publicou, em 1971, "Os professores provisórios" (n.º 1656, pp. 19-23), e "Pedagogia de Julho", (n.º 1672, pp. 27-28), que poderão estar relacionados com este assunto.

[169] Fernando Pinho de Almeida, A projetada reforma do ensino liceal, revista *Labor*, 1971, n. º 291-292. Foi filósofo, ensaísta e professor de liceu de física e química. Escreveu, *A essência da matéria e o sentido da vida*, Atlântida Editora, 1967, e *A filosofia no século da ciência*, Atlântida Editora, 1970.

provisórios, terminando com a polémica gerada pelos órgãos de imprensa, em particular pelo *Diário de Lisboa*, que, em 13 de junho, de 1971, divulga, na primeira página, o pagamento das férias aos professores provisórios, levando os Grupos de Estudo a denunciar por carta, esta atitude "especulativa e demagógica" (p. 40), com pedido de publicação. Mas a carta dos Grupos de Estudo só foi publicada no semanário *Notícias da Amadora* e parcialmente no *Diário de Lisboa.*

O capítulo IV é totalmente dedicado ao estudo do Decreto-Lei n.º 331/71[170], de 4 de agosto, de 1971, que cria, como já referimos, a categoria de professor extraordinário, a qual passa a ser comum aos ensinos liceal, técnico profissional e do ciclo preparatório. Agostinho Lopes acredita que o objetivo era "estabelecer o critério pelo qual se distinguirão de entre os professores provisórios os beneficiados com o pagamento nos meses de agosto e setembro" (p. 41). Mas a dúvida do autor reside nas seguintes questões: "Como se chegou à escolha do critério para o pagamento? e cuidou o Ministério da Educação Nacional de o estabelecer de modo a que não fossem criadas situações de desigualdade entre os professores do ensino público e os do ensino privado, sabendo-se que a estes, o Estado impõe pagamento de vencimentos nos doze messes do ano, com ou sem habilitação?" (p. 42). A resposta pode estar na consulta do PEEP[171], n.º 4, p. 39, e seguintes. Segundo o autor, "dispondo o ministério de determinadas disponibilidades financeiras não podendo protelar por mais tempo o problema, vai estabelecer o referido critério em função dessa mesma verba […] Sendo que a política do pessoal docente vai ser definida em função das disponibilidades financeiras do ministério da Educação Nacional e não o inverso" (p. 42).

A oposição ao decreto foi assumida pelos GEPDES e largamente divulgada. Agostinho Lopes termina, afirmando:

> É com este espírito que os Grupos de Estudo vêm atuando e, apesar de todos os obstáculos, incitando a um debruçar de todas as categorias docentes sobre os problemas diários e concretos da difícil, mas criadora, tarefa de orientar as crianças e os jovens portugueses. (Lopes, 1971, p.58)

Em setembro de 1972, é publicado *Os livros Escolares*, de Costa Carvalho, em janeiro de 1973, *História do movimento associativo dos professores do ensino secundário - 1891 a*

[170] Este Decreto-Lei foi ponto de análise na agenda das reuniões nacionais (Apêndice 1. 7.), tendo sido aprovado um contacto com os deputados Sá Carneiro e Pinto Balsemão.
[171] *Cadernos PEEP - Política Económica, Economia Política*, n.º 4, de julho de 1970.

1932, de Gomes Bento[172], e em março de 1974, *Professores: que vencimentos?*[173] de António Teodoro, todos membros dos GEPDES.

O livro de Costa Carvalho, *Os livros escolares*, é publicado, em edição do autor, como n.º 2 da coleção, Ensino e Pedagogia. Esta obra é fundamentalmente o texto da dissertação de Exame de Estado, apresentada em junho de 1972. O tema, segundo o autor foi indicado na lista dos assuntos para dissertações de Exame de Estado pela Direção de Serviços do CPES. Esta obra beneficia da experiência vivida por Costa Carvalho ao longo de dois anos, como elemento dos GEPDES. As dificuldades da sua elaboração prenderam-se com o clima de tensão em que se desenrolam os estágios, o curto prazo para a apresentação da dissertação e a escassez de centros de documentação pedagógica[174].

As temáticas abordadas foram: O livro escolar como instrumento didático, deficiências dos nossos manuais e suas causas, e o problema do preço. A obra termina com algumas propostas de solução. Em Apêndice, encontra-se a Recomendação n.º 15, da Conferência Internacional de Instrução Pública, referente à "Elaboração, utilização e escolha de livros escolares", de 1938, pp. 104-108; a Recomendação n.° 21, "Gratuitidade do Material Escolar", de 1947, pp. 109-112, e a Recomendação n.° 48, "A Elaboração, a Escolha e a Utilização dos Manuais de Ensino Primário", de 1959, pp. 113-125. Inclui, ainda, A Escolha e o uso do livro didático, tema extraído de *A escola secundária moderna*, de Lauro de Oliveira Lima[175].

Costa Carvalho cita, na introdução, partes do art.º [princípio] 7.º da Declaração dos Direitos da Criança[176], "A criança tem direito à educação, que deve ser gratuita e obrigatória, pelo

[172] Gomes Bento publica *O movimento sindical dos professores. Finais da Monarquia e I República*, em 1978, pela Editorial Caminho.
[173] *Professores: que vencimentos?* de António Teodoro, subdiretor de *O professor*, é uma edição do autor, de março de 1973 e, foi composto e editado nas oficinas gráficas do *Notícias da Amadora*, em março de 1974.
[174] À data existiam, em Lisboa, o Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian e o GEPAE.
[175] Lauro de Oliveira Lima (1962), *A escola secundária moderna*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 2ª edição. Foi um pedagogo brasileiro, conhecido pela sua atuação política na educação.
[176] A Declaração dos Direitos da Criança foi proclamada pela Resolução da Assembleia Geral 1386 (XIV), da ONU, em 20 de novembro de 1959. Tem como base e fundamento os direitos a liberdade, estudos, brincar e convívio social das crianças que devem ser respeitados e preconizados em dez princípios. Princípio 7.º
A criança tem direito à educação, que deve ser gratuita e obrigatória, pelo menos nos graus elementares. Deve ser-lhe ministrada uma educação que promova a sua cultura e lhe permita, em condições de igualdade de oportunidades, desenvolver as suas aptidões mentais, o seu sentido de responsabilidade moral e social e tornar-se um membro útil à sociedade. O interesse superior da criança deve ser o princípio diretivo de quem tem a responsabilidade da sua educação e orientação, responsabilidade essa que cabe, em primeiro lugar, aos seus pais. A criança deve ter plena oportunidade para brincar e para se dedicar a atividades recreativas, que devem ser orientados para os mesmos objetivos da educação; a sociedade e as autoridades públicas deverão esforçar-se por promover o gozo destes direitos. www.gddc.pt/direitos-humanos/textos. Acedido em 2 dezembro 2014.

menos nos graus elementares", e do art. 26.º, da Declaração Universal dos Direitos do Homem[177], "A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório", para sustentar a sua defesa do direito à educação obrigatória e gratuita.

> Estamos a viver as vicissitudes das duas mais recentes experiências no campo da pedagogia em Portugal (a Telescola e o CPES) que, por terem sido postas em execução sem que estivessem criadas as infra-estruturas indispensáveis a um trabalho eficaz tem afetado gravemente o rendimento do ensino a esse nível com as consequências que inevitavelmente se tem feito sentir (e continuarão a fazer-se sentir) na preparação das crianças. (Carvalho, 1972, p.40)

De Comenius[178] à atualidade [1972] aborda, no capítulo I, a problemática do livro escolar como instrumento didático. No capítulo II, analisa a qustão dos programas, dos autores e o sistema de aprovação dos livros. A questão do preço dos livros escolares é estudada em profundidade no capítulo III, não deixando de referir as palavras do ministro Veiga Simão, divulgadas pelo *Primeiro de Janeiro*, em 26 de janeiro de 1972: "Pelo que respeita ao atual ciclo preparatório do ensino secundário iremos proceder ao estabelecimento do regime de gratuitidade nas escolas oficiais". Segundo Costa Carvalho, o Decreto-Lei n.º 254 /72, de 27 de julho[179], pouco ou nada fez em relação a este propósito, diminuindo unicamente as propinas de exame (p. 79). Neste capítulo há em nota de rodapé informações muito úteis sobre o sistema de ensino gratuito em vários países: Equador, França, Filipinas, Inglaterra, Nova Zelândia, Austrália, India, Suécia, Brasil, Espanha, Itália, Suíça, República Federal Alemã, URSS e Checoslováquia. O capítulo IV é dedicado às soluções para a elaboração, aprovação e edição de livros escolares. Mais uma vez, cita Veiga Simão[180], o qual numa reunião de professores metodólogos afirmou: "Uma solução a encarar poderá ser a de o ministério

[177] Declaração Universal dos Direitos do Homem foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral da ONU, na sua Resolução 217A (III), de 10 de dezembro de 1948, e publicada no *Diário da República*, I Série A, n.º 57/78, de 9 de março, mediante aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
Artigo 26.º
1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.
2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.
3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos. www.gddc.pt/direitos-humanos/textos. Acedido em 2 dezembro 2014.

[178] Jan Amos Komenský [Comenius] (1592-1670) foi um educador, cientista e escritor checo. Como pedagogo, é considerado o fundador da didática moderna. *Didacta Magna* (1631) foi a sua obra mais conhecida.

[179] *Diário do Governo* - 1.ª série, n.º 174, de 27 de julho de 1972, pág. 965, torna gratuito o cumprimento da escolaridade obrigatória nas escolas preparatórias públicas e nos postos oficiais da Telescola.

[180] *Boletim Informativo*, n.º 61/N do GEPAE, de 13 de outubro de 1971, folha 4.

comprar os direitos dos livros e editá-los a um preço muito baixo" (p. 92). Costa Carvalho não considera meritória a divulgação, pela imprensa, deste assunto e refere o texto de Calvet de Magalhães (p. 91), no *Diário de Lisboa*, "A gratuitidade dos livros escolares", de 17 de janeiro de 1972, onde se defende o empréstimo pelas escolas, de livros usados aos alunos carenciados.

O segundo livro, *História do movimento associativo dos professores do ensino secundário - 1891 a 1932*, de Gomes Bento, publicado, em edição do autor na coleção, Ensino e Pedagogia, com o n.º 3., esteve alguns meses apreendido pela PIDE mas foi posteriormente libertado para publicação, tendo para isso que mudar de tipografia. Rogério Fernandes considerou-o "o primeiro ensaio de reconstituição historiográfica da atividade organizada pelos profissionais de ensino em defesa dos seus direitos de classe" (Fernandes, 2010, p. 11).

Escrever sobre o período da monarquia constitucional e republicano, quando surgiram vários movimentos associativos de cariz quer mutualista quer sindical, dava aos professores a força e a crença de que se outros haviam conseguido eles também conseguiriam. Mais, dava-lhes a consciência da dimensão da enorme injustiça e arbitrariedade a que estavam sujeitos no regime do Estado Novo. Na apresentação Gomes Bento afirma:

> Numa página de um número antigo da *Labor*, do ano de 1936, há um apelo dramático de um professor: quando os vindouros tentarem retomar o curso da corrente que foi estancada por circunstâncias superiores à vontade dos homens, façam-nos justiça! (Bento, 1972, p. 5)

E prossegue estea autor: "A classe dos professores fizera ou obrigaram-na a fazer o seu hara-kiri: ao desinteresse de si somava-se o esquecimento do seu passado associativo" (p. 6).

Gomes Bento define como objetivo: "Recuperar a memória social dos professores, pô-los diante da sua história para melhor enfrentarem as responsabilidades do presente" (p. 6). E considera:

> O direito à gestão pedagógica e administrativa das escolas, à intervenção nos programas e nos métodos, o combate contra pedagogias reacionárias e por relações mais livres e humanas entre os professores e alunos permanecem pontos de vista de vanguarda, ideias a atualizar práticas por praticar. Mas há um direito que a classe já possuiu e lhe foi tirado: a liberdade de discutir os seus assuntos e de se organizar. Vivendo num mundo repressivo, os professores de agora estão mais desprovidos de mais, mia humilhados, mais em baixo na escala da dignidade profissional. (Bento, 1972, pp. 6-7).

E termina:

> Resta afirmar que se não fosse membro dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente talvez nunca escrevesse este estudo. […] Os Grupos de Estudo são atualmente o prolongamento, durante tanto tempo interrompido, da Associação do Magistério Secundário Oficial, da Associação de Professores de Portugal, da Sociedade de Estudos Pedagógicos, da Federação das Associações dos Professores dos Liceus Portugueses. (Bento, 1972, p.8)

O livro, após a introdução, está organizado do seguinte modo: A revista dos Liceus; a primeira Associação do Magistério Secundário[181], de 1904, a segunda Associação do Magistério Secundário, de 1911, a Associação dos Professores dos Liceus do Norte[182] e a Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais[183], a Sociedade de Estudos Pedagógicos[184], a Associação de Professores de Portugal[185], a Federação das Associações dos Professores dos Liceus Portugueses[186] e os cinco congressos liceais. No epílogo, afirma que "os professores, o ensino e a educação faziam a sua entrada numa longa e densa noite" (p. 127), baseando-se no art. 39.º do Decreto n.º 23 048 de 23 de setembro de 1933, que proíbe os funcionários públicos de se associarem. Em Apêndice, transcreve as conclusões dos congressos do ensino liceal, de 1927, em Aveiro, 1928, em Viseu, 1929, em Braga, 1930, em Évora, e 1931, em Coimbra[187].

Em documento com a chancela de *O professor*, encontramos referência à edição das obras acima mencionadas. Em dezembro de 1973, tinha sido decidido, em reunião nacional dos GEPDES, "que *O professor* passava a editora desde que Lisboa concordasse em ficar com a

[181] De notar que a Associação do Magistério Secundário Oficial, fundada em 1904, publica, a partir desse mesmo ano, o *Boletim da Associação do Magistério Secundário Oficial.* A extinção da publicação no ano de 1908 corresponde, ao declínio da atividade da Associação, que só renascerá em 1911, já em plena República, inicialmente com outro nome, Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais, dirigida a um público mais amplo. Esta Associação publica, entre 1913 e 1916, o seu órgão próprio, a *Revista de Ensino Médio e Profissional*. Sobre este assunto, consulte-se Brás & Gonçalves (2014).

[182] Note-se que no período republicano, mais precisamente, em 1916, a Associação dos Professores dos Liceus do Norte publica nesse mesmo ano a *Revista dos Liceus*. A este propósito, convém registar que, em 1891, tinha surgido nas bancas a publicação com a mesma designação *Revista dos Liceus*, sob a direção do maçon republicano, Manuel Borges Grainha, então professor do Liceu Central de Lisboa. A *Revista dos Liceus* foi publicada entre 1891 e 1896. Sobre este assunto, consulte-se Brás & Gonçalves (2014).

[183] Em 1919, a Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais publica o respetivo *Boletim* entre 1921 e 1927. Sobre este assunto, consulte-se Brás & Gonçalves (2014).

[184] A Sociedade de Estudos Pedagógicos, fundada em 1910, reuniu um conjunto importante de intelectuais e educadores, os quais procuraram, através da reflexão e do debate, elaborar o saber pedagógico adequado à concretização do ideal republicano. O orgão desta Sociedade era a *Revista de Educação Geral e Técnica* que teve dois períodos de publicação: entre 1911 e 1927 e entre 1934-1935. Sobre este assunto, consulte-se Brás & Gonçalves (2014).

[185] A Associação de Professores de Portugal foi criada em 1924. Sobre este assunto, consulte-se Brás & Gonçalves (2014).

[186] A Federação das Associações dos Professores dos Liceus Portugueses foi criada, em Lisboa, no mês de Maio de 1926, em assembleia realizada nas instalações do Liceu de Passos Manuel. Sobre este assunto, consulte-se Brás & Gonçalves (2014).

[187] No final desta obra é anunciado o n.º 4 da coleção Ensino e Pedagogia, da autoria de António Teodoro, *Para a Historia do Ensino em Portugal*. Esta obra nunca foi publicada.

parte administrativa, o que seria aceite pelo Grupo de Estudo de Lisboa, em janeiro de 1974. Na programação, estavam, além dos trabalhos de Gomes Bento e António Teodoro, um outro, Instituição escolar: que diálogo?, sem autor identificado no texto, mas publicado em 1974, por Cabral Pinto. Foi decidido que o lançamento da editora deveria coincidir com a publicação de *Professores: que vencimentos?*. No entanto, a saída do Despacho n.º9/74 "veio alterar significativamente a situação" e "O Grupo de Estudo do Porto considerou totalmente inviável, no momento, a passagem a editora. Em RN [Reunião Nacional] aprova-se a saída do livro como edição do autor e sem qualquer referência direta a *O professor*[188]" (Apêndice 1. 20. f.).

Professores: que vencimentos? começa com uma interrogação sobre quais "as razões do crescente mal-estar que se vive na classe docente, quer seja do ensino primário, preparatório e secundário" (p. 7). António Teodoro crê ser causado pela "crescente deterioração do poder de compra e das condições de trabalho do professorado" (p. 7).

A obra está organizada segundo as seguintes temáticas: a desvalorização da função docente, suas causas; o salário do professor numa perspetiva comparativista; a carestia de vida; o aumento generalizado de vencimentos, condição necessária para a revalorização da função docente; a unidade de todos os professores pelo direito de associação, pela revalorização da função docente e pela melhoria das condições de trabalho.

Começa por realçar os valores defendidos na 1ª República no que concerne à educação, passando à denúncia do que foram os princípios adotados pela Ditadura Militar e pelo Estado Novo, e defendidos no jornal *A Voz* por João Ameal[189], em 1928, e Alfredo Pimenta[190], em 1938. O primeiro afirmava que "Portugal não precisa de escolas" e o segundo defendia que "um dos fatores principais da criminalidade é a instrução" (p. 12). Estas opiniões eram corroboradas pelo deputado Pinto da Mota[191], que, em 1938, dizia: "Deformar o espírito de quem aprende é a maior das desgraças; é melhor deixá-los analfabetos do que com o espírito deformado" (p. 13). António Teodoro prossegue com a listagem das medidas legislativas tomadas durante o Estado Novo, realçando, no entanto, o papel de Leite Pinto e de Veiga Simão, os quais fazem ouvir "uma outra linguagem no tratamento dos problemas da

[188] Ver Nota de Rodapé 173.

[189] João Ameal foi jornalista, escritor, politico, membro da Junta Central da Legião Portuguesa, deputado à Assembleia Nacional, de 1942 a 1957, e procurador à Câmara Corporativa, entre 1957 e 1961.

[190] Alfredo Pimenta foi historiador, poeta, escritor e colaborador do jornal *A Voz*.

[191] Pinto da Mota foi deputado pelo Partido Regenerador durante a Monarquia, Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Valença; Vogal da Comissão Distrital de Viana do Castelo da União Nacional (1932) e Membro do Conselho de Estado (1935).

educação" (p. 16). Este "bosquejo histórico mostra que a desvalorização da função docente não está ligada ao acesso ao ensino de novas camadas da população" (p. 17) mas a quatro políticas convergentes: económica, social e escolar, cultural e antilaica.

O salário do professor numa perspetiva comparativista é apresentado em quadros das remunerações dos empregados bancários, de seguros, dos metalúrgicos, dos magistrados, dos engenheiros da administração pública, do pessoal militar dos três ramos das Forças Armadas, dos quadros técnicos do MEN, do pessoal docente do ensino infantil e primário dos estabelecimentos particulares, do pessoal docente dos ensino preparatório e secundário dos estabelecimentos particulares, do pessoal do ensino superior, do pessoal docente do ensino preparatório e secundário e do professorado primário. Outro aspeto muito importante abordado pelo autor é o quadro sobre a variação do pessoal docente do ensino oficial por sexos, entre 1940-1941 e 1971-1972. António Teodoro cita Agostinho Lopes, na obra atrás referida, quando este afirma: "Não se degradará o ensino por a maior parte dos seus agentes serem mulheres. Mas degrada-se na medida em que isso é motivo para uma má remuneração" (p. 44-45).

Em 'a carestia de vida' abordada no capítulo IV, apresenta Teodoro uma projeção da subida dos preços entre 1970 e 1975, uma tabela referente aos aumentos de preços dos produtos alimentares no período de 1971 a 1973 e o aumento das rendas, nas principais cidades, isto para concluir que o vencimento dos professores assalariados se desvalorizou, em relação a 1970, em 50 por cento.

O mal-estar e desânimo que grassa entre os professores, devido em parte aos baixos salários que usufruem, terá, certamente, influência no seu trabalho diário. A qualidade de ensino será afetada por esta política de mão-de-obra barata, sendo urgente o aumento de vencimentos para que haja uma revalorização da função docente – tema central do capítulo 5. António Teodoro define quatro critérios para determinar os níveis de vencimentos mínimos do professorado: reajustamento de categorias; subida do custo de vida; evolução da produtividade do trabalho; redução do leque de vencimentos. Termina com a apresentação do quadro da nova tabela de vencimentos e das novas categorias.

O capítulo final, "A unidade de todos os professores pelo direito de associação, pela revalorização da função docente e pela melhoria das condições de trabalho", apela à participação de todos os professores na resolução dos problemas antes enunciados, pois "é na

unidade e na ação que os professores devem reclamar do Ministério da Educação Nacional e do Governo, o pôr fim à deterioração da sua situação profissional" (p. 73).

Este livro fora alvo de perseguição pela PIDE[192], tal como recorda Elsa Oliveira:

> *Professores, que vencimentos?, impresso na tipografia do Notícias da Amadora, e a PIDE foi lá, apreendeu 2 mil e tal exemplares e exigiu a nossa morada. O Orlando Gonçalves, que era o diretor do Notícias da Amadora, tentou fugir à questão, mas eles acabaram por ir aos arquivos e encontraram o nosso endereço.* (Apêndice 2. 1. a.).

As atas e os comunicados nacionais continuaram, entretanto, a ser, entre 1972 e 1974, os veículos de informação sempre à mão dos professores, até 25 de Abril de 1974. Assim, de acordo com aqueles documentos, os assuntos que estiveram em cima da mesa, nas reuniões de coordenação e as atividades desenvolvidas foram:

- Objetivos - vencimentos, associação de professores, estatuto, estruturação da revista, análise das finalidades e métodos de ensino, papel do professor, formação profissional e os Grupos de Estudo nas escolas.

- Situação financeira – promoção dos Cadernos nas cooperativas e cidade universitária de Lisboa; e venda da comunicação da *UNESCO.*

- Criação de um núcleo de ação pedagógica, por iniciativa de Joel Serrão, com a colaboração dos Grupos de Estudo.

- Formação de uma cooperativa de professores.

- Colóquios em Lisboa, na Escola Preparatória Francisco de Arruda, e no Porto, sobre os problemas do ensino secundário, com Raúl Gomes, Ilídio Sardoeira, Lucinda Pereira e Fins do Lago, e, em Coimbra, sobre estruturas e ensino, no qual circulou um abaixo-assinado sobre abolição do Exame de Estado.

- Inquérito às condições sócioeconómicas dos professores.

- Proposta de legalização dos cadernos *O professor* face á situação criada pela nova lei de imprensa. Comunicado à classe sobre a impossibilidade de publicação do Boletim. Angariação de assinaturas e distribuição de circulares aos reitores, diretores, delegados

[192] O livro foi apreendido pela PIDE no dia 18 de abril de 1974, na tipografia do *Notícias da Amadora* e a edição só é recuperada após 25 de Abril de 1974.

dos Grupos de Estudo e todos os professores, acompanhadas de um postal RSF[193]. Constituição da sociedade, resposta ao pedido de documentos pela DGI. Revista autorizada pelo SNI. Primeiro número em outubro; angariação assinaturas; repensar a organização e o regulamento interno.

- Estatuto: prioridade à discussão dos contratos de provimento, diuturnidades, escala de vencimentos, classificação de serviço e vagas. Elaboração do caderno reivindicativo.

- Grupo de trabalho para constituição do centro de documentação dos Grupos de Estudo, contactos no estrangeiro para recolha de informação.

- Contacto com a Associação Freinet[194] para receber documentação e transcrever artigos.

- Livros a publicar: *Livros escolares*, de Costa Carvalho, e *Movimento associativo dos professores do ensino secundário, subsídios para a sua história*[195], de José Bento.

- Organização administrativa dos Grupos de Estudo. Alargamento dos Grupos de Estudo - circular a enviar às escolas propondo a organização de grupos de promoção.

- Associação – Campanha pró-associação. Texto base elaborado pela Comissão pró associação com convite a personalidades e a elementos dos Grupos de Estudo. Documento distribuído à classe (7500 exemplares). Texto a enviar ao MEN.

- Estágios – reuniões para dirigir propostas ao MEN, abaixo-assinado sobre abolição do Exame de Estado, abolição das classificações quantitativas, abolição do espírito competitivo.

- Posição perante a circular LT60 da DGES sobre explicações – a tratar a nível de região.

[193] O Serviço de Resposta Sem Franquia/Remessa Livre (RSF/RL) consiste na transferência do remetente para o destinatário da resposta, do pagamento dos serviços postais correspondentes.
[194] Eventualmente poderiam estar a referir-se a contactos com o *Institut Coopératif de l'École Modern (ICEM).* Trata-se de uma associação criada, em 1947, por Célestin Freinet, que reúne professores e educadores em torno dos princípios da pedagogia Freinet. Em Portugal, o Movimento da Escola Moderna (MEM), que tem por base a pedagogia de Célestin Freinet, é uma associação de professores e outros profissionais da educação, reconhecida pela Federação Internacional dos Movimentos da Escola Moderna em 1966. A Associação formalizou-se em 1976, começando a publicar o *Boletim Escola Moderna* em 1978. Uma outra hipótese será a Associação Brasileira de Estudos e Pesquisa da Pedagogia Freinet criada nos anos 1970.
[195] O título publicado foi *História do movimento associativo dos professores do ensino secundário - 1891 a 1932.*

- MEN enviou textos confidenciais aos reitores e diretores – "Contributo para um Estatuto do pessoal docente do ensino secundário". Alertar professores para o perigo da resposta, pedir prorrogação de prazo, pedir acesso a todos os documentos e preparar comunicado de denúncia.

- Preparação do encontro nacional dos Grupos de Estudo para balanço crítico das respectivas atividades: falta de consciência de classe dificulta trabalho dos Grupos de Estudo, não legalização da revista, deficiente organização, deficiente informação, falta de atuação sobre acontecimentos e deficiente atuação do delegado.

- Publicação de "Breve história dos GEPDES", numa edição de 5000 exemplares.

- Representação dos Grupos de Estudo na Conferência Mundial de Professores [organizada pela *FISE*] em Praga.

- Despacho n.º 9/74 – apoio à carta aberta a enviar ao MEN com pedido de audiência.

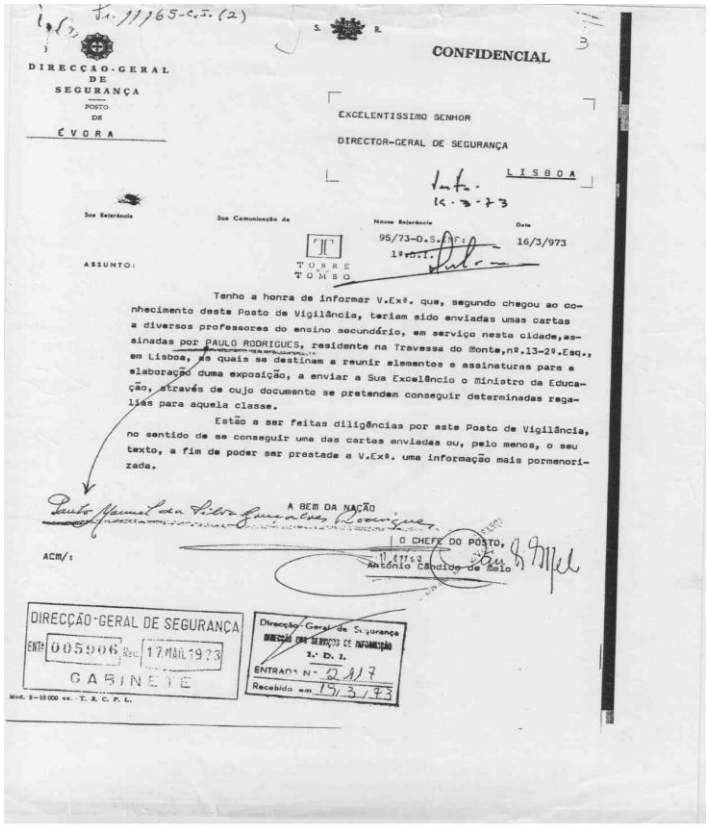
A atividade desenvolvida pelos Grupos de Estudo não passava despercebida ao Governo - comunicados, entrevistas, colóquios e divulgação na imprensa. As medidas repressivs estavam iminentes. Mas, verdadeiramente, quando e como se iniciara esta repressão sobre o movimento dos Grupos de Estudo?

> *Eu* [Elsa Oliveira] *julgo que os Grupos de Estudo conseguiram ter uma intervenção política que, na altura, assustou o regime. Porquê? Porque conseguimos chegar a todos os cantos do País. Porque conseguimos pôr os professores a pensar nos seus direitos e na importância da sua profissão e a perceber até que ponto estavam a ser maltratados. Pusemos os professores a questionar o regime e isso, claro, não era bem visto pelo próprio regime e assustou os governantes.* (Apêndice 2. 1. a.)

O Comunicado n.º 11, de 18 de maio de 1971, vai dar conta do início da repressão desencadeada pelo Governo contra os GEPDES a qual se fez sentir logo no início da atividade deste movimento com a proibição de reuniões regulares do Grupo de Estudo do Norte na Escola Preparatória Pêro Vaz de Caminha e do colóquio na Figueira da Foz.

Mas foi no ano de 1973, que as medidas repressivas se evidenciaram como demonstra o ofício da Direção-Geral de Segurança (DGS), posto de Évora.

Figura 5 - Ofício da DSG de Évora



CONFIDENCIAL

DIRECÇÃO-GERAL DE SEGURANÇA
POSTO DE ÉVORA

EXCELENTISSIMO SENHOR
DIRECTOR-GERAL DE SEGURANÇA
LISBOA

95/73-D.S. 16/3/973

ASSUNTO:

Tenho a honra de informar V.Exª. que, segundo chegou ao conhecimento deste Posto de Vigilância, teriam sido enviadas umas cartas a diversos professores do ensino secundário, em serviço nesta cidade, assinadas por PAULO RODRIGUES, residente na Travessa do Monte, nº.13-2º.Esq., em Lisboa, as quais se destinam a reunir elementos e assinaturas para a elaboração duma exposição, a enviar a Sua Excelência o Ministro da Educação, através de cujo documento se pretendem conseguir determinadas regalias para aquela classe.

Estão a ser feitas diligências por este Posto de Vigilância, no sentido de se conseguir uma das cartas enviadas ou, pelo menos, o seu texto, a fim de poder ser prestada a V.Exª. uma informação mais pormenorizada.

A BEM DA NAÇÃO

O CHEFE DO POSTO,

ACM/:

DIRECÇÃO-GERAL DE SEGURANÇA
ENTR 005906 17 MAI 1973
GABINETE

Direcção Geral de Segurança
I. D. I.
ENTRADA Nº 2217
Recebido em 19/3/73

Apêndice 1. 15.

Internacionalmente não passava despercebido o movimento dos professores em Portugal e a 4 de junho de 1973, é recebida uma declaração da *FISE* a favor da luta dos professores e dos estudantes portugueses, onde se lê:

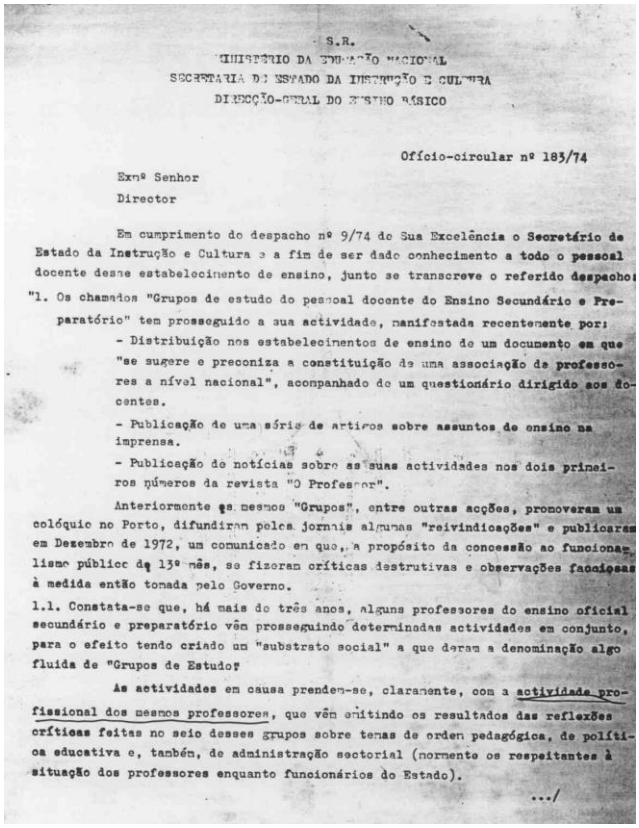
> La lutte des enseignantes se situe dans le câdre du nouvel essor de la lutte populaire de masse contre le regime fasciste et contre la guerre coloniale. […] Le probléme des salaires en liaison avec l'augmentation du coût de la vie, le droit de former librement un syndicat, le problème d'une reforme démocratique de l'enseignement, telles sont les revendications les plus immédiates des enseignants. […] La FISE appelle les organisations affiliées et amies à soutrnir les professeurs, les étudiants et les democrates portugais qui luttent: contre la répression; pour léxpulsion des "gorilles" de l'Université; pour la libération des professeurs et des étudients arrêtés; contre les "incorporations", expulsions, amendes et autres mesures disciplinaires; pour la liberté de réunion, d'information et d'association[196] (Apêndice 1. 15.)

[196] A luta dos professores situa-se, no contexto da nova ascensão da luta de massas populares contra o regime fascista e contra a guerra colonial. [...] O aumento dos salários em conexão com a subida do custo de vida, o direito de formar livremente um sindicato, a reforma democrática da educação, eis as reivindicações mais

Em dezembro de 1973, vários professores foram afastados do serviço devido a detenção por parte da polícia política. Margarida dos Reis Carvalho Leão foi notificada, a 12 de dezembro, através de ofício do diretor de Serviços do Ensino Básico, por despacho do secretário de Estado da Instrução e Cultura, de que tinha sido afastada do serviço, depois de uma detenção de 14 dias, por distribuir, em Fátima, "um folheto subversivo". O movimento de solidariedade reuniu 400 assinaturas num abaixo-assinado dirigido ao MEN e foram enviados vários telegramas. Luísa Saarsfield Cabral esteve presa durante um mês, e a família não podia obter uma declaração para justificar as faltas ao serviço. O Grupo de Estudo de Lisboa exigiu a rápida reintegração das colegas.

Mas foi, sem dúvida, o Despacho n.º 9, de fevereiro de 1974, do secretário de Estado da Instrução e Cultura, aquele que colocou em risco todo o trabalho dos Grupos de Estudo.

Figura 6 - Despacho n.º 9/74



S.R.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE ESTADO DA INSTRUÇÃO E CULTURA
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO

Ofício-circular nº 183/74

Exmº Senhor
Director

Em cumprimento do despacho nº 9/74 de Sua Excelência o Secretário de Estado da Instrução e Cultura e a fim de ser dado conhecimento a todo o pessoal docente desse estabelecimento de ensino, junto se transcreve o referido despacho:

"1. Os chamados "Grupos de estudo do pessoal docente do Ensino Secundário e Preparatório" tem prosseguido a sua actividade, manifestada recentemente por:

- Distribuição nos estabelecimentos de ensino de um documento em que "se sugere e preconiza a constituição de uma associação de professores a nível nacional", acompanhado de um questionário dirigido aos docentes.
- Publicação de uma série de artigos sobre assuntos de ensino na imprensa.
- Publicação de notícias sobre as suas actividades nos dois primeiros números da revista "O Professor".

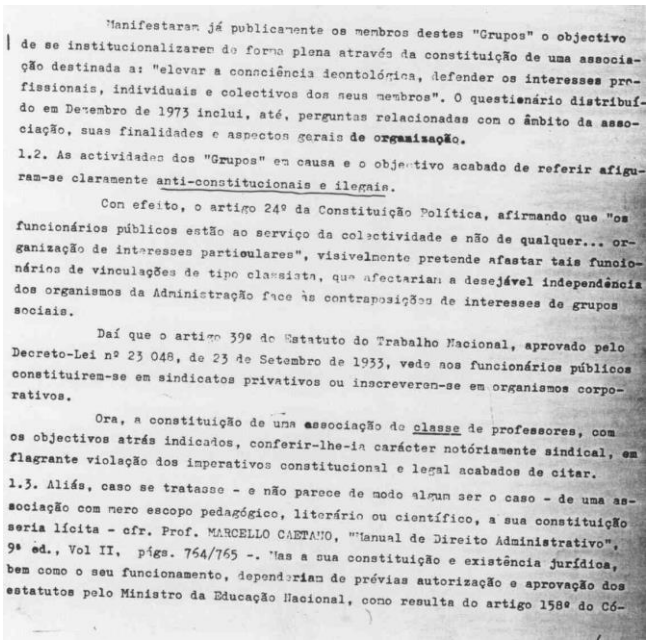
Anteriormente os mesmos "Grupos", entre outras acções, promoveram um colóquio no Porto, difundiram pela imprensa algumas "reivindicações" e publicaram em Dezembro de 1972, um comunicado em que, a propósito da concessão ao funcionalismo público do 13º mês, se fizeram críticas destrutivas e observações facciosas à medida então tomada pelo Governo.

1.1. Constata-se que, há mais de três anos, alguns professores do ensino oficial secundário e preparatório vêm prosseguindo determinadas actividades em conjunto, para o efeito tendo criado um "substrato social" a que deram a denominação algo fluida de "Grupos de Estudo".

As actividades em causa prendem-se, claramente, com a actividade profissional dos mesmos professores, que vêm emitindo os resultados das reflexões críticas feitas no seio desses grupos sobre temas de ordem pedagógica, de política educativa e, também, de administração sectorial (normente os respeitantes à situação dos professores enquanto funcionários do Estado).

.../

imediatas dos professores. [...] a *FISE* apela aos seus filiados e amigos para apoiar os professores, os alunos e os democratas portugueses que lutam: contra a repressão; pela expulsão dos "gorilas" [vigilantes, que os estudantes alcunhavam de "gorilas", colocados nas escolas pelo ministro da Educação Veiga Simão] da Universidade; pela libertação de professores e estudantes presos; contra a "incorporação militar", expulsões, multas e outras medidas disciplinares; pela liberdade de reunião, de informação e de associação. Tradução livre.



Manifestaram já publicamente os membros destes "Grupos" o objectivo de se institucionalizarem de forma plena através da constituição de uma associação destinada a: "elevar a consciência deontológica, defender os interesses profissionais, individuais e colectivos dos seus membros". O questionário distribuído em Dezembro de 1973 inclui, até, perguntas relacionadas com o âmbito da associação, suas finalidades e aspectos gerais de organização.

1.2. As actividades dos "Grupos" em causa e o objectivo acabado de referir afiguram-se claramente anti-constitucionais e ilegais.

Com efeito, o artigo 24º da Constituição Política, afirmando que "os funcionários públicos estão ao serviço da colectividade e não de qualquer... organização de interesses particulares", visivelmente pretende afastar tais funcionários de vinculações de tipo classista, que afectariam a desejável independência dos organismos da Administração face às contraposições de interesses de grupos sociais.

Daí que o artigo 39º do Estatuto do Trabalho Nacional, aprovado pelo Decreto-Lei nº 23 048, de 23 de Setembro de 1933, vede aos funcionários públicos constituirem-se em sindicatos privativos ou inscreverem-se em organismos corporativos.

Ora, a constituição de uma associação de classe de professores, com os objectivos atrás indicados, conferir-lhe-ia carácter notóriamente sindical, em flagrante violação dos imperativos constitucional e legal acabados de citar.

1.3. Aliás, caso se tratasse - e não parece de modo algum ser o caso - de uma associação com mero escopo pedagógico, literário ou científico, a sua constituição seria lícita - cfr. Prof. MARCELLO CAETANO, "Manual de Direito Administrativo", 9ª ed., Vol II, págs. 764/765 -. Mas a sua constituição e existência jurídica, bem como o seu funcionamento, dependeriam de prévias autorização e aprovação dos estatutos pelo Ministro da Educação Nacional, como resulta do artigo 158º do Código Civil, do § 1º do artigo 2º do Decreto-Lei nº 39 660, de 20 de Maio de 1954, e da alínea a) do nº 3 da Base XI da Lei nº 2033, de 27 de Junho de 1949, conjugada com a alínea a) do nº 5 do artigo 2º do Estatuto do Ensino Particular, aprovado pelo Decreto nº 37 545, de 8 de Agosto de 1949.

1.4. Certo é que ainda não foi sujeito à sanção do Governo qualquer pedido de criação daquela Associação. Isto não obstante, como já se referiu, ter já mais de um ano de duração a actividade dos "Grupos de estudos".

O que, face à inviabilidade legal - porventura já conhecida pelos seus mentores - da constituição da associação, contribuirá certamente para consolidar a actual situação, em que os "Grupos" em causa funcionaram como associação de facto.

Ora, esta situação equipara-os às associações secretas, sendo aplicáveis aos seus membros as sanções previstas na Lei nº 1 901, de 21 de Maio de 1935 (cfr. o artigo 6º do citado Decreto-Lei nº 39 660). Cite-se a título de exemplo, que para os simples membros dessas associações, se preveêm naquela Lei: prisão correccional nunca inferior a seis meses, perda de funções públicas, multa não inferior a 2 000$00 e suspensão de direitos políticos por cinco anos (artigo 2º, § 2º).

A bem da Nação

Direcção-Geral do Ensino Básico, em 12 de Fevereiro de 1974.

O DIRECTOR-GERAL

Apêndice 1. 15.

Comparando os Grupos de Estudo a "associação secreta", este despacho, a ser aplicado, podia sujeitar os seus membros a prisão correcional nunca inferior a 6 meses, perda de funções públicas, suspensão de direitos políticos por 5 anos e multa. Causou, por isso, uma onda de solidariedade entre os docentes expresso num abaixo-assinado com 1517 assinaturas e num pedido de audiência ao MEN, para revogação imediata do despacho.

Não nos podemos esquecer que todos os professores do ensino oficial tinham de entregar, nas secretarias das escolas, para que constasse do seu processo individual, uma declaração, em

papel selado[197], anual para os eventuais e provisórios, a qual era redigida nos seguintes termos: *Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela Constituição política de 1933, com ativo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas* (Apêndice 1. 15.). Esta declaração permitia arbitrariedades por parte do Governo e da sua polícia política, PIDE, sempre que considerassem que tinha havido a prática de um ato ilícito.

Todo este movimento repressivo teve consequências graves para o movimento dos Grupos de Estudo. Os perigos da desmobilização são grandes, como nos afirma Elsa Oliveira:

> *Quando, nas escolas, começaram a pedir a identificação dos colaboradores dos Grupos de Estudo, quando a PIDE passou a exigir aos diretores de escolas não só os nomes das pessoas que participavam nos Grupos de Estudo mas também como participavam e o que faziam, houve alguns professores que ficaram com medo. E lembro-me de que houve uma altura que felizmente foi curta, em que as nossas reuniões semanais em Lisboa, que costumavam ter 20, 30 e 40 pessoas, passaram a ter 7, 8 ou 9. Nessa altura, foram muito importantes, o Agostinho Lopes e o António Teodoro que nos diziam que, embora as pessoas tivessem medo, nós não podíamos perder a cabeça. Se calhar, isto correspondia a uma perspetiva do Partido Comunista - a de resistir, de ir para a frente, de aguentarmos mesmo em momentos difíceis como aqueles. Porque, depois da mobilização que tínhamos conseguido, vermos tudo reduzido a tão pouco, era profundamente desmotivante. Foi a fase mais difícil. Aparecíamos na Escola Francisco de Arruda, no dia normal da reunião, e éramos sempre a meia dúzia que estava desde a origem, os mais firmes, os que não desistiriam. Era muito triste. Depois as pessoas foram perdendo o medo. Estabelecemos novos objetivos, nomeadamente a constituição da associação de professores.* (Apêndice 2. 1. a.)

Os membros dos Grupos de Estudo nas estruturas de coordenação adotaram, desde cedo, uma estratégia como recorda Elsa Oliveira:

> *Quando o Governo começou a achar que estávamos a desviar-nos claramente das questões pedagógicas, começou a tentar limitar-nos a atividade. Defendemo-nos, descentralizando, isto é, diversificando as escolas que organizavam as reuniões. Escolas de todos os pontos do País passaram a assumir as convocatórias para as reuniões nacionais, as quais eram sempre subscritas por um grande número de docentes, também este variável. Se as autoridades apostassem na repressão, tinham centenas de pessoas para reprimir - a nossa estratégia dificultou-lhes imenso a vida, em termos de identificar responsáveis.* (Apêndice 2. 1. a.)

[197] A sua existência durou mais de 300 anos e foi um documento de uso obrigatório (um imposto) em todos os requerimentos e atos públicos tais como escrituras, processos judiciais, contratos de compra e venda, procurações, até que o Decreto-Lei n.º 435, de 31 de dezembro, de 1986, do Ministério da Finanças, decretou a sua extinção. Criado oficialmente por alvará de 24 de dezembro de 1660, promulgado por D. Afonso VI, o papel selado foi sempre uma preciosa fonte de rendimentos, quer para a Monarquia, quer para a República. O seu aparecimento em Portugal deve-se à necessidade de receitas da Coroa para enfrentar a delicada situação financeira do País e manter um sistema defensivo capaz de deter uma nova invasão espanhola. Teve três períodos de circulação: de 1661 a 1668; de 1797 a 1804; 1827 a 1986.

Depois da saída do Despacho n.º 9/74, sucederam-se os ofícios-circular, datados de 12 de fevereiro, enviados pelo MEN, SEIC e direções-gerais dos três ramos de ensino, pedindo a denúncia pelos diretores e reitores da "continuação da atividadade dos chamados grupos de estudos quais os professores do estabelecimento de ensino neles participantes, para procedimento em termos legais" (Apêndice 1. 15.).

> […] *quando o regime percebeu que o estávamos a contestar, que o estávamos a pôr em causa e que, politicamente, éramos um movimento incómodo, começámos a ser alvo de perseguições, nas escolas. Aos diretores dos estabelecimentos de ensino eram pedidas informações sobre a nossa atividade. A PIDE andou atrás de alguns de nós.* (Apêndice 2. 1. a.)

Outra circular de 13 do mesmo mês era mais explícita: "Solicito informação muito urgente sobre se algum membro do corpo docente desse estabelecimento de ensino exerce funções de direção na revista *O professor*" (Apêndice 1. 15.).

Calvet de Magalhães, diretor da Escola Preparatória Francisco de Arruda, responde a 16 de fevereiro, do seguinte modo sobre António Teodoro: "Pertence à direção da revista *O professor* segundo se lê na página 1, do n.º 2, o professor desta escola António Neves Duarte Teodoro. O mesmo professor informou-me que a sua habilitação à direção da referida revista foi efetuada mediante o cumprimento dos formalismos legais exigidos pela Direção-Geral de Informação da SEIT, não desconhecendo a Secretaria de Estado a profissão dos respetivos diretores" (Apêndice 1. 15.).

O cerco apertava-se em volta dos responsáveis do movimento dos GEPDES.

> *Os PIDEs passaram a manhã inteira no Notícias da Amadora a vasculhar tudo. Mal eles saíram, do jornal tentaram entrar em contacto com o António para o avisar, só que o António estava no Alfeite e não conseguiram contactá-lo. O António foi, então, buscar a nossa filha, de 4 meses, ao infantário, e andou às voltas até escurecer, porque a PIDE, em princípio, não prendia ninguém de noite. Quando eu cheguei, contou-me o que se passava. Era óbvio que não podia dormir em casa. Telefonei a uma amiga nossa, que o acolheu. Eu passei a noite a rasgar papéis.* (Apêndice 2. 1. a.)

A repressão que caiu sobre os GEPDES foi, assim, descrita por António Costa Carvalho,

> O mês de Abril [1974] foi vivido em expectativa por todos os que mais ou menos directamente estavam ligados à Oposição Democrática, neles se incluindo os membros dos Grupos de Estudo. O regime sentia que a Guerra Colonial conduzia a uma derrota a curto prazo e não sabia reagir de outra forma que não fosse agravando a repressão. O 1º de Maio aproximava-se e aguardava-se uma vaga de prisões antes das comemorações uma vez mais não autorizadas. Verificaram-se algumas no Porto, mas foi sobretudo em Lisboa que, a 18, foram detidos mais de 20 democratas ligados à atividade intelectual, para além do assalto à tipografia do

> jornal *Notícias da Amadora*, onde acabava de ser impressa a última edição dos Grupos de Estudo - *Professores: que vencimentos?*, da autoria de António Teodoro, a qual foi totalmente apreendida. Depois do ensaio spinolista do 16 de Março, corriam rumores (havia elementos dos GEPDES a cumprir serviço militar) sobre novas movimentações militares de contornos mal definidos. A nível dos GEPDES viviam-se momentos de expectativa. A reação da classe ao Despacho n.º 9/74 havia sido imediata, esmagadora, massiva. Mas o Governo revelava sinais de desespero e não eram de excluir medidas mais gravosas como buscas e prisões entre os seus elementos. O ambiente era tenso. A intensificação da repressão sentia-se iminente. A 19, dois membros dos GEPDES (de Lisboa e Porto) encontram-se às portas de Caxias para visitar familiares, detidos na véspera. (Carvalho, 1999c, p. 25)

Estávamos a oito dias do 25 de Abril de 1974, o medo, a desconfiança e o perigo de serem presos ensombravam o dia-a-dia de todos os portugueses. Mas, no caso particular dos membros dos GEPDES, o risco ia para além da prisão, perderiam a possibilidade de voltar à função pública e os seus direitos de cidadãos.

4.1.3. Reivindicações e problemáticas[198]

A temática das reivindicações e problemáticas abrange todo o período de existência dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, o que corresponde, mais precisamente, ao período que vai de 27 de maio de 1970, dia formalmente apontado para a fundação do Grupo de Estudo de Lisboa, a 28 de abril de 1974, data da saudação ao Movimento das Forças Armadas, aprovada na reunião da Figueira da Foz.

Os três eixos fundamentais e estruturantes dos GEPDES foram: o Estatuto do Professor, a Associação de Professores e os estágios, que corresponderam aos três únicos números da revista *O professor* publicados antes de 25 de Abril de 1974 e que foram dedicados a estas temáticas[199].

Quase todas as posições acerca do Estatuto do Professor, a Associação de Professores ou os estágios, têm como referência de base o texto da Recomendação sobre a condição do pessoal

[198] Neste subcapítulo, estudaremos, os documentos do espólio em Anexo, catalogados como: Pareceres, posições e recomendações, Apêndice 1. 16, Estágios, Apêndice 1. 12, e Abaixo-assinados, Apêndice 1. 11, na medida em que os temas se cruzam entre si e são estes os documentos que refletem melhor as reivindicações e problemáticas.

[199] As mesmas temáticas tinham sido alvo de estudo nos três Cadernos *O professor* (Capítulo IV, 4. 1. 1. e 4. 1. 2.).

docente, n.º 83, da *UNESCO*, aprovada em 5 de outubro de 1966, e as recomendações da OCDE, sendo ambos os textos frequentemente citados.

Através da análise dos documentos sobre o Estatuto do Professor, verificámos que há pontos comuns em todos os textos a que à data tivemos acesso: nomeações, reconduções e classificações, contrato de provimento, carreira docente, condições de trabalho, participação na vida escolar, aperfeiçoamento profissional, estágios, assistência e associação. Constatámos, igualmente, que, até 1972, os textos aparecem sob a forma de projetos de alteração e reformas, passando, em 1973, a Estatutos do Pessoal Docente ou Estatutos do Professor e as propostas são subscritas tanto pelos GEPDES como por escolas. Nos documentos que analisámos, as escolas que enviaram textos reivindicativos, tinham nos seus quadros membros dos GEPDES, como é o caso da Escola Técnica de Avelar Brotero, Escola Industrial Alfredo da Silva, Escola Preparatória Manuel da Maia, Escola Preparatória Francisco de Arruda, Escola Preparatória de Nuno Gonçalves e Escola Industrial e Comercial de Faro (Apêndice 1. 16.). Num exame mais detalhado, podemos verificar que as reivindicações sobre os pontos antes mencionados se mantiveram ao longo dos quatro anos de vida do movimento dos GEPDES.

O texto que apresenta uma estrutura mais abrangente é o Anteprojeto da Carta do Professor[200], do GEPDES de Lisboa, de dezembro de 1971, organizado em Princípios gerais; Estatuto Cívico (situação da profissão docente face à sociedade jurídica em geral); Estatuto Pedagógico (situação da profissão docente definida pela relação professor/aluno); Estatuto Profissional (situação da profissão docente face às entidades patronais e às outras profissões).

Na introdução, sob o título Princípios gerais, defendem-se os objetivos da educação, cujo progresso depende das qualidades e competências dos professores, repudia-se o facto de a formação e o emprego do pessoal docente estarem sujeitos a formas de descriminação por motivo de raça, cor, sexo, religião, opinião política, origem nacional ou social ou situação económica e reclama-se idêntica remuneração de base para todo o pessoal docente de todos os graus e ramos de ensino, cabendo ao Estado garantir o exercício do direito à educação.

De acordo com o Estatuto Cívico o pessoal docente contribui para o progresso nacional, e é "seu direito e dever participar ativamente, através das suas organizações, na elaboração e execução de uma política nacional de melhoramento e democratização do ensino", devendo

[200] São referidas obras de António Sérgio, Losada e Rui Grácio.

exercer o direito e cumprir o dever cívico de lutar por melhorar o seu estatuto profissional – interesse sindical ou particular. Ao pessoal docente cabe ainda o direito de exigir liberdade de exercício dos direitos cívicos, nomeadamente os direitos de reunião, de associação, de contratação e de ser eleito para cargos públicos.

Quanto ao Estatuto Pedagógico, considera-se como condições necessárias para uma ação educativa: competência psicopedagógica, reduzido número de alunos por turma, horas de trabalho que possibilitem a preparação das aulas, avaliar, atender os alunos e pais e dedicar-se a atividades de investigação e aperfeiçoamento profissional. O professor tem, ainda, que dispor de material didático e pessoal auxiliar que lhe permita dedicar-se à tarefa educativa.

No que respeita o Estatuto Profissional defende-se o direito inalienável dos docentes de se organizarem sindicalmente. Dos contratos coletivos de trabalho devem constar: preparação dos professores, aperfeiçoamento profissional, contrato e carreira, direitos e responsabilidades e segurança social.

Os restantes textos em análise, no que se refere às nomeações, defendem o grau de bacharelato ou licenciatura como habilitação mínima para a docência, sendo a categoria de provisório unicamente para docentes sem habilitação própria.

As habilitações específicas que se destacam, no texto do GEPEeP de Lisboa, de dezembro de 1970, são as dos docentes formados pela Escola Superior de Belas Artes, Cursos de Pintura e Escultura, com o curso geral, equiparados ao grau de bacharel e com o curso complementar, equiparado ao grau de licenciado; dos diplomados na disciplina de Educação Física, com habilitação própria, tanto com o Curso de Professores do Instituto Nacional de Educação Física como com o curso de Instrutores de Educação Física[201]; dos diplomados em Teologia, que são equiparados a licenciados; dos diplomados com o terceiro ano de Agronomia, Direito, Economia e Finanças, Engenharia, Medicina, Farmácia e Veterinária, que são equiparados a bacharéis, bem como os diplomados pelos Institutos Industriais e Comerciais sem estágio; dos diplomados provenientes dos cursos de Engenharia, Medicina, Agronomia e Veterinária, com o curso completo mas sem estágio, que são equiparados a licenciados.

[201] Este texto remete para o Decreto-Lei n.º 49 233, de 1969, de 11 de setembro, da Direção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, MEN.

A categoria de mestre[202] seria extinta por proposta do GEPEeP de Lisboa, em 30 abril de 1971, e, em 20 de junho de 1973, os professores eventuais da Escola Técnica de Avelar Brotero defendem a não distinção entre mestres, professores e instrutores.

> Os profissionais responsáveis pela formação prática nas oficinas integravam as categorias de mestres, contramestres e auxiliares. No quadro de cada escola industrial havia a previsão de um mestre para cada oficina. Caso o profissional não pudesse se encarregar de, pelo menos, metade do serviço que a oficina demanda, seriam requisitados os contramestres necessários ao bom andamento das atividades. Na falta ou impedimento dos mestres, dos contramestres e dos auxiliares do quadro e quando estes não pudessem encarregar-se de todo o serviço, previa-se a nomeação de contramestres e auxiliares provisórios. (PUC-Rio. Certificação digital n.º 061016117/CA, p. 115)

Os contratos de provimento dos professores provisórios devem durar um período de três anos, findo o qual, tendo prestado bom e efetivo serviço, passariam a efetivos (GEPEeP de Lisboa, dezembro 1970). Posteriormente, o âmbito foi alargado, passando esta norma a abranger, os professores a prestar serviço militar obrigatório, com contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de diuturnidades (GEPEeP de Lisboa, 30 abril 1971).

No caso das reconduções, considera-se justo que, até 31 de maio de cada ano, todo o docente com classificação de bom e efetivo serviço deva ser reconduzido, mediante o compromisso, por escrito, de permanecer na mesma escola.

As classificações devem ser uniformes nos três ramos de ensino, competindo a sua atribuição ao Conselho Escolar, mediante coeficientes da responsabilidade do diretor, delegado de disciplina, colegas do grupo, restantes professores do Conselho Escolar e "representante eleito pelos alunos de cada turma do classificando".

Quanto à carreira docente, vem especificamente referida nos textos baseados nos princípios defendidos na conferência sobre Políticas de Expansão do Ensino, realizada em Paris, de 3 a 5 de junho de 1970, sob os auspícios da OCDE (Apêndice 1. 16.).

Os vencimentos são mencionados em estudos isolados ou incluídos nos textos referentes a contratos de provimento. Um telegrama assinado por 200 professores e enviado ao ministro da Educação Nacional, em julho de 1972, pedia "o reconhecimento de inquestionáveis direitos que assistem à classe, dos quais depende a dignificação de um grupo profissional de

[202] Categoria criada pelo Decreto n.º 20 420, de 21 de outubro, de 1931, que aprova a organização do ensino técnico profissional, pelo Decreto n.º 37 029, de 25 de agosto, de 1948, que promulga o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial e pelo Decreto n.º 48 572, de 9 de setembro, de 1968, que consagra o Estatuto do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário.

cuja atuação, em grande parte, dependerá o futuro do país". O jornal *Notícias da Amadora* reproduziu somente parte deste telegrama, na sua edição n.º 565, de 15 de julho, por ter sido alvo de cortes pela Censura.

Em novembro de 1972, sob o título "Subsídios para um estudo comparativo de alguns aspectos do professor do ensino secundário oficial em Portugal em confronto com outras profissões"[203] (Apêndice 1. 16.), é divulgado um extenso documento do GEPDES, que trata este assunto ao pormenor e muito fundamentadamente. Nele se advoga a equiparação entre os docentes dos três ramos de ensino com outros trabalhadores da função pública com idênticas habilitações, no que respeita à garantia de um razoável nível de vida, à organização em escalões, periodicamente revistos, correspondendo a doze meses de salário por ano, com direito a férias pagas, subsídio de Páscoa ou 13º mês e subsídio de Natal. O texto trata, também, das horas extraordinárias (número por dia/ano e pagamento superior à hora normal), das diuturnidades e analisa – nunca antes tal se fizera - o problema da mulher professora (concursos tanto para efetivos, como para admissão ao estágio, modo de classificação e maternidade). Terminam os proponentes reivindicando o direito de associação.

As condições de trabalho, aprovadas pelo Conselho Escolar da Escola Preparatória Francisco de Arruda, em 1973 (Apêndice 1. 16.), dizem respeito a um leque muito vasto de reivindicações, entre as quais sobressaem as que se referem aos horários que devem obedecer às recomendações da *UNESCO*: número de horas semanais, tempo de preparação dos cursos, número de cursos por dia, tempo para investigação, tempo para reunir com os pais, pagamento

[203] Este documento tem como base de referência a Declaração Universal dos Direitos do Homem (aprovada pela Assembleia Geral da ONU, na sua Resolução 217A (III), de 10 de dezembro de 1948), a Recomendação da *UNESCO*, de 5 de outubro de 1966, o Contrato Coletivo de Trabalho dos Empregados Bancários, bem como a sua proposta de revisão, o Contrato Coletivo de Trabalho para a Indústria de Seguros, o Contrato Coletivo de Trabalho dos Professores do Ensino Particular (em vigor desde 1 de maio de 1961), dados do Instituto Nacional de Estatística, o Decreto-Lei n.º 23 048, de 23 de setembro de 1933, Estatuto do Trabalho Nacional, diploma que lança as bases da doutrina corporativa portuguesa, o Decreto-Lei n.º 48 807, de 28 de dezembro, de 1968, sobre a revisão dos quadros das escolas técnicas, o Decreto-Lei n.º 49 031, de 27 de maio, de 1969, sobre o tempo de serviço prestado por interinos na função pública, o Decreto-Lei n.º 49 408, de 24 de novembro, de 1969, que aprova o novo regime jurídico do contrato individual de trabalho, o Despacho sobre o novo regime dos estágios, de 12 de julho, de 1971, o Decreto-Lei n.º 331, de 4 de agosto, de 1971, que cria a categoria de professor extraordinário, a qual passa a ser comum aos ensinos liceal, técnico profissional e do ciclo preparatório, o Decreto-Lei n.º 409, de 27 de setembro, de 1971, que estabelece o novo regime jurídico da duração do trabalho, o Decreto-Lei n.º 196, de 12 de junho, de 1972, que adota providências de combate à alta dos preços, os Estatutos do Ensino Liceal, Ensino Técnico e CPES, propostas do GEPAE para o III Plano de Fomento (incluía a Recomendação n.º 1 da OCDE).

das horas suplementares e "biunivocidade da Lei dos Cônjuges[204] em todos os graus de ensino".

A participação na vida escolar era defendida com a representatividade de professores e alunos nos órgãos de gestão - Conselho Escolar -, com direito a voto e com a escolha/eleição do diretor ou reitor por este órgão.

A assistência médica vem referida nos textos sobre contratos de provimento e, em geral, defende-se a extensão a cônjuges, filhos até à maioridade e pais a cargo, comparticipação até 80% em consultas médicas, proteção à maternidade com 60 dias de licença, não exoneração e direito a vencimento por inteiro, em caso de doença prolongada do professor eventual, criação de infantários junto de cada estabelecimento de ensino[205] e criação de cooperativas de consumo. Em 20 de junho de 1972, defende-se a pensão de velhice e facilidades de financiamento para construção de casa própria[206] e em 1973, o Conselho Escolar da Escola Preparatória Francisco de Arruda, defendia, ainda, "empréstimos por doença, casamento ou problemas familiares, bem como subsídio de residência, estudos pagos aos filhos dos professores (propinas, material escolar e transportes), bem como descontos de 75% nos Caminhos de Ferro [Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses], para viagens de férias ou licença para os professores e família" (Apêndice 1. 16.).

O número 1 da revista *O professor* foi dedicado ao Estatuto do Professor:

Figura 7 - Índice da revista *O professor*, nº 1, outubro de 1973

O ESTATUTO DO PROFESSOR

«Estatuto do Pessoal Docente — Breve Cômputo de uma Discussão» 15
«Para um Estatuto do Professor» 22
«Da Necessidade de um Estatuto Profissional».—*Costa Carvalho*. 24
«Tempo de Estatuto(s)» — *Sousa Santos* 26
«Quem é o Professor?» — *Raúl Gomes* 27
«O Professorado do Ensino Secundário na Actual Estrutura Escolar, Esboço de Caracterização» — *António Teodoro* 29

[204] Decreto n.º 46 973, de 26 de abril de 1966, Ministério do Ultramar - Direção-Geral do Ensino, 98/66 Série I (páginas 606 e 607).
[205] Na Escola Preparatória Francisco de Arruda, foi criada, no final dos anos 1960, A Chiquinha, infantário, infantil e primário para filhos de professores e funcionários da área.
[206] Ver Nota de Rodapé 157.

O primeiro texto tem por base os artigos 75.º, 76.º e 77.º, da Recomendação respeitante à condição do pessoal docente, divulgada pela *UNESCO*[207] e recorda os acordos feitos internacionalmente pelo Governo português, bem como as afirmações do ministro Veiga Simão, em comunicação ao País e publicadas na imprensa e as disposições do GEPAE para o Plano de Trabalhos de 1972, que incluíam um texto enviado aos diretores e reitores, sob confidencialidade e com pedido de parecer, intitulado, "Contributos para um Estatuto Profissional do Pessoal Docente dos Ensinos Básico e Secundário".

O texto "Estatuto do Pessoal Docente – breve computo de uma discussão", da responsabilidade da direção da revista, baseia-se em várias resoluções de Conselhos Escolares, que identifica em notas de rodapé, e divide-se em: Associação de Professores; Condições para uma participação efetiva e correta na discussão do Estatuto; Alguns aspetos da situação do pessoal docente cuja solução é prioritária e urgente: remunerações, participação na gestão escolar, classificações, quadros, carreira docente, horário de trabalho, diuturnidades, assistência médica e segurança social e, estatuto único para todas as categorias docentes.

"Para um Estatuto do Professor" é um texto que apresenta o resultado de um trabalho de um grupo de professores, que António Costa Carvalho assina, "Da necessidade de um estatuto profissional", onde recorda a consulta feita aos professores e defende a necessidade de um texto único, visto que a legislação sobre pessoal docente se encontra dispersa nos estatutos dos três ramos de ensino,

> Toda esta abundante legislação flutuante se caracteriza por ser profundamente omissa e ambígua, pelo que o professor não dispõe de uma protecção jurídica mínima e está constantemente sujeito às discricionariedades e às interpretações arbitrárias das secretarias, direções, reitorias, inspeções, e direções-gerais e, no caso dos estagiários, ainda às de metodólogos e assistentes pedagógicos. (p. 25)

Sousa Santos, em "Tempo de Estatuto(s)" , num tom irónico, chama a atenção para o caso da Educação Física que, dependente da Direção-Geral da Educação Física e Desportos[208], tem o seu próprio estatuto, "estabelecido em decreto, referendado pelos ministros das Finanças e da Educação Nacional". Defende um estatuto único mas interroga-se sobre qual será a opção do MEN.

[207] Le personnel enseignant et l'élaboration de la politique de l'éducation, *Études et documents de l'éducation*, n.º 3, *UNESCO*, 1971, p. 36.

[208] A Direção-Geral da Educação Física e Desportos foi instituída, em substituição da Direção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, pelo Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de setembro, Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 82/73, de 3 de março.

"Quem é o professor?", é o título do texto assinado por Raúl Gomes, que apresenta as imagens da profissão concebidas por pessoas representativas de vários níveis socioculturais, que consultou, e que, de certo modo, expressam a opinião comum da profissão docente: professor é domesticador, árbitro da verdade, selecionador, guardião dos valores e executor de ordens, instruções e diretrizes. Outros afirmam ser quem prepara para exames, pessoa compreensiva e de bom senso para atender às cunhas de pessoas influentes, funcionário esperto para adivinhar o que a hierarquia deseja. No entanto, o autor argumenta que o professor é aquele que faz aceder a criança à plenitude da condição humana, da condição cívica, competindo-lhe orientar o jovem nas suas opções escolares e profissionais.

Usando o *Anuaire International de l'Éduaction*, de 1967, o *Anuaire Statistique de L'UNESCO*, de 1969, o *Anuário Estatístico do INE*, de 1969, vol. I, as *Estatísticas da Educação do INE*, de 1970, *Le Courrier*, da *UNESCO*, de janeiro de 1970 e *L'Observateur de l'OCDE*, n.º 50, de fevereiro de 1971, p. 23, António Teodoro, em "O professorado do ensino secundário na atual estrutura escolar, esboço de caracterização", conclui: os professores provisórios são descriminados face a outras categorias, os ordenados dos professores são irrisórios e Portugal é dos Países que menos investe em educação. Toda esta situação deve-se, segundo o autor, "a uma política educativa de âmbito mais vasto que tem em conta dois fatores: não se querer sobrecarregar o orçamento e a subestimar uma valorização cultural que só pode ser formulada por professores devidamente preparados" (pp. 29-31).

Desde os primeiros momentos da criação dos GEPDES que a imprensa acompanhou de perto as suas reivindicações, dando particular destaque às que se relacionavam com as condições de trabalho e os direitos dos professores.

Assim, em 20 de julho de 1969, logo após a constituição do movimento dos GEPDES, *A Capital*, publica um artigo sobre "Como se concorre a professor eventual do ensino secundário" e "Quanto ganham os provisórios". Este jornal volta a publicar sobre esta matéria, a 28 de julho do mesmo ano, "Os professores provisórios e as férias".

Mas é, sem dúvida, o *Diário de Lisboa*, o jornal que mais notícias divulgou sobre as condições de trabalho dos professores.

Quadro 5 - Notícias do *Diário de Lisboa*

Título/subtítulos	Data
Mesa redonda - Situação atual dos professores eventuais: degradação progressiva da docência, condições desiguais de recrutamento, condições precárias de trabalho, férias: "despedimento provisório"… acesso aos conselhos escolares, urgência de um órgão de classe	29 de janeiro de 1971
Professores eventuais e provisórios (81% do corpo docente do ensino secundário) procuram organizar-se a nível nacional	10 de fevereiro de1971
A situação dos professores eventuais. Exonerado por doença, aos 68 anos, um professor tem de ser socorrido pelos antigos colegas e alunos	16 de fevereiro de 1971
A situação difícil dos professores eventuais do ensino secundário	7 de março de 1971
Professores eventuais analisam os seus problemas	19 de março de 1971
Condições da abolição da categoria de professor extraordinário e pagamento das férias a mestres e auxiliares de ensino médio e técnico	28 de junho de 1971
A pedagogia do silêncio, por Calvet de Magalhães	28 de junho de 1971
Cursos intensivos universitários, para completar as habilitações de professores do ensino secundário	20 de julho de 1971
Condições de atribuição da categoria de professor extraordinário e de pagamento nas férias aos professores, mestres e auxiliares do ensino médio e técnico	28 de junho de 1971
Licenciados não reconhecidos no ciclo preparatório	20 de agosto de 1971
Os professores de religião e moral não recebem nas férias?	30 de agosto de 1971
A situação dos professores provisórios e eventuais do ensino secundário	30 de agosto de 1971
A situação dos professores provisórios e eventuais do ensino secundário	4 de setembro de 1971
Professores: a procura de um estatuto. Os "atrativos" de uma profissão	13 de março de 1972
Os professores provisórios, por Calvet de Magalhães	26 de agosto de 1972
Professores precisam-se, por Calvet de Magalhães	23 de setembro de 1972
Colóquios na EPFA: Em demanda de um estatuto profissional. Discriminações. Associações? O flagelo dos programas Diuturnidades	10 de novembro de 1972
Professores e vencimentos	18 de abril de 1973
Professores expõem ao ministro reivindicações salariais	20 de abril de 1973
Mesa redonda - O Estatuto do Professor. Participação na gestão escolar. Carreira Docente. Estatuto único para todas as carreiras docentes. Alargamento dos quadros. Diuturnidades. Assistência médica e segurança social. Condições de participação	6 de julho de 1973

Elaboração própria

Outros jornais e revistas, nacionais e regionais, divulgaram notícias sobre as condições de trabalho dos docentes, tais como *República, Diário Popular, O Século, Jornal de Notícias, Comércio do Porto, Voz Portucalense, Notícias da Amadora, Gazeta de Coimbra, Notícias da Covilhã, Seara Nova, Vida Mundial, Século Ilustrado, Crónica Feminina* (Apêndice 1. 17.) e, mais tarde o *Expresso,* fundado em janeiro de 1973.

Em abril de 1971, o GEPEeP de Lisboa, propunha a constituição de uma Ordem[209] ou uma Associação de Professores que defendesse eficazmente os interesses de todas as categorias do pessoal docente. Em 30 de abril, o mesmo Grupo de Estudo refere-se unicamente a uma Associação de Professores, deixando de defender a criação de uma Ordem. Em 22 de outubro de 1973, o Grupo de Estudo de Lisboa, abordou em reunião o que se entende por uma associação de professores em Portugal e foram levantadas questões sobre se se deveria avançar com um associação ou uma ordem.

A decisão de se criar uma Associação de Professores foi alvo de um inquérito nacional, "Para uma Associação de Professores" (Apêndice 1. 16.), sobre o âmbito, as finalidades e a forma de organização dessa associação. A decisão foi assumida, depois do apuramento dos resultados, e aprovada na reunião nacional de 15 de julho de1973.

Em todos os documentos sobre o Estatuto do Professor, o tema do direito de associação era uma constante. Em maio de 1973, é divulgado um texto sobre esta matéria, que cita, na abertura, o comunicado, de outubro de 1972, dos GEPDES,

> A necessidade de um órgão que defenda e represente coletivamente os interesses da "classe", eleve a consciência deontológica e aumente o nível cultural e profissional dos professores é indubitável. O reconhecimento desse facto está no exemplo de todos os países, inclusive a Espanha, onde os respetivos professores possuem as suas Associações legalmente constituídas.

O texto "Para uma Associação de Professores… Aspetos da situação profissional do professor", da responsabilidade do Grupo de Estudo de Lisboa, baseia-se na Recomendação da *UNESCO*, de 1966, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, na Convenção n.º 87, da OIT[210], e no III Plano de Fomento para 1968/1973. Os autores afirmam que os prejuízos para a educação e para o ensino em Portugal têm como causa a "inexistência de um organismo que defenda eficazmente os interesses e aspirações do pessoal docente", quanto a vencimentos, horas extraordinárias e preenchimento dos quadros – concursos. Outros textos referem o caso da discriminação de sexos, no acesso ao magistério, aos estágios e à efetivação: "qualquer professor com 10 valores de classificação académica ou profissional

[209] Ver Nota de Rodapé 144.

[210] A Convenção N.º 87, da Organização Internacional do Trabalho, sobre: A Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical, foi adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, na 31.ª sessão, em São Francisco, a 9 de julho de 1948. Entrou em vigor na ordem jurídica internacional a 4 de julho de 1950. Em Portugal foi ratificada pela Lei n.º 45/77, de 7 de julho e publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 155/77.

continua à frente de uma professora com 20" (Apêndice 1. 16.), contrariando todos os acordos internacionais.

A revista *O professor* dedica um número a este tema e, depois de um editorial sobre a Associação de Professores, transcreve alguns parágrafos da Recomendação da *UNESCO*, de 1966.

Figura 8 - Índice da revista *O professor*, nº 2, dezembro de 1973

A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES

«Associação dos Professores» 19
«Recomendação relativa à Situação dos Professores (Unesco/OIT)» 20
«Breve História do Movimento Associativo dos Professores na Primeira República» — *Gomes Bento* . 21
«Para Uma Associação de Professores» 24
«As Escolas Pronunciaram-se» 26
«O PROFESSOR Regista a Opinião de...» 27

Gomes Bento analisa o movimento associativo dos professores, de 1910 a 1928 e conclui:

> Além de dezenas de revistas e jornais que sustentavam e alimentavam um circuito intenso e entusiasta de ideias, nesse outro tempo que é hoje nossa fronteira, lugar do salto sobre o espaço vazio que medeia entre nós e eles para que as religações necessárias assim sejam feitas. (p. 23)

Ainda antes da formação dos Grupos de Estudo, Salvado Sampaio, com o pseudónimo de José Serra, publica, em *A Capital*, a 12 de maio de 1968, na secção Atualidades escolares, um artigo intitulado "Uma Associação de Professores" (Apêndice 1. 17.). Defende a igualdade de direitos entre todos os trabalhadores para se associarem, e serem funcionários do Estado não é razão, em seu entender, para esse impedimento, pois outros funcionários públicos, como médicos e engenheiros, estão associados em ordens. Interroga-se sobre a forma que essa associação teria e remete a responsabilidade para os professores.

Em 16 março 1971, o *Diário Popular* notícia a "Formação de uma Associação de Professores sugerida pelos Grupos de Estudo de docentes eventuais e provisórios", a 29 de março de 1971, o *Comércio do Porto* publica um artigo com o título, "Pedido de criação de uma Associação de Professores", e, a 22 de maio 1971, Silva Costa, na *Voz Portucalense*, assina um texto intitulado "Associação de Professores" (Apêndice 1. 17.). A 4 de fevereiro de 1972, na revista *Flama*, Rogério Carapinha, publica o texto, "Professores: para quando o direito de

associação", em cujo *lead* se lê: "Associação é das palavras que os professores secundários portugueses têm pronunciado, ultimamente, com mais frequência, na esperança de ver materializada uma das suas aspirações fulcrais".

Uma das mais importantes problemáticas desde a criação do movimento dos Grupos de Estudo foi a questão dos estágios e da formação de professores (Apêndice 1. 12.). Conscientes de que a profissão só poderia ser reabilitada por profissionais, os docentes mantiveram os estágios pedagógicos na agenda de quase todas as reuniões, quer nacionais quer regionais, ganhando, mesmo, por vezes, autonomia organizativa, nos textos dos abaixo-assinados, nos inquéritos aos docentes, nos cadernos e na revista *O professor*.

Assim, na reunião geral dos Grupos de Estudo, de 5 de fevereiro de 1971, na Escola Preparatória Francisco de Arruda, com a presença do respetivo diretor, Calvet de Magalhães, o tema dos estágios é abordado pela primeira vez, como um ponto específico da agenda.

Em 4 de março, o ainda denominado Grupo de Estudos[211] de Professores Provisórios e Eventual, reunido na Escola Preparatória Francisco de Arruda (Comunicação n.º 5) debruça-se sobre a forma de "diplomar" os professores provisórios e eventuais existentes, propondo que, para além da formação dada pelo Instituto Nacional de Pedagogia[212], estes docentes fossem integrados mediante a experiência docente obtida. Sugerem as seguintes possibilidades: possuir dois anos de bom e efetivo serviço; solicitar observação metodológica no terceiro ano de serviço, para obter o direito e requerer Exame de Estado e ter o Curso de Ciências Pedagógicas[213], cujas cadeiras poderiam ser equivalentes a cadeiras do Instituto Nacional de Pedagogia. O Exame de Estado teria três critérios quanto à organização das provas, com possibilidade de escolha pelo candidato.

[211] A designação de Grupo de Estudos de Professores Provisórios e Eventual, tal como está no título, deste texto, poderá ser uma gralha, pois neste mesmo texto, noutro local, a designação aparece correta - Grupo(s) de Estudo de Professores Provisórios e Eventual.

[212] Até à data não obtivemos informação sobre a existência deste instituto.

[213] O Decreto n.º 18 973, de 16 de outubro, de 1930, da autoria do ministro da Instrução Pública, Gustavo Cordeiro Ramos, tomou, como ponto de partida, "princípio fundamental é o da divisão entre a cultura pedagógica e a prática pedagógica", princípio este reafirmado nos Regulamentos dos Liceus Normais promulgados pelo Decreto n.º 19 610, de 17 de abril de 1931, e pelo Decreto n.º 24 676, de 22 de novembro de 1934. Este será, com poucas alterações, o enquadramento legal que definirá, por mais de quatro décadas, a formação dos professores do ensino secundário português. A "cultura pedagógica" competia às Universidades, sendo, para tal, criada uma 3ª Secção, denominada Secção de Ciências Pedagógicas, nas Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e de Coimbra. O currículo, mais restrito, passa a incluir as seguintes disciplinas: 1) Pedagogia e didática; 2) História da educação, organização e administração escolares; 3) Psicologia geral; 4) Psicologia escolar e medidas mentais; 5) Higiene escolar (Artigo 3º). Só esta última era semestral, sendo as restantes anuais. A segunda, correspondia a um estágio com a duração de dois anos, feito num dos liceus "normais" escolhidos para o efeito: o liceu Normal de Pedro Nunes, em Lisboa, e o Liceu Normal Dr. Júlio Henriques, em Coimbra. Pintassilgo, Joaquim & Teixeira, A., (2013).

O Grupo de Estudo de Lisboa cria, em abril de 1971, grupos de trabalho sobre vários assuntos, sendo um deles os estágios. No Grupo de Trabalho 1 - "Nomeações, Reconduções e Classificações", a cargo de Ana Maria Malheiro Fontes de Melo e Maria Elsa Carvalho de Oliveira, as autoras identificam como causa dos problemas da educação no País, entre outras, a exigência de estágio e de Exame de Estado para aceder ao quadro e o reduzido número de vagas nos estágios.

Na proposta de reforma do Estatuto do Pessoal Docente Eventual e Provisório, de 30 de abril de 1971, defendia-se: o ingresso imediato no quadro, de todo o docente com oito anos de bom e efetivo serviço, ainda que sem o Curso de Ciências Pedagógicas, ou com cinco anos de bom e três de muito bom, ou, ainda, com dois anos de bom serviço tendo solicitado observação metodológica no terceiro ano de ensino, os professores adjuntos do Ensino Técnico das Faculdades de Letras e Ciências com cinco anos de bom e efetivo serviço e os professores primários com dez anos de magistério, no ensino secundário (Apêndice 1. 16.).

A imprensa era muito sensível a este assunto e, assim, em 15 de julho de 1971, o *Diário de Lisboa* publica um artigo intitulado "Novo regime de estágios pedagógicos", voltando, em 22 de novembro 1971, ao mesmo tema (Apêndice 1. 17). No primeiro texto refere-se às condições de acesso, "habilitações legalmente exigidas" e uma tabela de pagamento a professores orientadores, que superintendem estágios de um grupo regional, metodólogos e professores assistentes. No segundo, na secção Tribuna Livre[214], assinada por Rodrigo Freitas, afirma-se: "Travestiu-se e, envergando casquilho, roupagem à moda o novo sistema tornou-se, afinal, mais arcaico, mais desfasado da era do átomo e do espaço". E advoga: "Por nós, optaríamos pela imediata extinção do assistente de pedagogia – a carrinha mais baixa do baralho pedagógico – e ainda pela do metodólogo itinerante, espécie de caixeiro-viajante da ciência feita". O autor defende que o estagiário, "desde o início do ano letivo, deverá começar a dar aulas. É a dar aulas que se aprende a dar aulas!". De seguida, afirma que "a orientação dos serviços de estágios pedagógicos deveria depender exclusivamente da supervisão dos diretores de zona", no caminho de um processo de regionalização. E termina com uma proposta de classificação dos professores estagiários, resultante do somatório das classificações académicas, do Curso de Ciências Pedagógicas, do conselho de metodólogos e de uma tese escrita sobre um ponto sorteado. Em 16 de novembro do mesmo ano, numa carta ao diretor do *Diário de Lisboa*, Joaquim Pedro Matos, professor estagiário, insurge-se contra

[214] Tribuna Livre era uma secção do *Diário de Lisboa*, aberta a colaboradores e leitores.

o "trabalho escrito de investigação pedagógica", exigência do ministro da Educação Nacional, enviada, segundo afirma, por circular aos metodólogos.

Em 12 de agosto de 1972, *A Capital* publica um texto assinado por Calvet de Magalhães, sobre Exames de Estado, tendo como subtítulos: "Nomeação ameaça substituir recondução de provisórios"; "O Exame de Estado como preferência duvidosa"; "Dança de provisórios prejudica o ensino" e "O melhor estágio é uma escola organizada" (Apêndice 1. 17.). O *Diário de Lisboa* anunciava, a 5 de julho de 1973: "Abolição do Exame de Estado – pedem professores estagiários".

A 27 de julho de 1971, alguns professores do Grupo de Estudo de Coimbra, pretendendo contribuir para o Estatuto do Professor Provisório, debruçam-se sobre o problema das reconduções e estágios, que analisam em duas dimensões - contratos para professores com habilitações próprias e plano de estágios – só considerando provisórios os professores sem habilitação académica. O estágio é obrigatório até - defendem - oito anos de serviço; com mais de oito anos, os professores teriam de optar por: estágio, curso de atualização ou aulas assistidas. Propõem a preparação teórica em Ciências da Educação, em substituição do Curso de Ciências Pedagógicas, um ano de estágio especializado num estabelecimento de ensino, equiparação dos estágios do ensino liceal e técnico, estágios remunerados, alargamento dos locais de estágio, reuniões periódicas com metodólogos e assistentes pedagógicos, aulas de regência em turmas do estagiário, abolição do Exame de Estado, substituído pela discussão de um trabalho didático já legislado para o CPES. A luta pela abolição específica do Exame de Estado é assunto único do abaixo-assinado de 11 de março de 1972, dirigido ao MEN pelos professores e mestres estagiários. As razões apontadas centram-se no novo espírito da reforma, e estão contra a frequência de aulas assistidas semanalmente por metodólogos, assistentes pedagógicos e inspetores, para além de trabalhos sobre didática especial e geral. Reivindicam, ainda, o direito de emitirem opinião sobre todos os assuntos referentes ao estágio (Apêndice 1. 12.).

Paralelamente, o Grupo de Estudo do Norte, convida os professores para a uma reflexão sobre a diferente situação e disparidade de critérios nos estágios dos três ramos de ensino e convoca uma reunião para 3 e 8 de março de 1972, na qual será aprovada uma exposição ao MEN (Apêndice 1. 12.). Neste texto, no qual se congratula pela publicação do Despacho de 12 de julho de 1971, que alterou o regime de estágios pedagógicos, " [o Grupo de Estudo do Norte] propõe-se apresentar o seu contributo crítico para uma mais eficiente concretização dessa

experiência pedagógica". Considerando que o presente "sistema de formação pedagógica falseia a intenção com que foi criado, conduzindo a uma situação alienante do professor", sugere: participação dos professores em todas as decisões sobre estágios; abolição do Exame de Estado; revisão do sistema de classificação; direito do estagiário de conhecer os parâmetros de classificação; assistência a aulas por solicitação do estagiário; apreciação escrita de cada aula; criação de bibliotecas especializadas; efetivação imediatamente após aprovação no estágio.

Em 9 de junho do mesmo ano, aquele Grupo de Estudo elabora um documento de análise sobre a formação de professores, "Para uma autêntica *praxis* pedagógica". Aqui e agora, dividido em duas partes: a primeira, Formação de professores – uma vasta e complexa problemática; e a segunda, E em Portugal? No texto é feita referência à recomendação do colóquio de Caen, de 1966[215]: *La formation continue devrait être une obligation statutaire pour tous les enseignants.* E afirma-se que "é tempo de o professor português assumir o seu papel de educador […] de se reconhecer nos colegas que critica […] de cerrar fileiras […] de traçar as vias de uma pesquisa pedagógica […] de exigir redução de horas semanais para ter tempo de refletir, de encontrar os colegas, outros educadores e professores de outros países […] de renegar a rotina e o hábito e de assumir o seu exaltante papel de criador do homem de amanhã, contra tudo, contra todos, contra si próprio" (Apêndice 1. 16).

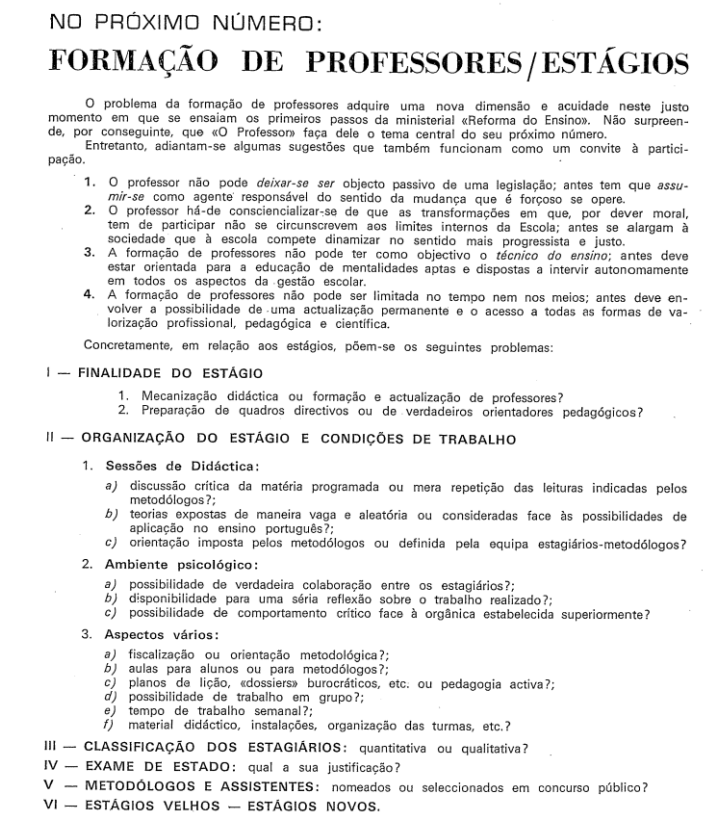
Os estagiários de Coimbra desempenham um papel importante neste movimento reivindicativo, segundo os documentos a que tivemos acesso, e promovem encontros a 14 de dezembro de 1972, a 19 de janeiro de 1973 e a 14 de fevereiro do mesmo ano. Neste último encontro, manifestam-se apreensivos quanto às medidas impostas pelo Ofício n.º 45, de 7 de fevereiro, de 1973, que prescreve "o regime a que obedecerão as classificações dos professores estagiários e os Exames de Estado", e pedem audiência ao MEN, num telegrama subscrito por 96 estagiários. São recebidos a 19 do mesmo mês pelo diretor-geral do Ensino Secundário. Nesta reunião, embora a comissão de estagiários tenha recuado na revindicação

[215] De 11 a 13 de novembro 1966, cerca de 300 professores, investigadores, industriais e dirigentes sindicais franceses reuniram-se em Caen, sob a presidência do delegado-geral para a Investigação Científica e Técnica de França, num colóquio sobre o Ensino Superior e a Investigação Científica. Os debates travaram-se em redor de um certo número de textos introdutórios, preparados por grupos de trabalho constituídos um ano antes, e incidiram sobre os seguintes grandes temas: as estruturas e finalidades das Universidades; a investigação fundamental; as ligações entre a investigação universitária e a indústria; a investigação médica; o ensino secundário; a formação do pessoal docente.
A. Sedas Nunes, Para a reforma da Universidade: um importante debate em França, analisesocial.ics.ul.pt/documentos/Ideias e factos. Acedido em 25 de novembro de 2014.

de abolição do Exame de Estado para uma proposta de caráter facultativo, o diretor-geral recusou esta proposta, bem como todas as outras sugestões e sublinhou que tudo o que Governo tem feito, é para o bem dos estágios.

A revista *O professor* publica, no n.º 2, de 2 de dezembro de 1973, uma página que mostra bem a importância que a formação de professores assumia no quadro da luta reivindicativa docente, assim como o modo como as decisões eram tomadas, através do envio de uma lista de "sugestões que também funciona como um convite à participação".

Figura 9 - Página de *O professor* nº 2, de dezembro de 1973



NO PRÓXIMO NÚMERO:

FORMAÇÃO DE PROFESSORES / ESTÁGIOS

O problema da formação de professores adquire uma nova dimensão e acuidade neste justo momento em que se ensaiam os primeiros passos da ministerial «Reforma do Ensino». Não surpreende, por conseguinte, que «O Professor» faça dele o tema central do seu próximo número.

Entretanto, adiantam-se algumas sugestões que também funcionam como um convite à participação.

1. O professor não pode *deixar-se ser* objecto passivo de uma legislação; antes tem que *assumir-se* como agente responsável do sentido da mudança que é forçoso se opere.
2. O professor há-de conscienciализar-se de que as transformações em que, por dever moral, tem de participar não se circunscrevem aos limites internos da Escola; antes se alargam à sociedade que à escola compete dinamizar no sentido mais progressista e justo.
3. A formação de professores não pode ter como objectivo o *técnico do ensino*; antes deve estar orientada para a educação de mentalidades aptas e dispostas a intervir autonomamente em todos os aspectos da gestão escolar.
4. A formação de professores não pode ser limitada no tempo nem nos meios; antes deve envolver a possibilidade de uma actualização permanente e o acesso a todas as formas de valorização profissional, pedagógica e científica.

Concretamente, em relação aos estágios, põem-se os seguintes problemas:

I — **FINALIDADE DO ESTÁGIO**

1. Mecanização didáctica ou formação e actualização de professores?
2. Preparação de quadros directivos ou de verdadeiros orientadores pedagógicos?

II — **ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO E CONDIÇÕES DE TRABALHO**

1. **Sessões de Didáctica:**
   - *a)* discussão crítica da matéria programada ou mera repetição das leituras indicadas pelos metodólogos?;
   - *b)* teorias expostas de maneira vaga e aleatória ou consideradas face às possibilidades de aplicação no ensino português?;
   - *c)* orientação imposta pelos metodólogos ou definida pela equipa estagiários-metodólogos?
2. **Ambiente psicológico:**
   - *a)* possibilidade de verdadeira colaboração entre os estagiários?;
   - *b)* disponibilidade para uma séria reflexão sobre o trabalho realizado?;
   - *c)* possibilidade de comportamento crítico face à orgânica estabelecida superiormente?
3. **Aspectos vários:**
   - *a)* fiscalização ou orientação metodológica?;
   - *b)* aulas para alunos ou para metodólogos?;
   - *c)* planos de lição, «dossiers» burocráticos, etc. ou pedagogia activa?;
   - *d)* possibilidade de trabalho em grupo?;
   - *e)* tempo de trabalho semanal?;
   - *f)* material didáctico, instalações, organização das turmas, etc.?

III — **CLASSIFICAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS:** quantitativa ou qualitativa?

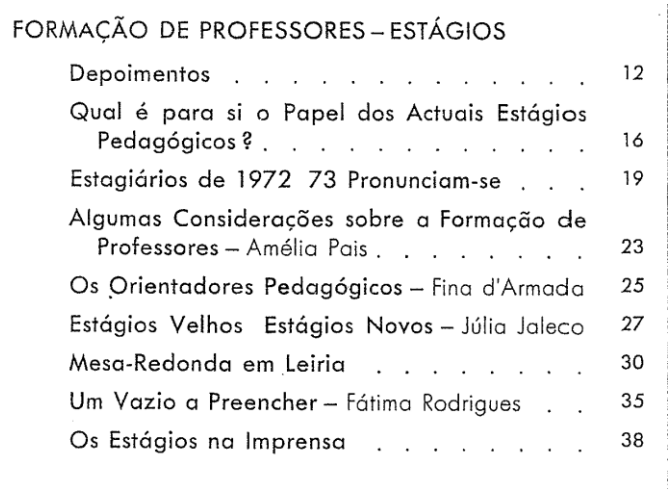
IV — **EXAME DE ESTADO:** qual a sua justificação?

V — **METODÓLOGOS E ASSISTENTES:** nomeados ou seleccionados em concurso público?

VI — **ESTÁGIOS VELHOS — ESTÁGIOS NOVOS.**

O n.º 3, que saiu a 3 de fevereiro, e veio a ser o último número publicado antes de 25 de Abril de 1974, é totalmente dedicado à Formação de Professores - Estágios.

Figura 10 - Índice de *O professor* nº 3



FORMAÇÃO DE PROFESSORES – ESTÁGIOS

Depoimentos 12

Qual é para si o Papel dos Actuais Estágios Pedagógicos? 16

Estagiários de 1972 73 Pronunciam-se . . . 19

Algumas Considerações sobre a Formação de Professores – Amélia Pais 23

Os Orientadores Pedagógicos – Fina d'Armada 25

Estágios Velhos Estágios Novos – Júlia Jaleco 27

Mesa-Redonda em Leiria 30

Um Vazio a Preencher – Fátima Rodrigues . . 35

Os Estágios na Imprensa 38

Inclui ainda este número um artigo de Georges Cogniot[216], sobre o livro de Georges Snyders, *Pedagogie progressiste*, editado em 1971, pela *Presses Universitaire de France.*

Grande parte dos textos deste *dossier* está em discurso direto, sob a forma de depoimentos de professores provisórios, professores efetivos, estagiários, metodólogos e assistentes pedagógicos, como entrevistas ou mesas redondas. Os artigos de fundo são de Amélia Pais, Júlia Jaleco e Fátima Rodrigues. No texto sobre formação de professores defende-se a formação contínua e permanentemente atualizada, através do aumento de atividades culturais no âmbito do programa de Educação Permanente e uma política de descentralização cultural com atividades múltiplas. Curiosamente, não defende o fim dos estágios, devendo estes "orientar-se no sentido da valorização progressiva do professor" (p. 24). Júlia Jaleco apresenta o modelo de Estágios do Ramo Educacional[217], estágios novos, aos quais contrapõe o modelo dos velhos estágios. É, no entanto, Fátima Rodrigues quem esclarece a diferença entre formação de professores e estágios pedagógicos, afirmando que a sobreposição destes dois conceitos "é um dos sintomas mais eloquentes da pobreza a que se confina a nossa formação de professores". E prossegue: "Para responder cabalmente às exigências do tempo como o nosso, o professor não pode restringir a sua preparação a um escasso ano de estágio pedagógico, mesmo que se trate de um estágio modelar". E defende que

[216] Georges Cogniot (1901-1978) foi escritor, filósofo e político francês e desempenhou os cargos de conselheiro municipal, deputado e senador pelo Partido Comunista.

[217] A 23 de outubro de 1971, é publicado, o Decreto n.º 443, que cria os Ramos de Formação Educacional das Faculdades de Ciências das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra. Somente, no ano letivo de 1987/88 se iniciam os ramos de formação educacional, nas Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra.

> A formação-base do professor deve ser dada na universidade em cursos bem estruturados, que proporcionem uma fundamentada cultura científica, uma informação atualizada e em profundidade do conteúdo e didáctica das disciplinas a ensinar, da psicologia dos alunos, um vasto conhecimento das ciências da educação. O primeiro ano de exercício seria o ano de integração do novo professor na vida comunitária da escola, com horário reduzido mas inserindo-se obrigatoriamente nos trabalhos da escola, em equipa com outros professores, sob a orientação e com o apoio de um colega habilitado por uma experiência válida e uma cultura pedagógica atualizada. (p. 36)

A formação de professores seria assegurada em cada estabelecimento de ensino, devidamente apetrechado, com cursos periódicos de atualização, de frequência obrigatória, com orientadores e através de encontros com colegas de outros países.

O abaixo-assinado teve, como já vimos, um papel muito importante no modelo de ação reivindicativa dos GEPDES. No comunicado, de 2 de junho de 1970, do Grupo de Estudo de Lisboa, é referido o envio, em abril, do primeiro texto reivindicativo tornado público pelo movimento, mesmo antes da sua constituição formal. Este abaixo-assinado foi enviado ao MEN, e era "relativo à falta de vencimento dos mesmos professores (eventuais e provisórios do Ensino Liceal e do Ciclo Preparatório) nos meses de agosto e setembro" (Apêndice 1. 11.). Este assunto tornou-se recorrente em textos enviados ao MEN até 25 de Abril de 1974

Em 14 de abril de 1971, os membros dos GEPDES não perdem a oportunidade de tornar públicas as suas reivindicações e, em carta dirigida à Comissão Executiva do VI Congresso do Ensino Liceal[218], solicitam que sejam postas à discussão as seguintes questões: "novas condições de nomeação e recondução; contrato de provimento por três anos, que inclua remuneração nas férias; aproveitamento dos anos de bom e efetivo serviço para efeitos de ingresso nos quadros; nível de remuneração equivalente ao dos outros ministérios (letra I); vencimento de categoria e exercício ainda que o horário não seja completo (sendo sempre completado com atividades circum-escolares ou outras); participação nas estruturas que decidem a vida escolar; criação de uma associação de professores capaz de representar e defender os interesses de todas as categorias do pessoal docente". Esboçava-se já um estatuto para a profissão docente.

Em dezembro de 1971, as reivindicações, através de abaixo-assinados, tomam um tom mais duro e abordam novos pontos, como os casos dos mestres e da abolição do Exame de Estado:

[218] VI Congresso do Ensino Liceal realizou-se em Aveiro, de 14 a 17 de abril de 1971.

> "450 professores de todas as categorias e de várias localidades – categorias: 65 efetivos (incluindo diretores, subdiretores, metodólogos, assistentes pedagógicos e mestres principais), 3 agregados, 3 extraordinários do quadro, 85 estagiários, 64 extraordinários, 2 contratados, 141 provisórios ou eventuais e 85 indiscriminados (não indicaram a categoria)" exigiram: "atribuição de vencimento nos doze meses do ano, com início no corrente ano lectivo, e de todos os agentes de ensino secundário, actualmente em exercício, independentemente de urgente revisão do nível de vencimentos; equiparação do vencimento do pessoal docente nos três ramos de ensino[219]; atribuição aos atuais mestres do Ensino Técnico Profissional da designação de professores com todos os deveres e direitos inerentes a essa situação; comunicação até 30 de agosto da respetiva nomeação ao agente de ensino que se tenha apresentado a concurso e simultâneo conhecimento público da lista das nomeações; autorização para se constituir uma Comissão Promotora da Associação do Pessoal Docente do Ensino Secundário; assistência médica e medicamentosa a todo o pessoal docente nos doze meses do ano, abolição do Exame de Estado a partir do ano letivo corrente; equiparação de horário (22 horas) para todo o pessoal docente em idênticas condições de contrato. (GE do Norte, Cominicado n.º 9)

Embora sabendo que os funcinários públicos estavam impedidos de se associarem, os membros dos GEPDES, nunca deixaram de insistir neste assunto e pela primeira vez aparece a designação da Associação do Pessoal Docente do Ensino Secundário. Posteriormente, a reivindicação passa a ser feita em termos de Associação de Professores.

Vários são os textos enviados ao MEN sobre a autorização de reuniões nas escolas:

- a 18 de maio de 1971, por professores da EP Francisco de Arruda,

- a 21 de maio de 1971, solicitando autorização para reuniões nas escolas do Porto,

- em finais de 1971, solicitando autorização para a realização de um colóquio na Figueira da Foz, nos dias 15 e 16 de janeiro de 1972 (Apêndice 1. 11.).

A publicação do Decreto-Lei n.º 331, de 4 de agosto de 1971 (que cria a categoria de professor extraordinário, que passa a ser comum aos ensinos liceal, técnico profissional e do ciclo preparatório), suscitou, como já referimos, uma enorme revolta pela injustiça que causou a muitos professores provisórios e eventuais e motivou o envio de mais textos ao MEN.

[219] Em 1969, o Decreto-Lei n.º 49 410, de 24 de novembro, suscita uma exposição ao MEN, em 17 de dezembro do mesmo ano, sobre o que os professores do CPES, consideram ser: "A frustração de um setor de professores que, para funções e habilitações idênticas, aufere remunerações diferentes; o êxodo dos quadros do Ciclo Preparatório para os outros ramos do ensino secundário; a afluência de professores eventuais apenas na medida da impossibilidade de encontrarem colocação nos liceus e escolas técnicas; a consequente falência, por abaixamento do nível pedagógico, duma experiência que rapidamente se transformou numa das melhores realidades do ensino no nosso País" (Apêndice 1. 11.). Rogério Fernandes publicou um artigo sobre este assunto, em 2010, Movimentações da classe docente em Portugal (finais da década de 60), *Revista Lusófona de Educação*, 15, pp. 15-38.

Mas terá sido a publicação do Despacho n.º 9, de 1974 (que considera as atividades dos Grupos de Estudo "anticonstitucionais e ilegais" e impõe limites aos temas de reflexão), que motivou a exposição[220] enviada ao MEN, em 27 de fevereiro, subscrita por 1517 docentes. Este texto foi largamente divulgado e teve um enorme impacto entre a classe docente.

As reivindicações e problemáticas assentavam, num bem estruturado modelo organizativo que abordaremos a seguir e que, conforme se depreende, mostra ter existido a preocupação, desde o início, da defesa de uma estrutura representativa e democrática.

4.1.4. As formas de organização

A ação ds Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário pode ser analisada segundo duas dimensões: a da comunicação e a do modelo organizativo.

A primeira dimensão, a da comunicação, tem a ver com a forma como os Grupos de Estudo difundiam as suas iniciativas. Oriundos, na sua maioria das greves académicas de 1962, 1965 e 1969, os membros dos Grupos de Estudo, conheciam bem o impacto dos comunicados, dos abaixo-assinados, das notícias em jornais de circulação nacional e da publicação de revistas ou de outros materiais. Todos estes meios foram usados, como atesta o espólio, agora revelado (Anexo).

Após a primeira reunião formal constituinte do movimento, em 27 de maio de 1970, na Escola Preparatória Francisco de Arruda, em Lisboa, rara foi a semana em que não se publicou um comunicado, nacional ou regional, ou se divulgou uma ata das reuniões realizadas (Apêndice I e Anexo).

Este formato, de contacto muito próximo com os docentes nas escolas, acompanhado por notícias em jornais, mantinha os professores permanentemente informados e atualizados sobre os GEPDES. É exemplo disso o texto de outubro de 1972, onde se convida os professores que "impedidos por motivos alheios à sua vontade não puderam tomar parte no diálogo", a colaborarem por escrito, "comunicando as suas dúvidas, opiniões e pedidos de

[220] Composto e impresso nas oficinas gráficas do *Notícias da Amadora*, em março de 1974, com uma tiragem de 10.000 exemplares.

esclarecimento", e se explica que, "mesmo discordante, a sua participação será bem acolhida" (Apêndice 1. 2.).

Os meios de informação ocuparam sempre uma parte dos trabalhos:

> Que se intensifique o trabalho regional através de folhas informativas que deverão ser trocadas entre os diversos Grupos de Estudo. Reconhecido o interesse da informação regional sugeriu-se que, em todos os Grupos de Estudo, funcionasse regularmente um grupo de trabalho de informação no qual se incorporariam os elementos destacados da revista. (Ata da reunião nacional de 1 de abril de 1973)

As dificuldades que o movimento enfrentou foram de vária ordem, sobretudo financeira, estratégica e política. A primeira residia no facto de o movimento subsistir, neste campo, de quotizações, não regulares (Apêndice 1. 2.), e de facilidades dadas por diretores de escolas, com vista à reprodução dos comunicados, utilizando quer as oficinas gráficas, como era o caso da Escola Preparatória Francisco de Arruda, quer as máquinas de *stencil*. No caso da Escola Preparatória Francisco de Arruda, as cartas para as escolas eram enviados pelo correio, a custo zero, e os telefonemas, na maior parte das vezes, faziam-se do gabinete do diretor. A preocupação com os "fundos" ocupa, regularmente, parte das ordens de trabalhos das reuniões quer regionais quer nacionais.

A segunda resultava da carência de uma rede de distribuição que não denunciasse o movimento ou alertasse as autoridades policiais para as suas atividades. A distribuição era, assim, efetuada, quase sempre, de mão em mão, nas escolas, e só muito raramente se recorria ao correio. Verificou-se, aliás, que o recurso ao correio originou denúncias de funcionários à polícia política (Apêndice 1. 15.).

Quanto à terceira dificuldade, radicava na necessidade de levar as redações dos jornais, considerados da oposição ao regime, a tentarem fazer passar na Censura/Exame Prévio as notícias das iniciativas dos Grupos de Estudo (Apêndice 1. 17.), bem como os textos dos abaixo-assinados entregues no Ministério da Educação Nacional, como forma de comprometimento do poder político, os quais foram o primeiro meio usado pelos fundadores dos Grupos de Estudo para mobilizar simpatizantes, chamando os professores à sua realidade socioprofissional, e agregando-os, assim, num movimento emergente.

A segunda dimensão, a do modelo organizativo dos GEPDES integra não só a estrutura coordenadora do movimento, mas também as regras e os procedimentos a ter em consideração, em cada estrutura regional constituída (Apêndice 1. e Anexo).

Os Grupos de Estudo formavam-se por iniciativa de um grupo de docentes de uma escola ou de várias escolas de uma região, chamando a si a responsabilidade da difusão da informação, assim como a promoção das iniciativas do movimento. À medida que o número de professores simpatizantes aumentava, era incentivada a escolha, por escola, de um delegado.

No primeiro documento que se refere explicitamente a uma estrutura coordenadora do movimento lê-se:

> 2º- Foi nomeada uma Comissão executiva, que terá, como missão imediata, entregar os abaixo-assinados em mão ao senhor ministro, e continuará em ação até à resolução do problema.
>
> 3º - Deverá ser eleito em cada estabelecimento um delegado, que fará correr os abaixo-assinados, e recolherá os nomes e moradas dos colegas provisórios ou eventuais, entregando, depois, uma cópia à comissão, para facilitar o contacto.
>
> 4º - Nas escolas que já enviaram, deverá eleger-se também um delegado que recolherá como acima indicamos, os nomes e moradas, e se porá em contacto com a comissão. (Comunicado do GE de Lisboa de 2 de junho de 1970)

Em maio de 1971, definiram-se as zonas de influência dos Grupos de Estudo, depois do Encontro Nacional, a 9 do mesmo mês, em Tomar: a sul do Tejo (Grupo de Estudo de Silves, Évora, Estremoz, Vila Viçosa, Setúbal, Barreiro, Almada e Montijo), a norte do Tejo (Grupo de Estudo de Lisboa, Leiria, Tomar, Coimbra e Viseu) e a norte do Douro (Grupo de Estudo do Porto), com uma chamada de atenção para a possibilidade de criação de um Grupo de Estudo em Bragança (Apêndice 1. 4.).

Em 13 de junho de 1971, o Grupo de Estudo do Barreiro, apresenta um Projeto de Coordenação Geral, no qual se propunha: a criação de Grupos de Estudo nos locais de trabalho, grupos de coordenação a nível de distrito ou zona, com secretariado respetivo e uma Comissão Nacional, com Secretariado Nacional.

Aos Grupos Coordenadores, constituídos pelos delegados dos Grupos de Estudo e pela Comissão Nacional cabia a tarefa de "planificação geral, bem como a orientação, pelo que terão de manter uma mobilidade que lhes permita garantir a defesa dos interesses dos professores espalhados pelos vários pontos do País". Para os secretariados fica reservada a tarefa de "resolver problemas de ordem prática e garantir a informação suficiente" (GE do Barreiro, 13 de junho 1971).

O projeto indica o modo como os Grupos de Estudo podem ser constituídos: por estabelecimento de ensino, por localidade, por agrupamento de localidades. Fica-lhes

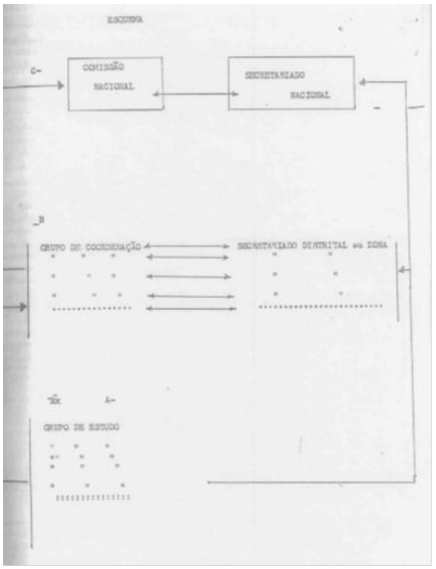
reservada a liberdade de elaborar a sua própria estrutura interna, terão de eleger os delegados e garantir a subsistência económica do Secretariado Distrital/Zona e do Secretariado Nacional.

As atribuições dos Grupos Coordenadores de Distrito/Zona compreendem: eleger os mandatários à Comissão Nacional; reunir periodicamente; convocar e efetuar reuniões; dinamizar os trabalhos nos Grupos de Estudo; estabelecer ligações com outros Grupos Coordenadores de Distrito/Zona. Terão, no entanto, "poder para tomar decisões e agir, a qualquer momento, em relação a qualquer obstáculo que impeça o normal prosseguimento dos trabalhos" (GE do Barreiro, 13 de junho 1971).

À Comissão Nacional cabia a tarefa de "planificar, promover e coordenar o trabalho a nível nacional e representar, perante o Ministério da Educação Nacional, os interesses dos professores reunidos nos Grupos de Estudo". De realçar as competências atribuídas ao Secretariado Nacional, de publicar de um Boletim Informativo e de elaborar um ficheiro geral "do qual constarão informações dadas pelos Secretariados Distritais ou de Zona e dados estatísticos sobre a situação escolar no País" (GE do Barreiro, 13 de junho 1971).

O texto termina com o esquema reproduzido na figura 11.

Figura 11 - Organigrama dos GEPDES – 1



Projeto de Coordenação Geral, de 13 de junho de 1971

Em 1 de outubto de 1971, a organização administrativa dos Grupos de Estudo era a seguinte, decidida em reunião nacional:

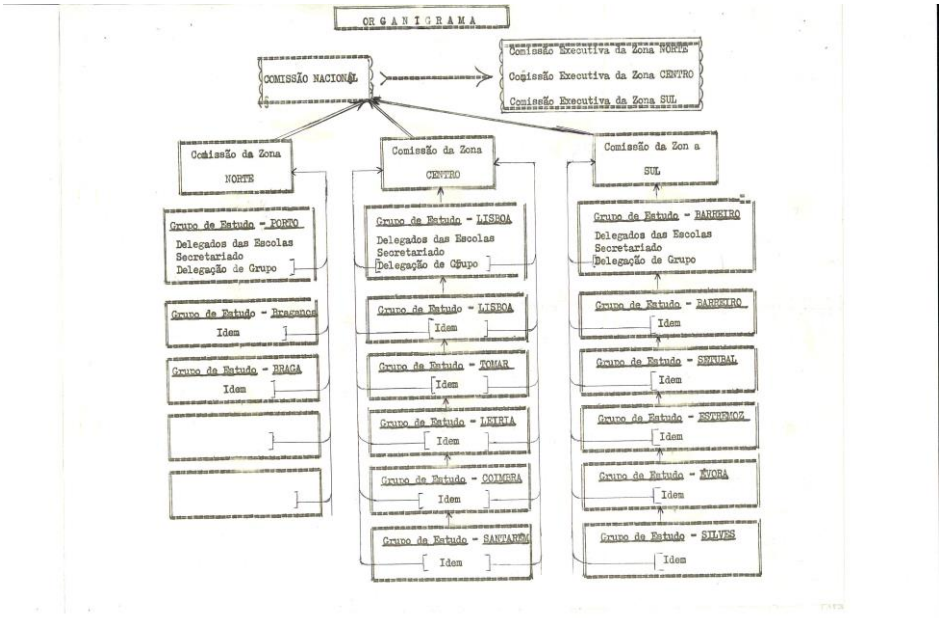
Norte (Porto) – distritos de Viana, Braga, Vila Real Bragança, Porto e norte de Aveiro;

Centro (Coimbra) – distritos de Viseu, Guarda, Coimbra, Castelo Branco, e norte de Leiria e Santarém;

Sul (Lisboa) – sul dos distritos de Leiria e Santarém, Lisboa, Setúbal, Portalegre, Évora, Beja, Faro e ilhas.

Posteriormente, em 1973, a estrutura dos Grupos de Estudo, será alterada na sequência da maior importância dada ao Sul do País, como decorre do organigrama reproduzido na figura 12:

Figura 12 - Organigrama dos GEPDES – 2



As reuniões nacionais dos GEPDES vão merecer uma atenção especial e um projeto de regimento específico é agendado para discussão, na reunião de 4 de novembro, em Lisboa, mas somente discutido e aprovado na generalidade, em 2 de dezembro de 1973, em Ílhavo. Este documento foi apresentado por Francisco de Sousa, delegado da Figueira da Foz.

A 15 de julho de 1973, na Figueira da Foz, o Grupo de Estudo de Lisboa já havia proposto, em alteração à Ordem de Trabalhos, uma nova estrutura: a comissão promotora da Associação.

A rigidez organizativa verificada a partir de 1973 reside, em nosso entender, no facto de o movimento ter sofrido um alargamento muito significativo e se pretender uma coordenação muito cuidada. Assim, as reuniões nacionais passam a ser de dois tipos: normais e alargadas.

As reuniões normais são orientadas por dois elementos escolhidos pelos Grupos de Estudo, sendo um o presidente e o outro o secretário. Serão duas vezes por mês e coordenarão as deliberações tomadas a nível nacional. As votações vencem-se por maioria relativa e, em caso de empate, o problema é remetido, por escrito, para as assembleias dos Grupos de Estudo. As opiniões dos Grupos de Estudo sobre a matéria a debater devem ser sistematizadas e apresentadas com a antecedência mínima de oito dias, em relação à data agendada para a reunião. Todos os documentos aprovados "devem ser firmados". A ata fica a cargo do Grupo de Estudo da localidade onde a reunião nacional se realize.

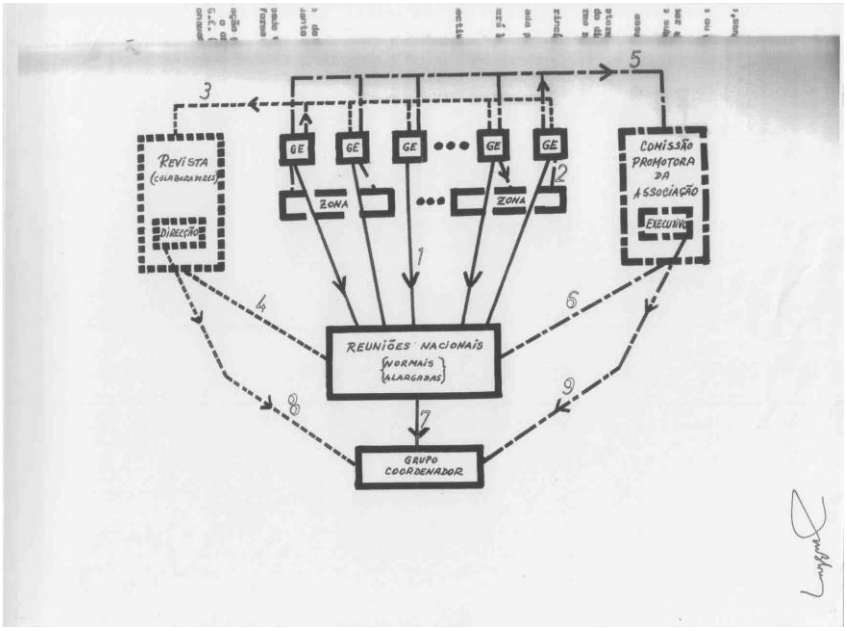
As reuniões alargadas serão anuais e abertas a todos os elementos dos Grupos de Estudo. A orientação caberá a um presidente, coadjuvado por dois secretários, escolhidos no local. A participação dos presentes na reunião será por ordem de inscrição. A interrupção dos trabalhos só pode ocorrer por requerimentos, propostas ou moções apresentadas à mesa. Os requerimentos não são fundamentados, nem discutidos e são imediatamente postos à votação. As propostas, "precedidas de considerandos, aditam, eliminam, emendam ou substituem qualquer matéria", sendo discutidas, primeiro, na generalidade e, depois, na especialidade. As moções "exprimem a opinião da reunião nacional". Quanto às decisões, tomam-se por maioria relativa e as declarações de voto devem ser entregues por escrito à mesa[221]. Em nota explicativa, o autor afirma tratar-se de "um projeto que se destina a ser um primeiro passo para o regimento final".

A orientação da revista, ainda por decidir, mas que se sugere seja efetuada em reuniões específicas, com composição a estudar (Figura 13) e cuja orientação ficaria a cargo de uma assembleia de colaboradores.

Haveria, no topo desta estrutura, um "Grupo Coordenador, com funções executivas das reuniões nacionais, eleito anualmente e incluindo: 3 elementos indicados pelos Grupos de Estudo, um indicado pela direção da revista e outro pela Comissão Executiva da Associação [de Professores]".

[221] M. Roque Laia, (1957). *Guia das assembleias gerais.* Lisboa: Edição do autor, poderá ter sido uma das fontes de informação para procedimentos em assembleias gerais. Segundo José Hipólito dos Santos, (2009). *Maneiras Cooperativas de Pensar e Agir – Contributo para a História do Cooperativismo*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, Roque Laia, ex-comunista, foi um ativista das lutas sociais e antifascistas.

Figura 13 - Organigrama dos GEPDES – 3



Documento datado de fins de 1973

Este organigrama reflete as disposições tomadas na reunião nacional de dezembro de 1973: integra uma comissão promotora da Associação, com um executivo próprio.

Na dúvida sobre "as condições a que deve obedecer um professor para que possa considerar-se membro dos Grupos de Estudo", ficou decidido que "se considera elemento dos Grupos de Estudo todo o professor que for reconhecido como tal pelo Grupo de Estudo da área respetiva" (Apêndice 1. 7.).

A nível nacional, os GEPDES, sofrem nova alteração no seu modelo organizativo, por volta do início de 1974:

> 4. Divisão do País em zonas:
>
> 4. 1. A divisão foi concebida segundo cinco zonas: Porto, Aveiro, Coimbra-Figueira da Foz, Leiria, Lisboa
>
> 4. 1. 1. Porto engloba – a Norte do rio Douro (Porto e Guimarães); a Sul, Espinho, Gaia, Arouca, Castelo de Paiva, Lamego e Vila da Feira.
>
> 4. 1. 2. Aveiro – Ovar, Estarreja, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Vale de Cambra, Murtosa, Águeda, Albergaria, Oliveira do Bairro, Vagos e Sever do Vouga.
>
> 4. 1. 3. Coimbra-Figueira da Foz – Viseu, Coimbra, Guarda, Castelo Branco e Mealhada.

4. 1. 4. Leiria – Leiria e Santarém.

4. 1. 5. Lisboa – Évora, Portalegre, Beja e Faro.

Vem a propósito afirmar que terá sido este, possivelmente, o modelo organizativo seguido pelos sindicatos, formados após 25 de Abril de 1974.

Os métodos de trabalho obedeciam, igualmente, a regras no sentido de uniformização de procedimentos a nível dos textos. A uma formalidade e rigidez dos textos, a prática era muito flexível e obedecia às disponibilidades existentes e aos cuidados para evitar o isolamento de um núcleo dirigente e a respetiva repressão. Os delegados deveriam, primeiro, aprovar ou rejeitar o texto, na generalidade, em bloco. De seguida, após a aprovação na generalidade, são pedidas sugestões de alteração, as quais devem ser sujeitas a votação. Os membros responsáveis dos Grupos de Estudo comprometem-se a alterar o texto se "a maioria das escolas se pronunciar nesse sentido".

Assim, em 30 de abril de 1971, após uma reunião de delegados, em Tomar, a 25 desse mês, aqueles foram instruídos sobre o modo de aprovação da exposição a enviar ao MEN, no sentido de:

> A exposição única, que enviamos, está neste momento a ser apreciada em todos os estabelecimentos de ensino oficial do País. Da sua aprovação ou rejeição dependerá a melhoria substancial de toda a classe docente e a solução dos mais graves problemas que afetam o ensino e a nação.

A procura de envolvimento democrático de todos os docentes foi, durante o Estado Novo, não só uma escola de cidadania na tomada de decisões, mas também, um dos objetivos processuais dos Grupos de Estudo. As atas das reuniões nacionais atestam as preocupações dos membros responsáveis pelo movimento, no que se refere à organização dos Grupos de Estudo, quer local quer nacional. A 3 de outubro e a 14 de novembro de 1971, face a uma possível desmobilização dos professores, recomendava-se, primeiro, fazer um trabalho mais virado para as zonas e reuniões interescolares bimensais e, simultaneamente, reforçar as reuniões de escola e passar a informação mais "junto da classe docente" (Apêndice 1.7.).

Outro aspeto organizativo de cada Grupo de Estudo é o que visa a periodicidade das reuniões. O Grupo de Estudo do Norte reunia-se, todas as quartas-feiras, na Escola Preparatória Pêro Vaz de Caminha, no Porto; em Braga, os professores reencontravam-se, todas as terças feiras, às 18,30 horas, no Liceu Sá de Miranda; e em Coimbra, semanalmente, na seção da Baixa, da Escola Industrial e Comercial Avelar Brotero.

Em 15 de fevereiro de 1973, o Grupo de Estudo de Lisboa apresenta uma proposta de reorganização interna. São definidos três tipos de reuniões: por escola, de coordenação, de grupos de trabalho por temas específicos. Nas reuniões por escola os professores devem debruçar-se sobre as condições do trabalho docente e discente, bem como "escolher um tema para trabalho conjunto sobre qualquer aspeto da profissão docente". Anteriormente, o Grupo de Estudo de Lisboa, organizava-se, no plano deliberativo, em reuniões amplas (RA); no plano executivo, em grupos de trabalho (GT); e, no plano executivo/coordenador, em grupo de coordenação (GC), (Apêndice 1. 2.).

Ainda distantes dos trabalhos de Dewey (1989), Schon (2000) e Day (2001), estes professores já debatiam na escola, com propósitos profissionais, éticos e sociais, o seu desempenho profissional, com o objetivo de refletir e aperfeiçoar as suas práticas pedagógicas e de adquirir novas e diferentes posturas de trabalho.

As reuniões de coordenação eram quinzenais e as suas deliberações "seriam depois divulgadas pelos professores nas escolas respetivas, suscitando nestas movimentos de adesão e apoio". Os grupos de trabalho propostos pelo Grupo de Estudo de Lisboa abordam: associação, legislação, estágios pedagógicos, condições de trabalho do pessoal discente (incluindo a análise dos programas e métodos de ensino).

Em outubro do mesmo ano, o Grupo de Estudo de Lisboa reforçava as recomendações sobre formas de trabalho, a difusão da revista *O professor*, o apelo à elaboração de trabalhos coletivos a apresentar ao Congresso do Ensino Secundário, anunciado para março ou abril de 1974, e o aproveitamento dos Conselhos Escolares, "esforçando-se para que aí sejam levantados os problemas respeitantes à profissão" (Apêndice 1. 2.). Apostava-se, assim, na contestação, num contexto legal de utilização de todos os espaços.

Num documento manuscrito e sem data, mas que, pela leitura do texto, nos parece apontar para o final do ano letivo de 1972/73, o Grupo de Estudo de Lisboa, propõe o alargamento da base do movimento, com a criação de um Grupo de Estudo de Professores Primários, dado que já existe um grupo de professores primários a trabalhar com o Grupo de Estudo do Norte. Dão, assim, apoio à criação de Grupos de Estudo semelhantes, em outras zonas do País, e incentivam a promoção de encontros nacionais para análise dos problemas vividos nas escolas, de modo a que os professores primários, possam enviar representantes às reuniões nacionais dos GEPDESeP, colaborem na revista *O professor* e contribuam para o alargamento

da campanha "Para uma Associação de Professores". A fim de evitar reações dos professores do ensino secundário e do CPES, o Grupo de Estudo de Lisboa propõe a saída de um comunicado conjunto assinado pelos GEPDESeP e pelos Grupos de Estudo do Ensino Primário, antes do fim do ano letivo, sobre o aparecimento desta nova estrutura.

A análise feita do modelo de organização dos GEPDES mostra ter existido a preocupação, desde o início, da defesa de uma estrutura representativa e democrática. As sucessivas alterações do organigrama devem-se ao facto de haver muita mobilidade na classe docente e os delegados, num ano letivo, não estarem na mesma escola no ano seguinte, motivando a deslocação de um Grupo de Estudo para outra localidade ou mesmo para outro distrito do País, até mesmo o desaparecimento de um Grupo de Estudo e o nascimento de outro. Manter o contacto com os membros dos Grupos de Estudo de um ano para o outro revelou-se sempre uma das grandes tarefas de organização dos responsáveis do movimento. Foi devido ao trabalho da estrutura coordenadora nacional, que assegurava essa dinâmica, que o movimento cresceu e se fortaleceu.

A análise das quatro vertentes que nos propusemos examinar – origens e primeiras iniciativas de 1969 a 1971; afirmação e repressão de 1972 a 1974; reivindicações e problemáticas e formas de organização entre 1969 e 1974 - permitem concluir que os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário foram o único movimento de professores que enfrentou o regime do Estado Novo de forma organizada e propondo soluções fundamentadas para a política de educação. A análise das entrevistas (Apêndice 2.1.), que apresentaremos de seguida, confirma esta afirmação.

Procurou-se responder às perguntas de partida, colocadas no início deste trabalho (Capítulo III): que questões, de natureza laboral, social e política, estiveram na origem da criação, desenvolvimento e afirmação dos Grupos de Estudo e como se estruturaram os Grupos de Estudos, no quadro da sua transformação num movimento associativo de natureza para-sindical, tendo para isso submetido todo o material recolhido, a uma triagem, a partir da qual foi possível estabelecer um plano de leitura atento e e uma análise sistemática.

4.2. Análise das entrevistas

> "Para compreender a fala de outrem não basta entender as suas palavras – temos que compreender o seu pensamento. Mas nem mesmo isso é suficiente – também é preciso que conheçamos a sua motivação."
>
> Vygotsky (1934)

A abordagem das entrevistas realizadas no quadro do trabalho empírico subjacente a esta tese deve ser entendida no contexto em que foram realizadas. É que a investigação sobre os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES) radica, primeiro, num percurso de pesquisa que iniciámos em 2001, no âmbito do Projeto *Construção da profissão docente no Ensino Secundário (1947-1974). Formação, Percursos, Identidades*, do então Observatório de Políticas de Educação e de Contextos Educativos (OPECE), da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) e da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Posteriormente, no âmbito do Centro de Estudos e Intervenção em Educação e Formação (CeiEF)[222], denominação dada ao anterior OPECE, a investigação continuou num outro projeto, *Percursos do associativismo e do sindicalismo docentes em Portugal, 1890-1990, entre 2008 e 2013*, na mesma universidade e igualmente apoiado pela FCT.

Efetuadas, na sua maioria, entre 2002 e 2003, as entrevistas foram feitas a alguns dos professores do núcleo original dos Grupos de Estudo, a saber: Elsa Oliveira, Martinho Madaleno, António Teodoro[223], António Costa Carvalho, Agostinho Lopes[224] (Apêndice 2. 1.), e serviram de base a publicações em revistas e a comunicações em congressos, da autoria dos investigadores responsáveis dos dois mencionados projetos, Manuel Tavares e Maria Manuel Calvet Ricardo[225].

As entrevistas semiestruturadas obedeceram à matriz descrita no quadro do Apêndice 2.1. As perguntas nem sempre seguiram a ordem prevista no guião acordado entre os investigadores, tendo sido colocadas outras questões que não se encontram no guião, surgidas em função do decorrer dos diálogos (Apêndice VI.). Este tipo de entrevistas semiestruturadas (ou

[222] Atualmente, CeiED, Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento.
[223] Ver Nota de Rodapé 21.
[224] A ordem das entrevistas obedece à entrada no movimento dos Grupos de Estudo.
[225] Ver Nota de Rodapé 118.

semidiretivas, de acordo com Quivy & Campenhoudt (2005), concede ao entrevistado alguma liberdade para desenvolver as respostas na direção que considere adequada, explorando, de uma forma flexível e aprofundada, os pontos que entenda mais relevantes. As principais vantagens das entrevistas semiestruturadas são a sua grande riqueza informativa, contextualizada através das palavras dos entrevistados e entrevistadores e das expressões das suas perspetivas e a possibilidade de o investigador esclarecer alguns aspetos menos claros das respostas, no decurso do diálogo.

Compreende-se, assim, que a metodologia de análise das entrevistas aos membros dos Grupos de Estudo esteja, igualmente, condicionada tanto pelo contexto em que foram realizadas, como pelo modelo a que obedeceram, como, ainda, pelo facto de terem sido efetuadas por entrevistadores diferentes.

A entrevista a João Manuel da Costa Feijão, do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português, teve em vista esclarecer a ação do PCP no campo do associativismo docente, durante o período considerado (Apêndice 2. 2.) e será analisada separadamente, uma vez que não obedeceu à matriz das anteriores.

Corroboramos, portanto, a opinião de Bardin sobre a análise de textos,

> "Não existe o pronto-a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes, dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendido, tem que ser reinventada a cada momento, exceto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da decodificação e de respostas a perguntas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas." (Bardin, 1979, s/p)

A análise de conteúdo, como um conjunto de técnicas de apreciação crítica da comunicação, envolve uma grande diversidade de formas e é adaptável a um campo de aplicação muito vasto. A análise de conteúdo que pretendemos fazer centra-se na procura dos "significados" e no estudo temático.

Foi, pois, com base neste enquadramento teórico que analisámos as respostas de Elsa Oliveira, militante do PCP, embora não organizada politicamente, e Costa Carvalho, que, à data da criação dos Grupos de Estudo, não era militantes do PCP, e que, questionados sobre o eventual papel do PCP nos GEPDES, são categóricos ao afirmarem:

> *"O PCP não teve influência direta, mas havia ali pessoas ideologicamente influenciadas pelo PCP. Tínhamos uma consciência de esquerda e uma ideia do que era a linha política do PCP. Naquela altura, só aderia ao PCP quem defendia*

> *determinados ideais. Por isso, como já disse, os Grupos de Estudo poderiam ter uma linha ideológica muito próxima do PCP, mas este não os controlava politicamente.* […] *o PCP não teve influência"* […] (Elsa Oliveira, Apêndice 2.1.a.))

> […] *"há [nos Grupos de Estudo] gente que esteve sempre no PCP mas que não tinha condições para influenciar* […]*"* (Costa Carvalho, Apêndice, 2.1.d.)

Pela resposta de António Teodoro, que também não era militante do partido em 1969/1970, percebe-se, igualmente, que não houve, de facto, uma influência do PCP, quando este sociólogo diz:

> "*Pode-se afirmar que a formação dos Grupos de Estudo em 1971*[226] *não obedeceu a uma diretiva partidária. Foi, antes, uma iniciativa do campo profissional, que envolveu professores que militavam clandestinamente no PCP (uns com ligação orgânica, a maioria não)*". (Apêndice 2.1.b.)

Mas, quando acrescenta: "*A partir de finais de 1972, é muito provável que a direção do PCP (setor intelectual) tivesse uma informação regular acerca das atividades desenvolvidas pelos GE e incentivasse a sua rede de militantes a integrar e mobilizar apoios e militância para os GE*" (Apêndice 2.1.b.), deixa antever que o PCP estaria atento ao movimento dos professores e procurasse influenciar a orientação do seu trabalho.

Se alguns membros dos Grupos de Estudo militavam clandestinamente no PCP, decerto que, ao tomarem decisões no quadro dos Grupos de Estudo, veiculavam, inevitavelmente, as diretrizes do partido. No entanto, os dois elementos do movimento com posições de coordenação que, à época, eram militantes organizados do PCP, Martinho Madaleno e Agostinho Lopes, têm opiniões divergentes.

O primeiro garante: " […] *Nunca qualquer membro do PCP com quem eu contactei, durante esta fase, soube do meu envolvimento nos Grupos de Estudo ou falou comigo sobre esta matéria* […]". E pormenoriza: "*Dado que o PCP estava na clandestinidade, eu só me reunia com uma única pessoa e nunca falei com ela sobre isso. Nunca recebi nenhuma instrução do PCP relativa aos Grupos de Estudo*" (Apêndice 2.1.c.).

Dada a dificuldade de contactos entre os militantes do PCP durante o período da clandestinidade, entende-se que muitos - principalmente os que tinham menor responsabilidade partidária - não estivessem informados acerca de todas as decisões que emanavam dos órgãos de decisão do partido.

[226] Os Grupos de Estudo foram formados no ano letivo de 1969-1970 (Apêndices 1.1. e 2.1.).

Mas Agostinho Lopes, militante do PCP desde 1968, coloca a questão desta maneira:

> " […] *não é o Partido que me diz para me virar para ou para me ligar aos Grupos de Estudo. Ligo-me com toda a naturalidade, decorrente de toda a minha experiência. Parece-me que foi o que aconteceu com muita gente e, depois, logicamente, o Partido toma conhecimento do desenvolvimento desta atividade*". (Apêndice 2.1.e.)

E mais adiante: "[…] *o Partido está presente, desde o princípio, neste processo e, a partir daí, anima, organiza os seus membros e impulsiona o movimento*". Diz este entrevistado: "*Decerto que o PCP esteve atento ao movimento dos professores*". E conclui: "*Eu participei em algumas reuniões em que se debateu, exclusivamente, o desenvolvimento deste movimento*" (Apêndice 2.1.e.).

E não podemos deixar de tomar em consideração o testemunho de Helena Pato, quando afirma, no texto que publica em *Caminhos da Memória* (Capítulo II):

> "Durante o ano letivo de 1970/71, o PCP agrega, num organismo clandestino, em Lisboa, alguns dos elementos da Comissão Coordenadora dos Grupos de Estudo, essencialmente com o objetivo de articular a luta dos professores com as demais lutas nacionais. Apesar de integrar um reduzido número e militantes, esse organismo iria ter, inegavelmente, uma influência determinante na estratégia da luta docente".

Depois, em defesa da unidade do movimento, conta: "Entrava-se numa reunião com a posição do partido e saía-se sem reservas, com a posição do Grupo de Estudo"[227].

A natureza de organização clandestina do PCP não lhe permitia divulgar publicamente as suas propostas de estratégia política, sem pôr em risco não só a vida dos seus militantes como a existência dos próprios Grupos de Estudo. Os jornais *Avante!*[228] e *Militante*[229], além da Rádio Portugal Livre[230] eram os únicos meios de divulgação das decisões do Comité Central, embora as informações que veiculavam dificilmente chegassem a toda a população do País.

[227] Helena Pato, 2009, Contributo para a História do sindicalismo docente (2), *Caminhos da Memória*, 14 dezembro.

[228] O jornal *Avante!* foi publicado clandestinamente de 15 de fevereiro de 1931 a 25 de Abril de 1974. O órgão central do PCP mobilizou todos os trabalhadores e orientou as suas lutas, em pequenas e grandes batalhas contra "a exploração capitalista" e contra o regime fundado por Salazar e prosseguido por Caetano, mobilizou e dirigiu setores democráticos que partilhavam, com os comunistas uma estratégia de unidade antifascista, visando o derrube da "ditadura terrorista dos monopólios e dos latifúndios aliados ao imperialismo bem como a conquista da liberdade e da democracia." www.pcp.pt/avante-clandestino.

[229] *O militante*, publicação central do Partido Comunista Português, nasceu para apoiar o trabalho de construção do PCP na clandestinidade, com conteúdo essencialmente dirigido a quadros e militantes do Partido e visando a elevação da sua preparação política e ideológica. O primeiro exemplar data muito provavelmente de 1933, então com a designação de Boletim do Secretariado, mas foi na sequência da reorganização de 1940/1941 que se tornou num instrumento imprescindível à ação revolucionária do Partido. www.omilitante.pcp.pt

[230] A voz do Partido Comunista Português entrava nas casas de milhares de portugueses através da sua rádio clandestina – a Rádio Portugal Livre, criada em 12 de março de 1962. www.pcp.pt/rádio-portugal-livre-50-anos.

Era, todavia, do maior interesse para o movimento de oposição à ditadura e, pois, para o PCP, que a classe dos professores adquirisse consciência política através de uma luta reivindicativa semelhante à da classe operária.

João Feijão afirma:

> *"E enquanto, em 1969, as teses têm nome e cara e são apresentadas por A e B, em 1971 são-no por grupos, o grupo de Braga, o grupo do Porto, o grupo de Leiria, o grupo de Lisboa. Com maior peso, com maior significado mas com menor fulanização. Esta dinâmica é exatamente aquela que permite que a sua forma de luta reivindicativa se aproxime cada vez mais da postura sindical e da postura do movimento operário".* (Apêndice 2. 2.)

Grácio (1983) questionava se o Partido Comunista Português esteve na origem dos Grupos de Estudo e se acabou por incutir nos professores a consciência política que, na época, a maioria dos docentes não possuía. A posição implícita nesta pergunta contrasta com outra, deste historiador, expressa na sua obra ao referir o movimento associativo estudantil, de forte consciência política, como sendo de onde muitos dos membros dos Grupos de Estudo eram oriundos. Os próprios entrevistados manifestam opinião contrária à de Rui Grácio (Apêndice 2. 1.).

É assim possível concluir que a iniciativa da criação dos GEPDES não pertenceu ao Partido Comunista Português, mas que, logo após a constituição do movimento em 1969-1970, este integrou militantes do PCP, que influenciaram a sua orientação e os métodos de pedagogia política, no quadro do que era definido por esse partido como um *trabalho de massas* no campo unitário, visando o isolamento e posterior derrube do regime do Estado Novo.

As entrevistas a membros dos Grupos de Estudo abordam outros temas de interesse para a compreensão do que foi o movimento, nomeadamente no que se refere aos objetivos que presidiram à sua formação, à consciencialização política dos seus membros, às dificuldades enfrentadas, à influência que receberam de forças políticas e ao seu papel na emergência do sindicalismo docente, após 25 de Abril de 1974. As respostas dos entrevistados complementam o conteúdo dos objetivos específicos do Capítulo III desta tese, e enriquecem a abordagem aí efetuada.

Impõe-se, pois, analisar as entrevistas nas dimensões enunciadas. Decorrente da primeira questão analisada, a ligação ao PCP, interessa, igualmente, saber se outras forças políticas influenciaram a organização e o funcionamento dos Grupos de Estudo. Costa Carvalho afirma: "*Nenhuma*". E Agostinho Lopes esclarece:

> "*Organizadas como tal e identificadas como tal não conheço. A ideia que tenho é que os grupos esquerdistas da altura, muito vivos, muito ativos ao nível do ensino, nunca tiveram uma grande intervenção, o que não quer dizer que não existissem nos Grupos de Estudo elementos dessas áreas*". (Apêndice 2.1.e.)

A questão da consciência política dos membros dos Grupos de Estudo já fora abordada por Rui Grácio (1983), associando-a ao facto de grande parte dos professores provisórios terem participado nas greves estudantis de 1962, 1965 e 1969. A grande maioria destes professores tinha, à data da criação dos Grupos de Estudo, entre 25 e 30 anos de idade. No período do Estado Novo, para se poder lecionar como provisório, bastava ter sido aprovado em 12 cadeiras de um curso superior que desse acesso à docência. Acontece que, devido ao seu envolvimento nas lutas estudantis, muitos daqueles docentes tinham visto a sua vida académica dificultada, por suspensão ou expulsão da frequência das universidades ou devido a outras medidas repressivas como reprovações sucessivas até ao limite legal ou à mobilização para o serviço militar e, depois, para a guerra colonial. Eram jovens com um passado de lutas em defesa dos seus direitos, sem medo das consequências. O espírito reivindicativo tinham-no adquirido nas faculdades, nos plenários, nas reuniões clandestinas e na difusão da informação através de comunicados elaborados e distribuídos clandestinamente.

Quatro dos entrevistados dizem, a este propósito,

> *"Eu julgo que, naquele núcleo forte dos Grupos de Estudo, todos vínhamos das crises académicas. Todos nós interviemos nas lutas estudantis. Éramos pessoas que tinham questionado o regime enquanto estudantes e que, como jovens professores, nos sentíamos explorados, porque ganhávamos miseravelmente e somente nove meses ao ano. Claro que não foi fácil enfrentar uma situação dessas. Na raiz dos Grupos de Estudo esteve, essencialmente, gente que já tinha algum passado de luta.* […] *Sem dúvida nenhuma! Era tudo gente politicamente consciente. Sabíamos muito bem o que estávamos a fazer."* (Elsa Oliveira, Apêndice 2.1.a.)

> *"Muitos participavam também nos movimentos de oposição (sobretudo na CDE, mas alguns também na CEUD de 1969) e outros (menos) tinham alguma ligação clandestina ao PCP. Alguns dos impulsionadores estavam ligados a movimentos católicos progressistas (Capela do Rato) e é muito provável, como se viu depois do 25 de Abril, à ASP*[231]*."* (António Teodoro, Apêndice 2.1.b.)

> *"A grande maioria não tinha essa consciência mas adquire-a ao longo da luta. O crescendo da luta, a responsabilização, a ameaça de repressão, a nível pessoal e a nível geral, foi contribuindo para a tomada de consciência da gravidade do facto de se continuar a lutar.* […] *A consciência política existia numa minoria, mas vai sendo construída e reconstruída por outros à medida que a repressão vai avançando e a pressão vai apertando."* (Costa Carvalho, Apêndice 2.1.c.)

[231] Ver Nota de Rodapé 25.

> […]" *são esses antigos estudantes que vêm desenvolver a atividade dos Grupos de Estudo nas escolas, e havia consciência disso. É claro que muitos professores não tinham uma ideia tão profunda das possíveis consequências e significado dessas movimentações. Mas, no fundamental, havia consciência do que se estava a fazer."* (Agostinho Lopes, Apêndice 2.1.e.)

A "escola" política dos membros dos Grupos de Estudo terá sido, pois, a sua participação nas estruturas e lutas estudantis, reforçada com a vivência no movimento docente e com a intervenção nas atividades ligadas às eleições de 1969 e 1973, bem como ao III Congresso da Oposição Democrática de Aveiro, em abril de1973.

As dificuldades enfrentadas só puderam ser ultrapassadas devido ao espírito de militância política e consciência profissional dos membros dos Grupos de Estudo. Durante o Estado Novo e no quadro de atuação da polícia política, a PIDE/DGS, tudo o que fosse considerado ameaça contra a ordem estabelecida era crime cujas consequências (detenção, despedimento, etc.) afetavam profundamente a vida familiar e profissional.

Elsa Oliveira afirma:

> " [Eram] *as dificuldades próprias de quem se opunha ao regime. Portanto, quando o regime percebeu que o estávamos a contestar, que o estávamos a pôr em causa e que, politicamente, éramos um movimento incómodo, começámos a ser alvo de perseguições, nas escolas. Aos diretores dos estabelecimentos de ensino eram pedidas informações sobre a nossa atividade. A PIDE andou atrás de alguns de nós".*(Apêndice 2.1.a.)

Martinho Madaleno confirma: "*Correram-se muitos riscos. Sei que vários reitores denunciaram reuniões de professores"* (Apêndice 2. 1. c.).

Por seu turno, Costa Carvalho refere-se desta forma às perseguições:

> "*Havia a vigilância interna nas escolas, naquelas em que os diretores se prestavam a esse papel. Havia a proibição de reunião nas escolas, nomeadamente no Porto.* […] *Em princípios de 1974, o Ministério determinou que os diretores informassem quais os professores que, na sua escola, estavam ligados à direção ou à distribuição da revista* O professor. *Depois, foi enviada uma circular para todas as escolas, denunciando os Grupos de Estudo como um grupo de malfeitores dos quais os professores se deviam afastar, porque eram indivíduos perigosos e maus colegas"*. (Apêndice 2.1.d.)

Finalmente, António Teodoro ultrapassa o âmbito dos Grupos de Estudo e identifica a docência como, *"* […] *uma profissão muito heterogénea e, na sua maioria, receosa das consequências de atitudes que pudessem ser classificadas pelo poder (desde o político ao dos diretores das escolas) de subversivas*" (Apêndice 2. 1.b.).

Uma outra questão colocada aos entrevistados foi a de saber se houve alguma individualidade que tivesse tido influência na definição dos princípios orientadores e na ação dos Grupos de Estudo. Todos, à exceção de António Teodoro, que não foi inquirido sobre este assunto, foram unânimes em afirmar que era o coletivo que tomava as decisões. No entanto, há que ter em conta que está registada a presença de Calvet de Magalhães e de Salvado Sampaio em reuniões dos Grupos de Estudo (Apêndice I).

Os objetivos que presidiram à formação dos Grupos de Estudo, o papel destes na emergência do sindicalismo docente após o 25 de Abril de 1974, bem como o balanço da sua atividade feito pelos cinco entrevistados, são temas cujas interligações não autorizam que os analisemos separadamente. Com efeito, tanto Stoer (1985), como Grácio (1983) e Teodoro (2001) defendem que há uma clara relação e continuidade de trabalho e de modelo organizativo entre os sindicatos nascidos na sequência do 25 de Abril e os Grupos de Estudo.

Os objetivos dos Grupos de Estudo consistiam, recorda de Elsa Oliveira, a única entrevistada do grupo fundador dos Grupos de Estudo, com quem todos os outros entrevistados concordam, em

> "*resolver os problemas dos professores provisórios do ensino preparatório e do ensino secundário (técnico e liceal), motivados precisamente por cerca de 80% dos professores serem eventuais, o que implicava, nomeadamente, não ganharem nas férias. Estes docentes eram colocados em outubro ou novembro, quando calhava, e terminavam o seu ano lectivo, no máximo, a 8 de agosto. Muita gente era despedida em julho e, portanto, ficava sem ganhar desde o fim deste mês até ao início de outubro ou novembro, conforme a altura em que tornasse a ser colocada.*" (Apêndice 2.1.a.)

No entanto, António Teodoro acrescenta: "*Depois, os objetivos ampliaram-se, também à medida que os Grupos de Estudo se foram alargando a outros professores. Surgiram, então, as reivindicações relativas à formação de professores, ao Estatuto do Professor e à liberdade de associação*" (Apêndice 2.1.b.).

Como é que docentes, na sua grande maioria sem profissionalização, se uniram em torno de questões não apenas laborais, mas também, pedagógicas e políticas? A esta pergunta responde, no entanto, Agostinho Lopes,

> […] *"fomos capazes de aproveitar, a par da discussão das questões pedagógicas, tais como o equipamento de laboratório (um dos eternos debates do âmbito da educação e do ensino), para colocar os problemas profissionais e do próprio desenvolvimento profissional, da formação contínua e da formação inicial dos professores, etc."* (Apêndice 2.1.e.)

O movimento, que teve um forte cariz sindical, pois, "desde o início, cobre uma ação prioritariamente orientada por objetivos de reivindicação profissional", conforme defende Rui Grácio (1983, p. 774), e que se constituiu "nas fronteiras da legalidade", prosseguiu propósitos idênticos aos que viriam a ser os dos sindicatos dos professores depois do 25 de Abril de 1974.

Efetivamente, os entrevistados relacionam da seguinte forma o movimento sindical nascido após a Revolução com o trabalho dos Grupos de Estudo:

> *"A realidade é que nós tínhamos uma organização com uma força tal que, a seguir ao 25 de Abril, pudemos criar os sindicatos em poucos dias! De facto, havia uma estrutura consistente e as pessoas que enquadravam toda essa estrutura possuíam um certo background político. Surgiram, com facilidade, sindicatos em todas as zonas do País."* (Elsa Oliveira, Apêndice 2.1.a.)
>
> *"O sindicato nasceu com essa força, porque já a tinha. A rede já existia. As pessoas já existiam. As delegações já existiam. A filosofia já existia. Os objetivos já existiam. Existia tudo e só faltava o enquadramento legal*." (Martinho Madaleno, Apêndice 2.1.c.)
>
> *"Foram os Grupos de Estudo que convocaram os primeiros plenários que deram origem às comissões instaladoras dos sindicatos. Porque os Grupos de Estudo que eram do ensino preparatório e secundário, tiveram de se alargar ao ensino primário (e pré-escolar) e ao ensino superior (e abarcar o ensino particular, que tinha um sindicato corporativo). Mas o seu corpo mais ativo e liderante na constituição dos sindicatos dos professores foi aquele que integrava já os Grupos de Estudo*." (António Teodoro, Apêndice 2.1.b.)
>
> *"Os Grupos de Estudo foram uma escola de sindicalistas.* […] *Grupos de Estudo, os quais depois vão dar origem aos sindicatos e em seguida à FENPROF*." (Costa Carvalho, Apêndice 2.1.d.)
>
> *"Toda a movimentação dos professores a seguir ao 25 de Abril, é dirigida pelos quadros dos Grupos de Estudo*." (Agostinho Lopes, Apêndice 2.1.e.)

Só uma organização muito bem estruturada regionalmente podia, com efeito, dar lugar, em 29 de abril, ao Sindicato dos Professores do Norte, depois Sindicato dos Professores da Zona Norte; em 30 de abril, em Coimbra, ao Sindicato dos Professores da Zona Centro; e, em 2 de maio, ao Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa.

Uma outra questão a que alguns dos entrevistados respondeu prende-se com o modelo organizativo dos Grupos de Estudo. Tratava-se, informam, de uma estrutura simples, constituída por um núcleo diretivo e delegações regionais com representação nas escolas (Capítulo IV, 4.1.4.). Este modelo surgira de um modo quase espontâneo na conversa ente os fundadores, conscientes de que, quanto mais o movimento estivesse espalhado pelo País, mais dificuldade teria o poder político para controlar a difusão da informação que, para os Grupos

de Estudo, era a tarefa mais importante. Assim, os comunicados eram assinados quase sempre por professores diferentes e com pouca atividade diretiva (Apêndice I). Somente nos abaixo-assinados apareciam os nomes dos principais dirigentes dos Grupos de Estudo, mas na ordem alfabética, ou seja, no meio de 600 ou 1500 assinaturas.

O abaixo-assinado como forma reivindicativa foi muito usado pelo movimento estudantil e pelos Grupos de Estudo. Este método, também de contestação e luta é especificamente referida por Agostinho Lopes:

> *"Depois, ainda houve um fator unificador fundamental, que foi o abaixo-assinado. A força do movimento unitário determinou uma expansão e uma cobertura muito rápida de todo o País, para lá dos grandes polos de Lisboa, Porto e Coimbra. O abaixo-assinado levou a luta ao País todo e permitiu ao próprio movimento criar, podemos dizer, uma rede nacional que, certamente, foi aquilo que mais preocupou o Governo a partir de certa altura. Sem haver uma ligação orgânica ao Partido, ou com ligação orgânica aos Grupos de Estudo, o abaixo-assinado acabou por funcionar como o estabelecimento dessa rede. Uma rede que ia de Bragança ao Algarve."* (Apêndice 2.1.e.)

O ponto aparentemente mais frágil mas, na verdade, intocável, foi sempre a Escola Preparatória Francisco de Arruda e, por conseguinte, todos os docentes que nela trabalhavam e eram membros dos Grupos de Estudo. Essa situação devia-se não só às reuniões plenárias em forma de colóquios que ali se realizavam, com o ginásio cheio de professores, a discutirem, pela primeira vez, problemas da classe de forma democrática, como ao facto de os Cadernos *O professor* serem impressos nas oficinas gráficas da escola e, bem assim, à circunstância de as cartas enviadas para as escolas de todo o País saírem da Escola Preparatória Francisco de Arruda, a expensas do Estado.

Vem a propósito lembrar o papel do diretor da Escola Preparatória Francisco de Arruda, Calvet de Magalhães (Apêndices I e III), que, desde o início apoiou os Grupos de Estudo, arriscando o lugar e a carreira, não fosse o impacto no País e na opinião pública do modelo organizativo e do projeto pedagógico que implementara naquele estabelecimento de ensino. Martinho Madaleno recorda: "*Não me lembro de haver alguma objeção da parte do professor Calvet de Magalhães a que nos reuníssemos e a primeira reunião de professores foi, decerto, na Escola Francisco de Arruda, mas ele não esteve presente*"[232] (Apêndice 2.1.c.). E mais adiante:

[232] No Apêndice I, verifica-se que Calvet de Magalhães esteve presente em várias reuniões, quer na Escola Preparatória Francisco de Arruda, quer em Tomar, quer em Coimbra.

> "*Este comunicado, quase de certeza elaborado na Escola Francisco de Arruda, com a autorização do professor Calvet de Magalhães, que, diga-se em abono da verdade e da justiça, desde o primeiro momento, não colocou qualquer obstáculo à impressão de comunicados dirigidos à classe dos professores naquela escola, funcionou como um detonador*". (Apêndice 2.1.c.)

Quanto à organização propriamente dita dos Grupos de Estudo, os entrevistados afirmam:

> *"Nas nossas reuniões, discutíamos questões ligadas às dificuldades e aos problemas dos professores provisórios bem como as repercussões que tinham no ensino. Com o objetivo de alargarmos estas discussões, decidimos convocar um plenário de professores, através de anúncios nos jornais e de conhecimentos que tínhamos em algumas escolas. Esperávamos que aparecesse uma meia dúzia de pessoas mas o ginásio da Escola Francisco de Arruda encheu-se. Portanto, a partir daí, criou-se rapidamente uma estrutura em Lisboa. Realizávamos reuniões semanais com representantes de escolas para debater as estratégias a seguir. Depois, fomo-nos expandindo para o País inteiro. Reuníamo-nos com uma certa periodicidade. Tínhamos um núcleo de umas cinco ou seis pessoas aqui, em Lisboa, que funcionava quase como um secretariado e que era responsável pelas convocatórias.* […] *Defendemo-nos, descentralizando, isto é, diversificando as escolas que organizavam as reuniões. Escolas de todos os pontos do País passaram a assumir as convocatórias para as reuniões nacionais, as quais eram sempre subscritas por um grande número de docentes, também este variável.* […] *Além disso, houve sempre um núcleo de pessoas, a nível nacional, que ia definindo as estratégias e elaborando os documentos para discussão nas escolas."* (Elsa Oliveira, Apêndice 2.1.a.)

> *"O facto de a Escola Francisco de Arruda ser o polo que recebia professores vindos de outras escolas foi revolucionário, na época. Há muito que isso não acontecia. Professores reunidos para discutirem assuntos relacionados com a sua profissão. A fase seguinte foi conseguir ter um delegado em cada escola*." (Martinho Madaleno, Apêndice 2.1.c.)

> *"Aquilo é uma estrutura que emerge naturalmente da preocupação de ir mais longe e de chegar a mais lados. É, no entanto, muito ingénua. Nós não tínhamos força para tanto. Para nós, ter uma pessoa numa escola que recebia comunicados e que os distribuía era ter lá os Grupos de Estudo*." (Costa Carvalho, Apêndice 2.1.d.)

> *"É evidente que o Partido, como corpo estruturado no País, desempenha, nesse campo, um papel decisivo, porque tinha uma estrutura regional, Norte, Beiras, Lisboa, Sul, penso que, no fundamental, eram estas as grandes regiões. A própria estruturação do Partido acaba, portanto, através dos seus militantes, das suas organizações, por se reproduzir na organização dos próprios professores."* (Agostinho Lopes, Apêndice 2.1.e.)

O facto é que o primeiro Projeto de Coordenação Geral dos GEPDES é apresentado pelo Grupo de Estudo do Barreiro, em 13 de junho de 1971, do qual fazia parte Agostinho Lopes (Capítulo IV, 4. 1. 4.).

Num País dividido em 18 distritos, com liceus e escolas técnicas em todas as respetivas capitais, bem como, um levado número de estabelecimentos de ensino nas grandes zonas

urbanas como as de Lisboa, Porto e Coimbra, a organização em regiões, com delegações nas escolas, é a forma natural de criação de uma rede de comunicação. Prova disso é ser este modelo ainda hoje seguido pelas organizações sindicais.

O balanço da ação dos Grupos de Estudo, além do já referido papel no nascimento do sindicalismo, após o 25 de Abril de 1974, não pode deixar de ser positivo. Agostinho Lopes confirma: "*De facto, na população ativa, a nível das camadas intelectuais, de formação superior, foi a primeira movimentação de massas, neste país (no tempo da minha vivência política), com expressão notável"* (Apêndice 2.1.e.).

Quanto à entrevista a João Manuel da Costa Feijão, o que a motivou foi a necessidade de procurar nos arquivos do PCP e, especificamente, do jornal *Avante!*, respostas para as perguntas que lhe foram colocadas:

a. Como se justifica o aparecimento dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, GEPDES?
b. Qual o papel do PCP na criação dos GEPDES?

Consideraram os investigadores já referidos que seria importante registar a perspetiva do PCP, dado que estava em causa a verdade sobre o seu envolvimento nos Grupos de Estudo. Assim, João Manuel da Costa Feijão, na qualidade de um dos responsáveis pelo Centro de Documentação do PCP, elabora desenvolvidamente sobre a situação política portuguesa dos anos sessenta ao período pós-revolucionário (Apêndice 2.2.). Este militante comunista integrou o movimento associativo estudantil em 1962, era então aluno de História da Faculdade de Letras de Lisboa, mas só aderiu ao PCP após o 25 de Abril de 1974. No que diz respeito às respostas procuradas, estas diluem-se no seu testemunho.

João Manuel da Costa Feijão enquadra o aparecimento dos Grupos de Estudo num movimento mais vasto, afirmando:

> *"A dinâmica da luta de massas, que, entretanto, se desencadeia em Portugal, particularmente a partir de 1968, e que vem num crescendo até ao 25 de Abril de 1974, é liderada e protagonizada, essencialmente, pelo tecido operário de Norte a Sul do País, mas agregou a este processo de contestação laboral, um primeiro segmento importante que é o grupo dos bancários, o qual entra num processo reivindicativo muito objetivo, muito profissional, mas muito organizado e muito sindicalista. A seguir vêm os escritórios, depois os caixeiros e, nesta dinâmica, quem é que está mais próximo desta realidade? São os sociólogos, são os economistas. E aparece, também, o grupo dos economistas e, depois, gente ligada a preocupações sociais que se prendem com os problemas da habitação decorrentes do crescimento dos dormitórios, e com os problemas político-sociais e*

> *de urbanismo a ele associados, e aqui surge mais um grupo ligado a este tipo de problemática, os arquitetos."* (Apêndice 2.2.)

E mais adiante:

> […] *"o grupo dos professores começa a ser enriquecido não só com quadros regressados da Guerra Colonial, como com quadros que fizeram o percurso académico na década de sessenta, envolvendo-se na contestação do regime pelo movimento estudantil.* […] *esta gente que vem ou do professorado primário ou da crise académica, em que participou, tem, no que concerne à sua perspetiva de profissionalização, carreira, percurso etc., uma leitura crítica em relação àquilo que encontra.* […] *é necessário organizar forças dentro do seu grupo profissional para ter maior capacidade reivindicativa e interventiva, etc., e, se os caixeiros fizeram isso, se os bancários fizeram isso, se os arquitetos fizeram isso, se os economistas fizeram isso, nós, professores, que temos uma presença significativa neste País, na área mais relevante que é a formação, também vamos ter capacidade para tal, utilizando a via da coesão profissional e as aspirações comuns de alteração de estatutos, de remunerações, de carreira, bom… não vamos entrar numa luta reivindicativa apenas reduzida a isso, vamos alargar o seu âmbito, vamos atuar de uma maneira crítica relativamente às políticas de educação."* (Apêndice 2.2.)

No que concerne ao envolvimento do PCP nos Grupos de Estudo, João Manuel da Costa Feijão remete a sua resposta para o "Manifesto à Nação", de março de 1943, no qual o partido apresenta "9 pontos como programa para a unidade nacional", e a cuja publicação se seguiu, em janeiro de 1944, a criação do Conselho Nacional de Unidade Antifascista – Movimento de Unidade Nacional Anti Fascista (MUNAF) – integrando comunistas, socialistas, republicanos, católicos, monárquicos, liberais e outros opositores ao regime, de várias tendências. É com base nos princípios unitários então definidos que João Manuel da Costa Feijão afirma estar o partido "disponível para participar, com todos os antifascistas, num projeto alternativo ao Governo existente, considerando que a solução posterior não passava necessariamente pela participação do PCP."

Que ilações se podem tirar desta análise? Que tal como nas lutas políticas de outros grupos sociais e profissionais, designadamente as lutas associativas académicas de 1962, 1965 e 1969, a influência do PCP na criação, organização e posterior ação dos Grupos de Estudo, foi relevante mas discreta, funcionando o partido como suporte estratégico do movimento e veículo da consciencialização política dos seus membros.

De resto, pode-se afirmar, com base nos testemunhos dos entrevistados, que o modelo organizativo e as formas de atuar dos Grupos de Estudo tinham um objetivo comum a todas as forças que combatiam o regime personalizado em Salazar e, mais tarde, em Caetano: a partir de reivindicações de natureza profissional, construir uma consciência política nos professores,

que levasse à queda do Estado Novo e à implantação de um regime democrático, capaz de terminar a guerra colonial e promover o desenvolvimento nacional. Esse era também o propósito do PCP, seguramente a força política com maiores raízes nos movimentos políticos e sociais que lutaram pelo fim da ditadura iniciada nesse longínquo ano de 1926.

PARTE III

CAPÍTULO V

A CONSTITUIÇÃO DOS SINDICATOS DOS PROFESSORES:

estruturas organizativas e reivindicações, 1974-1977

"Sonha e serás livre de espírito… luta e
serás livre na vida."

Che Guevara (s/d)

Na sequência do movimento encetado a 25 de Abril de 1974 operou-se uma relevante alteração constitucional. Um novo regime, agora, num quadro democrático, estava em construção. Em cumprimento do programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), por força do art.º 1.º da Lei n.º 1/74, de 25 de abril, é destituído das funções, o Presidente da República e são exonerados o Presidente do Conselho, os ministros, os secretários e subsecretários de Estado. A Assembleia Nacional e o Conselho de Estado são dissolvidos. E o artigo 2.º do mesmo diploma estipula: "Os poderes atribuídos aos órgãos referidos no artigo anterior passam a ser exercidos pela Junta de Salvação Nacional"[233].

No texto do programa do Movimento das Forças Armadas, já se determina a "abolição da censura e exame prévio, a liberdade de reunião e de associação e a liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma". É, no entanto, no número 2 do art.º 13.º da Lei n.º 3/74, de 14 de maio, que a Junta de Salvação Nacional, ao definir a nova estrutura constitucional transitória, atribui ao Conselho de Estado a competência para sancionar os diplomas do Governo Provisório que respeitem: "c) Ao exercício da liberdade de expressão de pensamento, de ensino, de reunião, de associação e de crenças e práticas religiosas".

Estava aberto o caminho para a liberdade pela qual os membros dos GEPDES tinham lutado.

> […] começámos por afirmar que a criação dum sindicato de professores em Portugal depois do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 se iniciou nas próprias

[233] A Junta de Salvação Nacional (JSN) era constituída por um grupo de militares designados após a Revolução de 25 de Abril de 1974 (Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de maio). Esta Junta esteve em funcionamento entre 1974 e 1975. A Junta de Salvação Nacional era composta por: General António Spínola (Exército - presidente); General Francisco da Costa Gomes (Exército); Brigadeiro Jaime Silvério Marques (Exército); General Manuel Diogo Neto (Força Aérea - ausente em Moçambique); Coronel Galvão de Melo (Força Aérea); Capitão-de-mar-e-guerra Pinheiro de Azevedo (Marinha); Capitão-de-fragata Rosa Coutinho (Marinha). Após os acontecimentos de 28 de setembro de 1974, que culminaram na renúncia do general Spínola à Presidência, deixaram a JSN este oficial, bem como os generais Jaime Silvério Marques, Diogo Neto e Galvão de Melo. O general Francisco da Costa Gomes foi então designado Presidente da República e ingressaram na JSN os seguintes oficiais: Tenente-coronel Carlos Fabião (Exército); Tenente-coronel Nuno Fisher Lopes Pires (Exército); Tenente-coronel Narciso Mendes Dias (Força Aérea); Tenente-coronel Aníbal Pinho Freire (Força Aérea); Comandante Silvano Ribeiro (Marinha) (interinamente, enquanto durasse o impedimento do almirante Rosa Coutinho, ao tempo ausente em Angola como Alto-Comissário). Após os acontecimentos de 11 de março de 1975, a JSN foi extinta, passando os seus então membros a integrar o novo Conselho da Revolução.

> escolas dando continuidade à atividade e organização dos Grupos de Estudo durante os primeiros anos da década de setenta. (Stoer, 1985, pp. 61-62)

Num comunicado divulgado pelo jornal *República*, em 27 de junho de 1974, a Organização dos Professores de Lisboa do PCP, reconhece o papel dos Grupos de Estudo na luta pelos direitos da classe durante o Estado Novo:

> "Os professores comunistas, conscientes da importante ação que desenvolveram nas lutas reivindicativas pró-sindicais e antifascistas do professorado antes do 25 de Abril, e conscientes também do seu papel de vanguarda no atual processo de luta dos professores, consideram da máxima importância uma tomada de posição e esclarecimento sobre a movimentação sindical dos professores. A criação de uma estrutura sindical que defendesse os interesses dos professores e desenvolvesse formas de luta em volta das suas reivindicações mais sentidas foi um dos objetivos importantes do professorado durante o regime fascista. Nesse sentido, a movimentação dos professores reforçou-se e alargou-se significativamente com a criação dos GRUPOS DE ESTUDO DO PESSOAL DOCENTE DO ENSINO PREPARATÓRIO E SECUNDÁRIO[234], que representaram uma forma de organização dessa movimentação".

Na verdade, este período histórico, de 1974 a 1977, coincide com a fase mais conturbada e de maior crescimento do movimento sindical da história recente do nosso país, conhecido como Revolução, Crise Revolucionária ou Período Revolucionário em Curso (PREC), que decorre entre a Revolução dos Cravos e a entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa[235], a 25 de abril de 1976 – "o PREC criou a imagem de um movimento sindical forte, ofensivo e mobilizador" (Stoleroff, 1995). E como afirma Teodoro,

> A *explosão* de movimentos e iniciativas em praticamente todos os campos da sociedade - nas escolas, na administração local, no movimento sindical, na habitação, na gestão das empresas, na redistribuição da propriedade agrária, na alfabetização e educação de adultos, na cultura – representou um elemento caracterizador do processo político iniciado em Abril de 1974. (Teodoro, 2001, p. 319)

A 16 de maio de 1974 tomava posse o I Governo Provisório presidido pelo advogado Adelino da Palma Carlos[236], integrando representantes das principais forças políticas da oposição[237]. Este governo viria a ser presa da sua própria heterogeneidade ideológica, espelho de uma dinâmica que se afirmava de forma crescente no seio da sociedade portuguesa e que viria a

[234] De notar que a organização era Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório (GEPDESeP).
[235] A Constituição da República Portuguesa entra em vigor no dia 25 de Abril de 1976 e tem a data de aprovação pela Assembleia Constituinte a 2 de abril de 1976.
[236] Primeiro-ministro de 16 de maio de 1974 a18 de julho de 1974, conhecido como republicano e democrata, mas, simultaneamente, reconhecido como um homem com múltiplas ligações a grandes empresas e com vários cargos na área da Banca.
[237] Neste I Governo Provisório participaram membros dos diversos partidos, nomeadamente do PS, do PCP e do PPD, bem como independentes e um militar, que assumiu a pasta da Defesa.

precipitar a sua queda em julho de 1974. O programa do I Governo Provisório - Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de maio - constitui hoje um documento de referência que deixa transparecer as esperanças e os anseios de um País, permitindo avaliar as principais linhas de rumo seguidas pós 25 de Abril, na busca de uma sociedade nova e mais justa para todos os portugueses.

No que se refere à política educativa, cultural e de investigação, o referido decreto estipula no ponto 8:

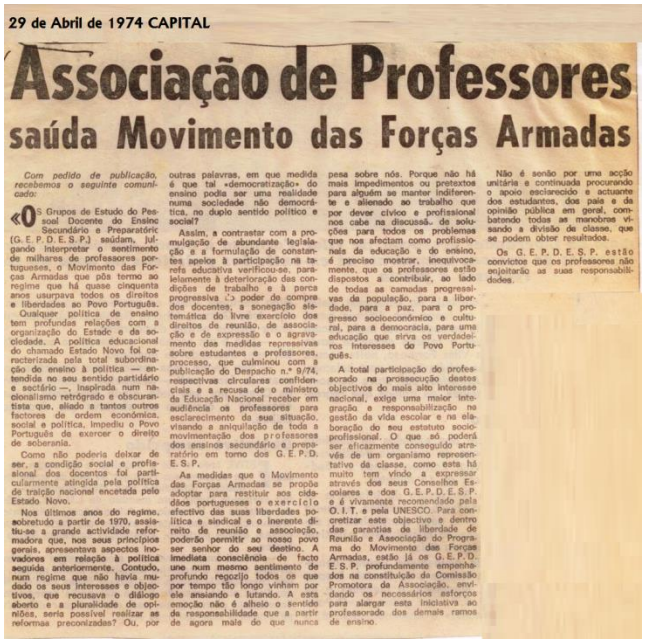
> a) Mobilização dos esforços para irradicação do analfabetismo e promoção da cultura, nomeadamente nos meios rurais;
>
> b) Desenvolvimento da reforma educativa, tendo em conta o papel da educação na criação de uma consciência nacional genuinamente democrática, e a necessidade da inserção da escola na problemática da sociedade portuguesa;
>
> c) Criação de um sistema nacional de educação permanente;
>
> d) Revisão do estatuto profissional dos professores de todos os graus de ensino e reforço dos meios ao serviço da sua melhor formação;
>
> e) Ampliação dos esquemas de ação social escolar e de educação pré-escolar, envolvendo obrigatoriamente o setor privado, com vista a um mais elevado processo de implementação do princípio da igualdade de oportunidades;
>
> f) Criação de um esquema de participação de docentes, estudantes, famílias e outros interessados na reforma educativa visando em especial a liberdade de expressão e a eficiência do trabalho;
>
> g) Definição de uma política nacional de investigação;
>
> h) Fomento das atividades culturais e artísticas, designadamente da literatura, teatro, cinema, música e artes plásticas, e ainda dos meios de comunicação social, como veículos indispensáveis ao desenvolvimento do Povo;
>
> i) Difusão da língua e cultura portuguesa no Mundo.

Os anos de 1974 a 1977 são anos de transição para um modelo diferente do anterior a todos os níveis (Rosas, 1999). À escola foi atribuído um papel de elemento fundamental para a formação dos cidadãos da nova sociedade que se desejava democrática e as preocupações dos responsáveis políticos para a área da educação foram desde logo sistematizados como é visível no programa do I Governo Provisório.

> No período de crise revolucionária, a continuação da expansão escolar, a democratização da gestão escolar e a reforma dos conteúdos do ensino inseriram-se na tentativa de fazer alinhar a educação como novo quadro político e ideológico que decorria do propósito de construir uma *sociedade a caminho do socialismo*. (Teodoro, 2001, p. 392)

É neste contexto político que os GEPDESeP se voltam a reunir na Figueira da Foz, em 28 de abril, para aprovar uma saudação ao Movimento das Forças Armadas e difundir o seguinte comunicado, divulgado em vários meios de comunicação social, como mostra a figura 14, que reproduz uma notícia publicada no diário *A Capital*, de 29 de abril de 1974.

Figura 14 - Comunicado ao País e ao MFA



29 de Abril de 1974 CAPITAL

Associação de Professores saúda Movimento das Forças Armadas

Com pedido de publicação, recebemos o seguinte comunicado:

«Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório (G. E. P. D. E. S. P.) saúdam, julgando interpretar o sentimento de milhares de professores portugueses, o Movimento das Forças Armadas que pôs termo ao regime que há quase cinquenta anos usurpava todos os direitos e liberdades ao Povo Português.

Qualquer política de ensino tem profundas relações com a organização do Estado e da sociedade. A política educacional do chamado Estado Novo foi caracterizada pela total subordinação do ensino à política — entendida no seu sentido partidário e sectário —, inspirada num nacionalismo retrógrado e obscurantista que, aliado a tantos outros factores de ordem económica, social e política, impediu o Povo Português de exercer o direito de soberania.

Como não poderia deixar de ser, a condição social e profissional dos docentes foi particularmente atingida pela política de traição nacional encetada pelo Estado Novo.

Nos últimos anos do regime, sobretudo a partir de 1970, assistiu-se a grande actividade reformadora que, nos seus princípios gerais, apresentava aspectos inovadores em relação à política seguida anteriormente. Contudo, num regime que não havia mudado os seus interesses e objectivos, que recusava o diálogo aberto e a pluralidade de opiniões, seria possível realizar as reformas preconizadas? Ou, por outras palavras, em que medida é que tal «democratização» do ensino podia ser uma realidade numa sociedade não democrática, no duplo sentido político e social?

Assim, a contrastar com a promulgação de abundante legislação e a formulação de constantes apelos à participação nas tarefas educativa verificou-se, paralelamente à deterioração das condições de trabalho e à perda progressiva do poder de compra dos docentes, a sonegação sistemática do livre exercício dos direitos de reunião, de associação e de expressão e o agravamento das medidas repressivas sobre estudantes e professores, processo, que culminou com a publicação do Despacho n.º 9/74, respectivas circulares confidenciais e a recusa de o ministro da Educação Nacional receber em audiência os professores para esclarecimento da sua situação, visando a aniquilação de toda a movimentação dos professores dos ensinos secundário e preparatório em torno dos G. E. P. D. E. S. P.

As medidas que o Movimento das Forças Armadas se propõe adoptar para restituir aos cidadãos portugueses o exercício efectivo das suas liberdades política e sindical e o inerente direito de reunião e associação, poderão permitir ao nosso povo ser senhor do seu destino. A imediata consciência de facto une num mesmo sentimento de profundo regozijo todos os que por tempo tão longo vinham por ele ansiando e lutando. A esta emoção não é alheio o sentido de responsabilidade que a partir de agora mais do que nunca pesa sobre nós. Porque não há mais impedimentos ou pretextos para alguém se manter indiferente e alienado ao trabalho que por dever cívico e profissional nos cabe na discussão de soluções para todos os problemas que nos afectam como profissionais da educação e do ensino. É preciso mostrar, inequivocamente, que os professores estão dispostos a contribuir, ao lado de todas as camadas progressivas da população, para a liberdade, para a paz, para o progresso socioeconómico e cultural, para a democracia, para uma educação que sirva os verdadeiros interesses do Povo Português.

A total participação do professorado na prossecução destes objectivos de mais alto interesse nacional, exige uma maior integração e responsabilização na gestão da vida escolar e na elaboração do seu estatuto socio-profissional. O que só poderá ser eficazmente conseguido através de um organismo representativo da classe, como esta há muito tem vindo a expressar através dos seus Conselhos Escolares e dos G. E. P. D. E. S. P. e é vivamente recomendado pela O. I. T. e pela UNESCO. Para concretizar este objectivo e dentro das garantias de liberdade de Reunião e Associação do Programa do Movimento das Forças Armadas, estão já os G. E. P. D. E. S. P. profundamente empenhados na constituição da Comissão Promotora da Associação, envidando os necessários esforços para alargar esta iniciativa ao professorado dos demais ramos de ensino.

Não é senão por uma acção unitária e continuada procurando o apoio esclarecido e actuante dos estudantes, dos pais e da opinião pública em geral, combatendo todas as manobras visando a divisão de classe, que se podem obter resultados.

Os G. E. P. D. E. S. P. estão convictos que os professores não enjeitarão as suas responsabilidades.

Deste texto salientamos: restituição aos cidadãos portugueses o exercício efetivo da sua liberdade política e sindical e o empenhamento na constituição da Comissão Promotora da Associação, alargando esta iniciativa do professorado aos diferentes ramos de ensino.

Estavam esboçados os primeiros desafios colocados aos Grupos de Estudo:

- Criação de uma associação ou de um sindicato,
- Constituição de sindicatos únicos ou de setor,
- Constituição de sindicatos nacionais ou regionais.

A última reunião nacional formal dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório, no período do Estado Novo[238], realizara-se, na Figueira da Foz, a

[238] A reunião foi convocada para a Cervejaria Cristal, na Avenida [existe rua e não avenida] Calouste Gulbenkian, 1-A, 1º E, segundo consta da ata da reunião (Apêndice 1. 7.). As anteriores reuniões não se efetuaram em andares de prédios, o que pode ser um sinal de que era necessária uma maior precaução, devido a recentes medidas repressivas do Governo e a notícias de que membros dos Grupos de Estudo corriam o risco de,

31 de março de 1974, onde se delinearam os assuntos prioritários: constituir uma associação ou um sindicato e as principais reivindicações.

A questão de se constituir uma associação ou um sindicato tinha sido abordada, informalmente, numa reunião, a 29 de abril, na Cooperativa de Educação e Formação Permanente[239], em Lisboa, onde, elementos dos Grupos de Estudo, militantes do Partido Comunista Português, aprovaram a ideia de constituição de sindicatos. A opção por uma estrutura sindical era defendida pelo Partido Comunista Português, o qual gozava de forte implementação entre os membros dos Grupos de Estudo.

> Sendo o PCP a organização política de mais importante e estruturada inserção no mundo do trabalho, antes e logo após o golpe militar, não surpreende verificar que as estruturas sindicais provisórias dos professores apareçam, de maneira geral e num primeiro tempo, hegemonizadas por elementos daquele Partido, ou sob a sua influência. (Grácio, 1983, pp. 786-789)

Os professores, membros dos GEPDESeP, constituem-se em sindicatos sem qualquer enquadramento legislativo: "uma coisa parece certa: com os governos provisórios e com os sindicatos, os professores ganharam, para além da vontade participativa, uma estabilidade e uma segurança social que antes desconheciam" (SPN, p. viii). Os sindicatos "são, por excelência, as estruturas privilegiadas de intervenção e reivindicação dos professores, assumindo, assim, uma dupla característica: por um lado, são organizações reivindicativas; por outro, são proponentes de ideários, valores e projetos educacionais e profissionais", com se lê no livro comemorativo dos 30 anos do Sindicato dos Professores do Norte (SPN, p. viii).

A criação de estruturas de formato sindical, após 25 de Abril, iniciou-se, primeiramente, no Norte. A 29 de abril de 1974, cria-se o Sindicato dos Professores do Norte (SPN), depois designado Sindicato de Professores da Zona Norte (SPZN).

> A 29 de Abril de 1974: Mais de 400 professores de várias escolas do Norte trocaram impressões nas instalações do Secretariado para a Mocidade Portuguesa, que haviam sido ocupadas pelo Movimento da Juventude Trabalhadora, no 1.º andar, do n.º 604 da Rua Júlio Dinis. A última reunião dos Grupos de Estudo deu, assim, origem ao primeiro sindicato livre de professores... (SPZN, 2004, p. 4)

Num comunicado difundido entre a classe, a 30 de abril, afirma-se que,

em breve, serem presos (Capítulo IV, 4.2.2. a.). "Um cerco se apertava, ameaçador, em torno dos grupos", afirma Rui Grácio (1983, p. 784).

[239] Informação dada por Helena Pato e corroborada por António Teodoro.

> "No Porto, a 29 de abril, algumas centenas de professores reunidos em assembleia convocada nesse próprio dia, através de órgãos de informação (rádio e televisão), votaram a seguinte proposta: 1. Considerando que os sindicatos são os órgãos representativos dos trabalhadores; 2. Considerando que os professores são trabalhadores, propõe-se que se estabeleça que o órgão que deve representar os professores seja um sindicato".

Este mesmo texto informa, ainda, que foi "sancionada a proposta de uma lista de vinte e quatro professores ligados à atividade dos Grupos de Estudo, organismo que englobava professores do ensino secundário e básico (frise-se que o ensino básico abrange os ensinos primário e preparatório), professores que passam a constituir uma direção provisória". Nesta reunião foi, igualmente votada uma moção dirigida à Junta de Salvação Nacional, entregue a 1 de maio no Quartel-General do Porto.

A 11 de maio do mesmo ano, em Assembleia Magna, no Pavilhão dos Desportos, do Palácio de Cristal, no Porto, presidida por anteriores membros dos Grupos de Estudo, entre os quais António Costa Carvalho e Gomes Bento, reúnem-se cerca de cinco mil professores, para ratificar a criação do sindicato, eleger a direção provisória, constituída por Alda Varela, António Costa Carvalho, Gomes Bento, Manuel Medina, Óscar Lopes e Reis Monteiro, entre outros, para aprovar uma moção a enviar à Junta de Salvação Nacional e para ouvir Óscar Lopes afirmar: "Não podemos já hoje fazer a democracia ideal, mas temos de instaurar, entre nós, a mais genuína democracia possível, aqui e agora. Temos de meter mãos à obra e já![240]"

Na *Folha Informativa do SPN*[241] faz-se o balanço da atividade do sindicato e perspetivam-se formas de atuação. No ponto B, refere-se que o então SPN participou na constituição da União dos Sindicatos do Porto e aderiu à Intersindical[242], levando à prática os princípios aprovados na Assembleia Magna dos professores do Norte, no Pavilhão dos Desportos do Porto, em maio de 1974. Estes docentes adotam, então, a estrutura de reuniões à maneira dos Grupos de Estudo e, nesse sentido, criam subdelegações, grupos de trabalho e reivindicam, junto do MEC, o pagamento nas férias a todos os docentes e a colocação e recondução dos professores.

[240] *Primeiro de Janeiro*, 12 de maio 1974, p. 5.
[241] *Folha Informativa do SPN*, n.º 15, de 25 de julho, de 1974.
[242] A 8 de maio de 1974, a Intersindical Nacional divulga um documento intitulado Para uma estratégia do movimento sindical atual, no qual defende "a existência de sindicatos democráticos e virados para a defesa dos interesses dos trabalhadores", só conseguida através de "uma luta unida, firme e intransigente dos trabalhadores contra todos os focos de reação, em unidade com as demais forças democráticas e o Movimento das Forças Armadas" (texto policopiado).

Estava passado o testemunho, decisivo para o desenvolvimento do movimento sindical, depois de 25 de Abril.

Em Coimbra, os docentes reuniram-se, pela primeira vez, no Teatro de Bolso do TEUC, em 30 de abril de 1974. Dado o reduzido número de professores presentes foi marcada nova reunião para 4 de maio, no auditório do Liceu D. João III, hoje Escola Secundária José Falcão. Seiscentos professores decidiram, então, constituir o Sindicato dos Professores da Zona Centro (SPZC), a exemplo do que já acontecera no Porto, e nomearam uma Comissão Pró-Sindicato. O *Diário de Lisboa*, de 15 de maio de 1974, refere que,

> "No auditório do Liceu José Falcão, em Coimbra, realizou-se uma assembleia dos professores das comissões pró-sindicato de vários estabelecimentos de ensino (cerca de sessenta), dos diferentes sectores – desde o pré-primário ao universitário – tanto oficiais como particulares do distrito. Da reunião resultou a marcação de um colóquio sobre sindicalismo […] e a eleição da comissão executiva pró-sindicato […]".

Em Lisboa, a 2 de maio é fundado o Sindicato de Professores da Zona da Grande Lisboa (SPZGL), mais tarde SPGL[243]. Numa convocatória assinada pela Comissão Coordenadora dos GEPDESeP, em reunião com professores de escolas do ensino secundário, preparatório, primário e infantil de Lisboa e concelhos limítrofes, lê-se,

> "Considerando,
>
> 1. Abusiva e despropositada a atitude assumida por alguns diretores de escolas do Ciclo Preparatório de Lisboa, de apoio à recondução do professor Veiga Simão no Governo Provisório;
>
> 2. Que a existência de um ministro do antigo regime neste Governo Provisório poderá dar a imagem pública de uma Junta de Salvação Nacional de algum modo hipotecada a ideias e personalidades do regime derrubado;
>
> 3. Que à luz da nova situação criada pelo 25 de Abril se torna urgente discutir e encontrar coletivamente a solução para os graves problemas que afetam o professorado;
>
> Convoca a classe para uma reunião Geral de Professores, no dia 2 de maio, às 21,30h, em local que será oportunamente divulgado através dos órgãos de informação".

Realiza-se, assim, a primeira reunião geral de professores, em liberdade, na Escola Preparatória Manuel da Maia, posteriormente transferida para o Pavilhão dos Desportos de

[243] Até 1976, quando da aprovação dos estatutos, a designação é, primeiro, a de Sindicato de Professores da Zona da Grande Lisboa e Zona Sul e, em 1975, a de Sindicato de Professores da Zona da Grande Lisboa. Após a aprovação dos estatutos, em 1976, abandona-se a designação de zona pela conotação que tinha com os sindicatos do Norte e do Centro, de tendência social-democrata.

Lisboa, pois estava em risco de colapso o chão do ginásio daquele estabelecimento de ensino, devido ao elevado número de professores que queriam participar. A reunião, com três pontos na ordem de trabalhos – informações, eleição da comissão instaladora, saneamento dos cargos superiores e diretivos do MEN[244] –, inicia-se perto da meia-noite e dura até à manhã do dia seguinte, presidida por Lindley Cintra, representante do ensino superior, António Teodoro, pelos GEPDESeP, Costa Carvalho, em representação da Direção Provisória do Sindicato de Professores do Norte, Luís Aguiar, presidente do Sindicato Nacional de Professores [sindicato do regime corporativo, ainda em funcionamento] e Maria Regina Sousa, professora do ensino primário[245].

Na Informação n.º 1, do Sindicato Nacional de Professores – Comissão Instaladora Provisória, CIP (Zona de Lisboa) descrevem-se as duas reuniões plenárias, de 2 e 4 de maio, sendo que, na primeira, já antes mencionada, se refere o,

> "envio de um telegrama de apoio à Junta de Salvação Nacional, bem como a constituição da CIP (por um mês) a qual assegura a realização de debates acerca dos princípios básicos do sindicato e a resolução de problemas imediatos, nomeadamente, os da sede e da planificação de reuniões de trabalho".

A moção, discutida e votada na reunião de 2 de maio começa por saudar todos os trabalhadores portugueses pelo seu sacrifício e luta durante o regime anterior, rejeita a entrada no Governo de qualquer ministro do "regime fascista", considera uma ameaça para o ensino a "reentrada para a pasta da educação do ex-ministro Prof. Veiga Simão, responsável por uma política demagógica do Ministério da Educação Nacional", apela à demissão de todos os funcionários de cargos diretivos das faculdades, solicita a criação de legislação para a gestão dos estabelecimentos de ensino, pede reestruturação de todo o sistema de preparação de professores e, finalmente, exprime o desejo "da participação dos professores não se limitar à simples eleição dos seus corpos diretivos" e se alargar à "participação efetiva de todos os professores em toda a política educativa, nomeadamente na redefinição dos seus objetivos, nas formas de acção dos Conselhos Escolares, na competência dos professores delegados ou coordenadores e na capacidade de intervenção do Conselho Sindical".

[244] O Decreto-Lei n.º 277, de 25 de junho de 1974, estabeleceu os princípios básicos do saneamento da política interna e das suas instituições, de acordo com o Programa do Movimento das Forças Armadas. O MEC cria a Comissão para o Saneamento e Reclassificação da qual fazem parte representantes do Sindicato dos Professores: Renato Goulart (Zona Norte), Maria Inês Borges (Zona Centro), António Abreu (Zona da Grande Lisboa), Domingos Janeirinho (Zona do Alentejo) e Carlos Botelheiro (Zona do Algarve). Comunicado do Sindicato dos Professores, de 11 de outubro de 1974.

[245] *A Capital*, 3 de maio de 1974.

A 4 de maio os professores do ensino primário reúnem-se, no Estádio Universitário, em Lisboa, para eleger os seus elementos a constarem da CIP. A constituição de uma CIP (Zona de Lisboa), nesta data, com a vigência de um mês, "não sendo propriamente eleita, nem representativa assegurará provisoriamente […] a realização de princípios básicos do sindicato", é constituída por cinco elementos do ensino superior, Lindley Cintra, António Abreu, Tiago de Oliveira, Vítor F. e Silva e Manuel Gusmão; cinco do ensino secundário e preparatório, António Teodoro. Fátima Rodrigues, Helena Pato, Sousa Santos e Adelaide Carvalho; cinco do ensino primário, Manuel Balbino, Catarina Carapinha, Domingos Torgal, Henrique Belezo e M. Regina Sousa, e cinco do ensino particular, Pedro Onofre, Maria João Avilez, Orquídea V. Quartim, Rui Passos e Flândia Roxo.

Esta questão era consensual entre os membros dos Grupos de Estudo, pois desde cedo e mesmo antes de 25 de Abril, já se tinham realizado reuniões com professores do ensino primário e do ensino superior, quer no Norte quer em Lisboa, tudo indicando que o caminho a seguir era de um modelo de sindicato único.

A CIP do SPZGL estrutura-se em subcomissões: Informação, Sede e Organização Sindical. No que se refere à sede, a JSN cede à CIP, até então instalada na Rua do Conde Redondo, n.º 22 1º, em Lisboa, antiga sede do Sindicato Nacional dos Professores, as instalações, na Rua das Gaivotas, n.º 6, Lisboa, antiga sede da "Liga 28 de Maio"[246]. No campo da Orientação Sindical, salienta-se o facto de na assembleia de professores de todos os graus de ensino, realizada a 9 de maio, ter discutido a intenção de oficialização de todo o ensino particular, "Considerando que os estabelecimentos de Ensino Particular deixarão razão de ser na democratização, não segregada do Ensino, propormos a extinção do Ensino Particular[247], nacionalizando-o[248]" (Informação n.º 2 do Sindicato dos Professores, CIP de Lisboa, de 17 de

[246] Ver Nota de Rodapé 102.

[247] Na reunião no MEC, em 30 de agosto de 1974, estando presentes, Aldónio Gomes (Inspeção do MEC/Comissão Quadripartida), Eduardo Costa (Direção do sindicato), Aldina Marques (Núcleo do Ensino Particular do Sindicato) e Jorge Pereira (Assessor jurídico do Sindicato), no ponto 6 lê-se: "a) Instar (em apoio de idêntico pedido já formulado pela inspecção do MEC) pela definição, por parte do MEC, da política geral a seguir para o ensino particular; b) Levantamento da realidade socioeconómica do ensino particular, através dos elementos estatísticos já existentes ou a conseguir, inquéritos etc., com vista ao estudo da respetiva estrutura para uma ação sindical adequada e eficaz; c) Atuar para a criação e entrada em vigor, urgente, de um novo "Estatuto do Ensino Particular" em que também se disponha, por fases ou outro processo, que os professores do ensino particular sejam pagos pelo MEC e recrutados pelas escolas a este ministério". O Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo foi instituído pela Lei n.º 9/79, de 19 de março.

[248] Na sequência do golpe de 11 de março de 1975, foi decidido nacionalizar a banca e as companhias de seguros, em 14 e 15 de março de 1975, respetivamente. O Conselho da Revolução abriu uma nova fase do processo revolucionário, colocando na ordem do dia as possibilidades de transição para uma sociedade socialista. Ao nível político, a medida foi acolhida com aprovação dos partidos à esquerda, incluindo o PS, bem como

maio de 1974). O mesmo comunicado informa sobre a realização, entre 8 e 13 de maio, de reuniões de delegados de educadoras de infância, do ensino primário, secundário, médio e superior.

No entanto, forças contrárias tentaram forçar a criação de sindicatos de setor, como prova o testemunho de Elsa Oliveira,

> *[…] lembro-me de uma reunião, pouco depois do 25 de Abril, creio que na Escola Marquês de Pombal, apenas de professores efetivos, com o objetivo de constituírem um Sindicato dos Professores Efetivos, pois consideravam que o sindicato que se estava a formar a partir dos GE só defendia os professores provisórios. Quando soubemos dessa reunião, a meio de um plenário de professores, arranquei para lá, eu e uma outra colega que era do MRPP, ambas professoras efetivas e, portanto, com direito de entrar! Eu até era orientadora de estágio. Pedimos a palavra mas não acreditaram que fossemos professoras efetivas. Tive de confrontar alguns que me conheciam e sabiam qual a minha situação profissional. Então, subi ao palco e fiz uma intervenção com vista a acabar com aquela iniciativa. Identifiquei-me como membro fundador dos GE e fundadora do novo sindicato, que pretendíamos que fosse de todos os professores. Inicialmente, a reação foi muito violenta. Foi um momento muito difícil. Conseguimos explicar que a divisão não favorecia ninguém e o quanto era importante estarmos todos juntos num único sindicato! Defendemos com tanto vigor a importância da existência de um único sindicato, que a maioria dos participantes na reunião percebeu o disparate que era a criação de um sindicato dos professores efetivos. Tínhamos conseguido fazer abortar aquele movimento! (*Apêndice 2. 1. a.)

Um comunicado aos órgãos de informação da responsabilidade da Comissão Instaladora do Sindicato dos Professores informa:

> "A Comissão Instaladora do Sindicato dos professores chama a atenção de todos os trabalhadores do ensino para a campanha de manobras provocatórias em curso, que visa, através da falta de informação, do boato, e até da ameaça, lançar a confusão entre o professorado e dificultar, ou mesmo entravar, o atual processo de construção dum sindicato único para toda a classe. Assim num colégio da zona de Lisboa realizou-se há dias uma reunião "fantasma", para a qual foram convocados professores do ensino primário e secundário, e onde um senhor não identificado chamou a atenção dos presentes para os inconvenientes da criação dum sindicato, afirmando que isto contraria os interesses do professorado. Ainda no início duma reunião de delegados do ensino pré-primário, aparecerem dois indivíduos que se identificaram, falsamente, como membros da Comissão Instaladora, e que procuraram convencer as educadoras presentes dos inconvenientes dum sindicato único".

Em alguns pontos do País existiam pequenos focos contrários que não vingaram. É o caso relatado pelo jornal *República*, de 23 de maio de 1974, onde se divulga a notícia da criação, em Bragança, de uma Associação de Professores, cuja Comissão Provisória eleita em reuniões

largas franjas do PSD, quadro, este, que se foi alterando com o tempo. O 25 de Abril e a nacionalização da banca e dos seguros, Textos de Apoio, Ciclo de debates, março 2014, Universidade Popular do Porto.

gerais dentro de cada escola, pretende ser representativa de todos os estabelecimentos de ensino oficial e particular.

Em 11 de novembro de 1974, o Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa, informa os seus membros "da tentativa de um grupo de professores liceais, ditos de habilitação própria, em formar uma Associação de Professores do Ensino Liceal (APEL) à margem das estruturas sindicais" (Comunicado n.º 31/74, Assembleia de Delegados do CPES e ES, de 7 de novembro) e "na reunião inaugural compareceram dezasseis pessoas, dez das quais se opuseram à iniciativa…." (Comunicado n.º 93/75, de de 3 de janeiro, SPZGL).

Bem cedo se detetaram medidas divisionistas. O Sindicato de Professores da Zona Norte, alerta para a entrega no Ministério do Trabalho, dos Estatutos de um Sindicato dos Profissionais da Educação, no próprio dia em que a lei sindical entra em discussão no Conselho de Ministros (Circular n.º 05/75 de janeiro).

O vespertino *A Capital* informava, a 7 de maio de 1974, que, segundo José Manuel Marques de Carvalho[249], "muitos funcionários ainda não têm opinião sobre as vantagens de um sindicato único ou vários sindicatos por profissões". A notícia diz ainda, que "foi acentuado, entretanto, que o almirante Rosa Coutinho "disse ser pensamento da Junta de Salvação Nacional apoiar a organização dos funcionários em sindicatos ou sindicatos únicos".

Uma outra questão se colocou aos dirigentes dos Grupos de Estudo de Lisboa, Norte e Centro, primeiros elementos das Comissões Instaladoras Provisórias (CIP) dos sindicatos criados logo após 25 de Abril de 1974: sindicatos nacionais ou regionais.

> Não se julgue, porém, que a rapidez com que se criavam sindicatos significava consenso quanto ao modelo organizativo. Muito se analisou, se refletiu e debateu. Para se compreender a importância do debate realizado, há que referir que tudo se encontrava em aberto: uns achavam que os sindicatos deveriam ter uma organização nacional e estruturar-se em torno dos ramos e setores de educação e ensino; outros defendiam a constituição de sindicatos regionais que contivessem todos os graus de educação e ensino. E a querela não era de somenos, porque a adoção por um ou outro modelo refletiria necessariamente a opção política da orientação sindical. (SPN, 2004, p. viii)

[249] Segundo *A Capital*, "delegado eleito por aclamação da secretaria-geral da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa momentos antes da reunião de delegados de todos os trabalhadores da Administração Pública no salão principal do Instituto Superior Técnico".

A ideia de um sindicato nacional, abrangendo todos os graus e setores de ensino, com a integração do Sindicato Nacional de Professores[250], esteve na mente dos docentes, logo após o 25 de Abril, ao criarem a Delegação do Norte do Sindicato dos Professores, a Delegação da Grande Lisboa e Sul, e a Delegação do Centro, tendo como órgãos superiores o Congresso e uma Comissão Nacional. É, também, na Figueira da Foz, que docentes de vários Grupos de Estudo do País, se reúnem para criarem a Direção Provisória do Norte e a Comissão Instaladora Provisória de Lisboa, e para estudarem as linhas gerais de atuação com vista à formação de um Sindicato Nacional de Professores[251]. Assim, no *Boletim do Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa*[252], n.º 1, de novembro de 1974, página 18, "A caminho de um sindicato a nível nacional", lê-se:

> […] podemos considerar cinco zonas a funcionar sindicalmente. A ZONA NORTE, que tem uma direção provisória, eleita em Plenário, em Junho, e que coordena o trabalho sindical em cinco distritos. A ZONA CENTRO que está organizada em seis Executivos Distritais e uma coordenação Interdistrital, apenas com função de coordenação. A ZONA DA GRANDE LISBOA que tem uma Direção Executiva Provisória, eleita com programa, estando em curso a criação de subdelegações no Distrito de Setúbal e Santarém para se assegurar uma maior dinamização e funcionalidade do trabalho sindical nessas zonas. A ZONA DO ALENTEJO que tem três Executivos Distritais e uma coordenação interdistrital. A ZONA DO ALGARVE com o Grupo Provisório de Cooperação Regional.

No mesmo texto e citando o Relatório da Reunião Nacional, do Sindicato Nacional de Professores, de 14 de setembro de 1974, afirma-se:

> Está constituída uma estrutura de execução e coordenação nacionais, sem poder deliberativo, designada 'Comissão Coordenadora Provisória Nacional', formada na base de seis elementos por cada zona… São Reuniões Nacionais de Sindicatos aquelas em que estiverem presentes, devidamente credenciados, os representantes das seguintes estruturas sindicais docentes: Direção Provisória do Norte, Executivos Distritais do Centro, Comissão Diretiva Provisória da Grande Lisboa, Comissão Executiva da Zona do Alentejo, Grupo Provisório Distrital do Algarve ou a estrutura que o venha a substituir…

Logo após a criação das delegações regionais de zona[253], foi constituída a Reunião Nacional de Executivos (RENE), posteriormente designada Reunião Nacional de Sindicatos. Com efeito, o anteprojeto dos Estatutos da Estrutura Sindical, ponto 4, página 21, publicado em

[250] Sindicato corporativo para os professores do ensino particular foi criado em março de 1939. O sindicato exigia uma inscrição obrigatória e tinha como objetivos o controle e a regulação da atividade.
[251] Esta é uma das designações com que, na altura, a nova estrutura em preparação, aparece nos vários documentos a que tivemos acesso.
[252] Ainda como estrutura de delegação do Sindicato Nacional de Professores.
[253] As delegações de zona do Sindicato Nacional de Professores apareciam com as siglas Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa, Sindicato da Zona Centro e Sindicato dos professores do Norte/Sindicato dos Professor da Zona Norte.

março de 1975, sob o título "Projeto sintético do Estatuto da Federação dos Sindicatos dos Professores (FESIP)", apresenta, no ponto 4, página 21, a proposta de criação de uma estrutura que "representasse o Professorado Português a nível nacional e internacional e a sua ação norteia-se e desenvolve-se com absoluta independência em relação ao poder estatal, ao patronato, aos partidos políticos e aos credos religiosos". E a lista A, candidata à direção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), em 26 de março de 1976, no ponto 4, página 20, do seu programa, subscreve a criação da Federação dos Sindicatos dos Professores (FESIP).

A Reunião Nacional de Executivos elabora um regulamento interno do qual realçamos os seguintes pontos: presença credenciada de representantes da Zona Norte, Zona Centro, Zona da Grande Lisboa e Zona Sul; cada delegação integra três membros; o *quorum* é de três zonas; coordena e tenta unificar a ação sindical; realiza reuniões ordinárias com a periodicidade de seis semanas; possibilidade de reuniões extraordinárias; as deliberações são tomadas por maioria; as decisões são vinculativas; podem estar presentes outros elementos com funções consultivas; eleição de uma comissão de representação do MEIC, sendo esta o órgão máximo da estrutura sindical dos professores.

Internamente, os sindicatos organizavam-se por seções (mais tarde secretariados) – educadoras/pré-primário, professores primários, do CPES e ES, do ensino médio e superior – criando dentro do modelo único, possibilidade de discussão dos interesses dos seus membros sobre assuntos mais perto da sua realidade profissional, assuntos esses, que eram, posteriormente, levados ao executivo de zona, e por este ao executivo nacional, numa estrutura em pirâmide. Esta modelo era subscrito pelo MES[254], pois no Encontro Nacional de Professores, realizado em Lisboa, a 8 de março de 1975, defende-se a "existência de um sindicato em cada zona (Norte, Centro, Sul, Açores e Madeira)", sendo o Secretariado Nacional, o órgão executivo da Federação dos Sindicatos dos Professores e "cada sindicato

[254] O Movimento de Esquerda Socialista (MES) surgiu a seguir à Revolução do 25 de Abril de 1974. A criação do MES resultou da articulação política de sindicalistas, militantes do catolicismo progressista, inteletuais de diversos setores e de quadros do associativismo académico. A formação do MES foi anunciada no Congresso fundador, em 1974, pela "Declaração do Movimento de Esquerda Socialista - M.E.S", subscrita por Agostinho Roseta, Augusto Mateus, Jerónimo Franco, Jorge Sampaio, Marcolino Abrantes, Paulo Bárcia, Rogério de Jesus, António Machado, Luís Filipe Fazendeiro, Luís Manuel Espadaneiro, Carlos Pratas, José Galamba de Oliveira, Joaquim Mestre, José Manuel Galvão Telles, Eduardo Ferro Rodrigues, Nuno Teotónio Pereira e César de Oliveira. O MES concorreu às eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975 (1% de votos), e para a primeira Assembleia da República, em 1976 (0,57%). O MES dissolveu-se em novembro de 1981, e o seu registo foi cancelado em 1997. Entre 1974 e 1975 o MES publicou o jornal *Esquerda socialista*, dirigido por César Oliveira.
https://caminhosdamemoria.wordpress.com/.../mes-os-dirigentes-fundadores. Acedido em 29 novembro 2014.

integrará quatro seções (Pré-Primário e Primário, Preparatório, Secundário, Médio e Superior)" (p. 96). No entanto, este modelo de organização interna é criticado num comunicado emitido por uma estrutura auto-intitulada, Comissão de Unidade e Intervenção Sindical dos Professores (C.U.I.S.P.), de 6 de dezembro de 1975, num texto, "Objetivos da luta sindical dos professores", onde se lê: "o sindicato [CDP] não pode dividir os professores em compartimentos estanques sob pena de o 'sindicato único' se transformar numa fórmula vazia de conteúdo […] no primário desconhecem-se as lutas travadas no secundário, estas, nada sabem do que se passa no superior, etc."[255].

Embora durante este período se tenha trabalhado numa estrutura de nível nacional, a designação, especialmente em Lisboa e Porto, de sindicatos – SPGL e SPN - poderá induzir em erro de interpretação. Designavam-se sindicatos mas o modelo organizativo era, ainda, de índole nacional.

A questão residia no quadro concetual e organizativo, entre um modelo de democracia direta ou representativa.

> […] uns achavam que os sindicatos deveriam ter uma organização nacional e estruturar-se em torno dos ramos e setores de educação e ensino; outros defendiam a constituição de sindicatos regionais que contivessem todos os graus de educação e ensino. E a querela não era de somenos, porque a adoção por um ou outro modelo refletiria necessariamente a opção política da orientação sindical. Acabou por prevalecer a segunda opção, pelo que os sindicatos do continente tomaram a designação de "Zona", com exceção do SPGL, que apareceu desde a fundação (2 de maio) como Sindicato dos Professores da Grande Lisboa – os sindicatos das ilhas apareceram um pouco mais tarde, com a designação de Sindicato dos Professores da Madeira e da Região dos Açores. (SPN, 2004, p. viii)

Numa democracia direta, o cidadão vota e expressa a sua opinião sem intermediários, estando o poder nas assembleias. A dificuldade de realizar assembleias plenárias nacionais favorecia a decisão de formação de sindicatos regionais. Na democracia representativa, as decisões políticas não são tomadas diretamente, mas por representantes eleitos. Este modelo, que tinha resultado antes de 25 de Abril com os Grupos de Estudo, dificilmente, se enquadrava no espírito do quadro político depois da Revolução. Abandonada a estruturação a nível nacional, as Delegações Regionais do Sindicato dos Professores passam a Sindicatos de Zona.

O Regulamento do Processo Eleitoral da Comissão Diretiva provisória da Zona da Grande Lisboa prevê que o processo de eleição se desenvolva através da apresentação de listas-

[255] Os comunicados a que tivemos acesso mostram claramente a preocupação de divulgação, quase diária, das conclusões das decisões, quer a nível setorial, quer a nível de zona ou nacional.

programa e fixa o calendário eleitoral: início do período eleitoral a 12 de junho, apresentação das listas até 26 de junho, período de campanha de 27 de junho a 17 de julho e eleições nas escolas a 19 de julho. A CIP funcionará como Comissão Eleitoral (Informação n.º 3, Sindicato dos Professores – CIP, Zona da Grande Lisboa e Zona Sul, de 11 de junho de 1974).

O Sindicato de Professores da Zona da Grande Lisboa (Distritos de Santarém, Lisboa e Setúbal) reelege a CIP, em 19 de julho de 1974, por um período de sete meses, numa das eleições sindicais mais concorridas em Portugal após o 25 de Abril. A Comissão Diretiva Provisória (CDP), eleita, viu prorrogado o prazo do seu mandato, em fevereiro de 1975, para que fosse possível a aprovação dos estatutos do sindicato e a defesa das reivindicações em curso. A eleição da direção do sindicato só veio a verificar-se em março de 1976. Estes vinte meses de vida sindical são registados e narrados na publicação do SPGL, de 1976, *Vinte meses da vida sindical dos professores da Grande Lisboa*, e em outras publicações, tais como *Contra a escola capitalista*, do Movimento de Esquerda Socialista (MES).

A lista A, "Por um sindicato único. Pela unidade de todos os professores", candidata à Comissão Diretiva da Delegação da Grande Lisboa, em 1976, obteve cerca de 60% dos votos contra 35% da Lista B, "Pelo poder das escolas". Concorreram seis listas e incluindo uma inédita aliança PPD/AOC[256], concorrente apenas ao Conselho Fiscal e que obteve 32% de votos. A Lista A apresenta, curiosamente, o símbolo dos GEPDESeP na capa do seu programa eleitoral e integra, novamente, nomes como António Teodoro e Maria de Fátima Rodrigues, entre outros, ligados aos Grupos de Estudo.

Todos os sindicatos dirigidos por comissões instaladoras provisórias eleitas em assembleias gerais tinham por missão elaborar e fazer aprovar os estatutos, criar as condições para a eleição das direções sindicais, bem como efetuar ações reivindicativas junto da tutela.

Em 9 de maio de 1974, os sindicatos, em assembleia, decidem criar duas comissões de estudo com os seguintes objetivos:

> "1.ª Comissão: Estudar, dentro dos princípios antes enunciados, e com o conhecimento das estruturas sindicais noutros países, as possíveis formas de organização sindical, dando neste momento especial importância à integração dos trabalhadores não sindicalizados e/ou à criação de novos sindicatos; 2.ª comissão – Proceder desde já ao estudo de projetos de nova legislação sindical e de trabalho,

[256]Aliança Operário-Camponesa (AOC), criada em 1975, alterou a sua denominação e sigla para, Partido Trabalhista (PT), em 1979, tendo concorrido às eleições legislativas nacionais de 1980. Em 2000, foi decretada a sua extinção pelo Tribunal Constitucional por não desenvolver qualquer atividade, pelo menos desde 1983. pt.wikipedia.org

> tendo por base as convenções 87.ª[257] e 98.ª[258] da OIT e/ou outros documentos que venham a considerar importantes como base de trabalho".

Conforme adiante se verá, foram as questões associadas a este segundo ponto que dividiram o movimento sindical docente, como, aliás, todo o universo laboral e político.

Antes do 25 de Abril, já se notava a existência de diferenças de natureza ideológica entre os professores. Mas a luta contra o regime pela defesa da liberdade de reunião e de expressão, e, bem assim, pela dignificação da classe docente, unia, na altura, a grande maioria dos docentes.

> Dirigentes e ativistas dos Grupos de Estudo, na fase declinante do caetanismo, situam-se sem exceção nas fileiras da oposição política ao Regime; alguns estão mesmo ideologicamente próximos ou até vinculados (ou virão a vincular-se após o 25 de Abril) a organizações ou simples correntes políticas de vária inspiração: liberal, socialista, comunista, trotsquista, maoísta, etc. Sendo o PCP a organização política de mais importante e estruturada inserção no mundo do trabalho, antes e logo após o golpe militar, não surpreende, verificar que as estruturas sindicais provisórias dos professores apareçam, de maneira geral e num primeiro tempo, hegemonizadas por elementos daquele Partido, ou sob a sua influência. (Grácio, 1983, pp. 786-789)

As divergências no que respeita a orientação da política sindical vão dar origem a um "mapa sindical" bem diferente do que se delineara em 25 de Abril. Os campos ideológicos, em 1975, estavam claramente demarcados e as estruturas sindicais tornar-se-ão palco de grandes lutas internas.

Uma das questões fraturantes do movimento sindical docente foi, sem dúvida, a opção por uma das emergentes linhas sindicais, a da unidade sindical, por um lado, ou a da unicidade sindical[259], por outro. Atente-se nos princípios definidos pela Convenção n.º 87/OIT, da Organização Internacional do Trabalho (Rodrigues, 2013), de 9 de julho de 1948, já anteriormente referida. Esta convenção, que poderá ser citada como a que consagra a liberdade sindical e a proteção ao direito de sindicalização, estabelece, no Artigo 2.º, que "os trabalhadores e os empregadores, sem nenhuma distinção e sem autorização prévia, têm o

[257] Ver Nota Rodapé 207.

[258] A Convenção n.º 98 da OIT sobre a aplicação dos Princípios do Direito de Organização e de Negociação Coletiva foi adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho na sua 32.ª sessão, em Genebra, a 1 de julho de 1949. Entrou em vigor na ordem internacional a 18 de julho de 1951. Em Portugal foi aprovada e ratificada pelo Decreto-Lei n.º 45 758, de 12 de junho de 1964. Entrou em vigor na ordem jurídica portuguesa a 1 de julho de 1965.

[259] A unicidade como modelo sindical, apresenta a categoria e a base territorial, como os limites para atuar, ou seja, é a proibição, expressa em lei, da existência de mais de um sindicato na mesma base de atuação.

direito de constituir as organizações que estimem convenientes, assim como o de filiar-se nestas organizações, com a única condição de observar os estatutos das mesmas".

As divergências ultrapassam o espaço sindical estendendo-se aos partidos políticos, após a publicação da legislação das associações sindicais - o Decreto-Lei n.°215-B/75 de 30 de abril, em cujo art.º 3.º se lê: "É assegurado aos trabalhadores o direito de associação sindical para defesa e promoção dos seus interesses socioprofissionais."

A unicidade é defendida pelo PCP e o princípio da unidade pelos restantes partidos, Partido Socialista, Partido Popular Democrático, mais tarde designado Partido Social Democrata, e pelos movimentos de extrema-esquerda, tendo o ponto de rutura sido atingido com a aprovação pelo I Governo Provisório (apesar da oposição dos ministros do Partido Socialista) da lei da "unicidade sindical". Carlos Gomes Carvalhas, secretário de Estado do Trabalho, defende o "princípio da unicidade sindical" e, a 7 de janeiro de 1975, Francisco Salgado Zenha, dirigente do PS, publica um artigo de opinião, no *Diário de Notícias*, intitulado "Unidade Sindical ou Medo à Liberdade?", no qual rejeita os princípios da unicidade sindical. A 13 de janeiro de 1975, a Comissão Coordenadora do Programa do MFA, em comunicado lido na RTP, pelo capitão Vasco Lourenço, toma posição "em torno da lei sindical", e pronuncia-se "por unanimidade, pelo princípio da unicidade sindical". E, a 21 de janeiro de 1975, o Conselho de Ministros do III Governo Provisório aprova, por maioria, o diploma que consagra o princípio da unicidade sindical, com votos contra dos ministros do PS e do PPD.

O I Congresso da Intersindical, que ocorreu em 1975, coincidiu com a aprovação da lei da "unicidade sindical". O Decreto-Lei n.º 215-A/75, de 30 de abril, exarado, com base nos poderes conferidos no artigo 6.° da Lei Constitucional n.º 5/75, de 14 de março, ao Conselho da Revolução, reconhecia a Intersindical[260] como única estrutura federativa, representativa do conjunto dos sindicatos portugueses.

Na nota da Comissão Política do Comité Central do PCP de segunda-feira, 13 de janeiro de 1975, lê-se:

> 1. O PCP confirma uma vez mais a sua posição de que a unicidade sindical é nas condições concretas do Portugal de hoje a melhor garantia da liberdade sindical. A

[260] A constituição, desenvolvimento e afirmação da CGTP-IN engloba as fases das reuniões Inter-sindicais, da Intersindical e da Intersindical Nacional, sucessivas designações que foi assumindo até 1977, altura em que por decisão do 2.º Congresso, no Congresso de Todos os Sindicatos, de 27 a 30 de janeiro, em Lisboa, estando presentes 1147 delegados, em representação de 272 sindicatos, 13 federações e 17 uniões, foi adotada a sigla CGTP-Intersindical Nacional. www.cgtp.pt

> unicidade sindical fortalece a unidade de classe, assegura a livre constituição, direção e gestão dos sindicatos pelos trabalhadores, garante a independência dos sindicatos em relação ao Estado, ao Governo, aos partidos e ao patronato. Inversamente, o chamado pluralismo, a proliferação dos sindicatos, seria de facto contrário à liberdade e independência do movimento sindical. O PCP afirma que a sua decidida posição em defesa da liberdade sindical faz parte da sua política geral de defesa das liberdades democráticas e insere-se no objetivo da construção em Portugal de um regime democrático no qual o povo português goze das mais amplas liberdades, no qual possam organizar-se e defender as suas opiniões todos os portugueses dispostos a viver em liberdade e a respeitar a ordem democrática.

O encontro de dirigentes e militantes sindicais socialistas, em 16 de janeiro de 1976, na cidade de Aveiro, marca oficialmente o projeto de divisão do movimento sindical. No seguimento deste encontro, realizou-se, a 14 de fevereiro de 1976, no Porto, uma reunião de representantes de 29 direções sindicais, em que foi decidido redigir uma "Carta Aberta", endereçada aos trabalhadores, às direções sindicais e ao secretariado da Intersindical, a qual foi publicada a 27 de abril. Este documento "apelava à convocação de um "congresso democrático de todos os sindicatos", filiados ou não na Intersindical, com vista à "construção de uma central sindical única que represente de facto todos os sindicatos portugueses".

Nascia, então, o movimento denominado, Movimento Autónomo de Intervenção Sindical, Carta Aberta (MADISCA), que, como o nome indica, resulta da publicação nos órgãos de informação de uma carta aberta, exigindo a instituição de uma alternativa à unicidade, tendo como base os princípios da liberdade sindical tal como esta era proclamada nas convenções da OIT.

Em 26 de março de 1976, um plenário da Intersindical, reage às primeiras movimentações do grupo promotor da "Carta Aberta", tornando pública a intenção de realizar ainda nesse ano, um congresso extraordinário. O grupo da "Carta Aberta" dará origem, em 27 e 28 de outubro de 1978, data da aprovação dos respetivos estatutos, à UGT - União Geral de Trabalhadores, constituída por sindicalistas ligados ao Partido Socialista e ao Partido Social Democrata, e cujo Congresso Constitutivo se efetuou, no Porto, nos dias 27 e 28 de janeiro de 1979.

Em 30 de setembro de 1976, a lei de unicidade sindical é revogada pelo PS, então no Governo, através do Decreto-Lei n.º 773/76, de 27 de outubro, onde se lê:

> A Constituição da República Portuguesa reconheceu aos trabalhadores a liberdade sindical como condição e garantia da construção da sua unidade para defesa dos seus direitos e interesses. Importa, na sequência desse imperativo constitucional, revogar a legislação que, por traduzir princípios contrários àquela liberdade, é manifestamente inconstitucional.

Uma outra questão fraturante foi a que teve a ver com o apelo à greve surgido ainda durante a vigência da CIP do Sindicato Nacional de Professores. Num comunicado do Sindicato dos Professores – Zona da Grande Lisboa e Zona Sul – Comissão Instaladora[261], afirma-se:

> "A Comissão Instaladora Provisória deste sindicato alerta todo o professorado de Lisboa e Zona Sul do País para o facto de as ações de greve que estão a ser lançadas em algumas escolas resultarem de uma manobra facciosonista de uma minoria de professores. Estas ações, que urge denunciar, representam um grave desvio da legalidade sindical, pois estão em flagrante contradição e refletem total desprezo pelas decisões tomadas em assembleia geral de delegados, órgão soberano dentro das atuais estruturas do Sindicato dos Professores e que preconizam que qualquer luta sindical revista o caráter massivo e unitário que, só esse, permitirá torná-la eficaz".

Atento a todas as questões laborais o PCP, Organização dos Professores de Lisboa[262], divulga um comunicado dirigido a todos os professores da região, onde se lê:

> "Tendo em conta as vitorias já alcançadas e a situação política atual, o decretar de uma greve dos professores, neste momento, levanta problemas em relação à opinião pública e pode conduzir à divisão da classe, à paralisação das estruturas sindicais e a choques com o Governo Provisório com graves consequências no plano político-social, para além de não servir de facto, os verdadeiros interesses dos professores". (*República*, 27 de junho de 1974)

Esta posição enquadra-se no espírito da Intersindical que aprova dois documentos intitulados, "Para uma estratégia do movimento sindical no momento atual" e "Reestruturação e organização sindical", em 11 de maio de 1974. No primeiro afirma:

> "[…] a greve é a arma a usar pelos trabalhadores para resolver os conflitos das relações de trabalho, mas é a arma que deverá ser usada como meio último, depois de esgotados todos os outros meios, e isto para evitar o aproveitamento, que todos os inimigos do Povo, da Democracia e dos trabalhadores, fariam dum uso indiscriminado ou indevido da greve. Compete aos trabalhadores, através das suas organizações - então livres – vigiar para que provocadores não lancem a confusão, usando tal arma oportunisticamente".

No entanto, em algumas escolas a situação é bem diferente. Um comunicado da Comissão coordenadora da luta dos professores provisórios[263], de 17 de junho de 1975, informa que estes docentes continuavam sem receber nas férias, "vendo-se obrigados a mendigar de escola em escola colocação para o ano seguinte", acusam o MEC de transferir, para Ministério da Coordenação Económica, o assunto do pagamento nas férias, e as estruturas sindicais, de se

[261] Neste comunicado, sem data, é referida uma assembleia de delegados "a realizar no próximo dia 17, pelas 21,30, na Escola Preparatória Manuel da Maia".
[262] Divulgado pelo jornal *República*, em 27 de junho de 1974.
[263] Consideramos curiosa esta reivindicação se a compararmos com o primeiro objetivo da criação dos Grupos de Estudo em 1969/70.

"terem mostrado absolutamente incapazes de defender, a tempo, os interesses dos provisórios". A ausência de defesa tem levado "muitas escolas a encetar, isoladamente, processos de luta, estando muitas delas já em greve" e, sendo esta, o último recurso, "apelam à greve às reuniões de conselho de turma para atribuição das classificações do 3º período".

Os executivos nacionais estavam atentos a esta situação e num comunicado à classe reconhecem que o problema da colocação e recondução dos professores sem habilitação possa ser "uma possibilidade de divisão no campo sindical" e que "esta possibilidade de divisão tem de ser encarada de frente pelas estruturas sindicais e que se deve evitar o desemprego […]" e mais adiante "apelam às escolas que encetaram formas de luta as suspendam até decisão final unitária". Propõem ao MEIC que publique um despacho que garanta trabalho a todos os professores "qualquer que seja a sua habilitação" e "assegure condições de formação científica e pedagógica a estes docentes (Comunicado de 11 de junho de 1975).

O direito à greve só é constitucionalmente reconhecido, a 2 de abril de 1976, quando a lei fundamental foi aprovada pela Assembleia Constituinte, para entrar em vigor no dia 25 de abril do mesmo ano. No ponto 1, do art.º 57.º, estabelece-se: "É garantido o direito à greve". No entanto, logo após a Revolução, pelo disposto no Decreto-Lei n.º 215-B/75, visto e aprovado em Conselho da Revolução, e promulgado em 30 de abril, já o direito à greve fora estatuído, através da regulação do exercício da liberdade sindical pelos trabalhadores.

> É curioso verificar que a primeira greve dos professores na era democrática se dá, precisamente, na defesa do direito à negociação por parte dos sindicatos. Foi em 1978, tinha a democracia 4 anos e os professores já se viam na obrigação de fazer greves para defenderem a sua participação na questão educativa. (SPN, 2004, p. x)

As primeiras eleições para as direções sindicais, já segundo os respetivos estatutos decorreram entre 1975 e 1977.

No Norte, os estatutos do SPZN, são aprovados em 29 de julho de 1975, registados no Ministério do Trabalho, em 6 de agosto, e publicados no *Diário do Governo* de 2 de setembro, depois de se ter referendado a constituição de um sindicato regional[264]. As eleições decorrem a 18 de janeiro de 1976, tendo ganho a lista A, "Por um Sindicalismo Democrático dos Professores". Mas desentendimentos subsequentes sobre a política sindical levam à realização de eleições antecipadas, a 9 de julho de 1977, que deram a vitória à lista afeta ao PPD/PSD, "Por um sindicalismo reformista, pela dignificação da função docente".

[264] Em 1983, as divergências sobre as orientações da política sindical dão origem a uma cisão e à criação do SPN.

Em Lisboa, os estatutos do SPGL são aprovados a 17 de dezembro de 1975, publicados na III-Série, n.º14, do *Diário do Governo*, de 21 de fevereiro de 1976, e as eleições decorrem em 25 de março do mesmo ano. A propósito da lista vencedora, afirma Fátima Rodrigues, em *Opinião*, página 13,

> "[…] nos finais do ano letivo de1976-1977, vence as eleições para a Direção da Grande Lisboa uma lista que reunia ativistas de orientações politico-sindicais diversas, mas que se reconheciam numa estratégia comum de fazer frente às forças de divisão e apontavam para o objetivo de tornar o Sindicato um espaço de intervenção para todos os professores".

Em Coimbra, em 1977, houve as primeiras eleições para o SPZC. Das três listas em confronto, venceu a que se reclamava de orientação social-democrata[265]. Os Estatutos tinham sido aprovados, em outubro de 1976, e foram publicados no *Diário da República*, em 26 do mesmo mês. As eleições decorreram e a direção foi eleita, em 26 de fevereiro daquele ano.

> Inevitavelmente houve uma continuidade apreciável entre a ação e as reivindicações dos Grupos de Estudo do período de 1971-74 e a formação de um sindicato de professores, depois do golpe de Estado de 25 de Abril. Mais precisamente, tem sido sugerido (Grácio, 1983) que esta continuidade existiu através das seguintes formas: a) em termos dos seus líderes; b) em termos da definição regional da estrutura do sindicato nascente; c) em termos da predominância de professores do ensino preparatório e secundário; d) em termos dos objetivos dos novos líderes do sindicato, isto é, a defesa e a promoção dos interesses profissionais dos professores e a participação na definição e aplicação da política nacional para o ensino; e e) em termos de perspetiva política. (Stoer, 1985b, p. 56)

No período logo após o 25 de Abril de 1974 os meios de comunicação social, especialmente a imprensa escrita, divulgam, quase diariamente, notícias sobre o movimento dos professores: reuniões de apoio ao MFA e à JSN, sobre o pedido de demissão de reitores e diretores, de debate sobre a estrutura dos sindicatos, sobre a aprovação da abolição do Exame de Estado, novos métodos de avaliação do trabalho de estágio e propostas de classificação profissional, de abolição da disciplina de Organização Política e Administrativa da Nação, abolição do curso de Ciências Pedagógicas da Faculdade de Letras de Lisboa, de recusa dos professores e Educação Física em continuarem dependentes DGEFD, sobre a proposta da extinção da classe de monitores de Educação Física, sobre as aulas de Religião e Moral abertas a outras confissões e não serem privilégio da Igreja Católica, sobre a estruturação da carreira docente, etc.

[265] Em 22 de abril de 1982, criou-se o Sindicato de Professores da Região Centro, SPRC, devido a divergências sobre as orientações da política sindical, mantendo os estatutos de 1975/76.

A análise do período que vai de 25 de Abril de 1974 à eleição das direções sindicais, segundo os estatutos aprovados pela classe e homologados pelo Ministério do Trabalho, em 1977, permite compreender as diferenças entre as forças e os movimentos já referidos por Grácio e Stoer.

As reivindicações dos GEPDES, iniciadas em 1969, vão estar na ordem do dia logo após a constituição dos sindicatos, em 25 de Abril de 1974, e nos anos seguintes. São, fundamentalmente, a democratização da gestão das escolas, a formação de professores, inicial e contínua, a carreira profissional e o estatuto socioeconómico, o reajustamento de letra, as colocações e as reconduções. Sobressaem pontos de convergência no que respeitas às principais reivindicações da classe.

> A reivindicação imediata dos professores, no início do período revolucionário, foi o pagamento de férias para todos os professores. Esta reivindicação foi reconhecida pelo Ministério da Educação no meio de grande publicidade. Em outubro do mesmo ano [1974], iniciavam-se negociações com o III Governo Provisório para obter um ajustamento de letra na escala dos salários da função pública. Estas negociações incluíam também a redução do leque salarial, equiparando os salários dos professores aos dos funcionários públicos com qualificações idênticas e dando prioridade às reivindicações dos professores do ensino primário. Finalmente, depois dos acontecimentos de 11 de março de 1975, a proposta dos professores foi aceite pelo IV Governo Provisório. Concretiza-se então o maior aumento de salário dos professores, especialmente professores do ensino primário, verificado durante dezenas de anos. (Stoer. 1985b, p. 55)

Em maio de 1974, uma informação da Comissão Sindical da Escola Preparatória Francisco de Arruda, referindo os comunicados da CIP de Lisboa, enumera as reivindicações prioritárias: gestão escolar democrática; vencimentos; previdência; formação de professores; medidas imediatas a adotar para a redução do recurso ao serviço eventual; problemas específicos de algumas categorias de professores; aplicação das medidas imediatamente possíveis para uma melhoria das condições de trabalho e estudo nas escolas; direito à greve e modelo organizativo nacional (delegações: Norte, Centro, Sul e Madeira/Açores; seções: ensino infantil, primário, secundário e preparatório, normal e superior, e, eventualmente, ensino artístico e educação física).

A primeira reivindicação, no entanto, apresentada à tutela, é assumida pela Comissão Instaladora do Sindicato dos Professores, como estrutura nacional, formada por representantes de todas as delegações, num comunicado de 20 de maio de 1974, "certa de interpretar

corretamente o espírito do 25 de Abril", e receando a permanência em funções de antigos membros do Governo[266] e de quadros do MEN[267] do regime anterior, esclarece,

> "O último MEN e a sua reforma foram, para o governo marcelista, o alibi liberal, a caução progressista. […] Todos os funcionários superiores do MEN foram co-responsáveis […] nunca a repressão deixou de se abater sobre estudantes e professores, nunca as relações hierárquicas deixaram de ostentar marca de autoritarismo e da prepotência que definiu o velho regime. […] Quem pactuou diretamente com uma prática educativa fascista, não pode, de modo algum, considerar-se habilitado a promover uma prática educativa voltada para a criação de uma consciência nacional genuinamente democrática".

E, propõe:

> • Que sejam nomeados para os cargos de Secretários de Estado do MEC pessoas descomprometidas em relação ao velho regime e capazes de recolher a confiança dos estudantes e do professorado.
>
> • A imediata exoneração e substituição do Secretário-Geral e de todos os Diretores Gerais do ex - MEN.
>
> • Que o preenchimento dos cargos de inspeção e metodologia do MEC seja assegurado, logo que possível, pelos meios julgados convenientes pelo MEC e pelo professorado.
>
> • Que seja imediatamente criada legislação que permita iniciar um processo democrático de gestão dos estabelecimentos de ensino, nomeadamente a eleição dos corpos diretivos.

Assim, as reivindicações que nos propomos analisar, durante este período em estudo, e que até à data tivemos acesso, são maioritariamente oriundas das Reuniões Nacionais de Executivos (RENE), dos comunicados do Sindicato dos Professores, como estrutura nacional, bem como, dos comunicados do SPGL e SPN, como estruturas de zona.

Utilizando os primeiros documentos[268], verificamos que as reivindicações são, principalmente, as seguintes:

[266] Segundo o jornal *República* de 22 de maio de 1974,Veiga Simão, foi equiparado a bolseiro, por despacho de 7 de maio, pelo presidente do Instituto de Alta Cultura.

[267] Teodoro (2001) refere que António de Spínola tinha a intenção de convidar Veiga Simão para a chefia do I Governo Provisório. O Programa deste Governo, a pedido de Spínola, fica a cargo de Veiga Simão, que recorre a Adelino Amaro da Costa (co-fundador do CDS, deputado à Assembleia Constituinte, à Assembleia da República e Ministro da Defesa Nacional do VI Governo Constitucional), então Diretor do Gabinete de Estudos e Planeamento do MEN, que por sua vez recorre a Diogo Freitas do Amaral (Professor de Direito, co-fundador do CDS, Membro do Conselho de Estado, Deputado à Assembleia da República, Vice-Primeiro-Ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros do VI Governo Constitucional, Vice-Primeiro-Ministro e ministro da Defesa Nacional do VIII Governo Constitucional, ministro dos Negócios Estrangeiros do XVII Governo Constitucional, presidente da Assembleia-Geral das Nações Unidas) para a revisão final do texto.

[268] "Caderno reivindicativo", documento sem data, mas referindo no seu interior ter sido elaborado na fase de transição entre a CIP e a CDP.

- Gestão democrática
- Reajustamento de Letra
- Colocações e Reconduções
- Estatuto do Professor
- Formação de professores
- Problemas específicos de algumas categorias de professores
- Estatutos e eleições

A gestão escolar ocupou logo a partir de 25 de Abril de 1974 o primeiro lugar da agenda reivindicativa dos professores, primeiro com o pedido de saneamento dos reitores e diretores dos liceus, escolas preparatórias e técnicas, e, depois, com o controlo dos órgãos de gestão pelos professores, alunos e funcionários.

> "nas escolas, designadamente nas escolas do ensino secundário, foi despoletado com o 25 de Abril um movimento de participação docente e discente polifacetado, contraditório e conflituante, mas que num primeiro momento foi desenvolvido em torno da conquista do poder e de autonomia face à administração central (...), em busca de um ordenamento democrático e participativo para a organização da escola, com destaque para as conceções autogestionárias". (Lima, 1992, pp. 199-200)

No entanto, não é possível encontrar qualquer diploma legal que descentralize, de facto, a administração e transfira poder de decisão para as escolas. Na "gestão democrática", o que acontece é uma "deslocação do poder" (Stoer, 1985b, p. 67), não por iniciativa da administração central mas por imposição das bases que se apropriaram de poderes de decisão, desenvolvendo processos de democracia direta. Como refere Lima,

> "A legalização, retrospetiva em muitos casos, de comissões de gestão democraticamente eleitas ou a eleger depois do 25 de Abril (Decreto-Lei n.º 221/74, de 27 de maio) foi clara quanto aos limites impostos aos novos órgãos colegiais, a quem caberiam 'as atribuições que incumbiam aos anteriores órgãos de gestão' (Artigo 2.º). Na prática, porém, estes novos órgãos, e sobretudo os plenários deliberativos (nunca formalmente considerados ou permitidos pela legislação) avocaram novos poderes e passaram a decidir autonomicamente, em tensão e por vezes em conflito aberto com a administração central e os governos". (Lima, 1998, p. 31)

E, de facto, ainda em 1974, o MEC emite dois diplomas normativos, um legalizando a autogestão (Decreto-Lei n.º 221/74, de 27 de maio) e, um outro, generalizando um "modelo

de gestão" uniforme para todas as escolas preparatórias e secundárias (Decreto-Lei n.º 735-A/74, de 21 de dezembro), que representa o primeiro sinal evidente de recuperação de uma centralização burocrática, criando condições para a sobrevivência de "uma máquina transitoriamente paralisada". O Decreto-Lei n.º 735-A/74, de 21 de dezembro[269], institui uma nova filosofia organizacional das escolas, com base em três órgãos: Conselho Diretivo, Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo, optando por formas de democracia representativa, regulamenta os processos eleitorais, remete para legislação complementar e estatutos anteriores a 1974, as competências dos novos órgãos, admite a possibilidade de reuniões gerais mas apenas como "assembleias consultivas" e após autorização prévia e, no seu Artigo 31.º estabelece que "os estabelecimentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário continuarão sujeitos à superintendência dos competentes órgãos e serviços centrais do Ministério da Educação e Cultura". O diploma representa, deste modo, "o início do processo de reconstrução do paradigma da centralização e do retorno do poder ao centro" (Lima, 1998, p. 33). Este processo acaba por ser inteiramente conseguido, a partir do ano letivo 1976/77, com a publicação do Decreto-Lei n.º 769-A/76, de 23 de outubro (vulgarmente designado, na altura, por "decreto de gestão Cardia[270]").

O Sindicato Nacional de Professores, em 20 de agosto de 1974, em reunião com os secretários de Estado da Administração Escolar e Orientação Pedagógica, respetivamente Prostes da Fonseca e Rui Grácio, defende: a participação do Sindicato na elaboração do diploma legal sobre a constituição e funcionamento das comissões diretivas, a homologação imediata das comissões já eleitas, a abolição dos artigos dos estatutos de CPES e ETP que impeçam a participação de todos os professores, a abolição de horário para os elementos das comissões diretivas, a retirada das funções pedagógicas e disciplinares às Direções e Delegações Escolares do ensino primário, aguardando por propostas quer do MEC quer do sindicato.

[269] No entanto, o secretário de Estado da Administração Escolar, Prostes da Fonseca, promulga o Despacho n.º 85/74, em 28 de dezembro, no qual "lamenta a data tardia" da publicação do Decreto-Lei n.º 735-A/74, de 21 de dezembro, "em momento tão adiantado do ano letivo", justificada pela "situação insustentável de grande número de estabelecimentos de ensino", pela "necessidade de experimentar um modelo de gestão devidamente sistematizado e coerente", lamenta "que o diploma não tenha sido, antes e aprovado, submetido ao parecer dos estabelecimentos de ensino", realça o caráter experimental, justifica o artº 5º sobre a inelegibilidade de docentes com cargos diretivos em 1973/74, estabelece o calendário para as assembleias eleitorais, chama a atenção para o artº 16º sobre a constituição de comissões ou grupos de trabalho, avisa sobre a saída, em breve, de despachos sobre equiparação serviço docente, gratificações e orientações sobre o conselho pedagógico e termina recordando o Despacho conjunto dos secretários de Estado da Administração Escolar e Orientação Pedagógica, de 27 de novembro de 1974, sobre "as assembleias dos corpos docente ou discente e funcionários administrativos ou auxiliares".

[270] Professor universitário, ministro da Educação e Investigação Científica do I Governo Constitucional e ministro da Educação e Cultura do II Governo Constitucional.

A 14 de setembro do mesmo ano, os membros do Sindicato dos Professores[271], reunidos em Évora, questionam o ministro da Educação e Cultura sobre a não homologação das comissões diretivas e sobre o facto de o sindicato não ter tido acesso ao projeto de gestão democrática. Os mesmos representantes dos professores, com exceção dos Executivos Distritais da Zona Centro, ausentes da reunião, divulgam um comunicado, a 9 de outubro, sobre "Gestão democrática do CPES e ES". Neste texto, a ser aprovado na RENE, a 20 de outubro, e tendo por base os pareceres enviados pelas escolas, defendem:

- Os delegados dos professores à comissão de gestão são eleitos por sufrágio direto;
- A comissão de gestão tem três subcomissões: Executiva, Pedagógica (constituída por professores e alunos) e, Departamento Social (constituído por professores, alunos e funcionários) – seguro social, IASE, bar, cantina e papelaria;
- A subcomissão Pedagógica e Departamento Social têm funções deliberativas e consultivas;
- A subcomissão Executiva (constituída por presidente, docentes e chefe de secretaria) tem funções meramente executivas;
- A comissão de gestão elege entre si os coordenadores das três subcomissões e o presidente da comissão de gestão;
- Conselho de Pais e Encarregados de Educação tem caráter consultivo;
- Outros órgãos: assembleias setoriais; a assembleia magna (constituída por todos os professores, funcionários e delegados de turma dos alunos), sendo-lhe atribuída a definição do Estatuto Interno da escola;
- Os conflitos são resolvidos dentro de cada setor, recorrendo ao MEC em última instância;
- A inelegibilidade de todos os que estiveram comprometidos com o anterior regime.

O projeto de Decreto-Lei, datado de 31 de outubro de 1974, é contestado pelo Sindicato dos professores, em comunicado divulgado em 18 de novembro, principalmente no que se refere aos pontos em que o projeto do MEC contraria a posição definida pela classe.

O Reajustamento de Letra esteve para ser referendado mas, a pressão do MEC sobre uma proposta para imediata discussão, levou os executivos de todas as zonas, em Reunião Nacional de Executivos, realizada no Porto, em 23 e 24 de novembro de 1974, a reconsiderar a sua realização (Circular n.º 90/74).

[271] Direção Provisória do Norte, Executivos Distritais da Zona Centro, Comissão Diretiva Provisória da Zona da Grande Lisboa, Comissão Executiva da Zona do Alentejo, Grupo Provisório de Cooperação Distrital do Algarve.

As duas mais antigas reivindicações dos docentes desde a criação dos Grupos de Estudo em 1969/70, para além do direito de reunião e de associação, foram de natureza salarial. Havia, por um lado, que pôr cobro à situação de desemprego a que estavam sujeitos os professores provisórios, cerca de 81% do corpo docente, e, por outro reajustar os vencimentos dos professores do ensino oficial aos dos outros funcionários da administração pública, com iguais habilitações, ou equivalentes. O Sindicato dos Professores assumiu estas reivindicações com caráter prioritário. O pagamento das férias aos professores provisórios, com habilitação própria, e aos professores agregados tinha ficado solucionado com a publicação do Decreto-Lei n.º 354/74, de 14 de agosto, o qual determina que sejam remunerados durante as férias escolares de Verão os professores agregados, eventuais ou provisórios de vários graus de ensino. O problema do reajustamento salarial entra em fase de negociação, em dezembro do mesmo ano (Circular n.º 90/74).

Após uma ampla consulta à escala nacional feita à classe e para todos os níveis de ensino, esta espalha a heterogeneidade da classe e a dimensão do problema (Quadro 6). Trata-se de um reajustamento salarial, com consequente aumento de vencimento, tendo como matriz o sistema de Letras, em vigor na administração pública, e o lugar que nele ocupam os funcionários com habilitações iguais ou equivalentes às dos professores. Neste quadro há que considerar o reagrupamento das categorias dos professores numa base de equiparação de habilitações, a redução do leque salarial e o caso específico dos professores do ensino primário. As dificuldades em encontrar uma proposta justa e coerente residem no facto de os professores terem habilitações muito específicas para o exercício das suas funções. Partiu-se para um ajustamento dos professores licenciados e bacharéis, ordenando as outras categorias em função destes. O caráter hierarquizante e elitista do sistema vigente dificultavam a diminuição do leque salarial para os professores por entrar em contradição com algumas das Letras apontadas pela classe para certas categorias, tendo em conta que a subida de Letra dos professores do ensino primário implicaria grandes implicações financeiras. A conjuntura política e económica do País dificultará, decerto, as negociações.

Em 31 de janeiro de 1975, o MEC apresenta uma proposta de reajustamento salarial que foi totalmente rejeitada pela classe. Perante esta posição a tutela volta a apresentar uma outra proposta 17 de fevereiro, a qual atendia minimamente aos princípios defendidos pelos professores, mas é, igualmente, recusada pelos executivos nacionais (Circular n.º 45/75). As questões em debate referem-se à proposta do sindicato de colocação dos professores do

ensino primário na Letra J, a qual, segundo o MEC, suscitaria a contestação dos restantes funcionários públicos, que entendem ter habilitações equivalentes, além de ser um encargo excessivo para o Orçamento Geral do Estado, ao caso dos professores de Trabalhos Manuais do CPES e dos mestres do ETP, com habilitação própria, que o MEC pretende continuar a descriminar, colocando-os com duas Letras de diferença em relação aos professores das disciplinas de natureza teórica do mesmo grau de ensino. Outros problemas se colocam à negociação, tais como o dos professores provisórios, sem habilitação própria, dos regentes, dos auxiliares de educação e dos licenciados em Engenharia.

Quadro 6 - Proposta de reajustamento de Letra do Sindicato dos Professores

Categoria	**Letra atual**	**Letra Proposta**
Professor agregado do Ensino Primário	R	J
Professor efetivo do Ensino Primário	Q	J
Professor efetivo de TM do CPES	N	I
Mestre do ETP com estágio	M	I
Professor efetivo do CPES e agregado do liceu	K	M
Professor do CPES sem habilitação própria com curso superior	N	J
Professor provisório do CPES e Mestre Principal	L	I
Professor do ES sem habilitação própria com curso superior	M	J
Professor efetivo do ES	J	H
Professor eventual dos liceus e provisório do ETP	K	I

Circular do SPZN e Circular n.º 56 do SPZGL, de 4 de dezembro de 1974

O problema das diuturnidades é outro ponto de conflito entre o MEC e o sindicato. O ministério pretende modificar a lei das diuturnidades e o sindicato não pretende que esta se altere, de momento, pois quer auscultar a classe sobre este assunto em particular. No texto do projeto, "entregue pela Secretaria de Estado da Administração Pública às Comissões Diretivas

do Norte, Centro e Sul da Organização Sindical dos Trabalhadores da Função Pública, nega-se a aplicação do sistema de diuturnidades em definição ao pessoal docente abrangido pelo Decreto-Lei n.º 290/75, de 14 de junho" (*Boletim do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa*, n.º 6, janeiro 1976, p. 8). Os professores reivindicam, além do mais, a contagem de todo o tempo de serviço prestado ao Estado e no Ensino Particular para efeitos de reforma e de diuturnidades, em defesa dos seus direitos socioprofissionais. O MEC, na sua proposta, prevê que a obtenção de diuturnidades, com direito aumento de vencimento, seja, unicamente, atribuída aos professore do quadro. O sindicato alerta (Circular n.º 45/75) para o facto de docentes devidamente habilitados estarem a aguardar a entrada no quadro há mais de dez anos, situação para a qual não se vê solução imediata. Em 15 de abril de 1975 a questão estava ainda por resolver, como consta da Circular n.º 92, emitida pelos Executivos Nacionais do Sindicato dos professores dirigida ao Presidente da República, Primeiro-ministro, ministro da Educação e Cultura, ministro das Finanças, ministro da Administração Interna, ministro sem pasta, Dr. Álvaro Cunhal, ministro sem pasta Dr. Francisco Pereira de Moura, ministro sem pasta Dr. Joaquim Magalhães Mota e ministro sem pasta Dr. Mário Soares.

O início do ano letivo de 1974/75 começou com as dúvidas e inquietações sobre a colocação e recondução dos professores. O processo de negociação iniciou-se em agosto entre o sindicato e Comissão Central de Colocações do MEC. Deste processo ressalta o problema sobre a habilitação mínima para a docência. O MEC aceitou que os docentes sem habilitação mínima, que lecionaram em 1973/74, concorressem no concurso das escolas, em último lugar e comprometeu-se a que em 15 de novembro estariam colocados e reconduzidos todos os professores (Circular da CDP do Sindicato dos Professores de 1 de novembro de 1974). Entretanto no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 409-A/75, de 5 de agosto, lê-se:

> Tem o Governo, como aliás o País em geral, a experiência do que foi o começo do ano letivo de 1974-1975, bem como assim o seu próprio decorrer, que, obviamente, se encontra em ligação com os condicionalismos menos desejáveis que a legislação ainda vigente, por incompleta, ultrapassada e não integrada no momento em que vivemos, tem vindo a permitir. A dificuldade do ensino, mormente a que respeita ao pessoal docente devidamente qualificado, é sobejamente conhecida como um dos pontos fundamentais que o Governo pretende atingir no mais curto prazo que lhe for possível. Desta forma, através do presente diploma, define-se, mais uma vez e em termos inequívocos, o que se entende por habilitação profissional e por habilitação académica, estendendo-se, contudo, a viabilidade legal de recondução e de concurso à Comissão Central de Colocações a outras habilitações que, pela primeira vez, aparecem consignadas na nossa legislação sobre o ensino, designadas por específicas, mas que asseguram qualificação da docência ministrada pelos agentes que delas são portadores. Por outro lado, estende-se o sistema de colocações dos docentes a nível nacional em duas fases distintas, possibilitando-se

> assim o preenchimento de lugares nos estabelecimentos de ensino por candidatos possuidores de habilitações académicas suficientes, nas quais se incluem desde já as consideradas como «mínimas» para a docência, pela primeira vez definidas objetivamente, e que consistem, como era justo esperar, na posse de um determinado número de cadeiras dos cursos que conferem habilitação própria ou específica para o ensino.

Em 1976, o Decreto-Lei n.º 713-B/75, de 19 de dezembro, estabelece normas sobre a colocação de docentes, mas os Executivos Nacionais comprometem-se a encetar um amplo debate a nível das escolas das suas zonas, em torno deste problema, que se arrasta, com vista a uma solução eficaz e que possibilite o início normal do ano letivo de 1976/77 (Circular n.º 13/76 do SPGL, de 19 de janeiro).

O Estatuto do Professor, assumido pela CDP da Delegação do Norte do Sindicato dos Professores, propõe à classe, a nível nacional, um esquema de "Questões básicas para uma discussão sobre um estatuto único do professor". Neste texto pretende-se que o documento final defina professor como profissional do setor educativo, defina o papel e objetivo da função educativa e defina os direitos fundamentais do professor como cidadão, como trabalhador e como educador. Na relação professor/aluno defende-se o estatuto de cada um, a situação do professor perante o conteúdo do que ensina e as condições para uma ação educativa eficiente (formação cientifica, psicopedagógica, número de alunos por turma, horas de trabalho, material didático). O estatuto profissional aborda o problema da preparação dos professores, o aperfeiçoamento permanente, o contrato e carreira profissional (condições de ingresso na profissão, categorias profissionais, diuturnidades, segurança no emprego e licença, procedimento disciplina, sistema de classificação, remunerações), a segurança social (assistência médica, pensões para doença, acidentes profissionais e velhice, pensão de sobrevivência) e responsabilidade do professor (em relação à liberdade e personalidade do aluno, aos órgãos diretivos da escola, a iniciativas extracurriculares de objetivos culturais). A proposta termina com normas respeitantes aos professores não qualificados que atualmente exercem a função docente.

Em 1977, a 13 de março, é emitida uma proposta de caderno reivindicativo, elaborado na base da proposta saída da Reunião Nacional de Sindicatos (*Boletim do Professor*, Boletim Informativo n.º 1, de 13 de abril de 1977, p. 12). As áreas são treze:

I - Pré-primário: promulgação do projeto de diploma n.º 550/76, de 1de julho, sobre diplomas das educadoras de infância, cursos de promoção de Auxiliares de Educação de Infância,

regalias, tais como, a ADSE e diuturnidades, revogação do ofício circular n.º 14/77, de 15 de fevereiro, sobre férias.

II – Ensino integrado e itinerante: satisfação das reivindicações apresentadas.

III - Ensino Especial: criação imediata do Quadro do Ensino Especial no MEIC.

IV – Ex-regentes escolares com o curso da Escola do Magistério Primário: fim às descriminações e reajustamento de letra

V – Ensino Primário: contagem de tempo de férias e pagamento regular e em taxa fixa aos professores agregados, abolição de trabalho ao sábado, pagamento de subsídio de deslocação aos adjuntos e coordenadores pedagógicos.

VI – Professores agregados do 2º escalão: colocação imediata.

VII – Ensino Particular: igualdade de direitos e regalias igual ao ensino oficial, direito à livre contratação coletiva e respeito pelo CCT.

VIII – Professores-Estudantes: isenção de propinas, justificação de faltas e direito a faltar na véspera e dia do exame e redução de horário.

IX – Ciclo Preparatório e Ensino Secundário: reajustamento de Letra para os professores do 12º grupo, direito ao trabalho e salário para os professores não colocados até à data, medidas para complemento de habilitações e acesso à profissionalização, contagem do tempo de serviço anterior ao Exame de Estado, reconhecimento da classificação da licenciatura obtida após o estágio e concretização do curso de profissionalização para professores de Educação Física.

X – Ensino Superior: homologação dos contratos, pagamento sem interrupção dos vencimentos, reabertura do ISCSP [Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas], homologação dos cursos suspensos, satisfação do Caderno Reivindicativo Nacional dos Professores do Ensino Superior e atribuição de uma Letra aos monitores do Ensino Superior.

XI – Telescola: ingresso imediato nos quadros do CPES, contagem de tempo de serviço e horário de 22 horas para os monitores.

XII – Geral: nenhum aumento do horário de trabalho, contagem de todo o tempo de serviço, revogação do Despacho n.º 21/77, de 7 de novembro, que limita as liberdades de organização

sindical dos professores, do Despacho n.º 18/77, de 26 de maio, que coarta a liberdade de reunião, revogação da Portaria n.º 90/77, que regulamenta as notas de apto e não apto, direito a duas faltas por mês, aumento de 2.000 escudos para repor a falta de poder de compra, revogação do artgº 3 do Decreto-Lei n.º 81/77, que suspende o acesso às fases, alargamento dos quadros segundo a necessidade das escolas, atribuição de verbas às escolas para fazerem face a carências pedagógicas e higiénicas, revogação dos decretos que impedem a soberania da escola na gestão, retirada do projeto de lei n.º 24/I e da proposta de lei n.º 4/1- lei da greve.

XIII – Aposentados: revogação do Decreto n.º 26 115 de 1935, actualização das pensões e direito de aumento de 15% como todos os trabalhadores da função pública.

A Formação de Professores mereceu desde o primeiro momento a atenção dos executivos nacionais após o 25 de Abril de 1974, centrando a sua atenção na remodelação dos estágios pedagógicos, na realização periódica de cursos de atualização e na concessão de facilidades aos professores sem habilitação a poderem concluir os seus cursos através de bolsas de estudo e redução de horário. Pretende-se criar um novo modelo de profissionalização[272] substituindo os tradicionais estágios, o Magistério Primário, os Cursos Cientifico Pedagógicos das Faculdades de Letras, de Ciências e do INEF. O plano de profissionalização pretende abarcar todos os professores possuidores de habilitação própria ou específica do CPES e ES. Os princípios orientadores deste plano, aprovado na Reunião Nacional de Executivos, de 3 de março de 1976, são os seguintes: possibilidade de formação integrada, possibilidade de formação em serviço, possibilidade de atualização permanente, possibilidade de definição de uma autêntica carreira docente e possibilidade de garantia de estabilidade (Circular do SPZN, n.º 55/76, de 5 de maio).

A defesa dos cursos de profissionalização, em serviço, foi assumida pelos Executivos Nacionais em 1976, e deveria compreender uma formação integrada, simultaneamente científica e pedagógica (Anexo à Circular n.º 55/76 do SPZN). As estruturas a criar continuariam a acompanhar os professores profissionalizados alargando a sua ação a todos os outros de modo a garantir uma atualização e aperfeiçoamento contínuos[273]. Os cursos devem

[272] Criação do Modelo de Formação em Exercício (Decreto-Lei n.º 519-T1/79, de 29 de dezembro) destinado à formação pedagógica de professores já em exercício no ensino preparatório e secundário. Este sistema este em vigor nos anos lectivos de 1980/81 a 1985/86, quando foi substituído por outro modelo (Decreto-Lei n.º 150-A/85, de 8 de maio). A formação era realizada nas escolas durante dois anos (Despacho n.º 358, de 31 de outubro de 1980).

[273] A complementar a formação inicial, passou a constar a formação contínua, reconhecida como um direito a partir da Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, como um dever a partir de 1989,

obedecer ao seguinte modelo: ciências humanas e sociais, estudos especializados das disciplinas a lecionar e estudos de pedagogia, psicologia, didática e metodologia.

A dinâmica reivindicativa iniciada em 1969/70 pelos Grupos de Estudo e continuada pelos sindicatos de zona e pelo Sindicato Nacional de Professores na defesa dos interesses profissionais dos professores não terminou em 1977, nem se esgota neste trabalho. Ela estará presente, sempre que se altere o quadro político nacional e este se afaste da defesa dos interesses dos trabalhadores em geral, e dos professores em particular.

pela publicação do regime Jurídico da Formação de Educadores de Infância e de Professores dos Ensinos Básico e Secundário e do Estatuto da Carreira Docente, em 1990. Para assegurar essa formação contínua, para além das instituições de ensino superior existentes, foram criados Centros de Formação de Associações de Escolas (CFAEs). Ao mesmo tempo, para acreditar esta formação bem como os formadores que a concretizem, a partir de 1994, foi criado um Conselho Científico Pedagógico de Formação Contínua.

CONCLUSÃO

"Não fiz o melhor, mas fiz tudo para que o melhor fosse feito.
Não sou o que deveria ser, mas não sou o que era antes".

Martin Luther King Jr., s/l

Com esta investigação procurámos avaliar a ação dos Grupos de Estudo Pessoal Docente do Ensino Secundário,1969-1974, para a constituição dos sindicatos, logo após a Revolução de 1974. Através da análise do espólio procurámos compreender a génese, os modos de organização, as reivindicações e a relação com o contexto político, bem como, através dos dados obtidos, o papel dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário na consciencialização da classe docente da importância de uma associação de professores para defesa dos seus interesses profissionais e laborais. Procurámos, ainda, comprender qual a ligação entre este movimento profissional e as forças políticas, (a)legais e/ou clandestinas, existentes no período em análise.

Em todo o percurso do estudo realizado houve sempre a preocupação de não perder de vista as perguntas de partida enunciadas, os objetivos gerais preconizados, o quadro de referência teórico-metodológico adotado, para que os resultados obtidos enriquecessem o conhecimento sobre o movimento associativo dos docentes, durante o final do período do Estado Novo, e o seu contributo para a criação dos sindicatos livres e democráticos nascidos depois de 25 de Abril de 1974, especialmente sobre o processo da sua constituição até 1977.

A sequência de conclusões que agora serão apresentadas vão no sentido de analisar dados empíricos entretanto recolhidos, interpretar ideias corporizadas por exposição de proposições, lançar pistas indicativas, com o propósito de se encontrarem possíveis respostas para os questionamentos levantados ao longo de todo o trabalho, sem esquecer que essas conclusões não poderão ser definitivas e muito menos serão as únicas possíveis, face à problemática estudada.

Em termos teóricos, sequencialmente, começámos por analisar o quadro político durante o período marcelista (1968-1974). Chegado ao Governo por escolha de Américo Thomaz após o afastamento de Oliveira Salazar, Marcello Caetano interioriza todo um dever de mudança, que se sentia urgente, mas, ao mesmo tempo, pretende manter o espírito da Constituição de 1933, que validou toda a política corporativa do Estado Novo.

Na sequência da reunião do Conselho de Estado, a 17 de setembro de 1968: "o Presidente da República comunicava-me que mais de noventa por cento das pessoas consultadas[274] haviam indicado o meu nome para suceder ao Dr. Salazar. E era também seu desejo nomear-me para a presidência do Conselho" (Caetano, 1974, p. 14).

Os anos 1960 tinham, entretanto, trazido uma alteração de vulto à abertura da economia portuguesa ao exterior, principalmente no comércio e indústria, com a adesão de Portugal à Associação Europeia de Comércio Livre ou *European Free Trade Association* (*EFTA*). O País passa a fazer parte do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio ou *General Agreement on Tariffs and Trade* (*GATT*), percursor da atual Organização Mundial de Comércio.

Neste início da década, vários são os acontecimentos que, como estes, vão colocar Portugal no centro das atenções. Se, por um lado, se verifica um aumento do turismo internacional, o qual vem beneficiar as áreas da hotelaria, comércio, construção e imobiliário, por outro, rebenta a guerra colonial, quer na Índia quer em África, dá-se início a uma onda migratória para a França, Luxemburgo e Alemanha (Barreto, 2000), eclodem as manifestações estudantis, greves de trabalhadores e os movimentos de luta clandestina, e institucionalizam-se os movimentos democráticos, CDU e CEUD, formados para concorrerem às eleições legislativas de1969.

No entanto, Marcello Caetano pretendia transmitir, nacional e internacionalmente, a ideia de que o seu Governo se distinguia do de Salazar. Acreditava que, com a mudança dos nomes das instituições, os portugueses confiariam em si, pelo que "transforma" o Estado Corporativo em Estado Social, a PIDE em DGS, a UN em ANP e a Censura em Exame Prévio, incentiva a entrada de novos elementos na AN, e aposta na principal tecnologia da época – a televisão – como meio de comunicação de massas e de promoção pessoal.

Cedo, os que acreditaram na "primavera marcelista" perderam as ilusões. É exemplo disso, a revisão da Constituição em 1971, palco de divergências entre Marcello Caetano e os liberais da AN. Sem aguardar a proposta governamental, a Assembleia Nacional, a 16 de dezembro de 1970, prossegue na elaboração do projeto de revisão constitucional, tendo como base os anteprojetos de Sá Carneiro e Mota Amaral, subescrita por 15 deputados o que causou uma

[274] Os candidatos à sucessão de Oliveira Salazar eram, Marcello Caetano, Antunes Varela, Franco Nogueira e Adriano Moreira. (Amaral, 1995, p. 84)

profunda surpresa a Marcello Caetano, pois "sobre o projeto de revisão não lhe deram conhecimento" (Caetano, 1974, p. 65).

Mas é, sobretudo, a guerra colonial em três grandes frentes, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, suportada por um país pobre, de baixos salários, de fraco poder de compra, e onde uma forte repressão se abatia sobre quem se opusesse ao regime, que vai conduzir ao fim da ditadura em Portugal, com os militares do Movimento das Forças Armadas, apoiados pelo povo, pelos partidos e movimentos da oposição, na linha da frente.

Prosseguimos com o estudo da Reforma de Veiga Simão, último ministro da Educação do Estado Novo, e a quem Marcello Caetano confiou a reforma do sistema educativo. Foi, sem dúvida, um grande exercício de planeamento educativo (Teodoro, 2000), e o momento mais importante, neste campo, durante o período marcelista, pois movimentou todo um País, ao abrir, pela primeira vez, à discussão pública o texto da proposta apresentada à AN, pretendendo, com isso, fazer passar a ideia de abertura e de um modelo participativo e democrático. O que seria impensável num país de regime ditatorial.

Uma das prioridades da reforma de Veiga Simão foi concentrar-se no ensino superior. Na altura existiam em Portugal apenas quatro universidades (duas em Lisboa, uma no Porto e outra em Coimbra, além da de Lourenço Marques e de Luanda). Nasceram novas universidades, a Nova de Lisboa, a de Aveiro e Minho, e o Instituto Universitário de Évora e, embora, a nova legislação previsse a criação de Institutos Politécnicos, sobretudo nas zonas industriais do País, estes só foram efetivamente criados em 1977.

Para que o ensino superior fosse acessível a todas as camadas da população, criou-se o Instituto de Ação Social, cuja atividade consistia em proporcionar apoio complementar aos estudantes. Sob o lema «igualdade de oportunidades», permitiu-se o acesso ao ensino superior de candidatos com idades superiores a 25 anos, mesmo sem possuírem as habilitações académicas necessárias, desde que provassem a sua capacidade, segundo os critérios estabelecidos pelas universidades (Simão, 1972).

No ensino primário, preparatório e secundário (liceal e técnico) as alterações visaram: o alargamento da escolaridade obrigatória e gratuita de seis para oito anos, dividida em dois ciclos (primário e preparatório); o reforço da rede de jardins-de-infância e a aposta na educação de adultos com baixas qualificações; a equiparação do ensino técnico, tido como escolha de segunda face ao ensino liceal, garantindo a possibilidade de acesso ao ensino

superior; e o reforço da ação social para alunos carenciados. A Mocidade Portuguesa, estrutura ideológica forte do Estado Novo, torna-se de frequência voluntária, em 28 de outubro de 1971.

Alguns analistas sociais, Rui Grácio (1983, 1995), Stephen Stoer (1986) e António Teodoro (2001), consideram que o aparecimento da Reforma Veiga Simão acentuou os limites e contradições do Estado Novo.

Estudado o contexto político e educativo, recorremos ao contributo de atores e investigadores sobre os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, tendo analisado os seus textos, no sentido de verificar o que já tinha sido investigado e como fora efetuada a investigação sobre os Grupos de Estudo, para podermos proceder à formulação das perguntas de partida e estruturar a nossa investigação.

Destas leituras retirámos duas áreas de problemas as quais não obtiveram respostas, na totalidade, tanto de atores como de investigadores, na dimensão a que nos propusemos usando o material empírico, a que só agora foi possível ter acesso e que se divulga, pela primeira vez, neste trabalho (Anexo) - que questões, de natureza laboral, social e política, estiveram na origem da criação, desenvolvimento e afirmação dos Grupos de Estudo, e como se estruturaram os Grupos de Estudos, no quadro da sua transformação num movimento associativo de natureza parasindical.

Uma terceira pergunta decorre da dúvida expressa por Rui Grácio (1983/1995) e que nos conduziu à seguinte questão - que relação existiu entre esse movimento profissional e as forças políticas, (a)legais e clandestinas, existentes no período em análise.

Elaborados os objetivos - compreender a génese, os modos de organização, as reivindicações e a relação com o contexto político, bem como, através dos dados obtidos, o papel dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário na consciencialização da classe docente sobre a importância de uma associação de professores para defesa dos seus interesses profissionais e laborais, e entender o contributo dos Grupos de Estudo para a constituição dos sindicatos, logo após a Revolução de 1974 -, analisar os documentos constantes do espólio dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário; identificar as dinâmicas de ação dos Grupos de Estudo; compreender a relação entre os Grupos de Estudo e as forças políticas, (a)legais e/ou clandestinas, existentes no período em análise, particularmente, o Partido Comunista Português, partimos para o quadro teórico metodológico.

Conhecendo a matriz político-educativa do Estado Novo subjacente ao período em que foram criados os Grupos de Estudo e dispondo de um espólio que, durante doze anos, recolhemos (Anexo) e organizámos por categorias (Apêndice I) – modelos organizativos, atas, comunicados, correspondência, inquéritos, pareceres e recomendações, abaixo-assinados, notícias da imprensa, revista *O professor* -, bem como de seis entrevistas semiestruturadas realizadas a cinco informantes-chave com ligações ao nascimento dos Grupos de Estudo e uma outra, ao responsável pelo Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português, definimos as áreas de estudo.

A área central a estudar foi, evidentemente, a da história social, modalidade historiográfica rica de interdisciplinaridades. A história social pode ser elaborada tanto do ponto de vista de uma macrohistória, que examina de um lugar mais distanciado aspetos, como os movimentos sociais ou como a estratificação social de uma determinada realidade humana, como pode ser elaborada do ponto de vista de uma microhistória, que se aproxima para olhar de perto o quotidiano, as trajetórias individuais, as práticas que só são percebidas quando é examinado um determinado tipo de documentação em detalhe, como acontece no caso do trabalho que apresentamos (Barros, 2005). As questões relacionadas com a escrita da história como escrita pessoal, essas, dependem, contudo, da interpretação de quem escreve (Mattoso, 1997).

Os documentos de vária ordem foram analisados segundo quatro dimensões: as origens e primeiras iniciativas; a afirmação e repressão; as reivindicações e problemáticas; as formas de organização.

O recurso a esta técnica apresentou vantagens e desvantagens. O acesso aos dados foi problemático, pois, pretendeu-se ratificar e validar informações. As interpretações dos documentos podem ser diversas mas, orientada para a consecução dos objectivos, procurámos responder às duas primeiras perguntas de partida.

As origens e primeiras iniciativas dos Grupos de Estudo, que situámos entre 1969 e 1971, foram estudadas através de atas, comunicados, abaixo-assinados e da publicação dos Cadernos *O professor,* n.º 1, 2 e 3, o que nos permitiu conhecer as razões de natureza laboral, social e política que estiveram na origem da criação deste movimento. Os professores provisórios e eventuais exigiam o pagamento de salário nas férias, garantia de colocação, o direito de reunião e de criação de uma associação profissional, o acesso ao estágio, em pé de

igualdade entre homens e mulheres, a participação nos órgão de decisão da escola e benefícios sociais.

A afirmação do movimento dos Grupos de Estudo junto da classe docente foi maior do que se esperava e o resultado foi o eclodir da repressão através da proibição de reunião e da perseguição política. Os perigos que ameaçavam os membros dos Grupos de Estudo, em especial os elementos dos órgãos coordenadores, quer nacionais quer regionais, não desmotivaram os docentes. A um entrave seguia-se a procura de o ultrapassar através do alargamento a novos professores, num profundo trabalho de massas, de insistentes pedidos de audiência e de envio de abaixo-assinados ao ministro da Educação Nacional, Veiga Simão, com propostas concretas, fundamentadas e apoiadas por decisões internacionais, ou procurando apoio nos jornais para a divulgação das suas iniciativas - colóquios, publicação da revista *O professor* e edição de livros.

Os textos internacionais divulgados pela *UNESCO*, OCDE e OIT, serviram de base a estudos, publicados e difundidos pelos Grupos de Estudo, sobre o Estatuto do Professor, a Associação de Professores e os estágios, temas centrais da revista *O professor*, de 1972 a 1974, já então legalizada e sujeita a exame prévio, de acordo com a nova legislação.

O Estatuto do Professor, que estava também a ser preparado pelo Governo, abordava as seguintes áreas: nomeações, reconduções e classificações, contrato de provimento, carreira docente, condições de trabalho, participação na vida escolar, aperfeiçoamento profissional, estágios, assistência e associação.

Ao pessoal docente cabe o direito de exigir liberdade de exercício dos direitos cívicos, nomeadamente os direitos de reunião, de associação, o direito inalienável dos docentes de se organizarem sindicalmente, de contratação, de cujos contratos coletivos deve constar a preparação dos professores, o aperfeiçoamento profissional, a carreira, os direitos e as responsabilidades, a segurança social, e o direito de ser eleito para cargos públicos.

Do ponto de vista pedagógico, exigem-se as condições necessárias para uma ação educativa: competência psicopedagógica, diminuição do número de alunos por turma, e das horas de trabalho que possibilitem a preparação das aulas, avaliar, atender os alunos e pais e dedicar-se a atividades de investigação e aperfeiçoamento profissional.

Eram todos eles assuntos que cobriam as dimensões laboral, social, política, bem como a pedagógica, dimensões, aliás, claramente expressas, nas quatro obras publicadas com o apoio dos Grupos de Estudo - *A política de mão-de-obra barata do Ministério da Educação Nacional – reflexões críticas sobre o Decreto 331/74,* de Agostinho Lopes, *Os livros Escolares,* de Costa Carvalho, a *História do movimento associativo dos professores do ensino secundário - 1891 a 1932,* de Gomes Bento, e *Professores: que vencimentos*?, de António Teodoro.

O modelo organizativo dos Grupos de Estudo mereceu particular atenção não só para se identificar e compreender as dinâmicas de ação deste movimento como, também, para se verificar se houve alguma influência exterior ao modelo organizativo criado. Foi assim que a todos ao entrevistados-chave colocámos a seguinte questão: terá havido alguma indicação do PCP sobre o modo como os Grupos de Estudo se deviam estruturar?

A resposta foi clara e a análise dos documentos – atas, comunicados e correspondência – mostra que partiu dos membros da equipa coordenadora o modelo organizativo, não podendo, deixar de ter peso na nossa avaliação da situação que o primeiro documento com uma proposta de um modelo organizativo tem origem no Grupo de Estudo do Barreiro, liderado por Agostinho Lopes, militante, à data, do PCP, nem o testemunho público de Helena Pato, então, militante do PCP "Entrava-se numa reunião com a posição do partido e saía-se sem reservas, com a posição do Grupo de Estudo."

O comportamento coletivo não é uma soma de comportamentos individuais, mas é influenciado pela presença dos indivíduos e pelo grau de interação entre eles. As ideias comuns e a conformidade de pensamento caracterizam um determinado grupo e dão-lhe autonomia, permitindo uma atuação em conjunto para a consecução de um objetivo comum.

Tendo em consideração, o outro tipo de material disponível – entrevistas –, estudámos as questões da memória e das representações, bem como o problema da subjetividade, pois nenhuma fonte, oral ou escrita, está livre de subjetividade (Thompson, 1992). Prost (2000, p. 11) afirmou que: "a procura da memória comporta sempre uma dimensão afetiva", e foi consciente desta premissa que analisámos e estudámos a opiniões dos entrevistados, na procura de resposta não só para as duas perguntas de partida, já enunciadas, mas, principalmente, para a terceira - que relação existiu entre esse movimento profissional e as forças políticas, (a)legais e clandestinas, existentes no período em análise.

Neste caso, a resposta é decerto a mais difícil de obter. Certo é que o PCP, na clandestinidade, tinha militantes organizados no setor intelectual que eram membros dos Grupos de Estudo: Agostinho Lopes e Helena Pato, e que, nas reuniões do PCP, se discutiam os problemas da classe docente. No entanto, nenhum membro dos Grupos de Estudo, militante do PCP, afirmou que as decisões tomadas nos Grupos de Estudo obedeciam a determinações do partido.

Como afirmámos na conclusão do Capítulo IV, tal como nas lutas políticas de outros grupos sociais e profissionais, designadamente nas lutas associativas académicas de 1962, 1965 e 1969, a influência do PCP na criação, organização e posterior ação dos Grupos de Estudo, foi relevante mas discreta, funcionando o partido como suporte estratégico do movimento e veículo da consciencialização política dos seus membros. De resto, pode-se afirmar, com base nos testemunhos dos entrevistados, que os modelos organizativos e as formas de atuar dos Grupos de Estudo e do PCP eram diferentes, mas caminhavam para um objetivo comum – a consciencialização política dos professores e outros trabalhadores, no sentido da denúncia da política governamental e com vista à queda do regime do Estado Novo.

Através da análise dos documentos do período entre 1974 e 1977, bem como das entrevistas realizadas podemos concluir que o nascimento dos sindicatos de professores a 29 e 30 de abril e a 2 de maio de 1974, respetivamente no Porto, Coimbra e Lisboa, se deveu à transferência de uma estrutura para sindical no Estado Novo para uma estrutura sindical em democracia.

Este trabalho é o culminar de um estudo minucioso que exigiu uma análise e uma reflexão profundas sobre a matéria. Esta reflexão permitiu concluir que os Grupos de Estudo,

> *"tiveram um papel político e de intervenção política relevante na vida do País e que tiveram um outro papel não pouco significativo, que foi, naqueles seus quatro anos de existência, terem sido uma escola de quadros políticos muito importante. Formaram muita gente. A gente que, ao longo destes anos que levamos de democracia, muitas vezes encontro, foi tocada pelo movimento, gente que se aproximou de posições progressistas, de posições democráticas. Até autarcas que estiveram ligados aos Grupos de Estudo. O movimento teve, de facto, um papel muito importante na evolução política do nosso país*" (Agostinho Lopes, Apêndice 2. 1. e.).

Uma das principais vantagens da elaboração deste trabalho reside no facto facultar pela primeira vez acesso ao espólio dos GEPDES, bem como proporcionar um melhor conhecimento sobre o que foi a constituição dos sindicatos depois de 25 de Abril de 1974, e

em especial, a forma como se estruturou o movimento sindical durante o período das assembleias constituintes até 1977.

BIBLIOGRAFIA

Adão, Á. (1984). *O estatuto socioprofissional do professor primário em Portugal (1901-1951).* Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência.

Adão, Á. (1997). *Estado absoluto e ensino das primeiras letras. As escolas régias (1772-1794).* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Educação.

Adão, Á. (1998). O Grémio do Professorado Livre Português: Uma oposição à «Reforma de Jaime Moniz». In *Ensaio em homenagem a Joaquim Ferreira Gomes* (pp. 103-111). Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Adão, Á. & Remédios, M. J. (2004). Os "Congressos Pedagógicos" na 1.ª República: espelhos da(s) identidade(s) dos professores primários. *Revista Lusófona de Educação*, 4, 107-119.

Alberti, V. (1989). *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

Almeida, J. M. (2004). A oposição católica ao marcelismo (1968-1974). *Lusitania Sacra*, 2ª série, 16, 273-293.

Alves, A. P. (2010). O movimento operário português e a República. *O militante*, 306, mai/jun.

Amado, C. (2000). *O impacto do associativismo mutualista do professorado primário oficial português no associativismo de classe (1925-1930).* Tese de Doutoramento. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

Amaral, D. F do. (1995). *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975).* Lisboa: Círculo de Leitores.

Amaral, L. (2008). *1969 Evolução na continuidade*. Lisboa: Centro Editor PDA.

Araújo, A. de. (2004). A paz é possível: algumas notas sobre o caso da capela do Rato. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 16, 431-463.

Araújo, A. de. (2007). Ala liberal, o desencanto do reformismo. *Análise Social*, vol. XLII (182), 349-354.

Bandeira, F. (2003). Camoesas, João José da Conceição. In Nóvoa, António (dir.). *Dicionário de educadores portugueses* (pp. 237-241). Porto: Asa.

Bárbara, A. M. (1979). *Subsídios para o estudo da educação em Portugal da reforma pombalina à 1ª República*. Lisboa: Assírio e Alvim.

Bardin, L. (1979/2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barreto, A. (2002). *Mudança Social em Portugal, 1960-2000*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Barreto, J. (1981). Uma Greve Fabril em 1849. *Análise Social*, 1981, vol. XVII (67-68), 479-503.

Barreto, J. (1990). Os Primórdios da Intersindical sob Marcelo Caetano. *Análise Social*, vol. XXV (105-106), 1º-2º, 57-117.

Barreto, J. (2000). Sindicatos Nacionais. In A. Barreto & M. F. Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 9 (suplemento P/Z) (pp.436-445). Porto: Figueirinhas.

Barros, J, D'A. (2005). A História Social: seus significados e seus caminhos. *LPH - Revista de História da Universidade Federal de Ouro Preto*, N° 15, 235-256.

Batista, A. A. (1973). *Conversas com Marcello Caetano*. Lisboa: Moraes Editores.

Bento, J. G. (1972). *História do movimento associativo dos professores do ensino secundário, 1891-1932.* Cucujães: Edição do autor.

Bento, J. G. (1978). *O movimento sindical dos professores. Finais da Monarquia e I República.* Lisboa: Editorial Caminho.

Bourdieu, P. (1997). *Razões práticas. Sobre a teoria da ação.* Oeiras: Celta Editores.

Brandão, E. (2004). *A Estrutura Orgânica e Funcional do Ministério da Educação Nacional aquando da revolução de 25 de Abril de 1974.* Lisboa: ME.

Brás, J. V. (2006). *A fabricação curricular da Educação Física. História de uma disciplina desde o Antigo Regime até à I República*. Tese de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Brás, J. V. (2010). A emergência da sociedade do trabalho docente... *Revista Gymnasium*, 1, (2), 174.

Brás, J. V. & Gonçalves, M. N. (2008). A Instrução Militar Preparatória na I República – A ginástica da educação cívica. A educação cívica da ginástica. *Vértice*, 144, 49-66.

Brás, J. V. & Gonçalves, M. N. (2009a). As disposições interiorizadas nas Sociedades de Instrução Militar Preparatória. *Educació i Història*, 13, 109-128.

Brás, J. V. & Gonçalves, M. N. (2009b). A configuração da profissão docente na I República: da condição angélica à interferência predatória da descentralização. *Eccos*, 1, 45-55.

Brás, J. V. & Gonçalves, M. N. (org.). (2011). *O Imperativo Republicano em debate*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Brás, J. V & Gonçalves, M. N. (2013). O papel do associativismo na construção da profissão docente (meados do sec. XIX até finais da I República). Comunicação apresentada no II Colóquio Internacional Sindicatos e Construção da Profissão Docente (ULHT).

Brás, J.V. & Gonçalves, M. N. (2014). La Genèse du Mouvement Associatif du Corps Enseignant du lycée au Portugal (début du XXème siècle). Social and Education History, 3(2), 112-132. doi:10.4471/hse.2014.08.

Caetano, M. (1971). *História breve das constituições portuguesas* (3.ª ed.). Lisboa: Editorial Verbo.

Caetano, M. (1969). Saibamos ser dignos desta hora. In M. Caetano, *Pelo Futuro de Portugal*. (pp. 19-20). Lisboa: Editorial Verbo.

Caetano, M. (1965). *A Opinião Pública no Estado Moderno*. Lisboa: Oficinas Gráficas.

Caetano, M. (1974). *Depoimento*. Rio de Janeiro/São Paulo: Distribuidora Record.

Caetano, M. (1977). *As minhas memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo.

Caeiro, J. C. (2005). Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento económico nacional no pós-guerra. *Intervenção Social*, 31, 193-219.

Carvalho, A. A. de. (1973). *A Censura e as Leis de Imprensa*. Lisboa: Seara Nova.

Carvalho, A. C. (1972). *Os livros escolares.* Cucujães: Edição do autor.

Carvalho, A. C. (1981a). Quando discutir era proibido. *O Professor*, 2, 42, nova série.

Carvalho, A. C. (1981b). 10 anos de vida, 10 anos de Luta. *O Professor*, 2, 43-45, nova série.

Carvalho, A. C. (1990). Memórias de o professor. *O Professor*, 2, 3ª série, 78.

Carvalho, A. C. (1999a). Há 25 anos I, *Página da Educação*, 78, (VIII), 25.

Carvalho, A. C. (1999b). Há 25 anos II… A repressão endurece… *Página da Educação*, 79, (VIII), 25.

Carvalho, A. C. (1999c). Há 25 anos III. *Página da Educação*, 80, (VIII), 25.

Carvalho, A. C. (1999d). Há 25 anos… (Fim). O Renascer do movimento sindical docente. *Página da Educação*, (VIII), 81.

Carvalho, A. C. (1999e). *Os 'Grupos de Estudo', GEPDES, 1970-1974, na resistência dos professores ao fascismo*. Porto, obra inacabada.

Carvalho, A. C. (2008). Mudam-se os tempos…. *Página da Educação*, 177, (XVII), 41.

Carvalho, R. (1986). *História do Ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castanheira, J. P. (2009). *O que a Censura Cortou.* Lisboa: Expresso.

Casulo, J. C. (1988). As leis de bases da educação nacional: percurso histórico e condições de aplicabilidade. *Revista Portuguesa de Educação* (I), 3, 21-28.

Catroga, F. (2001). *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto.

Catroga, F. (2006). Ainda será a História Mestra da Vida? *Estudos Ibero-Americanos.* Edição Especial, 2, 7-34.

Costa, J. R. M. da. (1999). *O Livro dos Provérbios Portugueses.* Lisboa: Editorial Presença.

Day, C. (2001). *Desenvolvimento Profissional de Professores. Os desafios da aprendizagem permanente*. Porto: Porto Editora.

Dewey, J. (1989). *Cómo pensamos. Nueva exposición de la relación entre pensamiento reflexivo y proceso educativo*. Barcelona: Ediciones Paidós.

Duarte, R. S., Ricardo, M. M. C. & Silva, M. de L. (org.). (2013). *Percursos do Associativismo e do Sindicalismo Docentes em Portugal 1890-1990.* Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Dubet, F. (1994). *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.

Einstein, A. (1979). *Autobiographical Notes*. Chicago: Open Court.

Engels, F. (2008). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Englund, T. (1996). Are professional teachers a good thing? In I. Goodson & A. Hargreaves, (eds.). *Teachers' professional lives* (pp. 75-87). London: Falmer Press.

Faure, E. (1972). *Apprendre à être*. Paris: *UNESCO*, Fayard.

Felgueiras, M. L. (2008a). *Para uma história social do professorado primário em Portugal no século XX. Uma nova família: O Instituto do Professorado Primário Oficial Português.* Porto: Campo das Letras.

Felgueiras, M. L. (2008b). A História da Educação na relação com os saberes histórico e pedagógico. *Revista Brasileira de Educação*, 39 (13), 483-501.

Felgueiras, M. L. (2009). O associativismo dos professores do ensino primário na formação da identidade docente em Portugal (séculos XIX e XX). *Ricerche Pedagogiche,* 32, 143-157.

Felgueiras, M. L. (2013). As condições de vida dos professores primários da república ao fim da ditadura. *Educação e Filosofia* (BR), 27 (1S), 75-108.

Fernandes, B. H. (1970). *Portugal através de alguns números.* Lisboa: Prelo Editora.

Fernandes, R. (1973). *A situação da educação em Portugal*. Lisboa: Moraes Editores.

Fernandes, R. (1995). Contributo para a história da profissão docente em Portugal, Seminário "A profissão docente. A deontologia dos professores", Lisboa, 19-20 janeiro. *Cadernos da FENPROF*, 30, 20-28.

Fernandes, R. (2005). Roturas e permanências da educação portuguesa no século XIX. In E. C., Martins (coord.). Atas de V Encontro Ibérico de História da Educação. *Renovação Pedagógica/Renovación Pedagogica,* 49-73. Coimbra/Castelo Branco: Alma Azul.

Fernandes, R. (2010). *O despertar do associativismo docente.* Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Fernandes, R. (2010). Movimentações da classe docente em Portugal (finais da década de 60). *Revista Lusófona de Educação*, 15, 15-38.

Ferrière, A. (1965). *A Escola Ativa*. Lisboa: Ed. Aster.

Figueiredo, C. (1999). *A Censura de Salazar e Marcello Caetano*. Lisboa: Editorial Caminho.

Foucault, M. (1969). *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.

Foucault, M. (1977). Nietzsche, Genealogy, History. In M. Foucault. *Language, Counter-memory, Practice* (pp.139-164). New York: Cornell UP.

Freire, J. (2006). *Sociologia do trabalho. Uma introdução.* Porto: Edições Afrontamento.

Gasset, J. O. e. (1914). *Meditaciones del Quijote.* Madrid: Residencia de Estudiantes.

Gonçalves, M. N. (2007). *O ideário educativo republicano. Da propaganda eleitoral republicana aos debates parlamentares (1878- 1910).* Tese de Doutoramento. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade.

Goodson, I. & Hargreaves, A. (eds.). (1996). *Teachers' professional lives.* London: Falmer Press.

Grácio, R. (1973). *Os professores e a reforma do ensino*. Lisboa: Livros Horizonte.

Grácio, R. (1983). O Congresso do Ensino Liceal e os grupos de estudo do pessoal docente do ensino secundário: uma alternativa sobre o caetanismo. *Análise Social*, (XIX), 77-78-79, 3º, 4º e 5º, 757-791.

Grácio, R. (1989a). Paralelos político-educacionais. As leis basilares da educação de 1973 e de 1986. *O estudo da história. Boletim da Associação de Professores de História.* N.º 7-8-9, 127-133.

Grácio, R. (1989b). A expansão do sistema de ensino e a movimentação estudantil. In A. Reis (ed.). *Portugal Contemporâneo*, vol. V (pp. 221-258). Lisboa: Alfa.

Grácio, R. (1995a). A educação dez anos depois Que transformações, que ruturas, que continuidades? *Obra completa,* vol. I (pp. 547-571). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Grácio, R. (1995b). História da realidade educativa recente em Portugal: problemas de investigação. *Obra completa,* vol. I (pp. 593-605). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Grácio, R. (1995c). Problemas e perspetivas do ensino em Portugal: um debate com professores. *Obra completa*, vol. III (pp. 273-316). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Grácio, R. (1995d). Uma história antiga. *Obra completa,* vol. III (pp. 363-367). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Grácio, S. (1986). *Política Educativa como Tecnologia Social - As reformas do ensino técnico de 1948-1983*. Lisboa: Livros Horizonte.

Grácio, S. (1998). *Ensinos técnicos e política em Portugal (1910-1990).* Lisboa: Instituto Piaget.

Heidegger, M. (1986). *Ser e tempo*. Petrópolis: Editora Vozes.

Henriques, A. M. C. (2006). *Dom Duarte e a democracia*. Lisboa: Bertrand Editora.

Kerouac, J. (2011). *Pela Estrada Fora*. Lisboa: Relógio D'Água.

Laia, M. R. (1957). *Guia das assembleias gerais*. Lisboa: Edição do autor.

Lawn, M. (2000). Os professores e a fabricação de identidades. In A. Nóvoa & J. Schriewer, (eds). *A difusão mundial da escola*. (pp.69-84). Lisboa: Educa.

Lefranc, G. (1978). *O Sindicalismo no Mundo*. Lisboa: Europa-América.

Le Goff, J. (1924/1990). *História e memória*. Campinas: SP Editora da UNICAMP.

Le Grand, J. L. (1988). Histoire de vie de groupe. À la recherche d'une 'lucidité méthodologique'. *Sociétés, revue des sciences humaines et sociales,* 18, 3-4.

Leite, R. P. (coord.). (1973). *A reforma do sistema educativo*. Lisboa: MEN.

Lélis, I. & Xavier, L. (2010). O ofício docente na voz de suas lideranças sindicais, *sísifo / revista de ciências da educação*, 11, jan/abr, 25-34.

Lemos, V. (2014). *A OCDE e a mudança de paradigma nas políticas públicas de educação em Portugal: O Projeto Regional do Mediterrâneo e a reforma Veiga Simão*. CIES e-Working Paper, 174.

Lima, C. (1972). *O Movimento Operário em Portugal*. Porto: Afrontamento.

Lima, L. (1992). *A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar. Um estudo da escola secundária em Portugal (1974/1988).* Braga: Universidaddo Minho.

Lima, L. (1998). "A administração do sistema educativo e das escolas (1986-1996)". In L. Lima, *et al*, *A Evolução do Sistema Educativo e o PRODEP – Estudos Temáticos* – Volume I (pp. 15-96). Lisboa: ME/CE-FSE/PRODEP/DAPP/GEF.

Linton, R. (1989). *O homem. Uma introdução à antropologia*. São Paulo: Martins Fontes.

Lopes, A. (1971). *A Política da Mão-de-obra Barata do Ministério da Educação Nacional*. Lisboa: Edição do autor.

Lousada, M. A. (2004). Tradição e renovação nas associações. In J. Freire, (org.). *Associações profissionais em Portugal*, (pp.21-55). Oeiras: Celta Editora.

Lucena, M. de. (1976a). *A Evolução do Sistema Corporativo Português. I – O Salazarismo.* Lisboa: Perspetivas & Realidades.

Lucena, M. de. (1976b). *A Evolução do Sistema Corporativo Português. II – O Marcelismo.* Lisboa: Perspetivas & Realidades.

Macedo, A. (2009). É urgente salvaguardar a memória social e profissional dos professores. *Página da educação*, 187, série II, inverno.

Magalhães, C. de. (1971). Educação Nacional: uma nova Renascença? *Vida Mundial*, 29 de janeiro.

Magalhães, J. & Escolano Benito, A. (orgs.) (1999). *Os professores na história*. Porto: S.P.C.E.

Marques, H. M. (2007). O movimento sindical durante o Estado Novo: estado atual da investigação. *Revista da Faculdade de Letras do Porto,* III Série, vol. 8, 299-316.

Martins, G. M. A. (1968). Alguns Aspetos do Ensino em Portugal. *Análise Social*, 6, 20-21.

Marx, K. (1871/1974). *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Mattoso, J. (1988/1997). *A escrita da história – teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa.

Maurois, A. (1976). *História de Inglaterra*. Lisboa: Aster.

Militão, J. R. F. (2006). A reflexão que vale a pena ser feita.

www.observatoriodaimprensa.com.br. Acedido em 10 agosto 2014.

Mimoso, A. & Cavadas, B. (2013). *Os Congressos Pedagógicos do Ensino Secundário Oficial (1927-1931)*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Monteiro, A. dos R. (1976). *Educação ato Político.* Lisboa: Livros Horizonte.

Monteiro, C. L. (s/d.). *O sindicato. Traços fundamentais*. Departamento Editorial de Documentação. Textos de apoio.

Nora, P. (1984). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard.

Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, 7-28, dezembro.

Nóvoa, A. (1987). *Le temps des professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe – XXe siècle).* Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Nóvoa, A. (1991). *Profissão professor*. Porto: Porto Editora.

Nóvoa, A. (dir.). (1993). *A imprensa de educação e ensino. Repertório analítico (séculos XIX-XX).* Lisboa: I.I.E.

Nóvoa, A. (1994). Relação Sociedade/Escola: novas propostas para um velho problema. Disponível em:

http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/24/3/EdSoc_Rela%C3%A7%C3%A3o_escola_sociedade.pdf

Nóvoa, A. (1995). Uma educação que se diz nova. In A. Candeias, A. Nóvoa & M. H. Figueira. *Sobre a Educação Nova: Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana Lopes (1932-1941).* Lisboa: Educa.

Nóvoa, A. (1998). La profession enseignante en Europe: analyse historique et sociologique. *Histoire & comparaison* (*Essais sur l'Éducation),* 147-185. Lisboa: Educa.

Nunes, A. S. (1968). *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*. Lisboa: Moraes Editores.

Nunes, A. *et al.* (2011). *Contributos para a história do movimento operário sindical. Das raízes até 1977*. Lisboa: CGTP-IN e Instituto Bento de Jesus Caraça.

Oliveira, C. (1991). *Salazar e o seu tempo*. Lisboa: O Jornal.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (1965). *Le Projet Régional Méditerranéen: Six pays en quête d'un plan. Récit d'une expérience*. Paris: OCDE.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (1966). *Le Projet Régional Méditerranéen – Portugal.* Paris: OCDE.

Pardal, L. A. (1992). *Formação de professores do ensino secundário: 1901-1988. Legislação essencial e comentários.* Aveiro: Universidade de Aveiro.

Partido Comunista Português. (1975). *O PCP e a Luta Sindical (1935-1973).* Lisboa: Edições Avante!

Pato, H. (2009a). Os professores na Revolução. *Caminhos da memória*, 22 setembro. https://caminhosdamemoria.wordpress.com. Acedido em agosto de 2014.

Pato, H. (2009b). Intervenção no Seminário para a memória do sindicalismo docente, ULHT – CeiEF, 14 novembro. https://caminhosdamemoria.wordpress.com. Acedido em agosto de 2014.

Pato, H. (2009c). Contributo para a História do sindicalismo docente (1). *Caminhos da Memória*, 7 dezembro. https://caminhosdamemoria.wordpress.com. Acedido em agosto de 2014.

Pato, H. (2009d). Contributo para a História do sindicalismo docente (2). *Caminhos da Memória*, 14 dezembro. https://caminhosdamemoria.wordpress.com. Acedido em agosto de 2014.

Pato, H. (2009e). Contributo para a História do sindicalismo docente (3). *Caminhos da Memória*, 22 dezembro. https://caminhosdamemoria.wordpress.com. Acedido em agosto de 2014.

Pato, H. (2009f). Entrevista a J. Tengarrinha. *Caminhos da Memória*, 29 dezembro. https://caminhosdamemoria.wordpress.com. Acedido em agosto de 2014.

Pato, H. (2010). *Contributo para a História do sindicalismo docente*. Lisboa: FENPROF.

Patriarca, F. (1991). A institucionalização corporativa — das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933). *Análise Social*, vol. xxvi (110), 23-58.

Pedro, E. R. (org.). (1997). *Análise Crítica do Discurso: uma perspetiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Editorial Caminho.

Pimentel, I. (2014). *História da Oposição à Ditadura em Portugal. 1926-1974*. Porto: Editora Figueirinhas.

Pintassilgo, J. (2003). Os primórdios do associativismo docente do ensino liceal português (1904-1908). As representações dos professores sobre a profissão e a construção de identidades. *Cadernos de História da Educação*, 2, 15-25.

Pintassilgo, J. & Teixeira, A. (2013). Between the control of teaching work and the construction of an autonomous discourse: the reports of mathematics teachers in secondary education (Portugal, mid-twentieth century), ISCHE 35 – International Conference for the History of Education – Education and Power: historical perspectives, Riga.

Pinto, F. C. (1974). *Instituição Escolar: Que Diálogo?* (co-autoria). Coimbra: Edições o professor.

Pinto, F. C. (1977). *Escolas do Magistério: Reforma e Contra-Reforma*. Lisboa: Edições o professor.

Pinto, F. de P. L. (1960). *O Cinquentenário do Liceu Camões*. Lisboa: MEN.

Pinto, F. de P. L. (1963a). *A Educação no Espaço Português*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional.

Pinto, F. de P. L. (1963b). *Introdução ao Projeto Regional do Mediterrâneo.* Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Estatística Económica.

Príncipe, C. (1994). *Os Segredos da Censura*. Lisboa: Editorial Caminho.

Prost, A. (2000). Como a história faz o historiador? *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, v. 8, 14, dezembro, 7-21.

Prost, A. (2008). *Doze Lições Sobre História*. Belo Horizonte: Autentica.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 4ª edição.

Ramos, R. (org.). (2012). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Reis, A. (1971). O economicismo é um humanismo. *Seara Nova*, 1506, abril, 6-8.

Resende, J. M. (2003). *O engrandecimento de uma profissão. Os professores do ensino secundário público no Estado Novo.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Rezende, J. (2006). Movimento Científico e ascensão do fascismo. Origem e desenvolvimento do Movimento Científico no século XX. *O Militante*, 280, jan-fev. Disponível em www.omilitante.pcp.pt. Acedido em agosto 2014.

Rezende, J. (2014). Os cientistas e a resistência ao fascismo – alguns episódios. *O militante*, 329, mar/abr. Disponível em *www.omilitante.pcp.pt.* Acedido em agosto 2014.

Rey, F. G. (2001). A pesquisa e o tema da subjetividade em educação. *Anais da 24ª. Reunião Anual da ANPEd*, outubro.

Disponível em www.anped.org.br/reunioes/24/te7.doc. Acedido em 13 de fevereiro de 2014.

Rey, F. G. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Ricardo, D. (2009). Censuricídio. *Caminhosdamemoria.*

https://caminhosdamemoria.wordpress.com. Acedido em agosto 2014.

Ricardo, M. M. C. (2004). A emergência do sindicalismo docente na imprensa do Estado Novo – Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES). *Revista Lusófona de Educação*, 4, 133-138.

Ricardo, M. M. C. (2011). Da luta pelo associativismo docente durante o Estado Novo em Portugal à construção do sindicalismo docente em democracia. O papel da imprensa legal e clandestina, Associações e Sindicatos de Trabalhadores em Educação. Atas do III Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, 18 – 19 – 20 abril, Rio de Janeiro, s/p.

Ricardo, M. M. C. (2013). *O professor* como construção de uma identidade associativa no período do Estado Novo. In R.S. Duarte, M. M. C. Ricardo & M. de L. Silva, (orgs.), *Percursos do associativismo e do sindicalismo docente em Portugal, 1890 – 1990*. (pp. 81-96). Lisboa: Edições Universitária Lusófonas.

Ricoeur, P. (1955). *Histoire et vérité*. Paris: Seuil.

Ricoeur, P. (1961). Histoire de la philosophie et historicité. In R. Aron, (org.), *L'histoire et ses interprétations. Entretiens autour d'Arnold Toynbee*, (pp.214-217). Paris: La Haye, Mouton.

Ricoeur, P. (2000). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil.

Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento.* Campinas: Ed. Unicamp.

Robert, A. (1995). *Le syndicalisme des enseignants, des écoles, collèges et lycées.* Paris: CNDP / La Documentation Française.

Rodrigues, C. (2013). *Portugal e a Organização Internacional do trabalho (1933-1974)*. Porto: Edições Afrontamento.

Roldão, M. C. (1998). Que é ser professor hoje? – a profissionalidade docente revisitada. *Revista da ESES*, 9, Nova Série, 79-87.

Rollo, M. F. (1994). Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contragosto (1947-1952). *Análise Social*, vol. XXIX (128), (4.°), 841-869.

Rosas, F. & Brito, J. M. B. de (dir.). (1996). *Dicionário de História do Estado Novo.* Lisboa: Círculo de Leitores.

Rosas, F. (coord.). (1998). *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Editorial Estampa.

Rosas, F. (1999). O marcelismo ou a falência da política de transição no Estado Novo. In J. M. B. Brito, (coord.), *Do Marcelismo ao fim do Império*. Lisboa: Editorial Notícias.

Rosas, F. (coord.). (2004). *A Transição falhada.* Lisboa: Editorial Notícias.

Rosendo, V. (1996). *O mutualismo em Portugal: dois séculos de história e suas origens.* Lisboa: Montepio Geral.

Sá, V. de. (1981). *Movimento operário e sindicalismo em Portugal*. Porto: Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis.

Sampaio, J. S. (1971). Notas críticas sobre o Projeto do Sistema Educativo. *Seara Nova*, n.º 1507, maio.

Sampaio, J. S. (1972). *O estatuto pedagógico do professor*. Comunicação apresentada na Escola Preparatória Francisco de Arruda, em 4 de novembro.

Sampaio, J. S. (2006). *Temas de educação. Subsídio para a análse crítica da expansão escolar (no Portugal dos anos 60 e 70 do século XX)*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Santos, A. R. dos. (1977). Desenvolvimento monopolista em Portugal (fase 1968-73): estruturas fundamentais. *Análise Social*, vol. XIII, 49, 69-95.

Santos, J. H. (2009). *Maneiras Cooperativas de Pensar e Agir – Contributo para a História do Cooperativismo*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Serrão, J. V. (1985). *Marcello Caetano - confidências no exílio.* Lisboa: Editorial Verbo.

Silva, M. C. da. (2007). *Trabalho e sindicalismo em tempo de globalização: Reflexões e propostas*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Silva, M. (2011). A história dos sindicatos e do sindicalismo encerra uma grande capacidade de inovação. *Página da Educação*, 192, série II, primavera.

Simão, J. V. (1970). *Batalha da educação: discursos proferidos em 1970 pelo Ministro da Educação Nacional*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional.

Simão, J. V. (1970). A educação deve, mais do que nunca, assentar em bases profundamente humanas e livres. *Boletim do Gabinete de Estudos e Planeamento*, 2, (3), 9-13.

Simão, J. V. (1972). *O Direito à Educação*. Lisboa: CIREP.

Simão, J. V. (1973). *Educação: caminhos da liberdade*. Lisboa: CIREP.

Sindicato dos Professores da Zona Norte. (2004). *SPZN, 30 anos de sindicalismo responsável em defesa da escola*. Porto: SPZN.

Sindicato dos Professores do Norte. (2004). *SPN 30 anos. 25 de Abril, os sindicatos, a mobilização, a normalização*. Porto: SPN.

Soares, B. (1982). *Livro do desassossego*. Lisboa: Ed. Ática.

Soares, M. (2008). Como vivi a queda de Salazar e a Primavera invernosa de Caetano. *Visão História*, 2, 87.

Stoer, S. (1985a). A revolução de Abril e o sindicalismo dos professores. In M. Lawn (coord.) *Politics of teachers' unionism.* Londres: Croom Helm.

Stoer, S. (1985b). A revolução de Abril e o sindicalismo dos professores em Portugal. *Cadernos de Ciências Sociais*, 3, 61-83.

Stoer, S. (1986). *A educação e a mudança social em Portugal, 1970-1980, uma década de transição.* Porto: Edições Afrontamento.

Stoer, S. (2008). A Revolução de Abril e o sindicalismo dos professores em Portugal. *Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 26, 49-70.

Stoleroff, A. (1995). Sobre o declínio relativo da sindicalização. *Vértice*, 68, 68-79.

Schon, D. A. (2000). *Educando o Profissional Reflexivo. Um novo design para o ensino e a aprendizagem.* Porto Alegre: Editora Artmed.

Tavares, D. (2007). *Escola e identidade profissional*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto Politécnico de Lisboa.

Tavares, M. (2004). Escola e sindicalismo docente: Os Grupos de Estudo nos cadernos 'O professor'. *Revista Lusófona de Educação*, 4, 139-146.

Tavares, M. (2010). O movimento sindical docente, em Portugal, nas décadas de 70 e 80. Dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário à afirmação dos sindicatos de professores. Associações e Sindicatos de Trabalhadores em Educação, Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, 22 e 23 de abril, Rio de Janeiro, s/p.

Tavares, M. (2011). Do sindicalismo docente reivindicativo ao sindicalismo reflexivo, em Portugal, nas décadas de setenta e oitenta. Associações e Sindicatos de Trabalhadores em Educação. Atas do III Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, 18 – 19 – 20 abril, Rio de Janeiro, s/p.

Tavares, M. (2012). A emergência e afirmação do sindicalismo docente em Portugal. Dilemas, mudanças e desafios. In S. Dal Rosso, (org.). *Associativismo e Sindicalismo em Educação,* 15, 331. Brasília: Paralelo.

Tavares, M. (2014). Contribuições para a História do sindicalismo docente, em Portugal: dos Grupos de Estudo, à afirmação e crise do movimento sindical docente. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 22 (37). Disponível em http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n37.

Telles, I. G. (1966). *Temas de Educação*. Lisboa: MEN.

Telles, I. G. (1969). *Estatuto da Educação Nacional- Projeto*. Lisboa:MEN

Tengarrinha, J. (1981). As greves em Portugal: uma perspetiva histórica do século XVIII a 1920. *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 3.°- 4.°, 573-601.

Tengarrinha, J. (2005). Do MUNAF à CDE – unidade na resistência antifascista. *Seara Nova*, 1691, primavera, 2-12.

Teodoro, A. (1972). *O professor do ensino secundário na atual estrutura escolar – esboço de uma caracterização.* Comunicaçõa na Devir, Cooperativa de Difusão do Livro, 25 de maio.

Teodoro, A. (1973). *Professores que vencimentos?* Lisboa: Edição do autor.

Teodoro, A. (1978). 7.º aniversário de *O professor*. Nas suas páginas as lutas dos professores: julho 1971 - julho 1978. *O Professor*, 10, 7-15, nova série, julho.

Teodoro, A. (1978). *A Revolução Portuguesa e a Educação*. Lisboa: Editorial Caminho.

Teodoro, A. (1990). *Os professores. Situação profissional e carreira docente.* Lisboa: Texto Editora.

Teodoro, A. (1994). *Política Educativa em Portugal. Educação, Desenvolvimento e Participação Política dos Professores*. Venda Nova: Bertrand Editora.

Teodoro, A. (1997). *Poder e Participação em Educação*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Teodoro, A. (2000). O fim do isolacionismo da participação de Portugal no Plano Marshall ao Projeto Regional do Mediterrâneo. *Revista Lusófona de Educação,* 3, 48-54.

Teodoro, A. (2001). *A Construção Política da Educação. Estado, Mudança Social e Políticas Educativas no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Afrontamento.

Teodoro, A. (2002). *As Políticas de Educação em discurso direto (1955-1995).* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Teodoro, A. (2006). *Professores, para quê? Mudanças e desafios na profissão docente.* Porto: Profedições.

Teodoro, A. (2010). Depoimento: Lisboa, 6 de maio 2010. Lisboa: CGTP-IN-CAD, 2010, 14p. [dat.]. [Teodoro, 2010: 3-14].

Thompson, P. (1992). *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra.

Torgal, L. R. (2013). *Marcello Caetano, marcelismo e "Estado social": uma interpretação.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Twain, M. (1923/2006). Mark Twain's speeches. In *Mark Twain - Forgotten Books*. Project Gutenberg. Acedido em setembro 2014.

Vairinho, J. de S. [19--]. 1º Congresso Pedagógico do Sindicato dos Professores Primários de Portugal (secção A). Porto: Typ. A. Vasconcellos.

Vaganay, L. & Amphoux, Ch.-B. (1991). *An Introduction to New Testament Textual Criticism*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS).

Varela, A. V. (1976). Dos GEPDES ao Sindicato dos professores. *O professor*, 11/12, 8-10.

Vygotsky, L. S. (2001). *A Construção do Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

Xavier, L. (2013). *Associativismo e construção democrática (Brasil-Portugal: 1950-1980).* Rio de Janeiro: ED- UERJ.

Normativos referenciados

Constituição Política da República Portuguesa – Decreto n.º 22 241, de 22 de fevereiro de 1933, promulga o projeto da Constituição Política da República Portuguesa, objeto de plebiscito a 19 de março do mesmo ano. A Constituição Política da República Portuguesa entrou em vigor em 11 de abril de 1933 com a publicação no *Diário de Governo*, I-Série, n.º 83, da ata da assembeia geral de apuramento dos dados do plebiscito.

Constituição da República Portuguesa - Decreto de aprovação da Constituição: aprova a Constituição da República Portuguesa, 10 abril 1976, *Diário da República* I-Série n.º 86.

Leis

Lei n.º 1884 de 16 de março de 1935, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 61. Constitui a Lei de Bases de Organização da Previdência.

Lei n.º 1 969, de 20 de maio de 1938, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 115. Promulga as bases da reforma do ensino primário.

Lei n.º 1 941, de 11 de abril de 1936, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 84. Estabelece as bases da organização do Ministério da Instrução, que passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional.

Lei n.º 2 025, de 19 de junho de 1947, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 139. Promulga a reforma do ensino técnico profissional.

Lei n.º 2 048, de 11 de junho 1951, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 17. Introduz alterações à Constituição Política da República Portuguesa.

Lei n. º 2 100, de 29 de agosto de 1959. Promulga as alterações à Constituição Política da República Portuguesa. Não foi feita publicação do texto consolidado no *Diário do Governo*.

Lei n.º 3/71, de 16 de agosto, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 192. Promulga a nova redação das várias disposições da nova Constituição Política da República Portuguesa.

Lei n.º 5/71, de 5 de novembro, de 1971, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 260. Lei da Imprensa.

Lei n.º 25/X/1973. Projeto de Reforma do Sistema Educativo, apresentado pelo Governo à Assembleia Nacional em janeiro de 1973.

Lei n.º 5, de 25 de julho de 1973, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 173. Lei de Bases do Sistema Educativo.

Lei n.º 1, de 25 de abril de 1974, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 97, 1º Suplemento. Exoneração do 11.º Governo da Ditadura Portuguesa e 3.º Governo do Estado Novo.

Lei n.º 3/74, de 14 de maio, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 112. Definição da estrutura constitucional transitória que regerá a organização política do País até à entrada em vigor da nova Constituição Política da República Portuguesa.

Lei n.º 5/75, de 14 de março, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 62. Instituição do Conselho da Revolução.

Lei n.º 45/77, de 7 de julho, *Diário da República*, I-Série, n.º 155. Ratificação da Organização Internacional do Trabalho.

Lei n.º 9/79, de 19 de março, *Diário da República*, I-Série, n.º 65. Bases do Ensino Particular e Cooperativo.

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, *Diário da República*, I-Série, n.º 237. Lei de Bases do Sistema Educativo.

Decretos

Decreto n.º 11 220, de 6 de novembro de 1925, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 240. Criação da Caixa de Previdência dos Funcionários dos Serviços do Ministério da Instrução Pública.

Decreto n.º 18 593, de 11 de julho de 1930, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 159. Criação da Direção-Geral do Ensino Primário.

Decreto n.º 19 610, de 17 de abril de 1931, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 89. Regulamento dos Liceus Normais e estabeleceu as regras dos Exames de Admissão de professores ao estágio e dos Exames de Estado para conclusão da formação profissional.

Decreto n.º 20 420, de 21 de outubro de 1931, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 243. Aprova a organização do ensino técnico profissional.

Decreto n.º 22 229, de 21 de fevereiro, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 42. Fixa o dia 19 de março de 1933 para a realização do plebiscito nacional para a aprovação do Projeto de Constituição Política da República Portuguesa e regula a forma e se efectuar esse ato.

Decreto n.º 22 469, de 11 de abril de 1933, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 83. Instituí a censura prévia administrativa.

Decreto n.º 23 053, de 23 de setembro de 1933, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 217. Criação do Instituto Nacional doTrabalho e Providência.

Decreto n.º 24 676, de 22 de novembro de 1934, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 275. Regulamento do Ensino Liceal.

Decreto nº 25 317, de 13 de maio de 1935, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 108. Manda aposentar, reformar ou demitir os empregados, civis ou militares, que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política ou não dêem garantias de cooperar na realização dos fins superiores do Estado.

Decreto n.º 26 115, de 23 de novembro de 1935, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 272. Promulga a reforma de vencimentos do funcionalismo civil.

Decreto n.º 27 085, de 14 de outubro de 1936, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 241. Aprova, para vigorarem a partir do ano lectivo de 1936/37, os programas das disciplinas do ensino liceal.

Decreto n.º 36 508, de 17 de setembro de 1947, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 216. Alterações ao Estatuto do Ensino Liceal.

Decreto n.º 37 029, de 25 de agosto, de 1948, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 198. Promulga o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial.

Decreto n.º 46 973, de 26 de abril de 1966, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 98, I-Série. Lei dos cônjuges.

Decreto n.º 48 597, 27 setembro de 1968, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 229. Nomeação do 11.º Governo da Ditadura Portuguesa e 3.º Governo do Estado Novo.

Decreto n.º 48 572, de 9 de setembro de 1968, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 213. Estatuto do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário.

Decreto n.º 49 216, de 30 agosto de 1969, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 203. Abono de família para os trabalhadores agrícolas.

Decreto n.º 443/71, de 23 de outubro, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 250. Cria os Ramos de Formação Educacional das Faculdades de Ciências das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra.

Decreto n.º 45/73, de 12 de fevereiro, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 36. Organiza a Direção Geral do Ensino Básico instituída pelo Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro. Esta Direção Geral do Ensino Básico sucede à Direção Geral do Ensino Primário e á Direção de Serviços do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário com a vantagem de nela se concentrarem todas as funções pedagógicas e disciplinares relativas ao Ensino Básico.

Decretos-Lei

Decreto-Lei n.º 23 048, de 23 de setembro de 1933, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 217. Promulga o Estatuto do Trabalho Nacional e proíbe os funcionários públicos de se associarem.

Decreto-Lei n.º 23 049, de 23 de setembro de 1933, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 217. Grémios e organismos corporativos das entidades patronais.

Decreto-Lei n.º 27 084, de 14 de outubro de 1936, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 241. Promulga a reforma do Ensino Liceal.

Decreto-Lei n.º 27 279, de 24 de novembro de 1936, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 276. Estabelece as bases em que deve assentar o ensino primário.

Decreto-Lei n.º 36 507, de 17 de setembro de 1947, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 216. Promulga a reforma do ensino liceal.

Decreto-Lei n.º 38 968, de 27 de outubro de 1952, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 241. Institui o Plano de Educação Popular. Reforça o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar, reorganiza a assistência escolar, cria os cursos de educação de adultos e promove uma campanha nacional contra o analfabetismo.

Decreto-Lei n.º 40 964, de 31 de dezembro de 1956, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 284. Amplia e reforça o regime da obrigatoriedade do ensino primário elementar. Dá nova estrutura a alguns dos serviços da Direção-Geral do Ensino Primário.

Decreto-Lei n.º 42 994, de 28 de maio de 1960, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 125. Atualiza os programas do ensino primário a adotar a partir do próximo ano lectivo - Declara obrigatória a frequência da 4.ª classe para todos os menores com a idade escolar prevista no artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 38968.

Decreto-Lei n.º 45 002, de 27 de abril de 1963, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 100. Promulga a criação da ADSE.

Decreto-Lei n.º 45 810, de 9 de julho de 1964, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 160. Amplia o período da escolaridade obrigatória de seis anos.

Decreto-Lei n.º 45 758, de 12 de junho de 1964, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 138. Aprova, para ratificação, a Convenção da Organização Internacional do Trabalho n.º 98, sobre o direito de organização e de negociação coletiva, 1949.

Decreto-Lei n.º 46 156, de 16 de janeiro de 1965, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 13. Criação no MEN, na dependência do ministro, o Gabinete de Estudos e Planeamento da Ação Educativa.

Decreto-Lei n.º 47 587, de 10 de março de 1967, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 59. Permite ao Ministro da Educação Nacional determinar ou autorizar a realização de experiências pedagógicas em estabelecimentos de ensino público dependentes do respetivo Ministério para além dos casos e limites em que essa realização já é possível segundo a legislação vigente.

Decreto-Lei n.º 47 480, de 2 de janeiro de 1967, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 1. Institui o Ciclo Preparatório do Ensino Secundário.

Decreto-Lei n.º 48 686, de 15 de novembro de 1968, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 269. Promulga a extinção do SNI. Criação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo.

Decreto-Lei n.º 48 807, de 28 de dezembro de 1968, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 305. Promulga a revisão dos quadros das escolas técnicas.

Decreto-Lei n.º 49 031, de 27 de maio de 1969, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 125. Regime jurídico dos servidores do Estado.

Decreto-Lei n.º 49 058, de 14 de junho de 1969, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 138. Promulga a revisão da legislação relativa aos sindicatos.

Decreto-Lei n.º 49 120, de 14 de julho de 1969, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 163. Regulamentação dos concursos para professores eventuais do ensino secundário.

Decreto-Lei n.º 49 212, de 28 de agosto de 1969, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 201. Regula o regime jurídico das contratações coletivas.

Decreto-Lei n.º 49 233, de 11 de setembro de 1969, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 213. Cria as Escolas de Instrutores de Educação Física de Lisboa e do Porto, estabelecimentos de ensino público, de grau médio, que ficam na dependência da Direção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar.

Decreto-Lei n.º 49 408, de 24 de novembro de 1969, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 275. Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho.

Decreto-Lei n.º 49 410, de 24 de novembro de 1969, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 275. Baixa a letra que estabelecia o nível do vencimento do respetivo pessoal, e consequentemente a categoria dos professores, em comparação com os ensinantes dos ensinos liceal e técnico.

Decreto-Lei n.º 331/71, de 4 de agosto, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 182. Cria a categoria de professor extraordinário, que passa a ser comum aos ensinos liceal, técnico profissional e do ciclo preparatório.

Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de setembro, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 228. Promulga a Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional.

Decreto-Lei n.º 409/71, de 27 de setembro, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 228. Estabelece o novo regime jurídico da duração do trabalho.

Decreto-Lei n.º 150/72, de 5 de maio, *Diário do Governo,* I-Série, n.º106. Regulamenta a Lei de Imprensa e insere as normas previstas na mesma lei relativamente ao direito à constituição de empresas, às garantias da liberdade de imprensa e aos seus limites.

Decreto-Lei n.º 196/72, de 12 de junho, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 136. Adota providências de combate à alta dos preços.

Decreto-Lei n.º 254/72, de 27 de julho, *Diário do Governo,* I-Série, n.º174. Torna gratuito o cumprimento da escolaridade obrigatória nas escolas preparatórias públicas e nos postos oficiais da Telescola.

Decreto-Lei n.º 457/72, de 15 de novembro, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 266. Concede, no mês de Dezembro de 1972, aos servidores do Estado, civis e militares, na efetividade de serviço, na reserva, aposentados ou reformados, bem como aos pensionistas a cargo do Ministério das Finanças ou do Montepio dos Servidores do Estado, um suplemento eventual de ordenado ou pensão.

Decreto-Lei n.º 18/73 de 17 de janeiro, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 14. Define a competência do pessoal auxiliar dos estabelecimentos de ensino e acresce a categoria de vigilante ao pessoal auxiliar dos estabelecimentos de ensino superior.

Decreto-Lei n.º 102/73, de 13 de março, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 61. Revê as condições de exercício de funções diretivas nos estabelecimentos de ensino técnico médio, secundário, liceal e técnico e nas escolas do magistério primário e do ciclo preparatório.

Decreto-Lei n.º 76/73, 1 de março, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 51. Aumenta os vencimentos, salários pagos, mensal ou quinzenalmente ou outras remunerações principais dos servidores do Estado, civis e militares, na efetividade de serviço.

Decreto-Lei n.º 82/73, de 3 de março, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 53. Promulga a organização da Direção-Geral da Educação-Física e Desportos.

Decreto-Lei n.º 513/73, de 10 de outubro, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 237. Revê as estruturas administrativas dos estabelecimentos do ensino preparatório e secundário e das

escolas do magistério primário e reúne num quadro único de pessoal administrativo e auxiliar os quadros privativos daqueles estabelecimentos.

Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de maio, *Diário do Governo,* I-Série, n.º113. Define o programa do Governo Provisório e estabelece a respetiva orgânica.

Decreto-Lei n.º 277/74, de 25 de junho, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 146. Estabeleceu os princípios básicos do saneamento da política interna e das suas instituições, de acordo com o Programa do Movimento das Forças Armadas.

Decreto-Lei n.º 221/74, de 27 de maio. *Diário do Governo*, I-Série, n.º 123. Determina que a direção dos estabelecimentos de ensino possa ser confiada pelo Ministro da Educação e Cultura a comissões democraticamente eleitas ou a eleger depois de 25 de Abril de 1974.

Decreto-Lei n.º 354/74, de 14 de agosto, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 189. Determina que sejam remunerados durante as férias escolares de Verão os professores agregados, eventuais ou provisórios de vários graus de ensino.

Decreto-Lei n.º 735-A/74, de 21 de dezembro, *Diário do Governo,* I-Série – 2º Suplemento. Define as estruturas de gestão democrática dos estabelecimentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário, em regime experimental, vigorando apenas para o ano escolar de 1974/75.

Decreto-Lei n.º 123/75, de 11 de março, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 59. Saneamento na função pública.

Decreto-Lei n.º 215-A/75, de 30 de abril, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 100. Reconhece a Intersindical Nacional como a confederação geral dos sindicatos portugueses.

Decreto-Lei n.°215-B/75 de 30 de abril, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 100. Regula a lei das associações sindicais.

Decreto-Lei n.º 290/75, de 14 de junho, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 135. Fixa os novos vencimentos do pessoal docente de vários graus de ensino.

Decreto-Lei n.º 409-A/75, de 5 de agosto, *Diário do Governo*, I-Série, n.º 179. Estabelece as regras a observar na colocação do pessoal docente provisório ou eventual no CPES.

Decreto-Lei nº 713-B/75, de 19 de dezembro, *Diário do Governo,* I-Série, n.º 292. Estabelece normas sobre a colocação de docentes.

Decreto-Lei n.º 769-A/76, de 23 de outubro, *Diário da Repúblic*a, I-Série, n.º 249. Define as estruturas de gestão democrática dos estabelecimentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário.

Decreto-Lei n.º 773/76, de 27 de outubro, *Diário da Repúblic*a, I-Série, n.º 252. Revoga o Decreto-Lei n.º 215-A/75, de 30 de abril, e os artigos 7.º, 9.º, 11.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 215-B/75, de 30 de abril, por traduzirem princípios contrários à liberdade, e ser manifestamente, inconstitucional. Reconheceu aos trabalhadores a liberdade sindical.

Decreto-Lei n.º 81/77, de 4 de março, *Diário da República*, I-Série n.º 53. Altera o Decreto-Lei n.º 611/76, de 24 de julho, relativo à atribuição de diuturnidades ao pessoal docente abrangido pelo regime de fases.

Decreto-Lei n.º 519-T1/79, de 29 de dezembro, *Diário da República*, I-Série n.º 299. Estabelece o regime dos contratos plurianuais, anuais e temporários dos docentes além dos quadros dos ensinos preparatório e secundário e estabelece o regime da profissionalização em exercício de docentes.

Decreto-Lei n.º 150-A/85, de 8 de maio, *Diário da República*, I-Série n.º 105. Altera o processo de profissionalização dos professores.

Decreto-Lei n.º 435/86, de 31 de dezembro, *Diário da Repúblic*a, I-Série, n.º 300. Termina a obrigatoriedade do papel selado.

Portarias

Portaria n.º 90/77, de 21 de fevereiro, *Diário da República*, I-Série n.º 43. Admite como processo único de classificação do aproveitamento escolar, para o ensino superior, a atribuição de uma nota numérica correspondente a qualquer dos valores da escala compreendida entre 0 e 20.

Despachos

Despacho de 12 de julho de 1971. Alterou o regime de estágios pedagógicos**.**

Despacho n.º 9/74, de fevereiro. Os GE são "equiparados a associações secretas".

Despacho n.º 85/74, de 28 de dezembro. Secretaria de Estado da Administração Escolar.

Despacho n.º 18/77, de 26 de maio. Coarta a liberdade de reunião.

Despacho n.º 21/77, de 7 de novembro. Limita as liberdades de organização sindical dos professores.

Despacho n.º 358/80, de 31 de outubro, *Diário da República*, II-Série n.º 253. Aprova o projeto global de formção a que se refere a alínea a) do número 5 do artigo 32 do Decreto-Lei n.º 519-T1/79, de 29 de dezembro, depois de cumprido o disposto no artigo 33 do mesmo diploma.

APÊNDICES

"Vive a tua memória e assombra-te."

Jack Kerouac (1957)

Preservar a memória dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES), foi, desde 2001, uma prioridade que só agora foi possível concretizar através da organização e digitalização do espólio.

Pretendemos registar o trabalho de todos quantos colaboraram na construção dos Grupos de Estudo e que, durante o Estado Novo, arriscaram a sua vida pessoal e profissional na defesa do que era um direito – o direito à remuneração durante o período de férias e o direito a uma associação profissional.

O testemunho desta luta, de 1969 a 1974, é hoje devolvido aos professores no espólio digitalizado[275] (Anexo), guardado e recolhido ao longo de mais de uma dezena de anos, que poderá ser um contributo para a redescoberta de identidade(s) docente(s).

Era a defesa do futuro da profissão que milhares de professores de todos os graus de ensino procuravam na construção da sua profissionalidade.

Este trabalho está organizado de forma a permitir que o leitor possa formar uma ideia de como os membros dos Grupos de Estudo se organizavam, quando e onde se reuniam, o que decidiam, que documentos para reflexão conjunta produziam, como eram vistos pela imprensa, que individualidades com eles colaboravam e, que textos foram escritos sobre o movimento.

De realçar a opinião, na primeira pessoa, de cinco destacados membros dos GEPDES, nas entrevistas aqui reproduzidas.

[275] A digitalização foi feita por Marisa Miguel, aluna do Curso de Licenciatura de Ciências da Educação, do IE, da FCSEA, da ULHT.

Apêndice I

Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, 1969-1974. Quadros síntese do espólio[276]

1.1. História contada pelos próprios

Data	Tipo de documento	Local	Assunto	Nomes referidos
25 fevereiro 1971	Comunicação n.º 4	Lisboa	História recente do movimento dos professores eventuais e provisórios.	Maria Irene Ferreira dos Santos; Martinho Guerra Madaleno
16 julho 1971	Comunicado n.º 7	GE do Norte.	Breve história do movimento dos professores provisórios e eventuais pelo pagamento das férias grandes. Continuação do trabalho dos GE. Distribuição do nº 1 do caderno *O professor*.	Alda Rodrigues Varela; Alzira Gomes Neves; António Pimenta Azevedo; António J. Costa Carvalho; António J. Pereira Mendes; António Veiga Anjo; Aurora Castro e Costa; Berta Magalhães; Fernando Pereira Pinto; Gomes Bento; Helena M. Duarte; Isabel Barca; Isabel Ferraz de Oliveira; Joaquim Duarte Martins; Joaquina Ferreira; José Cerqueira Fernandes; José Fiúza Fernandes; José Garrett; Manuel Pereira da Silva; M. Antónia Bacelar; M. da Assunção Reininho; M. da Glória Padrão; M. Fátima Borges Coelho; M. de Fátima P. de Sousa; M. do Céu Ferreira; M. Clara Rodrigues; M. Fernanda Lopes; M. Júlia Brandão; M. Manuela Medina Moura; M. Manuela Morais; M. Manuela Silva; M. Ruth Rodrigues; Nídea Maria Macedo; Odete Silva; Raúl António Styliano; Rosinda Silva; Rui Manuel Martins.
21 julho 1971	Comunicação n.º 12	Lisboa e Barreiro	Breve história do movimento dos professores eventuais e provisórios pelo pagamento nas férias grandes. Extraído do comunicado nº 7 do GE do Norte	Agostinho Lopes; António Teodoro; Eduarda Moura; Elsa Oliveira; Fernanda Maciel; Lucinda Lopes; Idalino Pacheco; Casais Ribeiro; Martinho Madaleno
24 novembro 1971	Comunicação n.º 13	Lisboa	Balanço das atividades dos Grupos de Estudo, no ano	Ana Tiucha de Barros; Fernando Cosme; Manuel Arruda; Maria Eugénia Malheiros; Maria

[276] Os nomes dos membros dos GEPDES são transcritos tal como estão nos documentos.

			letivo 1970-1971.	Fernanda Correia; Maria da Graça Madeira Gomes
7 dezembro 1971			Breve história dos Grupos de Estudo. Convocatória para reuniões no Porto, a 26 e a 31 de dezembro.	Manuela Medina Moura; A. Lopes; Joaquim Duarte Martins; A. Costa Carvalho
novembro1972	----	s/l	História dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário.	Documento danificado e incompleto Ver *dossier* de J. Sousa no Anexo
15 fevereiro 1973	Ver em anexo a ata de reunião do GE de Lisboa, de 15 fevereiro 1973	Lisboa	Breve história, de 1969/70 a julho de 1972. Balanço de atividades e iniciativas dos GEPDES. Formas de alargamento e de reorganização do GE de Lisboa.	Maria de Fátima Rodrigues
abril 1973	Comunicado	s/l	Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário do Algarve.	
5 maio 1974	----	*Diário de Lisboa*	Grupo de Estudo do Pessoal Docente.	Calvet de Magalhães
1974	Manuscrito		Breve história dos GEPESeP.	

1.2. Modelos organizativos

Data	**Tipo de documento**	**Local**	**Assunto**	**Nomes referidos**
30 abril 1971	Comunicado	Lisboa EPFA	Balanço das atividades dos GEPEeP, abertas a todas as categorias do pessoal docente. Resultado do abaixo-assinado nacional para equiparação dos três ramos para efeitos de vencimentos, remuneração nas férias para os provisórios e envio de exposição ao MEN, a 5 dezembro de 1970, do GEPEeP de Lisboa; mesa redonda publicada no *Diário de Lisboa*, em janeiro de 1971*;* audiência com MEN, a 5 fevereiro na qual o ministro encorajou os GE a reunir-se*;* notícia da Reunião Nacional de 6 março, em Coimbra, relatando que nem o abaixo-assinado com 2200	António Teodoro; Alda Pereira; Idalino Pacheco; António Joaquim de A F Lopes; Dinis Parente Pacheco; Maria Antónia Dimas D. Fernandes; Martinho Guerra Madaleno; M. Elsa C. Oliveira; Ana M. Malheiro do Vale; M. Eugénia Mendes da S. Rosa Malheiros; Joaquim Duarte Martins; Cidália M. Pereira da Silva;

			assinaturas nem as propostas ali aprovadas, foram apresentadas no congresso de Aveiro; reunião do GE do Norte no liceu Garcia de Orta, a 28 de março; encontro nacional de provisórios, a 2 de abril, na EPFA, sobre a "Proposta de Lisboa"; reunião nacional de delegados, em Tomar, a 25 de abril; normas para a aprovação da exposição ao ME; modelo organizativo dos delegados; apelo do ME à discussão pública do Projeto de Reforma do Ensino.	Maria Soledade R. de C. Reis
20 maio 1971	Circular n.º 3	Coimbra	Informações que os delegados devem enviar aos GE (até 29 de maio de1971).	--------
maio 1971	Ver em Comunicado de Lisboa	Lisboa	1. Assuntos prioritários e urgentes: proposta de alteração do texto aprovado em Tomar, a 9 de maio de 1971. 2. Carta aos delegados. 3. Abaixo-assinado – texto em anexo. 4. Método adotado em Lisboa para apuramento das respostas. 5. Distribuição das zonas de influência 6. Reunião periódica dos delegados de Lisboa. 7. Ida ao MEN.	Agostinho Lopes; Lucinda Lopes; Idalino Pacheco; Alda; Viegas; M. Eugénia; Elsa Oliveira; Martinho G. Madaleno; António Neves Teodoro; Mário Casais Ribeiro
13 junho 1971	Projeto	Barreiro	Projeto de coordenação geral, com organograma e lista nacional de escolas. GE no local de trabalho; grupos de coordenação, a nível de distrito ou zona, com secretariado; comissão nacional, com secretariado nacional. Discrição de funções.	---------
13 junho 1971	Lista de quotização	Leiria/ Coimbra		Eduarda Maria Machado e Silva GE de Coimbra
3 outubro 1971	Ver em Ata da Reunião Nacional	Figueira da Foz	4. Reorganização e reativação dos GE – fazer trabalho mais virado para as zonas e reuniões interescolares bimensais.	

1 outubro 1972	Ver em Ata da Reunião Nacional	Figueira da Foz	2. Organização administrativa. Divisão em três zonas: Norte (Porto), Centro (Coimbra), Sul (Lisboa). Cada zona indica um tesoureiro e um secretário.	Casais [Ribeiro]; Elsa [Oliveira]
outubro 1972	-----	Lisboa	Pedido de intervenção no colóquio.	-----
3 dezembro 1972	Ver em Ata da Reunião Nacional	Coimbra	4. Coordenação do trabalho a nível nacional. 4.1. Alargamento dos GE - circular a enviar às escolas, propondo organização de grupos de promoção.	[...] Lopes GE Coimbra
4 fevereiro 1973	Ver em Ata da Reunião Nacional	Figueira da Foz	Informações. Sul: situação financeira resolvida com edição de *posters*; Norte: colóquio, circular da DG do ensino liceal sobre explicações – tomar posição; Centro: autonomização do GE da Figueira da Foz. Coimbra levanta problema de representatividade destes três GE. A divisão em zonas é para efeitos de responsabilização de cada GE por trabalho de dinamização e alargamento.	M. A. Campos GE Centro
15 fevereiro 1973	Ver em Ata com anexo	Lisboa	GE terão três tipos de reuniões: por escola; de coordenação; de grupos de trabalho. Discrição de funções.	M. Fátima Rodrigues
1 abril 1973	Ver em Ata da Reunião Nacional	Lisboa	1. Informações. Lisboa: comunicados regionais assinados por seis professores e por dez professores de cada GE os comunicados nacionais, podendo o tipo de comunicado justificar um maior número de assinaturas, reunião para reorganização, folha informativa sobre reuniões de professores, contacto não oficial para colaboração dos GE na elaboração do Estatuto do Professor Eventual, GE devem contactar diretores para tomada de posição, estudar problema das diuturnidades; Porto: reuniões de estagiários, colaboração no colóquio promovido pela UNICEP; Coimbra: paga comunicado nacional, reunião alargada em Águeda, atas, da reunião anterior enviadas 15 dias antes das Reuniões Nacionais, adenda à	Fátima Rodrigues; Lucinda Lopes GE de Lisboa

			Reunião Nacional a 4 de fevereiro: "delegados à Reunião Nacional não podem tomar decisões sobre assuntos não discutidos em reuniões de zona", comunicado sobre decreto de remunerações de cargos diretivos; Faro: atas enviadas com antecedência, reuniões de delegados no Algarve; Santiago do Cacém: reuniões no Alentejo.	
30 junho 1973		Leiria	Aprovação, na reunião a 23 maio de 1973, no Liceu Nacional de Leiria, com representantes do Liceu, ET e EP. Refere subscrição por 60 professores de abaixo-assinado dirigido ao ME a pedir autorização para reunir. Na sequência da não autorização, segue o inquérito, anexo 1. as conclusões do inquérito 2. a formação de grupos de trabalho: grupo estatutos; grupo associação; grupo questões de ordem económica; grupo questões e ordem pedagógica.	Adelaide Pinho; Amélia Pais; Ana M. Cabral; Gil Patrão; Hamilton Pereira; Júlia Ribeiro; Lídia Rodrigues; Manuela Moura e Sá; Teresa Coelho e Silva
outubro 1973	Comunicado	Lisboa	Por uma Associação de Professores. Pela revalorização do estatuto profissional do pessoal docente. Constituição de grupos de trabalho: vencimentos (Carlos Moreira); assistência e previdência social (Elsa Oliveira); condições de trabalho (M. de Fátima Rodrigues). Formas de trabalho: difusão da revista; formação de grupos de trabalho nas escolas; trabalhos coletivos a apresentar ao Congresso do Ensino Secundário; divulgação de documentos; aproveitamento dos GE. Convocatória de reunião a 30 de outubro, 21.30hrs, com correspondentes de *O professor*. Convocatória para 2 de novembro, 21.30hrs.	Fátima Rodrigues; Idalino Pacheco; Adelaide Carvalho; Elsa Oliveira; Carlos Moreira
4 novembro	Ver em Ata da Reunião Nacional	Lisboa	1.2.Grupos de Estudo – Porto: aprovação dos textos de história dos GE, folha informativa e projeto de regulamento, Berta Magalhães é	Fátima Rodrigues Berta Magalhães

1973			secretária; reuniões específicas da revista; Guimarães (informa o Porto): grupo coordenador; Setúbal: jantar para lançar trabalho futuro; Leiria: reuniões interescolares, proibição da venda da revista pelo reitor, eleição do correspondente da revista; Coimbra: reuniões quinzenais, magusto, encontro de estagiários, reuniões por escola; Figueira (informa Lisboa): conclusão sobre documento da associação, história e estudo de coordenação dos GE; Madeira (informa Lisboa): reunião sobre a revista, pedem envio de documentação dos GE para Natália Pais Pita; Lisboa: reuniões quinzenais, carta a delegados, grupo de trabalho sobre estatuto.	Natália Pais Pita
2 dezembro 1973	Ver em Ata da Reunião Nacional	Ílhavo	Ponto 3 - Projeto de regimento das Reuniões Nacionais: reuniões alargadas e tempo de tomada de posição sobre matéria que exceda a representação do delegado à Reunião Nacional – local e data da convocatória da reunião não inferior a 8 dias, votações e condições de adesão ao GE. Ponto 4 - Divisão do País: 5 zonas (Porto, Aveiro, Coimbra-Figueira, Leiria, Lisboa). Adenda.	----
1973	Sede *O professor* Ver em 1.20.	----	Apuramento dos resultados do inquérito: "Para uma Associação de Professores", aprovado na reunião nacional de 15 julho1973, segundo proposta de Lisboa. Anexo - grelha de apuramento de resultados. Integra modelo organizativo.	------
1973	Manuscrito	Lisboa	Âmbito dos GEPDES – posição de Lisboa. Proposta de criação dos GE de professores primários do Norte e outras zonas. Referência às linhas de atuação para 1974/75.	--------
s/d	Proposta de reorganização	Lisboa	Reorganização do GE de Lisboa. No plano deliberativo – reuniões amplas (RA); no plano executivo – grupos de	-----

			trabalho (GT); no plano executivo/ coordenador – grupo de coordenação (GC).	
s/d	Manuscrito	----	Proposta de, a par das reuniões gerais, de grupos de trabalho se abrirem a outras reuniões com elementos interessados e com resultados divulgados em *O professor*.	------
s/d	----	----	Organograma dos GEPDES.	-----
s/d	Projeto de Regimento de reuniões	----	Projeto de regimento das reuniões nacionais dos GEPDES, divididas em normais e alargadas. Refere atribuições e anexa organograma.	
28 abril 1971	----		Constituição de grupos específicos.	
13 fevereiro 1973		Lisboa	Organização de reuniões.	

1. 3. Comunicados nacionais

Data	Local	Tipo de documento	Assunto	Nomes referidos
6 março 1971	Coimbra	Comunicação n.º 1	Refere declarações do ME ao GEPEeP, na Comunicação nº 4, do GE de Lisboa; constituição de vários GE no País; apresentação de propostas sobre estágios e nomeações – reconduções. Preparação da participação no Congresso do Ensino Liceal em Aveiro, em Abril com abaixo-assinado e pedido de apoio à inscrição dos professores provisórios; elaboração de inquérito aos professores provisórios sobre aspirações profissionais; criação de uma associação de professores. Convidado o professor Calvet de Magalhães.	M. Irene Ferreira dos Santos; Martinho Guerra Madaleno; Calvet de Magalhães
30 abril	Lisboa	-------	Balanço das atividades do GEPEeP, aberto a todas as	António Teodoro; Alda Pereira; Idalino

1971	EPFA		categorias do pessoal docente. Resultado do abaixo-assinado nacional para equiparação dos três ramos, para efeitos de vencimentos, remuneração nas férias para os provisórios; envio de exposição ao MEN, a 5 de dezembro de 1970, do GEPEeP de Lisboa; mesa redonda publicadada no *Diário de Lisboa*, em janeiro de1971*;* audiência no MEN, a 5 de fevereiro, em que o ME encorajou os GE a reunir*;* relato da RN de 6 de março, em Coimbra, segundo o qual nem o abaixo-assinado com 2200 assinaturas, nem as propostas ali aptovadas foram apresentadas no congresso de Aveiro; reunião do GE do Norte, no Liceu Garcia de Orta, a 28 de março; encontro nacional de provisórios, a 2 de abril, na EPFA, sobre a "Proposta de Lisboa"; RN de delegados, em Tomar, a 25 de abril; normas para a aprovação da exposição ao ME; modelo organizativo dos delegados; apelo do ME à discussão pública do Projeto de Reforma do Ensino.	Pacheco; António Joaquim de A. F. Lopes; Dinis Parente Pacheco; Maria Antónia Dimas D. Fernandes; Martinho Guerra Madaleno; M. Elsa C. Oliveira; Ana M. Malheiro do Vale; M. Eugénia Mendes da S. Rosa Malheiros; Joaquim Duarte Martins; Cidália M. Pereira da Silva; Maria Soledade R. de C. Reis
outubro 1971	Lisboa EPFA Ver em 4.1.1		Divulgação do Comunicado n.º 13 e caderno *O professor* n.º 2 (setembro de1971). Refere caderno *O professor* n.º 3 já impresso (dezembro de 1971).	Martinho Madaleno (?)
24 novembro 1971	Lisboa	Comunica- ção n.º 13	Balanço das atividades dos Grupos de Estudo, no ano letivo 1970-1971.	Ana Tiucha de Barros; Fernando Cosme; Manuel Arruda; Maria Eugénia Malheiros; Maria Fernanda Correia; Maria da Graça Madeira Gomes
junho 1972	s/l	Comunicado	Colóquios pedagógicos; Da Imprensa; Boletim *O professor;* Abaixo-assinado dirigido ao ME. Impresso na Impressora Económica, Figueira da Foz.	Adriana Rangel; Agostinho dos Reis Monteiro; Alda Rodrigues Varela; António Costa Carvalho; António Ferreira Lopes; António

				Teixeira Lopes; António Teodoro; Aurora Costa; Berta Magalhães; Cidália Silva; Elsa Oliveira; Elvira Eduardo Vilaça; Fernanda Correia; Fernando Cabral Pinto; Gomes Bento; Joaquim D. Martins; Joaquim Sousa; José António Fiúza Fernandes; José Augusto Nozes Pires; Lucinda Lopes; Manuel Arruda; Manuel Pereira da Silva; M. Clara Fernandes; M. Glória Padrão; M. Fátima Rodrigues; M. Júlia Jaleco; M. Manuela Medina Moura; M. Matilde Duarte Lopes; M. Ruth Rodrigues; Mário Casais Ribeiro; Martinho Madaleno; Natércia Lopes; Nídia M. Macedo; Nuno Malaca; Saudade Manso Preto
outubro 1972	s/l	Comunicado	Vencimentos e pagamento nas férias; Estatuto do professor; Associação de professores; Formação profissional dos professores; Finalidades do ensino, conteúdo e métodos pedagógicos. Impresso na Impressora Económica, Figueira da Foz.	Agostinho dos Reis Monteiro; Alda Rodrigues Varela; Alfredo Reis; António Costa Carvalho; António Ferreira Lopes; António Teixeira Lopes; António Teodoro; Aurora Costa; Berta Magalhães; Cidália Silva; Clara Fonseca Fernandes; Elsa Oliveira; Elvira Eduardo Vilaça; Fernanda Maciel Correia; Fernando Cabral Pinto; Gomes Bento; Jaime Ramalhete Neves; João Loff; Joaquim D. Martins; Joaquim B. Sousa; José A. Fiúza Fernandes; José A. Nozes Pires;

				Lucinda Lopes; Manuel Arruda; Manuel Pereira da Silva; Manuela Lopes Cabral; Manuela Morais; M. Adriana Rangel; M. Antónia Bacelar; M. Aurélia Martins; M. Clara Fernandes; M. Constança Andrade; M. Glória Padrão; M. Fátima Rodrigues; M. Júlia Jaleco; M. Manuela Medina Moura; M. Ruth Rodrigues; Mário Casais Ribeiro; Natércia Lopes; Nídia M. Macedo; Nuno Malaca; Saudade Manso Preto; Teresa Saraiva
dezembro 1972	s/l	Comunicado	*O professor* e o 13º mês: - os paradoxos; - as palavras; - os factos; - as perguntas. Impresso na Impressora Económica, Figueira da Foz.	Agostinho dos Reis Monteiro; Alda Rodrigues Varela; António Ferreira Lopes; António José Correia; António Costa Carvalho; António Ferreira Lopes; António Teodoro; Aranda Silva; Aurora Costa; Berta Magalhães; Cecília Condé; Celeste Sousa; Cidália Silva; Clara Fonseca Fernandes; Elsa Oliveira; Helena M. Gomes; Inês Borges; Jaime Ramalhete Neves; João Loff; Joaquim Alves Silva; Joaquim D. Martins; Joaquim B. Sousa; José A. Fiúza Fernandes; José A. Nozes Pires; José Pedro Guarino; Júlia Jaleco; Lucinda Lopes; Manuel Arruda; Manuel Matos; Manuel Pereira da Silva; Manuel Pinto; Manuela Morais; M. Adriana Rangel; M.

				Amélia Campos; M. da Anunciação Valente; M. Clara Fernandes; M. Fátima Rodrigues; M. Isabel Redondo; M. João Anjo; M. José Carvalho; M. José Dantas; M. Manuela Medina Moura; M. Ruth Rodrigues; Mário Casais Ribeiro; Matilde Bento; Natércia Lopes, Nídia M. Macedo; Saudade Manso Preto
fevereiro 1973	s/l	Comunicado	Afastamento de funcionários e professores de vários graus de ensino. Impresso na Lusitânia, Aveiro.	Abel Salazar; Adelino Costa; Agostinho da Silva; Alfredo Pereira Gomes; António Carvalho; António José Crisóstomo Teixeira; António José Saraiva; Aurélio Marques da Silva; Aurélio Quintanilha; Bento de Jesus Caraça; Branquinho de Oliveira; Cândido de Oliveira; Cascão de Anciães; Celestino da Costa; Cezina Bermudes; Dias Amado; Emanuel Vieira Alberto; Fernando da Fonseca; Ferreira de Macedo; Fidelino Figueiredo; Flávio Resende; Gaspar Teixeira; Hugo Baptista Ribeiro; Humberto Soeiro; Isabel Aboim Inglês; João Lopes Raimundo; João Resende; João Sá da Costa; Joaquim Loureiro; Jorge Delgado; José António Tavares da Cruz; José Marinho; José Morgado; Laura Lopes; Laureano Barros; Manuel Valadares; Manuel Zaluar Nunes; Maria

				Branca Lemos; Mário Azevedo Gomes; Mário Neto; Mário Silva; Neves Real; Norton de Matos; Orlando Morbey Rodrigues; Pires Carvalho; Pulido Valente; Rémy Freire; Rodrigues Lapa; Ruy Luís Gomes; Salomão Figueiredo; Torre Assunção; Urbano Tavares Rodrigues; Viana Lemos; Vitorino Magalhães Godinho **Subscrevem:** Abílio Faria; Agostinho Bento Gomes; Agostinho dos Reis Monteiro; Alda Rodrigues Varela; Álvaro Miguel D. Almeida; Alzira Gomes Neves; Anabela Parreira; Ana M. Azevedo Mendes; Ana M. Ferreira Lopes; Ana Tiucha de Barros; António J. Costa Carvalho; António Santos; António Teixeira Lopes; António Teixeira Ruiz; António Teodoro; Anunciação Gandarela; A. Trigo; Aranda Silva; Asdrúbal Frias da Costa; Beatriz Gonçalves Moreira; Berta Magalhães; Carolina Nogueira; Cidália Rodrigues; Elisabeth Magalhães; Elsa Oliveira; Evelina Moura; Fátima Rodrigues; Fernando Manuel Simões e Sousa; Fernando Sá Couto; Filomena Cruz; Gomes Bento; Helena M. A. Gomes; Adelino Pacheco; Isabel Barca; Isabel M. Vilaça;

				Joaquim Matias; Joaquim M. B. Sousa; Jofre Amaral Nogueira; José A. Fiúza Fernandes; José A. Nozes Pires; José Inês Pires Canário; José Luís Borges Coelho; José Manuel Braga; José Manuel Oliveira; Júlio Landeiro; Lucinda Lopes; Manuel Pereira da Silva; Manuela Cabral; Manuela Morais; M. Amélia Carvalho; M. Amélia Campos; M. Antónia Bacelar; M. Aurélia Martins; M. Benta Sustelo; M. Clara Fernandes; M. Clara Ferreira Fernandes; M. da Glória Padrão; M. da Graça Pereira da Maia; M. do Céu d'Ávila Pereira; M. do Espírito Santo; M. Fernanda da Costa Lopes; M. Helena Raposo; M. Iracema Vasconcelos; M. José Delgado; M. José Abreu; M. José Carvalho; M. José Dantas; M. Luísa Robalo Correia; M. Manuela Mendes Maia; M. Manuela Santos Silva; M. Martins; M. Olinda Santos; M. Ruth Rodrigues; M. Teresa Feijó; M. Teresa Ferreira Lopes; Mário Casais Ribeiro; Matilde Bento; Natália Calças; Nídia Estelita Macedo; Odete Silva; Olga Iglésias; Paulo Cabecinha; Paulo Rodrigues; Rita Magrinho; Saudade Manso Preto; Sérgio Moutinho; Vítor

				Patrício; Vitorino de Matos Beleza.
4 junho 1973	s/l	Comunicado	Pedido do ME de parecer dos professores sobre o Estatuto até 25 junho de1973, em circular enviada aos reitores e diretores. Pedido, dos GE, de reflexão sobre: falta de preparação dos professores para debater o assunto e o curto prazo; informação sobre o texto "Contributos para um Estatuto do pessoal Docente", enviado, pelo MEN, às direcções, com carimbo de confidencial; pedido, dos GE, para que sejam facultados, aos professores, os elementos oficiais publicados; promover reuniões dos Conselhos Escolares; não impedir reuniões inter-estabelecimentos de ensino.	
janeiro 1974	s/l	Comunicado	Aumento do custo de vida e vencimentos; Falsas compensações – compensações ilusórias; Reflexos sobre o ensino; Medidas urgentes; Os caminhos para uma ação conjunta de todos os professores. Impresso na Lusitânia, Aveiro.	Adelaide Carvalho; Adelina Morais; Adérito Jesus Dias; Amélia Campos; Amélia Pais; Ana Maria Lopes; Ana Maria Rocha da Costa; António João Véstia da Silva; António Teodoro; Augusto Mota; Carlos Manuel Oliveira; Carlos Moreira; Clara Fernandes; Costa Carvalho; Elsa Oliveira; Fátima Rodrigues; Fernando Cabral Pinto; Fernando José Matos; Fernando Sá Couto; Francisco Infante; Inês Borges; Isália Faro; Joaquim Sousa; José Bizarro; José Fernandes Adrião; Júlia Jaleco; Lucinda Lopes; Luísa Mendonça; Manuel Matos; M. Amélia Carvalho; M. Armanda Silva; M. Céu Patrício; M. da Guia Matos; M. Isabel Gomes; M. Isabel

				Redondo; M. José Fonseca; M. Lucília Bidarra; M. Luísa Carvalho; M. da Madre de Deus Sousa; M. Manuela Bação; Natércia Lopes; Olinda Santos; Otília Faro; Rita Magrinho
s/d depois de março de 1974 devido a referência no texto	s/l	Manuscrito	Esquema de um comunicado à classe sobre vencimentos; Despacho nº 9/74; associação de professores; informações: ida ao MEN; reunião de coordenação de delegados; grupos de trabalho sobre colóquios e associação; proposta de encontro nos arredores de Lisboa no segundo domingo do 3º período; esquema de comunicado; problemas com reunião de professores no Liceu D. Dinis; reunião de diretores no MEN; condições de trabalho; proposta de reuniões alargadas; recolha de assinaturas; preparar para RN; preparar protesto.	A. Costa Carvalho (rúbrica); Fatinha (?) [pode referir-se a Fátima Rodrigues]
14 janeiro 1974	Ver 1. 11.	------	Pedido de abaixo-assinado sobre exposição ao MEN acerca de vencimentos.	

1.4. Comunicados do GE de Lisboa

Data	Tipo de documento	Assunto	Nomes referidos
2 junho 1970	----------	Refere reunião de 27 de maio. Remuneração dos meses de agosto e setembro; texto do abaixo-assinado; eleita comissão executiva; eleger delegados nas escolas. Em anexo texto único de abaixo- assinado.	M. Irene Veloso; Berta M. Marinho; Judith Cortesão Lopes Monteiro
25 fevereiro 1971	Comunicação n.º 4	"História recente do movimento dos professores eventuais e provisórios"	M. Irene Ferreira dos Santos; Martinho Guerra Madaleno
4 março 1971	Comunicação	Estágios e efetivação.	M. Elisa Crespo; M. Júlia Silva; M. Irene

	n.º 5, EPFA	Alargamento dos quadros; bacharel ou licenciado, pelo Instituto Nacional de Pedagogia (INP), pode ser professor do ensino secundário; professor provisório só sem habilitação própria; estudar outras formas de experiência profissional; equivalências ac conceder pelo INP; Curso de Ciências Pedagógicas ou cadeiras similares do INP; critérios de organização das provas dos Exames de Estado.	Ferreira dos Santos; Calvet de Magalhães; Martins Ferreira; Ramalhete Neves; Jorge de Matos
20 março 1971	Comunicação n.º 6	Envio de texto de abaixo-assinado e inquérito relâmpago aos professores eventuais e provisórios. Circular sobre o encontro de Coimbra – comunicação nº 1 Encontro de Professores Eventuais e Provisórios, a 2 de abril, 15hrs, EPFA com a seguinte OT: 1. Formação do pessoal docente no projeto de sistema escolar; 2. Informação sobre os métodos de trabalho dos vários GE; 3. Apresentação e discussão de propostas: nomeações, reconduções e classificações; contratos de provimento; vencimentos; estágios, Exames de Estado e efetivação; participação na vida escolar; assistência; 4. Coordenação de Grupos de Trabalho.	M. Manuel Calvet M. G. Ricardo; Ana M. Fontes de Melo
20 março 1971	Comunicado n.º 7, EPFA	Convocatória para reunião de 2 de abril, na EPFA. OT: 1. Formação do pessoal docente no projecto do sistema educativo; 2. Informação sobre os métodos de trabalho dos vários GE; 3. Apresentação e discussão sobre as propostas elaboradas (nomeações, reconduções, classificações; contratos de provimento; vencimentos; estágios, Exames de Estado e efetivação; participação na vida escolar; assistência); 4. Coordenação dos grupos de trabalho.	M. Manuel Calvet M. G. Ricardo; Ana M. Fontes de Melo

30 abril 1971	EPFA	Balanço das atividades do GEPEeP, aberto a todas as categorias do pessoal docente. Resultado do abaixo-assinado nacional para equiparação dos três ramos para efeitos de vencimentos, remuneração nas férias para os provisórios e envio de exposição ao MEN, a 5 de dezembro de 1970, do GEPEeP de Lisboa; mesa redonda no *Diário de Lisboa*, publicada em janeiro de 1971*;* audiência com o ME, a 5 de fevereiro, na qual o ME encorajou os GE a reunir*;* relato da reunião nacional de 6 de março, em Coimbra, segundo o qual nem o abaixo-assinado com 2200 assinaturas, nem as propostas ali aprovadas foram apresentadas no congresso de Aveiro; reunião do GE do Norte, no Liceu Garcia de Orta, a 28 de março; encontro nacional de provisórios, a 2 de abril, na EPFA sobre a "Proposta de Lisboa"; Reunião Nacional de delegados, em Tomar, a 25 de abril; normas da aprovação da exposição; modelo organizativo dos delegados; apelo do ME à discussão pública do Projeto de Reforma do Ensino.	António Teodoro; Alda Pereira; Idalino Pacheco; António Joaquim de A. F. Lopes; Dinis Parente Pacheco; Maria Antónia Dimas D. Fernandes; Martinho Guerra Madaleno; M. Elsa C. Oliveira; Ana M. Malheiro do Vale; M. Eugénia Mendes da S. Rosa Malheiros; Joaquim Duarte Martins; Cidália M. Pereira da Silva; Maria Soledade R. de C. Reis
abril 1971	Comunicação n.º 8	Grupo n.º 2 – Contrato de provimento.	M. Eugénia Malheiros; M. Rosário Rodrigues; M. Amália Fialho; Martinho Guerra Madaleno; M. Armanda Carrilho; M. Emília Pedroso; M. Helena Morgado; Albino R. Cardoso
abril 1971	Comunicação n.º 9	Grupo n.º 3 – vencimentos.	Ferreira Alves Pacheco
abril 1971	Comunicação n.º 10	Grupo n.º 1 – nomeações, reconduções e classificações.	Ana M. Malheiro Fontes de Melo; M. Elsa Carvalho de Oliveira
18 maio 1971	Comunicação n.º 11	1. Informações sobre encontro em Tomar no dia 9 maio; 2. Exposição a enviar ao ME; 3. Autorização de reuniões; 4. O caso da professora provisória da EIC D. Luísa de Gusmão; 5. Formas de continuação e alargamento dos	Vítor Nascimento Picanço Mestre; Alda M. Simões Pereira; Abílio Tavares Cardoso; Ana M. Malheiro do Vale; Emília do Carmo Alves Rodrigues; Fernanda Audete [Odete] Santos Bispo; M. Eugénia

		trabalhos; 6. A audiência com o ME. Em anexo texto ao ME e abaixo-assinado. Ata enviada a 19 de maio de 1971.	Mendes da S. R. Malheiros; Martinho Guerra Madaleno; João Ferreira Alves; Mário Luís Casais Ribeiro.
maio 1971	Comunicado	1. Assuntos prioritários e urgentes: proposta de alteração ao texto aprovado em Tomar a 9 de maio 1971; 2. Carta aos delegados; 3. Abaixo-assinado – texto em anexo; 4. Método adotado em Lisboa para apuramento das respostas; 5. Distribuição das zonas de influência; 6. Reunião periódica dos delegados de Lisboa; 7. Ida ao MEN.	Agostinho Lopes; Lucinda Lopes; Idalino Pacheco; Alda; Viegas; M. Eugénia; Elsa Oliveira; Martinho G. Madaleno; António Neves Teodoro; Mário Casais Ribeiro
21 julho 1971	Comunicação n.º 12 Ver em 1.1	Breve história do movimento dos professores eventuais e provisórios para o pagamento nas férias grandes. Extraído do comunicado nº 7 do GE do Norte.	Agostinho Lopes; António Teodoro; Eduarda Moura; Elsa Oliveira; Fernanda Maciel; Lucinda Lopes; Idalino Pacheco; Casais Ribeiro; Martinho Madaleno
24 novembro 1971	Comunicação n.º 13., EPFA Ver em 1.1. e 1. 3.	Balanço das atividades dos Grupos de Estudo no ano letivo 1970-71.	Ana Tiucha de Barros; Fernando Cosme; Manuel Arruda; Maria Eugénia M. Malheiros; Maria Fernanda Correia; Maria da Graça Madeira Gomes
25 janeiro 1972	Ver em 1.20.	Apoio aos cadernos *O professor*.	António Teodoro; Dulce Cunha Reis; Eduardo Lima Teixeira; João Marcelino L. Barreto; Lucinda Lopes; M. Graça Guedes; Mário Luís Casais Ribeiro; M. Manuela Lopes Cabral; Mário Paiva Ventura Gomes

14 março 1972	Comunicação n.º 14	1. Colóquio na Figueira da Foz; 2. Exposição entregue no MEN por estagiários do CPES; 3. Grupos de Trabalho; 4. Vencimentos e condições de trabalho; 5. Exames de Estado, para quê? 6. Informações gerais: colóquio na cooperativa Árvore, no Porto; nº 3 da revista; livro de A. Lopes à venda; encontros desportivos.	Cidália Pereira; Dulce Cunha; Elsa Oliveira; Fernanda Correia; José João Barroso; Idalino Pacheco; Mário Paiva; Manuel Arruda; Graça Guedes; Lucinda Lopes; Tereza Costa; Violeta Figueiredo
março1973	-----	1. Vencimentos; 2. Remuneração de horas extraordinárias; 3. Vagas para professores efectivos; 4. Associação de professores; 5. Coleção ensino e pedagogia.	Anunciação Gandarela; Cidália Rodrigues; Elsa Oliveira; Fátima Rodrigues; Idalino Pacheco; Lucinda Lopes; Mário Casais; Paulo Cabecinha; Rita Magrinho
março 1973	------	Ciclo de colóquios a 14, 21 e 28 de outubro e 4 de novembro, na EPFA, com aprovação de moção a enviar ao ME: 1. Associação de professores; 2. Preparação para a função docente; 3. Remunerações; 4. Contrato e carreira profissional; 5. Escassez de pessoal docente; 6. Estágios.	Anunciação Gandarela; Cidália Rodrigues; Elsa Oliveira; Fátima Rodrigues; Idalino Pacheco; Lucinda Lopes; M. Bento Sustelo; Mário Casais; Paulo Cabecinha; Rita Magrinho
5 junho 1973	-----	Circular da DGEBS de 30 de maio, para os diretores convocarem reuniões plenárias, no sentido de os professores se pronunciarem até 25 de junho sobre alterações ao estatuto do ensino liceal [Decreto n.º 36 508, de 17 de setembro de 1947 – esgotado], técnico profissional [remodelado em 1947/48 – esgotado] e ciclo preparatório [Decreto n.º 48 572, de 9 de setembro de 1968] e demais legislação. Levantam questões para reflexão.	Elsa Oliveira; Fátima Rodrigues; Isabel Montez; Joaquim Martins; Manuela Cabral; M. Helena Pato
19 outubro 1973	----	Pareceres dos GE de Coimbra, Leiria e Porto sobre questionário sobre a associação. Pedido de definição sobre: tipo, âmbito, finalidades,	Fátima Rodrigues; Lucinda Lopes

		organização da associação.	
outubro 1973	---	Programa de ação dos GEPDES para 1973/74 – questionário: 1. Elaboração do questionário por um grupo de trabalho; 2. Aprovação no GE de Lisboa para a RN; 3. Discussão do questionário na RN; 4. Parecer emitidos pelos GE; a. De Leiria; b. Do Porto. Decidiu-se sobre a definição de Associação de Professores e questões levantadas pelo questionário. Questionário em anexo. Convocatória para 22 de outubro, 21,30 hrs. Refere RN a 4 de novembro.	Álvaro Miguel Duarte de Almeida
outubro 1973	----	1. Por uma Associação de Professores; 2. Pela revalorização do estatuto profissional do pessoal docente. Constituição de grupos de trabalho: vencimentos (Carlos Moreira); assistência e previdência social (Elsa Oliveira); condições de trabalho (M. de Fátima Rodrigues). Formas de trabalho: difusão da revista; formação de grupos de trabalho nas escolas; trabalhos coletivos a apresentar ao Congresso do Ensino Secundário; divulgação de documentos; aproveitamento dos GE. Convocatória para reunião de 30 de outubro, 21.30hrs, com correspondentes de *O professor*. Convocatória para 2 de novembro, 21.30hrs.	Fátima Rodrigues; Idalino Pacheco; Adelaide Carvalho; Elsa Oliveira; Carlos Moreira
s/d		Ação de dinamização do movimento associativo e reivindicativo do estatuto do professor. Refere questionário.	M. Manuela Cabral

1. 5. Comunicados do GE do Norte

Data	Tipo de documento	Assunto	Nomes referidos
10 março 1971	Comunicado n.º 1 **Não consta do espólio** (ref: Agostinho dos Reis Monteiro, *Educação, ato político*, p. 173)	Anúncio da Reunião Geral de professores do Norte. Reuniões semanais, 4f., 21.30hrs na EP Pêro Vaz de Caminha.	
16 março 1971	Comunicado n.º 2	Reunião geral dos professores do Norte. Convocatória para 28 de março, no Liceu Garcia de Orta, Porto. OT: história e situação atual do movimento; atividades nas escolas; Congresso de Aveiro; problemas atuais da classe; estruturação do movimento.	Alzira Cármen Mendes; A. Costa Carvalho; A. José Mendes; Berta Magalhães; Fernanda Campos; Helena Duarte; Isabel Ferraz de Oliveira; Joaquim Duarte Martins; José Bento; José Garrett; M. da Glória Carvalho; M. Fátima Pereira de Sousa; M. Lurdes Gonçalves; M. Céu Ferreira; M. Manuela Medina Moura; M. Manuela Silva; Nídia M. Estelita de Macedo; Raúl António; Rui Martins.
14 abril 1971	Comunicado n.º 3	Relato da reunião de 28 (abril), possível gralha, pois deve referir-se a março, no Liceu Garcia de Orta: confronto entre a OT do GE e o pedido do reitor ao ME; assinam o abaixo-assinado três centenas de professores de todos os graus de ensino; aprovado texto a enviar ao ME sobre nomeações, contrato de provimento, participação nas estruturas que decidem da vida escolar, medidas de caráter urgente. Aprovação de texto a enviar ao ME sobre direito de associação. Relato da reunião de professores provisórios em Lisboa. Congresso de Aveiro: razões para a não comparência dos GE e fundos. Convocatória para todas as 4f, na EP Pêro Vaz de Caminha, Porto.	Alzira Cármen Mendes; A. Costa Carvalho; A. José Mendes; Berta Magalhães; Gomes Bento; Helena Duarte; Isabel Ferraz de Oliveira; Joaquim Duarte Martins; José Garrett; M. da Glória Carvalho; M. Fátima Pereira de Sousa; M. Helena Noronha Dias; M. Lurdes Gonçalves; M. Fernanda Campos; Joaquim de Matos; M. Céu Ferreira; M. Manuela Medina Moura

28 abril 1971	Comunicado n.º 4	Ainda o Congresso de Aveiro. Posição dos GE sobre o anúncio do ME acerca do pagamento das férias. Constituição de GE específicos. Encontro nacional em Tomar, a 25 de abril. Fundos.	Joaquim Duarte Martins; M. Fernanda Campos; M. de Fátima Pereira de Sousa; Nídea Estelita de Macedo; M. Antónia Pestana Moura; Gomes Bento.
12 maio 1971	Comunicado n.º 5	Situação criada ao GE do Norte pela suspensão das reuniões na EP Pêro Vaz de Caminha, Porto, por decisão ministerial. Encontro nacional de Tomar, a 9 de maio, e texto da exposição a entregar ao ME. Solidariedade para com colega da EI D. Luísa de Gusmão, exonerada por excesso de faltas durante a gravidez e parto.	Alda Rodrigues Varela; Alzira Gomes Neves; António Pimenta Azevedo; António J. Costa Carvalho; António J. Pereira Mendes; António Veiga Anjo; Aurora Castro e Costa; Fernando Pereira Pinto; Helena M. Duarte; Isabel Ferraz de Oliveira; Joaquim Duarte Martins; Joaquim de Matos; Joaquina Ferreira; José Garrett; Gomes Bento; M. da Assunção Reininho; M. da Glória Padrão Carvalho; M. de Fátima Pereira de Sousa; M. do Céu Ferreira; M. Clara Rodrigues; M. Fernanda Campos; M. Fernanda Lopes; M. Júlia Brandão; M. Manuela Medina Moura; M. Manuela Silva; Nídea M. Estelita de Macedo; Rui Manuel Martins; M. Manuela Morais
23 junho 1971	Comunicado n.º 6	Refere a existência de 13 GE. Criação de Secretariado Nacional. Entrega, a 14 de maio, de documento ao ME. Relato das afirmações do ME, em Setúbal, a 8 de junho. Entrega de abaixo-assinado ao ME com 676 assinaturas (comunicado nº 5). Audiência com ME convocada à última hora.	Alda Rodrigues Varela; Alzira Gomes Neves; António Pimenta Azevedo; António J Costa Carvalho; António J Pereira Mendes; António Veiga Anjo; Berta Magalhães; Fernando Pereira Pinto; Helena M Duarte; Isabel Barca; Isabel Ferraz de Oliveira; Joaquim Duarte Martins; Joaquina Ferreira; José Cerqueira Fernandes; José Fiúza Fernandes; José Garrett; Manuel Pereira da Silva; M. Antónia Bacelar; M. da Assunção Reininho; M. da Glória Padrão; M. de Fátima P. de Sousa; M. do Céu Ferreira; M. Clara Rodrigues; M. Fernanda Lopes; M. Júlia Brandão; M. Manuela Medina Moura; M. Manuela Morais; M. Manuela Silva; Nídea M. Macedo; Odete Silva; Raúl

			António Styliano; Rosinda Silva; Rui Manuel Martins
4 julho 1971	Circular n.º 1, ES de Braga	Resposta ao apelo lançado em Aveiro pelo ME. Convocatória para todas as 3f, no Liceu Sá de Miranda.	----------
16 julho 1971	Comunicado n.º 7 Ver 1.1.	Breve história do movimento dos professores provisórios e eventuais para o pagamento das férias grandes. Continuação do trabalho dos GE. Distribuição do nº 1 do caderno *O professor.*	Alda Rodrigues Varela; Alzira Gomes Neves; António Pimenta Azevedo; António J. Costa Carvalho; António J. Pereira Mendes; António Pimenta Azevedo; António Veiga Anjo; Aurora Castro e Costa; Berta Magalhães; Fernando Pereira Pinto; Gomes Bento; Helena M. Duarte; Isabel Barca; Isabel Ferraz de Oliveira; Joaquim Duarte Martins; Joaquina Ferreira; José Cerqueira Fernandes; José Fiúza Fernandes; José Garrett; Manuel Pereira da Silva; M. Antónia Bacelar; M. da Assunção Reininho; M. da Glória Padrão; M. Fátima Borges Coelho; M. de Fátima P. de Sousa; M. do Céu Ferreira; M. Clara Rodrigues; M. Fernanda Lopes; M. Júlia Brandão; M. Manuela Medina Moura; M. Manuela Morais; M. Manuela Silva; M. Ruth Rodrigues; Nídea Maria Macedo; Odete Silva; Raúl António Styliano; Rosinda Silva; Rui Manuel Martins.
21 outubro 1971	Comunicado n.º 8	O prosseguimento da ação do GE. Ainda o problema de um estabelecimento de ensino para as reuniões do GE. Colóquio de professores, a 28 de novembro, com a seguinte OT: o agente de ensino na atual estrutura educativa nacional – estatuto profissional, pedagógico e cívico; formação do pessoal docente - cursos de atualização e aperfeiçoamento.	Agostinho Lopes; Alda Rodrigues Varela; António Costa Carvalho; Berta Magalhães; Fernanda Martins Faria; Gomes Bento; Joaquim D Martins; José Fiúza Fernandes; Filomena Castel Branco; M. Assunção Reininho; M. da Glória Padrão; M. do Céu Ferreira; M. Irene Lima; M. Manuela Medina Moura; M. Manuela Silva; M. Ruth Rodrigues; Nídia M. Macedo; Nozes Pires; Odete Silva.
7 dezembro 1971	Ver 1.1.	Breve história dos GE. Convocatória para reuniões no Porto, a 26 e a 31 de dezembro.	A. Lopes; Joaquim Duarte Martins; A. Costa Carvalho
15 janeiro	Comunicado	Trabalho dos GE.	Adriana Rangel; Alda Rodrigues

1972	n.º 9	Temas para número do caderno *O professor* sobre estágios. Pedido ao ME para ealização do Colóquio Nacional de professores na Figueira da Foz, subscrito por 450 professores. Texto ao ME em anexo.	Varela; António Pimenta Azevedo; Aurora Castro e Costa; Berta Magalhães; Gomes Bento; Carolina Nogueira; Clara Fernandes; Isabel Barca; Jofre Amaral Nogueira; Joaquim Duarte Martins; José Fiúza Fernandes; M. da Glória Padrão; M. do Céu Ferreira; M. Irene Lima; M. Manuela Medina Moura; M. Manuela Silva; M. Fátima Rodrigues; Nídea Maria Macedo; Odete Silva
25 fevereiro 1972	Comunicado n.º 10	Grupo de trabalho de Estágios. Pedido de autorização de reuniões nas escolas a fim de se abordar os temas: a responsabilidade do estagiário na experiência pedagógica em curso; a situação dos estágios – no ETP, CPES, ensino liceal; disparidade de critérios nos três ramos de ensino; meios e critérios de classificação. Convocatória para 3 de março, na R. da Cedofeita, 376.	Adriana Rangel; Alda Rodrigues Varela; Berta Magalhães; Costa Carvalho; Isabel Barca; José Fiúza Fernandes; M. Fátima Rodrigues; Odete Silva; Ruth Rodrigues
12 março 1972	Comunicado Ver 1.12.	Refere reuniões de estagiários dos três ramos de ensino realizadas no Porto, a 3 e a 8 de março, para aprovação de exposição ao MEN e subscrição de abaixo-assinado.	
novembro 1973	Folha informativa n.º 1	Programa de ação dos GEPDES para 1973/74: por uma associação de professores; pela revalorização do estatuto profissional. Revista *O professor.*	Berta Magalhães; Costa Carvalho; Fernando Sá Couto; M. Constança Andrade; M. Estela V. Guimarães; M. João Delgado
22 janeiro 1974	----	Sobre subscrição a ser apresentada ao ME sobre vencimentos dos docentes. Texto que está a ser enviado ao Presidente do Conselho por professores e funcionários.	Silvina Rodrigues
24 janeiro 1974	----	Projeto de comunicado a apresentar a outros GE sobre o incidente no Liceu Garcia de Orta - suspensão preventiva de 14 alunos por contestação de métodos de ensino e programa de uma professora.	José …..(?)

1.6. Comunicados do GE do Centro

Data	Tipo de documento	Assunto	Nomes referidos
5 maio 1971	Circular, Coimbra	Formação do GE do Centro. Sede da EIC Avelar Brotero. Organização. Convocatória para 7 de maio, 17.30hrs, seção da Baixa	Manuela Cardoso de Freitas (?)
11 maio 1971	Circular n.º 2	Refere encontro de Tomar, a 9 de maio. Convocatória para 15 de maio, na EIC Brotero, Seção da Baixa, Coimbra, para oficialização de uma associação de professores.	Eduarda Machado e Silva
20 maio 1971	Circular n.º 3	Repúdio da notícia do *Diário de Lisboa*, de 8 de maio, sobre texto da Proposta para a Reforma do Estatuto do Pessoal Docente Eventual e Provisório. Aprovação de exposição a enviar ao ME. Informações que os delegados devem enviar aos GE (até 29 de maio 1971).	------
25 maio 1971	Circular n.º 4	Convocatória para 29 de maio, na EIC Brotero, no Calhabé, Coimbra. Quotização para colega exonerado por excesso de faltas. OT: organização dos GE; quotizações; organização da comissão coordenadora; possível Reunião Nacional, em Coimbra, a 6 de junho de 1971.	António J. de Azevedo F. Lopes
16 Junho 1971	Circular n.º 6	Convocatória para 19 de junho, café Mandarim, Coimbra. OT: trabalho dos grupos; dinamização do trabalho; situação económica.	Mª Natércia Gomes Lopes
28 junho 1971	Circular n.º 7	Refere reunião do Secretariado, a 20 de junho. Convocatória para 4 julho, na Sé Velha, Coimbra. OT: problemas do colóquio; trabalho futuro.	[Ilegível]
13 julho 1971	Circular n.º 8	Refere reunião de Coimbra de 4 de julho. Convocatória para dia 18, na Figueira da Foz, café Estuário.	M. A. Campos
21 julho 1971	Circular n.º 9	Convocatória para 24 de julho, no Ateneu, Coimbra. OT: análise da situação; fundos.	Maria da Graça Guedes
24 novembro 1971	Circular nº 1	Convocatória para 27 de novembro, no Ateneu, Coimbra. OT: modos de participação nos problemas da educação; cadernos *O professor*.	Maria Natércia Gomes Lopes
7 dezembro	Comunicação	Adesão ao movimento.	Ana Cristina Brasão; Ana Torres; António

1971	n.º1, Coimbra	Desenvolvimento de atividade. Proposta de colóquio nacional sobre estatuto.	Lopes; Eduarda Machado; Eduardo Vasconcelos; Helena Sousa Alves; Isabel Redondo; Júlia Jaleco; Manuela Leandro; M. Fátima Saraiva; M. José Pinto; M. José Silva; Matilde Duarte; Natércia Lopes; Paula Vasconcelos; Pureza Barata; Teresa Lopes
3 janeiro 1972	Circular n.º 2	Convocatória para 9 de janeiro. OT: colóquio; estágios; análise da situação; cadernos *O professor*.	António Joaquim F. Lopes
7 fevereiro 1972		Convocatória para 10 de fevereiro com vista a discutir problemas profissionais e pedagógicos.	Maria Natércia Gomes Lopes
23 junho 1972		Convocatória para 27 junho, Coimbra. OT: regulamento relativo ao processo de legalização do caderno *O professor;* perspetivas de trabalhos futuros.	Maria Natércia Gomes Lopes
20 setembro 1972		Convocatória para 22 de Setembro, no Ateneu, Coimbra, a fim de discutir as atividades do próximo ano letivo.	Maria Natércia Gomes Lopes
24 novembro 1972	Carta	Observações a fazer às atas das reuniões de 15 de outubro e de 5 de novembro, na RN, de 3 de dezembro. Convocatória para Reunião Nacional a 3 de dezembro, café Sé Velha, Coimbra. OT: boletim *O professor*; coordenação do trabalho a nível nacional: alargamento dos GE; associação.	Lucinda …
29 novembro 1972	Carta manuscrita	Convocatória para Reunião Nacional a 3 dezembro, café Sé Velha, Coimbra. OT: boletim *O professor*; coordenação trabalho a nível nacional: alargamento GE; associação.	Maria Natércia Gomes Lopes
30 junho 1973	GE de Leiria	Formação de grupos de trabalho. Requerimento enviado ao ME a 28 maio por 60 professores. Conclusões do inquérito. Refere a reunião de 23 de maio de 1973, no Liceu de Leiria. Inquérito a 30 de junho de 1973.	Adelaide Pinho; Amélia Pais; Ana M. Cabral; Gil Patrão; Hamilton Pereira; Júlia Ribeiro; Lídia Rodrigues; Manuela Moura e Sá; Teresa Coelho e Silva
12 julho 1973	GE de Leiria	Preparação do encontro nacional de 15 julho 1973. Balanço crítico das atividades desenvolvidas em	A. Pais

		1972-1973. Perspetivas de futuro.	
julho 1973	Comunicado n.º 2, Leiria	Grupo de trabalho: bibliografia.	------

1.7. Atas e convocatórias de reuniões nacionais [277]

Data	Local	Ordem de trabalhos Assuntos tratados	Presenças	Responsável pela ata e data de envio	Convocatória
6 março 1971	Coimbra	1º Encontro Nacional dos GEPEeP.	------	Sem ata	-----
25 abril 1971	Tomar	[ver lista de Joaquim de Sousa no Anexo – CD-ROM]	Lisboa, Porto, Coimbra, Tomar, Setúbal, Barreiro, Estremoz, Évora, Silves, Vila Viçosa (44 participantes)	Sem ata	----
9 maio 1971	Tomar	[ver lista de Joaquim de Sousa no Anexo – CD-ROM]	Almada, Barreiro, Coimbra, Évora, Lisboa, Porto, Tomar	Sem ata	------
23 maio 1971	Tomar	[ver lista de Joaquim de Sousa no Anexo – CD-ROM]	-----	--------	-----
6 junho 1971	Leiria Circular	1. Presenças; 2. Informações;	Lisboa, Porto, Coimbra, Tomar, Estremoz,	Maria da Graça ……, GE de	13 de junho de 1971, em Leiria, Café Esplanada

[277] Ver lista de Reuniões Nacionais, de Joaquim de Sousa, no Anexo - CD-ROM.

	nº 5	a. Discussão da proposta; b. Audiência no MEN ainda sem resposta; c. Chefe de gabinete do MEN diz ser em breve; d. A 10 de junho o ME faz uma comunicação ao País; e. Antes da comunicação ao País, o GE de Lisboa envia carta sobre pontos aprovados em Leiria; f. Encontro de professores do ensino secundário; 3. Conclusões – marcação de Reunião Nacional. Pedido de contribuição para as despesas pelos GE.	Barreiro, Marinha Grande	Coimbra, a 7 de junho de 1971	Jardim, 14.30hrs
13 junho 1971	Leiria	[referenciada na reunião de 6 de junho, ver lista de Joaquim de Sousa, no Anexo – CD-ROM]	------	Sem ata	-----
4 julho 1971	Coimbra	[ver lista de Joaquim de Sousa no Anexo – CD-ROM]	------	Sem ata	---
25 julho 1971	Figueira da Foz	[ver lista de Joaquim de Sousa no Anexo – CD-ROM]	RN alargada	Sem ata	-----
19 setembro 1971	Figueira da Foz	Refere encontro a 25 de julho de 1971, na Figueira da Foz: 1. Informações – foi dado conhecimento do despacho do MEN, de 26 de julho de1971, discordando do relato da audiência a professores eventuais. 2. Caderno *O professor* – publicação do nº 2, sugestões sobre o nº 3. 3. Reorganização dos GE. 3.1. Colóquio na Figueira da Foz – cedência da EP Dr. João de Barros; pedir ao ME autorização	Porto, Coimbra, Leiria, Figueira da Foz, Torres Novas, Lisboa, Vila Viçosa	A. Costa Carvalho, GE do Norte, a 23 de setembro de 1971	3 de outubro, Figueira da Foz, Café Estuário, 14,30hrs

		para 14 de novembro; publicar textos para serem discutidos nas escolas; comissão preparatória do colóquio; 3.2. Reativação dos GE – inquérito nacional sobre condições de trabalho; desconhecimento do local de trabalho futuro dos professores dos GE. 4. Textos legislativos do MEN, de julho e agosto de 1971 – necessidade de análise.			
3 outubro 1971	Figueira da Foz	1. Informações: a. Boletim – dificuldades técnicas, envio para as escolas e estabelecimentos de ensino particular; b. Seleção de textos – preparar um número especial; prazos de entrega de textos; problemas jurídicos; c. Inquérito do *Notícias da Amadora* (texto final da ata); d. Abertura à rádio e imprensa escrita – mesa redonda na Página 1(Rádio Renascença), envio de notícias para a imprensa local. 2. Preparação e discussão do colóquio – renovar pedido para colóquio na Figueira da Foz a 28 de novembro; inscrições nas escolas até 400; discussão nas escolas de moções de análise dos textos. 3. Decreto-Lei n.º 331/71 – contactar os deputados Sá Carneiro e Pinto Balsemão; analisar o decreto. 4. Reorganização e reativação dos GE – trabalho mais virado	Porto (4), Coimbra (1), Lisboa (4), Figueira da Foz (1), Barreiro (1)	------	23 de outubro, Lisboa, Café VáVá, 21hrs; 24 de outubro, Lisboa, Café VáVá, 10hrs

		para as zonas; reuniões bimensais interescolas.			
23 e 24 outubro 1971	Lisboa, EPFA	1. Informações. *2.* Cadernos – o Caderno n.º 2 está pronto; em janeiro sai um caderno sobre estágios; distribuição. *O professor* é o órgão oficial dos GE; quota mínima de 10$00, com direito ao caderno. *3.* Orientação dos GE - delegados - com a venda dos cadernos, procurar adesão aos GE. *4.* Colóquio da Figueira da Foz, marcado para 28 de novembro; designação da comissão executiva, local; texto-base de onde sairá a Carta do Professor sobre "O que é o professor?"; envio de notícias para os jornais; cópia do inquérito do *Notícias da Amadora*.	Porto, Coimbra, Lisboa, Vila Viçosa, Barreiro, Leiria (25)	----------	14 novembro Coimbra, Café Sé Velha, 11hrs
14 novembro 1971	Coimbra	1. Cadernos: receção e distribuição do n.º 2; cadernos futuros: n.º 3 e 4. 2. Situação atual do movimento. 2. 1. Organização interna de cada grupo. Razões da desmobilização: impossibilidade de reunião; afastamento dos professores que estagiam; satisfação das reivindicações mais mobilizadoras; falta de informação regular; não autorização do colóquio na Figueira da Foz; cadernos sobre problemas devem ser mais concretos. 2. 2. Colóquio – reuniões com chefe de gabinete do MEN e diretor de serviços do CPES para informação sobre despacho. Envio de exposição ao MEN. 3. Reorganização dos trabalhos	Coimbra, Lisboa, Porto, Barreiro, Figueira da Foz	António Joaquim Azevedo Lopes, GE de Coimbra, a 24 de novembro de 1971	28 de novembro Coimbra, Café Sé Velha, 11-15hrs

		(não tratado).			
28 novembro 1971	Coimbra	1. Informações. Lisboa: prepara Comunicado n.º 13, com história dos GE; Coimbra: reunião de zona sobre mobilização; assinaturas para exposição a enviar ao MEN; Porto: GE de Guimarães e Braga; carta ao MEN, com 84 assinaturas; análise do Decreto-Lei n.º 331/71. 2. Colóquio - 16 de janeiro, na EPFA. Lisboa prepara texto sobre o estatuto do professor para ser posto à discussão; integrar estudo de Viseu sobre segregação sócioeconómica nas turmas do CPES. Figueira da Foz realiza colóquio e estuda situação do pessoal doente. 3. Cadernos – subordinados a um tema. N.º 4 em fevereiro, com uma separata sobre lei orgânica do MEN; preço dos cadernos. 4. Estágios – reunião na EPFA com aprovação de carta ao MEN. 5. Problema da mobilização imediata dos professores sobre assuntos concretos.	Coimbra, Lisboa, Porto, Barreiro, Figueira da Foz, Viseu	M. Natércia Gomes Lopes, Coimbra, GE de Coimbra	12 dezembro, Coimbra, Ateneu, Café Sé Velha, 11-15hrs

12 dezembro 1971	Coimbra	----------	Coimbra, Porto, Lisboa	Sem ata	------
9 janeiro 1972	Porto	1. Informações. Porto: reunião de zona, a 29 de dezembro; problema dos estágios; colóquio sobre assuntos pedagógicos, com Raúl Gomes, Ilídio Sardoeira, Lucinda Pereira e Fins do Lago; incidentes com alunos no Liceu Garcia de Orta; Lisboa: situação deficitária devido impressão dos cadernos; cópia da exposição ao MEN enviada a jornais e revistas. 2. Colóquio da Figueira da Foz – informação a jornais e revistas sobre o pedido de autorização; colóquio na EPFA; o texto base de discussão no colóquio será o anteprojeto da Carta do Professor. 3. Situação financeira dos GE – promoção dos Cadernos nas cooperativas e cidade universitária de Lisboa; vender comunicação da *UNESCO*. 4. Perspetivas atuais dos GE – criação de um núcleo de ação pedagógica por iniciativa de Joel Serrão, com a colaboração dos GE; Cadernos vão incluir lista de correspondentes.	Porto, Lisboa	A. Costa Carvalho, GE do Norte	Figueira da Foz, sem local
13 fevereiro 1972	Coimbra	1. Informações. Lisboa: formação de uma Cooperativa de professores; Porto: colóquio a 19 de fevereiro - Os problemas da escola ativa no ensino secundário; Coimbra: colóquio a 11 de março – Estruturas e ensino 2. Colóquio – dependente de	Porto, Coimbra, Barreiro, Lisboa, Leiria	A. Lopes, GE de Coimbra	12 de março, Coimbra, Ateneu, 15 hrs

		resposta do MEN. 3. Cadernos – o n.º 3 tem erros de impressão e não foi distribuído, pedido orçamento a tipografias. 4. Livro *A política de mão-de-obra barata do MEN* - A. [Agostinho] Lopes, com preço de capa de 20$00, os GE são os distribuidores 5. Inquérito às condições sócioeconómicas dos professores			
12 março 1972	Coimbra	1. Informações. Lisboa: colóquios na EPFA, venda do livro *A política de mão-de-obra barata do MEN;* Coimbra: colóquio acerca de Estruturas e Ensino, no qual circulou abaixo-assinado sobre abolição do Exame de Estado; Leiria: livro vende-se bem; Porto: vendidos todos os exemplares, reuniões de estagiários, colóquio, inquérito sobre necessidades da classe docente, abaixo-assinado sobre vencimentos. 2. Caderno n.º 4 a cargo do Porto, discutida crise económica dos cadernos. 3. Estágio – abaixo-assinado a nível nacional.	Coimbra, Porto, Lisboa	-----	16 de abril, Coimbra, Ateneu, 15hrs
16 abril	Coimbra	[referida na reunião de 12 de março]	-----	Sem ata	-------
18 junho 1972	Figueira da Foz	1. Abaixo-assinado destinado ao MEN sobre pagamento nas férias a enviar, até 26 de junho, para Lucinda Almeida Lopes. 2. Proposta de legalização dos cadernos *O professor* face á situação criada pela nova lei de imprensa.	Lisboa, Porto, Barreiro, Coimbra, Figueira da Foz	Joaquim Sousa, GE de Coimbra, a 18 de junho	23 de julho, Figueira da Foz, Café Estuário, 11hrs

		3. Comunicado à classe sobre a impossibilidade de publicar o Boletim.			
30 julho 1972	Figueira da Foz	1. Informações. Recolhidos os documentos para legalização do boletim, primeiro número em outubro/novembro. 2. Objetivos para 1972/1973 – vencimentos, associação de professores, estatuto, estruturação da revista, análise das finalidades e métodos de ensino, papel do professor, formação profissional, GE nas escolas. Documento dirigido à classe. 3. Alguns aspetos organizativos – Estatuto: prioridade à discussão dos contratos de provimento, diuturnidades, escala de vencimentos, classificação de serviço e vagas; grupo de trabalho para constituição do centro de documentação dos GE (Teresa Loff), contactos no estrangeiro para recolha de informação, contactar colegas, incentivar formação de GE. 4. Outros assuntos focados – tema do boletim – Situação do professor; lançamento da campanha pró-associação, formação de uma comissão de apoio.	Lisboa, Porto, Barreiro, Coimbra, Figueira da Foz	Joaquim Sousa, GE de Coimbra, a 3 de agosto	10 de setembro, Figueira da Foz, Café Estuário, 11hrs
10 setembro 1972	Figueira da Foz	1. Desenvolvimento da agenda de objetivos para 1972/1973 a enviar, até 25 de Setembro, para distribuir a 6 de outubro. 2. Informações. a. Documentação – grupo de trabalho sobre documentação de carácter jurídico; b. Estrangeiro – contacto com Associação Freinet para receber documentação,	Lisboa, Porto, Coimbra, Figueira da Foz	Joaquim Sousa, GE de Coimbra	1 de outubro, Figueira Foz, Café Estuário, 11hrs

		transcrever artigos; c. Livros – a publicar: *Livros escolares*, de Costa Carvalho, a 20 de setembro, e *Movimento associativo dos professores do ensino secundário, subsídios para a sua história*, de José Bento, em outubro; d. Boletim – aguarda-se autorização para publicação.			
1 outubro 1972	Figueira da Foz	1. Informações. Lisboa: colóquio na EPFA: a 14 de outubro, com Aldónio Gomes e Raúl Gomes – relação professor/aluno; a 21 de outubro, com Germano Neves e Calvet de Magalhães – formação do professor; a 28 de outubro, com Cristóvão Santos e Joel Serrão – perspetivas do ensino em Portugal; a 4 de novembro, com Salvado Sampaio e Costa Carvalho – estatuto do professor; Porto: verificar a procedência de um documento enviado aos jornais em agosto, apoiando o pagamento nas férias. 2. Organização administrativa. Divisão em três zonas: Norte (Porto), Centro (Coimbra), Sul (Lisboa). Cada zona indica um tesoureiro e um secretário. 3. Boletim - Esquema geral, esquema do n.º 1, preço avulso, assinantes, orçamento, formato. 4. Associação - Apresentar propostas até 5 de novembro 5. Redação definitiva do comunicado.	Lisboa, Porto, Barreiro, Figueira da Foz	------	15 de outubro, Lisboa
15 outubro	Lisboa	1. Informações. Porto: continuam em curso as investigações sobre os	Lisboa, Porto, Coimbra	M. Anunciação	5 de novembro de 1972,

1972		professores que enviaram as notícias para os jornais, os quais não são conhecidos nas escolas indicadas; cada GE deve ter um tesoureiro e um secretário. Impedimento de ida ao colóquio - contactar Casais [Ribeiro] ou Elsa [Oliveira]; propostas de trabalho sobre criação da associação; crítica de Coimbra a Costa Carvalho, por causa da percentagem da venda do livro, a qual é infundada; Coimbra: abaixo-assinado sobre horas extraordinárias no ensino liceal noturno. 2. Revista: ver tabela de preços de publicidade, projeto para capa, programação do n.º 1. 3. Outros trabalhos: Coimbra vai realizar colóquios, exposições, convívios.		Valente, GE de Lisboa	Lisboa, s/l, s/h
5 novembro 1972	Lisboa, EPFA	1. Distribuição da revista com a presença de Vítor Branco, distribuição pelo *Expresso* e GE; 50% do preço capa para assinaturas e números avulso; sociedade por quotas; participação de técnico para estabelecimento das tabelas de publicidade; eleita Cidália Pereira da Silva como chefe de publicidade; planificação da revista. 2. Planificação revista. 3. Publicidade.	Norte (4), Sul (12)	M. Lucinda GE do Sul, Barreiro, 7 de novembro de 1972	3 dezembro, Coimbra, s/l, s/h
3 dezembro 1972	Coimbra	1. Informações. Coimbra: não realização de colóquios por falta de resposta da DG; colóquio e comissões de trabalho; Lisboa: reorganização e constituição de grupos de trabalho; Figueira da Foz: reunião de organização	Lisboa, Porto, Coimbra, Figueira da Foz	.. Lopes, GE Coimbra, a 3 de dezembro de1972	7 janeiro 1973, Figueira da Foz, Café Estuário, 11hrs

		2. Boletim *O professor* – angariação de assinaturas e distribuição, circulares aos reitores, diretores, delegados dos GE, e todos os professores, acompanhadas de um postal RSF[278]. 3. Comunicado sobre 13º mês, a elaborar. 4. Coordenação trabalho a nível nacional: 4.1. alargamento dos GE - circular a enviar às escolas propondo organização de grupos de promoção; 4.2. associação – criação de uma comissão pró-associação.			
7 janeiro 1973	Figueira da Foz	1. Informações. Norte: reuniões quinzenais, grupos de trabalho de associação e estágios, colóquio no final do mês, livro n.º 3 da coleção Ensino e Pedagogia; Sul: assembleia de delegados, situação económica dos GE; Centro: reunião de delegados, colóquio em Águeda. 2. Revista – legalização, reuniões separadas. Propostas: GE do Norte deve reestruturar o regulamento interno para aprovar em RN; aumento de número de proprietários; controlo dos textos publicitários. 3. Situação dos trabalhos do alargamento – reuniões de delegados, comunicados a enviar às escolas. 4. Associação – GE do Norte elabora texto-base, a assinar pela Comissão pró-associação, a enviar ao MEN e difundido pela classe. Convidar personalidades.	Norte, Centro, Sul	M. A. Campos (?), GE Centro, a 14 de janeiro de 1973	4 de fevereiro de 1973, Figueira da Foz, Café Estuário, sh

[278] Ver Nota de Rodapé 192.

4 fevereiro 1973	Figueira da Foz	1.Informações. Sul: situação financeira resolvida com edição de *posters;* Norte: colóquio, circular da DGEL sobre explicações – tomar posição. Centro: autonomização do GE da Figueira da Foz. Coimbra levanta problema de representatividade destes três GE. A divisão em zonas é para efeitos de responsabilização de cada GE no que se refere ao trabalho de dinamização e alargamento. 2. Associação. Campanha pró-associação. Texto base elaborado pela Comissão pró associação a formar por personalidades convidadas e com elementos dos GE a indicar pelos três GE, distribuição de um texto dos GE, texto-base entregue ao MEN, abaixo-assinado. 3. Estágios – reuniões para dirigir propostas ao MEN, abaixo-assinado sobre abolição do Exame de Estado, abolição das classificações quantitativas, abolição do espírito competitivo. 4. Revista *O professor* – ofício da SEIT. 5. Comunicado sobre professores demitidos.	Norte, Centro, Sul (com informações de Faro)	Joaquim Sousa, GE Centro	11de março de 1973, Coimbra ou Figueira da Foz, s/l e s/h
11 março 1973	Figueira da Foz	1. Informações. Sul: reuniões de Lisboa e Faro, distribuição de abaixo-assinados; Norte: venda de livros, estágios e aumento de vencimentos; Centro: posição acerca de comunicado sobre demissões, estágios, pagamento de horas noturnas. 2. Texto-base da comissão pró-associação a discutir na	Norte, Centro, Sul	GE Centro, a 25 de março de 1973	1 de abril de 1973, Lisboa, s/l e s/h

		próxima Reunião Nacional. 3. Revista – constituição da sociedade, pedido de documentos pela DGI, textos a selecionar pelo Norte. 4. Posição perante a circular LT60 da DGES (explicações) – a tratar a nível de região.			
1 abril 1973	Lisboa	1.Informações. Lisboa: comunicados regionais assinados por seis professores e nacionais por dez de cada GE, podendo o tipo de comunicado justificar um maior número de assinaturas, reunião para reorganização, folha informativa sobre reuniões de professores, contacto não oficial para colaboração dos GE na elaboração do Estatuto do Professor Eventual, indicação de que os GE devem contactar diretores para tomada de posição, estudar problema das diuturnidades; Porto: reuniões de estagiários, colaboração no colóquio com UNICEF; Coimbra: paga comunicado nacional, reunião alargada, em Águeda, atas quinze dias antes da RN, adenda à RN de 4 de fevereiro: "delegados à RN não podem tomar decisões sobre assuntos não discutidos em reuniões de zona", comunicado sobre decreto de remunerações de cargos diretivos; Faro: atas com antecedência, reuniões de delegados no Algarve; Santiago do Cacém: reuniões no Alentejo. 2. Abaixo-assinado sobre vencimentos a entregar no MEN pelo GE de Lisboa, com pedido de audiência. 3. Meios de informação – folhas informativas, pedido de artigos para a revista, comunicados regionais sobre concurso Taco a Taco.	Porto, Coimbra, Arganil, Figueira da Foz, Lisboa, Santiago do Cacém, Faro	Fátima Rodrigues; Lucinda Lopes, GE de Lisboa, a 12 de abril de 1973	6 de maio de 1973, Leiria, Café Soraya, 14.30hrs

		4. Associação – campanha de propaganda, livro sobre atividades dos GE e de associações de outros países, abaixo-assinado, comissão executiva composta por pessoas escolhidas pelos GE, convocatória de reunião nacional. GE apresentam decisões finais na próxima RN.			
6 maio 1973	Leiria	1. Informações. Algarve: comunicado regional, posição face ao pagamento das horas extraordinárias; Lisboa: proposta sobre associação, debate sobre reestruturação do GE de Lisboa, estudar problema das diuturnidades; Figueira da Foz: comunicado regional sobre GE, reestruturação da zona Centro; Leiria e Caldas da Rainha: campanha de mobilização. 2. Meios de informação. a. Formas de superar a falta da revista; b. Processo para acelerar a publicação da revista com comunicado nacional. 3. Associação – nova proposta do GE de Lisboa para campanha associativa. 4. Entrevista com o ME. Adenda: proposta a apresentar aos GE e a ser discutida e aprovada a 3 de junho.	Lisboa (com informações do Algarve), Figueira da Foz, Leiria, Caldas da Rainha	-----	3 de junho, Café Soraya, 14 hrs
3 junho 1973	Leiria	1. Informações (incluindo o problema da consulta feita à classe sobre alterações ao estatuto). Porto: participação no colóquio da UNICEF, pouca colaboração, contactos com Grupo Freinet, com convite a participar num estágio em Sintra, contactos com GEPAE -	Porto, Lisboa, Figueira da Foz, Leiria, Caldas da Rainha, Arganil	----------	1 de julho de 1973, Caldas da Rainha, Café Machado Reunião da revista: 14 de julho de 1973, Figueira da

		pediu informação sobre os GE, lamentou situação de semiclandestinidade e pretende conhecer opinião dos GE sobre estatuto; Leiria: legalizar os GE, formação de grupos de trabalho, organização de um inquérito sobre questões a resolver; Coimbra (informa Leiria): plano para 1973/1974; Caldas: reunião e envio de documentação para Santarém, refere inquérito da DG sobre revistas de pedagogia que pode ser manobra para prejudicar *O professor*; Figueira da Foz: comunicado regional, vai redigir Breve História dos GE, maior dinamização da zona centro; Arganil: diretor da EP convocou reunião para discutir o estatuto; Lisboa (informa sobre Algarve): publicou selos e "Para uma Associação de Professores", reunião sobre diuturnidades, os Ge foram contactados por Carvalho Costa que está a elaborar o novo estatuto, assistentes da UL pretendem associar-se aos GE, convite do Grupo Freinet. ESTATUTO Pedido de reunião dos conselhos escolares. MEN estuda o assunto há três anos. Textos confidenciais enviados aos reitores e diretores – "Contributo para um Estatuto do pessoal docente do ensino secundário". Alertar professores para o perigo da resposta, pedir prorrogação de prazo, pedir acesso a todos os documentos, preparar comunicado de denúncia. 2. Revista - autorizada pelo SNI. Primeiro número em outubro; angariar assinaturas; repensar a organização; regulamento interno. 3. Preparação do encontro nacional de 15 de julho –			Foz, Café Estuário, 21hrs

		discutida proposta do GE do Barreiro, pedir a todas as zonas propostas para 1973/1974, reunião nacional preparatória a 1 de julho.			
1 julho 1973	Caldas da Rainha	1. Informações 2. Associação de Professores (ponto 4 desta reunião [de 3 de junho de 1973] que não chegou a ser tratado por falta de tempo). 3. Estatuto do Professor. 4. Preparação do encontro nacional de 15 julho. 5. Revista. [OT referenciada na ata da reunião de 3 de junho de 1973]	Lisboa (com informações de Faro), Porto, Leiria, Figueira da Foz, Coimbra, Torres Novas, Guimarães, Caldas da Rainha	Sem ata	
15 julho 1973	Figueira da Foz	Encontro nacional 1. Balanço crítico das atividades dos GE: falta de consciência de classe dificulta trabalho dos GE, falta de programa, não legalização, deficiente organização, deficiente informação, falta de atuação sobre acontecimentos, deficiente atuação do delegado 2. Perspetivas de trabalho futuro. Faro: maior número de comunicados nacionais, maior frequência de encontros regionais, elaboração de inquéritos e formação de grupos de trabalho; Coimbra: publicação de *dossier* sobre atividades do ano letivo transato, reunião de estagiários, discussão do estatuto, reuniões interescolas, colóquios; Leiria: informação bibliográfica, tema de reivindicação: distribuição igualitária do montante de	Lisboa (18), Porto (7), Coimbra (9), Viana do Castelo (1), Torres Vedras (1), Barreiro (5), Peniche (1), Figueira da Foz (5), Faro (1), Arganil (2), Anadia (1), Barcelos (1), Leiria (1) Total - 53	A 5 de agosto de 1973	setembro de 1973, Lisboa, s/l, s/d e s/h

		gratificações de exames, abaixo-assinado sobre associação; Porto: alargar GE ao primário e superior, tema associação, trabalho de ordem teórica sobre questões pedagógicas; Lisboa: associação e constituição de comissão promotora, estatuto no sentido de contrato coletivo de trabalho (previdência e segurança no trabalho), com debates nas escolas. Lisboa propôs alteração da OT A) Associação – saída de documento base, reunião por escolas, comissão promotora (até novembro), comissão executiva, abaixo-assinado. B) Estatuto (não foi discutido). 3. Organização e alargamento (não foi discutido).			
30 setembro 1973	Figueira da Foz	1. Informações Leiria: informação sobre M. Júlia Guarda Ribeiro; Coimbra: reuniões de antigos estagiários para comunicação com atuais estagiários, sessões de convívio e dinamização cultural; Figueira da Foz: reunião de assinantes da revista; Lisboa: reunião alargada sobre associação e estatuto, delegados de grupo com funções de fiscais, novos programas do 1º ano do Curso Complementar dos Liceus, Conferência Mundial de Professores em 1975, tendo sido pedido artigo para os textos preparatórios até fevereiro 1974; Porto: salas para reunião, texto "História dos GE", metodologia de aprovação. 2. Organização e alargamento – próxima RN. 3. Associação (efetivação da proposta aprovada em julho) – documento a enviar a	Lisboa, Barreiro, Leiria, Porto, Coimbra, Figueira da Foz	----------	3 de novembro, de 1973, Lisboa, delegação da revista, 21.30 hrs 4 novembro, 1973 Lisboa, Pastelaria Granfina, 10.30hrs

		todos os GE. 4. Estatuto – elaborar caderno reivindicativo (projeto de estatuto). Adenda: Para uma associação de professores. Deliberação, na RN de 15 de julho, sobre texto, elaborado por Lisboa, com questionário, a ser difundido em outubro e aprovado na generalidade em 30 de setembro. Enviar sugestões até 10 de outubro para M. Fátima Santana Rodrigues.			
4 novembro 1973	Lisboa	1. Informações 1.1. Revista vai passar a ir à censura, n.º 2 sai em dezembro, atividade editorial com distribuição de livros da coleção: "Ensino e Pedagogia". 1.2. Grupos de Estudo – Porto: aprovação dos textos de história dos GE, folha informativa e projeto de regulamento, Berta Magalhães é secretária, reuniões específicas sobre a revista; Guimarães (informa o Porto): grupo coordenador; Setúbal: jantar para lançar trabalho futuro; Leiria: reuniões interescolas, proibição de venda da revista pelo reitor, eleição do correspondente da revista; Coimbra: reuniões quinzenais, magusto, encontro de estagiários, reuniões por escola; Figueira (informa Lisboa): conclusão sobre documento da associação, história e estudo de coordenação dos GE; Madeira (informa Lisboa): reunião sobre revista, pedem envio de documentação dos GE para Natália Pais Pita; Lisboa: reuniões quinzenais, carta a delegados, grupo de trabalho	Porto (3), Lisboa (8, Setúbal (1), Leiria (1), Coimbra (1), Aveiro (1)	Fátima Rodrigues, GEL, a 18 de novembro 1973	1 de dezembro, Porto; 2 de dezembro, Ilhavo [sem ata]

		sobre estatuto. 2. Estatuto 2.1. Carvalho Costa foi encarregado pelo MEN de elaborar um contrato de provimento dos professores eventuais, colaboração pedida aos GE, a revista dará notícia da colaboração; 2.2. Dinamização dos grupos de trabalho. 3. Associação 3.1. Documento à classe com 7500 exemplares; 3.2. Formas de divulgação do documento e de coordenação dessa divulgação; 3.3. Apreciação do documento intitulado "Breve história dos GEPDES" com 5000 exemplares. 4. Apreciação de textos 4.1. Conferência mundial de professores – texto na revista sobre a *FISE*; 4.2. Discussão do projeto de regimento da RN (não foi discutido). 5. Marcação da próxima reunião.			
2 dezembro 1973	Ílhavo	1. Informações pelo delegado da Figueira 1.1. Revista – intervenção da censura, cor na capa do n.º 2, passagem a empresa editora ou sociedade anónima, colaboração; 1.2. GE – Porto: colóquio sobre a revista *O professor*, contactos com professores	Porto (2), Aveiro (10), Coimbra (2), Figueira da Foz (2), Leiria (3), Lisboa (1)	------	----

		universitários, com informações de Guimarães; Aveiro: recetividade à revista; Figueira: reunião de assinantes da revista, organização de grupos de trabalho, contacto com Cantanhede, e Torres Novas; Coimbra: contacto com professores universitários, grupo de trabalho sobre métodos e programas; Leiria: reunião fraca dos três ramos, proibida circulação da revista no liceu, grupo de trabalho sobre formação de professores; Lisboa: contacto com Évora, autonomia para GE Barreiro e Setúbal, grupos de trabalho sobre vencimentos, formas de organização e alargamento, função do delegado: Madeira (informa Lisboa): mesa redonda no *Comércio do Funchal*. 2. Conferência mundial de professores em Praga: representação dos GE. 3. Organização e alargamento dos GE – Projeto de Regimento das RN: reuniões alargadas e tempo de tomada de posição para um GE sobre matéria que exceda a competência da representação do delegado à RN – aceite 8 dias; indicação do local e data da reunião não inferior a 8 dias, votações e condições de adesão aos GE. 4. Divisão do País em zonas, com vista ao preenchimento do questionário pró-associação: 5 zonas (Porto, Aveiro, Coimbra - Figueira, Leiria, Lisboa). 5. Fundos – para próxima reunião. Adenda: alterações ao Projeto de			

		regimento das Reuniões Nacionais dos GEPDES.			
13 janeiro 1974	Coimbra	1. Informações 1.2. Revista – n.º 2, entregue a 21, n.º 3, saída em fevereiro, passagem da revista a empresa editora; 1.3. Grupos de Estudo – Porto: questionário sobre associação, mesa redonda na *Voz Portucalense;* Lisboa: prisão de professores e alunos, vencimentos, estatuto, reações ao cargo de diretor de turma, conferência mundial de professores. 2. Projeto de atuação no 2º período 2.1. Vencimentos; 2.2. Associação; 2.3. Estatuto. 3. Fundos – necessidade de autonomização económica dos GE. 4. Conclusão da discussão do projeto de regimento das reuniões nacionais. 5. Âmbito dos GE – transita para próxima reunião, pedido de posição.	Porto (3), Figueira da Foz (2), Coimbra (7) (com informações de Aveiro), Leiria (5), Lisboa (2), Estremoz (1)	…. Lopes (?), GE Coimbra	17 de fevereiro de 1974, Leiria, s/l e s/h
17 fevereiro 1974	Leiria, Café Soraya, Av. Heróis de Angola, 10 ou 14,30 hrs	1. Informações. 2. Regulamento da revista. 3. Cursos complementares do ensino técnico. 4. Projeto de coordenação global. 5. Congresso do ensino secundário.	Porto (3), Lisboa (3), Figueira da Foz (3), Leiria (3), Barreiro (1), Coimbra (2)	A. Pais, GE Leiria	------

		6. Diretores de turma. 7. Associação. 8. Âmbito dos GE. [referenciada na ata de 13 de janeiro de 1974]			
3 março 1974	Figueira Foz	[referida na lista de Joaquim de Sousa no Anexo – CD-ROM]	Porto (3), Lisboa (2), Marinha Grande (1), Leiria (1), Figueira da Foz (4), Coimbra (1)	Sem ata	-----
31 março 1974	Leiria	1. Despacho n.º 9/74 – apoio à carta aberta até 25 de abril. 2. Pedido audiência MEN, sem resultado. 3. Subscrição de documentos – manter a sigla GEPDES. 4. Associação – recolha dos inquéritos até 5 maio. 5. Encontros alargados sobre vencimentos. 6. Encontro na semana de 5 a 12 de maio.	Évora (3), Figueira da Foz (1), Coimbra (2), Leiria (5), Mª Grande (2), Lisboa (3). M. Amélia Gonçalves da Cruz		28 de abril, Figueira da Foz, Cervejaria Cristal, Av. Calouste Gulbenkian 1-A, 1º E
28 abril 1974	Figueira da Foz	---------- (Saudação ao MFA – ver Anexo - CDRom e Apêndice.1.17. - Notícias na imprensa)		----------	

1. 8. Atas do GE de Lisboa

Data	Assunto	Responsável pela ata e data	Nomes referidos
15 fevereiro 1973	Anexo a ata de reunião do GE de Lisboa, de 15 de fevereiro de 1973. Breve história de 1969/70 a julho de 1972. Balanço de atividades e iniciativas dos GEPDES. Formas de alargamento e de reorganização do GE de Lisboa. Ver 1.1.	Maria de Fátima Rodrigues	----
23 outubro 1973	GE de Lisboa reuniu-se a 22 de outubro sobre o que se entende por uma Associação de Professores em Portugal. Interrogações sobre se, deveria avançar-se com um associação ou uma ordem. Âmbito da associação, problemas organizativos, condições de trabalho, recusa de assistentes [universitários] em se juntarem ao movimento, análise do questionário enviado por Leiria, Coimbra e Porto e que corresponde à moção aprovada na Reunião Nacional de julho de 1973.	Fátima Rodrigues; Lucinda Lopes	Fátima Rodrigues; Lucinda Lopes

1. 9. Atas do GE do Norte

Data	Assunto	Responsável pela ata e data	Nomes referidos
8 junho 1973	Conclusões do processo de discussão do estatuto do pessoal docente.		António Quadros Ferreira; Costa Carvalho; Isabel Barca; Maria Assunção Reininho; Matilde Bento; Ruth Rodrigues
27 janeiro 1974	Alargamento do GE aos ensinos primário e superior. Estruturação de um grupo de trabalho de professores primários. Documento manuscrito.	Maria Etelvina Guimarães, 27 de janeiro de 1974	----

1. 10. Atas do GE do Centro

Data	Local	Assunto	Nomes referidos
1971	Figueira da Foz	Apresentação de contas. Relata reunião local com 10 presenças.	Joaquim Sousa; Margarida Portugal; Pessoa Carvalho; Borronha Gonçalo; Ana Sousa; Fernanda Braz; Eliana
24 outubro 1973	GEC Figueira da Foz	Revista. Associação. Convocatória para 8 de novembro, às 21.30hrs.	----------
29 janeiro 1974	GEC Figueira da Foz	Revista. Inquérito/associação. Âmbito GE. Formação GE.	M. A. Campos (?) Enviada a 4 de fevereiro de 1974.

1.11. Abaixo-assinados

Data	Local	Assunto	Nomes referidos
17 dezembro 1969	----	Exposição ao MEN sobre Decreto-Lei n.º 49 410, de 24 de novembro de 1969.	Sem assinaturas
1970	---	Exposição ao MEN sobre Decreto-Lei n.º 49 410, de 24 de novembro de 1969.	Sem assinaturas
2 junho 1970	Lisboa Ver 1.4.	Refere reunião de 27 de maio. Remuneração dos meses de agosto e setembro; texto de abaixo-assinado; eleita comissão executiva; eleger delegados nas escolas. Anexo texto único de abaixo- assinado	Maria Iene Veloso; Berta M. Marinho; Judith Cortesão Lopes Monteiro
20 março 1971	Lisboa	Comunicação n.º 6 Envio de texto de abaixo-assinado e inquérito relâmpago aos professores eventuais e provisórios.	Maria Manuel Calvet de Magalhães Gomes Ricardo; Ana Maria Fontes de Melo

		Circular sobre o encontro de Coimbra – Comunicação n.º 1. Encontro de Professores Eventuais e Provisórios, a 2 de abril, 15hrs, EPFA com a seguinte Ordem de Trabalhos: 1. Formação do pessoal docente no projeto de sistema escolar. 2. Informação sobre os métodos de trabalho dos vários GE. 3. Apresentação e discussão de propostas: nomeações, reconduções e classificações; contratos de provimento; vencimentos; estágios, Exames de Estado e efetivação; participação na vida escolar; assistência. 4. Coordenação de Grupos de Trabalho.	
14 abril 1971	----	Ao presidente da comissão executiva do VI Congresso do Ensino Liceal.	Sem assinaturas
4 maio 1971	Lisboa, EPFA	Ao MEN, pedindo audiência. Refere reunião de 4 de fevereiro.	Maria Eugénia Mendes da Silva; Rosa Malheiros; Maria Lucinda Almeida Lopes; Martinho Guerra Madaleno; Vítor Nascimento Picanço Mestre; Alda M. Simões Pereira; Eduarda M. Malhado e Silva; Maria Antónia Matos Dias; Dimas Fernandes; Maria Elsa de Carvalho e Oliveira; Joaquim Duarte Martins; Maria de Fátima Santana de Campos Rodrigues; M. Soledade Ramos de Carvalho Dias; Cidália M. Amaral Rodrigues Pereira da Silva; Arlindo Pato Ferreira da Mota
18 maio 1971	Lisboa, EPFA	1. Informações sobre encontro em Tomar, no dia 9 maio. 2. Exposição a enviar ao ME. 3. Autorização de reuniões.	Vítor Nascimento Picanço Mestre; Alda M. Simões Pereira; Abílio Tavares Cardoso; Ana M. Malheiro do Vale; Emília do Carmo Alves Rodrigues; Fernanda Audete [Odete] Santos

		4. O caso da professora provisória da EIC D. Luísa de Gusmão. 5. Formas de continuação e alargamento dos trabalhos. 6. A audiência com o ME. Em anexo o texto e o abaixo-assinado enviados ao MEN.	Bispo; M. Eugénia Mendes da S. R. Malheiros; Martinho Guerra Madaleno; João Ferreira Alves;Mário Luís Casais Ribeiro Enviada a 19 de maio de1971
21 maio 1971	Porto	Abaixo-assinado enviado ao MEN solicitando autorização para reuniões nas escolas do Porto.	------
maio 1971	Lisboa	1 Assuntos prioritários e urgentes: proposta de alteração do texto aprovado em Tomar, a 9 de maio de 1971. 2 Carta aos delegados. 4. Abaixo-assinado – texto em anexo. 5. Método adotado em Lisboa para apuramento das respostas. 6. Distribuição das zonas de influência. 7. Reunião periódica dos delegados de Lisboa. 8. Ida ao MEN.	Agostinho Lopes; Lucinda Lopes; Idalino Pacheco; Alda Viegas; M. Eugénia; Elsa Oliveira; Martinho G. Madaleno; António Neves Teodoro; Mário Casais Ribeiro
dezembro 1971	Lisboa	Ao MEN, solicitando: o pagamento de 12 meses, a equiparação de vencimentos, a passagem a professores dos mestres do ETP, a recondução até 30 de junho, a nomeação até 30 de agosto, a constituição de uma comissão promotora da Associação do Pessoal Docente do Ensino Secundário, abolição do Exame de Estado, equiparação de horário de 22 horas, autorização para o colóquio na Figueira da Foz, nos dias 15 e 16 de janeiro de 1972. Refere breve história dos GE, a reunião com chefe de gabinete, a 5 de dezembro de 1970, a audiência, a 4 de fevereiro de 1971, a mesa redonda publicada no *Diário de lisboa*, a 29 de janeiro, reuniões no Liceu Garcia de	Refere 450 assinaturas de professores de todas as categorias de ensino e de várias localidades

		Orta, a 29 de março e na EPFA, a 2 de abril, e a audiência a 25 de junho.	
dezembro 1971	---	Exposição dirigida ao MEN sobre admissões ao estágio no *Diário do Governo*, com preferência para o sexo masculino.	Sem assinaturas
1971	---	Abaixo-assinado dirigido ao MEN, solicitando autorização para a realização de um colóquio na Figueira da Foz, nos dias 15 e 16 de janeiro de 1972.	-----
janeiro 1972	Lisboa	Aos diretores de jornais. Dá notícia do abaixo-assinado com 450 assinaturas enviado ao MEN, em dezembro de 1971, solicitando: o pagamento de 12 meses, equiparação de vencimentos, a passagem a professores dos mestres do ETP, recondução, até 30 de junho, nomeação, até 30 de agosto, constituição de comissão promotora da Associação do Pessoal Docente do Ensino Secundário, abolição do Exame de Estado, equiparação de horário de 22 horas, autorização para o colóquio na Figueira da Foz, nos dias 15 e 16 de janeiro de 1972.	
8 março 1972	----	Projeto de texto para a reunião de 8 de março de1972 sobre experiência pedagógica (decreto de 12 de julho de1971 referente a estágios).	Sem assinaturas
12 março 1972	Porto	Comunicado Refere reuniões de estagiários dos três ramos de ensino realizadas no Porto, a 3 e 8 de março, para aprovação de exposição enviada ao MEN e subscrição de abaixo-assinado.	
10 março 1973	Coimbra	Professores da EP Avelar Brotero apresentam texto a ser subscrito e enviado ao MEN sobre remuneração dos professores do ETP em serviço noturno face aos do EL.	Maria Natércia Gomes Lopes; Eduardo de Vasconcelos; Maria Júlia Monteiro Jaleco; Maria Margarida Malheiro Vilar; M. Beatriz Neves Fra….

12 abril 1972	-----	Exposição dirigida ao MEN em resposta ao Decreto n.º 331/71 - embora conceda pagamento nas férias, contraria o Decreto – Lei n.º 49 120.	António Teodoro; Teresa Saraiva; M. da Graça Guedes
23 junho 1973	Coimbra	Ao reitor do Liceu D. João III, sobre alteração do Estatuto do Ensino Liceal.	José Vasconcelos Cabral M….
19 julho 1973	EP Nuno Gonçalves, Lisboa	Ao director-geral do Ensino Básico sobre proposta de professor para diretor da escola, de Abílio Tavares Cardoso.	-------
dezembro 1973	GEPDESeP	Para uma Associação de Professores. Anexo o questionário	Com assinaturas manuscritas
14 janeiro 1974	GE de Lisboa	Norma do abaixo-assinado sobre vencimentos dos docentes do ensino secundário.	Maria de Fátima Rodrigues
27 fevereiro 1974	-----	Ao MEN, com pedido de audiência em reação ao Despacho n.º 9/74 do secretário de Estado da Instrução e Cultura.	1517 assinaturas
abril 1974	Porto	A propósito de uma homenagem. Homenagem a Óscar Lopes. Refere o afastamento do ensino, em 1957, o afastamento de Abel Salazar, Bento de Jesus Caraça e Rui Luís Gomes pelo Decreto-Lei n.º 25 317, de 13 de maio de 1935 e o Despacho n.º 9/74. Reivindica-se integração dos professores e abolição da legislação que impede o desempenho das funções docentes.	Sem assinaturas
s/d	---	Ao MEN, sobre vencimentos dos professores e mestres do ensino secundário oficial.	------
s/d	---	Ao MEN, sobre vencimentos dos docentes do ensino secundário (ver 14 de janeiro de 1974).	Assinaturas em anexo
s/d	---	Ao MEN solicitando equiparação de vencimentos de todos os professores do ensino secundário noturno. Refere proposta de Lei n.º 25/X/1973.	Sem assinaturas

s/d	--	I. Ao MEN, solicitando, até 31 maio, resposta sobre o pagamento nos 12 meses do ano, a equiparação de vencimento, a recondução, até 30 junho, a nomeação, até 30 agosto, constituição de uma comissão promotora da Associação do Pessoal Docente do Ensino Secundário, a abolição do Exame de Estado, o levantamento de obstáculos a reuniões dos GE (refere audiência de 4 de fevereiro)	Sem assinaturas
s/d	---	II. Ao MEN, para tomar medidas face à dispensa de M. Teresa Teixeira Alvares Pires Macedo e exoneração de Luís Fortunato Roma da Fonseca.	Sem assinaturas
s/d	---	Ao MEN, reclamando pagamento de 12 meses de vencimento. Refere Decreto-Lei n.º 49 408/69, Decreto-Lei n.º 331/71, Recomendação da OCDE, incluída no III Plano de Fomento para 1968, recomendação da conferência intergovernamental especial da *UNESCO*, Paris, 1966.	------

1.12. Estágios

Data	**Local**	**Tipo de documento**	**Assunto**	**Nomes referidos**
4 março 1971	Lisboa, EPFA	Comunicado n.º 5	Alargamento dos quadros; bacharel ou licenciado pelo Instituto Nacional de Pedagogia (INP) é professor do ensino secundário; professor provisório só sem habilitação própria; INP; outras formas de experiência profissional através da docência; equivalência para INP; Curso de Ciências Pedagógicas ou cadeiras similares do INP; critérios de organização das provas dos Exames de Estado.	M. Elisa Crespo; M. Júlia Silva; M. Irene Ferreira dos Santos; Calvet de Magalhães; Martins Ferreira; Ramalhete Neves; Jorge de Matos
24 julho	Coimbra	------	Contratos de professores com habilitações	----

1971			académicas; plano de estágios.	
25 fevereiro 1972	GE Norte	Comunicado n.º 10	Grupo de trabalho Estágios. Pedido de reunião nas escolas para abordar os temas: a responsabilidade do estagiário na experiência pedagógica em curso; a situação dos estágios – no ETP, CPES, ensino liceal; disparidade de critérios nos três ramos de ensino; meios e critérios de classificação. Convocatória para 3 de março, na R. da Cedofeita, 376.	Adriana Rangel; Alda Rodrigues Varela; Berta Magalhães; Costa Carvalho; Isabel Barca; José Fiúza Fernandes; M. Fátima Rodrigues; Odete Silva; Ruth Rodrigues.
11 março 1972	Coimbra	Exposição ao ME	Pedido de abolição do Exame de Estado; possibilidade de os GE serem chamados a dar opinião sobre todos os assuntos referentes ao estágio pedagógico no ETP.	---------
12 março 1972	Porto	Comunicado	Refere reuniões de estagiários dos três ramos de ensino, realizadas no Porto, a 3 e 8 de março, para aprovação de exposição ao ME e subscrição de abaixo-assinado.	António Costa Carvalho
12 março 1972	-----	Texto de abaixo-assinado dirigido ao ME	Exposição enviadada ao ME, exigindo consulta prévia nas decisões sobre estágios pedagógicos; abolição do Exame de Estado; revisão do sistema de classificações; direito a conhecer os parâmetros das classificações; direito a conhecer toda a legislação e regulamentação dos estágios; direito a apreciação escrita de cada aula assistida; assistência a aulas somente a pedido do	------

			estagiário e com limite mínimo acordado; criação de bibliotecas especializadas; passagem imediata à efectivação, após aprovação no estágio. Pede promoção de remodelação total dos estágios pedagógicos; preparação especial dos orientadores de estágio; criação de cursos de reciclagem.	
5 fevereiro 1973	Porto	Convocatória	A revista *O professor* convoca para reunião sobre assuntos abordados no nº 2: finalidade do estágio; organização do estágio e condições de trabalho; classificação dos estagiários; Exame de Estado; metodólogos e assistentes; estágios velhos/estágios novos.	-----
1972/1973	Coimbra	Informação	Refere encontros a 14 de dezembro de 1972; 19 de janeiro de 1973; 14 de fevereiro de 1973; entrevista com DG, a 19 de fevereiro de 1973; diálogo com os metodólogos.	----------
1972/1973	-----		Refere critério de classificação quantitativa e Exame de Estado; espírito competitivo; alargamento dos quadros; uniformização dos critérios da orgânica dos estágios dos três ramos de ensino. Convite para encontro aberto de estagiários, assistentes pedagógicos e metodólogos, a 20 de janeiro de 1973 (texto com 2 versões – 19 de janeiro de 1973).	-------

1.13. Inquéritos

Data	Local	Tipo de documento	Assunto	Nomes referidos
6 março 1971	Coimbra	Comunicação n.º 2	Inquérito relâmpago aos professores eventuais e provisórios. Resolução do 1º Encontro dos GE Professores Eventuais e Provisórios.	GE Professores Eventuais e Provisórios de Lisboa, Évora, Porto, Coimbra
20 março 1971	Lisboa Ver 4. 1. 4.	Comunicação n.º 6	Envio de texto de abaixo-assinado e inquérito relâmpago aos professores eventuais e provisórios. Circular do encontro de Coimbra – comunicação nº 1. Encontro de Professores Eventuais e provisórios, a 2 de abril, 15hrs, EPFA, com a OT: 1. Formação pessoal docente no projeto de sistema escolar. 2. Informação sobre os métodos de trabalho dos vários GE. 3. Apresentação e discussão de propostas: nomeações, reconduções e classificações; contratos de provimento; vencimentos; estágios, Exames de Estado e efetivação; participação na vida escolar; assistência. 4. Coordenação de Grupos de Trabalho.	M. Manuel Calvet de M. G. Ricardo; Ana M. Fontes de Melo
30 junho 1973	Leiria	-------	Aprovado na reunião de 23 de maio de 1973, no Liceu Nacional de Leiria, com representantes do Liceu, ET e EP. Refere documento subscrito por 60 professores e dirigido ao ME pedindo autorização de reunião. Na sequência da não autorização seguem o inquérito, anexo1e as conclusões do inquérito em	Adelaide Pinho; Amélia Pais; Ana M. Cabral; Gil Patrão; Hamilton Pereira; Júlia Ribeiro; Lídia Rodrigues; Manuela Moura e Sá; Teresa Coelho

			anexo 2. Formação de grupos de trabalho: grupo estatutos; grupo associação; grupo questões de ordem económica; grupo questões e ordem pedagógica.	e Silva
Junho 1973	Leiria	Ver em Ata da Reunião Nacional de 3 de junho	1. Informações – Caldas da Rainha: reunião e envio de documentação para Santarém, refere inquérito da DG sobre revistas de pedagogia, que pode ser manobra para prejudicar *O professor*.	--------
Junho 1973	s/l	Inquérito de opinião sobre revistas pedagógicas, n.º 2	Serviço do *Boletim do Ensino Secundário.*	
30 setembro 1973	Figueira da Foz	Ver em Ata da Reunião Nacional	Adenda: Para uma Associação de Professores. Deliberação, na Reunião Nacional, de 15 julho, sobre o texto, elaborado por Lisboa, com questionário aprovado na generalidade em 30 setembro e a ser remetido em outubro. Enviar sugestões até 10 outubro, para M. Fátima Santana Rodrigues.	M. Fátima Santana Rodrigues
outubro 1973	Lisboa	Comunicado	Programa de ação dos GEPDES para 1973/1974 – questionário: 1. Elaboração do questionário por um grupo de trabalho. 2. Aprovação no GEL para a RN. 3. Discussão do questionário na RN. Pareceres emitido pelos GE: a. De Leiria. b. Do Porto. Decidiu-se sobre a definição de Associação de Professores e questões levantadas pelo questionário.	Álvaro Miguel Duarte de Almeida

			Questionário em anexo. Convocatória para 22 de outubro, 21.30hrs. Refere Reunião Nacional a 4 de novembro.	
dezembro 1973	GEPDESeP		Para uma Associação de Professores. Anexo um questionário.	
1973	Sede de *O professor*	----	Apuramento dos resultados do inquérito "Para uma Associação de Professores", aprovado na reunião nacional, de 15 de julho de1973, segundo proposta de Lisboa. Anexa grelha de apuramento de resultados. Integra modelo organizativo.	
1973	Lisboa	Proposta	A aprovar na Reunião Nacional, de 4 de novembro de1973, sobre a Associação de Professores.	GE Porto
1973	----	----	Refere reunião no Liceu Nacional de Leiria, a 23 de maio de1973. Inquérito sobre problemas da atividade docente.	----
s/d	Lisboa	Comunicado	Ação de dinamização do movimento associativo e reivindicativo do Estatuto do Professor. Refere questionário.	M. Manuela Cabral
s/d	---	----	Sondagem à participação docente na discussão da reforma.	----
s/d	----	----	Opinião sobre a exposição bibliográfica.	-----
s/d	---	Questionário	Sobre âmbito, finalidades e organização da Associação de Professores.	

1.14. Correspondência

Data	Local	Endereçada a	Remetida por	Assunto	Nomes referidos

19 setembro 1970	Elvas	Diretor de *A Capital*	Joaquim Inácio da C.	Refere notícia de 17 de setembro sobre "A admissão de professores provisórios do ensino técnico". Considera errada a apreciação da documentação para concurso de professores provisórios do ensino técnico.	-------
18 maio 1971	Figueira da Foz	---	Afonso Joaquim de Moura	Autorização de reuniões para apreciação do documento aparecido no *Diário de Lisboa* do dia 8. Vão seguir conclusões para Tomar.	Marcos Viana, diretor do CPES, Figueira da Foz
4 junho 1971	Guarda	----	M. José Calapez Ramires Fernandes	Relata reunião de professores provisórios, extraordinários e efetivos. Outras reuniões para informação sobre reunião de Coimbra não se realizaram por falta de presenças. Demite-se de delegada dos GE.	Dr. Pedro …
16 junho 1971	Guarda	----	M. José Calapez Ramires Fernandes	Retoma o cargo. Envio de fundos.	Cidália M. Amaral P. da Silva
27 junho 1971	Coimbra	Diretor da EP Dr. João de Barros	GE do Centro	Pedido para endereçar ao diretor de serviços do CPES solicitação para realização, no dia 25 de julho, de um colóquio na escola. Refere desejo manifestado pelo ME. Anexa agenda de trabalho, "O agente de ensino, na atual estrutura educativa nacional": estatuto profissional; estatuto pedagógico; estatuto cívico.	
10 julho 1971	Figueira da foz	Natércia	Joaquim de Sousa	Refere reunião na Figueira da Foz, no dia 18 de julho, no Café Estuário. Sobre o colóquio de 25 de julho ainda não há resposta.	

21 julho 1971	Coimbra	Diretor do *Diário de Coimbra*	GE de Coimbra	Pedido de publicação de notícia em anexo – Colóquio na Figueira da Foz, a 25 de julho	
21 julho 1971	Lisboa	Diretor de Jornal	GEPDES	Notícias incorretas sobre a atribuição de vencimentos, em agosto e Setembro, aos professores eventuais e provisórios. Levantamento de questões sobre o assunto. Pedido de publicação.	-------
outubro 1971	------	Diretor de escola	CEPDES	Colocar à apreciação a Circular n.º 13, a recomendação da *UNESCO* e o caderno n.º 2 de *O professor* e solicita divulgação na escola.	--------
10 novembro 1971	Figueira da foz	Natércia	Joaquim de Sousa	Informação sobre nomes a contactar.	Eliana; Sérgio Moutinho; Helena Bolsa dos Santos; Padre Paulino; Fernanda Namorado; Stella
3 dezembro 1971	Figueira da Foz	Natércia	Joaquim Sousa	Apresentação de contas. Relata reunião local com 10 presenças.	Margarida Portugal; Pessoa Carvalho; Borronha Gonçalo; Ana Sousa; Fernanda Braz; Eliana
30 dezembro 1971	Viseu	Natércia	A. Dias	Envio de verba dos cadernos *O professor* n.º 2.	----
janeiro 1972	Lisboa	Diretores de jornais	------	Dá notícia do abaixo-assinado com 450 assinaturas dirigido ao MEN, solicitando pagamento de 12 meses, equiparação de vencimentos, mestres do ETP passarem a professores, recondução até 30 de junho,	------

				nomeação até 30 de agosto, constituição de comissão promotora da Associação do Pessoal Docente do Ensino Secundário, abolição do Exame de Estado, equiparação de horário de 22 horas, pedido de autorização para colóquio na Figueira da Foz, nos dias 15 e 16 de janeiro de 1972.	
março 1972	Porto	Calvet de Magalhães	A. Costa Carvalho	Rascunho manuscrito. Refere carta já enviada em março de 1972, e pretende contactar para troca de impressões sobre artigos e a obra *Os livros escolares.*	-----
26 setembro 1972	Porto	Natércia	A. Costa Carvalho	Acusa receção de vale. Relata distribuição do livro de Agostinho […]. Sistema eficiente de distribuição. Pedido de informação para atualizar ficheiros. Pedido de nomes para assinar comunicado.	Agostinho Lopes; Gomes Bento; Manuela Leandro
2 outubro 1972	Lisboa	A. Costa Carvalho	Calvet de Magalhães	Agradece o envio do livro, *Os livros escolares*.	-----
22 outubro 1972	Porto	Natércia	A. Costa Carvalho	Acusa receção de pedido de livros. Anuncia saída do livro *O movimento associativo dos professores do ensino secundário.* Refere os nomes para os colóquios. Recorda RN de 5 de novembro, depois do colóquio na EPFA.	M. Júlia Albuquerque Oliveira; Alda Saraiva; Gomes Bento; Jofre; António [Teodoro]; Raúl Gomes
27 outubro 1972	---	Diretor ET Avelar Brotero	Professores do ensino secundário	Pedido de instalações para colóquios na ET Avelar Brotero, Coimbra, de 22 a 29 de novembro. Indicação dos convidados e pedido para convidar um representante da DGES.	António Henriques; Raúl Gomes; Salvado Sampaio; Paulino Gomes
3 novembro	Coimbra	Alberto Ferreira	---	Pedido de empréstimo de obras para o ciclo de colóquios na ET Avelar	------

				Brotero, Coimbra, de 22 a 29 de novembro.	
4 novembro	Coimbra	Editoras	-----	Pedido de empréstimo de obras para o ciclo de colóquios na ET Avelar Brotero, Coimbra, de 22 a 29 de novembro.	-------
5 novembro	Coimbra	*UNESCO*	----	Pedido de colaboração e obras para o ciclo de colóquios na ET Avelar Brotero, Coimbra, de 22 a 29 de novembro.	----
5 novembro 1972	Coimbra	GEPAE CIP	---	Pedido de colaboração e obras para o ciclo de colóquios na ET Avelar Brotero, Coimbra, de 22 a 29 de novembro.	-----
20 feveriro 1973	Figueira da Foz	A. Costa Carvalho	Joaquim Sousa	Lamenta que Coimbra nunca apareça com posições discutidas nas RN e não contacte com a Figueira da Foz.	
25 fevereiro 1973	Coimbra	A. Costa Carvalho	Ilegível	Lamenta mal entendidos no GE de Coimbra. Refere trabalho feito mas desligou-se há um ano. Dedica-se à advocacia.	Joaquim Sousa; Natércia; Rui Namorado; Alves Monteiro; Jorge Leite; Soveral Martins; Graça Hespanha
30 março 1973		Tó Zé [A. Costa Carvalho]	Manuel	Sobre possível colaboração e envio de notícias.	
4 abril	Porto	Manuel	Tó Zé [A. Costa Carvalho]	Informa sobre processo de legalização e aceita colaborar.	
abril 1973	Lisboa	GEPDES	Deputado Carvalho da Conceição	Anexa texto do abaixo-assinado e pedido de audiência ao ME. Foi dado conhecimento à imprensa e ao presidente da AN. Refere a oportunidade da	

				intervenção na AN.	
dezembro 1970				Carta ao MEN. Situação dos professores eventuais e provisórios.	
1970				Carta ao MEN sobre Decreto- Lei n.º 49 410, de 24 de novembro de 1969.	
fevereiro 1971				Carta MEN Refere encontro de 4 de fevereiro de 1970 e pede audiência.	Vítor Nascimento Picanço (seção Liceu D. João de Castro); Alda M. Simões Ferreira (ET Alfredo da Silva); Eduarda M. Malhado e Silva (ECI Brotero); M. Antónia Matos Dias Dimas Fernandes (EP André Resende); M. Elsa de Carvalho e Oliveira (EC Ferreira Borges); Martinho Guerra Madaleno (EP Francisco Arruda); Joaquim Duarte Martins (EP Pero Vaz de Caminha); M. de Fátima Santana de Campos Rodrigues (EP de Bocage); M. Soledade

					Ramos de Carvalho Dias (EP João de Deus); Cidália M. Amaral Rodrigues Pereira da Silva (EP Gualdim Pais); Arlindo Pato Ferreira da Mota (EP Vila Viçosa)
4 novembro 1972				Carta ao MEN, com pedido de autorização para realização de reuniões regulares.	
8 agosto 1973	Bruxelas	António Luis Varela Vilar	Macedo Varela	Saudações para o ACC [António Costa Carvalho].	
fevereiro 1974				Carta ao MEN Refere a Circular n.º 183/74 e o Despacho n.º 9/74.	
5 fevereiro 1974		EP Manuel da Maia, Lisboa		Carta ao MEN, sobre situação sócioprofissional do professorado. Anexo com cálculos de Francisco Pereira de Moura.	
1973/74				Carta ao MEN sobre vencimentos	
s/d				Carta ao MEN, sobre ensino secundário noturno. Refere proposta de Lei n.º 25/X/1973 – Reforma do Sistema Educativo.	
s/d	Setúbal	----	José Gomes da Costa	Oferece colaboração.	------
s/d	----	Imprensa	-----	Comunicado a enviar à imprensa: a 24 de junho, os GEPDES foram informados da audiência com o ME a 25 de junho. Relatam a audiência: não obtiveram	M. Teresa Portilheiro

				respostas concretas, não aceitaram metodologia de trabalho para a redação da Proposta de Estatuto do Pessoal Docente do Ensino Secundário, ME lamentou o caso da recondução da professora, criticou a Proposta de Estatuto do Pessoal Docente do Ensino Secundário por referir direitos e não deveres, GE reclamaram melhores vencimentos, ME perguntou pela análise crítica pedida aos GE do Projeto do Sistema Educativo, sobre o que foi esclarecido.	

1.15. Documentos de ordem política

Data	Tipo de documento	Local	Título/Assunto	Nomes referidos
26 outubro 1971	Ofício	Da Direção de Serviços do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário ao diretor da Escola Preparatória Dr. João de Barros	Em referência ao Ofício n.º 1102 de 7 de outubro, informa, que por despacho ministerial, de 15 de outubro, não é autorizada a petição por desconhecimento da existência legal dos GEPDES.	Joaquim Manuel Barros de Sousa
26 janeiro 1973	Circular L.T. 60	Direção-Geral do Ensino Secundário aos reitores e diretores	Informação acerca da legislação publicada sobre incompatibilidade com o ensino particular: Estatuto do Ensino Liceal, art.º 172.º; Estatuto do Ensino Técnico, art.º 324.º; Decreto n.º 37 545, de 8 de setembro de1949, art.º 34.º; Decreto n.º 49 204, art.º 22.º, de 25 de agosto de 1969; Decreto n.º 49 205, art.º 24.º, de 25 de	------

			agosto de1969.	
16 março 1973 (recebida a 17 e lida a 19 de fevereiro)	Oficio n.º 95/73 - D.S.INF:1ª. D.I.	Da DGS, posto de Évora, para DGS de Lisboa	Pedido de informação sobre conteúdo de cartas endereçadas a professores a solicitar elementos para elaborar exposição a enviar ao ME sobre regalias para a classe.	Paulo Rodrigues; António Cândido de Melo, chefe de posto
4 junho 1973	*FISE*, Praga	Declaração da *FISE* a favor da luta dos professores em Portugal.	4 junho 1973	*FISE*, Praga
26 julho 1973	Carta	Diretor-Geral do Ensino Básico	Refere um abaixo-assinado, recebido a 25 de julho, de apoio a Abílio Cardoso para diretor da Escola Preparatória Nuno Gonçalves. Traça o perfil do professor.	Teixeira de Matos; Francisco Roberto; Abílio Cardoso
dezembro 1973	Exposição	EP Nuno Gonçalves	Movimento de solidariedade para com colegas presos e afastados do serviço.	Margarida Ribeiro Reis Carvalho Leão; Luísa Saarsfield Cabral; Pedro Soares Onofre
6 janeiro 1974	Exposição		Afastamento de serviço.	Margarida Ribeiro Reis Carvalho Leão; Luísa Saarsfield Cabral; Pedro Soares Onofre
12 fevereiro 1974	Ofício circular n.º 181/74. Confidencial	MEN SEIC DGEB	Dar cumprimento ao Despacho n.º 9/74, pedindo informação sobre a atividade dos GE.	Teixeira de Matos
13 fevereiro 1974	Ofício circular n.º 182/74. Confidencial	MEN SEIC DGEB	Dar cumprimento do Despacho n.º 9/74, pedindo informação sobre professores membros da direção da revista *O professor*. Refere legislação.	Teixeira de Matos

12 fevereiro 1974	Ofício circular n.º 183/74. Confidencial	MEN SEIC DGEB	Dar cumprimento ao Despacho n.º 9/74 e informa sobre o despacho do SEIC. Equipara GE a associações secretas. Refere legislação.	Teixeira de Matos
12 fevereiro 1974	Circular L – T – ES/10 / 74	DGES	Dar cumprimento ao Despacho n.º 9/74 e informa sobre o despacho do SEIC. Equipara GE a associações secretas. Refere legislação.	Manuel Tavares Emídio
14 fevereiro 1974 (recebida a 20 e lida a 21 de Fevereiro)	Refª 371/74-D.S.INF. 2ª Sec. Confidencial	Da DGS, delegação de Coimbra, para DGS de Lisboa	Envio da fotocópia do nº 3 de *O professor*, revelando reivindicações da classe e anunciando a realização do Congresso do Ensino Secundário, no Porto	Armindo Pereira da Silva, inspetor adjunto
16 fevereiro 1974	Ofício n.º 308 Confidencial	EPFA, Lisboa	Resposta: Ofício circular n.º 182/74. Confidencial Informa que o professor, António Neves Duarte Teodoro, pertence legalmente à direção da revista *O professor.*	Calvet de Magalhães (assinatura ilegível mas identificada pela filha M. Manuel Calvet Ricardo); António Neves Duarte Teodoro
s/d	Exposição	EP Ramalho Ortigão, Porto	Solidariedade com colegas estagiárias forçadas a abandonar o estágio por reprovação no exame médico (EP Ramalho Ortigão e Liceu Normal D Manuel II, Porto justificação para a criação de uma associação, sindicato ou ordem.	
s/d	Minuta	---	Declaração para entrada na função pública, repudiando o comunismo	----

			e ideias subversivas.	

1.16. Pareceres, Posições, Recomendações

Data	Local	Assunto	Nomes referidos
dezembro 1970	GE de Lisboa	Parecer sobre situação dos professores eventuais e provisórios, enviada ao MEN. Projeto de Estatuto dos Professores Eventuais e Provisórios.	-----
abril 1971	Lisboa	Comunicação n.º 8 Grupo n.º 2 – Contrato de provimento	M. Eugénia Malheiros; M. Rosário Rodrigues; M. Amália Fialho; Martinho Guerra Madaleno; M. Armanda Carrilho; M. Emília Pedroso; M. Helena Morgado; Albino R. Cardoso
abril 1971	Lisboa	Comunicação n.º 9 Grupo n.º 3 – vencimentos	Ferreira Alves Pacheco
abril 1971	Lisboa	Comunicação n.º 10 Grupo n.º 1 – nomeações, reconduções e classificações	Ana M. Malheiro Fontes de Melo; M. Elsa Carvalho de Oliveira
4 março 1971	EPFA	Comunicação n.º 5 – estágios e efetivação Alargamento dos quadros; bacharel ou licenciado pelo Instituto Nacional de Pedagogia (INP) é professor do ensino secundário; professor provisório só sem habilitação própria; INP; outras formas de experiência profissional através da docencia; equivalência para INP; Curso de Ciências Pedagógicas ou cadeiras similares do INP; critérios de organização das provas dos Exames de Estado.	M. Elisa Crespo; M. Júlia Silva; M. Irene Ferreira dos Santos; Calvet de Magalhães; Martins Ferreira; Ramalhete Neves;Jorge de Matos
15 março 1971	EC Patrício Prazeres	Reflexões e sugestões sobre o projeto da nova estrutura escolar portuguesa.	António da Palma Carlos
30 abril 1971	EPFA	Proposta para a reforma do Estatuto do Pessoal Docente Eventual e Provisório. Com notas manuscritas de M. Manuel Calvet Ricardo	António Neves Teodoro; Alda M. Simões Pereira; Idalino Pacheco; António Joaquim de A. F. Lopes; Diniz Parente Pacheco; M. Antónia Dimas D. Fernandes; Martinho Guerra

			Madaleno; M. Elsa C. Oliveira; Ana M. Malheiro do Vale; M Eugénia Mendes da S. Rosa Malheiros; Joaquim Duarte Martins; Cidália M Pereira da Silva; M. Soledade R. de C. Reis
5 maio 1971	EIC de Leiria	Organização da efetivação.	Augusto Mota; Rui Meneses; Vítor Marques
8 junho 1971	Lisboa, EPFA	Posição face ao impedimento de reuniões do GE do Norte, dirigida ao MEN.	M. Elsa de Carvalho e Oliveira; Mário Luís de Vasconcelos Casais Ribeiro; Martinho Guerra Madaleno; António Neves Duarte Teodoro
outubro 1971		Exposição ao MEN sobre colocação após 15 de outubro. Refere Decreto-Lei n.º 331/71, de 4 de agosto.	
dezembro 1971	GE de Lisboa	1º anteprojeto da "Carta do professor".	------
4 junho 1972	Comunicado nacional	Processo de consulta aos professores para elaboração do Estatuto do Professor.	-----
8 junho 1972	Lisboa EPFA	Obstáculos colocados as reuniões de escola.	M. Elsa Carvalho e Oliveira; Mário Luís de Vasconcelos Casais Ribeiro; Martinho Guerra Madaleno; António Neves Duarte Teodoro
9 junho 1972	GE do Norte	Para uma autêntica *praxis* pedagógica aqui e agora. Formação de professores: uma vasta e complexa problemática.	----
4 novembro 1972	Lisboa, EPFA	Relatório dos colóquios de 14, 21 e 28 de outubro e 4 de novembro.	-----
4 novembro 1972	Lisboa, EPFA	Moção aprovada pelos professores presentes no colóquio e dirigida ao MEN sobre participação na elaboração do Estatuto do Professor, autorização para reunir, necessidade de uma Associação de	

		Professores.	
novembro 1972	---	Subsídio para um estudo comparativo de alguns aspetos da situação do professor do ensino secundário oficial em Portugal com outras profissões.	Agostinho dos Reis Monteiro; Alda Rodrigues Varela; António Costa Carvalho; Gomes Bento; Manuela Medina Moura
dezembro 1972	GE de Coimbra	Liceu noturno: uma aristocrática democratização do ensino?	-----
10 março 1973	Coimbra ET Avelar Brotero	Situação dos professores do ensino técnico em serviço noturno.	M. Natércia Gomes Lopes; Eduardo de Vasconcelos; M. Júlia Monteiro Jaleco; M. Margarida Malheiro Vilar; M. Beatriz Neves Fra…..
23 março 1973	Borba EP D. Maria I	Vencimentos do pessoal docente. Solidariedade com o GE de Lisboa.	Dirigida a Paulo Rodrigues
30 maio 1973	ET Avelar Brotero	Resposta à Circular LT100, de 30 de maio de1973, da DGES. Estatuto do Pessoal Docente.	-----
maio 1973	GE de Lisboa	Para uma Associação de Professores… Aspetos da situação profissional do professor.	António Teodoro; Fátima Rodrigues; Idalino Pacheco; Lucinda Lopes; Paulo Cabecinha
8 junho 1973	GE do Norte	O Estatuto do Pessoal Docente	António Quadros Ferreira; Costa Carvalho; Isabel Barca; M. Assunção Reininho; Matilde Bento; Ruth Rodrigues
16 junho 1973	Figueira da Foz, Liceu Nacional da Figueira da Foz	Estatuto do Professor. Posição do Conselho Escolar.	-----
20 junho 1973	ET Avelar Brotero, Coimbra	Sugestões para um Estatuto do Pessoal Docente	-----

23 junho 1973	ECI Alfredo da Silva	Resposta à Circular LT100, de 30 maio 1973, da DGES Ordem de Serviço n.º 75/73, de 5 de junho, e n.º 80/73, de 16 de junho. Decisão sobre alargamento do prazo de discussão, acesso ao material do MEN, autorização para reuniões, Associação de Professores, estatuto único, categorias, vencimentos, diuturnidades, quadros e grupos disciplinares, horário de trabalho docente, segurança social, participação na vida escolar.	M. Lucinda de Almeida Lopes; M. Teresa Bentes de Jesus Correia; M. Conceição Ferreira Pestana de Sampaio e Melo; Carlos Moreira
novembro 1973		A desvalorização da função docente. Algumas considerações acerca do serviço eventual.	Alda Varela; António Teodoro; Berta Magalhães; Cesarina Viana; Costa Carvalho; Fátima Rodrigues; Helena Pato; Isabel Redondo; Júlia Jaleco; Lucinda Lopes; M. Adelaide de Carvalho; M. Amélia Carvalho; M. João Delgado; Matilde Bento; Ruth Rodrigues
1 dezembro 1973	---	Para uma Associação de Professores. Anexo questionário.	GEPDESeP
1973	EIC Seixal, EP Manuel Figueiredo, Torres Novas, EP Gomes Teixeira, Porto, EC Patrício Prazeres, Lisboa	Para uma Associação de Professores…	
1973	GE Barreiro	As remunerações dos docentes.	------
5 fevereiro 1974	Professores da EP Manuel da Maia	Exposição ao MEN sobre problemas da situação sócioprofissional dos professores. Reivindicam revisão dos vencimentos, a revogação do Decreto-Lei n.º 49 410, de 2 de novembro de 1969, um Estatuto do Professor, a criação de uma Associação de Professores. Anexo tabela sobre custo de vida e vencimentos,	

		segundo o Decreto-Lei n.º 76/73.	
Fevereiro 1974	EP Fernando Pessoa	Exposição ao ME sobre equiparação de docentes, aumento de vencimentos, uniformização de horas de serviço, redução de tempos letivos, abolição de horas extraordinárias. Refere Ofício circular n.º 183/74 e Despacho n.º 9/74.	
abril 1974	Porto	A propósito de uma homenagem. Homenagem a Óscar Lopes. Refere o afastamento do ensino, em 1957, o afastamento de Abel Salazar, Bento de Jesus Caraça e Rui Luís Gomes, pelo Decreto-Lei n.º 25 317, de 13 de maio de 1935 e o Despacho n.º 9/74. Reivindica-se integração dos professores e abolição da legislação que impede o desempenho das funções docentes.	
1974	----	Estudo sobre vencimentos. Anexo tabela com proposta de vencimentos.	António Teodoro
s/d		Por uma revalorização da profissão docente… Contributo para uma participação na discussão do Estatuto Profissional do Pessoal Docente do Ensino Secundário	Álvaro Miguel de Almeida; António Teodoro; Carlos Moreira; Elsa Oliveira; Fátima Rodrigues; Isabel Montez; Lucinda Lopes; Manuela Cabral; Margarida Vieira Mendes; M. Adelaide Carvalho; M. Antonieta Amaral; M. da Anunciação Valente; M. Helena Pato; M. José Cortesão; M. Mafalda Dias; M. Martins; Paulo Rodrigues; Rita Magrinho
s/d	---	Contributo para o Estatuto do Professor.	M. de Fátima Campos Rodrigues; M. Inês Cosme
s/d	---	Para uma escola nova.	
s/d	GE de Lisboa	Projeto de reforma do Estatuto dos Professores Eventuais e Provisórios.	----

s/d	GE de Lisboa	Proposta para uma comissão coordenadora sobre alunos/repressão estudantil.	-----
s/d	----	Suspensão preventiva dos alunos do ensino secundário (Liceu Garcia de Orta).	-----
s/d	---	Texto base sobre a Associação a ser aprovado na próxima RN.	-----
s/d	--	Condições de trabalho e situação material futura do professorado.	----
s/d	Lisboa EPFA	Estatuto do Professor: condições de trabalho, quadros, organização profissional, regalias. Posição do Conselho Escolar.	
s/d	----	Documento sobre vencimentos e esquema educacional enviado ao MEN.	
s/d	Lisboa, EP Nuno Gonçalves	Período de discussão acerca do Estatuto do Pessoal Docente.	
s/d	Faro, EIC Faro	Estatuto do Professor.	
s/d		Associação de Professores. Estatuto do Pessoal Docente.	Paulo Manuel da Silva Gonçalves Rodrigues; Américo Andrade Carvalheiro; M. Irene F. C. Manessi…

1.17. Notícias na imprensa

Data	Periódico	Título	Nomes referidos
9 dezembro 1948	*Diário Popular*	Professores provisórios do ensino técnico Representação entregue ao MEN	-----
12 maio 1968	*A Capital*	Atualidades escolares Uma Associação de Professores	José Serra (pseudónimo de Salvado Sampaio)
s/d		Estatuto do Pessoal Docente	I. Galvão Telles, Costa André, Carvalho Costa,

			Pedro Campos.
-----	-------	----------	----------
20 julho 1969	*A Capital*	Como se concorre a professor eventual do ensino secundário Quanto ganham os provisórios	----
19 junho 1970	*A Capital*	Prova de censura n.º 833, 2ª série II – O professor: da dificuldade do "ensino à dificuldade da educação O complementarismo Papel social ou papel pessoal Papéis dominantes e secundários	------
28 julho 1970	*A Capital*	Os professores provisórios e as férias	Deputado Oliveira Ramos, na AN; Manuela Sepúlveda, no *Comércio do Porto*, Página de Educação de 9 de maio
11 dezembro 1970	*Flama*	Os professores provisórios e as férias	Calvet de Magalhães. Foto de Veiga Simão
janeiro 1971	*Comércio do Porto*	Ensino: discussão de uma reforma Depõe um professor do ensino secundário – Dr. Severo de Melo	Severo de Melo; José Gomes Bandeira
29 janeiro 1971	*Diário de Lisboa*	Situação atual dos professores eventuais: degradação progressiva da docência, condições desiguais de recrutamento, condições precárias de trabalho, férias: "despedimento provisório"… acesso aos conselhos escolares, urgência de um órgão de classe	Jornalista Helena Neves; Carlos Veloso; Salvado Sampaio; Calvet de Magalhães; Irene Veloso Santos, V. N. Picanço Mestre
5 fevereiro 1971	-----	Professores eventuais: não basta pagar	------
6 fevereiro 1971	*Notícias da Covilhã*	Importa dar significado à posição social do professor	Augusto Rodrigues

			Guimarães
10 fevereiro 1971	*Diário de Lisboa*	Professores eventuais e provisórios (81% do corpo docente do ensino secundário) procuram organizar-se a nível nacional	Aires Henriques; Diniz Pacheco, Irene Gomes; Manuela Miranda; Correia de Almeida; Martinho Madaleno
11 fevereiro 1971	*Comércio do Porto*	Os professores eventuais e provisórios do ensino secundário passam a ter vencimentos nas "férias grandes" - informou o ME.	----
16 fevereiro 1971	*Diário de Lisboa*	A situação dos professores eventuais. Exonerado por doença, aos 68 anos um professor tem de ser socorrido pelos antigos colegas e alunos	-------
21 fevereiro 1971	*A Capital*	Pontos de vista Processos e atrasos	-----
4 março 1971	*Crónica Feminina*	A situação dos professores eventuais e provisórios	Nº 745, p. 1 M. do Carmo Abreu
6 março 1971	*Comércio do Porto*	A reforma e o professorado	Jofre Amaral Nogueira
7 março 1971	*Diário de Lisboa*	A situação difícil dos professores eventuais do ensino secundário	Gomes Correia
13 março 1971	*Comércio do Porto*	Professores eventuais e provisórios do ensino secundário	---
16 março 1971	*Diário Popular*	Formação de uma Associação de Professores sugerida pelos Grupos de Estudo de docentes eventuais e provisórios Constituição de novos GE	---
19 março 1971	*Diário de Lisboa*	Professores eventuais analisam os seus problemas	-----
25 março 1971	*Jornal de Notícias*	Reunião de professores eventuais para estudo dos seus problemas	------
29 março 1971	*Comércio do Porto*	Apesar de alterada a ordem do dia… Alguns dos problemas dos professores bordados numa importante reunião efetuada no Liceu Garcia de Orta	---

		Pedido de criação de uma Associação de Professores	
29 março 1971	*Diário de Lisboa*	Encontro de professores eventuais e provisórios	
1 abril 1971	*A Capital* *Diário de Lisboa*	Efetua-se amanhã um encontro de professores eventuais e provisórios	EPFA
3 abril 1971	*A Capital*	Há somente 26,4 % de professores efetivos nos estabelecimentos de ensino – conclui-se do debate efetuado na escola Francisco de Arruda	Salvado Sampaio; Calvet de Magalhães
10 abril 1971	*Século Ilustrado – suplemento noticioso*	Professores provisórios: responsabilidades e sacrifícios	Foto EPFA: Salvado Sampaio; Calvet de Magalhães; M. Manuel Calvet Ricardo; Martinho Madaleno; Elsa Oliveira; Ferreira Alves
11 abril 1971	*Diário de Coimbra*	Em Aveiro, de 14 a 17 próximos Congresso do ensino liceal	----
19 abril 1971	*Diário de Lisboa*	Nota do dia Fechou o Congresso	
23 abril 1971	*Diário de Lisboa*	Não se colheram todos os frutos do debate sobre a reforma do ensino – afirmou, na Assembleia Nacional, o deputado Miller Guerra	Miller Guerra
8 maio 1971	*Gazeta de Coimbra*	Professores provisórios	Afonso Serra
22 maio 1971	*Voz Portucalense*	Associação de Professores	Silva Costa
23 maio 1971	*Diário de Notícias*	Deslocação do ME a Gouveia. Pagamento nas férias a bacharéis e licenciados com três anos de serviço	Veiga Simão
5 junho 1971 CD	*Século Ilustrado*	Professores "eventuais": outra vez "desempregados" no próximo ano? Abaixo-assinado ao Congresso do Ensino Liceal, em Aveiro	Paulo Figueira
28 junho	*Diário de*	Condições da abolição da categoria de professor	

1971	*Lisboa*	extraordinário e pagamento das férias a mestres e auxiliares de ensino médio e técnico	
28 junho 1971	*Diário de Lisboa*	A pedagogia do silêncio	Calvet de Magalhães
28 junho 1971	*Diário de Lisboa*	600 professores de Setúbal entregaram uma exposição ao ministro da Educação Nacional	-------
Junho 1971	*Avante* *Ano 41 – série VI – nº 430*	O Governo recua ante milhares de professores em luta	-----
8 julho 1971 10 julho 1971 31 julho 1971 1 agosto	*Comércio do Porto* *Diário de Lisboa* *Diário de Notícias* *Diário de Lisboa*	Anúncios: Professores eventuais procuram emprego em agosto e setembro possibilidade de continuação	--------
12 julho 1971	*Diário de Lisboa*	Nota do dia Numa página de anúncios	----
13 julho 1971	*Diário de Lisboa*	Ao encontro de uma sugestão defendida no *Diário de Lisboa* Professores eventuais passam a ter férias pagas	Veiga Simão
13 julho 1971	*Diário Notícias*	Os professores eventuais recebem vencimentos nas férias grandes	-----
14 julho 1971	*Diário de Lisboa*	Importantes despachos do ME. Facilitada a recondução de licenciados e bacharéis no ensino secundário	
15 julho 1971	*Diário de Lisboa*	Novo regime de estágios pedagógicos	Parte I e II
16 julho 1971	*Século*	Colóquio sobre ensino secundário na Figueira da Foz	---

16 julho 1971	*Diário de Lisboa*	Inscrição de professores provisórios e eventuais	---
16 julho 1971	*O Século*	Colóquio sobre o ensino secundário na Figueira da Foz	----
17 julho 1971	*Diário de Lisboa*	De vez em quando A boa nova do pagamento das férias	V. D.
18 julho 1971	*O Século*	A questão das férias pagas Professores eventuais ou provisórios vão passar a ter novo estatuto do qual resultam importantes regalias	-----
20 julho 1971	*Diário de Lisboa*	Cursos intensivos universitários para completar as habilitações de professores do ensino secundário	Veiga Simão
28 junho 1971	*Diário de Lisboa*	Condições de atribuição da categoria de professor extraordinário e de pagamento das férias aos professores, mestres e auxiliares do ensino médio e técnico	-------
31 julho 1971	*Notícias da Amadora*	Vencimento de férias a professores	Agostinho Lopes; Gil Mário José Pereira; Mário Luís Casais Ribeiro
Julho 1971	*Avante!* Ano 41 – serie VI – n.º 431	Ações massivas de professores	-----
1 gosto 1971	*Diário de Lisboa*	A colocação de professores	
3 agosto 1971	-----	A solução de um problema dos professores eventuais e provisórios Deve ser entregue na secretaria da escola o requerimento que permitirá receber durante as férias	-----
13 agosto 1971	*Diário de Lisboa*	Docentes do ensino secundário dirigem-se à Assembleia Nacional. Como se formaram os Grupos de Estudo? Justificação para a exposição Situação atual	-----
20 agosto	*Diário de*	Licenciados não reconhecidos no ciclo preparatório	M. F. Rosa

1971	*Lisboa*		Pimenta
30 agosto 1971	*Diário de Lisboa*	Os professores de religião e moral não recebem nas férias?	----
30 agosto 1971	*Diário de Lisboa*	A situação dos professores provisórios e eventuais do ensino secundário	Fernando Sá Couto
4 setembro 1971	*Diário de Lisboa*	"A situação dos professores provisórios e eventuais do ensino secundário"	----
16 outubro 1971	*Diário de Coimbra*	A colocação de professores do serviço eventual	----
28 setembro 1971	*Diário de Lisboa*	Dizem os leitores… A situação dos professores do ensino secundário em serviço de exames	Fernando Rodrigues
6 novembro 1971	*Diário de Lisboa*	Educação e Ensino O ensino global e as suas implicações	José Esteves
6 novembro 1971	*Diário de Lisboa*	Educação e Ensino Perguntas com resposta	Luís Filipe Belém de Gouveia
6 novembro 1971	*Diário de Lisboa*	Agenda escolar Pedida autorização para colóquio na Figueira da Foz na EP João de Barros. Estatuto profissional, Estatuto pedagógico	Joaquim Manuel Barros de Sousa
16 novembro 1971	*Diário de Lisboa*	"Exames de Estado" – expressão arcaica	Joaquim Pedro Matos
22 novembro 1971	*Diário de Lisboa*	Novo sistema de estágios pedagógicos	Rodrigo de Freitas
11 janeiro 1972	*A Capital*	Os professores querem participar na reforma do ensino	
11 janeiro 1972	*Diário Popular*	450 professores do ensino secundário requerem autorização para realizar um colóquio na Figueira da Foz.	-----
11 janeiro 1972	*Jornal de Notícias*	Pretendem reorganizar-se os professores do ensino secundário	
20 janeiro 1972	*A Capital*	O professorado e a renovação do ensino	Rogério Fernandes

Janeiro 1972	-----	Atualidade Escolar Os professores do ensino secundário desejam poder reunir nas escolas onde trabalham – afirma-se numa exposição enviada ao ME.	----
4 fevereiro 1972	*Flama*	Professores: para quando o direito de associação	Rogério Carapinha; Armado Vidal; Luís Aguiar; Calvet de Magalhães; Martinho Madaleno. Com fotos de Luís Aguiar; Martinho Madaleno; Casais Ribeiro; António Teodoro; Leonoreta Leitão
13 março 1972	*Diário de Lisboa*	Professores: a procura de um estatuto Os "atrativos" de uma profissão	Ribeiro Cardoso; Martinho Madaleno; Generosa da Conceição Nunes; Veiga Simão
abril 1972	*Seara Nova*	Escola ativa veículo de quê?	A. M.
22 maio 1972	*Voz Portucalense*	Associação de Professores	Silva Costa
maio 1972	*Seara Nova*	O direito a férias	
4 agosto 1972	-----	Professores do ensino secundário pedem que lhes paguem as férias	
11 agosto 1972	*Jornal de Notícias*	Entregue ao Ministro da Educação Nacional uma exposição de professores estagiários	----
12 agosto 1972	*A Capital*	Exames de Estado. Nomeação ameaça substituir recondução de provisórios O Exame de Estado como preferência duvidosa "Dança de provisórios" prejudica o ensino "O melhor estágio é uma escola organizada"	Calvet de Magalhães
12 agosto	*Notícias da*	Professores secundários pedem férias pagas. Carta	Fernando Santos;

1972	*Amadora*	ao diretor	Daniel Rocha Lima; Manuel Olímpio de Magalhães; Casimiro Alves Franco; M. Goretti Amorim Ferraz; Rosa M. de A. Barroso; António Rui Duarte da Cunha
25 agosto 1972	*Vida Mundial*	Professores: férias pagas	Agostinho Cardoso, deputado; José Pelourinho; Marcello Caetano.
26 agosto 1972	*Diário de Lisboa*	Os professores provisórios	Calvet de Magalhães
23 setembro 1972	*Diário de Lisboa*	Professores precisam-se	Calvet de Magalhães
16 outubro 1972	*Diário de Lisboa*	Encontro de professores do ensino secundário Escola ativa precisa-se	Elsa Oliveira; Aldónio Gomes; Cristóvão Santos; Salvado Sampaio; M. Fernanda Sequeira Lopes
16 outubro 1972	*A Capital*	Professores reconhecem: Escola ativa é um sonho em Portugal	Salvado Sampaio; Germano Neves; Aldónio Gomes; Cristóvam Santos
22 outubro 1972	-----	Função docente exige investigação pedagógica	Calvet de Magalhães; Germano Neves
23 outubro 1972	*República*	Formação e aperfeiçoamento de professores	Calvet de Magalhães
27 outubro 1972	*Diário de Lisboa*	300 professores debatem "Escola ativa" Para que a educação não seja o ópio do povo	Calvet de Magalhães; Germano Neves
27 outubro 1972	*Diário de Lisboa*	Os melhores professores de Lisboa para os estudantes da noite Experiência sem precedentes	Serpa Neves

		Multiplicidade de alíneas	
29 outubro 1972	*A Capital*	Joel Serrão na Escola Francisco Arruda "Reforma quer integrar-se nas coisas"	Veiga Simão
3 novembro 1972	*República*	Tribuna do Leitor Regalias a estender aos professores dos cursos noturnos do ensino técnico	
3 novembro 1972	*Diário de Lisboa*	Professores debatem escola ativa Ensino responsável	Cristóvão Santos; Leonoreta Leitão; Joel Serrão; Teresa Saraiva; Veiga Simão; Antonieta Amaral; António Teodoro
4 novembro 1972	s/l	Que estatuto para os professores	Arlindo Mota
7 novembro 1972	*Diário de Lisboa*	Carta de 43 professores sobre o liceu noturno	---
7 novembro 1972	*República*	Investigação para o planeamento da ação educativa	-----
10 novembro 1972	*Diário de Lisboa*	Colóquios na EPFA, Lisboa Em demanda de um estatuto profissional. Discriminações. Associações? O flagelo dos programas Diuturnidades	Raúl Gomes; Salvado Sampaio; Costa Carvalho; António Teodoro; Calvet de Magalhães; Joaquim Martins; Ramalhete Neves; M. José Heitor; Elsa Oliveira; Casais Ribeiro; Lopes Barreto; Edite Correia.
3 novembro 1972	*República*	Regalias a estender aos professores dos cursos noturnos do ensino técnico	
14 novembro 1972	*República*	"Para fazer face ao aumento do custo de vida" Funcionários públicos e pensionistas do Estado receberão dois meses de ordenado em dezembro –	

		anunciou o prof. Marcello Caetano na sua comunicação	
25 novembro 1972	*Diário de Lisboa*	Palavras do ministro Veiga Simão, Escolas dinâmicas em vez de estáticas. "É a partir dos alunos que devemos formar os professores" – afirmou o ME.	------
12 dezembro 1973		Recortes de vários jornais	
13 dezembro 1972	*Diário de Lisboa*	Dois mil professores sem o 13º mês	----
16 dezembro 1972	*Diário Popular*	Veiga Simão aos dirigentes do ensino secundário: nesta cruzada educacional está em causa a nossa existência como nação livre e independente	Veiga Simão; Costa André, SE da Instrução e Cultura; Augusto Athayde, SE da Juventude e Desportos; Fraústo da Silva, Diretor do GEPAE; Bairro Oleiro, DG dos Assuntos Culturais; M. Ana da Luz Silva, Presidente do IASE; António Leónidas, Presidente do IMAVE
Dezembro 1972	*Seara Nova* Nº 1526	Professores debatem a profissão	
1972	----	Revista *O professor* sai em outubro	
13 janeiro 1973		Demitidos o prof. Pereira de Moura e outros funcionários por decisão do Conselho de Ministros	
15 janeiro 1973	*República*	Os caminhos da educação são caminhos da liberdade e da responsabilidade – afirmou o prof. Veiga Simão que hoje completa três anos de Governo	Veiga Simão
Depois de Janeiro	*Expresso*	Professores estagiários manifestam-se contra o Exame de Estado	

1973			
Depois de Janeiro 1973	*Expresso*	Sobre o critério de classificação para professores estagiários	…..
2 fevereiro 1973	*Diário de Lisboa* (texto incompleto)	Mesa redonda (pp.6 e 8) Ou ensinar ou ganhar. "Regalias" Sentido obrigatório	Elsa Oliveira; M. Manuela Lopes Cabral; Teresa Filomena Abrantes Saraiva; António Teodoro
17 março 1973	*Expresso*	Moção enviada ao MEN por estagiários	-----
março 1973	*Seara Nova*, N.º 1256	Reunião na EPFA	Joel Serrão
7 abril 1973	*República*	Professores reclamam o reconhecimento dos direitos sindicais	Jofre Amaral Nogueira; Santos Simões; Lindley Cintra, Pereira de Moura
18 abril 1973	*Diário de Lisboa*	Professores e vencimentos	----
20 abril 1973	*Diário de Lisboa*	Professores expõem ao ministro reivindicações salariais	----
28 abril 1973	*Expresso*	Revisão de vencimentos pedida ao Ministério da Educação Nacional, por 3500 professores	--
5 julho 1973	*Diário de Lisboa*	Abolição do Exame de Estado – pedem professores estagiários	Veiga Simão
9 junho 1973	*Expresso*	Em projeto um novo Estatuto dos Professores	---
23 junho 1973	*Expresso*	Professores protestam contra a forma de consultas sobre o novo estatuto	-----
s/d antes de 25 junho 1973	s/l	Estatuto do Pessoal Docente	Galvão Telles; Pedro Campos Tavares; Costa André, Secretário de Estado; Fernando Carvalho Costa

6 julho 1973	*Diário de Lisboa*, Mesa redonda	O Estatuto do Professor Participação na gestão escolar Carreira Docente Estatuto único para todas as carreiras docentes Alargamento dos quadros Diuturnidades Assistência médica e segurança social Condições de participação	----------
11 julho 1973	*República*	Professores estagiários preocupados com o Exame de Estado	Veiga Simão
Depois 27 agosto 1973	*Expresso*	A dança dos provisórios Estatuto do professor do ensino secundário	
Antes de outubro 1973	*Expresso*	Uma nova revista *O professor*	
19 outubro 1973	*República*	A palavra dos candidatos Professores: condições de trabalho medievais	Sousa Pereira
3 novembro 1973	*Expresso*	Quem prepara metodólogos?	Jorge Casita
Depois de 24 novembro 1973	*Expresso*	*O professor*	
1973	s/l	Ensino em debate – 23 Dois estudantes e um diplomado do curso de arquitetura depõem sobre a viabilidade da Reforma Veiga Simão	Rui Louro; José Garrett; Manuel Fernandes de Sá; Veiga Simão
1973	s/l	Ensino em debate – 24 Verdadeiro objetivo da reforma: recrutamento de quadros técnicos para o desenvolvimento industrial – afirmam dois estudantes e um diplomado do curso de arquitetura do Porto	Rui Louro; José Garrett; Manuel Fernandes de Sá; Veiga Simão
16 fevereiro	*Expresso*	Circular sobre a atividade dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente	

1974			
16 fevereiro 1974	*Jornal de Notícias* *Revista*	Imprensa da escola nova	Joaquim Fernandes
23 fevereiro 1974	*Notícias da Amadora*	Os GEPDESP equiparados às "associações secretas"	-------
2 março 1974	*Expresso*	Professores do ensino secundário pedem Estatuto	Veiga Simão
23 março 1974	*Voz Portucalense* Ano V nº 12 (Incompleto)	*O professor*, a valorização profissional de uma classe	Costa Carvalho; Matilde Bento
março 1974	*Avante!* N.º 463	Nem demagogia nem repressão fazem recuar os professores Ilegalizados os Grupos de Estudo	Veiga Simão; Marcello Caetano
1974	*República* (Incompleto)	Equiparada à das associações secretas a situação dos Grupos de Estudo dos professores do ensino secundário e preparatório – segundo um despacho da Secretaria de Estado da Instrução e Cultura	------
s/d após 25 abril 1974	s/l	Ao País, aos professores – comunicado dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório Saudação ao MFA	-----
29 abril 1974	*A Capital*	Associação de Professores saúda o Movimento das Forças Armadas	---
30 abril 1974	*A Capital*	Professores do ensino … em assembleia	------
1 maio 1974	*Século*	Atividades académicas Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário	
5 maio 1974	*Diário de Lisboa*	Grupo de Estudo do Pessoal Docente	Calvet de Magalhães
31 dezembro		Demitidos em Conselho de Ministros funcionários públicos presentes na Capela do Rato	Marcello Caetano
s/d	s/l	Importantes despachos do ME.	

	(Incompleto, continua pag. 8)	Facilita a recondução de licenciados e bacharéis no ensino secundário	
s/d	s/l	Os professores eventuais e provisórios vão apresentar ao Ministro da Educação uma exposição sobre a sua situação	Martinho Guerra Madaleno; Ferreira Alves, Elsa Carvalho Oliveira; M. Manuel(a) Calvet de Magalhães Gomes Ricardo; Salvado Sampaio; Calvet de Magalhães
s/d	s/l	Atualização das remunerações dos diretores e reitores das escolas do ensino secundário	
s/d	s/l	"É a nossa existência como nação livre e independente que está em causa nesta cruzada educacional" – palavras do prof. Veiga Simão	Veiga Simão
s/d	s/l	Afinal ainda não receberam qualquer verba professores e pessoal de secretaria em serviço das aulas noturnas nos liceus	
s/d	s/l	Professores do ensino secundário Refere abaixo -assinado de 3451 professores sobre vencimentos	------
s/d	*República*	Tribuna do leitor: Professores liceais: aumentos e horas extraordinárias	
s/d	s/l	Professores reconhecem Escola ativa é um sonho em Portugal. Duas pedagogias	
s/d	s/l	Abolição do Exame de Estado pedida pelos professores estagiários dos ensinos liceal e técnico	Veiga Simão; Amadeu Carvalho, chefe de Gabinete do ME
s/d	s/l	Revalorizar a função docente – 1 Baixa remuneração e agravamento das condições de trabalho	-----

1.18. Documentos político-educativos

Data	Local	Origem	Assunto	Observações Nomes referidos
5 outubro 1966	Paris	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	Recomendação relativa à situação dos professores, aprovada pela Conferência Inter-governamental especial sobre a situação dos professores: definições, campo de aplicação, princípios gerais, objetivos da educação e política educacional, preparação para a profissão docente, aperfeiçoamento dos professores, contrato e carreira profissional, direitos e responsabilidades dos professores, condições necessárias para um ensino eficaz, remuneração dos professores, segurança social, escassez de pessoal docente, cláusula final	Tradução por um grupo de professores da EPFA: Fernando A. S. Cosme; … Clemente; Ana M. H. Nunes; Otília Camacho de Campos; M. José Viegas Galego; Domitília G…; M. M… G…, em 28 de maio de 1971
15 a 17 maio 1969	Aveiro	II Congresso Republicano	Teses e documentos Textos integrais, volume 1, pp. 61-70 A educação na democratização do País	Joel Serrão; Rui Grácio
setembro 1969	Lisboa	CEUD, pp. 366-379	Para um *dossier* da oposição democrática, segunda série. Uma política de educação e cultura	
outubro 1969	Lisboa	CDE	Resumo do programa político da CDE do distrito de Lisboa	
1969	Lisboa	CDE	Bases para um programa político: educação, cultura e juventude	

1969	Lisboa	CDE	Achegas para uma análise duma situação do ensino primário a que pode levar um ensino informativo	
4 a 8 abril, 1973	Aveiro	III Congresso da Oposição Democrática, e) – 5ª seção	Índice das teses apresentadas sobre Educação, Cultura e Juventude	
4 a 8 abril, 1973	Aveiro	III Congresso da Oposição Democrática	Análise da situação escolar – carências Conclusões	Democratas do Distrito de Braga
4 a 8 abril, 1973	Aveiro	III Congresso da Oposição Democrática	Universidade Nova: Escolas para a promoção cultural das massas trabalhadoras. Conclusões	Urbano Tavares Rodrigues; Luís F. Lindley Cintra
4 a 8 abril, 1973	Aveiro	III Congresso da Oposição Democrática	A democratização do ensino. Conclusões	Agostinho dos Reis Monteiro; Alzira Carmem; António José Teixeira Lopes; António Quadros; António Santos; Jofre Amaral Nogueira; José Augusto Nozes Pires; José Luís Borges Coelho; M. Helena dos Reis Raposo; M. Manuela Medina Moura; M. Matilde Cerejeira Nunes Bento; M. Ruth Branco Rodrigues; Saudade Manso Preto; Vítor Manuel Freire; Óscar Lopes
4 a 8 abril, 1973	Aveiro	III Congresso da Oposição Democrática	A juventude opõe-se a um sistema escolar ao serviço da burguesia. Conclusões.	Estudantes do distrito de Braga
4 a 8 abril, 1973	Aveiro	III Congresso da Oposição Democrática, pp. 85-94	Conclusões: Educação, Cultura e Juventude	

1.19. Fotos e logotipo

Data	Local	Descrição	Nomes referido
1972	EPFA, Lisboa	Colóquios a 14, 21 e 28 outubro, 4 novembro.	Aldónio Gomes; Raúl Gomes; Calvet de Magalhães; Germano Neves; Salvado Sampaio; A. Costa Carvalho; Joel Serrão; Cristóvam Santos
28 abril 1974	Casa de António Costa Carvalho	Reunião convocada a 31 de março de 1974, Leiria, para pedido de audiência ao MEN, a 5 ou 12 de maio.	Joaquim Sousa; Lucinda Lopes; Amélia Pais; Fátima Rodrigues; Clara Fernandes; Idalino Pacheco
s/d	EPFA, Lisboa	Colóquio.	Salvado Sampaio
s/d	-----	Reunião de professores.	
s/d	-----	Conferência. N.º 9/10, p. 17	Jofre Amaral Nogueira; Urbano Tavares Rodrigues
s/d	EPFA, Lisboa	Foto para a revista n.º 4/5, p. 6	Calvet de Magalhães
		Logótipo GEPDES	
		Carimbos dos GEPDES	

E em 1. 17. Notícias na imprensa – fotos

Data	Local	Assunto	Nomes referidos
11 dezembro 1970	*Flama*	Os professores provisórios e as férias	Calvet de Magalhães. Foto de Veiga Simão
29 janeiro1971	*Diário de Lisboa*	Situação atual dos professores eventuais: degradação progressiva da docência, condições desiguais de recrutamento, condições precárias de trabalho; férias: "despedimento provisório"… acesso aos conselhos escolares, urgência de um órgão de classe	Fotos: Jornalista Helena Neves; Carlos Veloso; Salvado Sampaio; Calvet de Magalhães; Irene Veloso Santos; V. N.

			Picanço Mestre
10 abril 1971	*Século Ilustrado* – suplemento noticioso	Professores provisórios: responsabilidades e sacrifícios	Foto EPFA: Salvado Sampaio; Calvet de Magalhães; M. Manuel Calvet Ricardo; Martinho Madaleno; Elsa Oliveira; Ferreira Alves
4 fevereiro 1972	*Flama*	Professores: para quando o direito de associação	Jornalista Rogério Carapinha; Armado Vidal; Luís Aguiar; Calvet de Magalhães; Martinho Madaleno. Com fotos de Luís Aguiar; Martinho Madaleno; Casais Ribeiro; António Teodoro; Leonoreta Leitão

1.20. Processo dos cadernos *o professor*

a. Processo de legalização

Data	Local	Assunto	Nomes referidos
1 julho 1972	GE do Norte	Processo de legalização. Minutas de requerimentos. Formalidades.	A. Costa Carvalho
5 setembro 1972	Porto	Informa sobre o facto de os documentos de registo terem de ser entregues em Lisboa. Anexa documentos.	A. Costa Carvalho
9 dezembro 1972	Porto	Refere envio a 5 de setembro da documentação para registo da revista. A Comissão de Exame Prévio não aceita	A. Costa Carvalho

		originais sem ter informação oficial do registo. Pedido de autorização urgente do registo.	
18 jan 1973	SEIT – DGI Of 272/SRI Ref M 619-A	Inscrição no registo de imprensa. Acusa receção de requerimento de vinte e sete coproprietários da revista. Sugestão de constituição de uma sociedade comercial. Pedido de documentação. Anexa lista de documentos enviados a 9 de dezembro de 1972.	Carta a António José da Costa Carvalho. Geraldes Cardoso, DGI
5 fevereiro 1973	Ref. M 619-A	Resposta ao Of. 272/SRI de 18 janeiro. Carta de opção de regime de copropriedade. Informação sobre saída de alguns requerentes por abandono da profissão docente.	A. Costa Carvalho
março 1973	Carta	Propostas de respostas à DGI. Lista de proprietários. Carta referindo propostas de respostas à DGI.	Ilegível
12 maio 1973	Requerimento DGI	Pedido de certidão de registo da publicação periódica *O professor*.	A. Costa Carvalho
s/d		Lista de 54 proprietários	
s/d	----	Notas manuscritas de minutas para requerimentos.	----
s/d	Trofa	Memorando manuscrito. Prazo de entrega de documentos DGI. Proprietários. Manobras da DGI.	
s/d	-----	Dados manuscritos sobre proprietários.	Agostinho dos Reis Monteiro; Jofre Ribeiro Amaral Nogueira; Maria Aurélia Pinto Martins; Alda Clotilde de Carvalho Pinto Rodrigues; Manuel Maria Pereira da Silva; António José

			Nunes Teixeira Lopes; Nídia Maria Estelita de Macedo; Abílio Hernandez Ventura Cardoso; Maria Natércia Gomes Lopes; Manuela Rodrigues Leandro Cardoso de Soveral Martins; Maria da Graça Ferreira Coreiro Pereira Botelho Hespanha; Maria Júlia de Freitas Vieira Monteiro Primo Jaleco; Beatriz Abegão Pinto
		Contrato com Sociedade Tipográfica.	

b. Regulamentos

Data	Local	Assunto	Responsável	Observações	Nomes referidos
1973	----	Projeto de Regulamento Interno (RI).	GE do Norte	A aprovar na RN dos GEPDESP	Joaquim de Sousa
3 janeiro 1974	Figueira da Foz	Projeto de RI	GE do Norte	A aprovar na RN	
s/d	---	RI	---	----	--
s/d	---	RI – extrato do projeto – Atribuições do correspondente.	--	-----	---
s/d	Matosinhos	Regulamento da distribuição nos estabelecimentos de ensino.	---	Com anexo de talão de exemplares recebidos/vendi-dos/ assinaturas/ valores recebidos	----
s/d	---	Funções dos correspondentes.	---	Manuscrito	----

s/d	---	Projeto de Regulamento.	----	Com anotações manuscritas	

c. Correspondência

Data	Local	Endereçada	Remetente	Assunto	Nomes referidos
11 janeiro 1972	Lisboa	António Costa Carvalho	António Teodoro	Reunião na DGI. Dificuldades no registo por problema jurídico dos proprietários. Autorização final depende de despacho de Moreira Batista. Aconselha sociedade por quotas. Estão a dificultar por aspetos omissos na lei. Recorrer a um advogado. Fazer sair o n.º 1 – A situação dos professores, como caderno não periódico. Organizar a rede de correspondentes. Dívida à EPFA.	Moreira Batista; Teresa Saraiva
15 fevereiro 1972	Coimbra	Tó Zé [António Costa Carvalho]	Natércia [Lopes]	Permuta de publicidade com a *Vértice*. Pede modelo de anúncio.	António Teodoro; Joaquim Namorado
4 agosto 1972	Laranjeiro	António Costa Carvalho	António Teodoro	Pedido de fotocópias de documentos. Atraso na saída do 1º número. Hipótese de distribuição pelo *Expresso*. Processo que [Hermano] Saraiva mandou abrir contra Calvet de Magalhães. Promoção de António Costa Carvalho a diretor e da Elsa a assistente pedagógica.	Agostinho [Lopes]; Vítor Branco; Veiga [Simão]; [Hermano] Saraiva; Calvet [de Magalhães]; Elsa [Oliveira]; [Gomes] Bento; Mota
6 agosto 1972	Lisboa	Agostinho [Lopes]	António Teodoro	Envio de documentos.	Costa Carvalho
27 agosto 1972		Tó Zé [António Costa Carvalho]	Agostinho [Lopes]	Processo de legalização – documentos.	António Teodoro; Pereira da Silva; Júlia Jaleco

26 outubro 1972	Alfeite	António Costa Carvalho	António Teodoro	Publicidade (tabela e contrato), distribuição. Proposta do *Expresso* para distribuição. Colóquio (noticias cortadas). Divulgação dos estudos comparados e vencimentos. Caderno n.º 3 – recebida a conta de Nuno Calvet de Magalhães	Cidália; Vítor Branco; Nuno Calvet de Magalhães Com envelope e selo
9 novembro 1972	Almada	António Costa Carvalho (?)	António Teodoro	Projeto de paginação. Marcação de reunião de Helena Neves com S. Cardia para tratar do assunto da censura. Artigos do livro do Agostinho [Lopes] e de António Teodoro. Envio de circulares (a diretores e reitores, funções dos correspondentes, angariação de assinantes. Pedido de cópia de documentos enviados ao SNI e de legislação sobre imprensa. Proposta de tema para n.º 2 – Formação de Professores.	[Mário Sottomayor] Cardia; Helena Neves; Agostinho [Lopes]
11 novembro 1972	Lisboa	----	António Teodoro	Reunião na *Seara Nova*, envio de originais para a censura (processo, duração, modelo de carimbo da revista), permutas de publicidade, paginação (tipo de letras, preçário, formação de equipa).	[Mário Sottomayor] Cardia; Garibaldi; Mário Ventura; Helena Neves
11 (12) novembro 1972	Porto	---	António Costa Carvalho	Alteração de telefone. Sem informação da DGI. Comunicação para a Devir, contactos com Cardia e *Voz Portucalense*, transcrição integral do capítulo do livro do Agostinho [Lopes] "A contenção de vencimentos", artigo de Salvado Sampaio sobre Estatuto Pedagógico, artigo de Jofre [Amaral], material enviado para o SNI, normativos que regulam a Lei da Imprensa, aceite o tema para n.º 2, o Mota, de Leiria, quer publicar trabalhos sobre áudiovisuais, pedido da capa, tamanho revista, como indicar os nomes, Salvado Sampaio e Raúl Gomes colaboram neste número, publicação de artigo de Maria Borges Medeiros, afirmações polémicas sobre	[Mário Sottomayor] Cardia; Agostinho Lopes; Salvado Sampaio; Jofre [Amaral]; Mota; Varela; Álvaro; Manuela Cabral (?); Nereu; Maria Borges Medeiros; Berta Magalhães; Amélia Pais; Quim Martins; Cristóvão Santos; Óscar Carvalho; Castro Carvalho;

				estágios.	Avelino
12 novembro 1972	Porto	---	António Costa Carvalho	Pede temas para colóquio e participantes. Falta de resposta da DGI permite saída da revista, referência a indicação de nomes, constituição do Conselho de Redação, tema do próximo número - Formação de professores, lista de correspondentes, o que incluir em "Apontamentos escolares", envio de um documento vendido no colóquio,	Jofre [Amaral]; Raúl Gomes; Júlia Jaleco; Quim [Joaquim] Sousa
15 novembro	Coimbra	Tó Zé [António Costa Carvalho]	Natércia [Lopes]	----------	
16 novembro 1972	Porto	António Costa Carvalho	Natércia [Lopes]	Postal. Troca de publicidade. Divulgação.	[Cabral] C. Pinto
17 novembro 1972	Coimbra	António Costa Carvalho	Natércia [Lopes]	Proposta de Conselho de Redação: António Lopes, Cabral Pinto, Inês Borges, Joaquim Sousa, Manuel Matos, Paula Vasconcelos. Estranha não terem pedido colaboração. O que têm enviam para o jornal ou *Vértice*. Sugestões para o inquérito sobre estágios. Secretário: Paulino M. Gomes. Tesoureiro: Natércia Lopes. Programa dos colóquios. Oferta de Águeda para organizar colóquio.	António Lopes; Cabral Pinto; Inês Borges; Joaquim Sousa; Manuel Matos; Paula Vasconcelos; Paulino M. Gomes; Natércia Lopes; Antonino Henriques; Salvado Sampaio; Jofre [Amaral]; Raúl Gomes
20 novembro 1972	Lisboa	António Costa Carvalho (?)	António Teodoro	Envio de material – Salvado Sampaio e Raúl Gomes, cópia de texto enviado para *Seara Nova*, paginação só possível com indicação do tipo de letras, onde é feita a censura, transcrição integral do capítulo do livro de Agostinho [Lopes]"A contenção de vencimentos", plano do n.º 2 com mesa redonda sobre estágios, reunião de Freinet, pedido de exemplares do texto	Helena Neves; Agostinho Lopes;Elsa Oliveira; Fátima Rodrigues (?)

				"Subsídios…", nº 1 saí em janeiro, problema dos assinantes e ficheiros, revista com 24 ou 32 páginas. Necessita falar sobre Congresso Republicano.	
21 novembro 1972	Porto	Natércia	António Costa Carvalho	Anúncio na *Vértice*, Conselho de Redação com todos os elementos da direção. Prazos de saída do n.º 1 (?). Plano do n.º 2. Eventual colóquio em Águeda.	Júlia Jaleco
23 novembro 1972	Lisboa	---	Maria Manuela Lopes Cabral	Envio de nota sobre problema de acesso ao Liceu D. Dinis.	António Teodoro
24 novembro 1972	Porto	-----	António Costa Carvalho	Envio de catálogo de tipos gráficos, tamanho, tipo de papel, orçamento, reunião com gente nova, balanço para RN, problemas com n.º 3.	
25 novembro 1972	Lisboa	António Costa Carvalho (?)	António Teodoro	Envio de material. Lisboa pretende acrescentar o comentário de Marcello [Caetano] sobre 13º mês; remodelação do GEPAE. Questiona envio para a censura em Lisboa ou Porto; carimbo; mostruário de letras; local da paginação. Álvaro não enviou a capa. Conselho de Redação: António Teodoro, Elsa Oliveira, Helena Pato, Manuela Cabral, Maria Martins, Teresa Saraiva a indicar na RG. Pede envio do Regulamento aprovado na Figueira da Foz. Campanha de angariação de assinantes. N.º 2 a sair em fevereiro. Vítor Branco acha que deve ser vendida a 15$00	Marcello [Caetano]; Álvaro (?); António Teodoro; Elsa Oliveira; Helena Pato; Manuela Cabral; Maria Martins; Teresa Saraiva; Vítor Branco
5 dezembro 1972	Lisboa	António Costa Carvalho (?)	António Teodoro	Censura: não podemos publicar sem a DGI oficiar os Serviços de Censura, o nosso processo foi complicado, aguarda despacho. Há que enviar ofício ao diretor -geral: estranheza pelo atraso, provoca desequilíbrio financeiro. Estudar o modelo de organização administrativa. Pedido de envio da revista do SNES para tirar noticias, começar a preparar o n.º	Helena Pato

				2.	
10 dezembro 1972	Porto	Manuel	António Costa Carvalho (?)	Pede ajuda para: - ser correspondente; - contactos com associações de professores e sindicatos (refere contactos no verão com o *SNI*); - informações sobre pedagogia Freinet.	
10 dezembro 1972	Porto	António Teodoro (?)	António Costa Carvalho (?)	Informações sobre conversa com Censura; anexa cópia de carta segundo instruções de Varela; discorda da Natércia que diz que em reunião de zona se vão dirigir aos deputados sobre 13º mês – deve ser posição nacional e ser comunicado a todos os deputados para propaganda dos GE; refere má reação na escola; orçamento para fotografias; problemas fiscais com criação de sociedade; correspondente em França - Dinis Jacinto ex-marido de Ana Tiucha está em Toulouse; fontes de noticiário internacional; n.º 2 só tem dissertação de Exame de Estado de Urbano T. R. [Tavares Rodrigues] e trabalho da Fátima [Rodrigues], " Para uma autêntica *praxis* pedagógica"; fontes em *Pour une école nouvelle*e *École capitaliste;* ofício para DGI; grupo de trabalho sobre não discriminação entre CPES, Técnico e Liceu – habilitações, vencimentos, Lei Orgânica; coberto Algarve e Coimbra; rede de correspondentes; criar seção social com notícias de nascimentos (Alda, Agostinho, Manuela Medina, António Teodoro (?); casamento de António Teodoro (?).	Varela; Agostinho [Lopes]; Natércia [Lopes] ; Alda [Varela]; Dinis Jacinto; Ana Tiucha; Urbano T. R. [Tavares Rodrigues]; Fátima [Rodrigues]; Berta Magalhães
17 dezembro 1972	Porto	----	António Costa Carvalho (?)	DGI não responde; comunicado bem aceite; impressão do livro do [Gomes] Bento; Varela não aconselha sociedade mas vai ver melhor; opinião sobre discurso de	[Gomes] Bento; Varela; Agostinho [Lopes]; [Veiga] Simão;

				[Veiga] Simão; reações do [Augusto] Athayde e [Costa] André; elaboração de documento sobre vencimentos no CPES e secundário.	[Augusto] Athayde; [Costa] André
16 janeiro 1973	Porto	Varela	António Costa Carvalho (?)	Problemas com DGI; transcreve carta de António Teodoro; passagem a sociedade; livro do Bento; demissão de Teresa Saraiva dos GE e proprietária da revista.	Teresa Saraiva
19 janeiro 1973	Lisboa	António Costa Carvalho (?)	António Teodoro	Posição de Lisboa: aguardar ofício da DGI até 27 de janeiro; indicar que as dúvidas deviam ter sido colocadas nos 60 dias da lei; daí haver uma aceitação tácita por parte da censura e pedido de informação sobre a revista; mudar o tipo de sociedade; fazer sair o material do n.º 1 como caderno não periódico – A situação dos professores (edição dos autores); estruturação da revista – rede de correspondentes; marcar reunião para 28 janeiro; fazer projeto de recurso hierárquico para Moreira Batista; Casais [Ribeiro] e Heitor dizem que atraso é manobra para indeferirem; recurso a ser feito no Porto; consultar Varela; Quim [Joaquim Sousa] informou sobre funcionários públicos	Moreira Batista; Casais [Ribeiro]; Heitor; Varela; Quim [Joaquim Sousa]
7 fevereiro 1973	Lisboa	António Costa Carvalho (?)	António Teodoro	António Teodoro vai à DGI; eliminar Fernanda Maciel de proprietária; dificuldade de entrega de documentos de [Martinho] Madaleno, Clara Fernandes, Berta Macedo; pedido para tratar da certidão da Elsa [Oliveira]; saída de caderno sobre "Situação dos professores" e publicação do trabalho de Salvado Sampaio; António Teodoro vai entrar para a Marinha a 22 como técnico especialista de educação física; foi proposto para a Comissão Coordenadora da secção (educação, cultura e juventude) do ……..	[Martinho] Madaleno; Fernanda Maciel; Cidália [Silva]; Salvado Sampaio

14 fevereiro 1973	Coimbra	António Costa Carvalho	Natércia [Lopes]	Posição sobre carta de 8 de fevereiro relativa ao comunicado sobre funcionários públicos demitidos; proposta de abaixo-assinado; Manuela Leandro Soveral Martins diz haver risco de copropriedade e propõe sociedade anónima; refere carta de 18 de janeiro do *SNI*; boas vendas do livro de Zé [Gomes] Bento. Notas manuscritas por ACC [António Costa Carvalho]	Manuela Leandro Soveral Martins; José Gomes] Bento
20 fevereiro 1973	Lisboa	António Costa Carvalho (?)	António Teodoro	Entrega de documentos na DGI com novo prazo de 60 dias, segundo o Decreto n.º 150/72, artg.º 90.º; estranha atraso de Coimbra e refere regras deliberativas em movimentos como este: vai entrar para a Marinha e receia não poder colaborar: efectivou-se na ET de Gaia; propõe encontro em Aveiro. Notas manuscritas, no verso, por ACC [António Costa Carvalho].	[Martinho] Madaleno; Varela
27 fevereiro 1973	Porto	----	António Costa Carvalho (?)	Envia certidão da Elsa [Oliveira]; documentos para a DGI; assinaturas do comunicado; carta de Manuela Leandro Soveral Martins refere encontro com Q. [Joaquim] Sousa; texto para manifesto "Associação"; decisões a tomar em RN.	Elsa [Oliveira]; Varela; Manuela Leandro Soveral Martins; Q. [Joaquim] Sousa
30 março 1973	----	António Costa Carvalho	Manuel	Carta pessoal. Aceita colaborar com notas, notícias e comentários.	
4 abril 1973	Porto	Manuel	António Costa Carvalho	Agradece cartão e colaboração; refere processo na DGI; convite para colaborador em França (Toulouse); pedido de notícias sindicais; Pedagogia Freinet; refere ter contacto com publicações da *SNI*, *FEN* e *SNES*; pede envio de publicações sindicais; refere [Veiga] Simão no Congresso da Oposição como ministro "à liberal"; livro de	[Veiga] Simão; Mário Soares

				Mário Soares.	
7 maio 1973	Figueira da Foz	António Costa Carvalho	Q. [Joaquim] Sousa	Pedido de envio de livros; dá informações sobre RN de 6 de maio.	Alice da Conceição Carvalho; Amélia Pais
8 maio 1973	Lisboa	António Costa Carvalho (?)	António Teodoro	Refere falta de ACC [António Costa Carvalho] e GE do Norte (?) à reunião de Leiria; enuncia pontos da ata; pede informação sobre DGI; refere livro de Rui Namorado e passagem de "*Centelha*" a editora. Notas manuscritas no verso por ACC [António Costa Carvalho]	Varela; Rui Namorado
14 maio 1973	Lisboa	António Costa Carvalho (?)	António Teodoro	Saída do primeiro número; paragem desorganizou o trabalho; material perdeu atualidade; fazer contactos com distribuição, publicidade e correspondentes; Lisboa preocupada com Associação e reorganização interna; situação económica [de *O professor*] é muito má – devem ao Calvet [de Magalhães] e ao Varela; angariação de fundos; proposta reestruturação com Conselho de Redação, correspondentes, assinantes, colaboradores; recolha de publicidade; distribuição; saída a 1 de outubro; pedido de envio do RI aprovado na Figueira da Foz; informação a dar aos GE de Leiria e Caldas.	Calvet [de Magalhães]; Varela
22 maio1973	Porto	----	António Costa Carvalho (?)	Saída de um número antes das férias; DGI; tipografia - papel – capa - portes de entrega; reunião autónoma da RN para a revista; Almeida Costa, do GEPAE, está interessado em conhecer os nossos documentos - não vê razão para uma Associação; em Sesimbra na reunião da OCDE, foi abordado o problema, [Almeida Costa] acha uma vergonha que os GE trabalhem quase na clandestinidade; não revelar a	Almeida Costa

				fonte desta informação.	
27 maio 1973	Porto	_	António Costa Carvalho (?)	Orçamento da revista; DGI; balanço da situação económica; colóquio com reações dos universitários.	
3 julho 1973	Porto	-----	António Costa Carvalho (?)	Projeto de texto da circular para diretores; cartaz e impressão de circulares; direções da revista e particular; Coimbra – projeto de circular enviado a Júlia [Jaleco]; correspondentes; escolha de material; datas de saída; distribuição comercial; entregas na tipografia; estágio Freinet em Sintra.	Júlia [Jaleco]; Alda [Varela]
3 julho 1973	Lisboa	António Costa Carvalho (?)	António Teodoro	Envio de circular e boletim de assinaturas; problema da avença dos CTT; formato da circular.	-----
julho 1973	Matosinhos	A Costa Carvalho	Diretores e reitores	Circular 02/73 de *O professor*. Pedido de informação a dar aos professores sobre saída da revista.	-----
6 dezembro 1973	----	António Costa Carvalho (?)	Joaquim Sousa	Assinaturas; envio de cheque.	
10 janeiro 1974	----	António Costa Carvalho (?)	Joaquim Sousa	Novas assinaturas	
22 janeiro 1974	Leiria	António Costa Carvalho	Amélia	Pedido de esclarecimento sobre entrevista de professores da madeira ao *Jornal da Madeira*; transcrição do comunicado rosa sobre vencimentos; referência a abaixo-assinado; recolha de depoimentos de estágio, mesa redonda; reitor proíbe circulação de abaixo-assinado	António Avelãs, das Caldas [da Rainha]
4 fevereiro 1974	----	António Teodoro (?)	António Costa Carvalho (?)	Tiragem; problema das contas; editora; publicidade; funcionário; atas; distribuição do "teu" livro; T. [Teixeira] de Matos e "eu"; censura; reunião com advogados	[Teixeira] de Matos; Varela
10 fevereiro	Lisboa	Porto, Coimbra, Leiria,	Lisboa	Distribuição da revista e livros. Balanço da relação com a Agência	

1974		Figueira da Foz		Internacional de Livraria e Publicações.	
19 fevereiro 1974	Lisboa	António Costa Carvalho (?)	António Teodoro	Passagem a editora, Lei da Imprensa; envio de circular; reações ao despacho.	
19 fevereiro 1974		António Costa Carvalho (?)	Joaquim de Sousa	Notas para a rúbrica *O professor*, na imprensa portuguesa.	Aarons de Carvalho; Joaquim Fernandes; Cristina Torres; Rafael Sampaio
22 fevereiro 1974	Lisboa	António Costa Carvalho (?)	A. Melo	Envio, em anexo, de proposta de editorial.	
31 março 1974		-----	------	Assuntos discutidos em Leiria, a 31 março 1974 – revista e livros; n.º 4; passagem a sociedade anónima; próximo encontro a 27 abril, Figueira da Foz, 21,30hrs, Cervejaria Cristal.	
2 abril 1974	Lisboa	António Costa Carvalho (?)	António Teodoro	Contas com antiga distribuidora. Participação na feira do livro. N.º 3 com melhoria gráfica mas não do editorial. Boatos sobre a não saída da revista. Abertura de conta bancária. Contrato com *O Século*. Trabalho do C. [Cabral] Pinto. N.º 4.	[Vítor] Branco; C. [Cabral] Pinto; Fátima [Rodrigues]
5 abril 1974	---	António Costa Carvalho	----	Vem de Lisboa, está no Porto (?) de passagem e segue para casa. Oferece contributo.	---
25 maio 1974	Lisboa	António Costa Carvalho (?)	António Teodoro	Homenagem a Óscar Lopes; envio pela camionagem Costa Ramos; prepara com Fátima [Rodrigues] a história do GE.	Óscar Lopes; Fátima [Rodrigues]
s/d	Lisboa	Coimbra, Leiria e Figueira da Foz, Funchal, Aveiro	António Teodoro	Edição do livro *Professores: que vencimentos?* Sumário, preço, distribuição, data da edição.	
s/d	Lisboa	António Costa Carvalho	António Teodoro	Postal. Urgente saída do caderno sobre a situação dos professores. Livro do	[Gomes] Bento

				[Gomes] Bento.	
s/d	---	----	------	Indicações sobre a revista: envio de textos pata Teodoro enviar à censura, tipos de letra, nome de professores que assinam o comunicado sobre 13.º mês, preço do Boletim - 15$00, divulgação da revista; prestação de contas; comentar artigo do *Comércio do Porto* sobre a ADSE.	António Teodoro; Quim [Joaquim] Sousa; Marcello Caetano; Elsa Oliveira; Cabral Pinto
s/d	---	----	… Cabral...	Morada da Júlia [Jaleco], em Angola, e dificuldades com a documentação.	Júlia [Jaleco]
s/d	---	---	… Cabral…	Dificuldades com a documentação da Júlia [Jaleco].	Júlia Jaleco; Natércia [Lopes]
s/d	----	----	… Cabral…	Problemas com contactos.	---
s/d			… Cabral…	Dificuldades com a documentação da Júlia [Jaleco].	Júlia [Jaleco]; Natércia [Lopes]

d. Originais

Data	Local	Assunto/documento	Nomes Referidos	Observações
29 novembro 1972	----	O professorado do ensino secundário na atual estrutura escolar – esboço de caracterização.	António Teodoro	Prova enviada a Exame Prévio. Revista n.º 1 a sair em dezembro.
29 novembro 1972	----	Da necessidade de um Estatuto Profissional.	Carvalho Costa	Prova enviada a Exame Prévio. Revista n.º 1 a sair em dezembro.
29 novembro 1972	---	O Estatuto Pedagógico do Professor.	Salvado Sampaio	Prova enviada a Exame Prévio. Revista n.º 1 a sair em dezembro.
13 fevereiro 1974	----	O Estatuto Pedagógico do Professor.	---	Carimbo de Exame Prévio. Revista n.º 3 a sair em fevereiro.
13 fevereiro 1974	-----	Algumas notas acerca da formação de professores e	----	Carimbo de Exame Prévio.

		estágios.		Revista n.º 3 a sair em fevereiro.
13 fevereiro 1974	----	Educadoras de infância e professores do ensino primário.	----	Carimbo de Exame Prévio. Revista n.º 3 a sair em fevereiro.
18 fevereiro 1974	---	Qual a função dos atuais estágios na formação dos professores.	----	Carimbo de Exame Prévio. Revista n.º 3 a sair em fevereiro.
27 fevereiro 1974	---	O professor e o estágio.	----	Carimbo de Exame Prévio - autorizado parcialmente. Revista n.º 3 a sair em fevereiro.
fevereiro 1974	------	Através da imprensa.	Calvet de Magalhães; Marcello Caetano	----
18 março 1974	Porto	Informações sobre assinantes, circular 01/07 de 22 fevereiro1974, registo dos proprietários. (registos 51/214, 51/215, 51/216, 51/217)	-----	Carimbo de Exame Prévio – autorizado parcialmente. Revista n.º 3 a sair em fevereiro.
dezembro 1973	---	"*O professor*" regista a opinião de….	----	Notas manuscritas de Calvet de Magalhães[279]
s/d	----	Proposta editorial.	-----	Atividades dos GEPDESP.
s/d	----	s/título Visita a escolas por inspetores do CPES.	---	Carimbo de Exame Prévio – autorizado parcialmente.

e. Planos e sumários

Data	Revista	Assunto	Nomes referidos	Observações

[279] Caligrafia identificada pela filha, Maria Manuel Calvet Ricardo.

21 dezembro 1971	Caderno n.º 4 – proposta de qualificação.	Editorial, Recomendação relativa à situação dos professores II, Da educação…, Algumas reflexões sobre a Dinâmica de Grupo; sobre a descriminação homem/mulher no professorado; o ensino em questão; decreto sobre as férias – reação dos professores na imprensa; estágios; para a análise crítica do DL n.º 331/71; balanço das atividades dos GE em 1970/71; homenagem a Bento de Jesus Caraça; factos números e palavras; colóquio da Figueira da Foz. Separata: Lei orgânica do MEN	António Teodoro; Delfim Santos; Augusto Mota; José Esteves; Ilídio Sardoeira; Fins do Lago; Sampaio e Castro; Agostinho Lopes; Bento de Jesus Caraça; René Maheu; Santos Simões; Rogério Fernandes; Rui Grácio	----
dezembro 1973	N.º 2 – planificação.	Projeto de sumário: Editorial; apontamentos; noticiário; através da imprensa; cursos complementares do ensino técnico; antologia; a feminização do professorado; legislação; *O professor* na imprensa portuguesa; conclusão do encontro internacional sindical de Budapeste; congresso do ensino secundário; vencimentos – a propósito do discurso do ME em Soure; contracapa; verso de contracapa; atividades dos professores; bibliografia. Tema central: para uma Associação de Professores: o movimento associativo na 1ª República; extratos de conselhos escolares;	Salvado Sampaio; António Teodoro; Gomes Bento; Calvet de Magalhães; António Sousa Santos	------

		extratos de reuniões sobre reforma do ensino; recomendação relativa à situação dos professores; *O professor* ouve a opinião de…; resultado de inquérito de Leiria; resultado de inquérito distribuído durante os colóquios na EPFA em 1972; o movimento sindical em França; documento aprovado pelos GE, em 4 de novembro; mesa redonda.		
fevereiro 1974	N.º 3- planificação.	Apelo a que os professores ponham em prática as linhas de atuação dos GE: associação; estatuto (vencimentos, condições de trabalho); aproveitamento do congresso – proposta de Lisboa. Porto faz editorial. Tema central: formação de professores – estágios. Atividade dos professores; Associação; bibliografia; contracapa; para a história dos GE.	Originais e colaboração a enviar para o Porto	-----
fevereiro 1974	N.º 3	Proposta de editorial.	---	------
s/d	Cadernos	Número sobre estágios: finalidades do estágio; o problema da legislação; classificação dos estagiários; condições de trabalho no estágio; organização do estágio; definição das funções do acompanhante da dissertação no CPES; definição das funções do assistente pedagógico e do metodólogo; o Exame de Estado.	---	----

s/d	-----	Memorando para reunião: apresentação interior; com cor da capa; inquéritos; alunos do Liceu D. João III querem publicar sobre métodos pedagógicos e relação professor aluno; páginas de ensino primário e superior; incluir BD.	---	-----
s/d	N.º 4 - 1	Condições de trabalho na escola portuguesa. Mesa redonda – situação do ensino na Madeira; para uma Escola Nova; aumento de vencimentos, Associação; uma professora responde aos rapazes de Barbiana; conferência sindical de Budapeste; artigo de professor do Liceu D. Dinis; Quero ser professora primária; exposição sobre o Despacho nº 9/74; noticiário internacional. Contracapa: A pedagogia do bom senso, uma escola em 5/4/3 com imagens.	Fátima Rodrigues; Inês Cosme; Natália Pais Pita	Manuscrito
s/d	Nº 4 - 2	Editorial; carta aberta ao MEN; a situação do ensino na Madeira; uma professora responde aos rapazes de Barbiana. Tema central: condições de trabalho na escola portuguesa – reportagem fotográfica na EP Roque Gameiro; Recomendação da *UNESCO*/OIT; trabalho de Fátima [Rodrigues] e Inês [Cosme]; extrato do livro *Os livros escolare;* vencimentos; estágios;	Fátima [Rodrigues]; Inês [Cosme]; A. M. Velloso	Manuscrito

		documento do CPES. Contra capa: quadro 21 ou coordenação interdisciplinar.		
s/d	------	Indicação para verso da capa: edição e propriedade (Abílio Cardoso; Agostinho Monteiro; Alda Rodrigues; António Costa Carvalho; António Teixeira Lopes; António Teodoro; Aurélia Martins; Beatriz Pinto, Berta Macedo; Cidália Silva; Clara Fonseca Fernandes; Clara Silva; Eugénia Malheiros; Fernanda Correia; Graça Hespanha; Jofre Nogueira; Júlia Jaleco; Lucinda Lopes; Manuel Pereira Silva; Manuela Martins; Mário Casais Ribeiro; Mário Ventura Gomes; Martinho Madaleno; Natércia Lopes; Nídia Macedo; Teresa Saraiva). **<u>Conselho de Redação</u>** (Agostinho Monteiro; António Costa Carvalho; António Teixeira Lopes; António Teodoro; Elsa Oliveira; Gomes Bento; Júlia jaleco, Manuela Cabral). D**<u>ireção</u>** (A. J. Costa Carvalho – diretor, Agostinho Monteiro; António Teodoro; Júlia Jaleco – **<u>subdiretores</u>**), colaboradores, moradas. Caixa com nota da direção, assinaturas, publicidade, distribuição, composição e impressão.	Abílio Cardoso; Agostinho Monteiro; Alda Rodrigues; António Costa Carvalho; António Teixeira Lopes; António Teodoro; Aurélia Martins; Beatriz Pinto; Berta Macedo; Cidália Silva; Clara Fonseca Fernandes; Clara Silva; Eugénia Malheiros; Fernanda Correia; Graça Hespanha; Jofre Nogueira; Júlia Jaleco; Lucinda Lopes; Manuel Pereira Silva; Manuela Martins; Mário Casais Ribeiro; Mário Ventura Gomes; Martinho Madaleno; Natércia Lopes; Nídia Macedo; Teresa Saraiva	Manuscrito (incompleto) e dactilografado

f. Edição de livros

Data	Local	Assunto	Observações
janeiro 1974	---	Edição do livro: *Professores: que vencimentos?*	
10 fevereiro 1974	Lisboa	Distribuição da revista e livros. Balanço da relação com a Agência Internacional de Livraria e Publicações.	Carta de Lisboa para Porto, Coimbra, Leiria e Figueira da Foz
s/d	----	Lista de publicações do GEPDES em 1972/1973: programa e objectivos; subsídios para um estudo comparativo de alguns aspetos da situação do professor do ensino secundário oficial em Portugal em confronto com outras profissões; *O professor* e o 13.º mês; a demissão de funcionários públicos ao abrigo do DL 23.317, de 13de maio de 1935; Estatuto do Professor.	-----

g. Comunicados, convocatórias, atas

Data	Tipo de docu- mento	Local	Assunto	Presenças	Nomes referidos
25 janeiro 1972	Comuni- cado	Lisboa	Promoção de venda dos Cadernos n.º 1 e 2, preço do n.º 2.	António Teodoro; Dulce Cunha Reis; Eduardo Lima Teixeira; João Marcelino L. Barreto; Lucinda Lopes; M. da Graça Guedes; Mário Luís Casais Ribeiro; M. Manuela Lopes Cabral; Mário Paiva Ventura Gomes	António Teodoro; Dulce Cunha Reis; Eduardo Lima Teixeira; João Marcelino L. Barreto; Lucinda Lopes; M. da Graça Guedes; Mário Luís Casais Ribeiro; M. Manuela Lopes Cabral; Mário Paiva Ventura Gomes
8 julho	Comuni-	Lisboa	OT: Informações; *O professor* – processo de legalização; balanço	20 escolas (4 liceus, 7 ET, 1 Escola	António Teodoro; Martinho Guerra

1972	cado/ ata		crítico do presente ano letivo, definição dos objetivos para 1972/73. Indicação de António Teodoro como subdiretor. **Proprietários**: Martinho Guerra Madaleno; Teresa Filomena Sarmento Abrantes Saraiva; António Teodoro; Berta Sousa Furtado Fontes Macedo; M. Eugénia Mendes da Silva e Rosa Malheiro; Mário Luís de Vasconcelos Casais Ribeiro; M. Fernanda Maciel de Almeida Correia; M. Clara Fernandes da Silva; M. Clara Fonseca Fernandes; M. Elsa de Carvalho e Oliveira; Cidália M. Amaral Rodrigues Pereira da Silva; M. Lucinda Almeida Lopes; Mário de Paiva Ventura Gomes	Agrícola, 8 EP)	Madaleno; Teresa Filomena Sarmento Abrantes Saraiva; Berta Sousa Furtado Fontes Macedo; M. Eugénia Mendes da Silva e Rosa Malheiro;Mário Luís de Vasconcelos Casais Ribeiro; M. Fernanda Maciel de Almeida Correia; M. Clara Fernandes da Silva; M. Clara Fonseca Fernandes; M. Elsa de Carvalho e Oliveira; Cidália M. Amaral Rodrigues Pereira da Silva; M. Lucinda Almeida Lopes; Mário de Paiva Ventura Gomes
10 novembro 1972	Ata		Reunião alargada no Ateneu. Manuscrita.		Natércia; Cabral Pinto
julho 1973	Circular 01/73	Matosi-nhos	Inscrição da revista na DGI com o n.º 42/105. N.º 1 sobre Estatuto do Professor.	--	---
22 outubro 1973	Circular	Figueira da Foz	Pedido de envio de recortes de imprensa.	---	----
outubro 1973	Comunica-do	------	Os novos assinantes só podem ter o n.º 1 em más condições.	---	-----
18 novembro 1973	Ata	----	Preparação do n.º 2, censura – enviadas 47 páginas ao Exame Prévio (35 sem cortes, 2 com cortes, 7 demoradas, 3 a enviar), 1700 assinantes, enviadas notícias do n.º 2 para a imprensa, *Voz Portucalense*	---	-----

			quer uma mesa redonda, *Jornal de Notícias* quer uma reportagem. Marcação da primeira reunião nacional da revista para 1 de dezembro na sede do Porto.		
1 dezembro 1973	Ata	Porto	Número de assinantes em 1975; cobranças; situação económica, o n.º 2; estudar a passagem a editora; estudo da capa; política editorial.	Porto (4), Lisboa (1), Coimbra (1), Figueira da Foz (1)	------
2 dezembro 1973	Ver em Ata nacional	Ílhavo	1.Informações pelo delegado da Figueira: 1.1.Revista – intervenção da censura; cor na capa do n. º 2; passagem a empresa editora ou sociedade anónima; colaboração; 1.2.GE – Porto: colóquio sobre a revista *O professor*; contactos com professores universitários; com informações de Guimarães. Aveiro: recetividade à revista. Figueira: reunião assinantes revista; organização de grupos de trabalho; contacto com Cantanhede, e Torres Novas. Coimbra: contacto com professores universitários; grupo de trabalho sobre métodos e programas. Leiria: reunião fraca dos três ramos; proibida circulação revista no liceu; grupo de trabalho sobre formação de professores. Lisboa: contacto com Évora; autonomia para GE Barreiro e Setúbal; grupos de trabalho sobre vencimentos; formas de organização e alargamento; função do delegado. Madeira (informa Lisboa): mesa redonda no *Comércio do Funchal*; 1.3. Conferência mundial de professores em Praga: representação dos GE;	Porto (2), Aveiro (10), Coimbra (2), Figueira da Foz (2), Leiria (3), Lisboa (1)	------

			1.4. Organização e alargamento dos GE – Projeto de Regimento das RN: reuniões alargadas e tempo de tomada de posição para um GE sobre matéria que exceda a representação do delegado à RN – aceite marcação com 8 dias de antecedência, local e data da reunião; votações e condições de adesão ao GE. II. Divisão do País em 5 zonas (Porto, Aveiro, Coimbra-Figueira da Foz, Leiria, Lisboa) com vista ao preenchimento do questionário sobre pró-associação. III. Fundos, para a próxima reunião. Adenda: alterações ao Projeto de Regimento das Reuniões Nacionais dos GEPDES.		
13 janeiro 1974	Ver em Ata	Coimbra	1. Informações: 1.2 Revista – n.º 2 entregue a 21, n.º 3 saída em fevereiro, passagem da revista a imprensa editora; 1. 3 Grupos de Estudo – Porto: questionário sobre Associação: mesa redonda na *Voz Portucalense*. Lisboa: prisão de professores e alunos, vencimentos, Estatuto, reações ao cargo de diretor de turma, Conferência Mundial de Professores; 1.4 Projeto de atuação no 2º período; 1.5 Vencimentos; 1.6 Associação: 1.7 Estatuto. 2 Fundos – necessidade de	Porto (3), Figueira da Foz (2), Coimbra (7) (com informações de Aveiro), Leiria (5), Lisboa (2), Estremoz (1)	….Lopes (?), GE Coimbra

			autonomização económica dos GE. 3 Conclusão da discussão do projeto de regímento das reuniões nacionais. 4 Âmbito dos GE – transita para próxima reunião; pedido de posição.		
15 janeiro 1974	Ata	-----	Reunião de 12, na delegação de Coimbra. Saída do n.º 2, a 21; mudança de tipografia; limite de páginas por tema; número total 15 a 21; não enviar n.º 2 sem prestar contas do n.º 1; ver hipótese de *Século* ser a distribuidora; limitar os quadros profissionalizados e contratar um contabilista; promover encontro sobre estágios; angariar fundos; número de assinantes – 2420: 475 de apoio. Lisboa planeou o n.º 3, comunicado à imprensa sobre o tema do n.º 3; análise do regulamento interno; constituição da editora *O professor*.	Porto, Lisboa, Coimbra	-----
janeiro 1974	Comunica-do	Porto, R. Júlio Dinis 604, 3º dto - B	Por razões de ordem técnica, o n.º 2, só está em circulação no mês de janeiro. Informa sobre o sumário do n.º 3 - Formação de professores – estágios: finalidade do estágio; organização do estágio e condições de trabalho; classificação dos estágios; Exame de Estado; metodólogos e assistentes; estágios velhos – estágios novos. Pedido de colaboração.		
17 fevereiro 1974	Ver em Ata	Leiria, Café Soraya, Av. Heróis de	1. Informações. 2.Regulamento da revista. 3.Cursos complementar do ensino técnico.	Porto (3), Lisboa (3), Figueira da Foz (3), Leiria (3), Barreiro (1), Coimbra (2)	A. Pais, GE Leiria

		Angola, 10hrs ou 14,30 hrs	4. Projeto de coordenação global. 5.Congresso do ensino secundário. 6.Diretores de turma. 7.Associação. 9. Âmbito dos GE [referenciada na ata de 13 de janeiro de 1974]		
22 fevereiro 1974	Porto	Circular 01/74	Registo n.º 41/136 como periódico bimestral, na DGI. Direção: António Costa Carvalho; Agostinho dos Reis Monteiro; António Neves Duarte Teodoro; M. Júlia de Feitas Vieira Monteiro; P. Jaleco [registos: 51/214, 51/215, 51/216, 51/217]. Publicação de carácter jornalístico sujeita, a Exame Prévio. 3.000 assinantes. Nº 3 em março.		António Costa Carvalho; Agostinho dos Reis Monteiro; António Neves Duarte Teodoro; M. Júlia de Feitas Vieira Monteiro; P. Jaleco
18 março 1974			8 pedidos de desistência.		
29 março 1974	Porto	Circular 03/74	Distribuição do n.º 3 pelo *Século*. Entrega de exemplares. Prestação de contas e devolução à distribuidora. Angariação de assinantes e envio de informações e dinheiro à sede.		A. Costa Carvalho
fevereiro 1974	Circular 01/74	----	Comunicação da passagem a editora. Modelo de postal RSF em anexo.	Manuscrito	--
5 fevereiro s/ ano	Comunica-do/convo-	Porto, R. Júlio Dinis	Reflexão sobre formação de professores – estágios. Pontos de debate: finalidade do estágio,	-----	-----

	catória	604, 3º dto - B	organização do estágio e condições de trabalho, classificação dos estágios, Exame de Estado, metodólogos e assistentes, estágios velhos – estágios novos.		
1974	Convoca- tória	----	Para dia 27, sábado, Liceu José Falcão, Coimbra. OT: Balanço das atividades 1973/1974; Perspetivas quanto ao futuro; Medidas a tomar.		--
s/d	Comunica- do GEPDES	EPFA	Documentos, para apreciação: Circular n.º 13 e o n.º 2 dos Cadernos.	----	--
s/d	Circular Porto	Porto	Apela à participação na elsboração do Estatuto do Professor e resposta ao questionário sobre a associação. A colocar em cada exemplar.	--	--

h. Assinaturas e tabelas de publicidade

Data	Local	Assunto
s/d 1	Matosinhos	Autorização de publicidade.
s/d 2	----	Assinatura dos Cadernos.
s/d 3	Matosinhos	Informações aos media e tabela de publicidade.
s/d 4	----	Assinatura de 12 números.
s/d 5		Assinaturas, tarifas anuais de publicidade e distribuição.

Apêndice II

Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, 1969-1974. Entrevistas

2. 1. Entrevistas a destacados membros dos GEPDES[280]

As entrevistas que se seguem obedeceram à ordem cronológica de entrada dos entrevistados no movimento dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES). Os entrevistados foram escolhidos tendo em conta o seu envolvimento profissional e político na época.

a. Entrevista a Elsa Oliveira, Aroeira, outubro de 2002, realizada por Manuel Tavares[281]

Elsa Oliveira (E.O.) – Licenciei-me em Coimbra, em 1965, tendo participado ativamente nas lutas estudantis de 1962 e 1965. Ainda em 1965 aderi ao PCP. Fui contratada para fazer exames em Lisboa, na época de 1966/1967. Decidi ficar e tentar ser colocada numa escola da zona, o que só consegui em 1968. Entretanto, sobrevivi a dar explicações. A minha primeira colocação foi na Escola Comercial Ferreira Borges, onde permaneci quatro anos, depois do que fui admitida ao estágio pedagógico. Cedo me apercebi dos problemas que afetavam os jovens professores e quando a Maria Manuel Calvet Ricardo, minha colega na Ferreira Borges, me desafiou a ir às reuniões que se realizavam na vizinha Escola Francisco de Arruda, aderi imediatamente ao desafio. Nessa altura, já perdera todas as minhas ligações ao PCP, mas tinha noção da sua orientação política. Participei ativamente em todo o trabalho que conduziu à formação dos Grupos de Estudo. Em 1973, quando concorri ao quadro de professores efetivos, a PIDE premiou-me com um carimbo vermelho[282], mas acabei por conseguir efectivar-me. Estive também envolvida nas eleições de 1969 e na preparação do III Congresso da Oposição Democrática, em 1973. Em maio de 1974, participei na Fundação do Sindicato de Professores da Grande Lisboa e fui membro da sua Comissão Diretiva Provisória (CDP). Posteriormente, para melhor conciliar a vida familiar com a profissional, centrei mais a minha atividade na escola. Além de professora, fui orientadora de estágio, estive na direção da escola e publiquei livros escolares. Reformei-me em 2005. Hoje, dedico-me à pintura.

[280] Entrevistas realizadas no âmbito do Projeto Sapiens, Proj99, nº 32564, ULHT – OPECE e FCT, "A construção da profissão docente no ensino secundário (1947 - 1974). Formação, percursos, identidades", coordenado pelo Professor Doutor António Teodoro, de 2001 a 2005.
[281] Entrevista transcrita por Maria Manuel Calvet Ricardo.
[282] Os carimbos vermelhos da PIDE impediam que professores e funcionários públicos fossem contratados.

Manuel Tavares (M.T.) - Com que objetivos foram criados os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GE)?

E.O. - Os GE foram criados com o objetivo de resolver os problemas dos professores provisórios do ensino preparatório e do ensino secundário (técnico e liceal). Cerca de 80% dos professores eram provisórios, o que implicava, nomeadamente, não ganharem nas férias. Estes docentes eram colocados em outubro ou novembro[283], quando calhava, e terminavam o seu ano letivo, no máximo, a 8 de agosto. Muita gente era despedida em julho e, portanto, ficava sem ganhar desde o fim deste mês até ao início de outubro ou novembro, conforme a altura em que tornasse a ser colocada.

M.T. – Os GE, eram, essencialmente, de caráter reivindicativo...

E.O. – Sim, porque visavam a resolução de problemas laborais dos professores. A primeira grande reivindicação foi o pagamento nos meses ditos de férias. Tratava-se de um problema básico: como podiam as pessoas viver naqueles meses em que, afinal, estavam no desemprego?

M.T. - A Elsa era membro do Partido Comunista Português (PCP) quando aderiu ao GE?

E.O. – Ainda em Coimbra, tinha aderido ao PCP. Depois, em Lisboa, era membro mas não me encontrava no ativo, porque tinha perdido todas as minhas ligações anteriores e, portanto, na altura, não estava a trabalhar sob a orientação do PCP. Claro que, em termos ideológicos, eu era do PCP.

M.T. – O PCP desempenhou algum papel na criação dos GE?

E.O. – Na minha opinião, não teve um papel direto. Os GE nasceram a partir das reuniões de um conjunto de professores provisórios, nas quais discutiam os seus problemas profissionais. Alguns ainda hoje são do PCP. Poderiam defender as orientações oriundas do PCP, mas as decisões eram tomadas no coletivo em que também participavam docentes sem qualquer filiação partidária. Considero, pois, que os GE fizeram o seu caminho, seguindo as estratégias que eram discutidas e aprovadas nas suas reuniões.

M.T. – O PCP estava organizado de modo a influenciar o modo de trabalho e a estratégia orgãnica dos GE?

[283] A colocação de um professor provisório, para que o ano contasse por inteiro, devia ser feita até 14 de outubro.

E.O. – Bem, eu não posso falar sobre o modo como estava organizado o PCP nessa época mas, tanto quanto sei, poderia influenciar, como vos disse, através de pessoas que estivessem diretamente ligadas ao partido. Ao participarem nas reuniões, certamente propunham as estratégias definidas pelo PCP que, no caso de corresponderem ao sentimento do coletivo, podiam ser adotadas.

M.T. – Ou seja, não existia, nos GE, uma célula do partido…

E.O. – Penso que não existia, pelo menos numa fase inicial. Posteriormente, admito que houvesse nos GE pessoas politicamente mais comprometidas. Estou a pensar, por exemplo, no Agostinho Lopes que era militante do PCP e que, pela sua capacidade de intervenção tinha certamente influência. O Agostinho Lopes era um indivíduo muito ativo, inteligente, com grande capacidade de liderança. É natural que transportasse para os GE orientações do PCP, que defendia nas nossas reuniões e que, quando correspondiam ao pensamento do coletivo, eram, certamente, aceites. De qualquer modo, julgo que é importante fazermos a distinção entre o PCP "controlar" os GE para que estes seguissem as suas orientações e haver orientações do PCP que os GE seguiam, porque estavam de acordo com elas, quando eram discutidas nas suas reuniões.

M.T. – Então, partindo do princípio de que se havia, digamos, uma estratégia do PCP para os GE, acha que ela passaria, necessariamente, por essa figura mediadora, que era o Agostinho Lopes?

E.O. – Talvez. Estou convencida de que muitas vezes terá passado, mas havia outras pessoas influentes. O grupo básico dos GE era de gente ligada à esquerda. Nós nunca discutíamos muito as questões da política do País, poderia haver uns mais radicais, outros menos, mas, basicamente, eram pessoas que não estavam de acordo com o regime da época, com o regime do Marcello Caetano.

M.T. – Estamos a falar de...

E.O. –...de opositores ao regime.

M.T. – A Elsa identifica alguma entidade ou pessoa que definisse os princípios dos GE?

E.O. – Não. Digamos que os princípios dos GE foram definidos pelo coletivo. As questões eram debatidas. Nós tínhamos reuniões semanais. Depois das primeiras reuniões, realizadas

na Escola Francisco de Arruda, julgo que com a participação do próprio diretor, o professor Calvet de Magalhães, que sempre nos cedeu uma sala para nos reunirmos e trabalharmos, houve um alargamento a professores da vizinha Escola Ferreira Borges. Foi então constituído um núcleo duro, formado pelo Martinho Madaleno e a Irene Veloso, da Escola Francisco de Arruda, a Maria Manuel Calvet Ricardo, a Ana Maria Malheiro do Vale e eu própria, da Escola Ferreira Borges.

Nas nossas reuniões, discutíamos questões ligadas às dificuldades e aos problemas dos professores provisórios bem como as repercussões que tinham no ensino. Com o objetivo de alargarmos estas discussões, decidimos convocar um plenário de professores, através de anúncios nos jornais e de conhecimentos que tínhamos em algumas escolas. Esperávamos que aparecesse uma meia dúzia de pessoas mas o ginásio da Escola Francisco de Arruda encheu-se. Portanto, a partir daí, criou-se rapidamente uma estrutura em Lisboa. Realizávamos reuniões semanais com representantes de escolas para debater as estratégias a seguir. Depois, fomo-nos expandindo para o País inteiro. Reuníamo-nos com uma certa periodicidade. Tínhamos um núcleo de umas cinco ou seis pessoas aqui, em Lisboa, que funcionava quase como um secretariado e que era responsável pelas convocatórias. Quando o Governo começou a achar que estávamos a desviar-nos claramente das questões pedagógicas, começou a tentar limitar-nos a atividade. Defendemo-nos, descentralizando, isto é, diversificando as escolas que organizavam as reuniões. Escolas de todos os pontos do País passaram a assumir as convocatórias para as reuniões nacionais, as quais eram sempre subscritas por um grande número de docentes, também este variável. Se as autoridades apostassem na repressão, tinham centenas de pessoas para reprimir - a nossa estratégia dificultou-lhes imenso a vida, em termos de identificar responsáveis.

Além disso, houve sempre um núcleo de pessoas, a nível nacional, que ia definindo as estratégias e elaborando os documentos para discussão nas escolas.

M.T. – O PCP não teve, portanto, nenhuma influência direta na definição dos grandes princípios orientadores dos GE. E os outros grupos políticos?

E.O. – Não. Na altura, o PCP, embora na clandestinidade, era a única força política organizada. Nenhuma outra, nem mesmo aquelas a que nós, então, chamávamos esquerdistas, o MRPP e a UDP, embora já existissem, tinha grande influência.

Na altura do 25 de Abril, o movimento dos GE já envolvia muita gente. Era uma força imensa, organizada a nível nacional, nas escolas do ensino básico e secundário.

Após o 25 de Abril, verificámos que toda esta gente que participava e estava organizada nos GE tinha opiniões políticas muito diferentes o que mostra que, de facto, os GE eram um movimento de professores e não um movimento político. Os GE eram, sim, um movimento de cariz sindical, reivindicativo.

Discutiu-se, então, o destino dos GE e da revista *O Professor* que era o órgão de informação dos Grupos de Estudo. *O Professor*, que ainda existe, tem, agora, por razões óbvias, objetivos diferentes dos iniciais.

M.T. – Uma pergunta à margem: o António Teodoro entra um pouco mais tarde, não entra? Não está, por isso na origem dos GE…

E.O. – Sim, o António entrou um bocadinho mais tarde. Apareceu na primeira ou na segunda dessas reuniões que convocámos para o ginásio da Escola Francisco de Arruda. Não o conhecíamos de lado nenhum. Nós anunciávamos as reuniões em alguns jornais mas, depois, fazíamos contactos pessoais nas escolas onde conhecíamos alguém, e pedíamos para nos ajudarem a divulgar as nossas iniciativas. O António dava aulas numa secção do Liceu D. João de Castro, em Almada, que viria a converter-se no liceu de Almada, agora Escola Secundária Fernão Mendes Pinto. Não tardou a entrar para o tal núcleo duro e foi, sem dúvida, um dos principais dirigentes dos GE.

Sempre com a preocupação de alargar o mais possível o movimento a todo o País, rapidamente começámos a percorrer Portugal, de lés a lés, aos fins de semana. Tínhamos reuniões em todos os cantos do País, em Coimbra, em Tomar, em Leiria, Figueira da Foz, no Alentejo, em Setúbal e no Algarve.

M.T. – Daí a facilidade com que, depois do 25 de Abril, se criaram os sindicatos.

E.O. – Sim, os GE tinham um caráter essencialmente reivindicativo e, portanto, na altura, considerou-se que não fazia sentido, existir um sindicato e os Grupos de Estudo. Toda a estrutura dos GE foi transportada para os sindicatos. Por isso, foram os professores dos GE quem fundou os sindicatos que, na altura, se constituíram em Portugal. Só assim foi possível criar uma organização sindical forte, logo após o 25 de Abril. Nós, aqui em Lisboa, formámos

o sindicato no dia 4 de maio. Acho que o Porto o fez mais cedo[284]. O António Costa Carvalho tem essas datas.

Quanto à revista *O Professor*, decidimos que ficaria independente. Lembro-me de termos pensado que, se perdessemos as eleições no sindicato, ficaríamos sempre com a revista. Foi assim que a revista passou a ter autonomia e alargou o seu âmbito às questões de educação.

M.T. – Que dificuldades enfrentaram os membros dos GE no contexto político da época anterior ao 25 de Abril?

E.O. – As dificuldades próprias de quem se opunha ao regime. Portanto, quando o regime percebeu que o estávamos a contestar, que o estávamos a pôr em causa e que, politicamente, éramos um movimento incómodo, começámos a ser alvo de perseguições, nas escolas. Aos diretores dos estabelecimentos de ensino eram pedidas informações sobre a nossa atividade. A PIDE andou atrás de alguns de nós. Olhe, por exemplo, quando concorri para professora efetiva, a PIDE informou, sob o seu carimbo vermelho: "Não oferece segurança ao Estado." Fui chamada ao Ministério, ao diretor-geral do Ensino Técnico, na altura o Dr. Reis Leitão. Cheguei lá e disse-me: "Explique-me isto!" E mostrou-me a folhinha com dois carimbos encarnados que diziam "Não oferece segurança ao Estado." Um era o meu, e o outro era de uma amiga minha, que também pertencia aos GE, a Manuela Cabral.

Quanto à explicação que ele me pedia, respondi-lhe: "Eu não fiz nada. E digo-lhe mais, nunca tive problemas com esses senhores. Estou tão espantada como o Dr. Reis Leitão." Normalmente, o que acontecia às pessoas que tinham um carimbo vermelho era serem expulsas da função pública. O Dr. Reis Leitão aconselhou-me a ir perguntar à PIDE o porquê do carimbo mas, claro, disse-lhe que não estava nada interessada em quaisquer contactos com os senhores da PIDE, como ele devia calcular. É evidente que saí de lá bem preocupada. Fui consultar um tio que era advogado e de esquerda. Apenas me recomendou que ficasse quieta e esperasse, sem fazer nada. Foi uma espera horrível, porque, nesse ano, as colocações saíram com cerca de um mês de atraso.

[284] "29 de abril de 1974: Mais de 400 professores de várias escolas do Norte trocaram impressões nas instalações do Secretariado da Mocidade Portuguesa, que haviam sido ocupadas pelo Movimento da Juventude Trabalhadora, no 1.º andar, do n.º 604, da Rua Júlio Dinis. Se "*O Professor*" (a revista) já tinha sede nesse prédio, completa-se o ciclo, com o SPZN a atracar, com amarras sólidas, num Porto seguro. A última reunião dos Grupos de Estudo deu, assim, origem ao primeiro sindicato livre de professores..." In *SPZN, 30 anos, 30 factos em defesa da escola.*

Isto aconteceu em janeiro de 1973, no tempo do Ministério de Veiga Simão. Foi o próprio ministro que escreveu na tal folhinha da PIDE, "Informem-se as interessadas", o que era significativo. Noutros tempos, aquele carimbo significava, pura e simplesmente, sermos expulsas da função pública, como sucedeu a tantos democratas. O que é facto é que ambas nos efetivámos.

M.T. – Tudo isso por causa dos GE?

E.O. – É provável que sim, embora já depois do 25 de Abril tenha sabido que poderia estar também relacionado com qualquer coisa que alguém tenha dito quando esteve preso. De qualquer modo, naquela época, houve uma certa abertura. Foi a primavera marcelista, que as forças de esquerda aproveitaram de todas as maneiras. Olhando para trás, é interessante verificar que os principais responsáveis dos GE são pessoas que vêm das crises académicas dos anos sessenta.

M.T. – Exatamente da crise de 1969?

E.O. - Não só. Também das crises de 1962 e de 1965. Gente aguerrida, com pouco medo.

M.T. – E que punham o regime em questão.

E.O. – Sim, que tinham capacidade para questionar o *statu quo.* Eu julgo que, naquele núcleo forte dos GE, todos vínhamos das crises académicas. Todos nós interviemos nas lutas estudantis. Éramos pessoas que tinham questionado o regime enquanto estudantes e que, como jovens professores, nos sentíamos explorados, porque ganhávamos miseravelmente e somente nove meses ao ano. Claro que não foi fácil enfrentar uma situação dessas. Na raiz dos GE esteve, essencialmente, gente que já tinha algum passado de luta.

M.T. - Exato. Na formação dos GE, não há apenas uma consciência profissional, há uma forte consciência política.

E.O. – Sem dúvida nenhuma! Era tudo gente politicamente consciente. Sabíamos muito bem o que estávamos a fazer. O PCP não teve influência direta, mas havia ali pessoas ideologicamente influenciadas pelo PCP. Tínhamos uma consciência de esquerda e uma ideia do que era a linha política do PCP. Naquela altura, só aderia ao PCP quem defendia determinados ideais. Por isso, como já disse, os Grupos de Estudo poderiam ter uma linha ideológica muito próxima do PCP, mas este não os controlava politicamente.

M.T. – Que balanço faz da intervenção política dos GE?

E.O. – Eu julgo que os GE conseguiram ter uma intervenção política que, na altura, assustou o regime. Porquê? Porque chegávamos a todos os cantos do País. Porque punhamos os professores a pensar nos seus direitos e na importância da sua profissão e a perceber até que ponto estavam a ser maltratados. Pusemos os professores a questionar o regime e isso, claro, não era bem visto pelo próprio regime e assustou os governantes. A realidade é que nós tínhamos uma organização com uma força tal que, a seguir ao 25 de Abril, pudemos criar os sindicatos em poucos dias! De facto, havia uma estrutura consistente e as pessoas que enquadravam toda essa estrutura possuíam um certo *background* político. Surgiram, com facilidade, sindicatos em todas as zonas do País. Lembro-me de discutirmos se deveria haver um sindicato nacional ou se tínhamos capacidade para criar vários sindicatos, tendo em vista diversas localizações geográficas. Discutimos se instituíamos um, ou dois, ou três, e achámos que seria bom dividir o País em três zonas. Entretanto, havia um setor ao qual os GE nunca tinham chegado, que era o ensino primário. Embora os professores desse setor nunca tivessem estado ligados aos GE, tínhamos consciência de que se tratava de muita gente, com todo o direito de beneficiar de um enquadramento sindical. Após alguma discussão, decidimos criar sindicatos que incluíssem todos os níveis de ensino, em três zonas do País, a saber: Sindicato da Zona Norte, sediado no Porto; Sindicato da Zona Centro, sediado em Coimbra; e Sindicato da Grande Lisboa e Sul, sediado em Lisboa.Mais tarde, por dificuldade de funcionamento, este último sindicato dividiu-se, ficando o Sindicato da Grande Lisboa com os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal e o Sindicato da Zona Sul com o Alentejo e o Algarve.

Algum tempo antes do 25 de Abril, perante a impossibilidade de formar um sindicato, tentámos a formação de uma associação profissional. Fizemos uma série de abaixo-assinados, pedindo às autoridades autorização para criarmos uma associação profissional. Não foi permitido. A partir daí, passámos a ser mais controlados. Particularmente os diretores de *O Professor*. O António Teodoro teve a PIDE atrás dele, oito dias antes do 25 de Abril, porque fora apreendido, no *Notícias da Amadora,* o livro, acabado de editar, *Professores, que vencimentos?* Nessa altura, ele era oficial da Marinha. Após o 25 de Abril, no primeiro 1º de Maio, foi o oficial responsável pela ocupação da sede da PIDE, onde encontrou o *dossier* da revista *O Professor*. Percebeu, então, que a PIDE estava a juntar informações sobre a publicação e o Costa Carvalho. Certamente que, se não fosse a Revolução, teriam sido, ambos presos pouco tempo depois.

M.T. - E o Linhares de Castro?

E.O. – O Linhares também era muito ativo. E, estava, igualmente, debaixo de olho.

M.T. – Lembro-me de conversar com o António Teodoro, nessa altura, e de ele me dizer que estava em primeiro ou segundo lugar para ser preso na semana que antecedeu o 25 de Abril.

E.O. – Como já contei, tinha saído o livro dele, *Professores, que vencimentos?*, impresso na tipografia do *Notícias da Amadora*, e a PIDE foi lá, apreendeu 2 mil e tal exemplares e exigiu a nossa morada. O Orlando Gonçalves, que era o diretor do *Notícias da Amadora*, tentou fugir à questão, mas eles acabaram por ir aos arquivos e encontraram o nosso endereço. Os PIDEs passaram a manhã inteira no *Notícias da Amadora* a vasculhar tudo. Mal eles saíram, do jornal tentaram entrar em contacto com o António para o avisar, só que o António estava no Alfeite e não conseguiram contactá-lo. Eu tinha ido em trabalho a Coimbra, e também não me apanharam. Mas conseguiram contactar com um amigo nosso, o António Sousa Santos, e pediram-lhe que nos avisasse. O António Sousa Santos sabia que o António vinha na corveta da Marinha, do Alfeite para o Terreiro do Paço. Passou uma boa parte da tarde a ver todos os barcos que chegavam do Alfeite, à espera que ele aparecesse. E conseguiu avisá-lo! O António foi, então, buscar a nossa filha, de 4 meses, ao infantário, e andou às voltas até escurecer, porque a PIDE, em princípio, não prendia ninguém de noite. Quando eu cheguei, contou-me o que se passava. Era óbvio que não podia dormir em casa. Telefonei a uma amiga nossa, que o acolheu. Eu passei a noite a rasgar papéis. Hoje, a minha raiva é que rasguei documentos únicos, exatamente oito dias antes do 25 de Abril. Por oito dias, perdi documentos que nunca mais recuperarei. Entretanto, tinham sido presos, nesse dia, cerca de 50 democratas. As chamadas prisões preventivas do1º de Maio.

M.T. – Elsa, para terminar, há alguma coisa que ache dever acrescentar, por lhe parecer importante e que tenha a ver com a sua participação nos GE?

E.O. – Eu acho que a minha participação teve a mesma importância que tiveram as outras. Os GE contaram sempre com um conjunto de pessoas que participaram de forma equilibrada na sua orientação. Havia uma grande capacidade de diálogo. Tornámo-nos grandes amigos e é curioso que muitas dessas amizades ainda hoje prevalecem. É o meu caso com a Maria Manuel Calvet Ricardo, por exemplo - trabalhamos em sítios diferentes e quando nos encontramos é uma alegria.

Julgo que a força dos Grupos de Estudo resultou muito do equilíbrio entre a participação e a capacidade de diálogo, a capacidade de nos ouvirmos e de conseguirmos ultrapassar momentos muito difíceis. Porque, de facto, houve momentos em que a atividade dos GE entrou em declínio. Quando a PIDE passou a exigir aos diretores de escolas não só os nomes dos membros dos GE mas também como participavam e o que faziam no movimento, alguns professores ficaram com medo. E lembro-me de que houve uma altura, que felizmente foi curta, em que as nossas reuniões semanais em Lisboa, que costumavam ter 20, 30 ou 40 pessoas, passaram a ter 7, 8 ou nove. Nesse período, foram muito importantes o Agostinho Lopes e o António Teodoro que nos diziam que, embora as pessoas tivessem medo, nós não podíamos perder a cabeça. Se calhar, isto correspondia a uma perspetiva do Partido Comunista - a de resistir, de ir para a frente, de aguentarmos mesmo em momentos difíceis como aquele. Porque, depois da mobilização que tínhamos conseguido, vermos tudo reduzido a tão pouco, era profundamente desmotivante. Foi a fase mais complicada. Aparecíamos na Escola Francisco de Arruda, no dia normal da reunião, e éramos sempre a meia dúzia que estava nos GE desde a origem, os mais firmes, os que não desistiriam. Era muito triste. Depois, as pessoas foram perdendo o medo e estabelecemos novos objetivos, nomeadamente a constituição da associação de professores.

M.T. - Era já o projeto de estatuto do pessoal docente…

E.O. – Sim, sim. Também nos baseámos muito num documento da *UNESCO* sobre a situação dos professores. Aliás, nós associávamos o estatuto do professor à criação de uma associação de professores.

M.T. - Nota-se que, na base da criação dos GE, há efetivamente um impulso reivindicativo.

E.O. – Sim, sim.

M.T. – Mas à medida que se avança, surgem outras questões.

E.O. - De natureza política e profissional…

M.T. - E de natureza pedagógica, por exemplo, nos *Cadernos O Professor,* artigos fundamentais de Rui Grácio.

E.O. – Uma das nossas defesas e estratégias foi envolver nomes conhecidos.

M.T. - Rui Grácio, Salvado Sampaio…

E.O. - Salvado Sampaio e Rui Grácio foram colaboradores preciosos. O próprio Calvet de Magalhães participava, também, em reuniões. E, depois, a pouco e pouco, fomos tentando agarrar o processo. Por exemplo, houve muitos professores efetivos e alguns docentes mais idosos, com um certo peso, que aderiram ao movimento. Que assinaram muitos documentos. Foram os casos do Jofre Amaral e do Raúl Gomes, no Porto. Além disso, duas ou três pessoas, figuras conhecidas da oposição, passaram a ir às nossas reuniões. Não podemos esquecer que todos nós, quando começámos a aparecer, estávamos na casa dos vinte ou trinta anos. Éramos jovens cheios de sangue na guelra, vindos das lutas estudantis que acreditávamos poder mudar o mundo, pelo que sentíamos, por vezes, existir uma certa reserva em relação a nós. Eu lembro-me de que, na Escola Ferreira Borges, alguns dos professores efetivos, quase não nos falavam. Quando eu distribuía comunicados dos GE, ia ter com eles para lhos dar e havia aqueles que diziam: "Estás a arriscar…"

Efetivamente, eu não tinha medo de nada. Era solteira, sem responsabilidades a não ser para comigo própria e achava que valia a pena arriscar.

Depois, a pouco e pouco, professores profissionalmente mais estáveis começaram a perceber que não éramos uma garotada inconsequente e aproximaram-se de nós. Na altura do 25 de Abril, já havia nos GE muita gente com diferentes estatutos.

Mesmo assim, lembro-me de uma reunião, pouco depois do 25 de Abril, creio que na Escola Marquês de Pombal, apenas de professores efetivos, com o objetivo de constituírem um Sindicato dos Professores Efetivos, pois consideravam que o sindicato que se estava a formar a partir dos GE só defendia os professores provisórios.

Quando soubemos dessa reunião, a meio de um plenário de professores, arranquei para lá, eu e uma outra colega que era do MRPP, ambas professoras efetivas e, portanto, com direito de entrar! Eu até era orientadora de estágio. Pedimos a palavra mas não acreditaram que fossemos professoras efetivas. Tive de confrontar alguns que me conheciam e sabiam qual a minha situação profissional. Então, subi ao palco e intervim com vista a acabar com aquela iniciativa. Identifiquei-me como membro fundador dos GE e fundadora do novo sindicato, que pretendíamos que fosse de todos os professores. Inicialmente houve uma reação muito violenta. Foi um momento muito difícil. Mas lá conseguimos explicar que a divisão não favorecia ninguém e o quanto era importante estarmos todos juntos num único sindicato! Defendemos com tanto vigor a importância da existência de um único sindicato, que a maioria

dos participantes na reunião percebeu o disparate que era a criação de um sindicato dos professores efetivos. Tínhamos feito abortar aquele movimento!

Criou-se, pois, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e Zona Sul que, algum tempo depois, como já disse, se desdobrou no Sindicato dos Professores da Zona Sul e no Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL).

b. Entrevista a Martinho Madaleno, Lisboa, 18 de fevereiro 2003, realizada por Maria Manuel Calvet Ricardo

Martinho Madaleno (M.M.) - Estive ligado ao ensino, de 1966 a 1974. Até 1972, em Lisboa, e, depois, em Moçambique, até maio de 1974, data em que regressei a Lisboa. Nesta altura, começava a ter dificuldades, pois fora um dos promotores de uma greve de professores a nível de toda a colónia e isso desencadeara uma celeuma muito grande. Estava, então, numa situação de quase residência fixa. Voltei e retomei o curso de direito. No ensino, comecei por dar aulas na Escola Francisco de Arruda, na qualidade de professor de Religião e Moral, pois sou licenciado em Teologia, e tendo como diretor o professor Calvet de Magalhães. De seguida, lecionei no Liceu D. João de Castro e novamente na Escola Francisco de Arruda. É como professor da Escola Francisco de Arruda, no tempo em que era ministro da Educação Veiga Simão, que reconheço a degradação da situação dos professores e o elevado grau de descontentamento na classe, especialmente entre os professores provisórios. Hoje sou advogado.

M. Manuel Calvet Ricardo (M.M.R.) - Quando aderiu aos Grupos de Estudo?

M. M.- Tenho alguma dificuldade em me situar no tempo…

M. M. R.- A título de ajuda, os primeiros registos dos GE datam de 1969/1970.

M.M.- Recorde-se que a situação dos professores provisórios era muito precária, não tinham nenhuma garantia de colocação de ano para ano, eram mão-de-obra assalariada e barata, como, aliás, mais tarde foi escrito por um colega nosso, e não recebiam remuneração durante três meses, até à colocação, no ano seguinte. Eram provisórios não por falta de habilitação, eu era licenciado em Teologia, mas por falta de garantias de efetividade de funções. A vinculação só existia até ao final dos exames. As remunerações eram também ridículas, na

altura. O meu primeiro ordenado, em 1966, foi 2 800 escudos. O descontentamento, neste setor, desencadeou o movimento que levou à criação dos Grupos de Estudo. Mais tarde, os professores efetivos aderiram em massa. Este descontentamento começou a agregar pessoas interessadas em procurar soluções alternativas. Lembro-me bem de que alguns membros do grupo inicial, entre as quais a Irene Veloso e eu, na altura professores da Escola Francisco de Arruda, decidimos que se impunha fazer qualquer coisa.

M.M.R. – Consegue identificar alguma entidade ou alguma pessoa que definisse os objetivos dos GE?

M.M. – Acho que não houve nenhuma entidade estranha aos professores. Para ser exato, não houve ideia nenhuma de criar um GE, o que aconteceu foi que, em 1969[285], não me recordo do mês, o ministro Veiga Simão, numa determinada circunstância, desafiou os professores em geral, não os provisórios, a colaborarem e a ajudarema renovar e a melhorar o ensino. Penso que esta ideia lançada para o ar tinha subjacente a intenção de apelar à renovação dos métodos pedagógicos. É neste contexto que eu, a Irene Veloso e uma terceira pessoa de cujo nome não me recordo, decidimos ser aquela uma boa altura para irmos confrontar o próprio ministro Veiga Simão com as palavras que tinha proferido publicamente. Vimos nessas palavras uma porta para o diálogo com os professores, que nunca estivera aberta até então. Não existia um sítio onde os professores se reunissem, além da sala de professores, onde nos encontravamos nos intervalos. Os docentes limitavam-se a cumprir as suas obrigações profissionais de ministrar as aulas, corrigir os pontos, dar as notas e fazer os exames. Não havia sala de reuniões, não havia um *forum* onde os professores debatessem os seus problemas. A docência era uma atividade completamente espartilhada, em todos os estabelecimentos de ensino. E dentro de cada estabelecimento de ensino, espartilhada também nas áreas de trabalho de cada grupo disciplinar. Não havia espaço para a confrontação de ideias. Eu era um *outsider* no ensino, iniciara o curso de direito e, apesar de não ter qualquer formação específica, percebi ser o quadro que encontrei uma situação totalmente atomizada, sem articulação entre os docentes. A falta de um local de encontro e de entidades que pudessem promover ou apoiar qualquer debate profissional foi uma das razões que nos levaram a diligenciar no sentido de marcar uma entrevista com o ministro da Educação. Foi um ato exclusivamente nosso [GE]. Já ouvi dizer, ao fim destes anos todos, que algum partido terá estado por trás desta iniciativa. Estou certo de que não esteve, porque nem nenhum partido me contactou, nem eu contactei

[285] Provavelmente em 1970 e não 1969. Veiga Simão tomou posse em 15 de janeiro 1970.

com nenhum partido. E com certeza que o mesmo aconteceu com os meus colegas. A sugestão não veio de nenhum diretor ou reitor e muito menos do Ministério. Fomos nós [GE] que marcámos a entrevista, dizendo que éramos professores da Escola Francisco de Arruda. Não sei se o facto de sermos da Escola Francisco de Arruda ajudou. Acredito que sim, porque, na altura, era diretor da escola o muito prestigiado professor Calvet de Magalhães, prestigiado, quanto a mim, por mérito próprio, por razões de ordem profissional e de modelo de gestão. Curiosamente, era uma pessoa aparentemente bem vista nos meios governamentais, e não sei bem por que motivo, era muito considerada no Ministério da Educação. Talvez por essa circunstância, algumas pessoas da oposição o consideravam demasiadamente comprometido com a direita. O que eu verifico é que o professor Calvet de Magalhães não era maltratado pelo Governo, o que dava a ideia de ser uma pessoa autorizada e com muito prestígio na classe. A Escola Francisco de Arruda era, também, um modelo e um exemplo a seguir. O certo é que, por uma razão ou por outra, o ministro aceitou, sem demorar muito tempo, a dar-nos a entrevista. Nesta, começámos por nos referir à nossa situação de professores na Escola Francisco de Arruda. Depois, dissemos ter verificado uma falta de motivação da classe, um descontentamento dos professores provisórios devido à sua situação profissional, à precariedade do trabalho e à falta de pagamento nas férias, e sublinhámos a urgência de os professores disporem de alguma liberdade, essencial para poderem reunir-se nas escolas, a fim de discutirem as medidas necessárias à melhoraria da qualidade do ensino. Há que trocar ideias e o lugar para isso tem de ser a escola. Umas semanas antes, Veiga Simão tinha afirmado que os professores deviam envolver-se na melhoria do ensino e nós queríamos precisamente mostrar que estávamos dispostos a fazê-lo. Dissemos que, na Escola Francisco de Arruda, não tínhamos esse problema mas havia escolas em que tal era difícil. Não me lembro de haver qualquer objeção da parte do professor Calvet de Magalhães a que nos reuníssemos e a primeira reunião de professores dos GE foi, decerto, na Francisco de Arruda, mas ele não esteve presente. O Veiga Simão, neste aspeto, foi inovador, porque até ali, no tempo de Salazar e mesmo no de Marcello Caetano, nenhum outro ministro da Educação tivera a coragem de permitir que os docentes se reunissem nos seus estabelecimentos de ensino. Houve, aliás, coragem de ambas as partes. Neste contexto, não deviam ser criadas dificuldades, nas escolas, à realização das nossas reuniões, às horas que entendêssemos, fora do nosso horário de trabalho. Como é que se pode renovar o ensino com cada um em seu "cantinho"? A estratégia não passou pela defesa do direito constitucional de reunião, mas do direito de reunião de caráter meramente profissional. O ministro não pôde

deixar de concordar e de dizer que ficava contente com a ideia e a iniciativa. Ele próprio achava bem que os professores se reunissem. Bom, foi o que nós quisemos ouvir. Assim, podíamos invocar, perante todos os diretores e reitores, o direito de reunião. Divulgámos, então, em comunicado, a aceitação expressa do ministro. Este comunicado, quase de certeza elaborado na Escola Francisco de Arruda, com a autorização do professor Calvet de Magalhães - que, diga-se em abono da verdade e da justiça, desde o primeiro momento, não colocou qualquer obstáculo à impressão na sua escola de comunicados dirigidos à classe docente -, funcionou como um detonador. Fomos o embrião de um grupo que se espalhou por outras escolas, usando os comunicados como meio de comunicação e o facto de serem impressos na Francisco de Arruda levou a que esta fosse considerada a sede do movimento. Recordo-me da entrada do António Teodoro que foi um dos primeiros a aderir.

M.M.R.- O grupo da Escola Ferreira Borges (Ana M. Malheiro do Vale, Elsa Oliveira, Ferreira Alves e Maria Manuel Calvet Ricardo,) esteve, desde o início, nas reuniões e na divulgação dos comunicados.

M.M. – O facto de a Escola Francisco de Arruda ser o polo que recebia professores vindos de outras escolas foi revolucionário, na época. Há muito que isso não acontecia. Professores reunidos para discutirem assuntos relacionados com a sua profissão. A fase seguinte foi conseguir ter um delegado em cada escola. Nessa altura, ainda não se discutia, sequer, o nome do grupo. Só no ano seguinte [1970] criámos a sigla GEPEeP. Depois algumas escolas tornaram-se, igualmente, pólo de zona. Lembro-me do Barreiro como sendo um pólo muito importante, talvez devido ao maior envolvimento político da população e, naturalmente, de alguns professores. Lembro-me, também, do trabalho do Agostinho Lopes e da Lucinda Lopes. O resultado é conhecido. Realço o papel dos comunicados e o facto de os delegados poderem invocar o direito de reunião, seguindo o exemplo do que se passava na Escola Francisco de Arruda. Dois anos depois, cerca de 90% das escolas estavam "tocadas".

M.M.R. – Acredita que havia uma forte consciência política?

M.M. – Não vou tão longe.

M.M.R. – E profissional?

M.M. – Sim, claro. Acredito que não havia nenhum envolvimento político-partidário.

M. M. R. – Esta questão é para nós importante, dado o facto de Rui Grácio ter deixado em aberto o envolvimento do PCP. Era membro do PCP quando entrou para os GE?

M.M. – Era.

M.M. R. – Foi encarregado desta tarefa pelo PCP?

M.M. – Como estudante de direito, e com alguma consciência da realidade social e a dar aulas numa escola muito politizada, era natural que aderisse à única força política que se opunha ao Governo, o PCP. Nunca qualquer membro do PCP com quem eu contactei, durante esta fase, soube do meu envolvimento nos GE ou falou comigo sobre esta matéria. Este era um assunto estritamente profissional. Dado que o PCP estava na clandestinidade, eu só me reunia com uma única pessoa e nunca falei com ela sobre isso. Nunca recebi nenhuma instrução do PCP relativa aos GE. Será que alguém pode garantir que, durante o período de vida dos GE, nenhuma força política tentou aproveitar-se deste movimento? Quanto ao PCP, não sei. Se o fez, fê-lo através dos seus próprios militantes. Uma pessoa politicamente ativa é uma pessoa com um maior grau de consciência do que o comum dos cidadãos. Essa pessoa ganha hábitos e coragem para não ficar de braços cruzados. E leva esta sua característica para o local de trabalho. É claro que os professores politicamente empenhados eram, decerto, os mais ativos. Só neste sentido é que aceito que se afirme haver nos GE alguma representação de forças políticas. De resto, posso garantir que nenhuma estava institucionalmente envolvida. A construção da consciência política destes professores desenvolveu-se enquanto estudantes envolvidos nas lutas académicas. São prova disso, os comunicados passados a *stencil*. Nunca troquei uma palavra com a Irene Veloso, por exemplo, sobre qual era a sua tendência política. Trabalhámos num âmbito estritamente profissional.

M.M.R. – Como sabe, os sindicatos de professores emergem logo após o 25 de Abril com uma força enorme e uma estrutura regional e nacional muito bem organizada. Acha que os GE foram uma "escola" de sindicalistas?

M.M. – O sindicato nasceu com essa força porque já a tinha. A rede já existia. As pessoas já existiam. As delegações já existiam. A filosofia já existia. Os objetivos já existiam. Existia tudo e só faltava o enquadramento legal. Aquela dinâmica nascida na Escola Francisco de Arruda graças à liberdade que o professor Calvet de Magalhães permitiu e ao papel desempenhado pela revista *O Professor*, que, por sinal, era lá impressa, correndo ele, riscos por ser o único responsável pela escola, facilitou, decerto o trabalho dos futuros sindicalistas.

Recordo que o professor Calvet de Magalhães parecia ser uma pessoa muito autoritária, não estou a dizer que fosse uma pessoa autoritária, mas era uma pessoa de poucas falas e passava a ideia de que, naquela escola, quem mandava era ele. Nas poucas vezes que trocámos impressões notei que duas ou três palavras eram uma grande conversa. Eu admirava-o e admiro-o, porque era um "decisor", era um lider. Do ponto de vista da gestão da escola e da tomada de decisões nunca hesitava. Além das qualidades que tinha na área pedagógica, era nas áreas da gestão e da administração que se evidenciava. Se o nosso movimento não fosse profissional nunca a Escola Francisco de Arruda teria desempenhado o papel que desempenhou. Partindo da Escola Francisco de Arruda para as outras escolas, chegámos a realizar reuniões, aos fins-de-semana, na Figueira da Foz, no Porto, em Faro, etc.

M.M.R. - Recorda-se de alguns riscos que se correram?

M.M. - Correram-se muitos riscos. Sei que vários reitores denunciaram reuniões de professores.

c. Entrevista a António Teodoro, em agosto 2013, em S. Paulo, Brasil, realizada por Manuel Tavares[286]

Professor visitante da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), em S. Paulo. Professor catedrático da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa, doutor em Ciências da Educação pela Universidade Nova de Lisboa, com provas de Agregação (Livre Docência) em Educação Comparada. Professor de Sociologia da Educação e Educação Comparada. Diretor do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeiED), da Universidade Lusófona. Vice-presidente do Comité de Investigação de Sociologia da Educação (RC04) da Associação Internacional de Sociologia. Cofundador do Instituto Paulo Freire, de Portugal, e coordenador da Rede Ibero-Americana de Investigação em Políticas de Educação (RIAIPE). Foi membro fundador do movimento sindical docente, GEPDES (1970-1974), presidente da direção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (1979-1989) e secretário-geral da Federação Nacional dos Professores, FENPROF (1983-1994), bem como membro do Comité Europeu da Confederação Mundial das Organizações da

[286] Esta entrevista foi realizada no âmbito do trabalho empírico para o artigo publicado, em 2014, por Manuel Tavares, Contribuições para a História do sindicalismo docente, em Portugal: dos Grupos de Estudo à afirmação e crise do movimento sindical docente, *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas.* Manuel Tavares autorizou a inclusão da entrevista nesta tese.

Profissão Docente, CMOPE/WCOTP (1988-1992) e do Comité Europeu da Internacional de Educação (1993-1994). Inspetor-chefe do Ensino Primário (1974-1975), foi também membro do Conselho Nacional de Educação (1988-1994) e consultor do Conselho de Ministros para os Assuntos da Educação, Formação, Cultura e Ciência (1995-1999). Diretor da *Revista Lusófona de Educação,*é membro do Conselho Editorial de várias revistas em Portugal, Brasil, EUA e França. É autor de uma vasta obra científica e de intervenção, no campo da educação.

1. Objetivos fundamentais da formação dos Grupos de Estudo

Os Grupos de Estudo nasceram de uma circunstância muito particular: a existência de uma grande massa de professores provisórios e eventuais nos então CPES e ensino secundário liceal e técnico, com um contrato de trabalho muito precário e recebendo apenas nos meses em que trabalhavam. Nas férias grandes (à época, agosto e setembro), ou mesmo no período de exames (julho), eram dispensados sem direito a qualquer vencimento. O primeiro objetivo de luta dos GE foi o pagamento 12 meses por ano àqueles professores. Depois, os objetivos ampliaram-se, também à medida que os GE se foram alargando a outros professores. Surgiram, então, as reivindicações relativas à formação de professores, ao Estatuto do Professor e à liberdade de associação.

2. Consciência política dos membros fundadores dos Grupos de Estudo (tendo em consideração que muitos deles vinham das lutas académicas de 1962, 1965 e 1969)

Entre os principais impulsionadores dos primeiros GE estavam jovens professores que tinham participado ativamente nas crises académicas, incentivados por professores mais velhos, resistentes antifascistas ou de formação democrática. Muitos participavam também nos movimentos de oposição (sobretudo na CDE, mas alguns também na CEUD de 1969) e outros (menos) tinham alguma ligação clandestina ao PCP. Alguns dos impulsionadores estavam ligados a movimentos católicos progressistas (Capela do Rato[287]) e é muito provável, como se viu depois do 25 de Abril, à ASP[288] (transformada em partido político - o PS, em 1973).

3. Envolvimento do PCP na formação dos Grupos de Estudo, sim ou não.

[287] Ver capítulo I, 1.1.
[288] Ver Nota de Rodapé 26.

Na altura, não era militante do PCP, pelo que não poderei afirmar se sim ou não, com conhecimento de causa direto. Baseando-me nos elementos de que disponho, pode-se afirmar que a formação dos GE, em 1971[289], não obedeceu a uma diretiva partidária. Foi, antes, uma iniciativa do campo profissional, que envolveu professores que militavam clandestinamente no PCP (uns com ligação orgânica, a maioria não). A partir de finais de 1972, é muito provável que a direção do PCP (setor intelectual) tivesse uma informação regular acerca das atividades desenvolvidas pelos GE e incentivasse a sua rede de militantes a integrar e mobilizar apoios e militância para os GE.

4. Maiores dificuldades enfrentadas pelos Grupos de Estudo.

As maiores dificuldades prendiam-se com a ausência total de liberdades cívicas e políticas. Vivia-se um tempo, depois de uma tímida abertura, em que o regime estava acuado e sem saídas, o que tornava toda a repressão estúpida e imprevisível. Era também um tempo de enormes dificuldades de comunicação, neste País atrasado, sem uma rede de estradas em condições e muito pouco cosmopolita. Além disso, há que considerar as características próprias de uma profissão muito heterogénea e, na sua maioria, receosa das consequências de atitudes que pudessem ser classificadas pelo poder (desde o político ao dos diretores das escolas) de subversivas.

5. Importância dos Grupos de Estudo, na emergência dos sindicatos dos professores.

Foram os GE que convocaram os primeiros plenários que deram origem às comissões instaladoras dos sindicatos. Porque os GE, que eram do ensino preparatório e secundário, tiveram de se alargar ao ensino primário (e pré-escolar) e ao ensino superior (e abarcar o ensino particular, que tinha um sindicato corporativo). Mas o seu corpo mais ativo e, liderante na constituição dos sindicatos dos professores foi aquele que integrava já os GE.[290]

d. Entrevista a António José Costa Carvalho, Canidelo, 25 de janeiro 2003, realizada por Maria Manuel Calvet Ricardo

António José da Costa Carvalho (C.C.) - Comecei a dar aulas em 1964, em estabelecimentos do ensino particular tais como externatos, e também dei explicações particulares. Atualmente,

[289] Os Grupos de Estudo foram criados em 1969/1970.
[290] No Anexo, CD-ROM estão digitalizados todos os artigos e excertos de livros publicados sobre os GEPDES

estou perto da reforma. Sou bacharel em Filologia Românica. O facto de não ter chegado a licenciar-me tem a ver com a atividade dos Grupos de Estudo. Foi uma opção que fiz. Optei por estar sempre muito envolvido no trabalho ao serviço dos GE. Atingido o bacharelato que me dava a entrada no estágio, prescindi de completar a formação. Fiz estágio em 1972 - num ano muito intenso para os GE – mas, em 1979, a primeira-ministra Lurdes Pintassilgo e os sindicatos da altura criaram uma clivagem de estatuto entre bacharéis e licenciados e, portanto, hoje, o bacharel não tem acesso ao 10º escalão, situação com incidências a nível de carreira e, claro, salarial.

M. Manuel Calvet Ricardo (M.M.R.) - Gostaria que se referisse aos objetivos que presidiram à criação dos GE.

C.C. - Os GE foram criados por múltiplas razões, conforme a dinâmica que, nas várias escolas, lhes foi sendo impressa. Mas, essencialmente, foram uma voz de protesto dos professores eventuais e provisórios, que entravam, em grande número, nas escolas preparatórias então criadas, contra as regras do antigo regime em vigor nos estabelecimentos de ensino do sistema. Insurgiam-se contra essas regras, no quadro de uma dinâmica que vinha das lutas académicas vividas dois ou três anos antes, nomeadamente a de 1969, que criou uma onda de contestação, de aglutinação, de convergência e de ligação entre os estudantes. E os que seguiram a carreira docente quiseram organizar-se em vários pontos do País. Aqui, no Porto, quando começámos a fazer qualquer coisa, a estabelecer objetivos etc., descobrimos que, em Lisboa, já havia outros que iam mais à frente do que nós e que já tinham acesso aos jornais. Estes propósitos iniciais foram ampliados ao longo dos três anos de trabalho dos GE.

M.M.R. - Identifica alguma entidade ou alguma pessoa que tivesse definido os princípios orientadores dos GE?

C.C. - Identifico entidades e individualidades que queriam dar aos GE um papel mais pessoal, mais individual ou mais de acordo com uma determinada orientação. Lembro-me do José Gomes Bento que defendia, nos GE, ações com uma vertente também pedagógica, não somente uma vertente reivindicativa. Lembro-me, também, de que havia companheiros ligados a movimentos políticos e que eram membros dos GE.

M.M.R. - Lembra-se de alguém em particular?

C.C. - Lembro-me do Agostinho dos Reis Monteiro, que, ao contrário do que todos julgávamos, não era membro do PCP, mas que defendia as posições do PCP. Lembro-me da Manuela Medina. Os GE funcionavam em função da dinâmica real da equipa que mais intervinha e que mais se envolvia nas questões.

M.M.R. - Acha que os membros dos GE tinham consciência política e estavam conscientes das consequências da sua atividade?

C.C. - A grande maioria não tinha essa consciência mas adquire-a ao longo da luta. O crescendo da luta, a responsabilização, a ameaça de repressão, a nível pessoal e a nível geral, foi contribuindo para a tomada de consciência da gravidade do facto de se continuar a lutar. Daí resultou que alguns tenham desaparecido do movimento e outros tenham ido até ao fim. A consciência política existia numa minoria, mas vai sendo construída e reconstruída por outros à medida que a repressão vai avançando e a pressão vai apertando.

M.M.R. - Recorda-se de algumas dificuldades em particular que os membros dos GE tenham enfrentado?

C.C. - Havia a vigilância interna nas escolas, naquelas em que os diretores se prestavam a esse papel. Havia a proibição de reuniões nas escolas, nomeadamente no Porto, embora houvesse uma escola, aqui no Porto, onde se podia realizar reuniões. Na Escola Francisco de Arruda, em Lisboa, os professores tiveram sempre liberdade para se reunirem. Isto tinha a ver com o próprio caráter e personalidade do diretor, o professor Calvet de Magalhães. Ali, ele tomou a iniciativa de autorizar as reuniões, dentro do quadro da discussão da reforma educativa de Veiga Simão. Como se tornaram notórias, veio uma ordem para proibir as reuniões que nunca tinha sido formalmente autorizado. Depois efetuaram-se tentativas para levantar essa proibição, fomos a Lisboa, fizeram-se abaixo-assinados mas nada foi conseguido. Em princípios de 1974, o Ministério determinou que os diretores informassem quais os professores que nas escolas estavam ligados à direção ou à distribuição da revista *O Professor*. Depois foi enviada uma circular para todas as escolas, denunciando os GE como um grupo de malfeitores dos quais os professores se deviam afastar, porque eram indivíduos perigosos e maus colegas. Havia gente que até podia estar de acordo connosco mas que passou a ter receio. Lembro-me de um caso, que está contado pelo Agostinho dos Reis Monteiro no livro, *Educação, ato político*, de uma colega que, perante os boatos de que *O Professor* ia ser proibido, em 1973, nos escreveu uma carta a demitir-se. Nós próprios

esclarecíamos que a revista era legal e que estava registada no Registo de Imprensa. Logo após o 25 de Abril, esta colega escreveu para a redação de *O Professor* explicando porque tinha saído.

Foram estes os factos de caráter geral de que tomámos conhecimento. Há ainda o caso dos diretores "autónomos" ou demasiado "eficazes", que não precisavam de nenhuma ordem para perseguir os professores, refiro-me, em particular, ao diretor de uma escola de Sintra, história que só foi descoberta depois do 25 de Abril, e que também está contada no livro do Agostinho dos Reis Monteiro. Esse diretor escreveu diretamente ao Teixeira de Matos, diretor-geral do Ensino Preparatório, na altura, e ao diretor da PIDE, denunciando um abaixo-assinado, o documento mais público que se pode imaginar, que apanhou na sala dos professores e no qual os subscritores pediam aumento de vencimento. Naquele tempo, um simples abaixo-assinado com reivindicações salariais podia ser objeto de intervenção da PIDE.

M.M.R. - Como sabe, o Rui Grácio, nos trabalhos que fez sobre os GE, deixou em aberto o eventual envolvimento do PCP neste movimento. Gostaria de saber se, enquanto membro dos GE, foi militante do PCP e, se foi, em que altura entrou para o partido.

C.C. - Já referi anteriormente a questão do envolvimento do PCP nos GE. Só fui militante do PCP depois do 25 de Abril, o que não me retira o direito de poder manifestar-me, com base na minha experiência, sobre a forma como o PCP acompanhava o trabalho dos GE. Refira-se aqui, a título de exemplo, que os GE eram para mim, um trabalho diário, mais absorvente mesmo que as tarefas profissionais. Depois de uma reunião e de o comunicado estar feito eu não me deitava sem o passar ao *stencil*. É um facto que o PCP se interessou pelo trabalho dos professores e procurou influenciá-lo. Mas não conseguiu. Se influenciar é levar uma frente de atividade a contribuir para a destruição do fascismo, então, nesse aspeto, influenciou, sem dúvida. Agora, influenciar no sentido de ter um programa e pôr em execução esse programa nos GE - tal não se verificou. Os GE eram impermeáveis a isso. Os GE tinham a sua própria dinâmica. Havia, no entanto, convergências. Além do mais, eramos obrigados a tomar muitos cuidados. Por vezes, sentiamos a influência do PCP pelo silêncio. Era a forma de mostrar o seu descordo. Também é um facto que, quando se deu o 25 de Abril, houve um número considerável de elementos dos GE que se filiam no PCP. Pessoalmente, tive muitas conversas com o Agostinho Lopes, desabafando sobre aquilo que era dito ou defendido por membros do PCP. O Agostinho Lopes nunca me disse nem precisou de me dizer que era comunista para eu perceber que era. E o Agostinho Lopes criticava esses comportamentos. A ideia que eu tenho

é a seguinte: houve gente que esteve sempre no PCP mas que não tinha condições para influenciar o nosso movimento, porque, se o tivesse feito, os GE ter-se-iam reduzido a uma minoria sem expressão. O que de facto caracterizou, deu visibilidade ao projeto dos GE foi a sua dinâmica, a sua ligação às escolas e a identificação dos seus objetivos com aquilo que, efetivamente, os professores sentiam nas escolas e com os seus próprios interesses.

M.M.R. - Além do PCP, é capaz de identificar outra força política que, eventualmente, estivesse presente nos GE?

C.C. - Nenhuma.

M.M.R. - A estrutura que os GE criaram e que está descrita nas atas das reuniões nacionais funcionou no terreno?

C.C. - Aquilo veio da cabeça do Joaquim Sousa. Assim até parece que era uma grande organização. Olhando para o que está no papel qualquer pessoa julgará reconhecer a mão do PCP. Mas não é verdade, não houve mão do PCP.

M.M.R. - O que nós gostaríamos de saber, é se foi este modelo organizativo que influenciou a estrutura do PCP, após o 25 de Abril, ou se aconteceu o contrário.

C.C. - Aquilo é uma estrutura que emerge naturalmente da preocupação de ir mais longe e de chegar a mais lados. É, no entanto, muito ingénua. Nós não tínhamos força para tanto. Para nós, ter uma pessoa numa escola que recebia comunicados e que os distribuía era ter lá os GE. Mas essa pessoa mudava de escola, no ano seguinte, e nós continuávamos a contar o local como GE. No entanto, após o 25 de Abril, os professores que não se enquadraram nos sindicatos ficaram muito abandonados.

M.M.R. - Concorda que os principais centros eram Lisboa, Porto e Coimbra?

C.C. - Leiria também. Veja-se o caso da revista *O Professor* que vai ter a direção, primeiro no Porto, depois em Coimbra e Lisboa.

M.M.R. – Reconhece que o sindicalismo docente emergiu após o 25 de Abril com toda a força, devido ao trabalho dos GE?

C.C.- Sim, sem dúvida nenhuma. Os GE foram uma escola de sindicalistas. Há uma relação direta entre o sindicalismo do século XIX e o da primeira parte do século XX, que é apagado

pelo fascismo, mas que será retomado em 1971 pelos contemporâneos do Calvet de Magalhães, aqui, no Porto, - a geração de Óscar Lopes e Jofre do Amaral Nogueira - e, depois, pelos GE os quais depois vão dar origem aos sindicatos e, em seguida, à FENPROF.

M.M.R. – Quer fazer o balanço do trabalho dos GE?

C.C.- Os quadros que formaram os sindicatos vieram dos GE, como é exemplo António Teodoro. Os GE foram o suporte dos sindicatos que hoje estão na FENPROF.

M.M.R. – Quer acrescentar algum facto curioso?

C.C.- Um aspeto curioso é o de o Agostinho dos Reis Monteiro que não era comunista ter passado por comunista. Um dia, abordei-o para ir a uma reunião e foi então, que soube que ele não era membro do PCP. Depois do 25 de Abril e até 1977, o diretor real de *O Professor* é o Agostinho dos Reis Monteiro, embora o meu nome continuasse a figurar como diretor. Eu fui o primeiro diretor, durante os dois primeiros anos, quando a revista era composta na Escola Francisco de Arruda. Depois, em 1974, tinha outras frentes de trabalho a atacar. Só em 1977, quando a redação da revista vai para Lisboa, é que o Teodoro que, até então e desde 1973, era também subdiretor, passou a exercer o cargo de diretor.

e. Entrevista a Agostinho Lopes, na sede do Partido Comunista Português, em outubro 2002, realizada por Maria Manuel Calvet Ricardo

Agostinho Nunes de Azevedo Ferreira Lopes (A.L.) – Tenho uma Licenciatura em Engenharia Química Industrial pela Universidade do Porto. Entrei para o ensino, para a Escola Alfredo da Silva, no ano letivo de 1970/1971. Saí em 1974. Em 1972, ainda estive a dar aulas durante o 1º período, na Escola Comercial e Industrial de Fafe. Depois, tornei a dar aulas em 1972/1973 e 1973/1974, período em que estive a acumular ainda a atividade docente com a vida militar. Em 1974, naturalmente, mudei de atividade. No seguimento do 25 de Abril, fui para funcionário do Partido Comunista Português.

Maria Manuel Calvet Ricardo (M.M.R.) – Tem alguma ideia de quais foram os objetivos que conduziram à criação dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GE)?

A.L. – Penso ter havido um conjunto de elementos muito ligados à crise do ensino então existente que potenciaram o aparecimento deste movimento. Ele surge para tentar resolver o principal problema concreto dos chamados professores provisórios ou eventuais, a ausência de pagamento nas férias - o facto de estes professores chegarem ao fim de julho e ficarem desempregados, à espera de um novo ano letivo, sem receberem vencimentos durante agosto e setembro.

M.M.R. – Consegue identificar alguma entidade ou alguma pessoa que tivesse definido os princípios orientadores dos GE?

A.L. – Não. Penso que aquilo que houve foi antes de mais, um conjunto de documentos, aprovados no Porto e aqui em Lisboa. E se bem me lembro, a primeira grande unificação nacional do movimento é feita numa reunião em Tomar, em que se junta gente do Porto, de Coimbra, de Lisboa e da Margem Sul, portanto de Setúbal e Barreiro. Essa reunião elabora, estabelece um conjunto de pontos que, na minha ideia, é a primeira grande sistematização de reivindicações. A qual, do meu ponto de vista, teve até um papel "apaziguador" de algumas divergências que existiam entre professores do Porto e da zona de Lisboa.

M.M.R. – Tem alguma ideia acerca de tais divergências?

A.L. – É muito nebuloso, na minha cabeça, o que estava exatamente em causa, mas a sensação que tenho - o tempo apaga muita coisa – é que eram divergências relativamente secundárias, pontos de vista diversos sobre a tática de intervenção nas escolas... a focagem mais ou menos concentrada nos problemas concretos face a uma visão mais larga de algumas outros problemas do ensino. Mas, hoje, tenho alguma dificuldade em explicitar melhor a situação, porque a recordação que guardo é a de que foi relativamente fácil harmonizar, no fundamental, as diferentes posições, pelo que as divergências deviam resultar, sobretudo, das dificuldades de comunicação à distância, não havia as facilidades que há atualmente. Era mais isso do que outra coisa e, provavelmente, até algum reflexo da inevitável rivalidade que sempre existiu, e existe entre Norte e Sul, entre Lisboa e Porto, etc.

M.M.R. – Outra questão: acha que os professores que pertenceram aos GE tinham consciência política das consequências da sua atividade?

A.L. – Muitos, penso que os principais quadros - chamemos-lhes assim - que estiveram na base deste movimento, tinham essa consciência. Uma grande parte deles vinha das associações de estudantes. Podemos dizer que o movimento era para esta camada docente a

continuação de toda a movimentação estudantil dos anos 1962, 1965, 1969 e dos primeiros anos de 1970. Portanto, são esses antigos estudantes que vêm desenvolver a atividade dos GE nas escolas, e havia consciência disso. É claro que muitos professores não tinham uma ideia tão profunda das possíveis consequências e significado dessas movimentações. Mas, no fundamental, havia consciência do que se estava a fazer.

M.M.R. – Quando se juntou aos GE já era militante do Partido Comunista Português?

A.L.- Já.

M.M.R. – Desde quando é militante do PCP?

A.L.- Desde 1968. Tinha participado num trabalho organizado como militante comunista, nas associações de estudantes. E posso afirmar que não é o Partido que me diz para me virar para ou para me ligar aos GE. Ligo-me com toda a naturalidade, decorrente de toda a minha experiência. Parece-me que foi o que aconteceu com muita gente e, depois, logicamente, o Partido toma conhecimento do desenvolvimento desta atividade.

M.M.R. – Portanto essa consciência política...

A.L. – Podemos dizer que era uma linha central do Partido o desenvolvimento da ação unitária em torno de problemas concretos.

M.M.R. – Identifica o papel diretivo do PCP na criação dos GE?

A.L. – Aparece o problema. Eu tinha a vantagem de estar em Lisboa e de as minhas ligações partidárias terem nascido no Porto. A primeira grande reunião efetuada no Porto, envolveu gente do Partido, que eu conhecia. É, portanto, muito difícil, hoje, dizer exatamente quem é que começou, como é que o movimento começou. A minha ideia é que o Partido está presente, desde o princípio, neste processo e, a partir daí, anima, organiza os seus membros e impulsiona o movimento. Desde essa data [1970] há alguma coordenação nacional.

M.M.R. – Havia, então, alguma estratégia do PCP envolvendo os GE?

A.L.- Alguma coordenação, sobretudo. Eu tenho encontros no Porto, em que acabo por coordenar, na reflexão, até, dos problemas referidos, relativas às divergências entre Norte e Sul.

M.M.R. – Nas reuniões do Partido, no Porto, os assuntos dos GE eram abordados?

A.L. – É evidente. Eu participei em algumas reuniões em que se debateram exclusivamente o desenvolvimento deste movimento. Porque havia, também, algumas reflexões diferentes sobre como o desenvolver este tipo de trabalho. Tenho pena de ter perdido algumas das coisas que escrevi nessa altura. Há, inclusive, uma carta, que enviei ao Partido, à organização do Partido, exatamente abordando aquelas divergências. Eu acho que eram divergências secundárias, porque nem sequer se pode dizer que envolviam qualquer orientação fixada pelo Partido. Tratava-se de um problema que ressurgia, muitas vezes, e que, aliás, era, também, de uma certa forma, recorrente ao nível das próprias associações dos estudantes. Isto é, se havíamos de nos focalizar apenas nos problemas concretos, ou esses problemas concretos determinavam uma abordagem mais geral dos problemas do ensino, dos problemas globais do ensino, em Portugal, portanto, do desenvolvimento pedagógico, da formação de professores...

M.M.R. –…e dos problemas fundamentais…

A.L. – Exato. Se focalizávamos, apenas, questões de natureza, digamos, sindical ou efetuávamos uma abordagem mais geral. Tenho ideia de que, às vezes, à volta disto, havia alguns equívocos. Nunca coloquei estas questões em oposição, como dicotómicas. Pelo contrário. Mas considerava que aquilo que podia unificar e originar uma movimentação de massas era o problema muito concreto do pagamento nas férias.

M.M.R. – Uma coisa que nos textos que temos vindo a analisar é que os GE, mesmo antes da reunião de Tomar, têm um sistema organizativo muito bem estruturado. Há esquemas das regiões, de como as regiões se subdividem, das sub-regiões e dos agrupamentos de escolas. Existe, digamos, um mapa organizativo dos GE, a nível nacional, muito bem estruturado. Agora, a questão que se nos coloca e que talvez possa comentar é a de saber se este modelo organizativo, que, depois do 25 de Abril, vamos encontrar na maneira como o PCP organizou os professores, foi algo que os GE criaram por si próprios, espontaneamente, e, a seguir à Revolução, influenciou a organização dos professores no interior do Partido, ou se terá havido alguma indicação do Partido sobre o modo como os GE se deviam estruturar? Ou seja, se as indicações vieram do Partido para nós ou se foram de nós, GE, para o Partido?

A.L. – Eu acho que há aí um processo dialético, muito vivo e que está muito ligado à riqueza política do momento. Pode-se dizer que esse tipo de questões rompia por todo o lado, e não só a nível dos professores. É evidente que o Partido como corpo estruturado no País desempenha, nesse campo, um papel decisivo, porque tinha uma estrutura regional, Norte,

Beiras, Lisboa, Sul, penso que, no fundamental, eram estas as grandes regiões. A própria estruturação do Partido acaba, portanto, através dos seus militantes, das suas organizações, por se reproduzir na organização dos próprios professores. Há, no entanto, aqui dois fatores que, do meu ponto de vista, facilitam o desenvolvimento dos GE: a grande concentração de professores em algumas escolas e, sobretudo, a existência de uma camada de docentes, todos com o mesmo tipo de problemas, unidos e integrando uma elevadíssima percentagem de provisórios e eventuais, cujos problemas acabaram por ser um ponto fortíssimo das ações do movimento. Além disso, como o professor eventual circulava de ano para ano, "espalhava", rapidamente, o movimento e, em dois ou três anos, o País ficava coberto. Por exemplo, tenho a minha própria experiência a que acho muita piada. Associei-me aos GE a partir do Barreiro, a minha primeira escola. No ano seguinte, sou colocado em Fafe, onde, aliás, só estou três meses, mas a escola, na qual, de resto, já havia alguma coisa, passou não só a estar tocada como "ligada". Tive, ali, outros colegas associados ao movimento. Depois, ainda houve um fator unificador fundamental, que foi o abaixo-assinado. A força do movimento unitário determinou uma expansão e uma cobertura muito rápida de todo o País, para lá dos grandes pólos de Lisboa, Porto e Coimbra. O abaixo-assinado levou a luta ao País todo e permitiu ao próprio movimento criar, podemos dizer, uma rede nacional que, certamente, foi aquilo que mais preocupou o Governo a partir de certa altura. O abaixo-assinado acabou por funcionar como o estabelecimento dessa rede. Uma rede que ia de Bragança ao Algarve.

M.M.R. – …foi realmente um marco...

A.L. – Fo, no meu ponto de vista, decisivo.

M.M.R. – Até porque nem o ministro nem o próprio Governo perceberam que a rede estava instalada. Além do PCP, haveria, na altura, outra força política com poder dentro dos GE?

A.L. – Organizada como tal e identificada como tal não conheço. A ideia que tenho é que os grupos esquerdistas da altura, muito vivos, muito ativos ao nível do ensino, nunca tiveram uma grande intervenção, o que não quer dizer que não existissem nos GE elementos dessas áreas. Mas a sua ação nunca foi do tipo daquela que tinham no movimento estudantil. Ficou-me, na memória, a imagem de contactos com setores católicos, ou seja, com os chamados católicos progressistas. Lembro-me de falar com o padre Felicidade Alves e na escola onde Felicidade Alves estava a dar aulas, portanto, da facilidade que ali havia para intervirmos. A ideia que tenho é que os GE integravam um número muito significativo de gente muito unida.

Para mim é claro que havia um partido a trabalhar dentro desse movimento que, no entanto, consistia, de facto, numa massa enormíssima de docentes sem ligações políticas ou partidárias ou quaisquer outras. Era muito, ainda, a vivência estudantil e depois, naturalmente, surgiam os problemas. Eu acho que, por exemplo, uma das coisas mais impressionantes, nesta altura, do ponto de vista do movimento docente, é o célebre encontro com o Veiga Simão, no liceu de Setúbal. Há, até, uma anedota interessante e ligada a este movimento de que nunca mais me esqueci: o Veiga Simão dirige-se ao (Mário) Casais (Ribeiro) e diz-lhe... (ele tinha-lhe entregue um abaixo-assinado...) "Parece impossível que vocês com tantos professores de português tenham escrito todos, o mesmo texto"... (o texto das várias cópias do abaixo-assinado é o mesmo, claro), e o (Mário) Casais (Ribeiro), com aquela ironia que lhe é conhecida, responde-lhe "Oh, senhor ministro, como sabe até para os próprios católicos a Avé-Maria é sempre a mesma, em todas as partes do mundo".

Lembro-me, ainda, de um ginásio cheio de professores, a quem o Veiga Simão foi expor a sua reforma e de intervenções de vários docentes. E guardo, na minha cabeça, o discurso da Fátima Rodrigues e a imagem da entrega do abaixo-assinado ao ministro pelo Casais Ribeiro.

M.M.R. – Que balanço faz da intervenção política dos GE?

A.L. – Eu acho que foi muito importante. Acho mesmo que muitas vezes, não se valorizou ou não se valoriza esta intervenção que exprime, claramente, o aparecimento de uma camada social assalariada e intelectual, com formação universitária, e uma expressão massiva e nacional, na vida política portuguesa. Penso que este é um fenómeno novo. Porque o que nós tínhamos, no fundamental, até aí, nas batalhas sindicais, eleitorais e de massas, eram as camadas operárias de trabalhadores da metalurgia, poe exemplo, e também de empregados, bancários, e a enormíssima força do movimento estudantil. De facto, na população ativa, a nível das camadas intelectuais, de formação superior, foi a primeira movimentação de massas, neste País (no tempo da minha vivência política), com expressão notável. E num período muito curto, de três ou quatro anos antes do 25 de Abril, o seu papel foi muito importante, pois preparou o nascimento, em força, do sindicalismo docente, logo a seguir à Revolução.

M.M.R. – Aliás, a força com que o sindicalismo docente nasceu após o 25 de Abril resultou de toda uma estrutura que já estava montada e com quadros formados.

A.L. - É evidente. Toda a movimentação dos professores a seguir ao 25 de Abril, é dirigida pelos quadros dos GE. Parece-me que esse é um aspeto importante. Penso que marca aquele

período da agonia do regime, pelo significado da emergência de uma camada social, que desempenhou um papel-chave (que continua a desempenhar), no combate ao regime e à política do regime para a educação.

M.M.R. – Além da questão do pagamento dos vencimentos nas férias, de que já deu conta, reconhece que, a partir de certa altura, os GE se preocuparam com questões de carácter pedagógico?

A.L. – Acho que, a partir de certa altura, as questões pedagógicas ganharam uma grande força. Ainda me lembro de escrever sobre isso, porque essa era uma questão central, a do tempo de trabalho, 22 horas. O que significavam essas 22 horas, do ponto de vista da sua ocupação efetiva, quais os problemas de saúde, ainda hoje existentes da pressão e *stress* do exercício da atividade docente. A partir de certa altura, pode-se dizer que se encaixa numa orientação geral do Partido aproveitar todo aquele processo das reformas marcelistas para intervir, para mobilizar etc. A nossa participação nas discussões acerca da reforma proposta por Veiga Simão foi, em alguns casos, muito importantes no que respeita à sensibilização dos professores para o que estava em causa. Estou a lembrar-me das quatro grandes reuniões que decorreram na minha escola, no Barreiro, a Escola Alfredo da Silva, nas quais interviemos e fomos capazes de aproveitar, a par da discussão das questões pedagógicas, tais como o equipamento de laboratórios, (um dos eternos debates do âmbito da educação e do ensino), para colocar as problemas profissionais e do próprio desenvolvimento profissional, da formação contínua e da formação inicial dos professores, etc. Tudo isso acabou por pesar, e pesar forte, em toda a problemática discutida no âmbito dos GE. A própria revista *O Professor* (que ainda continua a publicar-se), que fizemos, manualmente, na Escola Francisco de Arruda, abordava temas pedagógicos. Vimos que essa era uma questão muito importante para agarrar outros grupos de professores, para unificar a classe. Não separámos, não dividimos os provisórios e os eventuais dos outros docentes, portanto, dos professores do quadro, e isso foi importante. A dada altura, faz-se, na Escola Francisco de Arruda, uma série de colóquios sobre estas questões, os quais vão ter um peso muito significativo. A par dos problemas sindicais, mais de âmbito profissional, toda a problemática pedagógicas e toda a questão da reforma do ensino estiveram, permanentemente, de uma forma geral, em cima da mesa, foram discutidos e com toda a naturalidade, pelos GE.

M.M.R. – Deseja acrescentar mais alguma coisa?

A.L. – Desejo só dizer que os GE tiveram um papel político e de intervenção política relevante na vida do País e que tiveram um outro papel não pouco significativo, que foi, naqueles seus quatro anos de existência, terem sido uma escola de quadros políticos muito importante. Formaram muita gente. A gente que, ao longo destes anos que levamos de democracia, muitas vezes encontro, foi tocada pelo movimento, Gente que se aproximou de posições progressistas, de posições democráticas. Até autarcas que estiveram ligados aos GE. O movimento teve, de facto, um papel muito importante na evolução política do nosso País.

2.2. Entrevista a João Manuel da Costa Feijão[291]

João Manuel da Costa Feijão (1945 – 15 de setembro de 2003). Licenciado em história, funcionário do PCP. Ativista associativo, participa nas lutas estudantis dos anos sessenta, altura de que datam os seus primeiros contactos com aquele partido, embora só se tivesse filiado depois do 25 de Abril de 1974. Esteve em Angola como cooperante. No PCP foi membro do Comité Local de Lisboa.

Avante, 18 de setembro de 2003

Manuel Tavares (M.T.) – Duas questões. Como se justifica o aparecimento dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, GEPDES? E qual o papel do PCP na criação dos GEPDES?

João Feijão (J.F.) – A primeira tem a ver com a origem popular do corpo docente que se começa a construir na primeira metade dos anos 1960. Há que ter em conta duas realidades que são determinantes dessa mudança. Uma, é o aumento demográfico da população escolar e, portanto, há maior necessidade de o aparelho educativo responder com efetivos que possam garantir esse enquadramento.

M.T. - …esse aumento demográfico deve-se a quê?

J.F. - À evolução das condições de vida que ocorreram até quase ao final dos anos 1950.

[291] Entrevista feita por Manuel Tavares, da ULHT – CeiEF, na sede do Partido Comunista Português, R. Soeiro Pereira Gomes, Lisboa, em 2003. Transcrita por Maria Manuel Calvet Ricardo, em março de 2013, no âmbito do projeto da ULHT - FCT, "Percursos do Associativismo e Sindicalismo Docentes em Portugal - 1890/1990", Tarefa 5, "A construção e reconstrução da profissão docente – GEPDES". Esta entrevista não foi corrigida por João Manuel da Costa Feijão, por já ter falecido à data da transcrição. Foi, no entanto, lida por dirigentes do PCP, que nada objetaram.

M.T. - Falámos da questão, devido à reforma Veiga Simão de 1971.

J.F. – Certo, mas é no final dos anos 1960 início da década de 1970, que essa evolução se regista. Principalmente porque os locais onde se concentravam os recursos educativos eram, invariavelmente, os centros urbanos, os grandes centros urbanos, e o desenvolvimento dos grandes centros urbanos tem a ver com o aumento demográfico e com fenómenos de migração que ocorrem particularmente no Sul, com a menor dependência de mão-de-obra na exploração do latifúndio. Com a debandada das populações rurais alentejanas para a Margem Sul e para a cintura Norte de Lisboa, verifica-se o desenvolvimento dos dormitórios da Amadora, da Damaia, da Venda Nova e de todos os atuais municípios da Margem Sul e de Almada, Cova da Piedade, Seixal e Barreiro etc., e a transformação do operário agrícola em operário industrial. E o acesso da respetiva prol à escola e ao liceu, que, no Alentejo, era uma miragem a quilómetros de distância. Agora, passa a estar ali perto. O reforço da concentração urbana que acontece, essencialmente, na mudança dos anos 1950 para anos 1960 é um fator a considerar. Surge a necessidade de responder ao aumento do número de alunos. Nessa época, posso recordar-lhe que, por exemplo, era normal num liceu de Lisboa como o Camões ou o Pedro Nunes, uma turma ter 45 alunos. Não havia problema nenhum. Era normal. Por outro lado, assiste-se, igualmente, a um crescimento da taxa de feminização da frequência universitária, associada, também, à revolução das mentalidades da pequena e da média burguesia - a mulher já não aspira a ser a fada do lar, começa a desejar a emancipação económica, através da escolaridade mais avançada. As que estudavam até ao 5º ano não querem ficar por aí e pensam ir um pouco mais além. Entretanto, a Guerra Colonial que se desencadeia em 1961 determina outras alterações no que respeita ao tecido masculino, por exemplo, do ensino superior: alguns acabam o curso, outros não, vão para a guerra e os que sobrevivem voltam muito mais tarde. Estão, assim, ausentes, durante muito tempo, do mercado de trabalho, onde as mulheres continuam a progredir. Por isso, a taxa de feminização do corpo docente também está relacionada com a ausência dos elementos masculinos, que não competem em termos de tempo de serviço, isto é, só vêm a competir *a posteriori*, quando voltam a encontrar vagas. Mas, então, competem com jovens mulheres com menos três ou quatro anos do que eles à data do acesso ao posto de trabalho. Por outro lado, fazem exigências salariais. Um indivíduo com quatro anos de guerra já não aceita as condições que o ensino lhe oferece. E a taxa de feminização continua as aumentar, especialmente, nos cursos das faculdades de Letras. Não foi por acaso que, no tecido do corpo docente nacional, a componente feminina cresceu tanto no mundo das Letras. Nem foi só por haver uma apetência

especial desta geração para os cursos de Letras. A razão daquele crescimento residiu também no facto de, nas faculdades de Letras, ser mais fácil fazer um curso na condição de aluno voluntário[292], o que já não acontecia em Medicina ou no Técnico, dificilmente em Económicas, - era em Letras e Direito que o trabalhador estudante mais facilmente conseguia licenciar-se mesmo que levasse mais tempo. E como já está inserido no mundo do trabalho, a sua sobrevivência estava assegurada, não dependia da sua formação. Daí ter aparecido, logo na primeira metade dos anos 1960, um contingente significativo de universitários que, sendo profissionais do ensino básico, pensam em dar o salto qualitativo, a nível da formação, para, depois, irem preencher lugares, com outra habilitação noutros graus de ensino. Foi um fenómeno que identifiquei pessoalmente, porque o vivi no terreno, quer em Lisboa quer em Coimbra, e suponho que no Porto não seria diferente. Esta dinâmica altera a consciência de classe do universitário que vem da década de 1950, pertencente a uma elite económica ou, pelo menos, a um segmento da população com alguma capacidade para manter um filho na universidade, exigida, não tanto pelo custo do ensino, mas pelos preços de livros, do alojamento, porque não existe apoio social para os estudantes que não sejam da cidade. Há um predomínio, por exemplo, no caso de Coimbra, de filhos da burguesia rural que querem ser doutores. Mas a situação começa a alterar-se exatamente devido ao aparecimento crescente de alunos voluntários. Alunos voluntários que são considerados parentes pobres dos académicos e dos colegas, particularmente, pelos professores que começam a sentir que o seu casulo está a ser contaminado, de forma progressiva, por gente, "gentinha", que estuda umas sebentas mas não tem o nível cultural, familiar, para não dizer socioeconómico exigido para estar ali. E que, com muita persistência, com notinhas muito baixas, que, no entanto, dão para passar, vai de forma crescente, preenchendo o corpo docente, o qual está disponível para o recrutamento.

Este fenómeno transporta para o tecido social dos professores uma nova realidade: a entrada dos filhos de professores, que também vão ser professores, e da dactilógrafa que deixou de ser dactilógrafa para passar a ser professora, e do mestre-escola de Fornos de Algodres que se tornou professora. Têm uma capacidade de trabalho eventualmente muitas vezes superior à dos colegas mais antigos. E começam a destacar-se pela persistência, pela força de vontade, pelo empenhamento, pois sabem não têm pergaminhos de família, que não têm arcas com libras esterlinas, e que, portanto, a única saída é a afirmação profissional ainda que encontrem – e vão encontrar - resistências várias quer do aparelho do Estado quer dos seus próprios

[292] Hoje é equivalente ao estatuto de estudante trabalhador.

pares. Isto, num quadro em que a consciência política está cada vez mais confrontada com problemas conjunturais decisivos para a evolução política do País, associados à Guerra Colonial.

O criticismo político, a tomada de posição face a acontecimentos em que não participam mas a que assistem como os que envolvem o movimento estudantil, tornam-se comuns entre os estudantes voluntários que aparecem esporadicamente na universidade para fazer as suas frequências, sendo confrontados com um discurso de protesto e de denúncia de arbitrariedades, etc. Discurso que vai ao encontro das suas experiências, havendo, portanto, também aqui, uma outra forma de coabitação, no mesmo espaço universitário, que tem leituras diferentes face ao mesmo fenómeno. E o que eu disse aplica-se, igualmente, aos militares. A transformação do tecido social da academia militar resulta da necessidade de se formarem rapidamente oficiais subalternos. Terminada a exclusividade da aristocracia, para serem admitidos o filho do polícia e o filho do guarda-republicano, que também têm direito a chegar a oficial, muda a mentalidade do grupo. Não espanta, pois, que, ao chegarmos a 1969, quando o País é confrontado, pela primeira vez, com uma situação de aparente abertura política – a chamada primavera marcelista - tenha surgido na cabeça de muita gente, "É agora que vamos assumir um protagonismo crítico e simultaneamente de contribuição ideológica para, na nossa área, darmos a volta à escolástica salazarenta", a qual, entretanto, já está em profunda decadência. Vêm aí Rui Grácio, Joel Serrão, as teses do Congresso de Aveiro sobre a democratização do ensino, etc. Democratização do ensino que é vista em dois sentidos, um, na horizontalidade do acesso, outro, a relação professor/aluno, aluno/ensino, com o sistema educativo na envolvência de tudo isto. É vidente que a arrancada deste processo surge no terreno com duas propostas diferenciadas, em 1969, uma no programa político da CDE[293], outra no programa político da CEUD[294], movimentos que protagonizando duas posturas de oposição ao regime também nesta matéria não têm discursos semelhantes. O da CDE com uma militância política na área educativa muito mais evidente, o da CEUD com uma linguagem pedagógica mais reformista do sistema existente, correspondendo o primeiro, no essencial, à posição política de quem estava próximo do PCP e o segundo a uma postura

[293] Em 1969 surgiu em Portugal a CDE (Comissão Democrática Eleitoral), para preparar o terreno à participação nas eleições de outubro desse ano de organizações políticas da Oposição. A CDE tinha sido formada na sequência do II Congresso da Oposição Democrática, reunido na cidade de Aveiro entre 15 e 17 de maio, no período marcelista, quando a oposição contava com uma maior repercussão nas eleições.

[294] Em setembro de 1969 foi também criada a CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática), por intermédio da Ação Socialista Portuguesa, que estava manifestamente em desacordo com a CDE. Esta divisão, no entanto, só se veio a verificar em Lisboa, no Porto e em Braga, não se estendendo ao resto do País. O sucesso deste movimento foi bastante reduzido, pois representava apenas uma fação minoritária da oposição ao regime.

social-democrata, mesmo que, em termos práticos, não tivesse apoio social significativo, pois vivia, essencialmente, das cabeças coroadas das figuras mediáticas da época que, portanto, seriam as referências de idoneidade para as massas: "Vou votar por isto ou vou votar por aquilo!".

A dinâmica da luta de massas, que, entretanto, se desencadeia em Portugal, particularmente a partir de 1968, e que vem num crescendo até ao 25 de Abril de 1974, é liderada e protagonizada, essencialmente, pelo tecido operário de Norte a Sul do País, mas agregou a este processo de contestação laboral, um primeiro segmento importante que é o grupo dos bancários, o qual entra num processo reivindicativo muito objetivo, muito profissional, mas muito organizado e muito sindicalista. A seguir, vêm os escritórios, depois os caixeiros e, nesta dinâmica, quem é que está mais próximo desta realidade? São os sociólogos, são os economistas. E aparece, também, o grupo dos economistas e, depois, gente ligada a preocupações sociais que se prendem com os problemas da habitação decorrentes do crescimento dos dormitórios, e com os problemas político-sociais e de urbanismo a ele associados, e aqui surge mais um grupo ligado a este tipo de problemática, os arquitetos. Mas os professores mantêm-se num estado larvar. E os primeiros que aparecem e dão a cara em listas reivindicativas ou como subscritores de programas políticos são universitários já prestigiados - Pereira de Moura[295], de Económicas, e Lindley Cintra[296] da Faculdade de Letras de Lisboa - pessoas já conhecidas pela sua postura de oposição, e um ou outro professor primário […] os outros ainda estão a ver onde é que param as modas. E, entretanto, porém, também o grupo dos professores começa a ser enriquecido não só com quadros regressados da Guerra Colonial, como com quadros que fizeram o percurso académico na década de sessenta envolvendo-se na contestação do regime pelo movimento estudantil. E que, portanto, tal como, na Academia Militar, o filho do polícia e o filho do Guarda Republicana alteraram a conceção castrense do oficial do exército, também esta gente que vem ou do professorado primário ou da crise académica, em que participou, tem, no que concerne à sua perspetiva de profissionalização, carreira, percurso etc., uma leitura crítica em relação àquilo que encontra. Além disso, já verificou que não é preciso ser operário para participar na luta e que é necessário organizar forças dentro do seu grupo profissional para ter maior capacidade

[295] Francisco José da Cruz Pereira de Moura, (Lisboa, 17 de abril de 1925 — 4 de abril de 1998) foi um destacado economista e professor universitário. Opositor do regime salazarista, esteve na criação, com outros companheiros de luta antifascista, da Comissão Democrática Eleitoral (CDE), que viria a dar origem ao Movimento Democrático Português (MDP/CDE).

[296] Luís Filipe Lindley Cintra (Lisboa, 5 de março de 1925 — Sesimbra, 18 de agosto de 1991) foi um dos mais importantes filólogos e linguistas portugueses.

reivindicativa e interventiva, etc., e, se os caixeiros fizeram isso, se os bancários fizeram isso, se os arquitetos fizeram isso, se os economistas fizeram isso, nós, professores, que temos uma presença significativa neste País, na área mais relevante que é a formação, também vamos ter capacidade para tal, utilizando a via da coesão profissional e as aspirações comuns de alteração de estatutos, de remunerações, de carreira, bom …, não vamos entrar numa luta reivindicativa apenas reduzida a isso, vamos alargar o seu âmbito, vamos atuar de uma maneira crítica relativamente às políticas de educação.

M.T. – Com uma nova postura...

J.F. – Exatamente. O que quer dizer que os professores despertam para esta dinâmica depois de 1969 mas apenas assumem um protagonismo diferenciado em 1971[297]. Só que o percurso de 1969 a 1971 é de crescimento contínuo, como se fosse uma mancha de óleo a alastrar, em que o número de participantes nos plenários e nas assembleias e em frequentes reuniões e concentrações, bem como o dos subscritores dos abaixo-assinados não para de aumentar. E isto é muito importante - a ideia do crescimento pelo abaixo-assinado. Porque todo o professor é trabalhador por conta de outrem. Num regime fascista, quem dá a cara e dá o nome já sabe que tem ficha aberta na PIDE, pode ser preso, despedido... Portanto, quando são poucos não querem dar nas vistas, quando começam a ser muitos pensam: "Se fulano assinou eu também, assino!". Então, aparecem 800 a subscrever isto e aquilo…. Lá está! A própria realidade encaminhou-os para o reforço do movimento unitário massificado que é, simultaneamente, diluente de profissionalismo. E enquanto em 1969, as teses têm nome e cara e são apresentadas por A e B[298], em 1971 são-no por grupos, o grupo de Braga, o grupo do Porto, o grupo de Leiria, o grupo de Lisboa. Com maior peso, com maior significado mas com menor fulanização. Esta dinâmica é exatamente aquela que permite que a sua forma de luta reivindicativa se aproxime cada vez mais da postura sindical e da postura do movimento operário. Daí o alargar da frente antifascista, em que coabitam vários segmentos da população portuguesa, numa dinâmica de confrontação e irmanados, não claramente num projeto político-partidário, mas numa frente de unidade antifascista com elementos centrais compartilhados por muita gente, e, cuja filosofia, no essencial, não difere muito daquilo que

[297] O primeiro encontro nacional dos GEPDES efetuou-se a 6 de março de 1971, em Coimbra. Ver Anexo - CD-ROM.
[298] Referência ao Segundo Congresso Republicano/Congresso da Oposição Democrática, em 1969, em Aveiro.

hoje nós pensamos, ou que defenderíamos ainda, que é a ideia da APU[299], que é a ideia da FEPU[300], que é a ideia da CDU[301], ou seja, garantir a máxima participação e convergência na ação em torno de coisas concretas que sejam fatores de unidade e não de sectarização e enfraquecimento da luta.

Esta perspetiva é aquela que leva ao reforço crescente da luta dos professores, os quais ganham um ânimo muito grande com a reforma de Veiga Simão[302]. Quer dizer, o Veiga Simão, com a sua reforma, vem trazer um pretexto real para a luta por causas profundas que não encontrava o detonador adequado para a sua explosão.

E é isto que leva a que de uma intervenção tímida no Congresso da Oposição Democrática de Aveiro, em 1969, se passe para uma intervenção diversificada e quantitativamente alargada no Congresso da Oposição Democrática de 1973, em que os professores já são um grupo socioprofissional com peso, com perspetivas, com organização, com tática, com sabedoria de intervenção dentro do processo político e não corporativo como até aí se verificara, designadamente em 1957[303], e apenas na componente dos professores do ensino particular com reivindicações de carácter salarial e pouco mais do que isso.

Em relação a este percurso estamos mais ou menos conversados. Em relação à **segunda questão, que era o lugar do PCP no âmbito dos GEPDES**, repito**,** exatamente, aquilo que acabei de dizer**.** Em 1967[304], o PCP decide promover o desenvolvimento das lutas do movimento operário que estão em crescendo porque há uma crise profunda na sociedade portuguesa e um impasse na Guerra Colonial e porque […] a emigração aumenta, registando-

[299] A Aliança Povo Unido (APU) foi uma coligação (ativa entre 1978 e 1987) formada pelo Partido Comunista Português (PCP), Movimento Democrático Português - Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) e, após 1983, também pelo Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV). A APU (criada após a dissolução da Frente Eleitoral Povo Unido, que, além do PCP e do MDP/CDE, integrava também a Frente Socialista Popular) concorreu às eleições legislativas intercalares de 1979 e às eleições legislativas gerais de 1980, 1983 e 1985.

[300] A Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU) foi uma coligação formada pelo Partido Comunista Português (PCP), Movimento Democrático Português - Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) e pela Frente Socialista Popular (FSP), para concorrer às eleições autárquicas de 1976. Manteve-se ativa até 1978. Neste ano foi fundada a APU - Aliança Povo Unido, já sem a Frente Socialista Popular.

[301] Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV) é uma coligação de esquerda, formada pelo Partido Comunista Português (PCP) e pelo Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV), incluindo normalmente nas suas listas membros da Associação de Intervenção Democrática (ID).

[302] Lei n.º 5/73, de 25 de julho.

[303] O Primeiro Congresso Republicano foi uma reunião de debate político realizada a 6 de outubro de 1957, na cidade de Aveiro.

[304] Reunião do Comité Central do PCP de junho de 1967, cujas resoluções foram publicadas no *Avante* de setembro de 1967.

se uma debandada muito grande, 100.000 a 150.000 jovens, o que levanta problemas de todo do tipo – familiar, económico, etc. E há uma mudança na direção do regime. Portanto, se tudo isto coabita, estão criadas as condições para intensificar a luta reivindicativa, o que tem um suporte objetivo, pois o adversário está debilitado, encontra-se confrontado com a forte necessidade de mão-de-obra e, portanto, é a melhor altura para que essa luta progrida. Aproveitando a pseudoabertura política de Marcello Caetano, em 1968/69, vamos apalpar o terreno com o Congresso de Aveiro de 1969. E o Congresso de Aveiro surge de uma plataforma unitária de gente antifascista que encontra um denominador comum para se candidatar às eleições desse ano, e, em torno do projeto de São Pedro de Moel[305], esboça-se o programa eleitoral que é o denominador comum dos antifascistas.

Esta sistematização, este *timing* de luta que fora previamente definido e estudado pelo PCP, origina, no terreno, uma ampla mobilização e trás à luta gente que seria impensável, na época, considerar que estava disponível para participar. Porque a revolta, o protesto, a indignação começam também a dar os seus frutos. A Guerra Colonial não tem fim, mal acabam o curso, os jovens vão dar tiros para África, uns voltam "encaixotados", outros regressam deficientes. É também por isso que, no início e no final da década de sessenta, o movimento estudantil entra em convulsão, uma e outra vez. Portanto, todo este cenário envolvente é favorável ao desenvolvimento da crítica do sistema e à apresentação de alternativas, quer do PCP, via CDE, quer da Ação Socialista, via CEUD, que é o primeiro movimento de fratura dentro da oposição pós- marcelismo, com propostas de solução para o mesmo tipo de problemas mas com conceções político-ideológicas diferentes: a CDE com uma leitura mais radical da situação do ensino, a social-democracia, através da CEUD, com um discurso mais reformista, mais brando, mais diluído, mais preocupado com o reformismo pedagógico e não tanto com a estrutura do sistema que era a causa das perversidades da educação e da cultura neste País.

M.T. – Que efeito teve o aparecimento da CEUD?

[305] Plataforma de São Pedro de Moel, de 15 de junho de 1969. Na sequência da Convenção e do II Congresso Republicano, representantes distritais dos vários setores da oposição democrática, do Continente e Ilhas, reúnem-se em S. Pedro de Moel e aprovam uma "Plataforma de Ação Comum" em que se formulam princípios e reivindicações essenciais da oposição, nos vários planos da atividade política, social e cultural. A oposição reunida decide, igualmente, participar no próximo ato eleitoral, apresentando candidaturas em todos os círculos, sendo para tal constituída uma "Comissão coordenadora das atividades eleitorais".

J.F. - Bom, essa rutura apesar de ter sido bastante maléfica, foi uma primeira separação de águas mas não tão redutora que muita gente da CDE, ou mesmo oriunda de áreas ideológicas mais aparentadas com a social-democracia não visse, nos programas de ação da CDE, uma eficácia, uma capacidade de mobilização e de manobra que a CEUD não tinha. Porquê? Porque a CEUD era, efetivamente, um colégio de notáveis, ao passo que a CDE tinha, por trás, uma organização de massas.

M.T. – De quem? Da própria CDE?

J.F. – Não, do PCP! A perspetiva de massas não era dada pelos intervenientes no processo, mas pelo aparelho nacional do PCP que garantia a distribuição dos comunicados, do boletim, as mobilizações para as reuniões, os *meetings*, as pichagens, as colagens, as tarjetas, os volantes lançados aqui e ali e acolá. E isto não tinha nada a ver com a social-democracia, passava por outra gente. Gente essa com a qual se juntavam jovens que tinham vindo da universidade onde, durante a luta académica, também se distribuíam tarjetas, também se lançavam volantes, numa guerra aparte, e que, na CDE, vão encontrar métodos de luta, de ação e trabalho do PCP, que eles assumiam como uma experiência sem rótulos, sem carimbo político, porque o que estava em causa não era PCP nenhum, era um programa político com o qual todos concordavam, dando as mãos para tentar levá-lo avante. E esta era a filosofia que o PCP defendia desde março de 1943, quando apresentou o programa de 9 pontos[306], onde afirma que está disponível para concretizar com todos os antifascistas um projeto alternativo ao Governo existente, afirmando que a solução posterior não passaria necessariamente pela participação do PCP. Esta orientação de unidade antifascista, da construção da unidade antifascista como forma de alargar a frente de luta mas, simultaneamente, a frente de influência do partido, deu origem ao Conselho Nacional Antifascista, em 1943, e à criação do MUNAF, em 1944. Trata-se do suporte, não da fundação, mas da mobilização nacional tendo em vista o MUD[307], que está na base do MUD Juvenil, do MND[308] e da FPLN.[309] Ou seja, o

[306] Em março de 1943, o PCP lança um "Manifesto à Nação", no qual apresenta "9 Pontos como programa para a unidade nacional". Em janeiro de 1944, é publicamente anunciada a criação do Conselho Nacional de Unidade Antifascista – MUNAF – que integrava comunistas, socialistas, republicanos, católicos, monárquicos, liberais e outros antifascistas de várias tendências.

[307] Movimento de Unidade Democrática (MUD). Movimento político de oposição ao regime fascista em Portugal, nascido a 8 de outubro de 1945, em Lisboa, no Centro Republicano Almirante Reis.

[308] Em1949/1950, é criado o Movimento Nacional Democrático (MND), por elementos próximos do PCP, entre os quais Rui Luís Gomes e Virgínia de Moura, num contexto de divisão no seio da oposição.

percurso iniciado em 1943 tem como princípio dominante da ação do partido, como estratégia, o aprofundamento da unidade antifascista e do movimento sindical. Esta linha de intervenção prosseguiu quer antes do 25 de Abril de 1974, quer no período pós 25 de Abril. Porque, sozinhos, não era possível, tendo como base social de apoio a classe operária, não era possível alargar o campo de luta nem ganhar peso interventivo. Era necessário, numa primeira fase, estabelecer a aliança com o campesinato e, numa segunda fase, com a pequena burguesia, onde, necessariamente, se vão encontrar os empregados de comércio, os empregados de escritório, o funcionalismo público e o mundo dos trabalhadores por conta de outrem, em expansão.

E assim chegamos à fase em que a situação do doutor que tinha um canudo e que exercia uma profissão liberal que dava dinheiro, passou a ser protagonizada por milhares de doutores com canudo, à procura de emprego. Isto dá-nos uma ideia clara da dinâmica massificante em que uma elite se dilui no mercado de trabalho, passando a estar ao mesmo nível de qualquer outro trabalhador, com uma diferença: é que, ao longo deste processo, os segmentos mais pobres ou menos instruídos da pirâmide social foram aumentando a sua escolaridade, e aqueles que constituiriam a elite foram diminuindo a sua escolaridade e a qualidade dessa escolaridade. Por isso, deu-se aqui uma aproximação horizontal entre os dois grupos, cujas diferenças são cada vez mais ténues também porque o trabalho é cada vez mais exigente em matéria de formação prática enquanto todo o sistema de ensino continua a assentar numa formação que não tem nada a ver com a realidade. Assim, as pessoas que atingiram o 9º ano, ou o 10º, ou o 12º ano são capazes de estar mais aptas para desenvolver uma atividade profissional do que um indivíduo que completou uma licenciatura de três anos, a qual não corresponde coisa nenhuma, nem sequer ao destino profissional que o estudante desejava, porque a formação superior nem sequer é ministrada de acordo com o programa do ensino secundário ou vocacionada para o exercício de uma profissão. Portanto, o desfasamento entre a oferta e a procura foi aprofundando clivagens sociais e a realidade que hoje enfrentamos é que de todos os níveis do desemprego registados por habilitação escolar, nos últimos dez anos, o único em que se verificou um crescimento contínuo do desemprego, foi o da formação superior. Um crescimento contínuo. Fazer professores tornou-se um negócio privado das universidades, o

[309] Em 1959, são criadas as "Juntas Patrióticas" ou "Juntas de Ação Patriótica" (mais tarde tomam a designação de Frente Patriótica de Libertação Nacional - FPLN), de carácter unitário e antifascista.

mercado, porém, não so absorve, e isto em conjugação com outra realidade objetiva que é a contração demográfica da população. Agora, temos uma oferta desmesurada de candidatos à docência e a ausência de alunos para serem ensinados. Neste contexto já se defendem critérios pedagógicos de dezoito ou vinte alunos por turma, porque, o problema central passou a ser fundamentar a necessidade dos postos de trabalho em função da contração do número de alunos. […] Isto denota que a formação, neste país, é feita "à Lagardère", no máximo de liberalismo e, como eles [governantes] dizem, regulado pelo jogo de mercado. "Tens curso?" "Ainda bem!" "Tens trabalho?" "Logo se vê!" Não é emprego, eu disse trabalho! Porque emprego é a outra noção que também está em vias de extinção. Neste quadro poder-se-ia pensar que os professores tinham aprofundado a sua consciência sindical. Não! Eles foram formados, neste últimos vinte anos, numa escola altamente competitiva, profundamente individualista, com uma ideia *yuppie* de sucesso - não importa como, nem à custa de quê, o fundamental é o resultado - e, portanto, tudo aquilo que era uma dinâmica de coesão, de associação, de atuação do grupo para reivindicar, é agora "Não, eu trato de mim, tu tratas de ti, e depois logo se vê".

É evidente que quando se chega a uma situação destas, agudizada pela sacaralização do mercado, o espírito de salve-se quem puder é aquele que prevalece em relação exatamente ao que o antecedeu, que era o de movimento de grupo organizado. Deste modo, a classe docente está mais fragilizada perante a entidade empregadora, mais debilitada internamente pela conflitualidade de interesses individuais, pela luta para arranjar um lugar no ensino. O professorado é cada vez mais uma expressão corporativa e muito menos um grupo socioprofissional organizado, ativo, coeso, interventivo e unido, lutando pelos seus objetivos. O que corresponde exatamente à evolução do processo político que se desenvolve em simultâneo.

M.T. – Haverá aí alguma culpabilidade do movimento sindical? Primeiro, pela sectarização do movimento sindical e em segundo lugar, pelo aparecimento de vários sindicatos de professores de tendências opostas.

J.F. – Chamou-lhe sectarização?

M.T. – Sim! A UGT...

J.F. – Esse é o organismo que lhe dá o rosto, ou seja, as forças políticas emergentes do 25 de Abril que não tinham nem nunca tiveram implantação no meio sindical só poderiam afirmar-

se ligando-se aos interesses do capital se fraturarando o movimento sindical, o que deu origem a profundas divergências dentro do próprio Partido Socialista, porque há sindicalistas do PS que estão na Intersindical desde o início e que lá continuaram. Para fraturar a capacidade reivindicativa de uma grande organização unitária de trabalhadores, participada por sindicalistas comunistas, católicos, socialistas etc., era necessário provocar a clivagem político-ideológica do movimento sindical. Porque se tornava muito mais fácil, depois, enfraquecer as bases de apoio contra as quais o poder político poderia intervir. Não é por acaso que, desde o começo deste processo contra a unicidade sindical, ele é liderado pelos empregados de escritório, de seguros e bancários. Tão simples como isso! Com os professores, não se verificou exatamente a mesma coisa, porque avançaram numa dinâmica de sindicatos independentes e rejeitaram diluir-se na função pública, assumindo-se do ensino público, mas sem serem da função pública.

M.T. – E a Frente Comum[310]?!

JF – Não, isso é agora! Não havia nenhuma Frente Comum! Mas também se viu, na altura, que trazer os professores para o movimento unitário era capaz de ser fraturante e, por isso, deixámos que eles se organizassem corporativamente sem pertencerem objetivamente a nenhuma central. Isto permitiu a coabitação, no movimento dos professores, de todas as tendências, porque não se forçou a ligação a uma determinada central. Se tivesse sido imposta essa linha de orientação o movimento fracionava-se. E não estamos a falar aqui de sindicatos verticais, mas de sindicatos horizontais que são muito poucos mas têm peso. Tirando os dos professores, só o dos médicos e o dos enfermeiros. O dos médicos com muito menos peso. O dos enfermeiros com mais. Mas são dois setores vitais, saúde e ensino. Se os seus sindicatos não são da CGTP, deixa-os ficar como estão, porque, se a nossa corrente lá dentro quiser ligá-los à Intersindical isso vai dividi-los. Então, manteve-se essa dinâmica larvar em que os professores se mantiveram durante largo tempo, até agora.

M.T. – Até ao ano passado!

J.F. – Até agora só o SPGL. Existe uma dinâmica. No caso do SPGL está consumada a sua ligação à CGTP. No dos professores do Norte, ainda não está. Há uma vontade nesse sentido, mas acho que vão fazer a alteração dos estatutos ou então, o referendo que fizeram, não teve expressão quantitativa estatutária que viabilizasse a decisão de uma ligação à CGTP. O estado

[310] Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública

da dinâmica é este. E entre os docentes, verifica-se, necessariamente, essa dinâmica. Isso quererá dizer que, no mundo da luta política, hoje, a UGT se encontra profundamente debilitada - as forças de um sindicalismo reformista que estão na Intersindical têm mais peso do que a própria UGT. Enterremos, pois, o machado de guerra UGT-CGTP. Não vamos acabar com uma central para não ficarmos com a face um bocado suja, porque seria preciso explicar por que razão ela apareceu, se, no fundamental, nos encontramos no mesmo lado da barricada. É evidente que esta dinâmica só é possível quando há um avanço claro da direita. Nessas alturas, ouvimos um impensável discurso de esquerda dos elementos da UGT, que muda quando a força política no Governo passa a ser da sua área de influência – e é isto que tem debilitado o movimento sindical. Não é a sectarização. É a politização estruturada, porque as pessoas têm posições políticas, ótimo, salutares, ótimo, mas vamos ao que interessa. No local de trabalho quem tem prestígio? Quem luta? Quem intervém? Quem é reconhecido pelos trabalhadores? "Mas ele é anarca?" "Não sei! Mas é bom!" "O tipo é católico?" "Mas, eh pá, tá bem, mas está lá, dá a cara, e luta, está connosco!" E este é que é o aspeto central da luta dos trabalhadores - a unidade concreta dos objetivos da intervenção. É, assim, a luta sindical. Há, no entanto, realidades históricas que são inegáveis. O PCP tem, de facto, um ascendente muito grande no movimento sindical mas não o criou após o 25 de Abril. Criou-o quando não havia mais ninguém que o fizesse. Esteve na luta onde não havia mais ninguém que lutasse. É esta a justificação de lá continuarmos e do nosso ascendente. Mais: a gente que nos locais de trabalho se encontra ligada à nossa postura política e ideológica é identificável e reconhecida pelos colegas, mesmo pelos não comunistas, como gente credível, que defende os interesses dos trabalhadores. Esta realidade pode mudar? Pode - tão simples como isso! Basta a nossa gente deixar de ter posições corretas em relação ao mundo do trabalho! Porque não há aqui cheques em branco - os trabalhadores não passam cheques em branco a ninguém. Porque as gerações mudam e aqueles que conhecem os comunistas do antigamente não fazem parte, hoje, na sua maioria, do mundo laboral real, constituído por uma faixa jovem que entra para uma selva de exploração desenfreada, tendo frequentado uma escola de individualismos, e que, ao conseguir o seu primeiro contrato a recibo verde, começa a sentir as malfeitorias que o Mário Soares lhe fez ao inventar os contratos a prazo. Começa, então, a despertar para os problemas da justiça remuneratória, da estabilidade de vida, e a questionar-se quanto à possibilidade de se casar, de arranjar casa, pois, mesmo que o salário dê para isso, não sabe durante quanto tempo poderá aguentar a situação. E é assim que se inicia o processo de consciencialização social, sindical e política desta geração que andou pelos concertos de *rock*

em Alvalade e nas Zambujeiras do Mar e que quando acabava a festa já nem tinha dinheiro para uma cerveja. Está hoje a despontar uma nova arrancada de protesto social por faixas etárias que viviam a leste das dificuldades da vida mas que, depois das lutas contra o 12º ano, e contra o aumento das propinas, etc., percebe que o tempo da festa acabou, que a selva está aí e que, se for para a selva sem organização, será devorado pelos da sua classe. E isto também tem a ver com os professores. Também houve uma cristalização etária dos ativos sindicalistas.

M.T. - Principalmente a situação dos professores contratados, hoje em dia...

J.F. - E também o problema de fundo que tarde ou cedo irá eclodir. Apesar da desigualdade de forças, nas negociações entre sindicatos e Governo, há momentos de decisão ou de consenso ou de concertação, como lhes queiram chamar, que, a pouco e pouco, têm criado uma clivagem geracional entre os próprios professores, ente os que têm direitos e continuarão a tê-los e os que nunca os chegarão a ter. O que quer dizer que vai haver um sindicalismo a duas velocidades. Mas o que predomina é exatamente o que vem de trás - o que a maioria já tem vai contar para a reforma, que até é boa. Se houve classe que conseguiu significativos avanços na área das remunerações foi a dos professores. Mas professores de que faixa etária? Se generalizarmos, cometemos um erro gravíssimo de avaliação da situação. A realidade do ensino é aquela que já está no terreno com os docentes recém-chegados, não com os que estão para sair. É com os que pretendem entrar. O problema é complicado. Porque, mais uma vez, essa fábrica de vaidades, esse paraíso de ilusões que o canudo transporta no selo, esfuma-se, o selo derrete-se rapidamente e o canudo não serve para nada. Ou melhor, dá direito a substituir fraldas Dodot por fraldas Johnson, em qualquer supermercado, ou a trabalhar na distribuição da Pizzahut, como forma de sobrevivência. Então, o candidato a a professor pergunta: "Se eu tivesse ficado pelo ensino obrigatório distribuiria pizzas. Será que andei este tempo todo a estudar para trabalhar na Pizzahut? O que é que eu ganhei, neste percurso?" As pessoas começam a ter uma atitude reativa de protesto, por vezes violenta, e como não há enquadramento político dessa contestação, aquilo que se segue é apenas o seu aproveitamento mediático […] ou o protesto tem uma finalidade que é exprimir a revolta… mas, depois, para quê? Para partir a montra de um banco? E quem vai pagar o vidro? São os depositantes, não o banco! Estamos numa fase em que a dinâmica social e a consciência social estão a entrar em crise, no sentido crítico, e ainda não há enquadramento sindical e político que meta nas baias esse processo, que lhe dê organicidade.

M.T. – O PCP teve ou não alguma influência na microcorporativização das lutas sindicais da classe docente, ao longo dos últimos quinze anos? Lutas dos professores de Trabalhos Manuais? Lutas dos professores do ensino primário? Luta dos professores da Escola António Arroio? Luta dos professores que queriam equiparações? Houve, aqui, ao longo destes anos, uma microcorporativização da luta sindical que levou, talvez, a alguma dispersão e falta de unidade. Só pergunto isto porque, como sabemos os dirigentes dos vários sindicatos das várias regiões, Norte, Centro, Grande Lisboa, Sul e Ilhas, eram militantes do PCP e muitos deles pertenciam a estes grupos de professores.

J.F. – Exato! A única coisa que posso dizer, com algum conhecimento, sobre a ação reivindicativa nesse espaço, tem a ver com um outro problema que pode ter originado isso mas que se relaciona com uma conceção orgânica ou de direção política que se reflete na organização dos professores. É difícil constituir, dada a volatilidade da implantação dos professores, células do PCP nas escolas. Uma estratégia fundamental, para nós, porque a célula é a base da organização. É difícil, dizia eu, criar células do partido a nível de escola. Poderá haver uma ou outra em que tal seja possível. Se não há célula, o trabalho político passa a ser de setor. E, depois, se é feito a nível de setor, como aconteceu, pelo menos nos últimos anos, só envolve os que vão às reuniões de setor. Ora estes esquecem-se de que o campo de trabalho não é o setor, é a escola onde estão colocados. E, na escola a que pertencem, não discutem com os professores que conhecem, nem os organizam, porque, se entra naquele nacional amiguismo. "Vai ao Vitória[311], que há lá uma reunião de professores". E o outro vai se não tiver outra coisa para fazer. A distância orgânica entre a direção da luta pelos direitos e a realidade social foi ampliada por uma camada de quadros comunistas, muito mais ativos nas reuniões do setor orgânico do que no local de trabalho. E aqui levanta-se uma questão! Então qual é a diferença? É que, no local de trabalho, se a célula existe, há tarefas distribuídas e há que prestar contas das tarefas efetuadas. E há o acompanhamento da execução. Quando este processo se desenvolve a nível de um plenário de notáveis, em que se discute quase só o sexo dos anjos, a teoria daquilo e daqueloutro, a realidade torna-se uma coisa cada vez mais longínqua, a escola uma coisa cada vez mais distante e aqueles que têm a consciência dos problemas da escola não encontram o sítio adequado para os discutir. Julgo que estou a entrar numa área um pouco especulativa, porque nunca estive ligado concretamente ao setor. Mas conheço-o, até pela massa crítica que dele advém. E posso afirmar que o problema também passa pela ação sindical na escola, pelo delegado sindical, que enfermam do mesmo mal. É

[311] Centro de Trabalho do PCP, Hotel Vitória, Av. da Liberdade, Lisboa.

que, invariavelmente, o delegado sindical e o membro do partido são a mesma pessoa. E, no entanto, têm tarefas distintas, métodos de trabalho distintos. Mas, no concreto, só sobrevive o resíduo orgânico que é o sindical. E o partido é que paga. E paga caro. Isto tem a ver com problemas de direção política e orgânica do setor, onde, obviamente, a origem de classe que predomina não é a da gente que naturalmente faz parte do partido. Trata-se, quanto muito, de pessoas penosamente conquistadas, por no terreno concreto, na escola, serem prestigiadas.

M.T. – A escola continua, de certa forma, a ser vista como estando um pouco à margem dos problemas sociais.

J.F. – É ou não é um problema orgânico? Que perspetiva orgânica do setor do ensino se tem quando se privilegia a discussão teórica dos programas e das pedagogias ignorando a realidade sociopolítica que a unidade escola representa, no sítio onde está implementada?

M.T. – O que não deixa de ser paradoxal é que, de há uns anos para cá, existe esse discurso do envolvimento da escola na comunidade, da relação da escola com a comunidade educativa, do papel dos pais…

J.F. – Como é que se estabelece uma comunidade educativa se os professores mudam todos os anos? Mas uma comunidade educativa é uma comunidade social, económico-social. O que quer dizer que há gente dos mais variados níveis económicos, dos mais variados níveis sociais, zonas de inserção urbana profundamente diferentes, em que coabitam o bairro social com o apartamento de luxo. Chamam a isto comunidade? Dá vontade de rir! É a história da cidadania. Há uns mais cidadãos que outros. E trabalhar no todo não é considerar as partes do todo. Como é que eu posso falar dos problemas da escola e da associação de pais, etc., sem que depois me perguntem: "Então onde estão os ATLs para os adolescentes?" O ATL é um conceito que tem em vista escalões mais desfavorecidos da população. Mas os problemas mais agudos não residem aí, agudizam-se a partir daí, exatamente quando o adolescente é lançado na selva do tempo livre. Isto não faz parte da tal comunidade educativa? Como é que se asseguram os tempos livres a esses adolescentes com a bagagem que eles não têm? Que forma de enquadramento é garantida aos vastíssimos contingentes, verdadeiras alcateias de miúdos de 12, 13 e 15 anos? Isto faz parte da comunidade educativa.

M.T. – É, mais uma vez, a transferência para a escola de problemas que a transcendem?

J.F. - Porque os professores são promovidos, neste momento, a educadores, quando a função deles não é essa. A função do professor não é a educação, é a instrução. O professor é auxiliar de limpeza, é fiscal, é porteiro, é pedagogo, é detetive, é um polivalente…

Apêndice III

Breves notas biográficas de professores colaboradores dos GEPDES[312]

Nome	Breve biografia
Aldónio Gomes **(1926-2011)**	Professor e formador de professores (nas áreas de didática da língua portuguesa, como língua materna e como língua segunda, e das literaturas de língua portuguesa). Diretor da Telescola (1965-1972), em Portugal e em África. Autor e apresentador de programas televisivos sobre língua portuguesa, como A Falar É Que a Gente Se Entende. Participante regular do programa televisivo Acontece. Presidente da direção da Associação dos Professores de Português. Membro da Comissão Nacional de Língua Portuguesa. Consultor da Fundação Calouste Gulbenkian, na área da cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Coordenador do projeto de Expansão e Melhoria Qualitativa do Ensino da Língua Portuguesa (1986-1994). Consultor do projeto Consolidação dos Sistemas Educativos (União Europeia), em desenvolvimento nos PALOP. No Ministério da Educação, foi diretor-geral (antes e depois do 25 de Abril, tendo permanecido no cargo por vontade dos trabalhadores), inspetor-geral de ensino e diretor da Obra Social. Participou em dois governos como independente: foi secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário, no II Governo Constitucional e no V Governo Constitucional. Dedicou grande parte da sua vida profissional ao serviço público, tendo recebido em 1981 o grau de Grande Oficial da Ordem de Instrução Pública. Coautor de manuais de aluno e de professor de todos os níveis de ensino, são da sua autoria obras de formação sobre a língua e o ensino da língua, em Portugal e em África e ensaios sobre literaturas de língua portuguesa. Coordenador do *Dicionário Prático de Conjugação dos Verbos da Língua Portuguesa* (1994), é autor do *Dicionário Elementar de Língua Portuguesa* (1999) e de *Eu Conto, Tu Contas, Ele Conta. Estórias Africanas* (1999), e coautor do *Guia do Professor de Língua Portuguesa,* (1991), do *Dicionário de Autores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa* (1997) e de *Literatura na Guiné-Bissau* (1997). Diretor da revista *Mar além*, foi coordenador científico da coleção Novas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, (1997), e colaborador do *Dicionário da Língua Portuguesa,* da Porto Editor Acedido em 8 janeiro de 2014 Fernanda Cavacas, uaonline.ua.pt/upload/med/med_2498

[312] Até ao momento de elaboração seta tese, não nos foi possível recolher dados biográficos de Cristóvam Santos e Germano Neves.

	www.rtp.pt/web/oraviva/bio2.htm
Calvet de Magalhães **(1913-1974)**	Manuel Maria de Sousa Calvet de Magalhães depois de ter concluído o curso liceal, no Liceu Passos Manuel, frequentou o curso de pintura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, e o curso de cenografia, na Seção de Teatro do Conservatório Nacional de Lisboa. Foi professor e metodólogo da disciplina de Desenho, no Ensino Técnico, artista plástico, jornalista e publicista. Notabilizou-se como pintor, tendo recebido o Prémio Nacional de Arte Luís Lupi e o Prémio Amadeo Souza-Cardoso. Em 1956, é nomeado diretor da Escola Técnica Elementar Francisco de Arruda, cargo que ocupou até falecer. Como diretor da escola, mobilizou pessoas e interesses em torno de múltiplas realizações de reconhecido valor, quer internas à escola (experiências pedagógicas de coeducação, integração de alunos deficientes, 7º e 8º anos experimentais e utilização de meios audiovisuais), quer externas, de natureza cultural (organização de sessões, aos sábados, com filmes e palestras por escritores, artistas plásticos, de teatro e de cinema, pedagogos) ou de serviço à comunidade (criação da Chiquinha – com infantário, infantil e primária, para filhos de professores e funcionários da escola). Não escondendo a sua preferência por uma profissão docente independente, apoiou e deu suporte logístico, como diretor da Escola Francisco de Arruda, ao Grupo de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário, embrião do futuro Sindicato dos Professores, desde a sua criação em 1969/70. Obras publicadas: *Aprenda a desenhar; Aprender a brincar; Técnica de vendas; Articulação do desenho geral com o desenho profissional mecânico; Nobre povo, nação valente: leituras para o ciclo preparatório do ensino técnico profissional; Organização dos exercícios de desenho do ciclo preparatório; T V P: técnicas de venda e publicidade; O ensino de desenho; Formação em segurança nos estabelecimentos de ensino; Rendas e bordados tradicionais; O primeiro ciclo de desenho; As oficinas anexas; O ensino de trabalhos manuais educativos; A criança e o teatro; O segundo ano de Desenho do Ciclo Preparatório; Espírito de segurança; O Natal visto pelas crianças; Carta de Portugal continental; Exposição "Um quarto de século de ensino técnico"; O desenho e as outras disciplinas do ciclo preparatório; Pinturas e desenhos colectivos; A bordadeira.* www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/lugares/arruda/calvet.htm
Carvalho Costa	Diretor da Escola Comercial Ferreira Borges. Coautor de *Noções de Comércio* (1957/1962), *Riquezas da terra portuguesa* (1957), *Técnicas de venda e publicidade* (1961/1975), *Código Comercial português* e *O*

	ensino das noções do direito comercial (1963), Elementos de economia política (1975), *Noções de direito comercial* (1984-1988).
Joel Serrão **(1919-2008)**	Joel Justino Baptista Serrão (Santo António, Funchal, 1919 — Sesimbra, 5 de março de 2008), licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em 1942 foi, juntamente com Rui Grácio, diretor do jornal cultural *Horizonte,* editado pela Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Este jornal publicava escritos de autores ligados ao eo-realismo; por esse motivo teve um período de vida relativamente curto pois aquela Faculdade, assim como as outras, estavam sujeitas a vigilância constante por parte da PIDE e Joel Serrão era próximo do grupo antifascista, como se dizia então, da Faculdade de Letras. De 1948 a 1972, foi professor de liceu em Viseu, Funchal, Setúbal e Lisboa, Liceu Passos Manuel. Foi, também, professor do Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e dirigiu o Centro de Estudos de História do Atlântico (Madeira); membro do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, foi ainda professor na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A 15 de julho de 1987 foi-lhe concedido o grau de Comendador da Ordem da Liberdade. Acedido em 8 janeiro 2014 *pt.wikipedia.org/wiki/Joel_Serrão*
Raúl Gomes	Professor metodólogo do Ensino Técnico. Coautor de *Língua pátria*, livro de leitura para os cursos de formação do Ensino Técnico Profissional de Artur Proença, Raúl Gomes. Porto: Porto Editora, 1955, foi colaborador do *Boletim da Direção de Serviços do Ciclo Ptreparatório do Ensino Secundário*, de 1967 – 1975 (?).
Rui Grácio **(1921 - 1991)**	Licenciado em Ciências Historico-Filosóficas pela Universidade de Lisboa. Professor no *Lycée Français Charles Lepierre* (1947-1972), ingressou na carreira de investigação científica da Fundação Calouste Gulbenkian em 1963. No âmbito da Fundação Calouste Gulbenkian, enquanto responsável pelo Departamento de Pedagogia do Centro de Investigação Pedagógica, CIP, realizou, orientou e coordenou estudos e investigações no domínio educacional: de história da educação e do ensino em Portugal; de psicopedagogia escolar da língua materna ao nível do ensino preparatório e secundário; de modernização da metodologia do ensino da matemática elementar; da relação pedagógica e aprendizagem; do insucesso escolar e suas determinações sociais e institucionais; da metodologia do ensino da filosofia, nos anos terminais

	do liceu. Também planeou e organizou conferências, colóquios e seminários que trouxeram ao nosso país e junto dos estudiosos, conhecidos professores/investigadores do mundo da educação. O CIP tornou-se, então, em Portugal, um dos raros lugares de investigação e produção científica em ciências da educação. Além de debates, colóquios e conferências sobre problemas educacionais para que era solicitado, Rui Grácio foi também chamado a participar em ações de extensão cultural e de ensino e, sobretudo, em ações de formação. Durante os anos em que exerceu a docência, as suas maiores preocupações de investigador centraram-se nos problemas da pedagogia escolar; realizou então, neste domínio, ensaios inovadores, com uma atitude experimental. Formulou propostas acerca da situação do ensino e das políticas educativas no nosso país, expressas em vários capítulos da sua obra. A partir dos anos setenta, os seus interesses orientaram-se mais para a análise das envolventes culturais e políticas do sistema educativo, cujas interações ajudou a clarificar. Em encontros organizados por centros universitários ou por institutos científicos, apresentou comunicações no contexto destes interesses e que, na sua maioria, foram publicadas em livros ou em revistas da especialidade e que hoje estão integradas na sua obra. Tendo assumido responsabilidades governativas após o 25 de Abril, o seu nome ficou ligado a importantes medidas que assinalam uma profunda mudança na política de ensino: a sua ação inscreveu-se num projeto pedagógico, estruturado e amadurecido, que confere unidade e sentido ao conjunto das medidas aplicadas. Fonte: Secretaria-geral do Ministério da Educação
Salvado Sampaio **(1921- 2006)**	José Salvado Sampaio singulariza-se, como cidadão e professor, além de autor com larga intervenção cívica, cultural e política na sociedade portuguesa. Teve, como intelectual, uma intervenção cívica notável, com contributo assinalável no debate sobre questões da educação e da democratização da cultura. Era uma das vozes mais autorizadas, autor de larga bibliografia, de consulta obrigatória por quem empreenda estudos sobre o Ensino em Portugal. Basta citar *O Ensino Primário 1911-1969 – Contribuição Monográfica,* dois volumes publicados em 1976 pelo Centro de Investigação Pedagógica do Instituto Gulbenkian de Ciência ou *A Educação em Números*, dos livros Horizonte, ou ainda, *A Evolução do Ensino em Portugal* (1940/41 e 1966/67). A sua obra é vastíssima, em revistas como *O Professor* ou em jornais como o *Jornal do Fundão, o Diário de Lisboa* e *O Século*. Foi membro do Conselho Nacional de Educação, onde efetuou intervenções notáveis, sobre questões da atualidade educativa portuguesa. Participou em conferências e debates um pouco por todo o País e gostava de discutir as questões sem unanimismos, mas com espírito de tolerância. "O que importa, – dizia

	Salvado Sampaio – , é discutir posições, tentar clarificá-las, e subestimar afetos ou repulsas pessoais. A tolerância é um valor superior, bem distanciada e oposta à permissividade e abdicação de princípios". Com nome próprio ou pseudónimo, colaborou no *Jornal do Fundão* desde o primeiro número, sobre as mais variadas questões da sociedade portuguesa - o Fundão deve-lhe uma atenção prioritária às problemáticas do desenvolvimento, como a criação do ensino público secundário ou da Escola do Magistério, de que foi o principal impulsionador, ao regadio da Cova da Beira, aos problemas da emigração e da demografia, ao direito à cultura. Tudo isso faz parte de uma biografia cívica e política de grande coerência e de altíssima qualidade. *Jornal do Fundão*, de 13 de outubro de 2010

Apêndice IV

Breves notas biográficas de jornalistas[313]

Nome	Referência	Breve biografia
Helena Neves **(1954 -)**	*Diário de Lisboa* 29 de janeiro de 1971	Helena Neves é mestre em Sociologia Aprofundada da Realidade Portuguesa. É professora da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra. Como jornalista, colaborou no *Diário de Lisboa*, revista do *Expresso* e *Jornal de Letras*, e em revistas como *Vértice, Seara Nova, Economia e Política, Prelo, Marketing, Eva, Modas e Bordados, Mulheres do Mundo Inteiro, Ler*. Foi redatora principal da revista *Mulheres*, de 1979 a 1991, subdiretora de 1980 a 1984, e diretora de 1984-1991. Das suas publicações mais recentes destaca-se: *Nietzsche: A Filosofia da Superação*, *Mulheres Século XXI*, *101 Livros*, e *O Estado Novo e as Mulheres - o género como investimento ideológico e de mobilização*. Foi deputada pelo Bloco de Esquerda entre 1999 e 2002.
José Gomes Bandeira **(..... – 2006)**	*Comércio do Porto* Início de 1971	Iniciou a profissão em 1969, no *Comércio do Porto*, admitido no *Diário de Lisboa* em 1973, passou para o *Jornal de Notícias* em 1985.
Rogério Carapinha **(1944 -)**	*Flama* 4 de fevereiro de 1972	Jornalista, iniciou a atividade no jornal *Novidades*, em 1971, trabalhando, posteriormente, nas redações de *O Século, Flama, A Capital, Diário de Notícias, O Diário* e *Jornal de Sintra*.

[313] Até ao momento da elaboração desta tese, não nos foi possível recolher dados biográficos de Arlindo Mota, Joaquim Fernandes, do *Jornal de Notícias*, M. do Carmo Abreu, da *Crónica Feminina* e Matilde Bento e Silva Costa, do *Voz Portucalense.*

Apêndice V

Membros do Governo, de 1968 a 1974, referenciados neste estudo

Nome	Funções
Marcello Caetano	Presidente do Conselho de Ministros.
Veiga Simão	Ministro da Educação Nacional (1970-1974)
Moreira Batista	Secretário Nacional de Informação – SNI Secretário de Estado da Informação e Turismo - SEIT (1968-1973) Ministro do Interior (1973-1974)
Augusto Athayde	Secretário de Estado da Educação da Instrução e Cultura
Costa André	Secretário de Estado da Instrução e Cultura
Tavares Emídio	Diretor-geral do Ensino Secundário
Teixeira de Matos	Diretor-geral do Ensino Básico[314]
Prostes da Fonseca	Diretor-geral da Administração Escolar
Bairro Oleiro	Diretor-geral dos Assuntos Culturais;
Amadeu Carvalho	Chefe de Gabinete do ME
Marcos Viana	Diretor do CPES
Fraústo da Silva	Diretor do GEPAE
M. Ana da Luz Silva	Presidente do IASE
António Leónidas	Presidente do IMAVE
Agostinho Cardoso	Deputado da AN
Oliveira Ramos	Deputado da AN

[314]A Direcção-Geral do Ensino Primário, organismo que superintendeu nos serviços e assuntos do ensino primário, apareceu pela primeira vez com esta designação no Decreto n.º 18.593, de 11 de julho de 1930. Em 1971, pelo Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de setembro, no âmbito de uma reforma global das estruturas do Ministério, é criada a Direção-Geral do Ensino Básico cujo diploma orgânico é publicado a 12 de fevereiro de 1973, Decreto n.º 45/73. www.sg.min-edu.pt/pt/.../direccao-geral-do-ensino-primário/

Apêndice VI

Perguntas[315] colocadas aos entrevistados membros dos GEPDES

Elsa Oliveira	Martinho Madaleno	António Teodoro	Costa Carvalho	Agostinho Lopes
Com que objetivos foram criados os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GE)?	----------	Objetivos fundamentais da formação dos Grupos de Estudo	Gostaria que se referisse aos objetivos que presidiram à criação dos GE.	Tem alguma ideia de quais foram os objetivos que cconduziram à criação dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GE)?
Era membro do Partido Comunista Português (PCP) quando aderiu ao GE?	Era membro do PCP quando entrou para os GE? Foi encarregado pelo PCP para esta tarefa?	----------	Gostaria de saber se enquanto membro dos GE, foi militante do PCP e, se foi, em que altura entrou para o partido.	Quando se juntou aos GE já era militante do Partido Comunista Português?
O PCP desempenhou algum papel na criação dos GE?	----------	Envolvimento do PCP na formação dos Grupos de Estudo, sim ou não.	Eventual envolvimento do PCP nos GE	Identifica o papel diretivo do PCP na criação dos GE?
Identifica alguma entidade ou pessoa que definisse os princípios dos GE?	Consegue identificar alguma entidade ou alguma pessoa que definisse os objetivos dos GE?	----------	Identifica alguma identidade ou alguma pessoa que definisse os princípios orientadores dos GE?	Consegue identificar alguma entidade ou alguma pessoa que tivesse definido os princípios orientadores dos GE?
O PCP estava organizado de modo a	----------	----------	Gostaríamos de saber, é se foi este modelo	Havia, então, alguma estratégia do PCP envolvendo

[315] As perguntas foram organizadas, de acordo com a temática, e não pela ordem com que foram colocadas aos entrevistados.

influenciar o modo de trabalho e a estratégia orgânica dos GE?			organizativo que influenciou a estrutura do PCP, após o 25 de Abril, ou se aconteceu o contrário.	os GE? Terá havido alguma indicação do Partido sobre o modo como os GE se deviam estruturar? Ou seja, se as indicações vieram do Partido para nós ou se foram de nós, GE, para o Partido?
Que dificuldades enfrentaram os membros dos GE no contexto político da época anterior ao 25 de Abril?	Recorda-se de alguns riscos que se correram?	Maiores dificuldades enfrentadas pelos Grupos de Estudo.	Recorda-se de algumas dificuldades em particular que os membros dos GE tenham enfrentado?	----------
Que balanço faz da intervenção política dos GE?	----------	----------	Quer fazer o balanço dos GE?	Que balanço faz da intervenção política dos GE?
Daí a facilidade com que, depois do 25 de Abril, se criaram os sindicatos.	Acha que os GE foram uma "escola" de sindicalistas?	----------	Reconhece que o sindicalismo docente emergiu após o 25 de Abril com toda a força devido ao trabalho dos GE?	A força com que o sindicalismo docente nasceu após o 25 de Abril resultou de toda uma estrutura que já estava montada e de quadros formados?
Acha que na formação dos GE, não há apenas uma consciência profissional, há	Acredita que havia uma forte consciência política?	Consciência política dos membros fundadores dos grupos de estudo (tendo em	Acha que os membros dos GE tinham consciência política e estavam conscientes das consequências da	Acha que os professores que pertenceram aos GE tinham consciência política e das consequências da

uma forte consciência política?		consideração que muitos deles vinham das lutas académicas de 1962 e 1969...)	sua atividade?	sua atividade?
E os outros grupos políticos?	----------	----------	Além do PCP, é capaz de identificar outra força política que, eventualmente, estivesse presente nos GE?	Além do PCP, haveria, na altura, outra força política com poder dentro dos GE?

ANEXO

CD-ROM